editora unesp DIGITAL

Rosane Gazolla Alves Feitosa

As Conferências do Cassino em periódicos-fontes primárias e história literária

Coletânea

As conferências do Cassino em periódicos-fontes primárias e história literária: coletânea

Rosane Gazolla Alves Feitosa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FEITOSA, R. G. A. *As conferências do Cassino em periódicos-fontes primárias e história literária*: coletânea [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2023, 600 p. ISBN: 978-65-5714-450-3. https://doi.org/10.7476/9786557144503.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.

As Conferências do Cassino em periódicos-fontes primárias e história literária

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador
Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente / Publisher
Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro
William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico
Divino José da Silva
Luís Antônio Francisco de Souza
Marcelo dos Santos Pereira
Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen
Paulo Celso Moura
Ricardo D'Elia Matheus
Sandra Aparecida Ferreira
Tatiana Noronha de Souza
Trajano Sardenberg
Valéria dos Santos Guimarães

Editores-Adjuntos
Anderson Nobara
Leandro Rodrigues

ROSANE GAZOLLA ALVES FEITOSA

As Conferências do Cassino em periódicos-fontes primárias e história literária

Coletânea

editora unesp DIGITAL

© 2023 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da Unesp (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

F311c Feitosa, Rosane Gazolla Alves

As conferências do Cassino em periódicos-fontes primárias e história literária: Coletânea / Rosane Gazolla Alves Feitosa. – São Paulo : Editora Unesp Digital, 2023.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5714-450-3 (eBook)

1. Crítica literária. 2. Literatura portuguesa. 3. Realismo. 4. Naturalismo. I. Título.

CDD 809
2023-1625 CDU 82-09

Índice para catálogo sistemático:

1. Literatura: crítica literária 809
2. Literatura: crítica literária 82-09

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Editora afiliada:

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

Associação Brasileira de Editoras Universitárias

A meu marido, Luiz Cesar, amor e companheiro de uma vida.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pela outorga do "Auxílio à Pesquisa-Regular", processo nº 13/19328-6 (vigência de 1/12/2013 a 30/11/2015), com o projeto "As Conferências do Cassino (Lisboa, 1871) nas fontes primárias e os textos fundadores do Realismo-Naturalismo português: coletânea";

À Juliana Lopes de Moraes Sanches, minha ex-aluna de graduação e de mestrado, pela participação ativa em todas as questões que envolveram o uso da informática, pela organização final dos documentos, pelo comprometimento e pela responsabilidade;

Ao meu marido, Luiz Cesar, que sempre me incentivou e soube compreender minha maneira de pesquisar e de trabalhar;

Aos meus colegas docentes de área de Literatura Portuguesa na Universidade Estadual Paulista (Unesp) Sandra A. Ferreira e Márcio R. Pereira, pela colaboração nos acordos de períodos de afastamento de licenças-prêmio;

À Roseli Santilli, secretária do meu Departamento de Ensino (ex-Literatura), atual Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, pela ajuda em situações várias;

Aos funcionários e à respectiva direção da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Assis (FCLAssis) pelo trato cordial e competência no atendimento;

A todos que, direta e indiretamente, colaboraram para que este trabalho chegasse ao seu final.

Sumário

Agradecimentos 7

1 Explicações necessárias 11
2 Contexto socioliterário 17
3 Conferências do Cassino em periódicos diversos 73
4 Conferências do Cassino nos periódicos: imagens dos jornais e respectivos textos digitados – maio, junho/1871 109
5 Protestos/repercussão – Sobre a proibição das Conferências – junho/setembro de 1871 379

Referências 595

1
Explicações necessárias

Para os estudos do Realismo-Naturalismo português, as Conferências Democráticas do Cassino, realizadas em Lisboa entre maio e junho de 1871, constituem-se como parte de um projeto de intervenção cultural, política, social, que a chamada Geração de 70 (Antero de Quental, Eça de Queirós, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão, Rafael Bordalo Pinheiro e outros) pretendia realizar na sociedade portuguesa do último quartel do século XIX.

Este estudo é resultante do recebimento do "Auxílio à Pesquisa – Regular", Processo nº 13/19328-6 (vigência de 1/12/2013 a 30/11/2015), com o projeto "As Conferências do Cassino (Lisboa, 1871) nas fontes primárias e os textos fundadores do Realismo-Naturalismo português: coletânea". Conforme o projeto aprovado, compramos da Biblioteca Nacional de Portugal microfilmes dos seguintes jornais (janeiro a julho de 1871): 1 – *A Revolução de Setembro*, 2 – *Diário de Notícias*, 3 – *Jornal da Noite*, 4 – O Diário Popular, 5 – *Jornal do Comércio*, 6 – *O Partido Constituinte*, 7 – *Bem Público*, 8 – *A Nação*. Esses periódicos não estão disponibilizados no site da referida biblioteca. Os títulos dos jornais supracitados no projeto inicialmente foram retirados do livro *História das Conferências do Casino (1871)*, de António Salgado Júnior (1930).

O resultado da pesquisa (2013-2015) foi complementado com muitos dos textos da presente coletânea. Vários deles não foram encontrados naquela oportunidade em que desenvolvemos o trabalho. Com a decisão de utilizarmos o produto da pesquisa-Fapesp em nosso concurso de livre-docência, retomamos o projeto e fomos descobrindo novas matérias nos jornais à medida em que líamos a bibliografia específica e "decifrávamos" os periódicos à procura de novas matérias/textos.

Consideramos que nossa pesquisa, na maior parte, é inédita, na medida em que não foi ainda apresentada publicamente; original, pois dá à luz muitos textos que se constituem como parte da história do Realismo-Naturalismo português; muitos deles nunca foram lidos; nunca foram mostrados ao público em sua fonte primária para provar sua existência. Só temos notícia desses jornais por meio do livro de António Salgado Júnior *História das Conferências do Casino (1871)*, publicado em única edição em 1930.

Nosso objetivo com o presente estudo (é a maneira pela qual nos referiremos a ele daqui em diante) é a reconstituição e repercussão das Conferências do Cassino Lisbonense ocorridas em Lisboa em maio e junho de 1871 por meio dos jornais indicados anteriormente. Isso será feito por meio do resgate das fontes primárias, nosso *corpus*, que são as matérias/textos publicadas nos jornais elencados no parágrafo dois. A partir dessas reportagens escritas no calor da hora em que ocorreram – de maio a setembro de 1871 –, os pesquisadores terão a oportunidade de: a) ler os originais e avaliar o que foi veiculado naquele momento histórico; b) tirar suas *próprias conclusões* a respeito de um tema importante para a história da literatura portuguesa, do Realismo-Naturalismo português, da Geração de 70; c) ter a visão do conjunto, em acesso fácil, em um único veículo/meio, de um conjunto de textos digitalizados e digitados sobre esse evento histórico; d) versão digital – ler e acessar os textos digitalizados direto das fontes primárias pelo computador, podendo aumentar/diminuir as imagens; e) oportunidade de pesquisas transversais em áreas diversas.

Dessas conferências existem (estado da arte) apenas alguns poucos livros inteiramente sobre o tema, todos publicados em Lisboa. Não comentaremos sobre artigos e teses, apesar de serem poucos e baseados nas obras que se seguem: a) *História das Conferências do Casino (1871)*, de António Salgado Júnior,[1] publicado em 1930. É o único trabalho consistente e essencial a

1 António de Freitas Faria Salgado Júnior (16/1/1904-31/1/1989). Licenciado pela Faculdade de Letras do Porto em Filologia Românica em 1919. Doutorou-se, pela mesma faculdade, com a tese sobre as Conferências do Cassino, trabalho que foi publicado em 1930. Sua entrada para o ensino superior não foi possível por uma série de fatores. Nos anos 1930, continuou a trabalhar no ensino liceal (ensino médio) em pesquisas sobre história literária e nas funções de professor de Metodologia responsável pela formação de professores de Português e de Francês. Aposentou-se aos 68 anos, em 1972, em meio a sua biblioteca de 10 mil volumes. Palavras-chave que o caracterizam: autodidatismo e trabalho isolado. Publicou *A história das Conferências do Casino* (1930); o estudo sobre *A "Menina e moça" e o romance sentimental do*

respeito, em que o autor faz um estudo de reconstituição das conferências diretamente das fontes primárias sem as reproduzir na íntegra; faz um resumo e comentário a respeito. Não houve reedição. Hoje, trata-se de uma obra rara e de consulta imprescindível em estudos sobre o tema e sobre a história do Realismo-Naturalismo português; b) *As Conferências do Casino no Parlamento*, de José-Augusto França (1973), em que o autor comenta a repercussão das conferências na Assembleia de Lisboa e no governo; c) *As Conferências do Casino e o socialismo em Portugal*, de João Medina (1984), transcreve inúmeros textos e elabora várias notas de rodapé esclarecendo a respeito de situações relacionadas às conferências pelo lado político-histórico-cultural; d) *As Conferências do Casino*, de Carlos Reis (1990), com introdução e textos das cinco conferências realizadas, algumas apresentadas a partir do texto original, outras sob o resumo de A. Salgado Júnior. Podemos ainda acrescentar uma publicação satírica com trinta quadros (imagens) sobre as conferências, de autoria de Rafael Bordalo Pinheiro, em 5 de julho de 1871, que nos ajuda a compreender esse momento histórico: *A Berlinda – Reproduções d'um álbum humorístico, ao correr do lápis*, 7ª página, Conferências Democráticas.[2]

Esses textos/matérias encontrados nos periódicos de 1871 podem ser considerados doutrinários desse momento cultural de Portugal – Realismo-Naturalismo – na conceituação do professor Carlos Reis (1999, p.489-490, grifos nossos), pois contemplam

> testemunhos de escritores que, quase sempre imersos no fluxo da produção literária a que se referem, procuram estabelecer e propor orientações para essa produção literária e mesmo, nalguns casos, para a do futuro; [...] *revestem-se de um pendor programático, no sentido de que, frequentemente, sugerem, de forma expressa ou velada, uma ação a cumprir, não raro por um grupo ou por uma geração* [...]; *apresentam* [...] *registro ensaístico ou similar* [...]; [...] não se propõem a enunciar o discurso da teoria [...] e [...] apresentam uma certa experiência literária e cultural mais ou menos sedimentada, provinda da atividade criativa propriamente dita.

Renascimento (1940); *Verdadeiro método de estudar, de Luís António Verney*, em cinco volumes (reedição da obra que tivera apenas duas edições, em 1746 e 1747). Cf. Santos, 1989, p.95.

2 Disponível em: https://purl.pt/16605/4/res-2174-a_PDF/res-2174-a_PDF_24-C-R0150/res-2174-a_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf.

Podem fazer parte dos textos programáticos, fundadores do Realismo-Naturalismo português, na medida em que, a partir de nossa pesquisa, pode ser aberto um conhecimento interdisciplinar e podem ser buscados outros textos que contribuirão para fazer a teoria e a história do Realismo-Naturalismo português.

Este estudo está vinculado à linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Unesp, câmpus de Assis, "Fontes Primárias e História Literária", que propõe "incremento e revisão da crítica e da história literária, bem como o estudo da produção, recepção e circulação de obras, à luz da localização, organização, análise crítica e disponibilização de fontes primárias, tais como acervos pessoais de escritores, correspondências, manuscritos, primeiras edições, periódicos e documentos de vária natureza".[3] Também se vincula ao Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll), Grupo de Trabalho "História da Literatura" – fundado em Porto Alegre em 1992, sob coordenação atual (ano de 2022) de João Claudio Arendt, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e Álvaro Santos Simões Junior, da Unesp, câmpus de Assis –, do qual faço parte:

> O tema é a história da literatura, desde o seu aparecimento, no século XVIII, definindo sua natureza, examinando suas relações com as áreas afins e com a sociedade de onde emergiu, e verificando sua trajetória em literaturas de diferentes comunidades. Além disso, a história da literatura pode ser relacionada com a teoria e a crítica literárias. De outro lado, o ensino e a divulgação da literatura brasileira fazem-se através de formulações e classificações originárias da história da literatura.[4]

Alinha-se ainda ao Grupo de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Grupo Eça –, no qual me insiro,[5] em que se estuda a produção literária de Eça de Queirós, com a

3 Disponível em: http://www.assis.unesp.br/#!/pos-graduacao/cursos/letras/linhas-de-pesquisa.

4 Ver: http://anpoll.org.br/gt/historia-da-literatura/.

5 Ver: http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/31421.

liderança atual do professor Helder Garmes, da Universidade de São Paulo (USP) e de Daiane Cristina Pereira; e com membros estrangeiros de destaque, professor Carlos Reis, Orlando Grossegesse.

Parte do conteúdo deste estudo foi utilizada para nossa tese de livre-docência e apresenta os seguintes itens:

Parte 2 – "Geração de 70 – Coimbra, Lisboa/Cenáculo, Conferências do Cassino" – uma introdução a esses participantes (dados biobibliográficos).

Parte 3 – "Conferências do Cassino em periódicos diversos" – informações acerca dos jornais que publicaram sobre as conferências.

Parte 4 – Inédita e original, reúne as matérias encontradas nos jornais referidos acima com as reproduções das matérias – destacadas (com borda preta), digitalizadas e digitadas. É uma oportunidade única de ler no próprio jornal. Entende-se que não se vá ler todas as matérias a partir do jornal, mas a partir da notícia digitada. Tem-se assim uma contextualização – meio da veiculação da matéria, momento cultural. Dá para ser montado o panorama do acontecido. Esse conteúdo está em nosso trabalho de livre-docência.

Parte 5 – Destacamos a repercussão de matérias de protestos, referentes à proibição das conferências. A maior parte dessas matérias de jornais nunca foi divulgada antes. Não está em nossa tese de livre-docência.

Houve a programação de dez conferências, mas só foram realizadas cinco. As demais foram proibidas com base no parecer do procurador geral, Martens Ferrão, e na portaria do ministro do Reino, marquês de Ávila e Bolama, editada em 26 junho de 1871.

Essas matérias de protestos datam a partir de 27 de junho, depois da edição da portaria. Referem-se aos comentários das cinco conferências, proporcionando ao leitor mais esclarecimento a respeito do assunto. Inserimos também a reprodução e adaptação de *A Berlinda*, de Rafael Bordalo Pinheiro, muito explicativa do contexto sociopolítico do momento, publicada em 5 de julho de 1871. A partir da repercussão das conferências nos jornais, alguns com artigos curtos, outros com longos, pode-se recuperar todo o assunto das conferências de uma maneira crítica, em que os artigos as retomam, comentando-as. Temos uma noção para onde se dirigiam os protestos, quem os escrevia, quem eram essas pessoas na sociedade lisboeta. Para o leitor, é uma oportunidade de rever o tema com um certo distanciamento.

A maneira ideal de ler nosso estudo é pelo modo digital, pois dessa maneira o leitor tem o acesso direto à fonte primária, podendo aumentar/

diminuir a imagem do periódico; perceber a localização da matéria no meio veiculado, sentir/interpretar a posição do jornal diretamente da fonte primária.

A pesquisa em fontes primárias, nas esferas literária, artística e histórica, permite que o investigador percorra um caminho pouco visado de um determinado objeto de estudo. A ida às fontes também implica um posicionamento frente àquilo que está às margens e um enfrentamento em relação ao que é canônico, já que se trata da recuperação de momentos do passado cultural pouco ou não divulgados por razões estéticas, históricas, sociais, econômicas e/ou outras.

A sensação que o suporte/jornal/veículo produz é uma viagem no tempo; contribui para a ambientação e pode aumentar a compreensão dos fatores contextuais.

> As fontes primárias constituem, em princípio, matéria da história, que constrói uma narrativa a partir dos documentos que certificam o passado. [...] Podem corresponder ao que restou do processo de criação, mas sinalizam sua existência ou percurso; [...] indicam, por outro ângulo, os contextos de criação, produção material e leitura, ausentes no objeto-obra, mas determinantes de seu estatuto. (Zilberman et al., 2004, p.15)

Logo no início da Parte 4 e da Parte 5, inserimos uma "Nota prévia", em que são destacados elementos explicativos para a leitura e compreensão das matérias/textos das conferências.

Reiteramos que, por ora, nosso objetivo é divulgar o acesso às fontes primárias das Conferências do Cassino. Não é nosso propósito deter-nos em comentários a respeito.

A grafia foi atualizada em todo o texto, conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

2
Contexto socioliterário

2.1 Contexto sócio literário: Geração de 70, Coimbra, Lisboa/Cenáculo, Conferências do Cassino

O século XIX resulta como síntese de uma profunda fermentação dos séculos anteriores em que estão contidos os elementos contraditórios que, por sua vez, projetarão, até nossos dias, o redimensionamento dos problemas encontrados. Acompanhando essa linha de reflexão, Alberto Ferreira, estudioso português, salienta que "[...] a noção de uma transformação operada em 1870 é tão insistente que o espírito público se habituou a considerar o nascimento do Portugal moderno, ou da modernidade da cultura atual portuguesa, no dia em que uns jovens revolucionários realizaram as Conferências do Casino" (1980, p.15).

"De todas as interpretações da realidade nacional da Geração de 70 [...], a mais complexa, a mais obsessiva, ardente, fina, [...] a mais bem-sucedida, por mais adequada transposição mítica, sentido da realidade e criação de imagens e arquétipos ainda de pé, é sem dúvida a de Eça de Queirós" (Lourenço, 1991, p.95). Essa interpretação da realidade portuguesa, "obsessão temática capital do século XIX: a de repor Portugal na sua grandeza ideal, tão negada pelas circunstâncias concretas da sua medíocre realidade política, econômica, social e cultural" (ibidem, p.87) é seguida, especialmente na ficção queirosiana.

No presente item, nosso objetivo é lançar um olhar para a Geração de 70 – conceituação, início, elenco de nomes que pertenceram a ela, critérios que fazem que alguém possa ser pertencente a essa geração que provocou uma revolução sociopolítica em Portugal para tornar-se parte da história do país.

2.2 Geração de 70 – Conceituação

Esse grupo de jovens de 20 a 30 anos, mais conhecido como a "Geração de 70" ou "setentistas", não forma um bloco ideológico, estética ou mesmo etariamente coeso. Tem entre seus componentes mais célebres: em relação ao pensamento, a figura proeminente de Antero de Quental; em relação à sociedade portuguesa, Eça de Queiroz; em relação à historiografia, Oliveira Martins. O grupo é formado ainda por Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Manuel de Arriaga, Rafael Bordalo Pinheiro, Guerra Junqueiro e outros mais. Falaremos mais adiante sobre os participantes.

Tomando-se o termo "geração literária" num sentido restrito, podemos entendê-la, concordando com João Medina (1980, p.9-18) como um momento na história da cultura de um povo, em que a criação de obras literárias se relaciona diretamente com certas ideias filosóficas, políticas e propriamente literárias, predominantes num determinado grupo etário. Também concordamos com o historiador português Damião Peres:

> Em sentido histórico, o termo geração tem uma acepção genérica, aplicando-se ao conjunto de indivíduos que numa dada época encetaram a sua atividade pública, e englobando, portanto, homens de idades diferentes, embora aproximadas e de diversas ocupações. Empregando-o não se tem em vista um sincronismo de nascimento, mas sim um sincronismo de iniciação de atividades individuais que trazem à vida algo de novo. (Peres, 1941, p.231-232)

Álvaro Manuel Machado, por sua vez, considera o conceito de geração muito ambíguo, preferindo adotar, na sua acepção mais restrita, como "[...] criação de ideias e de obras em que essas ideias se refletem por um determinado número, inevitavelmente restrito, de grandes figuras da literatura portuguesa num determinado momento de confluências culturais" (1977, p.18). Assim, considera como pertencentes à Geração de 70, apenas "os que a geraram no plano das ideias e não os que a ela eventualmente aderiram prolongando-a historicamente" (ibidem).

Nesta altura do século XXI, no entanto, o conceito da expressão "Geração de 70" ainda está por ser feito. Sua "certidão de nascimento" foi-nos passada por um evento histórico preciso – as Conferências Democráticas, no Cassino Lisbonense, em 1871, em Lisboa (Medina, 1980, p.10).

A Geração de 70 é considerada, frequentemente, como uma espécie de símbolo de certa atitude revolucionária, estritamente ideológica e dependente dos acontecimentos históricos imediatos, chegando a ser atacada por seu idealismo ou reformismo pequeno-burguês. Essa geração deve ser vista, sobretudo, como expressão duma importante revolução, propriamente cultural e literária, cujos efeitos chegam ainda pujantes até nossos dias. Seus organizadores eram idealistas, seu objetivo era transformar a realidade portuguesa, partindo da análise das "causas da decadência" e procurando remediar os erros, atrasos e defeitos de Portugal.

2.3 Inícios da Geração de 70

A "primavera/início" da Geração de 70 configurou-se na Questão Coimbrã, embutida numa explosão geral de descontentamento de jovens estudantes da Universidade de Coimbra, perante as instituições vigentes.

Desse fato, originou-se, em 1865, a Questão Coimbrã ou "do Bom Senso e Bom Gosto", polêmica literária em que se desnudavam incompatibilidades mais profundas. No plano das ideias, foi um momento de desestruturação. A consciência moral impõe a atitude inovadora e revolucionária, a par da inovação artística. O homem de letras sonha com a alteração da estrutura política, social e educativa. O grupo universitário coimbrão, acrescido de outros grupos, formou em 1868, em Lisboa, o Cenáculo, com o objetivo de promover a livre discussão de temas culturais da época.

Em 1871, no reinado constitucionalista de d. Luís I (Luís Filipe de Bragança), "o Popular" (reinado de 1861-1889), espírito culto e liberal, um grupo de jovens intelectuais insatisfeitos e europeístas vibrou o primeiro golpe num certo Portugal ao organizar as Conferências Democráticas do Cassino. Abriram, desse modo, inconsciente ou impensadamente, uma crise de identidade nacional que, apesar das diversas e subsequentes tentativas regeneracionistas, foi a nota dominante de um século de vida portuguesa, com ponto culminante em 25 abril de 1974, fim do período do Estado Novo/ditadura salazarista.

Em 1871, o grupo do Cenáculo, por iniciativa de Antero de Quental, decide intervir nas ideias da vida política e social do país, por meio de realização das "Conferências Democráticas" no Cassino Lisbonense.

Em Portugal, o intercâmbio cultural da elite de mentalidade liberal ou liberalizante portuguesa entrou em contato com culturas mais avançadas sócio culturalmente que a da corte de Queluz, sede da realeza lusitana, e influenciasse a formação de novas gerações que perceberiam, além-Pirineus, o intenso movimento de ideias originárias da profunda revisão de valores e da criação de novas ciências que, em breve, transformariam o viver do homem português (Dias, 1977).

A Geração de 70 representa uma geral e extensa insurreição contra os valores, a mundivisão e a prática real, política, econômica e social da Regeneração; traz a modernidade pela ironia e pela sátira, pelo idealismo utópico e pela reflexão metafísica; explicita seu desprezo por um Portugal provinciano e pelas suas leituras vindas da França: "Pelos caminhos-de-ferro, que tinham aberto a Península, rompiam cada dia, descendo da França e da Alemanha (através da França), torrentes de coisas novas [...]. Nesse novo mundo que o Norte nos arremessava aos pacotes [...]" (*Anthero de Quental in memoriam*, p.485).

No campo literário, a "Geração de 70" reage contra o formalismo convencional e o sentimentalismo exagerado do Ultrarromantismo. Debruça-se sobre os problemas culturais, religiosos e políticos da época, renunciando à subjetividade, característica do Romantismo, particularmente após as Conferências do Cassino, onde Eça apresentou o Realismo como uma "Arte Nova" que se devia opor à da época anterior

Os escritores da Geração de 70 não escreveram o que foi o passado nacional ou o que era a sociedade portuguesa. Criaram uma segunda realidade, com personagens caricatas, numa estratégia de revolução estrangeira, através de um radicalismo iconoclasta. Como observou o historiador português António Sérgio, constituíram-se "na brava companhia dos 'bota-abaixo' contra os vícios do Constitucionalismo" (Sérgio, 1971, p.58).

A Geração de 70 não soube, em sua doutrinação juvenil, encontrar o justo equilíbrio entre o desejo de mudança ou de revolução cultural e o respeito pelas matrizes culturais portuguesas. Continuando a reflexão de António Sérgio, "o erro dos de 71, não foi buscarem no estrangeiro um mundo de ideias e uma cultura nova (o que era natural e indispensável), mas prescindirem da análise profunda das realidades vitais do seu país, para lhe suplicar apressadamente muitas vagas doutrinas que encontraram fora" (ibidem, p.64).

O legado fundamental dessa geração foi constituído pela crítica prospectiva de seus componentes, aspirando ao bem coletivo e consubstanciada na decisão de voltar as costas ao passado para poder enfrentar a viabilidade de um futuro compatível com o tempo europeu. A posição crítica tomada pela Geração de 70 foi não só corajosa como, em muitos aspectos, justificada pelo ambiente de estagnação social e cultural que encontrou.

Esse foi o resultado da total abertura de Portugal ao mundo das evoluções científicas e culturais de então. Seus membros foram expoentes do Portugal do liberalismo, lutando por arrancar o país do subdesenvolvimento industrial, comercial e político. E, apesar de terem, muitas vezes, reagido contra tal sociedade, foram eles seus representantes mais perfeitos e integrados.

No entanto, foi seu negativismo que prevaleceu e tornou-se um dado adquirido pelas classes letradas e políticas portuguesas a tal ponto que essas, ainda hoje, visualizam Portugal como os jovens da Geração de 70 o visualizaram em 1871.

2.4 Integrantes dessa geração: uma síntese provisória

Seja qual for a perspectiva que se queira tomar para conceituar a expressão Geração de 70, será a busca do âmbito cronológico formativo dessa geração, "[...] dessa irrupção histórica que veio modificar o panorama cultural português para ali deixar indelével marca" (Medina, 1980, p.9).

> A Geração de 70 foi, pois, um grupo de homens, em vários momentos diversamente reunidos, para contestarem e discutirem valores culturais mais ou menos assentes (teses históricas, correntes literárias, estados de mentalidade, padrões de educação) mas foi também uma problemática, uma atitude mental, uma interrogação sobre a identidade nacional; falar desta geração é também abstrair dos homens e das obras e encarar uma temática comum, uma enunciação de problemas, uma definição do pensamento nacional. (Pires, 1992, p.53)

Álvaro Manuel Machado (1977) considera pertencentes à Geração de 70, repetindo, o que dissemos anteriormente, "os que a geraram no plano das ideias e não os que a ela eventualmente aderiram, prolongando-as historicamente (p.18). Este estudioso coloca os nomes em níveis diversos: isso

significa que na linha de frente temos: Antero de Quental, Eça de Queirós e Oliveira Martins. Secundariamente, Ramalho Ortigão; um pouco mais atrás Teófilo Braga, Gomes Leal, Guerra Junqueiro, Jaime Batalha Reis, Guilherme de Azevedo, Alberto Sampaio, Adolfo Coelho, Augusto Soromenho.

Por sua vez, João Medina, considera que os estudos deixaram de lado as obras e informações sobre a "arraia-miúda" (1980, p.10-11), os menos conhecidos. Excetuando Antero, Eça e Teófilo, não há muita informação sobre Vitor José Verol, Jacob Wahnon, José Pais de Carvalho. Felizmente, hoje já conseguimos informações sobre Raimundo Capela, João Bonança, Anselmo de Andrade e alguns outros.

Podemos inventariar os participantes da Geração de 70, elencando nomes que participaram de momentos-chave que configuraram essa geração. Criamos alguns critérios – *momentos-chave* – que consideramos importantes, pois aglutinaram um determinado grupo, e que ao longo do tempo – de 1860 a 1900 – mostraram-se formadores de ideias, de tendências.

2.5 Momentos-chave que configuraram essa geração (1860/1900)

Criamos sete critérios ou momentos-chave que consideramos importantes para configurar essa geração. São momentos/situações em que nos deparamos com nomes que vemos desde o primeiro momento do encontro desses jovens e os achamos novamente no momento de homenagem a Antero de Quental por ocasião da publicação do livro *Anthero de Quental in memoriam* (1993). Alguns nomes estão presentes em todas as sete situações. Podemos dizer que esse grupo estava junto por várias razões, dentre elas as publicações, atividades programadas juntos e todas as considerações colocadas no início desse item. Ao longo desses quase quarenta anos (1860-1900), podemos considerar que se configuraram como uma geração?

A ideia de se formatar em tabela é visualizar o conjunto e possibilitar que se veja os mesmos nomes nos sete momentos.

Comentaremos cada um dos sete momentos e no final do item elaboraremos uma tabela com os participantes de cada situação-chave. Utilizamos como fontes bibliográficas principais os livros *Anthero de Quental in memoriam* (ibidem) e *As Conferências do Casino e o socialismo*, de João Medina (1984).

1 Conviveram próximos a Antero de Quental em Coimbra (1859-1866)

Alguns pouco nomes conhecidos foram colegas de Antero na Faculdade de Direito em Coimbra, moraram ou frequentaram sua república. Dentre os mais conhecidos, temos Teófilo Braga, que com Antero tiveram a polêmica com Antonio Feliciano de Castilho, que conhecemos como a "Questão Coimbrã" – de 1865 a início de 1866 – mais do que um conflito de ideais estéticos, foi um verdadeiro conflito de gerações. Entre os desconhecidos, encontramos Raimundo Capela, destacado por João Medina (1980, p.10-11) no Brasil em um artigo na *Gazeta de Notícias*, "Antero de Quental", em 1891 (30 set., p.1-2).

> Meu caro Henrique Chaves. Quer que lhe conte alguma coisa a respeito do Antero? [...] Fomos condiscípulos e companheiros constantes, durante cinco anos, em Coimbra. Formamos em 1864. Ele deverá ter vinte e três a vinte de quatro anos. [...]. Na sua casa, à couraça dos Apóstolos, ou na Rua do Borralho, juntavam-se todas as noites uma dúzia de estudantes de todas as faculdades [...]. Daquelas ruidosas conferências, que atordoavam a vizinhança até altas horas, e faziam parar à porta a ronda suspiciosa dos archeiros [...]. Com Antero, colaboravam João de Deus, [...] Alberto Sampaio [...], Germano Meirelles [...], Guimarães Fonseca [...], Cerqueira Lobo [...], Rodrigo Velloso. [...]. Antero e Teófilo, apesar de conterrâneos e por bastante tempo companheiros de casa, nunca combinaram, nunca se deram e, literariamente, emulavam-se e aborreciam-se. (Saraiva, 1990, p.177-178-179, 182)
>
> Era grande a parte que ficava e que pelo conjunto variadíssimo das suas aptidões, qualidades e aventuras florescente da academia. Citamos ao acaso: Cerqueira Lobo, Capella, Leite Monteiro, Alberto Telles, Santos Valente, Benjamim, Segurado, Antonio d'Azevedo Castello Branco, Carvalhal, Florido Telles, Francisco Machado, Oliveira Valle, Alberto e José de Sampaio, Candido de Moraes, David e Cunha, José Julio Rodrigues, Jacintho Nunes, Fernando Rocha, Germano Meyrelles, Philomeno da Camara, Anselmo d'Andrade, Lobo de Moura, Eça de Queiroz, José Falcão, Theóphilo Braga, Anthero de Quental e tantos outros.
>
> Dentre todos estes destacava-se um grupo mais restrito de íntimos amigos [...], entravam neste número além de João de Deus [...] Germano Meyrelles, Florido Telles, Frederico Philemon, J. Felix dos Santos, Santos Valente, Marianno

e Francisco Machado, Alberto e José de Sampaio, Alberto Telles, Anselmo d' Andrade, José Falcão, Philomeno da Camara, Lobo de Moura Azevedo Castello-Branco, Theóphilo Braga e o autor destas linhas [Manuel de Arriaga] [...] José Julio Rodrigues, Luiz Jardim, hoje conde de Valenças. (*Anthero de Quental in memoriam*, 1993, p.98-99)

2 Conviveram no "Cenáculo", casa de Jaime Batalha Reis, Lisboa (1868-1871)

Um dia alguém descobriu na Rua dos Prazeres, a meia encosta da rampa que do vale da Rua de S. Bento sobe à praça da antiga Patriarcal, uma casa que pareceu absolutamente convir-nos e onde nos estabelecemos até 1872. [...] *Foi nessa casa que se planearam as Conferências Democráticas do Casino*. (ibidem, p.464) (grifos nossos)

O Augusto Fuschini, o José Tedeschi, o Philemon da Silva Avelino, o Alberto Telles, o Antonio Machado e o Augusto Machado – [...] vinham também, além dos já mencionados, mas mais acidentalmente. (ibidem, p.449)

Mais tarde chamou-se a isto um Cenáculo. Várias pessoas brilhantes, e do mundo acharam útil colocar-nos em atitudes consagradas e interessantes e atribuir-nos *posés chics*, caluniando-nos com a imitação da Bohemia literária francesa de 1830. Posso, porém, asseverar que o Antero de Quental, e o grupo muito limitado dos seus amigos, ignoraram sempre, absolutamente, que fossem um Cenáculo, ou qualquer outra coisa com pretensões a *Escola*, a *Centro*, o *Núcleo* pitoresco de Filosofia e Arte. (ibidem, p.449)

[...]

Eça de Queiroz nasceu para a literatura no "Cenáculo" de Antero de Quental. Os leitores portugueses terão dificuldade em compreender o que foi o Cenáculo, tão extraordinário, tão maravilhoso, tão fenomenal, tão inexplicável era esse poderoso centro de espírito e de estudo, de fantasia e de ideias no meio da sociedade lisbonense, a mais incaracterística e a mais banal do mundo.

O Cenáculo era uma pequena reunião de rapazes em sessão permanente em casa de Antero. Uns passavam lá o dia. Outros iam lá ficar de noite. Todos ali tinham os melhores dos seus livros, as suas notas, as suas provisões de princípios e de tabaco. [...] As sessões celebravam-se pondo cada um, seus pés em cima da mesa, à altura dos olhos como na América. Tinha-se ao lado uma chávena de chá,

> o cigarro nos beiços e era permitido a cada um desabotoar igualmente os seus paradoxos e o seu colete [...]. (Ortigão, 1887, p.212)

Encontramos nessas linhas a explicação de um clima de boêmia, lazer, fantasia, estudo, amizade, ideias comuns, vontade de intervenção. Aqueles que frequentaram esse espaço comungavam e contribuíam com os planos que ali foram forjados, como as Conferências do Cassino. Quase todos eram ex-alunos de Coimbra. Transportaram-se para Lisboa "a encantada e fantástica Coimbra" (Quental, 1872).

3 Assinaram o Programa das Conferências do Cassino – 18 de maio de 1871, publicado pelo jornal *A Revolução de* Setembro – dados biobibliográficos

Tabela 2.1 – Assinaram o Programa das Conferências do Cassino

	Participante	Data e local de nascimento e morte	Idade em maio-jun. 1871	Faculdade Curso Superior
1	Antero de Quental	* 18 abr. 1842, Ponta Delgada (ilha de S. Miguel/Açores) + 11 set. 1891, Ponta Delgada (ilha de S. Miguel/Açores)	29 anos	Faculdade de Coimbra Curso de Direito
2	Eça de Queirós	* 25 nov. 1845, Póvoa de Varzim + 16 ago. 1900, Paris	26 anos	Faculdade de Coimbra Curso de Direito
3	Francisco Adolfo Coelho	– 15 jan. 1847, Coimbra – 9 fev. 1919, Carcavelos	24 anos	Faculdade de Coimbra Curso de Matemática – 2 anos
4	Augusto (Pereira do Vabo e Anhaya Gallego) Soromenho	– 20 fev. 1833 Apresentação/Aveiro – 9 jan. 1878, Lisboa	38 anos	–
5	Guilherme (Avelino Chaves) de Azevedo	– 30 nov. 1839, Santarém – 6 abr., 1882, Paris	33 anos	–
6	Jaime Batalha Reis	– 24 dez. 1847, Lisboa – 1935, Torres Vedras	24 anos	Instituto Geral de Agricultura Curso de Agronomia/ Silvicultura

	Participante	Data e local de nascimento e morte	Idade em maio-jun. 1871	Faculdade Curso Superior
7	Joaquim Pedro Oliveira Martins	– 30 abr. 1845, Lisboa – 24 ago. 1894, Lisboa	26 anos	Não terminou o liceu (ensino médio)
8	Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue	– 8 jul. 1840, Matriz/Horta (ilha do Faial/Açores) – 5 mar. 1917, Lisboa	31 anos	Faculdade de Coimbra Curso de Direito
9	Salomão Bensabat Sáragga	– 19 set. 1842, Lisboa – 4 fev. 1900, Lisboa	29 anos	–
10	Joaquim Teófilo Fernandes Braga	– 24 fev. 1843, Ponta Delgada/Ilha de São Miguel (Açores) – 28 jan. 1924, Lisboa	28 anos	Faculdade de Coimbra Curso de Direito
11	Augusto Fuschini	– 1843, Lisboa – 8 mar. 1911, Lisboa	22 anos	Faculdade de Coimbra Curso de Matemática, Engenharia Civil e Engenharia de Minas
12	Germano Vieira de Meireles	– 22 fev. 1842, Penafiel – 3 dez. 1877, Porto	29 anos	Faculdade de Coimbra Curso de Direito

Observação: onde há espaço em branco, não há informações a respeito.

Temos um perfil da vida e da idade desses jovens intelectuais – o mais novo, Augusto Fuschini, com 22 anos, e o mais velho, Augusto Soromenho, com 38, uma exceção. Na faixa dos 20, temos 22, 24, 26 e 29 anos. Na faixa dos 30, temos 31 e 33 anos. Diríamos que a idade média era de 28 anos. A maioria era formada em curso superior, geralmente em Direito, em Coimbra.

4 Estavam agendados para realizar as conferências – maio-junho de 1871

Tabela 2.2 – Conferências Democráticas do Cassino Lisbonense

Conferências realizadas			
Nº	**Conferencista**	**Título**	**Data**
1	Antero de Quental	O Espírito das Conferências	22 maio
2	Antero de Quental	Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos	27 maio
3	Augusto Soromenho	A Literatura Portuguesa	5 jun.

Conferências realizadas			
Nº	**Conferencista**	**Título**	**Data**
4	Eça de Queirós	A Literatura Nova (o Realismo como Nova Expressão de Arte)	12 jun.
5	Adolfo Coelho	O Ensino	19 jun.
Conferências não realizadas			
6	Salomão Sáragga	Os Historiadores Críticos de Jesus	26 jun.
7	Jaime Batalha Reis	O Socialismo	–
8	Antero de Quental	A República	–
9	Adolfo Coelho	A Instrução Primária	–
10	Augusto Fuschini	A Dedução Positiva da Ideia Democrática	–

5 Assinaram o protesto no dia da proibição das conferências – 26 de junho (ver *O Diário Popular*, n. 1.689, 27 de junho)

No dia 26 junho, o ministro do Reino, marquês de Ávila e Bolama assinou uma portaria proibindo o restante das conferências (da sexta à décima). À noite, depois de encontrarem o Cassino fechado, os organizadores foram até o Café Central, a um quarteirão de distância, e redigiram um texto que foi assinado por cinco nomes e depois por mais 49 pessoas (ver página 30 item 5). Dentre os conhecidos como Rafael Bordalo Pinheiro; Miguel Lupi, José Fontana (organizador das Conferências). Foi publicado no jornal *O Diário Popular* em 27 de junho e vários jornais republicaram essa notícia.

6 Participaram do grupo Vencidos da Vida (1887-1893)

Um grupo de onze pessoas conhecidas se reuniam para conversar, jantar, entre os anos de 1887-1893, no Café Tavares, Hotel Bragança ou na casa de algum deles, ou em restaurantes famosos. Eça chamou-lhes "grupo jantante", no artigo que escreveu anonimamente para *O Tempo,* em 29 de março de 1889, como resposta a um comentário de Pinheiro Chagas publicado no *Correio da Manhã*, em 28 de março de 1889, n.1.331, p.1.

7 Escreveram textos para o livro em homenagem a Antero de Quental, *Anthero de Quental in* memoriam (2003)

Depois do suicídio de Antero em 1890, um grupo de amigos organizou um livro como forma de homenageá-lo. No prefácio, é explicado todo o percurso dessa publicação. O livro saiu em 1893.

Veremos que todos esses "critérios" que criamos para detectar um participante da Geração de 70, giram em torno de Antero de Quental. Este é o cabeça, a personagem principal, o mestre mítico de uma geração.

Iremos inserir nomes que participaram desses *momentos/situações-chave.* Poderemos observar os nomes de quem esteve nesses momentos, seja por concordar com as ideias, seja por amizade e também aquele que, apesar de próximo, não se inserem nessas situações.

Alguns nomes irão se repetir nesses sete itens. Cada um poderá formar seu próprio elenco de membros com níveis de participação. O conjunto de participantes, de ideário configurará essa geração.

Elencaremos nomes relativos a cada um dos sete itens.

Participantes dos momentos-chave que configuraram essa geração (1859-1860, chegada de Antero a Coimbra – 1900, morte de Eça de Queirós)

1 Conviveram com Antero de Quental – Coimbra – 1859-1866

Participaram ativamente da Questão Coimbrã

1. Antero de Quental
2. Teófilo Braga
3. Vieira de Castro

Conviveram com Antero de Quental

1. Carlos Mayer
2. João de Deus
3. Mariano Machado de Faria e Maia
4. Francisco Machado de Faria e Maia
5. Eça de Queirós
21. João Lobo de Moura
22. J. Felix dos Santos
23. José Falcão
24. Antonio de Azevedo Castelo-Branco
25. José Júlio Rodrigues

6. Santos Valente
7. Augusto Soromenho
8. Alberto Sampaio
9. José de Sampaio
10. Germano Meireles
11. Guimarães Fonseca
12. Cerqueira Lobo
13. Rodrigo Velloso
14. Raimundo Capela
15. José Leite Monteiro
16. Frederico Philemon da Silva Avelino
17. Manuel de Arriaga
18. Alberto Telles de Utra Machado
19. Anselmo de Andrade
20. Filomeno da Câmara – Dr. (futuro médico de Antero)
26. Luiz Jardim (conde de Valença)
27. Flórido Telles de Vasconcelos
28. Nicolau de Almeida
29. Conde de Resende
30. Carvalhal
31. José Bernardino de Abreu Gouveia
32. Fernando Rocha
33. Guilherme Vasconcelos Abreu
34. Jaime de Magalhães Lima
35. Oliveira Valle
36. Candido de Morais
37. David e Cunha
38. José e Julio Rodrigues
39. Jacinto Nunes
40. Segurado

2 Conviveram no "Cenáculo" – casa de Jaime Batalha Reis – 1868-1871 – Lisboa

1. Antero de Quental
2. Eça de Queirós
3. Augusto Soromenho
4. Adolfo Coelho
5. Salomão Sáragga
6. Augusto Fuschini
7. Carlos Mayer
8. João de Deus
9. Mariano Machado de Faria e Maia
10. Francisco Machado de Faria e Maia
11. Santos Valente
12. Jaime de Magalhães Lima
13. Alberto Sampaio
14. José de Sampaio
15. Frederico Philemon da Silva Avelino
16. Manuel de Arriaga
17. Germano Meirelles
18. Alberto Telles de Utra Machado
19. Filomeno da Câmara – Dr. (futuro médico de Antero)
20. Anselmo de Andrade
21. João Lobo de Moura
22. José Falcão
23. Conde de Resende
24. Germano Meireles

3 *Fizeram palestras Conferências do Cassino – maio-junho de 1871*

1. Antero de Quental
2. Augusto Soromenho
3. Eça de Queirós
4. Adolfo Coelho

Conferências do Cassino não realizadas

1. Salomão Sáragga
2. Jaime Batalha Reis
3. Adolfo Coelho
4. Augusto Fuschini

4 Assinaram o Programa da Conferências 18 de junho no jornal *A Revolução de Setembro*

1. Antero de Quental
2. Eça de Queirós
3. Augusto Soromenho
4. Jaime Batalha Reis
5. Adolfo Coelho
6. Salomão Sáragga
7. J. P. Oliveira Martins
8. Teófilo Braga
9. Guilherme de Azevedo
10. Manuel de Arriaga
11. Augusto Fuschini
12. Germano Meireles

5 Assinaram o protesto no dia da proibição das conferências-26 de junho (ver *O Diário Popular*, n. 1.689, 27 de junho)

1. Antero de Quental
2. Eça de Queirós
3. Adolfo Coelho
4. Salomão Sáragga
5. Jaime Batalha Reis

Mais 49 cidadãos assinaram o protesto:

1. Jacob Wahon
2. Santos Nazareth (2)
3. Albano Coutinho Junior (3)
4. A. da Silva Pinto (4)
5. Costa Goodolphim (5)
6. José Fontana (6)
7. José Carrilho Videira (7)
8. Miguel Angelo Lupi (8)
9. José C. Nobre França (9)
10. Rafael Bordalo Pinheiro (10)
11. João Maria Tedeschi (11)
12. José M. Pereira Junior (12)
13. José Maria de Andrade
14. José M. Maceyra
15. José de Figueiredo
16. Eduardo Augusto Fernandes
17. Joaquim Dias de Mello
18. André Domingues Santos
19. André Domingues
20. Antonio Soares Monteiro
21. Victoriano Franco Ferreira Braga
22. F. Aguiar
23. Luiz de Castro
24. João Rodrigues Pereira de Souza

25. Joaquim Augusto de Oliveira (13)
26. Antonio Manuel da Fonseca (14)
27. José Pais de Carvalho
28. Francisco Guilherme de Souza
29. Joaquim Ferreira de Campos
30. Carlos de Moura Cabral
31. Ernesto Lassy
32. Domingos José de Azevedo
33. José M. de Melo
34. Antonio Garcia de Medeiros
35. Reynaldo de Assis
36. M.A. Sequeira
37. H. Gouvêa
38. Felix de Oliveira
39. Ernesto de Carvalho Mesquita Coelho e Vasconcellos
40. João Luíz da Silva Vianna
41. João Chrysostomo Mackonelt
42. Victor José Verol
43. Francisco dos Santos Lima
44. Eduardo Nunes da Mata
45. Alberto de Queirós
46. Francisco de Almeida
47. Emílio Riché
48. Luis R. da Silva Eça
49. Carlos Marten

6 Vencidos da Vida – reuniam-se para jantar, conversar – "grupo jantante" – 1887-1893

1. Eça de Queirós
2. Carlos Mayer
3. Ramalho Ortigão
4. Guerra Junqueiro
5. J. P. Oliveira Martins
6. Carlos Lobo de Ávila
7. Conde de Sabugosa
8. Conde de Ficalho
9. Luís de Soveral
10. António Cândido
11. Bernarndo de Pindela (conde De Arnoso)
12. Carlos Valbom

7 Escreveram para o livro *Antero de Quental in memoriam*, 1893

1. Eça de Queirós
2. Jaime Batalha Reis
3. Guerra Junqueiro
4. J. P. Oliveira Martins
5. Adolfo Coelho
6. Salomão Sáragga
7. Luiz de Magalhães
8. Alberto Sampaio
9. Francisco Machado de Faria e Maia
10. João Machado de Faria e Maia
11. M. A. Machado de Faria e Maia
12. Visconde de Faria e Maia
13. João Lobo de Moura
14. Anselmo de Andrade
15. A. L. Santos Valente
16. C. Andrade Albuquerque
17. Joaquim de Araújo
18. Jaime de Magalhães Lima
19. João de Deus
20. Filomeno da Câmara
21. Eugênio Vaz P. do Canto e Castro
22. Alice Moderno
23. Carolina Michaellis de Vasconcelos
24. Joaquim de Vasconcelos
25. Manoel de Arriaga
26. M. Duarte d'Almeida
27. J. T. Souza Martins
28. Ernesto do Canto
29. Joaquim de Araújo

Ao longo de quarenta anos – de 1860 a 1900 – desde a chegada de Antero a Coimbra (setembro de 1959) a 1900 (morte de Eça), um grupo de amigos encontrou-se em vários momentos com o mesmo pensamento e tendências. Com exceção das figuras consensuais – Antero, Eça, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins –, podemos chamá-los de uma geração?

Dificilmente poderá estabelecer-se um paralelo entre as vidas dos principais componentes da Geração de 70. As suas origens sociais foram diferentes – da fidalguia açoriana de Antero de Quental à média burguesia lisboeta de Oliveira Martins, passando pela média burguesia portuense, culturalmente mais fechada de Ramalho Ortigão e pela alta burguesia ainda com restos de aristocracia de Eça – as suas carreiras profissionais e as suas tomadas de posição políticas foram por vezes opostas. Da mesma maneira, embora momentaneamente, os seus interesses culturais coincidissem, as suas formações filosóficas, literárias e mesmo políticas foram bem diversas.

Mas houve essa convergência momentânea, esse ponto de encontro histórico decisivo, esse súbito partilhar de ideias, em suma, essa vontade comum de redescobrir Portugal no seu todo. Isso bastou para que a dinâmica da geração se desencadeasse. A data "oficial" deste desencadear de ideias foram as Conferências do Casino – maio-junho de 1871, em Lisboa. No entender de Álvaro Manuel Machado (1977), a Geração de 70 foi uma geração cultural das mais homogêneas. A criação estética concretizou-se plenamente em obras de seus membros.

Percorremos a segunda metade do século XIX com o mesmo grupo de pessoas, que marcou decisivamente a vida nacional, política, histórica e culturalmente. Uma revolução é feita de múltiplas contribuições, mas poucos serão os verdadeiros mentores, aqueles que formando uma elite ficam para a posteridade. Um grupo que gerou ideias e obras que repercutiram por um determinado número de grandes figuras, num determinado momento de confluências de tendências culturais.

2.6 Dados biobibliográficos da Geração de 70

Neste item temos por objetivo apresentar o conjunto de pessoas que assinaram o "Programa das Conferências", publicado no jornal *A Revolução de Setembro* em 18 de maio de 1871. Apresentaremos uma tabela com: nome,

local e data de nascimento e morte, idade à época da realização das conferências, formação educacional de cada um para verificar se formam um grupo levando em conta os critérios mostrados por João Medina (1980).

Com essa opção metodológica, pode ser explicitado a irrupção histórico-cultural dessas personalidades e outras mais, que seriam agrupadas com o nome de "Geração de 70".

Apresentamos uma tabela com nome completo, nascimento, morte, curso realizado, para termos um resumo dos objetivos dos nomes que assinaram o Programa das Conferências, publicado em 18 de maio de 1871 (Tabela 2.1). Nos espaços em branco da tabela, não há informação a respeito.

Em seguida apresentamos uma biobibliografia dos principais nomes da Geração de 70, colhida em diversas fontes com imagem do respectivo integrante desse grupo, quando esta tiver boa resolução e for de domínio público.

Utilizamos alguns sites e obras para coleta de informações biobibliográficas e imagens. Os mais utilizados foram: Instituto Camões (institutocamoes.pt), Wikipédia (pt.wikipedia.org), Diário Universal (diário-universal.com), Infopédia (www.infopedia.pt), Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas-DGLAB (livro.dglab.gov.pt) e Citi (www.citi.pt). E algumas obras, especialmente *Anthero de Quental in memoriam* (1993) e João Medina, *As Conferências do Casino e o socialismo* (1984).

Colocaremos as fontes utilizadas nos verbetes abaixo para cada participante da Geração de 70 em notas de rodapé. Escolhemos alguns nomes para detalhar dados biobibliográficos que se repetiram nas sete colunas da tabela "Participantes dos momentos-chave que configuraram essa geração 1860-1900).

Antero de Quental (Ponta Delgada, 1842 – Ponta Delgado, 1891).[1] "Tornou-se símbolo de uma geração – a Geração de 70 ou a Geração de Antero –; é referência obrigatória na poesia, no ensaio filosófico, literário, no jornalismo e também nas lutas pela liberdade de pensamento e pela justiça social. É oriundo de uma das mais antigas famílias de colonizadores

1 Texto e imagem extraídos de Martins, Antero de Quental, on-line. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/antero-de-quental. Acesso em: 17 set. 2022.

micaelenses (originários da Ilha de São Miguel, no Arquipélago dos Açores). Seu avô, André da Ponte de Quental, foi signatário da Constituição de 1822, e seu pai, Fernando de Quental, um dos 7.500 Bravos do Mindelo.

Chegou em Lisboa aos 10 anos, para estudar no colégio de António Feliciano de Castilho; ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra aos 16 anos, em 1859, tornando-se líder dos estudantes e seu porta-voz; foi o autor de vários manifestos contra o conservadorismo intelectual e sociopolítico do tempo. Seu primeiro livro de poesia data de 1860, e em 1865 publica *Odes modernas*. Essa obra é decisiva no panorama literário português, pois a sua edição marca o advento da poesia moderna e está na origem da polêmica literária (durou cerca de seis meses, com mais de quarenta opúsculos) denominada "Questão Coimbrã" ou do "Bom Senso e Bom Gosto".

Após o término do curso de Direito (1864) é atraído pelos ideais socialistas de Proudhon, acaba por aprender a arte de tipógrafo na Imprensa Nacional, deslocando-se depois a Paris em 1867, para aí exercer o oficio e familiarizar-se com os problemas do proletariado. Durante essa estada, traumatizante e de curta duração, chegou a frequentar aulas no Collège de France. De regresso a Lisboa (1969) é convidado pelo partido espanhol de Pi y Margall, após o triunfo da revolução republicana em Espanha, para colaborar num jornal democrático e iberista. Escreve então "Portugal perante a Revolução de Espanha", em que critica duramente a centralização política, defendendo que só através de uma federação republicana democrática se poderia encontrar solução para os males da Península. Em 1868 viaja para Estados Unidos e Canadá.

No regresso, passa a residir com Batalha Reis num andar da Travessa do Guarda-Mor (atual rua do jornal *Diário de Notícias*), o "Cenáculo", como era conhecido entre os amigos: Oliveira Martins, Eça de Queirós, Manuel de Arriaga, José Fontana, Ramalho Ortigão, entre outros. Inicia então (1870) uma intensa atividade política e social. Colabora na fundação de associações operárias e na introdução, em Portugal, de uma seção da Associação Internacional dos Trabalhadores; publica folhetos de propaganda. O jornalismo também o atraía, tendo sido um dos diretores de *A República – Jornal da Democracia Portuguesa*. Em 1872, publicou anonimamente o folheto "O que é a Internacional", destinado a angariar fundos para a criação de um novo jornal, *O Pensamento Social*, que dirige de parceria com Oliveira Martins.

O período mais estimulante da sua vida pública foi o que culminou com a organização, junto com Batalha Reis, das Conferências do Cassino, que se inauguraram em 22 de maio de 1871, no Cassino Lisbonense. A sua finalidade era a reflexão sobre as condições políticas, religiosas e econômicas da sociedade portuguesa no contexto europeu, porque "não podia viver e desenvolver-se um povo isolado das grandes preocupações intelectuais do seu tempo" (Programa das Conferências de 1871, *A Revolução de Setembro*, 18 maio 1971, p.2), lia-se no Programa das Conferências. A mais célebre das conferências é a sua: "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Três Últimos Séculos", que foi imediatamente impressa e se tornou no seu mais conhecido texto em prosa. Para ele, a decadência das nações peninsulares, tão prósperas nos séculos XV e XVI, era devida a três causas de diversa natureza: moral, política e econômica. A primeira relacionava-se com a transformação do cristianismo pós-Concílio de Trento; a segunda, atribuiu-a ao absolutismo, tão nefasto para a vida política e social como o catolicismo para a Igreja; a terceira causa, sem discutir o caráter heroico das descobertas, tinha a ver com as conquistas longínquas que levaram à decadência econômica da metrópole. Nunca em Portugal se fora tão longe na denúncia das consequências do poder temporal da Igreja, e por isso as conferências acabaram por ser proibidas através de portaria real. Da agitação que se seguiu a este atentado às liberdades, consagradas, mas não respeitadas, resultou a queda do governo que as suprimira.

Nunca a ação política impediu Antero de continuar a vida literária. Em 1872, editam-se *Primaveras românticas: versos dos 20 anos* e *Considerações sobre a filosofia da história literária portuguesa*. Dois anos depois, manifesta-se a primeira crise de uma doença nunca completamente diagnosticada, que o vai impedir de se consagrar continuadamente a qualquer atividade. Ainda assim, fundou em 1875, com Batalha Reis, a *Revista Ocidental*, que visava a aproximação dos povos peninsulares. Durou apenas seis meses, pois a ideia que presidiu à sua concepção surgiu adiantada no tempo, embora os laços entre intelectuais das duas nações se tivessem então estreitado de modo muito significativo.

Como a medicina nacional (Sousa Martins, Curry Cabral) não conseguisse atinar com o seu mal, decide ir a Paris consultar o célebre médico Charcot, que lhe receita uma cura num estabelecimento termal dos arredores de Paris, em 1878 e 1879. De volta a Lisboa, e sentindo algumas melhoras,

retoma a atividade política e aceita candidatar-se como deputado pelo Partido Socialista nas eleições gerais de 1879 e 1880, embora não alimentando esperanças de vir a ser eleito. No ano seguinte, após ter adotado as filhas do seu grande amigo de Coimbra, Germano Meireles, falecido em 1878 (Albertina, de 3 anos, e Beatriz, de 1 ano e meio), decide fixar residência em Vila do Conde, onde irá permanecer dez anos, os mais calmos e literariamente mais produtivos da sua vida.

É em Vila do Conde que escreve os últimos sonetos, reflexo do espiritualismo que lhe permitirá ultrapassar a crise pessimista: "Voz interior", "Solemnia Verba", "Na mão de Deus", entre outros, do último ciclo dos *Sonetos completos*, editados em 1886. A nova orientação de pensamento demonstrada nos últimos poemas e em *A filosofia da natureza dos naturalistas* (1886) surge exposta de modo inequívoco no ensaio filosófico *Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX*, escrito a pedido do amigo Eça de Queirós, então diretor da *Revista de Portugal* e aí publicado nos primeiros meses de 1890.

É também em 1890 que se situa a sua última intervenção política, após o Ultimatum Inglês, quando o país se levantou contra a humilhação da Grã-Bretanha. Nesse contexto nasceu no Porto um projeto nacionalista – A Liga Patriótica do Norte –, cujos promotores foram a Vila do Conde convidá-lo para Presidente. O movimento em breve se extinguiu, devido a rivalidades partidárias e com ele a última ilusão de Antero.

Surge então o projeto de se fixar definitivamente em Ponta Delgada (Ilha de São Miguel, nos Açores), juntamente com as filhas adotivas, tendo embarcado em 5 de junho de 1891. As primeiras cartas aos amigos são otimistas, mas, em breve, o seu estado de saúde se agrava. No dia 11 de setembro, à hora do crepúsculo, após ter comprado um revólver, arma que usa pela primeira vez, Antero suicida-se, no Largo de São Francisco, junto ao Convento da Esperança.

Suas obras incluem *Sonetos de Antero* (1861); *Beatrice e fiat lux* (1863); *Odes modernas* (1865); *Bom senso e bom gosto* (1865); *A dignidade das letras e as literaturas oficiais* (1865); *Defesa da Carta Encíclica de Sua Santidade Pio IX* (1865); *Portugal perante a Revolução de Espanha* (1868); *Primaveras românticas* (1872); *Considerações sobre a filosofia da história literária portuguesa* (1872); *A poesia na atualidade* (1881); *Sonetos completos* (1886); *A filosofia da natureza dos naturalistas* (1886); *Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX* (1890); *Raios de extinta luz* (1892).

Adolfo Coelho (Coimbra, 1847 – Carcavelos, Cascais, 1919).[2] Teve uma infância difícil. Fez o ensino médio em Coimbra. Entrou com 15 anos na Universidade de Coimbra no curso de Matemática em que ficou apenas dois anos, abandonando os estudos. Foi autodidata. Aprendeu alemão sozinho, estudando autores alemães. Sua conferência (quarta) nas Conferências do Cassino – "O Ensino" – foi publicada em livro em 1910 pelo próprio autor e foi a que causou maior irritação nos meios governamentais e institucionais. Era irmão de Eduardo Coelho, fundador e diretor, até sua morte, do jornal lisboeta, *Diário de Notícias* (dezembro de 1864), o que lhe proporcionou uma descrição perfeita do conteúdo de sua palestra. Iniciou seu trabalho concentrando seu trabalho no estudo da literatura e tradições populares. Na área da literatura popular, Adolfo Coelho organizou a primeira recolha sistemática de contos populares portugueses (*Os contos populares portugueses*, 1879), assim como as primeiras recolhas de literatura e tradições infantis (*Jogos e rimas infantis*, 1883). Defensor da escola Froebel, criador dos Kindergarten. Na área das tradições populares, além de inúmeros outros estudos avulsos, Coelho foi autor de *Materiais para o estudo das festas, crenças e costumes populares portugueses* (1880) – publicado na *Revista de Etnologia e Glotologia*, por ele fundada e dirigida –, que constituem uma das mais importantes recolhas de tradições populares da Antropologia portuguesa oitocentista. Lecionou na Escola Superior Normal de Lisboa e foi diretor da Escola Rodrigues Sampaio, criada por sua iniciativa. Organizou um importante Museu Pedagógico na Velha Escola do Magistério Primário de Lisboa. Ingressou no meio universitário em 1878, no Curso Superior de Letras. Ministrou aulas de Filologia Romana Comparada e Filologia Portuguesa. Foi uma das figuras decisivas na criação e desenvolvimento inicial das ciências da Etnografia e Antropologia em Portugal. Autor de *Alexandre Herculano e o ensino público* (1910); a conferência "O ensino" foi publicada em folheto, com o título *A questão do ensino*. Imbuído de germanismo e hegeliano confesso, chamou a atenção para a importância de David Friedrich Strauss (1808-1874) com a obra *Vida de Jesus criticamente examinada* (1835).

2 Fontes: https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/adolfo-coelho. Acesso em: 17 set.2022; https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Adolfo_Coelho. Acesso em: 17 set. 2022; https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$adolfo-coelho. Acesso em: 17 set. 2022.

Em sua conferência, Adolfo Coelho ataca a união da Igreja e do Estado colocada na Carta Constitucional, contestando o catolicismo como religião imposta a todos os portugueses. Essa união impedia a liberdade de questionamento e criação de espírito científico que encara racionalmente todas as conquistas do saber e suas verdades. Outras obras são *Os ciganos em Portugal* (1892); *Noções elementares de língua portuguesa*, (1880); *Le cours supérieure de Lettres* (1900); *Cultura e analfabetismo* (1916). Colaborou nos periódicos *Renascença* (1878-1879?), *El Pantheon* (1880-1881), *Froebel* (1882-1884), *Blanco y Negro (*1896-1898) e *Serões* (1901-1911); *fundou e dirigiu a Revista de Etnologia e Glotologia*, que constitui uma das coleções mais importantes de tradições populares compiladas por antropólogos portugueses do século XIX. Foi autor, ainda, de *A questão do ensino* (1872); *A reforma do curso superior de Letras* (1880); *O trabalho manual da escola primária* (1882); *Secção de ciências étnicas: esboço de um programa para o estudo antropológico, patológico e democrático do povo português* (1890); *Os elementos tradicionais da educação* (1883); *Para a história da instrução popular* (1895); *O ensino histórico, filológico e filosófico em Portugal até 1858* (1900); e *O curso superior de Letras e os cursos de habilitação para o magistério secundário* (1908).

Augusto Soromenho/Seromenho (Freguesia de Apresentação, Aveiro, 1834 – Lisboa, 1878).[3] A família morou em Aveiro e acabou por se fixar no Porto. Ainda muito novo, empregou-se como escrevente das alfândegas. À noite, lia livros que obtinha por empréstimo, revelando-se um autodidata, pois aprendera latim e obtivera profundos conhecimentos de literatura. Nas horas vagas e nos feriados, visitava a Biblioteca de São Lázaro, cujos funcionários se admiravam por vê-lo consultar os clássicos e as obras escritas em línguas mortas. Na Biblioteca de São Lázaro travou conhecimento em 1851 com José Ferreira da Silva, redator do jornal diário *Portugal* (Porto), um periódico conservador, que o contratou como revisor. Pouco depois, passou a colaborar no jornal, mostrando-se nos seus escritos defensor dos princípios conservadores. Passou a colaborar em diversos

3 Fontes: https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$augusto-soromenho. Acesso em: 17 set. 2022; https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Soromenho. Acesso em: 17 set.2022; *Dicionário cronológico de autores portugueses*, on-line. Disponível em: http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=6499. Acesso em: 17 set. 2022.

periódicos católicos: *A Cruz* e *O Cristianismo*; dirigiu o periódico *Biblioteca Católica do Século XIX*. Passou a frequentar os meios intelectuais portuenses, estabelecendo relações com algumas das figuras importantes da intelectualidade da época. Por essa altura, passou a assinar artigos com o nome de Augusto Pereira de Vabo y Añaya Gallego Soromenho e outros com o de *Castro e Pedegache.* Tinha gênio difícil e pouca sociabilidade. Em 1855, com 22 anos de idade, publicou no Porto o volume *Diwan (Divã)* (poesia), hoje obra rara. Também por volta de 1855 obteve um modesto emprego na Biblioteca do Porto, onde se dedicou ao estudo da história de Portugal e de Arqueologia. Em inícios de 1858, conheceu Alexandre Herculano, que ficou impressionado com os seus conhecimentos dos clássicos e da língua portuguesa. Desse encontro resultou um convite de Herculano para se transferir para Lisboa e passar a colaborar nos seus trabalhos de história de Portugal. Augusto aceitou e a partir de meados de 1858 passou a trabalhar na biblioteca da Academia Real das Ciências de Lisboa, tendo nessas funções sucedido a Alexandre Herculano na coordenação da obra *Portugaliæ Monumenta Histórica*. Apesar disso, e seguindo o seu padrão de relacionamento difícil, acabou por cortar relações com o seu antigo protetor, que em retaliação lhe cortou o acesso ao acervo da Torre do Tombo. Em fins de 1859, era delegado da Academia Real das Ciências de Lisboa, em Madri. Ali frequentou o curso de Árabe. Regressou depois a Lisboa, onde lecionou o idioma durante alguns anos no Liceu Nacional de Lisboa. Em 1867, substituiu António Pedro Lopes de Mendonça na sua cátedra de Literatura Portuguesa no Curso Superior de Letras, onde, em 1872, passou a reger a cadeira de História. Foi um dos conferencistas do Cassino, em 6 de junho de 1871, terceira conferência, "A Literatura Portuguesa Contemporânea". Augusto Soromenho faleceu em 9 de janeiro de 1878, vítima de tuberculose pulmonar. Foi casado com uma portuense, Maria da Glória, e dessa união nasceu um único filho, falecido em Lisboa a 9 de maio de 1899, também chamado Augusto Soromenho, que publicou diversos trabalhos, entre os quais um *Dicionário corográfico postal*.

Augusto Fuschini (Lisboa, 1843 – Lisboa, 1911).[4] Engenheiro civil, chefe de serviços da companhia de Caminhos de Ferro Portugueses, vogal do Conselho dos Monumentos Nacionais, ministro de Estado honorário e conselheiro de Estado efetivo, vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Participou das Conferências do Cassino. Militou no Partido Regenerador, foi deputado no período 1879-1904. Professava ideias socialistas, defendendo a causa do operariado com grande simpatia e fazendo propaganda para a criação de cooperativas. Foi ministro da Fazenda em 1893, no governo de Ernesto Rudolfo Hintze Ribeiro, e, em 1899, eleito deputado pelo círculo de Santiago do Cacém, localidade a que muito ficou ligado. Descendia de uma família italiana estabelecida em Portugal, por parte de um pintor, Archangelo Fuschini, que trabalhara no Palácio da Ajuda. Matriculou-se no curso de Matemática da Faculdade de Ciências e no curso de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo sido um dos estudantes mais laureados do seu tempo. Formou-se seguidamente em engenharia civil e em engenharia de minas, concluindo o curso com distinção. Terminado o curso, iniciou uma carreira na área da engenharia, à qual aliou um grande interesse por monumentos, pela arquitetura e pela história da arte. Presidiu diversas comissões de melhoramentos públicos. No fim da vida interessou-se por questões arqueológicas e artísticas, particularmente pelo restauro da Sé de Lisboa. Concorreu a uma cadeira na Escola de Belas-Artes de Lisboa. Apesar das fortes dissidências políticas em que se envolveu, adversário de João Franco, manteve o seu assento parlamentar, tomando parte nas discussões mais relevantes, especialmente as que versaram questões econômicas e financeiras, matérias que estudara com profundidade e sobre as quais escreveu múltiplos artigos e discursos. Produziu múltiplos artigos dispersos na imprensa, com destaque para as revistas *Jornal do Domingo* (1881-1888) e *Ilustração Portuguesa*. Escreveu um livro de memórias, *Liquidações políticas: vermelhos e azuis*, 1899; *Ensaios de História de arte/A arquitetura religiosa na Idade Média*, 1904; e um folheto de treze páginas sobre socialismo, editado pela Tipografia Imprensa Literária, em Coimbra.

---

4 Fontes: *Dicionário cronológico de autores portugueses*, on-line. Disponível em: http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=7281. Acesso em: 17 set. 2022; https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Fuschini. Acesso em: 17 set. 2022.

Rafael Bordalo Pinheiro (Lisboa, 1846 – Lisboa, 1905).[5] Raphael Augusto Prostes Bordallo Pinheiro, irmão do pintor Columbano, segue a tradição familiar de uma vida dedicada às Artes. Empreendedor e multifacetado, trilhou um percurso muito próprio, dedicando-se às artes gráficas, artes plásticas, cerâmica, desenho de objetos e decoração, produzindo uma vasta obra que reflete quase sempre de forma crítica o cotidiano cultural, político e social da sua época. Vivendo num período de mudança em que o Fontismo, promovendo o desenvolvimento tecnológico e industrial, imprimiu uma nova dinâmica nos diversos setores da sociedade, Rafael Bordalo Pinheiro foi também ele inovador, desenvolvendo o desenho humorístico e o cartum como expressão artística. Integrando o círculo de intelectuais e artistas que definiram a Geração de 70 e privando com personalidades dos diversos setores de influência da sociedade oitocentista, incluindo a própria Corte, Bordalo Pinheiro consegue, através da sua obra, mostrar um retrato fidedigno da sociedade de então. Consciente do poder e da força da imprensa, funda diversos periódicos, utilizando a caricatura como veículo para a defesa dos seus ideais. Virtuoso desenhista, caricaturista e ceramista, colocou o seu imenso talento plástico a serviço das suas convicções cívicas e políticas. Suas criações satíricas servem-nos hoje como serviram há 150 anos. Brilhantíssimo, de humor felino, sua torrencial produção deixou-nos um espólio impressionante que passa ainda pelos variadíssimos jornais que fundou e por uma fábrica que hoje exporta as suas criações em cerâmica para o mundo inteiro. Artistas contemporâneos reinventam-no com sucesso internacional.

Eça de Queirós (Póvoa de Varzim, 1845 – Paris, 1900).[6] Eça de Queirós desenvolveu a sua vida literária entre 1866 e 1900. Formado na Coimbra romântica e boêmia dos anos 1860, o jovem Eça acolhe Antero de Quental como líder de uma geração de intelectuais abertos ao influxo de correntes

5 Fontes: https://museubordalopinheiro.pt/rafael-bordalo-pinheiro/; https://pt.wikipedia.org/wiki/Rafael_Bordalo_Pinheiro; https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/rafael-bordalo-pinheiro?highlight=WyJib3JkYWxvIiwicGluaGVpcm8iLCJib3JkYWxvIHBpbmhlaXJvIl0=.

6 Extraído de Reis, Eça de Queirós, on-line. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/eca-de-queiros. Acesso em: 17 set. 2022.

estéticas e ideológicas que se projetam na vida literária desses anos e das décadas seguintes: socialismo, Realismo, Naturalismo e outras (cf. "Um génio que era um santo", em *Anthero de Quental In Memoriam*, 1993, p.481-522). Logo depois, em Lisboa e em Évora, Eça de Queirós conhece a experiência do jornalismo (em *O Distrito de Évora* e na *Gazeta de Portugal*, onde colabora com folhetins postumamente editados em livro, em 1903, com o título *Prosas bárbaras*). A invenção (com Antero de Quental e Batalha Reis) da figura de Carlos Fradique Mendes bem como a composição de *O mistério da estrada de Sintra* (publicado em cartas, em 1870, no *Diário de Notícias*, de parceria com Ramalho Ortigão) prolongam ainda o tom e a temática romântica que caracterizam esse Eça em tempo de aprendizagem literária. As Conferências do Cassino (em maio-junho de 1871 e de novo sob o impulso motivador de Antero) representam, na vida literária de Eça de Queirós e da sua geração, um momento decisivo e de abertura a novos rumos estéticos e ideológicos: relaciona-se essa abertura com a análise e com a crítica da vida pública que *As Farpas* (1871-1872, com Ramalho Ortigão) haviam iniciado, sob o signo do Realismo e já mesmo do Naturalismo emergentes em Portugal. O fato de ter saído do país, em 1872, quando parte para o seu primeiro posto consular, em Havana, não impede o romancista de fazer da crítica à vida pública do seu país um dos grandes vetores da sua obra. A verdade, porém, é que Eça se vê confrontado com a distância a que se encontra o espaço português que deveria observar e o diz numa carta a Ramalho Ortigão, a 8 de abril de 1878: "Convenci-me de que um artista não pode trabalhar longe do meio em que está a sua matéria artística" (Queiroz, 2000, p.123). As *Cenas portuguesas* (ou *Cenas da vida portuguesa*) em que ele então trabalhava acabariam por abortar, enquanto projeto de ampla crônica de costumes, envolvendo um conjunto harmonioso de narrativas. Apesar disso, entre meados dos anos 1870 e meados dos anos 1880, o escritor consagra o fundamental da sua atividade literária à escrita, publicação e revisão de romances de índole realista e naturalista: *O crime do padre Amaro* (com três versões, muito distintas entre si, em 1875, 1876 e 1880), *O primo Basílio* (1878) e, de certa forma ainda, *A relíquia* (1887) e *Os Maias* (1888), este último um romance em que ecleticamente se fundem temas e valores de feição diversa. Depois disso, Eça privilegia áreas temáticas e opções narrativas nalguns casos claramente afastadas das exigências do Realismo e do Naturalismo: *O mandarim* (1880) fora um primeiro passo nesse sentido, tal

como o serão depois, em registros peculiares, *A correspondência de Fradique Mendes* (1900), *A ilustre Casa de Ramires* (1900) e *A cidade e as serras* (1901), romance que, tal como os dois títulos anteriores, deve considerar-se semipóstumo (uma parte da obra revista pelo autor em vida). Por publicar ficam tentativas em estado diverso de elaboração: *A capital*, *O conde Abranhos*, *Alves & C.ª* e *A tragédia da Rua das Flores*, este último um projeto claramente abandonado pelo escritor.

No seu conjunto, a obra queirosiana exibe formas e temas muito distintos, podendo-se dizer até que em constante (ainda que lenta) mutação. Essa mutação traduz não apenas um sentido agudo de insatisfação estética (patente também no fato de o escritor ter submetido muitos dos seus textos a profundos trabalhos de reescrita), mas também uma grande capacidade para intuir e até antecipar o sentido da evolução literária que no seu tempo Eça testemunhou e viveu. Enquanto intérprete do Realismo e do Naturalismo, tratou de cultivar um tipo de romance consideravelmente minudente, no que toca aos espaços representados e às personagens caracterizadas; entre estas, avultam os tipos sociais, emblematicamente remetendo para aspectos fundamentais da vida pública portuguesa, na segunda metade do século XIX. À medida que as referências realistas e naturalistas se vão diluindo, é a representação da vida psicológica das suas personagens que começa a estar em causa: a articulação de pontos de vista individuais bem como o tratamento do tempo narrativo constituem domínios de investimento técnico que o romancista trabalhou com invulgar perícia; por outro lado, as histórias relatadas diversificam-se e dão lugar a diferentes estratégias narrativas: narradores de feição testemunhal (*O mandarim*, *A relíquia*, *A cidade e as serras*) alternam-se, então, com formas de representação próximas do relato biográfico e do testemunho epistolográfico (*A correspondência de Fradique Mendes*). As transformações assinaladas são indissociáveis de balizas ideológicas e periodológicas que, sem excessiva rigidez, mas com inegável significado epocal, devem ser mencionadas. Desse modo, enquanto aceita os princípios do Realismo e do Naturalismo, Eça procura fundar a representação narrativa na observação dos cenários que privilegia; as personagens que os povoam (Luísa, Amaro, Amélia) surgem como figuras afetadas por fatores educativos e hereditários que os romances tratam de pôr em evidência, de forma normalmente muito crítica. Já, contudo, a terceira versão de *O crime do Padre Amaro* abre caminho a indagações de natureza histórica e a incursões

pelo simbólico. Em harmonia com essas tendências, *Os Maias* revelam um aprofundamento notório de tais indagações: não é possível entender o trajeto pessoal das personagens mais relevantes sem aludirmos ao devir de uma família que, ao longo do século XIX, testemunha, em várias gerações, os acontecimentos históricos, políticos e culturais que decisivamente marcam a vida pública portuguesa. Para além disso, o protagonista do romance vive o destino trágico que, pela via do incesto, conduz a família à extinção. O que permite remeter esse destino, de novo pelo eixo das ponderações simbólico-históricas, para o plano das vivências coletivas; essas vivências envolvem a geração de Eça e, de maneira mais ampla, o Portugal decadente do fim do século XIX, que é aquele que Carlos da Maia observa em Lisboa, quando por algum tempo para lá regressa, em 1887. Por fim, esse Eça é o mesmo que recupera a figura de Carlos Fradique Mendes, fazendo dele não apenas uma manifestação de dandismo, mas também a voz autônoma que valoriza o genuíno e os costumes pitorescamente portugueses, ao mesmo tempo que refuta (a exemplo do que se lerá em *A cidade e as serras*) os excessos da civilização moderna e finissecular. O romance *A ilustre Casa de Ramires* vem a ser, por um lado, a cedência de Eça àquilo a que chamara "o latente e culpado apetite pelo romance histórico" e, por outro lado, uma nova oportunidade para pensar ficcionalmente a história de Portugal, em tempo de profunda crise institucional, com alcance nacional (Ultimato inglês, 31 de janeiro, iminência de bancarrota etc.). Ao mesmo tempo, Gonçalo, protagonista de *A ilustre Casa de Ramires,* faz-se novelista de circunstância e, desse modo, projeta no romance traumas e fantasmas que eram os do próprio autor (o receio do plágio, as dificuldades da escrita, a sedução pela Idade Média etc.). Refira-se ainda que a produção literária de Eça de Queirós não se limitou ao romance, mas estendeu-se também à narrativa curta: em certos contos queirosianos (por exemplo, em "Civilização"), estão embrionariamente inscritos temas e ações desenvolvidas em romances. Para além disso, o escritor colaborou em diversas publicações periódicas ou de circunstância (jornais, revistas, almanaques). Em algumas daquelas chegou a manter uma regular atividade de cronista, na qual se surpreende o observador privilegiado e atento à vida política internacional, à evolução dos costumes, à atividade cultural etc. Foi também por acreditar na capacidade de intervenção desses seus escritos que ele projetou, fundou e dirigiu a *Revista de Portugal* (1889-1892). Apesar da vida efêmera que teve, o periódico conseguiu afirmar-se

como uma das mais cultas e elegantes publicações da sua época, buscando superar, com a ajuda de vozes prestigiadas (além de Eça, Oliveira Martins, Antero de Quental, Alberto Sampaio, Moniz Barreto, Teófilo Braga, Luís de Magalhães, Rodrigues de Freitas etc.), o clima de vencidismo a que o escritor também chegou a aderir.

Germano Vieira de Meireles (Penafiel, 1842 – Porto, 1877).[7] Advogado, jornalista crítico literário. Filho de um famoso professor e médico coimbrão, foi um dos grandes vultos da Escola Coimbrã e da Geração de 70 e amigo pessoal de Antero de Quental, que lhe dedicou a primeira edição de *Odes modernas* em 1865. Quental seu grande confidente e adotou as duas filhas de Germano, quando este morreu de aneurisma aos 35 anos. Afirmava-se monárquico, anti-iberista e antifederealista. Disse Teófilo que Germano era um tipo raquítico, aleijado sarcasta, maligno (em *Raios de extinta luz*). Em 1864, fundou na cidade de Penafiel um semanário maçônico de qualidade notável, *O Século XXI*, o primeiro jornal a ser publicado na cidade, redigido por ele e por António Joaquim de Araújo, que reuniu colaborações de grandes intelectuais da época, tais como Antero de Quental, João de Deus e Alberto Teles. Colaborou nos periódicos *O Primeiro de Janeiro*, *O Instituto*, *O Fósforo*, *A Gazeta Democrática* e *O Progresso Comercial* (por ele fundado). Em seu testamento, Antero de Quental deixou parte de sua herança para as filhas do amigo.

Guilherme Avelino Chaves de Azevedo (Santarém, 1840 – Paris, 1882).[8]* Um dos poetas, cronistas da imprensa e satiristas portugueses mais brilhantes e inovadores da Geração de 70. Foi um dos representantes da poesia revolucionária introduzida no país por Antero de Quental (*Odes moderna*s, 1865), tendo recebido influências ainda dos franceses Victor Hugo e

7 Fonte: https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$germano-meireles. Acesso em: 17 set. 2022.

8 Fontes: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guilherme_de_Azevedo. Acesso em: 17 set. 2022; *Dicionário cronológico de autores portugueses*, on-line. Disponível em: http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=7417. Acesso em: 17 set. 2022; https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$guilherme-de-azevedo. Acesso em: 17 set. 2022; Pinheiro, Álbum das glórias, p.63-66.

* Não encontramos foto de Guilherme de Azevedo. Apenas sua caricatura, feita por Rafael Bordalo Pinheiro. Pinheiro, *Álbum das glórias*, p.63.

Charles Baudelaire. Desde a infância foi fisicamente frágil, como resultado de uma queda que o deixou coxo e lhe provocou uma lesão de que viria a morrer prematuramente aos 42 anos. Viveu, por essa razão, obcecado por esconder os seus males físicos. Em 1871, fundou em Santarém o periódico *O Alfageme*, primeiro momento da sua carreira jornalística e onde defendeu, com escândalo no país à época, as ideias revolucionárias da Comuna de Paris. Instalou-se em Lisboa, onde abraçou definitivamente o jornalismo, profissão na qual atingiu posição relevante. Trabalhou nos periódicos *Diário da Manhã*, *O Pimpão* e *Lanterna Mágica* (1875). Colaborou no *Primeiro de Janeiro* com um folhetim semanal, bem como no jornal *O Panorama* (1837-1868) e nas revistas *A Mulher* (1879), *República das Letras* (1875), *Ribaltas e Gambiarras* (1881) e *Jornal de Domingo* (1881-1883), e ainda, na imprensa brasileira, no *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro, 1878-1881). Como poeta, foi um autor representativo, abordando temas modernos numa escrita de índole épico-social. Publicou os primeiros versos no *Almanaque de Lembranças (*1864), sob o pseudônimo de G. Chaves, vindo a colaborar posteriormente em vários periódicos, como o *Comércio de Lisboa*, *A Revolução de Setembro e Gazeta do Dia*, onde, em parceria com Guerra Junqueiro, manteve as crônicas humorísticas da rubrica "Ziguezagues". Fundou *O António Maria* em 1879 com Rafael Bordalo Pinheiro e, ainda ao lado deste, dirigiu e colaborou no Álbum das Glórias (assinando como "João Rialto"). No mesmo ano, novamente com Guerra Junqueiro, redigiu a sátira teatral *Viagem à roda da Parvónia*, que seria "proibida, mas que Ramalho Ortigão considerou uma '*fiel pintura dos costumes constitucionais*'" (Guilherme de Azevedo, 2017) do país à época. Em 1880, em consequência da fama conquistada como cronista mundano e político, o periódico carioca *Gazeta de Notícia*s nomeou-o seu correspondente em Paris, função que desempenhou nos dois últimos anos da sua vida. As suas poesias, reunidas nas três coletâneas *Aparições* (1867), *Radiações da noite* (1871) e *Alma nova* (1874), encarnam o novo Realismo satírico de inspiração baudelairiana no país. Com o pseudônimo "João Rialto", deixou vários escritos com elevado humorismo. Em 1949, a Câmara Municipal de Lisboa homenageou o poeta, dando o seu nome a uma rua junto à Avenida da Igreja, em Alvalade.

Jaime Batalha Reis (Lisboa, 1847 – Torres Vedras, 1935).[9] Agrônomo, silvicultor, diplomata, publicista e político. Família burguesa, pai liberal, proprietário em Turcifal. Em 1866, na redação do jornal *Gazeta de Portugal*, conheceu Eça de Queirós e tornaram-se amigos a vida inteira. Essa amizade ampliou seu círculo de amizades. Em 1868, conheceu Antero de Quental, com quem travou amizade e o qual, mais adiante, trouxe-o para morar em sua casa, conhecida como "Cenáculo", na Travessa do Guarda-Mor, no Bairro Alto; depois na Rua São Pedro de Alcântara e finalmente, em 1871, em um bairro muito sossegado, na Rua dos Prazeres. Nesse último endereço, foram gestadas as Conferências do Cassino, onde Batalha Reis escreveu o "Programa das Conferências". Sua casa, vários endereços, foi o ponto de encontro – conhecida como o famoso Cenáculo – de um jovem grupo boêmio e intelectual – a Geração de 70. Foi em 1869 que Eça, Antero e Batalha Reis inventaram, num delírio criativo, "o poeta satânico" Carlos Fradique Mendes; e das poesias publicadas, "Velhinha" era da autoria de Jaime Batalha Reis. Casou-se com o amor de sua vida, Celeste Cinati, filha de um famoso cenógrafo de Lisboa. Ingressou no meio universitário pela mão de Teófilo Braga. Participou da Geração de 70 com o projeto das conferências – a sua, "O Socialismo", foi proibida pelo marquês de Ávila e Bolama. Foi nomeado, em 1872, professor do Instituto de Agronomia, na cadeira de Economia Política, em substituição ao professor João de Andrade Corvo (a esse tempo, este era ministro de Portugal em Madri). Diz Batalha Reis que logo em umas de suas primeiras aulas, pôde proferir a conferência que Ávila e Bolama proibira. O ano de 1874 e parte de 1875 seriam preenchidos pela elaboração de um projeto também muito caro a Antero de Quental e Oliveira Martins: a publicação de uma revista que reuniria a colaboração de intelectuais portugueses e espanhóis. Depois de muitos contratempos, que Batalha Reis ultrapassou com a habitual tenacidade, o primeiro número da *Revista Ocidental* saiu em fevereiro 1875, e foi nas suas colunas que Eça de Queirós publicou a primeira versão de *O crime do Padre Amaro*. Mas em

9 Fontes: Marinho, Jaime Batalha Reis, on-line. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/jaime-batalha-reis. Acesso em: 17 set. 2022; https://pt.wikipedia.org/wiki/Jaime_Batalha_Reis. Acesso em: 17 set. 2022; *Dicionário cronológico de autores portugueses*, on-line. Disponível em: http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=6549. Acesso em: 17 set. 2022.

1882, quando já era professor catedrático de Microscopia e Nosologia Vegetal no Instituto Geral de Agricultura, viu-se finalmente provido na carreira consular, recebendo a nomeação para primeiro cônsul em Newcastle, onde estivera Eça, que, entretanto, passara para a cidade de Bristol. Abandonando o percurso docente e a agronomia, Batalha Reis partiu em agosto do ano seguinte, com a família, para o novo posto, mantendo-se na carreira diplomática perto de trinta anos, até se aposentar em 1921, depois de uma cirurgia nos dois olhos. Retirou-se para a Quinta da Viscondessa, na freguesia de Turcifal, concelho de Torres Vedras, com as duas filhas solteiras. É autor as seguintes obras: *A agricultura no Distrito de Viseu* (1871); *Enquête internationale sur la main-d'œuvre agricole dans les colonies et les pays tropicaux* (1914); *Estudos geográficos e históricos* (1941); *On the Definition of Geography as a Science* (1985); *A fisiologia em geral e em especial a das plantas superiores como introdução ao estudo da nosologia vegetal* (1882); *Os portugueses na região do Niassa* (1889); prefácio a *Prosas bárbaras*, de Eça de Queirós; relatório sobre a evacuação dos diplomatas ocidentais em fevereiro de 1918 a partir da Estação da Finlândia. Assistiu ao começo da eclosão da Revolução Russa e à tomada do poder pelos bolcheviques, primeira revolução socialista vitoriosa, na antiga São Petersburgo, depois Petrogrado e, ainda, Leningrado; em 1935, aos 88 anos, morreu de trombose, na propriedade onde vivia, Quinta da Viscondessa. Foi sua filha Beatriz quem organizou seu espólio, oferecendo-o depois à Biblioteca Nacional de Portugal.

J. P. Oliveira Martins (Lisboa, 1845 – Lisboa, 1894).[10] Historiador, teórico do socialismo, economista e prosador admirável. Nascido de uma família burguesa de parcos recursos, ficou órfão de pai aos 12 anos e teve uma juventude difícil. O pai era funcionário público e pequeno proprietário e a mãe, embora oriunda de gente abastada, recebera apenas uma pequena herança, pois vigorava então a lei do morgadio. Aos 15 anos, Oliveira Martins teve de interromper os estudos no Liceu Central de Lisboa e na Academia de Belas-Artes, para acorrer ao sustento da mãe e de cinco irmãos

10 Fontes: Matos, Oliveira Martins, on-line. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/oliveira-martins. Acesso em: 17 set 2022; *Dicionário cronológico de autores portugueses*, on-line. Disponível em: http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=7265. Acesso em: 17 set. 2022.

menores, empregando-se numa casa comercial de 1860 a 1870, ano em que esta fechou. Já casado, conseguiu obter o cargo de administrador na empresa portuguesa Companhia de Minas Fundição de Chumbo Santa Eufêmia, na povoação de Santa Eufêmia, em Córdova, região de Andaluzia, sul da Espanha, de 1870 a 1874.

Embora ocupado durante o dia com os seus deveres profissionais, Oliveira Martins desde muito cedo dedicava o período da noite aos estudos. Colabora na imprensa da época, em que defende os ideais da justiça social, representados na doutrinação republicana e socialista.

Nesse ano de 1870, entra para o grupo do Cenáculo, onde convive com Antero de Quental. Convencido ainda do socialismo de tendência proudhoniana, publica a *Teoria do socialismo* (1872) e *O socialismo em Portugal* (1873), que mereceram por parte de Antero os maiores louvores. A sua situação econômica não é ainda desafogada e, quando lhe oferecem a oportunidade de trabalhar na companhia construtora da ferrovia do Porto a Póvoa de Varzim, Oliveira Martins abandona a Espanha e fixa-se no Porto.

Em maio de 1874, já está a serviço da companhia, onde tomará depois conta da sua direção técnica. Inicia-se, então, um período liberto de quaisquer preocupações materiais. Instalado na bonita casa de Águas Férreas, entrega-se com afinco ao trabalho intelectual. Publica o opúsculo *A reorganização do Banco de Portugal* (1877) e uma *Memória sobre a circulação fiduciária* (1877), premiada num concurso da Academia das Ciências de Lisboa. Pouco tempo depois, é nomeado sócio correspondente dessa instituição. Após tentativas malogradas para a sua eleição como deputado pelo Partido Socialista e incompatibilizado, tal como Antero, com os republicanos, Oliveira Martins desiste da intervenção política e concebe um plano de trabalho grandioso, destinado a educar o cidadão português. Lança, assim, a "Biblioteca das Ciências Sociais", inaugurada com *História da civilização ibérica* (1879) e concluída com *História da república romana* (1885), que ficou incompleta. Mas, nos seis anos que vão do primeiro ao último volume, o escritor produz, a um ritmo impressionante, *História de Portugal* (1879), *O Brasil e as colónias portuguesas* (1880), *Elementos de Antropologia* (1880), *Portugal contemporâneo* (1881), *As raças humanas e a civilização primitiva* (1881), *Sistema dos mitos religiosos* (1882), *Quadro das instituições primitivas* (1883), *O regime das riquezas* (1883) e *Tábuas de cronologia e de Geografia histórica* (1884). Tal é a sua capacidade criadora que dentro de dois anos consegue

publicar quatro volumes. Já antes de iniciar a "Biblioteca" dera prova dessa produtividade, pois em 1878, além de *Memória sobre a circulação fiduciária*, publicara *O helenismo e a civilização cristã* e, ainda, *Eleições*. Uma obra de tal magnitude, produzida em tão curto espaço de tempo, não pode deixar de conter imprecisões e erros de fato. Mas a qualidade mestra desses escritos é o poder de síntese e de integração teórica de uma vasta bibliografia dentro de um sistema de pensamento coerente e lúcido.

A sua obra suscita admiração e alguma inveja, que se colam a essas falhas de informação para a diminuir no seu conjunto. Em 1885, tenta novamente a política, ingressando no Partido Progressista, ao qual fora levado pela estima e admiração que nutria pelo seu chefe, Anselmo José Braamcamp. Oliveira Martins entende que é essa a única via que se lhe oferece para intervir decisivamente na vida nacional. A morte de Braamcamp nesse mesmo ano deixa-o profundamente abalado, mas continua a militar no partido. Em 1886 é deputado pelo círculo de Viana do Castelo e em 1887 é eleito pelo Porto. O seu *Projeto de lei sobre o fomento rural*, apresentado então à Câmara, cai completamente no esquecimento.

Vivendo em Lisboa, passa a dirigir *O Repórter*, desde maio de 1888, onde procura criar na opinião pública uma corrente favorável a um projeto de reforma, destinado a tirar o país do seu endêmico atraso econômico. Em 1889, é nomeado administrador da Companhia de Tabacos Régia, com uma remuneração digna. Mas o emprego não dura muito tempo. Em 1891 a empresa é desnacionalizada pelo governo e entregue ao banqueiro Burnay. Nesse mesmo ano, Oliveira Martins publicara *Os filhos de d. João I* e *Camões: Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, além de *Portugal em África*.

A saúde ressentia-se, porém, do esforço imenso que despendera na sua obra e na vida prática. À doença que o consumia supunha-se ser a tuberculose, juntavam-se agora, mais uma vez, preocupações de natureza econômica. É por essa altura, em 17 de janeiro de 1892, que o chefe do partido o chama para amparar a pasta da Fazenda. O país encontrava-se à beira da bancarrota e as medidas adotadas por Oliveira Martins são consideradas demasiado drásticas e impopulares. Elas feriam ainda prerrogativas das facções políticas. Vítima de uma intriga, o escritor pede demissão e, em 27 de maio, sai de um governo que durara apenas quatro meses.

Após breve visita a Inglaterra, de onde trouxe a *Inglaterra de hoje* (1892), é eleito deputado pelo Porto, nesse mesmo ano. A 6 e 7 de fevereiro de

1893 pronuncia na Câmara dos Deputados um discurso em que rebate as injustiças de que havia sido alvo na sua gerência do Ministério da Fazenda, onde conseguira criar receitas e fazer economia. Um novo projeto literário animava então Oliveira Martins: *História do tempo de Avis*. Iniciada com *Os filhos de d. João I* (1891), o escritor receava não ter forças suficientes para a completar. Em 1893, publica *A vida de Nun'Álvares*. Esse conjunto de biografias procurava revelar, através do estudo das grandes personalidades, a ação política da dinastia de Avis.

Todavia, em 1894, o escritor sente-se cada vez pior. Havia começado a redigir *O príncipe perfeito*. E, no intuito de se documentar, faz ainda uma viagem à Espanha. De regresso, a sua situação agrava-se. Profundamente debilitado, ditava a sua mulher as páginas da que seria a sua última obra e que ficaria incompleta, tendo sido publicada dois anos depois de seu falecimento.

A obra de Oliveira Martins, na sua diversidade e rica complexidade, está ainda por ser estudada. Inicialmente influenciado pelo socialismo proudhoniano, o seu pensamento evoluiu no sentido do socialismo de cátedra, que acreditava numa reforma social imposta de cima, graças à autoridade de um chefe ou césar prestigiado. Convencido das doutrinas evolucionistas do tempo, da teoria de Taine, traçou os grandes quadros da história, dando particular atenção ao enquadramento geográfico e aos fatores étnicos na formação dos povos. Concebendo a sociedade como um organismo, na esteira de Herbert Spencer, e a história como um drama, ele captou com grande lucidez os móbiles da ação política e os fatores econômicos e sociológicos que a condicionam, o que, para a época, era grande novidade. Mas a sua imaginação criadora supria os hiatos da documentação e apresentava, quer através dos seus admiráveis retratos, quer através de quadros de multidões ou de grupos, uma visão muito persuasiva do fenômeno histórico, em que a arte, não raro, se substitui à ciência. Algumas das suas intuições são muito penetrantes e reveladoras do caráter português.

Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue (Horta, Açores, 1840 – Lisboa, 1917).[11] Primeiro presidente da República, eleito

11 Fontes: *Dicionário cronológico de autores portugueses*, on-line. Disponível em: http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.

em 24 de agosto de 1911, sucedendo na chefia do Estado ao Governo Provisório presidido por Teófilo Braga. Formado em Direito em Coimbra, foi advogado, professor, escritor e político. Está ligado desde o começo às Conferências do Cassino. Grande orador e membro destacado da geração doutrinária do republicanismo português, foi dirigente e um dos principais ideólogos do Partido Republicano Português. Exerceu aquelas funções até 29 de maio de 1915, data em que foi obrigado a demitir-se, sendo substituído no cargo pelo mesmo Teófilo Braga, que como substituto completou o tempo restante do mandato. Deixou uma obra dividida entre discursos políticos, textos forenses e poesia. Essa adesão ao ideário republicano, então considerado subversivo, levou a que o pai, monárquico, conservador com laivos miguelistas, cortasse relações com o filho, proibindo-lhe o regresso à casa. Nessas circunstâncias foi obrigado a trabalhar para sustentar os seus estudos, e os do irmão, igualmente proscrito pelo pai por adesão a ideologias subversivas. Lecionava inglês como professor particular, aproveitando os bons conhecimentos daquela língua que adquirira em sua terra natal, na Horta, com a preceptora americana contratada pela sua família. O seu irmão escrevia em diversos jornais de Coimbra e de Lisboa, vindo a revelar-se um polígrafo de mérito.

Salomão Bensabat Sáragga (Lisboa, 1942 – Lisboa, 1900).[12] Judeu, descendente de família sefardita. Filho de Francisco Aarão Sáragga (1796-1872), um rico comerciante judeu nascido em Argel (Argélia) e um dos principais membros da comunidade judaica de Lisboa no século XIX, e de Reyna Bensabat. Seu pai terá sido o primeiro Sáragga a vir para Portugal após o término da Guerra Civil Portuguesa e a implantação do liberalismo, por volta de 1835, a convite do governo português como representante da família, então residente em Argel, para o fornecimento em grandes quantidades de gado bovino importado da Argélia. Foi casado com uma marroquina,

aspx?AutorId=6516. Acesso em: 17 set. 2022; https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$manuel-de-arriaga. Acesso em: 17 set. 2022; https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_de_Arriaga. Acesso em: 17 set. 2022.

12 Fontes: https://pt.wikipedia.org/wiki/Salom%C3%A3o_Bensabat_Saragga. Acesso em: 17 set. 2022; Rodovid – Disponível em: https://pt.rodovid.org/wk/Pessoa:16299. Acesso em: 17 set. 2022; https://www.wikifox.org/pt/wiki/Salom%C3%A3o_S%C3%A1ragga. Acesso em: 17 set. 2022.

Symmi Philipps (1842-1926), natural de Mogador (antes Essaouira, Marrocos). Viveu catorze anos seguidos em Paris, onde ensinou português; travou relações com Ernest Renan; fundou e dirigiu a revista portuguesa *Dois Mundos: Ilustração para Portugal e Brasil* (agosto de 1877 a abril de 1881), que teve 36 edições, impressa na Tipografia Ch. Unsinger, na Rua do Bac, n. 83, Paris. O primeiro número tem na capa Jules Michelet. A partir de 1879, foi impressa na Imprensa Nacional em Lisboa. Nela colaboraram Antero de Quental (desde o primeiro número), Oliveira Martins, Batalha Reis, Santos Valente, Lobo de Moura, Diogo de Macedo, Catulle Mendès, Daudet, Julio Cesar Machado, Paul Féval, Ramalho Ortigão, Teixeira Bastos, Guiomar Torresão, Bento Moreno, Zola, Bulhão Pato, Alexandre Dumas, Joaquim Araújo, João Maria Tedeschi, Merimée, Benancanfor e Maxime du Camp. Voltado ao culto das letras, gastou nelas sua fortuna. Voltou de Paris sem sua primitiva fortuna, mas adorando sempre Ernest Renan. Também foi diretor-proprietário da obra *A Europa pitoresca*. Traduziu *Astronomia popular*, de Camille Flammarion; *O melro branco*, de J. Barrili; *César Cascabel*, de Júlio Verne. D. Pedro II, imperador do Brasil, fez questão de encontrar-se com Sáragga, para treinar o idioma hebraico, em sua ida a Portugal em 1871, episódio narrado por Eça de Queirós em *As Farpas*.

> Sua Majestade Imperial passa, com justiça, por um dos homens mais sóbrios do seu vasto império. Sopa, carne cozida, legumes, água e um palito, [...]. Há, porém, um só petisco, acerca do qual sua Majestade revela uma gula excepcional. [...] Sua Majestade é um guloso de hebraico. [...]. Foi assim em Lisboa, no Lazareto. Sua Majestade, já ao descer as escadas do paquete, vinha resmungando: "salta o meu hebraicozinho!". E daí a minutos expedia gritos famintos. [...]
>
> Partiram então exploradores em todas as direções – e por fim voltaram trazendo, estonteado e surpreendido, o sr. Salomão Sáragga, que lê e fala o hebraico.
>
> Sua Majestade esperava ansiosamente, debruçado na janela. Não houve cumprimentos, nem se pôs a toalha. Serviram-lhe o sr. Sáragga, assim mesmo – cru! Sua Majestade deixou-lhes uns restos! (Queirós, 2004, p.373-374)

Sua morte em 19 de março de 1900, de tuberculose, foi assinalada por João da Câmara em "Crónica ocidental" (1900, p. 66):

> É o maior dos males, que nos afligem em Portugal, a tísica. [...] Douto homem de letras, que foi muito conhecido em Lisboa por todos os notívagos e cuja conversação era das mais atraentes, acaba também de falecer. [...]. Já há alguns anos que Salomão Sáragga se retirara para Cascais procurando na atmosfera da beira-mar algum alívio a antigos e rebeldes padecimentos. [...] foi um profundo conhecedor das literaturas orientais e isso lhe valeu a amizade de Renan, com quem muito conviveu durante sua longa estada em Paris. Mas todas as literaturas o interessavam e era doido por música. Discutia assuntos de arte, cheio de calor, falando muito alto, com a voz cheia de RR hebraicos, atirando constantemente para trás a longa cabeleira negra. Pouco deixou escrito: alguns artigos apenas.

O *Diário de Notícias*, em 20 de março de 1900, assinala a morte de Sáragga na primeira página. A página 3 traz um anúncio de sua sobrinha, Carlota Bensabat Sáragga Leal, e de seu marido, Alfredo Leal, participando a amigos, parentes e à colônia hebraica que seu tio falecera às 9 horas e fora enterrado no mesmo dia às 10 horas no cemitério israelita de Lisboa; na mesma data, *O Dia* dedica um extenso artigo ao falecido.

Joaquim Teófilo Fernandes Braga (Ponta Delgada, Açores, 1843 – Lisboa, 1924).[13] Assinava Teófilo Braga. Foi poeta, sociólogo, político, chefe do Governo Provisório da República e posteriormente, presidente interino da mesma República, filósofo e ensaísta literário. Os pais estavam ligados a famílias da aristocracia. O pai fazia parte da expedição miguelista enviada para os Açores no início da Portuguesa. Em 1861, partiu para Coimbra, cidade em cujo Liceu concluiu o ensino secundário. Enquanto estudante em Coimbra, em face da ajuda paterna insuficiente, trabalhou como tradutor e recorreu à publicação de artigos e poemas para financiar os estudos. Fortemente influenciado pelas teses sociológicas e políticas do positivismo, cedo

13 Fontes: *Dicionário cronológico de autores portugueses*, on-line. Disponível em: http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=7287. Acesso em: 17 set. 2022; https://pt.wikipedia.org/wiki/Te%C3%B3filo_Braga. Acesso em: 17 set. 2022; https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$teofilo-braga. Acesso em: 17 set. 2022; Homem, Teófilo Braga, on-line. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/teofilo-braga. Acesso em: 17 set. 2022.

aderiu aos ideais republicanos. Estreia na literatura em 1859 com *Folhas verdes*. Bacharel, licenciado e doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, fixa-se em Lisboa em 1872, onde leciona literatura no Curso Superior de Letras (atual Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Da sua carreira literária contam-se obras de história literária, etnografia (com especial destaque para as suas recolhas de contos e canções tradicionais), poesia, ficção e filosofia, tendo sido ele o introdutor do positivismo em Portugal. Depois de ter presidido o Governo Provisório da República Portuguesa, a sua carreira política terminou após exercer o cargo de Presidente da República, em substituição a Manuel de Arriaga, entre 29 de maio e 5 de outubro de 1915.

Guerra Junqueiro (Freixo-de-Espada-à-Cinta, 1850 – Lisboa, 1923).[14] É um dos vultos mais proeminentes do século XIX português. Literariamente, o seu valor como poeta começou a ser contestado na década de 1920, através da crítica psicossocial à sua obra, iniciada por António Sérgio e seguida de outras reflexões (José Régio, Casais Monteiro, Vitorino Nemésio etc.), que lhe reconhecem notável virtuosismo retórico de expressão – hábil, talentosa, eloquente –, mas que, na apreciação à natureza estética do talento do poeta, lhe apontam falta de rigor, de coerência e de profundidade, incongruente ordenação do espírito e substância intelectual inapta a suplantar o mero circunstancialismo de verdades da época. A ideia republicana, por um lado, seu ideário político, ideológico e cultural, e a ideologia poética de raiz romântica, por outro lado, o seu metafisismo e a sua religiosidade de base, o teriam acantonado fatalmente ao século XIX sem que a sua poesia lograsse perdurar além dele como obra de verdadeiro gênio. Os que, pelo contrário, lhe sublinham a originalidade do pensamento e o valor da sua exuberância oratória, ou os que o celebram como o maior poeta vivo da então jovem República, esses, Oliveira Martins ou Pessoa, e mais recentemente José Marinho e outros, são capazes de entrever no universo junqueiriano fulgurantes antecipações sibilinamente lançadas

14 Fontes: Mariotto, Guerra Junqueiro, on-line. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/guerra-junqueiro. Acesso em: 17 set. 2022; *Dicionário cronológico de autores portugueses*, on-line. Disponível em: http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=7229. Acesso em: 17 set. 2022.

aos caminhos da futura trajetória do lirismo nacional. A ideia de uma *Pátria* enlouquecida, a quem a razão abandonou, a ideia de um Deus *homem* e a de um Cristo *português*, a visão *bucólica* do real, síntese de uma interpretação geral do universo com implicações que se estendem não só ao campo da literatura mas igualmente ao da "filosofia portuguesa" e ao da política, tiveram continuidade e são capazes, ainda hoje, de seduzir quem compreenda ser uma estruturação metafórica o meio mais eficaz de a arte mimética *fazer ver* certas verdades invisíveis, ou *fazer valer* crenças pontuais inabaláveis. Por isso, não é de estranhar que o ritmo mecânico da versificação, os automatismos e os processos de cavilhamento (repetição de palavras e de ideias), a inflação de comparações binárias ou a estrutura dos poemas fundada em paralelismos sejam processos igualmente adequados a mimar o tipo de semantismo praticado, mais comunicativo que lúdico, e, ao mesmo tempo, que esses sejam os meios certos ao alcance de uma linguagem cujo único propósito é ser puro *instrumento* de ideias, temas, mensagens ou "narrativas" preexistentes e "oraculares". A obra de Junqueiro é vasta e recobre um período bastante longo (data de 1866 a publicação do seu primeiro livro de versos, *Mysticæ nuptiæ*, e de 1904 uma das suas últimas e mais celebradas composições líricas, *Oração à luz*). Pode tentar-se a ordenação das publicações mais importantes de acordo com as tônicas dominantes da sua copiosa verve: à inspiração arrebatadamente panfletária, satírica e iconoclasta corresponderiam obras de intuito social, onde se pretende, por intermédio da crítica à sociedade e de acordo com as diretivas culturais da época, dar caráter científico à poesia: "A poesia é a verdade transformada em sentimento" (no prefácio de *A morte de d. João*, 1874); o tom íntimo, confidencial, religioso e metafísico guarda-o o poeta para o período em que se torna receptivo às inovações formais e à sensibilidade sugestiva dos simbolistas. No primeiro caso estão *A morte de d. João* e *A velhice do Padre Eterno* (1885), que constituem as duas principais peças de uma trilogia subordinada ao tema da vitória da Justiça na Terra. A terceira peça, constituída pelo poema incompleto *Prometeu libertado*, alegoria filosófica postumamente editada em 1926, contém a apologia fumal dessa vitória na fusão dos dois grandes símbolos: Cristo (a Fé) e Prometeu (a Razão). Em *Finis patriæ* (1890) e *Pátria* (1896), retoma-se o tom arrebatado da sátira, a vocação panfletária e de novo a alegoria como processo estilístico de fácil impacto. Estão no segundo caso obras como *Os simples* (1892), coletânea

de inegável valor e interesse documentais, por tratar-se de uma publicação que ocorre após prolongado silêncio – apenas pontualmente interrompido por alguns trechos compilados nas *Poesias dispersas* (1920) – e que pretende corresponder, segundo o testamento do próprio poeta em "Nota" ao livro, a um período de profunda reflexão. Apresentando-se como uma "autobiografia psicológica", a obra é constituída por quadros campestres e bucólicos, bem localizados geograficamente, donde se erguem, como figuras-símbolos extraídas de um contexto referencial todo ele agrário e português, o Pastor, a Moleirinha, o Cavador, os Mendigos, os Bois, o Castanheiro etc. Nesse acabamento de alma e de ideal traça Junqueiro o seu testemunho psicológico autobiográfico, muito semelhante ao de toda uma geração igualmente empenhada em fazer dos "proletários dos campos" o objeto da sua eleição. Assim, a verdade de *Os simples* pode ser lida como a verdade do poeta, porque essa verdade é a de uma experiência comum, partilhável, a da ruralidade nos mais de Oitocentos. Em *Os simples* tematiza-se uma das coordenadas mais importantes do "caso mental" português, uma das mais importantes e problemáticas a dar entrada no século XX em Portugal. Além dessa obra, podem incluir-se no segundo grupo trechos líricos compilados em *Poesias dispersas* e, sobretudo, as duas *Orações*, a *Oração ao pão* (1902) e a *Oração à luz* (1904), que, pode-se dizer, completam, numa reconstrução espiritualista mais alargadamente metafísica, o quadro místico-ruralista de *Os simples*. A par de uma carreira nas letras, Junqueiro, formado em Direito (1868-1873), notabilizou-se igualmente na política como deputado pelo Partido Progressista e na atividade diplomática como ministro de Portugal na Suíça, entre 1911 e 1914. Os seus discursos políticos e as suas reflexões doutrinárias estão reunidos nos volumes *Horas de combate* (1924) e *Prosas dispersas* (1921) e no prefácio a *Os pobres*, de Raul Brandão. A importância desses escritos completa-se à luz do seu pensamento poético, como se confirma com a posterior influência direta que exerceram no movimento literário de cunho republicano Renascença Portuguesa. Mas, quer no plano cívico, quer no plano literário, a figura de Guerra Junqueiro é um lugar de constante peregrinação espiritual, e uma referência cultural obrigatória para as gerações seguintes do meio século: ele foi o herói da Primeira República, que termina em 1926 com a ditadura militar; combateu de forma obstinada a Igreja como instituição, cuja influência recrudesce nos finais dos anos 1920; e, *last, but not least*, foi uma das últimas vozes

românticas, em cujo âmago se forjam muitas das imagens impressivas que afloram ciclicamente na literatura de tradição nacional.

José Fontana (Cabbio, Ticino, Suíça, 1840 – Lisboa, 1876).[15] Nascido na Suíça a 28 de outubro de 1840, Giuseppe Silo Domenico Fontana, criado em Valle di Muggio, Cabbio, um vale perdido do Cantão de Ticino, no sul do território suíço, na atual fronteira com a Itália. Estabeleceu-se em Lisboa com 14 anos de idade, ingressando de imediato na vida operária como relojoeiro e adotando o nome pelo qual ficaria conhecido: José Fontana. Sendo operário, foi um dos defensores das classes trabalhadoras, tornando-se propagandista e dedicando-se à propagação dos ideais do socialismo e do associativismo. Destacou-se na luta pela melhoria das condições de vida e trabalho do operariado, promovendo o cooperativismo. Influenciado pelas ideias de Bakunin, redigiu em 1872 os estatutos da Associação Fraternidade Operária, organismo que impulsionou o movimento operário português, seção portuguesa da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), organizada em Londres em 1864. Mais tarde, daria origem ao Partido Socialista Português, do qual é considerado um dos fundadores e do qual foi primeiro secretário. Grande amigo de Antero de Quental, colaborou na redação dos estatutos do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Ainda com ele esteve ligado à fundação da Cooperativa do Povo Portuense, atual Cooperativa de Solidariedade Social do Povo Portuense – onde hoje se conserva uma fotografia sua, ao lado do escritor. Escreveu em vários jornais operários, colaborou assiduamente nos periódicos *Pensamento Social*, de 1872 a 1873, e *O Protesto*, de 1875 a 1876, e dirigiu cartas a Karl Marx e a Friedrich Engels. Foi subscritor (na realidade o terceiro subscritor, logo abaixo de Marx e de Engels), do *Manifesto do Partido Comunista*. Quem o conheceu descreveu-o como "bom, sensível, de uma inteligência brilhante, com um poder de comunicação e de persuasão invulgares, notável como orador, sagaz como analista das situações, dotado de uma intuição fora do comum" (José Fontana, 2021). Organizou as Conferências do Cassino. Escreveu Jaime Batalha Reis em *In memoriam*: "Aos domingos, de manhã, e noutros dias, tarde, depois de cerrada a Livraria Bertrand, vinha ver-nos o José Fontana: Sempre vestido de preto, muito alto, muito magro, muito

15 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Fontana.

pálido, o cabelo longo e corredio, um pequeno bigode alourado, todas as feições como que aguçadas, o olhar e o sorrido tristes, apertava-nos as mãos silenciosamente e sentava-se a um canto, se havia mais alguém presente, sem quase tomar parte na conversação" (Reis, 1993, p.449-450). Atormentado pela tuberculose, suicidou-se a 2 de setembro de 1876. Com apenas 35 anos, era sócio-gerente da Livraria Bertrand, onde tinha começado a sua vida profissional como empregado em meados da década de 1860. O seu funeral teve a participação de uma enorme multidão. Entre 1977 e junho de 2008, o Partido Socialista teve uma instituição denominada Fundação José Fontana com a finalidade promover o desenvolvimento do associativismo e do sindicalismo e em particular a formação de quadros sindicais. A Fundação José Fontana foi o embrião da União Geral de Trabalhadores (UGT), que teria o seu primeiro congresso na cidade do Porto, em janeiro de 1979. A extinção das fundações Antero de Quental e José Fontana, em junho de 2008, deu lugar à criação da Fundação Res Publica. Tendo como tema a vida de Fontana (romance histórico), foi publicada em 2011 a obra *La prossima settimana, forse*, do escritor suíço Alberto Nessi (traduzida por Simonetta Neto, *Na próxima semana, talvez*, Bertrand Editora).

João de Deus (São Bartolomeu de Messines, 1830 – Lisboa, 1896).[16] Filho de um pequeno comerciante da região do Algarve, foi para Coimbra em 1849 para matricular-se em Direito, tendo levado dez anos para concluir a sua formação. Teve ocasião de fazer amizade com Antero de Quental, que, em 1860, já nele saudava "o poeta mais original do seu tempo". Boêmio, generoso, irônico, irreverente, improvisando poemas que acompanhava à guitarra, a sua personalidade fascinou sucessivas gerações de estudantes. Colaborou numa série de jornais (*Estreia Literária*, *Ateneu*, *Prelúdios Literários*, *Académico*, *O Fósforo*, entre outros) e, em 1869, um grupo de amigos conseguiu elegê-lo deputado por Silves, tendo-se mudado de vez para Lisboa. Mas a política pouco o interessava e esses primeiros anos na capital foram difíceis, tendo tido de recorrer a vários expedientes para sobreviver. Datam dessa época as suas traduções de comédias de Méry, compondo

16 Fontes: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_de_Deus_de_Nogueira_Ramos; http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=6488.

também, por encomenda, poemas para festas de caridade. Embora pertencendo à segunda geração romântica de um João de Lemos e de um Soares de Passos, João de Deus é um poeta isolado e dissidente dos ideais estéticos de *O Novo Trovador*. Num artigo que publicou em *O Bejense*, em 1863 (escrito contra certas afirmações de Castilho que introduziam *D. Jaime*, de Tomás Ribeiro), fazia a primeira condenação pública da escola ultrarromântica, defendendo um lirismo "purificado", ligado à tradição dos cancioneiros galego-portugueses, às cantigas populares do romanceiro e a certos aspectos do Camões lírico. Escrevendo "com uma mão no coração", não se encontra na sua poesia nada de tétrico ou de lamuriento. Servindo-se de um vocabulário restrito, em que aparecem repetidamente palavras como lua, ave, nuvem, perfume, lágrima, exprime os sentimentos de um modo espontâneo e direto, quase infantil, numa linguagem muito próxima da oralidade. É um poeta do amor-adoração e a sua poesia não é mais do que a sublimação dos impulsos eróticos. Não canta cada mulher que cruza a sua vida, mas a Mulher, numa ascese que, superando a materialidade, aspira a "tudo o que é belo e estável", sem nunca se desprender completamente do seu apoio concreto e sensual. Formalmente recupera o soneto desprezado pelos românticos e cultiva quase todas as formas poéticas, desde a ode à elegia, dando uma nova vida às formas tradicionais de redondilha maior ou menor, no que, de certo modo, preparou o advento da poesia moderna. A sua bondade inata o torna preocupado com os problemas da educação e, na esteira de Castilho, publicou, em 1876, a sua famosa *Cartilha maternal*, método racional e sensível de ensinar a ler, que foi para muitas gerações o método oficial de leitura nas escolas. Homenageado pela nação inteira em 1895, os seus funerais, em 1896, tiveram a dimensão de acontecimento nacional.

Anselmo José Franco de Assis de Andrade (Lisboa, 1842/1844 – Lisboa, 1928).[17] Escreveu textos que contribuíram para a formação da mentalidade da juventude coimbrã, os dissidentes de Coimbra. Formado em Direito em Coimbra, economista de vulto, grande proprietário agrícola, investigador, escritor e político, Anselmo de Andrade foi diretor dos jornais *Correio da Noite* e *O Dia* e diretor do Instituto de Agronomia e de Veterinária. Foi preceptor de d. Manuel II; ministro do rei português d. Carlos;

17 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Anselmo_de_Andrade.

ministro das Finanças em 1900, no ministério de Hintze Ribeiro; também no último governo da monarquia em 1910 até a proclamação da República. Companheiro de Eça de Queirós e Antero de Quental em Coimbra, conviveu de perto com a Geração de 70, tendo, no entanto, orientado a sua atividade literária para a economia e as finanças. Em 1875, mudou-se para Beja, onde abriu um escritório de advocacia e administrou as vastas propriedades herdadas dos tios. Ali, exerceu o cargo de presidente da Câmara Municipal. Seguindo paralelamente uma carreira de escritor e investigador, elaborou extensa obra dedicada à paleontologia e publicou *Populações lacustres* (1882). Ainda em Beja, publicou *Viagens na Espanha*, obra em que recolhe as impressões de viagens no país vizinho. Em 1885, já em Lisboa, filiou-se no Partido Progressista e assumiu, a direção do órgão oficial do partido, o *Correio da Noite*, anteriormente dirigido por Emídio Navarro. Também colaborou em diversas publicações periódicas, como as revistas *Atlântida* (1915-1920) e *Brasil-Portugal* (1899-1914). Dois anos depois, em 1887, foi eleito deputado às Cortes, sendo, daí em diante, reeleito para várias legislaturas até 1905. Em 1893, foi cofundador da Companhia da Ilha do Príncipe. Em 1898, publicou um trabalho de conteúdo financeiro e econômico, *A terra: economia nacional e comparada*, sendo-lhe reconhecido grande prestígio científico. Esse reconhecimento foi concretizado pelo convite que lhe foi feito por Hintze Ribeiro para integrar o seu governo como ministro dos Negócios da Fazenda entre 25 de junho e 30 de novembro de 1900. A curta duração desse cargo deveu-se ao fato de lhe ter sido negada a aprovação da criação de um banco emissor do Estado, tendo por essa razão ganhado a alcunha de "socialista de Estado". Depois do Regicídio, foi convidado para o cargo de preceptor do rei d. Manuel II. Em 26 de junho de 1910, foi chamado ao governo, no ministério de António Teixeira de Sousa, para de novo se encarregar dos Negócios da Fazenda, sendo o último titular dessa pasta na Monarquia Constitucional. Implantada a República, abandonou a política, mas ainda foi vice-presidente da Cruzada Nun'Álvares. O seu trabalho na área econômico-financeira irá ter, nos anos seguintes, grande influência no meio acadêmico, nomeadamente em António de Oliveira Salazar, com quem se relacionou e por quem tinha elevado apreço.

José Joaquim Pereira Falcão (Pereira, Miranda do Corvo, 1841 – Coimbra, 1893).[18] Matriculou-se em 1858 nas faculdades de Matemática e Filosofia, doutorando-se em Matemática a 31 de julho de 1865. Em 8 de setembro de 1870 foi nomeado lente substituto de Matemática e ajudante do Observatório Astronômico de Coimbra, tendo apresentado para concurso o seu trabalho *Comparação do methodo teleologico de Wronski com os methodos de Daniel Bernouilli e Euler, para a resolução numérica das equações*. Em 7 de maio de 1874 foi promovido a lente catedrático e a 13 de março de 1888 ascende a primeiro astrônomo e é nomeado diretor interino do observatório em 28 de julho de 1890. Foi regente das cadeiras de Mecânica Celeste e Astronomia. Dotado de espírito liberal, foi grande defensor das ideias republicanas, colaborando assiduamente nos jornais republicanos do país, especialmente sobre assuntos de ensino. No entanto, segundo o seu colega Teixeira de Queirós, teria defendido: "O partido republicano luta pelo país e não pela República. Se a Monarquia nos pode salvar, que nos salve" (José Falcão, 2022). Sem nome de autor, publicou a *Cartilha do povo*, um dos escritos mais notáveis da propaganda republicana. Quando da malograda revolta de 31 de janeiro, coube-lhe assumir a autoridade em Coimbra, onde uma parte importante da academia e de elementos populares estava preparada para agir. Após o seu fracasso, José Falcão foi encarregado de reorganizar o Partido Republicano no Porto, para o que escreveu artigos políticos na *Voz Pública* e reuniu ali uma assembleia de que saiu o *Manifesto*, que ele próprio redigira. Proposto deputado em 23 de outubro de 1892, não tardou que a morte viesse cortar a sua carreira profissional e política. O dia 1º de junho, dia de seu nascimento, foi também a data escolhida para a comemoração do feriado municipal de Miranda do Corvo. A praça envolvente ao edifício dos paços do concelho de Miranda do Corvo recebeu o seu nome.

João Eduardo Lobo de Moura (Lisboa, 1840 – Ponta Delgada, Açores, 1903).[19] Filho do diplomata e político João António Lobo de Moura, primeiro visconde de Moura, e de Ana Isabel Pusich, irmã de Antónia Pusich. Foi um intelectual português, formado em Direito pela Universidade de Coimbra.

---

18 Fontes: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Falc%C3%A3o; http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=9382.

19 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Eduardo_Lobo_de_Moura.

António Lopes dos Santos Valente (Sertã, 1839 – Lisboa, 1896).[20] Poeta, humanista, filólogo e crítico literário português. Foi o principal autor do *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, iniciado por Caldas Aulete, um dos mais importantes dicionários de português do seu tempo (publicado em 1881 e diversas vezes reeditado). Estudou Direito na Universidade de Coimbra de 1858 a 1863. Aí conheceu e se tornou amigo de Eça de Queirós e de Antero de Quental; e também Salomão Sáragga, Lobo de Moura, Manuel de Arriaga e Mariano Machado de Faria e Maia. Participou do Cenáculo. Depois de terminar os estudos, em 1863, foi nomeado administrador do concelho de Vila de Rei, um cargo que exerceu com singular retidão e cordura. Volvidos alguns anos, partiu para Lisboa, onde se candidatou a um lugar de amanuense na Secretaria da Justiça. "Era muito estimado e respeitado; porém, por índole reservada, misantropia e modéstia excessiva [...], vivia afastado da sociedade e numa espécie de solidão de eremita [...]. Quem o visse na rua descobria-lhe no rosto vestígios de tristeza e de insônias [...]. Só pensava no estudo e nos livros [...]" (Inocêncio, t. XX, p.375). Por lá ficou até ao final da vida. Em Coimbra seria mesmo conhecido por "Cícero", em homenagem a uma dissertação sua que se dizia "escrita em latim de Cícero". O volume *Carmina* atesta o seu conhecimento do latim, e *Flores da Grécia* – tradução em verso, de colaboração com Tomás Ribeiro e A. X. Rodrigues Cordeiro, de uma antologia grega –, um igual domínio da língua grega, de que, aliás, foi professor. Publicou com os pseudônimos Fausto de Monteval, Fausto de Sandoval, Oinat Ploes Sodnats Taelvn e Sténio. Com o seu nome, publicou *Primícias* (poesia, 1861), *Carmina* (poesia) e *Orthographia portuguesa* (com Francisco de Almeida, 1886). D. João da Câmara, dramaturgo, cronista, que foi seu amigo pessoal, traçou, em poucas linhas, o seu perfil: "Vivendo alheado do mundo, alheado vivia em seu trabalho e, se à terra descia, era apenas para fazer o bem que podia, santo como João de Deus, de quem foi um dos maiores amigos. Pequenino, parecia querer esconder-se, e com efeito, na sua modéstia rara ocultava uma erudição vastíssima, tesouro inesgotável cujas portas francamente abria-o todos. Santos Valente desconhecia o egoísmo, o grande vício dos tempos em que vamos, e atravessou a vida, humilde, pobrezinho, generoso na sua pobreza, alegre na sua humildade" (apud Bettencourt, 1956, p.33).

---

20 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Lopes_dos_Santos_Valente.

Mariano Augusto Machado Faria e Maia (Ponta Delgada, 1843 – Lisboa, 1917).[21] Foi um engenheiro civil e político açoriano. Deputado eleito pelo círculo de Ponta Delgada, foi um dos autores da proposta de lei reguladora da autonomia administrativa das ilhas adjacentes. Filho do morgado José Inácio Machado de Faria e Maia (1793-1881), um dos mais ricos proprietários da ilha de São Miguel, e de Maria do Carmo de Mendonça Valadares de Matos e Góis de Albergaria Caupers, filha de Pedro José Caupers, o último donatário das Flores e do Corvo. Era sobrinho do eclesiástico e deputado Bernardo do Canto Machado de Faria e Maia (1797-1841) e irmão do também deputado Francisco Machado de Faria e Maia, primeiro visconde de Faria e Maia (1815-1890) e membro da influente família Faria e Maia, da qual diversos membros foram políticos de relevo ao longo da última metade do século XIX. Concluiu os seus estudos secundários em Ponta Delgada, onde foi colega de Antero de Quental, iniciando uma amizade que se manteria por toda a vida. Concluídos os estudos em Ponta Delgada, partiu para Coimbra, onde em 1864 se formou bacharel em Matemática pela respectiva universidade. Concluídos os estudos, optou por seguir a carreira de engenheiro civil. Enquanto estudante em Coimbra, pertenceu à Sociedade do Raio (1861-1862) e ao grupo do Cenáculo, mantendo depois contato permanente com Antero de Quental através de correspondência e tendo participado, após a morte do poeta, na elaboração de *Anthero de Quental in memoriam* com um artigo intitulado "Recordações queridas". Terminado o curso, regressou a Ponta Delgada, empregando-se como professor provisório no liceu local e como engenheiro nas obras do Porto Artificial de Ponta Delgada. Viria a concentrar a maior parte da sua carreira naquela construção, de que chegou a ser, durante muitos anos, diretor de obra. Seguindo a tradição familiar, envolveu-se na política ativa, fazendo-se membro do Partido Progressista, então liderado na ilha de São Miguel por José Maria Raposo do Amaral Júnior. Nas eleições gerais de 23 de outubro de 1892 foi eleito deputado às Cortes pelo círculo eleitoral de Ponta Delgada, prestando juramento a 16 de janeiro de 1893. Naquela curta legislatura, foi um deputado muito ativo, particularmente nos debates em torno da questão da indústria do álcool e do respectivo regime fiscal. Foi um dos deputados envolvidos na concretização do projeto do cabo telegráfico

21 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mariano_Augusto_Machado_de_Faria_e_Maia.

submarino para os Açores, inaugurado em 1893. Membro ativo do primeiro movimento autonômico, com Dinis Moreira da Mota e Francisco de Almeida e Brito apresentou um projeto de lei sobre a autonomia dos Açores, que deu origem ao Decreto de 2 de março de 1895, que correspondeu ao primeiro modelo moderno da autonomia açoriana. A 18 de janeiro de 1897, foi nomeado engenheiro-diretor do Serviço de Obras Públicas a cargo da Junta Geral do Distrito Autônomo de Ponta Delgada. Transferiu-se depois para os quadros do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria e desempenhou a função de diretor das Obras Públicas na ilha da Madeira. Foi também inspetor geral das Obras Públicas e Minas em Lisboa. Quando da sua morte, fazia parte do Conselho Superior das Obras Públicas. Foi sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo, com outros sócios micaelenses, realizado em 1901 uma homenagem à memória de Ernesto do Canto, que falecera no ano anterior. Em 1995 foi republicada a coletânea de intervenções feitas no parlamento a propósito da apresentação do projeto de lei sobre a autonomia administrativa dos Açores, intitulada *Breves considerações feitas na Câmara dos Senhores Deputados*.

Francisco Machado de Faria e Maia (Ponta Delgada, 1815 – Ponta Delgada, 1890).[22] Primeiro visconde de Faria e Maia, foi um rico proprietário rural e um importante político açoriano, com um relevante papel nos acontecimentos que precederam o movimento que em 1895 levou à autonomia administrativa dos Açores. Filho do morgado José Inácio Machado de Faria e Maia (1793-1881), um dos mais ricos proprietários da ilha de São Miguel, e de Maria do Carmo de Mendonça Valadares de Matos e Góis de Albergaria Caupers, filha de Pedro José Caupers, o último donatário das Flores e do Corvo. Era sobrinho do eclesiástico e deputado Bernardo do Canto Machado de Faria e Maia (1797-1841) e irmão do também deputado Mariano Augusto Machado de Faria e Maia (1843-1917). Muito jovem foi enviado para Lisboa, onde estudou no Colégio dos Nobres. Ao casar a 21 de dezembro de 1837 com uma sua tia paterna, Teresa Clara de Jesus Cardoso Machado de Faria e Maia, filha da morgada Helena Vitória Máxima da Câmara e Noronha Machado Faria e Maia e do seu segundo marido, o desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, reuniu aos já

22 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Machado_de_Faria_e_Maia.

avultados bens paternos os de outro ramo igualmente abastado da família, o que o tornou um dos mais ricos proprietários da ilha de São Miguel e, por consequência, dos Açores. Construiu um palacete na Arquinha, então arredores de Ponta Delgada, onde se instalou. Foi feito moço fidalgo da Casa Real com exercício no Paço, comendador da Real Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa a 16 de janeiro de 1865 e, já no fim da vida, agraciado pelo rei d. Carlos I de Portugal com o título de primeiro visconde de Faria e Maia, por carta de 27 de fevereiro de 1890, registada postumamente por decreto de 16 de abril de 1891. Usava por armas um escudo esquartelado, o primeiro de Faria, o segundo de Machado, o terceiro de Cabral e o quarto de Melo, tendo por diferença uma brica de prata carregada com um trifólio de verde, com timbre de Faria e coroa de visconde. Entre os seus numerosos filhos contam-se os deputados Augusto Caupers Machado de Faria e Maia (1831-1903) e Francisco Caupers Machado de Faria e Maia (1841-1923), ambos influentes políticos das últimas décadas do século XIX. No título, foi sucedido por Vicente Machado de Faria e Maia, segundo visconde de Faria e Maia.

José Duarte Ramalho Ortigão (Porto, 1836 – Lisboa, 1915).[23] Matriculou-se com a idade de 14 anos no curso de Direito da Universidade de Coimbra, começando a lecionar francês no colégio dirigido por seu pai, o Colégio da Lapa, pouco tempo depois e no qual lhe sucedeu em 1860. Dedicou-se ao jornalismo, na função de crítico literário, e à produção de folhetins no *Jornal do Porto*. Interveio na célebre Questão Coimbrã (1865), defendendo Castilho, por meio do folhetim "Literatura de hoje", batendo-se em duelo com Antero de Quental em razão disso. Em 1868 foi para Lisboa como oficial da secretaria da Academia de Ciências, estabelecendo uma ligação com Eça de Queirós e com o grupo das Conferências do Cassino. Em 1870 começa a publicação, no *Diário de Notícias*, em folhetins, de *Mistério da estrada de Sintra*, em parceria com Eça. Esse convívio com Eça deve ter conduzido à sua adesão ao Realismo. Desde 1871 começa a publicar, também com Eça, *As Farpas*, definidas como panfletos de oposição social e política pelo riso, que são publicadas mensalmente. A partir do final de

23 Fontes: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ramalho_Ortig%C3%A3o; http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=7425.

1872 a autoria dessa publicação passa a ser somente de Ramalho, já que Eça vai para Havana, a fim de ocupar o cargo consular para o qual foi nomeado. Ramalho edita, mais tarde (de 1887 a 1891), *As Farpas*, por temas. Nesses escritos de sua autoria salienta-se o pendor didático da sua sátira política e social dentro do critério positivista, mas sem renunciar aos valores patrióticos, a que acedeu, deixando o seu inconformismo revolucionário, e que o tornou figura de destaque na geração nacionalista que conduziu ao Integralismo Lusitano. A partida de Eça levou-o a ser mais influenciado por Téofilo Braga, com quem organizou o centenário de Camões e a quem se deve, em grande parte, o esplendor do cortejo cívico. Para além da crítica bem-humorada, que leva a cabo em *As Farpas*, é de salientar a autoria de livros de viagens, como, por exemplo, *A Holanda* (1885) e *John Bull* (1887), em que capta uma grande variedade de cores, feitios e movimentos do mundo dos sentidos em feiras e arraias e também em locais pitorescos e que fazem dele um "escritor plástico". É importante referir ainda o notável e intuitivo dom de crítica de arte, o primeiro que aparece em Portugal, e que é patente em muitas páginas dos seus livros, como na sua obra *O culto da arte em Portugal*, de 1896. Unia-o a Eça uma grande amizade, que remontava aos tempos de escola deste no Porto, onde frequentou o colégio dirigido por Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, seu pai. No entanto, isso não significa que Ramalho tenha concordado plenamente com o Realismo queirosiano, o que é visível em alguma da correspondência que trocaram. Para Eça, Ramalho era como um confessor, a quem contava os seus projetos, os problemas da sua arte e as suas constantes dificuldades monetárias. Essa amizade que os une mantém-se mesmo após a saída de Eça do país, o que se pode confirmar pelo número de cartas que ele dirigiu ao amigo Ramalho, só suplantado pelo número de cartas que enviou a sua mulher, da. Emília de Castro Pamplona (Resende).

Augusto Machado (Lisboa, 1845 – Idem, 1924).[24] Os seus estudos musicais iniciais decorreram em Lisboa com Joaquim Casimiro, Emílio Daddi e João Guilherme Daddi. Seguiu mais tarde para uma primeira temporada em Paris em que estudou com Lavignac e Dannhauser mais tarde. Na segunda passagem pela capital francesa Augusto Machado conheceu Camille

24 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Machado.

Saint-Saëns e Jules Massenet, que influenciaram o seu trabalho, designadamente na ópera *Lauriane*, que estreou em 1883 no Grand Théâtre de Marseille, registando-se ainda apresentações em Lisboa, no Teatro de São Carlos e no Teatro Lírico do Rio de Janeiro. Augusto Machado pertenceu ao círculo de Batalha Reis e Eça de Queiroz, acreditando-se que tenha servido de modelo a uma personagem no livro *Os Maias*, a do músico Vitorino Cruges. Foi diretor do Teatro Nacional de São Carlos, e desenvolveu intensa atividade ligada ao ensino, como professor de canto na Escola de Música do Conservatório Nacional. Parte do espólio musical de Augusto Machado foi oferecido, em julho de 2009, à Biblioteca Nacional de Portugal, onde pode ser consultado.

Carlos Félix de Lima Mayer (Lisboa, 1846 – Lisboa, Santos-o-Velho, 1910).[25] Médico, empresário e intelectual que pertenceu ao grupo dos Vencidos da Vida. Frequentou a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, depois a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, acabando o seu curso de Medicina na Bélgica e em França. Trocou depois a clínica pela gestão de empresas financeiras em Moçambique, Angola, Açores e Algarve. Suicidou-se em 1910.

José Tedeschi (Lisboa, 1814 – Idem, 1904).[26] Foi farmacêutico, professor de Farmácia e político, fundador do Partido Socialista Português. José Tedeschi foi filho de Vicente Tedeschi, natural de Nápoles. Começou a trabalhar aos 14 anos de idade como *praticante de botica* nas farmácias de José Vicente Leitão e de Lourenço José Peres. Em setembro de 1837, inscreveu-se na então recém criada Escola de Farmácia[1] anexa à Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, tendo concluído o curso a 22 de junho de 1839. Em 1840 foi provido, sem vencimento, no lugar de farmacêutico da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, cargo que fora considerado incompatível com o de administrador da botica do Hospital de São José, que até ali assegurara o ensino de Farmácia. Quando em 1844 foi criada a cadeira de Farmácia na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, José Tedeschi foi escolhido para seu primeiro professor. Por decreto de 4 de janeiro de 1845, foi nomeado professor de Farmácia e diretor do Dispensário Farmacêutico, cargos que ocupou

25 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_F%C3%A9lix_de_Lima_Mayer.
26 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Tedeschi.

até ser jubilado a 20 de outubro de 1869. Foi também farmacêutico da Casa Real. Exerceu importante atividade política, tendo militado na esquerda monárquica e depois na esquerda republicana, sendo um dos fundadores do Partido Socialista Português. Foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Esteve envolvido em diversas agremiações profissionais e cívicas, tendo sido membro da direção da Sociedade do Jardim Zoológico de Lisboa, presidente da Sociedade Farmacêutica Lusitana, cargo em que fundou em 1847 o *Jornal de Farmácia e Ciências Acessórias de Lisboa*. Foi também membro da comissão que em 1876 redigiu a *Farmacopeia portuguesa*. Colaborou na *Revista Universal Lisbonese* (1841-1859).

Frederico Philemon da Silva Avelino.[27] Em 1863, Antero de Quental, então ainda estudante em Coimbra, foi viver em uma casa na Rua da Trindade, onde moravam também os irmãos Alberto e José Sampaio, Eduardo de Andrade e Frederico Philémon da Silva Avelino. Foi provedor da Santa Casa de Misericórdia em Vila Nova de Famalicão, província do Minho, em finais da década de 1870 e inícios de 1880. Morreu juiz de Direito em Ponte de Lima.

Alberto Teles (Angra do Heroísmo, 1840 – Lisboa, 1924).[28] Poeta açoriano, oriundo de uma família aristocrática e letrada, fez estudos secundários em Angra do Heroísmo. Fez curso superior na Faculdade de Direito em Coimbra, diplomando-se em 1863 e entrando depois para o funcionalismo público, que exerceu no Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça até 1920. Também se dedicou ao ensino da língua inglesa em colégios privados. Pertenceu à roda literária de Antero de Quental, tanto na época de Coimbra como depois em Lisboa. Com ele planejou, em 1860, um florilégio da *Lírica açoriana*, que seria o primeiro no gênero, caso não tivesse fracassado) e fundou, no mesmo ano (e ainda com João de Deus, Alberto Sampaio, Cunha Seixas etc.), a folha "científica e literária" *O Académico*, de que se publicaram apenas três números. Ao lado de Antero de Quental e de outros companheiros açorianos do tempo de Coimbra (Teófilo Braga, Manuel de Arriaga). Cultivou a poesia desde muito novo (um primeiro livro,

27 Fonte: *Anthero de Quental in memoriam*, p.98-99.

28 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alberto_Teles_de_Utra_Machado.

incipiente, aos 17 anos), de que se destaca *Rimas* (um opúsculo apenas), de um Romantismo discreto, mitigado por uma forma vigiada, já a apontar o Parnasianismo. Tem, além disso, obra em prosa dispersa (nas revistas *O Ocidente*, *Ilustração Portuguesa* etc., a maior parte sobre matéria da história insulana) e alguma em livro. Publicou também várias traduções do inglês, particularmente de Byron, cuja passagem por Portugal historiou com copiosa informação. Traduziu em prosa *Peregrinação de Childe Harold*, de Byron, e, para distribuição gratuita nas escolas, diversas obras destinadas à educação da juventude.

Figura 2.1 – Vencidos da Vida (da esq. para a dir.): António Maria Vasco de Melo César e Meneses, Luís Augusto Pinto de Soveral, Carlos Félix de Lima Mayer, Francisco Manuel de Melo Breyner, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão, Carlos Lobo d'Ávila, Bernardo Pinheiro Correia de Melo, Eça de Queirós e JP de Oliveira Martins. Foto de P. Marinho, publicada na edição de 1900 da revista *Portugal-Brasil*

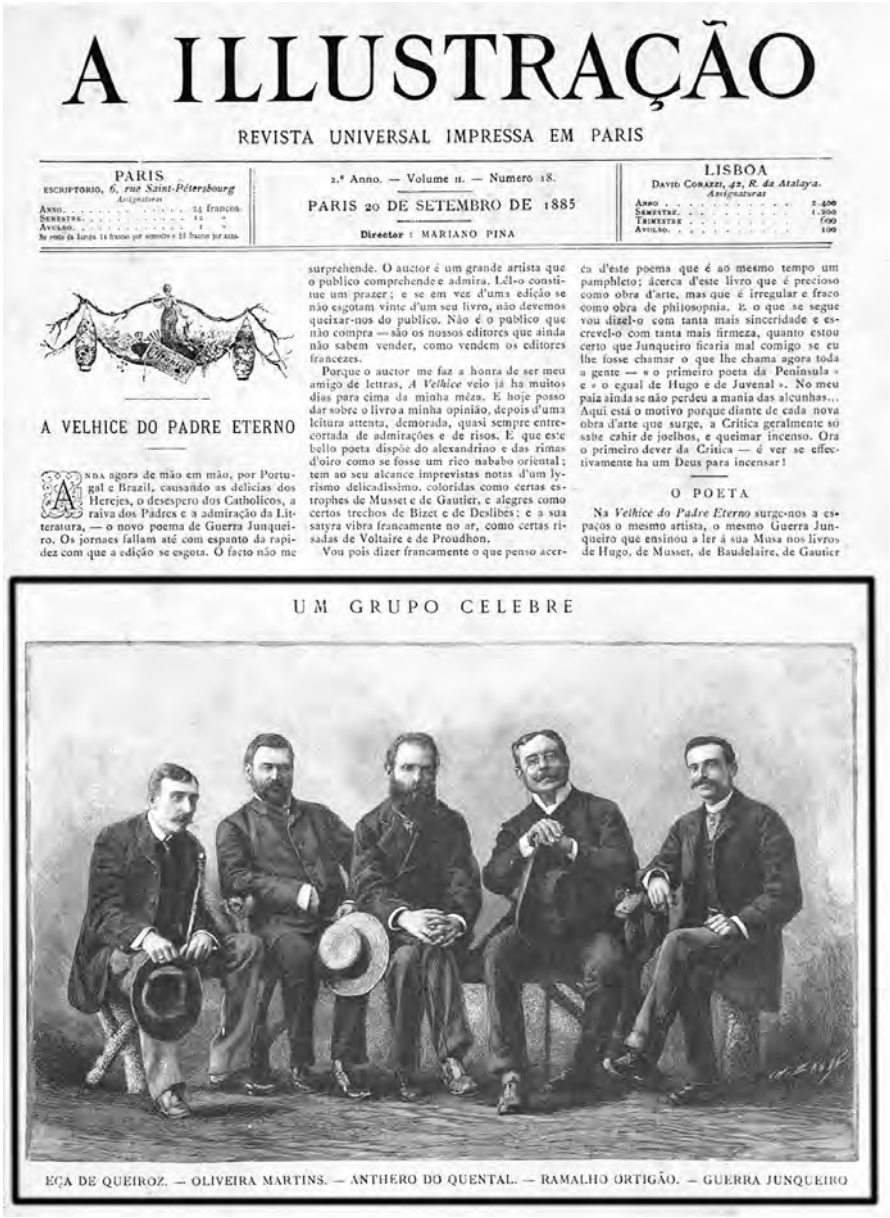
Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vencidos_da_Vida.jpg

Figura 2.2 – Um grupo célebre: Eça de Queirós, Oliveira Martins, Antero de Quental, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro. Foto de Charles Baude, Palácio de Cristal, Porto, 1884

Fonte: *A Ilustração – Revista Universal Impressa em Paris*, ano 2, v.2, n.18, p.273, 1885

Disponível em: https://purl.pt/24301/1/413107_1885-09-Q2/413107_1885-09-Q2_item2/413107_1885-09-Q2_PDF/413107_1885-09-Q2_PDF_24-C-R0150/413107_1885-09-Q2_0000_273-288_t24-C-R0150.pdf

Figura 2.3 – *A Ilustração*, 20 set. 1885, p.1



A ILLUSTRAÇÃO

REVISTA UNIVERSAL IMPRESSA EM PARIS

PARIS
ESCRIPTORIO, 6, rue Saint-Pétersbourg
Assignaturas
ANNO . . . . . 24 francos.
SEMESTRE . . . . . 12 »
ANNUNCIOS . . . . . 1 »
Se resto da Europa 14 francos por semestre e 28 francos por anno.

2.º Anno. — Volume II. — Numero 18.

PARIS 20 DE SETEMBRO DE 1885

Director : MARIANO PINA

LISBOA
DAVID CORAZZI, 42, R. da Atalaya.
Assignaturas
ANNO 2.400
SEMESTRE 1.200
TRIMESTRE 600
AVULSO. 100

A VELHICE DO PADRE ETERNO

ANDA agora de mão em mão, por Portugal e Brazil, causando as delicias dos Herejes, o desespero dos Catholicos, a raiva dos Padres e a admiração da Litteratura, — o novo poema de Guerra Junqueiro. Os jornaes fallam até com espanto da rapidez com que a edição se esgota. O facto não me surprehende. O auctor é um grande artista que o publico comprehende e admira. Lêl-o constitue um prazer; e se em vez d'uma edição se não esgotam vinte d'um seu livro, não devemos queixar-nos do publico. Não é o publico que não compra — são os nossos editores que ainda não sabem vender, como vendem os editores francezes.

Porque o auctor me faz a honra de ser meu amigo de letras, *A Velhice* veio já ha muitos dias para cima da minha meza. E hoje posso dar sobre o livro a minha opinião, depois d'uma leitura attenta, demorada, quasi sempre entrecortada de admirações e de risos. É que este bello poeta dispõe do alexandrino e das rimas d'oiro como se fosse um rico nababo oriental; tem ao seu alcance imprevistas notas d'um lyrismo delicadissimo, coloridas como certas estrophes de Musset e de Gautier, e alegres como certos trechos de Bizet e de Deslibes; e a sua satyra vibra francamente no ar, como certas risadas de Voltaire e de Proudhon.

Vou pois dizer francamente o que penso acerca d'este poema que é ao mesmo tempo um pamphleto; ácerca d'este livro que é precioso como obra d'arte, mas que é irregular e fraco como obra de philosopnia. E o que se segue vou dizel-o com tanta mais sinceridade e escrevel-o com tanta mais firmeza, quanto estou certo que Junqueiro ficaria mal comigo se eu lhe fosse chamar o que lhe chama agora toda a gente — « o primeiro poeta da Peninsula » e « o egual de Hugo e de Juvenal ». No meu paiz ainda se não perdeu a mania das alcunhas... Aqui está o motivo porque diante de cada nova obra d'arte que surge, a Critica geralmente só sabe cahir de joelhos, e queimar incenso. Ora o primeiro dever da Critica — é ver se effectivamente ha um Deus para incensar!

O POETA

Na *Velhice do Padre Eterno* surge-nos a espaços o mesmo artista, o mesmo Guerra Junqueiro que ensinou a ler á sua Musa nos livros de Hugo, de Musset, de Baudelaire, de Gautier

UM GRUPO CELEBRE

EÇA DE QUEIROZ. — OLIVEIRA MARTINS. — ANTHERO DO QUENTAL. — RAMALHO ORTIGÃO. — GUERRA JUNQUEIRO

Fonte: *A Ilustração – Revista Universal Impressa em Paris*, ano 2, v.2, n.18, p.273, 1885

Disponível em: https://purl.pt/24301/1/413107_1885-09-Q2/413107_1885-09-Q2_item2/413107_1885-09-Q2_PDF/413107_1885-09-Q2_PDF_24-C-R0150/413107_1885-09-Q2_0000_273-288_t24-C-R0150.pdf

3
Conferências do Cassino em periódicos diversos[1]

3.1 Nota prévia

Elencaremos aqui alguns procedimentos empregados no tratamento com os jornais. Utilizaremos, o formato de itens:

A pesquisa inicial para encontrar as matérias referentes às Conferências do Cassino foi feita primeiramente a partir dos jornais indicados por António Salgado Júnior (1930) no livro *História das Conferências do Casino (1871)*. No final deste item é apresentada a Tabela 3.1 – "Textos Iniciais" (a partir do livro de António Salgado Júnior), com os títulos coletados inicialmente a partir do livro de António Salgado Júnior – *História das Conferências do Casino (1871)*. Em seguida, apresentamos a Tabela 3.2 – "Textos Finais" (matérias encontradas após a pesquisa nos jornais), indicando os títulos encontrados após a pesquisa final nos diversos periódicos.

Foram utilizados microfilmes da Biblioteca Nacional de Portugal.

Trataremos por "matéria" ou "texto" o texto/reportagem sobre as conferências.

As matérias serão colocadas em ordem cronológica. Inicialmente aparecerá a imagem do jornal. Na página onde houver uma referência às conferências será feito uma borda preta ao redor da matéria. Em sequência, vem o respectivo texto digitado.

---

1 A partir de suas fontes primárias; imagens dos jornais e respectivos textos digitados, maio-jun. 1871.

A imagem do jornal foi reproduzida até a página em que aparecer a matéria sobre conferência. Por exemplo, se aparecer na p. 3, reproduzimos as p. 1, 2 e 3.

Nos textos digitados, a ortografia foi atualizada conforme Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

Em palavras e trechos de leitura impossível por danos na fonte impressa, foram usados colchetes.

As imagens dos jornais foram agrupadas por assunto, isto é, ordem das conferências, separadas por uma folha escrita com os títulos respectivos: "anúncios"; primeira conferência; segunda conferência; terceira conferência; quarta conferência; quinta conferência.

Alguns textos/matérias foram difíceis de serem encontrados, pois em alguns jornais não há título, seção ou qualquer identificação. Às vezes, o assunto muda na mesma coluna sem nenhuma marca de separação.

Muitas matérias/textos não possuem assinatura.

"Anúncios": Foram consideradas "anúncios" pequenos textos que faziam a chamada/divulgação/propaganda das conferências.

> Algumas conferências não foram publicadas nos jornais pesquisados, como a segunda e a quinta. A segunda, de Antero de Quental, "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos", foi publicada em opúsculo no Porto, Tipografia Comercial, 1871. Este texto está disponível integralmente em vários sites na internet e em várias publicações impressas. Achamos que seria importante tê-lo aqui presencialmente, devido ao número grande de matérias a respeito do assunto e da importância do orador. Também a quinta conferência, de Francisco Adolfo Coelho, "A Questão do Ensino", tem o texto original em opúsculo publicado no Porto em 1872. Faz parte de sua obra *Alexandre Herculano e o ensino público* (Coelho, 1910). Disponível em: http://purl.pt/24587/3//1. Acesso em: 2 mar. 2020. Biblioteca Nacional de Portugal. (ver Referências)

Foi inserido um artigo digitalizado da revista *Serões* – "Quatro jornalistas" – para complementar a introdução deste item 3.

3.2 Acerca da imprensa e dos periódicos

Figura 3.1 – Cabeçalhos dos jornais pesquisados

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

No meio da década de 1830-40, evidencia-se em Portugal um novo gosto literário – o Romantismo – e um período que pode ser denominado de Primeiro Romantismo (1834-1851), uma relação dinâmica entre literatura e sociedade em renovação. E a oratória e o jornalismo seriam outras formas de expressão para o arrebatamento da palavra falada e da palavra escrita. "Na oratória e no jornalismo [...] os homens representativos seriam José Estevão e Rodrigues Sampaio" (Saraiva; Lopes, 1996, p.666). O jornalismo viveu nessa época uma fase brilhante e "homens como Rodrigues Sampaio, redator de *A Revolução de Setembro* e de *O Espectro* (1846), viveram profissionalmente como jornalistas de opinião e encontraram larga receptividade no público geral" (ibidem).

Com a Regeneração (1851), começa um período de grande facilidade para a imprensa por causa da legislação portuguesa, que revogou a "Lei da Rolhas" (*A Berlinda*, de Rafael Bordalo Pinheiro, quadro 29). Essa lei se constituiu em uma série de medidas repressivas das forças conservadoras que se instalaram no poder desde 1842 (Cabralismo/Costa Cabral) a 1851. "Foi essa a grande época de florescimento do jornalismo, que se estende até ao começo do reinado de d. Carlos" (1889) (Tengarrinha, 1989, p.184), que reiniciou a série de providências repressivas contra a imprensa periódica. Por terem sobrevivido por mais de trinta anos, alguns jornais "provaram que de algum modo se haviam identificado com a vida de seu tempo e nela exercido considerável influência", diz Tengarrinha (ibidem, p.185), comentando sobre um balanço do periodismo do século XIX feito pelo bibliógrafo, escritor e jornalista português P. W. de Brito Aranha (1833-1914). Este cita os seguintes jornais que, por terem vivido mais de trinta anos, provaram que de algum modo se haviam identificado com a vida do seu tempo e nela exercido considerável influência. Dentre alguns jornais de Lisboa: *A Revolução de Setembro* (1840-1892), *Jornal do Comércio* (1853-1989), *Diário de Notícias* (1864/65-1984), *A Nação* (1847-1928); e, da cidade do Porto, *O Comércio do Porto* (1854-2005), *O Primeiro de Janeiro* (1868-2015, versão imprensa; continua a versão digital) (Rafael; Santos, 2002). Tomamos como apoio José Manuel Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa* (1965), reeditado em 1989, pois é considerada "a grande obra de referência de todos os que se propõem estudar o jornalismo português durante a Monarquia" (Sousa, 2011, p.27).

A partir de 1834, além o pessoal da tipografia, um jornal de certa importância era, em geral, constituído por um editor (responsável perante as

autoridades), por um redator-responsável (ou chefe da redação). Este era o verdadeiro espírito e a alma da publicação. "O jornal, geralmente, era *um homem*, mais do que *um partido* [...]. Era o redator responsável, com a sua personalidade, quem, dentro de coordenadas geris, imprimia ao jornal uma direção própria" (Tengarrinha, 1989, p.190). Cada jornal importante definia-se por uma grande figura: *A Revolução de Setembro* "era" António Rodrigues Sampaio, denominado "O Sampaio da Revolução".

Pode dizer-se que, então, todos os grandes nomes das nossas letras e do nosso pensamento colaboravam assiduamente na imprensa periódica. Isso faz que o nível geral do jornalismo suba consideravelmente e os periódicos, além de melhor apresentação gráfica, sejam redigidos corretamente e num estilo cada vez mais individualmente individualizado.

> Por isso mantemos que Rodrigues Sampaio foi o maior jornalista do nosso constitucionalismo, embora tendo vivido no tempo de Castilho, Herculano, Garrett, que foram colaboradores assíduos da imprensa periódica; estes foram, sem dúvida, maiores *literatos*, analisaram os assuntos com maior profundidade, têm um estilo incontestavelmente mais perfeito, regular e seguro, mas sem a *chama jornalística* do de Sampaio. (ibidem, p.192)

A atividade jornalística ganha prestígio e os que a ela se dedicam, mesmo com caráter exclusivo, sobem na consideração social e até conseguem alcançar altos lugares na vida política, como é o caso de Rodrigues Sampaio que foi várias vezes deputado, ministro e até presidente do Conselho. Os jornalistas, além de atingirem lugar de relevo na vida intelectual, veem abrirem-lhes de par em par as portas dos salões da alta burguesia e da aristocracia. Fenômeno idêntico se observa em toda a Europa, principalmente na Bélgica, Holanda, França e Inglaterra (ibidem).

Em 1870, os jornais mais importantes que se publicam em Lisboa são: *Jornal do Comércio*, *A Revolução de Setembro*, *Diário de Notícias*, O Diário Popular, *Gazeta do Povo*, A Nação; destes, nitidamente noticiosos, só o *Diário de Notícias* e *O Diário Popular*, os outros são, mais ou menos veladamente, órgãos de partidos ou facções (ibidem, p.231).

Neste item, conheceremos melhor os jornais que veicularam reportagens sobre as Conferências do Cassino e o papel desses jornais na sociedade de Lisboa. Mais detalhadamente sobre *A Revolução de Setembro* e *Diário de*

Notícias. Dos demais jornais, obtivemos poucas informações nas pesquisas realizadas.

Também foi inserido um texto da revista *Serões: Revista Mensal Ilustrada* em que há um artigo de Portugal da Silva, em tom de homenagem – "Os quatro jornalistas" –, em que se fala sobre as figuras importantes da imprensa lisboeta da segunda metade do século XIX – Teixeira de Vasconcelos (escritor e jornalista), Rodrigues Sampaio (jornalista e político), Eduardo Coelho (diretor de *O Diário de Notícias*), Pinheiro Chagas (escritor, deputado, jornalista), corroborando o que disse Tengarrinha nos parágrafos anteriores acerca de destaque de determinados cargos. Esse artigo está integrado no Apêndice do livro *História da literatura portuguesa VII: a Geração de 70*, escrito por Teófilo Braga (1986) e inserido a pedido do editor (ver Referências).

3.2.1 Sobre os periódicos que publicaram sobre as conferências

A Revolução de Setembro (1840-1902)

Considerado o jornal de maior projeção na primeira metade do século XIX e um dos mais importantes da história da imprensa portuguesa, é um exemplo de sucesso que se traduziu também nos 61 anos de edição regular, de 22 jun. 1840 até 23 março 1902. Não deixa de constituir um caso único na imprensa periódica portuguesa, pois a vida dos jornais era, de maneira geral, pouco duradoura. Fundado por José Estevão, Manuel José Mendes Leite e Joaquim da Fonseca Silva Castro, nele trabalharia um dos mais notáveis jornalistas, António Rodrigues Sampaio, "o Sampaio da Revolução".

No início, com cerca de cinquenta assinantes, começa, com os artigos de António Rodrigues Sampaio, mas, sobretudo, com os seus editoriais, a ter uma projeção até aí desconhecida. Um mês depois chega aos mil assinantes, o que para a época era muito significativo. E também, rapidamente, se transforma no jornal mais importante e influente do liberalismo (Tengarrinha, 1989, p.153).

Com a radicalização da vida política portuguesa, a partir de 1846/47, o jornal também se radicaliza, linha que manterá até a Regeneração, em 1851. O tema principal nas páginas d'*A Revolução de Setembro* é a luta contra a

ditadura administrativa e parlamentar de Costa Cabral, provocando com os seus editoriais verdadeiras alavancas da opinião pública. A partir de 1851, *A Revolução de Setembro* entra em outra fase, indissociável da pacificação política que o país, então, conhece. No Partido Regenerador, "domestica-se sob a regeneração", *A Revolução de Setembro* segue uma linha mais moderada (apud Matos, 2006, p.2).

António Rodrigues Sampaio, o grande jornalista, de atitude polemista, dedica-se a "pensar Portugal". Não o Portugal das permanentes lutas políticas, da intriga, das brigas domésticas, mas o Portugal que se pretende desenvolver e modernizar espelhando-se em uma Europa em franco progresso econômico e material. R. Sampaio encarna o "próprio ideal romântico da imprensa" (ibidem). É nesse contexto que aparecem, n'*A Revolução de Setembro*, vários artigos, ou melhor, editoriais, muitas vezes a ocupar integralmente a primeira página do jornal, que refletem o pensamento político reformador, com grande eco na opinião pública portuguesa. Foi deputado, par do Reino, ministro e presidente do Conselho (chefe de governo). Rodrigues Sampaio foi um dos maiores vultos do liberalismo português do Oitocentos. Personalidade controversa, polêmica, mesmo revolucionária, mas sempre coerente e fiel aos seus princípios e desígnios. Foi um agitador de renome nacional, o que lhe valeria o apelido de "O Sampaio da Revolução", já que se notabilizou como redator principal do periódico. Era um jornalista de causas, não de notícias, como aliás era o jornalismo do século XIX. Apesar da violência verbal e da forma assertiva que sempre utilizou nos seus ataques políticos, nunca promoveu o ataque às pessoas. Foi esta postura de grande escrúpulo, associado a uma incansável defesa dos valores pelos quais lutava, que lhe cabe lugar de destaque e importância no jornalismo político português. Era membro importante da Maçonaria.

Nesse jornal trabalhava o irmão de Eça de Queirós, Alberto de Queirós. Aí foram publicados, em agosto de 1869, os primeiros versos de Carlos Fradique Mendes, "Serenata de Satã às estrelas", personagem coletiva criada por Eça de Queirós, Antero de Quental e Jaime Batalha Reis, frequentadores do Cenáculo e membros da Geração de 70.

Figura 3.2 – António Rodrigues Sampaio

Fonte: https://pt.wikipedia.org/. Acesso em:

Diário de Notícias: um jornal para todos

No terceiro quartel de Oitocentos, fazer jornalismo confundia-se com o fazer política ou com o fazer literatura. Os "jornalistas" eram, sobretudo, "escritores de jornal" e políticos que faziam da colaboração com periódicos uma ocupação amadora e não uma profissão. O *Diário de Notícias* veio mudar esse estado de coisas.

Publicou dois números-programa nos dias 29 e 30 de dezembro de 1864, contando daí sua fundação e seu nº 1, dia 1º de janeiro de 1865. Em seu nº 1/programa-29, diz: "A publicação que hoje empreendemos, convencidos da sua necessidade e utilidade, visa o único fim: interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas e compreensível a todas as inteligências".

O periódico *Le Petit Journal* (1863-1944), republicano e conservador, um dos quatro principais jornais diários franceses, que, junto com o noticioso conservador *La Correspondencia de España* (1859-1925), vespertino de Madri, publicado por Manuel María de Santa Ana, serviriam de modelo ao português *Diário de Notícias*.

O lançamento do *Diário de Notícias* pelo jornalista, escritor e empresário Eduardo Coelho (1835-1889) e pelo seu sócio Tomás Quintino Antunes (1820-1898), depois Visconde e Conde de S. Marçal (1889), empresário e proprietário da Tipografia Universal, implantou um modelo industrial, popular e independente de jornalismo. Eduardo Coelho, diretor do *Diário de Notícias* até seu falecimento (1889), introduziu dois novos gêneros jornalísticos: o editorial e a grande reportagem.

No século XIX, a maior parte da imprensa estava quase toda ligada a partidos políticos e o *Diário de Notícias* fez a tentativa inovadora de manter o jornal politicamente neutro.

> Pela primeira vez, as receitas iam buscar-se não às assinaturas (que também se aceitavam, evidentemente) mas aos anúncios e, principalmente, às vendas nas ruas. Para isso, criou-se uma nova profissão: a dos ardinas, homens (provavelmente bastante mais velhos do que os jovens que a iconografia recorda) que faziam, a pé, a distribuição dos jornais pelos bairros e que se mantiveram na paisagem urbana até bem entrada a segunda metade do século XX. Para levar o jornal a lugares mais afastados do que as facilmente calcorreáveis ruas do centro, utilizavam-se carroças que deixavam os jornais em lugares onde pudessem ser vendidos, como quiosques ou leitarias. (Lemos, 2014, on-line)

Figura 3.3 – Estátua de "Eduardo Coelho e o ardina"[2]

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: http://revelarlx.cm-lisboa.pt/. Acesso em: 7 jan. 2015.

2 Estátua de "Eduardo Coelho e o ardina" no Jardim e Miradouro de São Pedro de Alcântara, perto do Bairro Alto (Lisboa). Inaugurada em 1904, autoria de António Augusto da Costa Mota (tio) e pedestal do arquiteto Álvaro Machado. O monumento foi custeado por subscrição pública promovida pelo *Diário de Notícias*, jornal fundado em 1864 por Eduardo Coelho. Para além do busto do homenageado, há uma estátua representando a figura popular do ardina, garoto que vendia jornais. O busto e a estátua são de bronze e o restante, monumento em pedra.

Alguns empresários portugueses se aperceberam do lucrativo negócio que constituía a imprensa popular noticiosa, politicamente independente, de baixo preço e difusão massiva já existente noutros países. Reaparecer em Portugal jornais populares noticiosos, direcionados para toda a sociedade, com meios técnicos e financeiros que propiciavam grandes tiragens em relação ao país da época, baixo preço por exemplar, cujos custos eram cobertos pela publicidade, com linguagem clara e acessível, que geralmente não polemizavam, que não seguiam qualquer linha política, antes procuravam, principalmente, relatar fatos importantes ou simplesmente interessantes, com a verdade e a objetividade possíveis.

Com esses jornais, de que o *Diário de Notícias* é o primeiro expoente, inaugurou-se, em Portugal, a fase do jornalismo industrial – a imprensa é vista como negócio, como uma *indústria* semelhante às demais, que dará a matriz para os tempos vindouros. Graças ao baixo preço a que era vendido, 10 réis, enquanto os outros jornais eram vendidos a 40 réis, deu origem a uma explosão do número de ardinas, "moços dos jornais" que andavam pelas ruas propagandeando as notícias e vendendo periódicos, escapando a uma vida de mendicidade e de extrema pobreza. Ao fim de seis meses de publicação já tinha cerca de cem vendedores (Sousa, [s.d.], on-line).

Diante desse cenário, as elites clamaram, então, contra a "decadência do jornalismo" que o *Diário de Notícias* protagonizaria, ao prestar atenção ao crime, à trivialidades sociais e a outros assuntos do quotidiano das pessoas e ao encarar a notícia como mercadoria e o jornalismo como negócio, afastando-se do temário da alta política e da alta finança, mais próprio dos jornais doutrinários consumidos pelas elites.

No *Diário de Notícias*, pontificavam as notícias, de todo o Portugal e do estrangeiro. O seu noticiário, muitas vezes criticado pelas elites por dar atenção ao crime e a trivialidades, ocupava a maior parte da mancha gráfica, enquanto os periódicos doutrinários o reduziam a duas ou três colunas.

O modelo jornalístico do *Diário de Notícias*, financiado pelo crescente afluxo de publicidade, que, ademais, dava bom retorno aos investidores, foi imitado e o seu sucesso contribuiu para o desaparecimento de muitos pequenos jornais doutrinários, que lhes viram fugir assinantes, compradores e anúncios publicitários. O periódico transformou assim, a imprensa portuguesa, tendo sido o grande responsável pela reconversão modernizadora do

jornalismo em Portugal, que, com ele, para o bem e para o mal, entrou na sua fase industrial e profissionalizada.

O *Diário de Notícias* conquistava, efetivamente, todos os públicos, incluindo as mulheres e os jovens, ao contrário do que sucedia com a imprensa doutrinária, que quase somente suscitava o interesse da elite masculina politizada e da alta finança.

A Nação

Jornal legitimista, miguelista, órgão católico, ultramontano. Sua redação ficava na Rua do Bem-Formoso, 153. Fundado em 1852, estendeu-se até 1915 com diversas mudanças. Dirigido por d. Jorge Eugénio de Locio e Seiblitz (Portimão, 23/2/1819 – Lisboa 5/1/1883). Descendente de uma família sueca, estabelecida em Portugal, homem culto, dominando várias línguas, oficial de exército que acompanhou d. Miguel até o fim, isto é, até a Convenção de Évora-Monte (1834). Defendia a causa do Príncipe d. Miguel, deposto e exilado na Áustria, figura que o jornal evoca com carinho a todo momento. Colaboradores do jornal: visconde de Juromenha, marquês de Lavradio. As posições conservadoras do jornal foram muito contestadas pelos jornais e escritores liberais, e o clero. Tendo sido com esse periódico que Alexandre Herculano sustentou uma violenta polêmica a propósito da desmistificação da Batalha de Ourique (1850, escrevendo sobre o assunto o opúsculo *Eu e o clero*). A redação desse jornal muda-se para o palácio dos srs. duques de Palmela, no Calhariz.

Bem Público

Jornal católico, científico e literário -Lisboa– Imprensa União-Typographica– nº 1– 20 jun./1857– 23 jun./1877. Redator– José de Menezes da Silveira e Castro, Marquez de Vallada (1826-1895).

Jornal do Comércio

Folha regeneradora, Lisboa, 1853-1989 – proprietário e redator-Antonio Enes, assinava rubrica de crítica literária. Entre 1912 e 1940 foram

publicados com o título: *Jornal do Comércio e das Colónias.* A partir de abril de 2015 tem como proprietário e diretor Paulo Noguês.

O Diário Popular

Fundado por Mariano Carvalho (1836-1905), publicista, folha progressista, Lisboa, 1866 – nº1-13-jul. 1866 até 13 jun.1896.

Gazeta do Povo

Redator – António Enes (António José de Orta Enes– (Lisboa-1848–Sintra, 1901) no qual publicou polêmicas acirradas com *As Farpas* (Eça de Queirós e Ramalho Ortigão) no início de sua carreira jornalística, por volta de 1870/71. Formado no Curso Superior de Letras, foi um deputado, jornalista, escritor e administrador colonial português, que se destacou em Moçambique onde exerceu as funções de Comissário Régio durante a rebelião Tonga na região sul daquele território. Crítico, dramaturgo, deputado, conselheiro de Estado, embaixador de Portugal no Brasil, ministro da Marinha e do Ultramar, comissário régio em Moçambique e ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo nesta qualidade negociado com a Inglaterra após o Ultimato inglês de 1890, mas destacou-se como um dos teorizadores do Realismo-Naturalismo. Autor de *A guerra e a democracia, Considerações sobre a situação política da Europa* (1870) e *A guerra de África*, em 1895 (1898).

O Alfageme

Folha política, literária e noticiosa. Santarém– 15 jul. a 24 dez.1871. Bissemanário. Fundado e dirigido por Guilherme de Azevedo. Sobre as conferências publicou: programa (nº 2, 18-jun.); sobre a palestra de Adolfo Coelho (nº 3, 22 jun.); sobre a proibição das conferências (nº5, 20 jun.); nº9, 16 jul.; nº10, 20 jul.).

Jornal da Noite (1871-1892)

Proprietário -Visconde de Paiva Manso. Direção A. A Teixeira de Vasconcelos, Ano 1, nº1 (02 jan. 1871– ano 22, nº 6614 (31 mar. 1892). Lisboa: Tipografia Portuguesa.

O Partido Constituinte

Foi publicado de 1º abril (nº 1) a 29 junho/1872 (nº 343). Segundo João Medina (1984, p.343) era um jornal diário, marginal, de quatro páginas, a 10 réis o exemplar, com sede e administração na Rua do Arco, 19. Foi a criação de uma das figuras basilares do regime monárquico constitucional, José Dias Ferreira (1837-1907): licenciado em Direito em Coimbra (1859), enveredou pela carreira universitária, praticou a advocacia e inclinou-se para a política.

A Berlinda: reproduções d'um álbum humorístico, ao correr do lápis (Lisboa, 1870-1871)

Rafael Augusto Prostes Bordalo Pinheiro publica, em 1870-1871, *A Berlinda: reproduções d'um álbum humorístico, ao correr do lápis* – sete folhas volantes, que criticaram vários momentos históricos do país, em que a imagem e o texto se entrelaçam e que, de algum modo, o sentido se perde quando as separamos.

São sete páginas, com os seguintes títulos:

1ª página – "Os fossadores do patriotismo" (1870);
2ª página – "Ainda os fossadores do patriotismo" (1870);
3ª página – "Mapa da Europa: carta burlesca da Europa para 1870" (1870);
4ª página – "Retalhos da Companhia dos Caminhos de Ferro do Leste" (1871);
5ª página – "Hisopada mistifório político" (1871);
6ª página – "A Chiadinha – últimas cenas do último Carnaval" (1871);
7ª página – "Conferências Democráticas" (1871).

Deve-se à última das páginas, a de julho, a notoriedade desse álbum que merece leitura de conjunto. E a razão está no título: "Conferências Democráticas". É indiscutível a qualidade dessa última página do álbum "ao correr do lápis", mas, por levar título de conjunto, recolher as temáticas

principais (política, sociedade, Carnaval), definir personagens (marquês de Ávila, Eça e, sobretudo, o próprio Bordalo), ensaiar estilos distintos e, finalmente, apresentar em panorama diversas possibilidades de relação da imagem com o texto e das imagens entre elas, por tudo isso *A Berlinda* é um momento fundador.

Apresenta-se em autorretrato no papel de conferencista prestes a palestrar ou se inclui no "nós" que se abriga sobre um barrete frígio, aquele grupo que teve a "visão redentora e de endireita" anunciando-se em seguida como "Mascarós da Civilização", isto é, médicos oftalmologistas capazes de curar a cegueira da nação, a "purulenta e burguesa fisionomia do país": a católica e monárquica situação de um trono-altar caído, as finanças que roubam fingindo que pedem ao povo miserando, uma nobreza cujo cavalo é uma sombra, um clero barrigudo e alimentício, uma moral dissoluta e adúltera, um ensino que é uma mancha riscada, um governo em festa, enfim, "tudo está lázaro asino corruptíssimo", ou seja, podre e malcheiroso.

A isso contrapõem aqueles intelectuais, Antero, Eça, Batalha Reis, entre outros, a visão de vistas largas, se a tanto os ajudar o engenho e a arte, afirma em parêntesis o palestrante. Só que a ordem, representada pelo inevitável marquês de Ávila mailo seu cachecol, perante os detalhes da visão, logo tremeu, concebeu uma rolha, que se lhe agitou na cabeça, nela se avolumou até provocar desejos e ânsias. E logo deu à luz uma portaria que fechou a porta do casino, abafou e amordaçou os congressistas que redigem o protesto de rolha na boca. No fim, a ordem burguesa e católica e os seus apoiantes (padres, um burro) celebra. Por baixo, vai escrito um irônico "Viva a liberdade!!!". Com esse grito desenhado, Rafael Bordalo Pinheiro dava início a décadas de doce, mas ativa subversão (Cotrim, [s.d.], on-line).

SERÕES: Revista Mensal Ilustrada

Foi publicada em Lisboa entre março de 1901 e dezembro de 1911, perfazendo dez anos de magnífica aceitação pelo seu público leitor. Inspirada por Adrião de Seixas, conheceu como diretores: Henrique Lopes de Mendonça, Eduardo de Noronha e António Sérgio de Sousa. Oferecia textos de literatura, história e costumes, constituindo-se na imprensa de entretenimento, generalista, direcionada para o grande público, com o qual procurava comunicar através de concursos, promoções e correspondência com o leitor. Faz o

esforço em projetar-se ecleticamente, tentando adaptar-se a um universo de leitores cada vez mais amplo. Um dos pormenores que a diferenciavam era a sua relação com o mundo dos livros, que se foi enraizando ao longo da sua existência e a tornou numa promotora de leitura, servindo de canal de divulgação e promoção da Livraria Ferreira, sua proprietária a partir de 1905.

Figura 3.4 – *Serões*, jul. 1910, p.1

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Artigo digitado da revista *Serões*

Quatro Jornalistas
Antônio Augusto Teixeira de Vasconcelos – Antônio Rodrigues Sampaio – Eduardo Coelho – Manuel Pinheiro Chagas

Foram quatro hábeis esgrimistas da imprensa, manejando finas lâmina de Toledo, inquebráveis, luzidias, com segurança de pulso, defendendo-se com energia, atacando com firmeza.

Teixeira de Vasconcelos era a graça personificada, escrevendo sem a mínima preocupação, simulando atender pouco o adversário, mas vigiando-o de soslaio, sem lhe perder o menor movimento; Sampaio, um colosso, servindo-se da pena de maneira que atordoava seu o seu antagonista, atontava-o; Eduardo Coelho, o homem de sorriso são, e se o seu vigor não se traduzia aos ataques de que era alvo, deve-se à sua extrema bondade; Chagas foi o jornalista francês, leve subtil, muito hábil, desarmava com a ironia, mal roçando a epiderme, sabendo retirar a tempo o ferro antes que ele profundasse.

E é desses jornalistas que eu tento deixar os *croquis* nesta revista.

O Antônio Augusto

Gago... – dizia-se mesmo que ele afetava esse defeito, para ter o tempo necessário de responder certeiramente – era um conversador infatigável, e a sua fisionomia como que se iluminava, encantando, seduzindo, conquistando quem muito bem lhe aprazia.

Vestindo com a máxima elegância, com uma fisionomia de destaque, onde o bigode branco como que constituía uma característica, calvo, cabelo cortado rente, quem o visse nunca mais o esqueceria, tanto ele se destacava dos rostos vulgares que por aí andam.

Gastrônomo, admirando as mulheres não só como artistas, era visto às noites nos camarins dos teatros, e quantas vezes a atriz faltou à deixa, porque aquele *charmeur*, o primeiro conversador de Portugal, fazia com que ela se esquecesse do seu dever.

De maneira que Francisco Palha, esse fino espírito, mandou pôr na tabela o seguinte:

"Como a atriz F... continua fazendo do seu camarim um centro de cavaco, e a empresa já se encontra cansada de a multar, não seria melhor ela transferir o centro para outro ponto, ou então estabelecer o centro onde não causasse prejuízo?"

Teixeira de Vasconcelos foi um dos primeiros jornalistas da sua época – e então eles abundavam! – Escrevendo o português como poucos, dando aos artigos uma feição muita sua, devendo especializar-se na imprensa o primitivo *Jornal da Noite*, onde se cercou de um núcleo de escritores de primeira água.

Atacaram-no veementemente, censuraram-no por vezes, como a poucos, mas defendeu-se sempre como um leão, e embora nas discussões nunca saísse dos limites da cortesia, se cravava as garras, ai do adversário!

Os seus brilhantíssimos artigos – não é um nariz de cera! – podem também ser lidos na *Oposição Nacional*, na *Ilustração*, no *Arauto*, na *Gazeta de Portugal*; os seus romances: *Roberto Valença*, *O prato de arroz doce*, *Duas facadas*, *Ermida de Castromino* e *Lição ao mestre*, de há muito deviam ter merecido a honra de uma edição popular; em teatro, alcançou um sucesso no Ginásio com *Dente de baronesa*, uma comédia lindíssima, primorosamente executada por Lucinda Simões.

São inúmeras as anedotas deste jornalista; infelizmente não se me torna possível dá-las a público, tão verdes são algumas e outras tomar-se-iam por provas de cinismo, embora me pareçam mais demonstrações de um ceticismo mordaz.

Escolherei três, embora uma muito conhecida.

No *Jornal da Noite* estava-se várias vezes sem cobrar. Teixeira de Vasconcelos, sempre muito digno, passava em direção ao seu gabinete, dando as boas noites ao pessoal que quase não tinha forças para lhe responder.

Os redatores, sentados em volta de uma cumprida mesa na casa da Rua Paz, estavam todos tão pálidos e tão fracos, que pareciam moscas atravessadas pelo frio do inverso e as pernas, ao correr pelo papel, semelhavam patas de aranha raquíticas e tremulas. Uns mostravam-se verdes, outros vermelhos, estes cor de azeitona, e quando algum apresentava, por acaso, bom aspecto, murmurava-se:

– É capaz de ter jantado!

– Miserável!

– Provavelmente vendeu-se ao governo!

O diretor curava com elogios os doentes do seu hospital-redação. Paravam-no sempre na rua, contava em voz alta, para lhe elogiarem algum artigo.

Mas, um dia, o Quirino Chaves, tradutor encartado de romances e que fazia o folhetim, não pode mais e foi ter com Teixeira de Vasconcelos.

– O que o traz por aqui, meu amigo?

O Quirino Chaves, que era muito tímido, mal sabia como sair da resolução heroica que tomara.

– É que eu...

– Diga, diga... nada de cerimônias...

– Desejava... precisava... tinha necessidade de duas libras...

– Duas libras! E para quê?

– Olhe, sr. Teixeira de Vasconcelos, uma é para pagar ao padeiro, e a outra para uma passeata às hortas com os amigos.

– Pois... volveu o diretor do *Jornal da noite*, gaguejando a mais não ser, tome lá a libra para a passeata e quanto a do padeiro, ele que espere...

Em Cauterets, contava ele na ocasião em que se estava na terrasse tomando café:

– Uma ocasião, viajava eu pela Rússia...

E, interrompendo-se, perguntou:

– Algum dos senhores já esteve na Rússia?

– Não, não estivemos, repetiram todos os presentes.

– Então posso mentir à minha vontade.

E narrou, no meio da gargalhada geral, o que lhe acontecera na Rússia... onde nunca tinha ido.

Os credores não largavam a porta do Antônio Augusto.

E o mais curioso era que ele não deixava de os receber, animando-os, desculpando-se com modos de *grand seigneur*, e rindo, creio firmemente, da série de subterfúgios a que recorria e que sempre davam resultado.

Em uma noite de janeiro estava ele jantando, quando lhe anunciaram um dos tais.

– Manda lá entrar o homem!

O credor apareceu muito risonho.

– Já sei a que vem.

– Adivinhou, sr. Vasconcelos, tinha amanhã uma letra a pagar, e era a favor se v. exa. liquidasse agora aquela continha.

– Tem razão, tem... já lhe avultam os cabelos branco..., mas verdade, verdade, não calcula em que horrível situação me encontro... Estou mesmo na última... Imagine o pior e ainda fica longe da realidade.

Nisto abre-se a porta, e o criado de casaca e lenço branco coloca sobre a mesa um enorme peru, lindamente alourado, que exalava um magnifico perfume.

O credor não soltou palavra, mas os seus, mas os seus olhares fixavam-se significantemente na ave que ainda nessa manhã despedia com alegria o seu glu-glu.

E como Teixeira de Vasconcelos compreendesse o que se estava passando naquele cérebro, atalhou logo:

– Olhe, vê este peru? Pois fui obrigado a mandá-lo matar para não morrer de fome.

Era uma razão tão convincente que o credor retirou-se lamentando a pobre ave que sucumbira ao facalhão do cozinheiro para evitar as torturas em que falara o Antônio Augusto... que pouco depois a saboreava, sorrindo, acompanhando-a de um magnifico vinho do Porto...

O Sampaio da "Revolução"

Foi em 1834 que apareceu um jornalista que adquiriu nome insigne, e o mais atribulado nas perseguições feitas à imprensa, começando as suas lides na *Vedeta da Liberdade*, do Porto, de que era redator o ex-monge beneditino Antônio do Carmo Velho Barbosa, abade de Valbom, sendo, passados meses, nomeado redator chefe.

Os pais destinavam-no para padre, e assim seguiu os estudos, tornando-se uma autoridade em latim, e ajudou à missa chegando a pregar sermões.

Vindo para Lisboa entrou para *A Revolução de Setembro*, fundada por José Estevão Coelho de Magalhães, e principiou ali a combater as tentativas de renovação cartista. O governo mandava processar os jornais que lhe eram desafetos.

De 1840 a 1842, Costa Cabral preparou a restauração da Carta.

A guerra civil tornou-se inevitável, e enquanto os chefes da revolta fugiam. Sampaio ficava em Lisboa, continuando na *Revolução* com artigos violentíssimos.

Prendem os distribuidores, os impressores, proibisse a circulação do jornal, na oficina são postos selos. E, sempre, todas as manhãs durante onze meses e quatro dias, encontravam-no sem se saber de onde saía, não conseguindo ninguém obrigar Sampaio a calar-se.

No discurso dos acontecimentos políticos vem a intervenção estrangeira, e outra guerra civil.

O governo ordena a prisão de Rodrigues Sampaio, mas este oculta-se de tal maneira que os esbirros não dão com ele, e com o seu desaparecimento surge o panfleto *O Espectro*, largamente distribuído por todo o país.

E para bem justificar o seu título aparece até nos gabinetes dos ministros desconhecendo-se a mão oculta que ali punha.

A oficina mudava de lugar todos os dias, e é o maior exemplo de coragem e de resistência que eu conheço de jornalista.

Restabelecido o sossego, ei-lo de novo na sua muito amada *Revolução*, onde os seus artigos se conhecem pela forma como desvairava, feria e prostava os adversários.

Foi liberal até morrer e não se ofuscou nunca com a glória dos mais.

Como polemista era temível e em breves palavras punha o contrário em um estado miserando.

De uma inalterável serenidade gostava de ouvir os outros, para no final, dizer a última palavra sobre o assunto ou dar o golpe de misericórdia.

Falava-se uma vez na redação acerca de um funcionário muito conhecido que suicidara. Constituiu a *scie* da noite e não entrava ninguém que não contasse o caso ou não o ouvisse cada vez mais pormenorizado, enquanto uns censuravam o fato e outros defendiam.

Por fim Sampaio, que estava ao fundo da casa mal iluminada, observou:

– Ora deixem-se disso! Cada um come do que gosta.

Em Carrazeda de Anciães havia um semanário que não se fartava de debicar com o grande jornalista. Este fingia não o ler, não se importando com os apodos que ele lhe punha ou ressuscitava.

Mas um dia, por desfastio, vai-se ao jornalista e começa com estas palavras:

"Há uma cavalgadura lá para os lados de Carrazeda, que desconhecendo a gramática, a falta de senso, busca agredir-nos, vomitando toda a bílis que lhe reside no corpo."

"Afinal o homenzinho no que nos diz teria razão... se não obtivéssemos a prova provada que quem lhe comer os miolos fica em jejum natural."

Resposta do homem da província:

"Na brilhante contenda que temos sustentado com o redator principal da *Revolução*, e onde de lado a lado as armas da cortesia..."

Soldado fiel do partido regenerador, foi uma luta conseguir que ele entrasse no governo, e só devido aos esforços de Fontes é que as dificuldades se debelaram.

Uma noite em que saia de uma reunião de ministros, acercou-se dele um deputado muito curioso e perguntou-lhe:

– V.ª exa. vem do conselho?

– Venho!

– O que se passou lá?

– Passaram-se duas horas, retorquiu o ministro pachorrentamente.

Quando Souza Bastos teve uma revista do ano no Príncipe Real, era então governador civil de Lisboa, d. Luiz da Câmara Leme. O autor, por um motivo

qualquer, pôs em cena a Emília das Neves, e ninguém ignora as relações que prendiam o par do Reino com a atriz.

A caricatura no palco e uns elementos desordeiros contratados a promoverem tumulto, sendo a representação suspensa.

Sousa Bastos procurou o ministro do Reino, que então era Sampaio – protestando contra a conjura.

– Olhe lá! Tenho informações que na peça entra o d. Luiz da Câmara.

– Não, senhor, quem entra é a Emília das Neves.

– Então é ainda muito pior! Tire-a e ponha-me a mim. O público gosta de me ver em cena e que falem no *Espectro*.

– Mas tudo isso já lá está.

– Tudo, é que não pode ser. Deixe-me ficar e tire a Emília e verá como tudo se arranja.

Era assim.

Latinista de enorme erudição, costumava tanto nos seus artigos como nos seus discursos, paramentá-los com frases latinas.

Atacado uma vez na Câmara, o deputado exclamou:

– *Exegi monumentum aere perennius*... Se o sr. Sampaio dá licença que eu cite esta frase de Virgílio...

– Não dou, não, senhor. O seu a seu dono. A frase é de Horácio.

Antônio Rodrigues Sampaio principiou a vida em guarda da Alfandega, foi secretário geral, governador civil, deputado, par do Reino, ministro, presidente do Conselho, conselheiro do Estado, grã-cruz das ordens de Portugal, Espanha, Prússia, Itália, Rússia e Japão, sócio correspondente e honorário de várias academias... e morreu tão pobre que o governo teve que lhe fazer o enterro.

Eduardo Coelho

Foi a organização mais acentuada do seu tempo, e o desenvolvimento da imprensa deve-se a ele, que com sua tenacidade, a sua correção, a sua rápida maneira de ver, conseguiu criar entre nós o jornal verdadeiramente popular.

Ceci tuera cela.

Por 1858 distribuía-se com uma certa profusão pela cidade um jornal denominado o *Grátis,* em papel de várias cores, propriedade do avô materno de quem escreve estas linhas – Manuel Antônio Ferreira Portugal.

O que o *Grátis* era descreveu-o Júlio Cesar Machado em um dos seus inolvidáveis folhetins.

Vivia dos anúncios que inseria e que davam excelentes lucros.

Veio, porém, uma folha mais completa, o *Jornal do Comércio*, e o anúncio debandou para ela, o que mais tarde lhe aconteceu, quando apareceu o *Diário de Notícias*.

O seu programa era simpático, mantendo-se – o que ainda hoje faz – alheio à política, tratando apenas da notícia em si, pormenorizando-a, e expondo nas suas colunas a vida de Lisboa, cultivando a ocorrência estrangeira, procurando a informação.

Parece que uma folha assim orientada não devia ser nunca atacada.

Nem sempre tal sucede. Todas as vezes que ali se registra um fato desapaixonadamente, se há alguém ferido, esse ei-lo desde logo revoltado, mas se esta expõe a sua opinião, os outros enchem-se de indignação, como se não fosse a norma adotada pelos fundadores do *Diário de Notícias* o estribar-se na máxima imparcialidade.

Eduardo Coelho possui segura filosofia de compreender a sua época e sobre tudo os seus contemporâneos, e não o incomodavam nem as diatribes nem as atoardas, porque tinha a consciência segura que não se afastava do trilho que traçara, e assim não se importava com queixumes que obedeciam apenas a interesses não justificados.

Baixo de tórax desenvolvido, rosto redondo, olhos salientes, vivos, alegres, bigode e pera, de calva respeitável, muito bem educado, tratando toda a gente afavelmente, conquistava logo a primeira vista, e se uma por outra vez se utilizava da ironia, fazia-o com tanta sutileza, envolvia-a de tal maneira, que ninguém se poderia melindrar.

Tinha a simpatia de toda a Lisboa que não se esquecia que ele viera de Coimbra, aos 12 anos, para marçano da loja de ferragens do Verde da Rua da Alfandega, e onde trabalhava como um mouro, entretendo os seus limitados ócios a conversar com as Musas, o que lhe deu ensejo a publicar um livro de Versos.

Numa suave camaradagem de pobreza com o Antônio Augusto Nazareth, o ator Joaquim de Almeida, o Henrique Van-Deiters, tiveram que fazer uma vez a mudança; e com a escrituração do Café Aurea conseguiu obter ali almoço e jantar, e, ao café ofereciam-lhe um charuto, o que o levava a dizer:

– Quando não tinha dinheiro fumava charutos... e quando o tinha era tão pouco que não chegava para cigarros!

E expunha tudo isto com a máxima bonomia, como a história de uns coletes que ele e os seus amigos tinham deixado num almoço em Cacilhas, visto que a conta era superior ao que possuíam.

E como viera do nada não se envaideceu, era o protótipo do homem de bem, o povo queria-o e acompanhava-o, ao vê-lo com um olhar úmido.

Nos seus *Passeios ao estrangeiro* encontra-se tudo quanto de notável havia para se relatar, a notícia dava-lhe um sabor genuinamente popular, e tão bem conhecia aqueles para quem escrevia que basta dizer que tendo cultivado o teatro, não se conta o número de vezes que se representou a sua comédia de I ato *Amor aos bofetões*, e o drama *Opressão e liberdade,* cenas da restauração de Portugal.

Nele residia um grande amor pelo seu país, todas as iniciativas que se traduzissem em progresso, tinha ali um defensor estrênuo, e o jornal abria suas colunas para dar cabida às questões onde ressaltava o patriotismo, e ninguém mais do que Eduardo desejou o engrandecimento da sua terra, ninguém empregou mais esforços para lhe ser útil.

A fortuna que angariou é das honrosas, unicamente devida ao trabalho constante, não se lhe deparou nunca um só inimigo, e no jornalismo foi um elemento de alta valia honrando a classe a que pertencia.

Por isso, Lisboa numa romaria de saudade, por ocasião do seu passamento, acompanhou a pé o seu cadáver até ao cemitério, e ao entrar o corpo o jazigo ouviu-se uma violenta detonação numa pedreira próxima.

Era o trabalho salvando no funeral de um trabalhador!

Pinheiro Chagas

A individualidade mais extraordinária, mais subtil, mais rendilhada do século XIX a deste jornalista que foi tudo... numa terra onde se não é nada...

Militar, folhetinista, poeta, acadêmico, autor dramático, romancista, historiador, político, orador, jornalista, ministro, tradutor...

Nos seus discursos avulta a ironia, por vezes a indignação, e quem o ouviu – diga-o a Espanha, fale a França – ficava embalado por essa voz que sabia ser eloquente, comover, entusiasmar, cuja palavra era ouro de lei, conceituosa, e para ilustrar o nosso nome devia ter sido mandado ao estrangeiro como enviado de Portugal todas as vezes que se tornasse necessário afirmar a nossa individualidade!

E que melhor embaixador a escolher! Como o país aproveitaria, em vez de o ter gasto nas lutas estéreis de S. Bento!...

Não teve uma mocidade tumultuosa nem agitada, e seu grande amor concentrou-se na família e no teatro.

Pinheiro Chagas viveu durante algum tempo para as bandas de Campo de Ourique na companhia dum antigo impedido de seu pai, de nome Braz, com o

qual travava discussões intermináveis, buscando provar-lhe que a transmissão das almas não era uma fantasia, e conforme a disposição em que se encontrava dizia que ele era herdeiro dum guerreiro, dum sapateiro de escada, duma virgem de Ossian... ou da do Telles Jordão!

Mas contra esta última hipótese o impedido protestava, porque:

– O Telles Jordão, meu alferes, era um burro, e os burros não tem alma nem para a deixar ao diabo, quanto mais a mim, que nunca faltei ao recolher.

O seu *Poema da mocidade* foi onde mais se traduziu o estro de Chagas, um cântico à natureza, e que bem traduz o seu espírito todo bondade.

Na Academia Real das Ciências não houve ninguém trabalhador com ele; como secretário geral, como relator, fazendo conferências, discutindo com a sua *verve* inesgotável nas sessões de segunda classe, e assim deixou também ali um rastro de enorme pesar.

Não é muito vasta a sua galeria teatral.

Assim esse *lever de rideau* a *Roca de Hercules de Val-Flor* que há um ano – depois de 40 de existência – foi a peça que durante a época mais rendeu no teatro de da. Maria constitui ainda um salvatério das empresas no Brasil e a este respeito há um dito admirável de Chagas.

A primeira vez que o marido de Lucinda Simões veio a Portugal foi-lhe apresentado por um amigo.

– O sr. Furtado Coelho.

– Conheço-o há muito de nome.

– Eu tenho representado a sua *Morgadinha* centenas de vezes.

– Nesse caso, o Coelho é o senhor e o Furtado sou eu.

Note-se que Chagas nunca recebeu um real de direitos desta peça no Brasil, e se assim não fosse teria deixado uma enorme fortuna aos seus.

O insucesso – quem tal previra! – do *Drama do povo* levantando uma grande discussão afastou-o do teatro, tal foi o desgosto que sofreu, e só vinte anos depois regressava com o seu canto de cisne ao Ginásio, uma *Lição cruel*, para festa de Beatriz rente – a atriz que possuía os olhos mais formosos entre as suas colegas – e na primeira representação veio-lhe uma sincope que seria fatal se não fosse a intervenção rápida do seu médico.

José Joaquim Pinto, o ex-empresário daquele teatro, por lembrança do estimado camaroteiro Santana que ali está empregado há quarenta anos, ofereceu a 15ª receita da *Lição cruel* ao autor – e foi o início dessas homenagens futuras.

Chagas referindo-se o seguinte desabafo:

– Como sabem nunca fui de invejas, nem de mesquinhos sentimentos. Lamento que nos tempos da *Morgadinha* e da *Madalena não estivesse já instituída essa consagração aos autores dramáticos. Deve-se sentir realmente um grande prazer em ser durante um espetáculo todos, alvo de estrepitosos aplausos, de calorosas ovações e tanto mais que não há as incertezas nem as comoções duma première.*

Mas não lhe foi concebida essa alegria.

Na 15ª da *Lição cruel*, o seu estado era de tal ordem, que poucos dias depois conduziam-no para o cemitério.

Tendo educado o seu espírito com Bernardin de Saint-Pierre, Octave Feuillet, Georges Sand, Lamartine, Victor Hugo, Alexandre Dumas pai, de quem era um fervoroso admirador, os seus romances pertencem a escola idealista, nas figuras que nos apresenta há uns tons de leveza, um delineamento de contornos que nenhum escritor, a não ser Júlio Diniz, conseguiu apresentar.

Foi Pedro Correia – essa tão grande alma quanto excelente coração – quem propôs a Chagas a publicação de uma *História de Portugal*.

Como a vaidade nunca assoberbava o moço escritor, apresentou várias objeções, mas Pedro Correia tanto instou, tanto argumentou com aquela pertinência que lhe era peculiar, que acedeu, sob a condição que no frontispício dir-se-ia que era escrita por *Uma sociedade de homens de letras*, para se fosse disparate, poder ser distribuído por um anonimato.

O que é a *História de Portugal* calcula-se, sabendo-se que tem três edições, e é considerada como um trabalho de alto valor, e a que tantas vezes recorrem ainda hoje os estudiosos.

Como ministro da Marinha disse um estadista do valor de Serpa Pimentel qual foi o seu papel:

"Fez uma política verdadeiramente ilustrada, porque entendeu que o nosso futuro está ainda em algumas das nossas colônias, e sobretudo nas da África Ocidental. O que é hoje a província de Angola, as vantagens que tira o comércio da metrópole foram devido a ele, assegurando a realização do caminho de ferro de Ambaca, além de ter dotado Loanda com o abastecimento de águas e ter contratado a construção do telégrafo submarino".

Quando Rodrigues Sampaio pela primeira vez foi chamado aos conselhos da Coroa – 13 de setembro de 1871, e onze anos depois em igual dia era a data do seu falecimento –, escolheu-o – contava então 29 anos – para assumir a direção do jornal, do qual se afastava em 1875, devido a um ato de lealdade referente ao caminho de Beira-Baixa.

Mas o Chagas não era homem para desanimar, ele que foi o primeiro jornalista do seu tempo.

Assim, tratou de pôr na rua a *Discussão*, convertida mais tarde em *Diário da Manhã*, e ainda passado a *Correio da Manhã,* jornal a que votou toda a sua boa vontade e a sua enorme energia.

Felicíssimo nos apodos que empregava, ao ministro das Obras Públicas, Barros e Cunha, que a cada momento citava fatos passados na Inglaterra, classificou de:

– *Sir John Bull and Cunha.*

A sua memória era prodigiosa.

Assim, uma noite recebeu-se um telegrama noticiando a morte de George Sand. Pois ele sentou-se à sua secretaria no jornal, e, cinco quartos de hora depois tinha escrito um artigo de três colunas apreciando a escritora, as suas obras principais e tudo isto sem o menor apontamento.

Zeloso como poucos da sua dignidade, ei-lo uma vez em frente de Magalhães Lima numa discussão com o *Século*, e são deste as seguintes palavras:

"Terminando o duelo, Pinheiro Chagas estendeu-me a mão e dirigiu-me palavras afetuosas que guardo religiosamente no meu coração. A coragem e ao denodo do homem físico, quis juntar a hombridade e a elevação do homem moral".

Os seus apartes na Câmara dos Deputados – e que pena dá não figurarem no respectivo *Diário* – são tudo quanto há de mais original e imprevisto.

Uma vez falava um orador notável, e a certa altura do discurso diz:

– Eu já tenho mais de 50 anos, sr. presidente...

– Pois não parece! Observou Chagas.

E o orador agradecendo prosseguiu:

– E por isso estudei lógica pelo Genuense...

– Pois também não parece! Volveu Pinheiro Chagas, no mesmo tom amável e por entre a hilaridade do auditório.

Se quiserem conhecer a bondade do seu coração, leiam este traço e é possível que aos olhos lhes acudam as lágrimas.

Um empregado da Alfandega teve uma vez uma pretensão que corria pelo Ministério da Fazenda, e lembrou-se de recorrer ao Chagas que então era ministro da Marinha e com quem mantivera em tempo relações cordiais, mais que havia muitos anos não via.

Quando o ministro ia entrar para a carruagem, acercou-se e estendendo-lhe um papel, disse respeitosamente:

– Sr. conselheiro, permita v. exa. que implore a sua proteção para este memorial. Se quisesse, e recomendá-lo ao seu colega da Fazenda?

Passou-o pela vista e respondeu secamente:

– Não, senhor, não recomendo.

E o outro com um tom em que o respeito não ocultava a indignação:

– Desculpe v. exa. tê-lo importunado, mas nunca pensei que o meu pedido o pudesse molestar tanto!

Mas o Chagas então, bondosamente, retorquiu-lhe:

– A minha excelência não recomenda pretensões destas ao seu colega da Fazenda; agora se tu queres que eu fale nisso ao Fonte, vem comigo.

Teixeira de Vasconcelos faleceu em Paris, em 1878, com 62 anos; Sampaio em 1882 com 76; Eduardo Coelho em 1889 com 54; Chagas em 1895 com 53.

A gratidão e a amizade de dedicados amigos levantou aos três últimos um monumento afim de perpetuar o seu nome; resta Teixeira de Vasconcelos a quem é justo prestar idêntica homenagem, sendo um dever da imprensa meter ombros a esse empreendimento.

Portugal da Silva

Tabela 3.1 – Textos Iniciais (a partir de *História das Conferências do Casino*, de António Salgado Júnior)

Nº	Jornal	Mês	Dia	Página	Assinado por	Assunto/título matéria comentada
1	*A Revolução de Setembro*	Maio	5			Anúncio das conferências
2		Maio	13	4	Alberto de Queirós	Anúncio da 4ª conferência: "A conferência do sr. Eça de Queiroz" – assinado por Alberto de Queirós
3		Maio	15			
4		Maio	16			Programa das conferências – assinado por 12 nomes
5			18			Programa das conferências – assinado por 12 nomes
6		Maio	20			
7		Maio	22			
8		Maio	24			Conferência de 22 de maio Primeiro anúncio sobre as conferências, particularmente sobre a 2ª, de Antero de Quental (27 de maio, sábado)
9			24		Luciano Cordeiro	"Uma preleção literária" – assinado por Luciano Cordeiro
10		Maio	26			Luciano Cordeiro
11		Maio	24			Conferência – Antero de Quental
12		Maio	30			
13		Junho	23			Antero de Quental e Jaime Batalha Reis comentam que não convidaram Luciano Cordeiro para tomar parte nas conferências
14	*Diário de Notícias*	Junho	15			3ª conferência
15		Junho	6			Cinquentenário das Conferências Texto de J. Batalha Reis
16		Maio	31			2ª conferência

Nº	Jornal	Mês	Dia	Página	Assinado por	Assunto/título matéria comentada
17	*Jornal do Comércio*	Maio	8			
18		Maio	25			Conferência
19		Maio	22			Artigo de Antero de Quental – "Resposta aos jornais católicos"
20	*Jornal da Noite*	Maio	30			2ª conferência (28 de maio)
21		Junho	1-2			Cartas de Antero de Quental ("Cartas" nº 11)
22		Junho	3			
23		Junho	13	12		Anúncio da 4ª conferência – artigo pago
24		Junho	8	9		
25			23			
26	*O Diário Popular*	Junho	15	10		
27		Junho	27			Protesto assinado por 5 conferencistas
28		Maio	22			Anúncio – 1ª conferência
29		Maio	28			2ª conferência
30	*Gazeta do Povo*	Junho	14-15	10-11		
31	*A Nação*	Maio	17			
32			24			2ª conferência – comentário crítico
33		Junho	06			
34			08			
35			27			
36			29			
37		Julho	2			
38	*Bem Público*		10			
39			17			

Tabela 3.2 – Títulos Finais (encontrados após a pesquisa)

Nº	Jornal	Número do jornal	Mês	Dia	Página	Assunto
1	*A Revolução de Setembro*	8.598	Fevereiro	8	3	Anúncio das conferências
2		8.665	Maio	2	2	Anúncio das conferências
3		8.668		5	2	Anúncio das conferências
4		8.679		18	2	Programa das conferências – assinado por 12 pessoas
7		8.683		24	2	Maio – 1ª conferência Primeiro anúncio sobre a 2ª conferência, de Antero de Quental (27 maio, sábado)
8		8.685		26	2	Anúncio da mudança de data da 2ª conferência
9		8.688		30	2	2ª conferência – 27 maio
10	*A Revolução de Setembro*	8.690	Junho	01	2	Anúncio da 3ª conferência
11		8.696		08	2	Anúncio da 4ª conferência
12		8.697		10	2	Anúncio sobre 6ª conferência (que não ocorreu)
13		8.699		13	2	Sobre a 3ª conferência
14		8.701		16	1	Sobre a 4ª conferência – assinado por Luciano Cordeiro
15		8.703		20	1	
16		8.704		21	3	Sobre a 5ª conferência Anúncio sobre 6ª conferência (que não ocorreu)
17		8.707		24	2-3	Sobre a 4ª conferência – assinado por Luciano Cordeiro
18		8.708		27	2	2ª conferência
19		8.709		28	2	Encerramento das conferências

Nº	Jornal	Número do jornal	Mês	Dia	Página	Assunto
20	*A Revolução de Setembro*	8.712	Julho	2	2	Protestos
21		8.713		4	1	Protestos
22		8.715		6	2	Protestos
1	*Diário de Notícias*	1.942	Maio	31	2	Sobre a 2ª conferência
2		1.949	Junho	7	1	3ª conferência
3		1.955		15	2	4ª conferência
4		1.957		18	1	5ª conferência
5		1.958		19	1	Folhetim – Assinado por Pinheiro Chagas
6		1.965		27	1	Sobre a proibição das conferências
7		1.967		29	1	Sobre a proibição das conferências
8		1.968		01	2	Sobre a proibição das conferências
9		1.970		05	1	Folhetim do *Diário de Notícias* – assinado por Pinheiro Chagas
10		1.973		6	2	Sobre as conferências – assinado por 20 nomes
11		1.976		9	1	Nota sobre adesão aos protestos
1	*Jornal da Noite*	126	Maio	29-30	2	2ª conferência
2		130	Junho	2-3	3	Cartas de Antero de Quental – sobre a conferência
3		133		6-7	2	3ª conferência
4		134		7-8	2	3ª conferência
5		135		8-9	2	3ª conferência
6		140		14 15	2	4ª conferência
7		146		21-22	2	5ª conferência

Nº	Jornal	Número do jornal	Mês	Dia	Página	Assunto
8		152		28-29	1	Sobre o encerramento das conferências
9		154	Junho/ Julho	30-1	1	Folhetim assinado por Pinheiro Chagas
10		160	Julho	7-8	1	Sobre o encerramento das conferências
11		161		8-9	2	Declaração de Soromenho e declaração de Antero de Quental sobre o encerramento das conferências
12		163		11-12	2	Sobre o apelido usado pelo marquês de Ávila
1	*O Diário Popular*	1.651	Maio	22	2	1ª conferência
2		1.652		23	2	1ª conferência
3		1.657		28	2	2ª conferência 3ª conferência, que ainda aconteceria
3		1.667	Junho	7	2	3ª conferência e sobre o fim das conferências
4		1.673		15	1-2	4ª conferência
5		1.683		27	1	Protesto contra o fim das conferências e Carta de Salomão Sáragga
6		1.686	Julho	1	2	5ª conferência e sobre o fim das conferências
7		1.691		6	1	Sobre o fim das conferências
8		1.693		8	2	Sobre o fim das conferências
9		1.698		13	2	Sobre o fim das conferências

Nº	Jornal	Número do jornal	Mês	Dia	Página	Assunto
1	*A Nação*	6.990	Maio	24	1	1ª conferência
		6.997	Junho	1	1	2ª conferência
2		7.003		8	1	2ª conferência
3		7.013		23	2	5ª conferência
4		7.015		27	1	Resposta para Antero de Quental e *Jornal do Comércio*
5		7.017		29	1-2	Sobre a 2ª conferência ao *Jornal do Comercio* e a Antero de Quental
6		7.019	Julho	2		Sobre a 2ª conferência ao *Jornal do Comercio* e a Antero de Quental
7		7.020		4	1-2	Sobre o encerramento das conferências
1	*Bem Público*	48	Junho	10	379-381	Os Ecos da Comuna I
2		49		17	387- 389	Os Ecos da Comuna II
1	*Jornal do Comércio*	5.273	Maio	24	2	2ª conferência
2		5.275		26	1	2ª conferência
3		5.286	Junho	08	1	3ª conferência
4		5.294		21	1	5ª conferência
5		5.299		28	1	Sobre o encerramento das conferências
6		5.301	Julho	1	1	Sobre o encerramento das conferências
7		5.302		2	1	Sobre o encerramento das conferências
8		5.307		8	1	Sobre o encerramento das conferências
9		5.310		12	1	Sobre o encerramento das conferências e sobre a questão do apelido do marquês de Ávila
10		5.312		14	1	Sobre o encerramento das conferências e sobre a conferência de Antero de Quental

Nº	Jornal	Número do jornal	Mês	Dia	Página	Assunto
1	*O Partido Constituinte*	54	Junho	6	2	Sobre o encerramento das conferências
2		58		11	3	Sobre a 4ª conferência
3		60		15	3	Sobre a 4ª conferência
4		69		28	1	Sobre o encerramento
5		70		29	1	Sobre o encerramento
Total de textos						**78**

4
Conferências do Cassino nos periódicos: imagens dos jornais e respectivos textos digitados – maio, junho/1871

4.1 Anúncios das Conferências

Tabela 5 – Anúncios das Conferências

Nº de textos	Jornal	Nº do periódico	Ano	Mês	Dia	Página
1	*A Revolução de Setembro*	8.598	XXXII	Fevereiro	8	3
2	*A Revolução de Setembro*	8.665	XXXII	Maio	2	2
3	*A Revolução de Setembro*	8.668	XXXII	Maio	5	2
4	*O Diário Popular*	1.651	6º	Maio	22	2

4.1.1 A Revolução de Setembro, 8 fev.

Figura 4.1 – *A Revolução de Setembro*, 8 fev., p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$600 réis—Semestre, 3$300 réis—Trimestre, 1$650 réis

Avulsos (porta interna)
Anno, 12$000 réis—Semestre, 6$000—Trimestre, 3$000 réis

Para as provincias
Anno, 7$200 réis—Semestre, 3$600 réis—Trimestre, 1$875 réis

Para o Brazil
Anno, 12$000 réis—Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:598 | QUARTA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 1871 | XXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 7 DE FEVEREIRO

Houve hoje na camara electiva combates renhidos mas pouco gloriosos. Pobres arvore como direcções mas não como exemplos ridiculos.

Diviam elogio-se ao commodo. Na sessão passada foi-se a eleição delles ao sentido da ordem; reaffirmou-se alguns individuos fóra do grupo ou reforçou mas com tal cautela que houvesse uma maioria segura.

Não era de estranhar o procedimento. O ministerio deve dirigir nas commissões bemsta que empregabilidade a seu pensamento, que o deixa vulnera, e que aperfeiçoam os seus trabalhos. A dissolução é uma boa prenda.

A eleição que provou o deviz ser a mesma, muito. A parte da camara que se chamava maioria era destinada ao ministerio mas com a reclusão de nove nobre o sr. Bispo de Vizeu. Segurada esta, desappareceram os homens que falavam de principios, e que não seguiam senão paixões.

Uma pequena luta pôz-se parte deste grupo a reconducção dos ministros. Como sem os guerra patriotica e a lucta com a prova de ministros officiaes possa dominação. O ministerio não, mas apparecendo, porque deixar a lucta, mesmo mesmo que a vencia, o ministerio representa dos grupos que pois, o seu nome não foi unanimidade do sr. Avellar, que a reconducção unanimidade do ministro se agrupassem aos arredores.

O ministerio está radicado, legitimo, assistencia. E comtudo foi impugnado, talvez por isso mesmo. Haver a Lucta se estava mesmo escolhe que não continuasse, o ministerio disse a resto desbaratado que era vencido.

Essa razão era mesmo só-lo o governo actual mesmo impossivel constituir, e quem reforçal a dizer quem illegitimo em outra independente. Todos os outros vasios desapparecem diante disso.

A opposição pedia diariamente arrisar esse proposito, mas não quiz. A commissão de fazenda mesmo abrir-se que os portas com novos collegas, mas estes eram o mesmo, trazem pela mesma ideada das revoluções, e era tal a escolha das mesmas palavras que se diria ser ella mais ministerial que o proprio governo.

Ainda assim a lucta neste campo a discussão ia extremando interminavel. O ministerio propunha e acceitava a reconducção das commissões, e o seu mesmo inexplicabilidade. Não discutindo as leis do bem, se fazia mal. Discutem que os confiava, ou não tenho. A opposição disputou e combateu a suggestão dos seus mesmos amigos, que elogiou á sua adherencia, e pedia-se até que houvesse votação nominal sobre o caso para que o pais soubesse quem salvava o principio das commissões nas mesmas dos commissões.

A camara votou a proposta ministerial por uma maioria de 7 votos. Urbano que a opposição mui grande força, mas nesse momento os votos ao necessario, embora estes sempre contados com umas fazeres vencimento.

Na votação das nomeações votaram a lista ministerial cinco, e a da opposição um.

Tudo isto que não valia nada tomou todo o tempo da sessão.

Daqui resulta que o grupo do sr. bispo de Vizeu não tem maioria com que possa governar; nem resulta ao mesmo tempo que o ministerio não póde marchar com uma opposição facciosa e irracional. Não ella os principios que a dirigem, é a paixão. Não disputava ao governo uma auctoridade, uma consequencia, negava-lhe a eleição de seis membros para uma commissão. Era acinte, não era convencimento. E esse acinte não era pratica de outros um partido adverso, que combatendo com os contemporaneos que estiveram unidos até ha poucos dias.

Falta-nos ainda, procurar da dissolução. Não sabemos pois dizer porque não attendem aos nos conselhos da eleição, nem é nosso parecer nesta occasião dizer-lhe o pelo dissolução immediata. Todos os palliativos são vanos. Esperar que a adiantada abrande ou não fantasma, que dê lugar ao arrependimento, é um expediente que pode derivar-se a opposição, mesmo que a outra, que não dá força ao gabinete, que o deve ter de Vizeu, porque não a ennoa, não acharão a nos.' força ao mesmo que lhe pode vem regeitara, repellindo aquelles que lhe deram a nella, não tem titulos para o poder, e quando se tiverem, perdel-os-ha pela falta de vias, e pela incapacidade dos seus. Cria-se mais vantagem, e não pôde viver com membros delles. Accrescia vão aquelle em que tem. Em taes condições que vais?

Findar um governo em condições normaes, dar vida ao systema representativo, é livrar o paiz de uns praça que o perde.

FOLHETIM

APONTAMENTOS HISTORICOS

1820-1856

(Continuação do n.º 8:593)

X

Se o governo difficilmente podia obter alguns recursos, para do certo modo satisfazer as instantes necessidades do paiz, as uma administração, que devia ser principio e energica, achava maiores recursos na sua marcha pela força das circumstancias que tomou rodeiro, uma outra não menos poderosa augmentava em extremo a acção e acção do governo.

O exercito em geral achava-se indisciplinado, e os soldados principiando a ser numerosos, não só promoviam muitas desordens, e tumultos, como maltratavam os povos, estragando-lhes os campos e roubando-lhes os bens. A tal ponto chegára a insubordinação, que quando já não podiam fazer pilhagens ou fazenda por causa, faziam-n'as ao vinho, vendendo os armamentos e munições, o pelle a o cavallo dos cavallos, muitos dos quaes ou ficavam impossibilitados de servirem, ou morriam de fome. Os soldados não tinham direito de vencimento se proprios cavallos, expondo-se nesse resulta ao mesmo tempo que o ministerio não póde marchar com uma opposição facciosa e irracional. Não ella os principios que a dirigem, é a paixão. Não disputava ao governo uma autoridade, uma consequencia, negava-lhe a eleição de seis membros para uma commissão. Era acinte, não era convencimento. E esse acinte não era pratica de outros um partido adverso, que combatendo com os contemporaneos que estiveram unidos até ha poucos dias.

Falta-nos ainda, procurar da dissolução. Não sabemos pois dizer porque não attendem aos nos conselhos da eleição, nem é nosso parecer nesta occasião dizer-lhe o pelo dissolução immediata. Todos os palliativos são vanos. Esperar que a adiantada abrande ou não fantasma, que dê lugar ao arrependimento, é um expediente que pode derivar-se a opposição, mesmo que a outra, que não dá força ao gabinete, que o deve ter de Vizeu, porque não a ennoa, não acharão a nos.' força ao mesmo que lhe pode vem regeitara, repellindo aquelles que lhe deram a nella, não tem titulos para o poder, e quando se tiverem, perdel-os-ha pela falta de vias, e pela incapacidade dos seus. Cria-se mais vantagem, e não pôde viver com membros delles. Accrescia vão aquelle em que tem. Em taes condições que vais?

Findar um governo em condições normaes, dar vida ao systema representativo, é livrar o paiz de uns praça que o perde.

FUTURAS DA VILLA DE S. MIGUEL

Ponta Delgada, 29 de janeiro de 1871.

Mal recebidas, foram pelos habitantes desta ilha as ideas do augmento de imposto ultimamente promulgadas. Taes leis causam sempre esta impressão, pois é natural a repugnancia em pagar mais; mesmo o que mais indispõe os micheleiros ses foi a injustiça—injustiça que tal sempre presidido da lista com respeito a esta archipelago; porque nos será levado á evidencia das cifras que o districto de Ponta Delgada contribue, relativamente, muito mais do que os demais de Portugal, e não ser Lisboa e Porto.

De um trabalho estatistico que tenho á vista, e de que opportunamente me servirei nas columnas deste jornal, se vê que se os povos do continente pagassem na razão do que pagam os de S. Miguel, o cofre do estado teria uma receita de contribuições directas superior a 7:000 contos de réis, o que torna palpitante a desegualdade com que os nossos governos distribuem os sacrificios inherentes.

Ainda não ha muito (em maio de 1869) estivemos aqui a braços com uma revolta sinão por causa de impostos, vendo-se o governo na dura necessidade de mandar a esta ilha a corveta *Estephania* com o batalhão de caçadores 2;—provi-dencia esta que cuatro não poucos centos de réis ao estado;—; e agora provocar essa crise, mais publicamente á vinda nas feiras e em outros correlos em logares.

O governo tomava varias providencias para obstar a estes e outros attentos, ordenando aos juizes da fóra que vigiassem sobre ellas, e determinando ao mesmo tempo premios ou recompensas a quem denunciasse os cavallos, armamentos e munições furtados ao estado.

Mas os soldados assim procediam, commettendo actos (lo reprehensiveis, muitos dos officiaes não duravam de praticar similhantes abusos e malversações, augmentando grandemente as arcas aos lavradores, e despovoando-os dos alardos, de guardas e de rondas a troco de dinheiro que delles recebiam, e por este mesmo motivo davam licenças e dispensavão do serviço a muitos soldados.

O governo condemnava estes procedimentos, mas os mesmos continuavam. Nas marchas que a tropa fazia não eram elevados os soldados que tomavam o malvistavam os moradores dos logares e campos por onde passavam, os commandantes e demais officiaes praticavam tambem muitos actos de arbitrariedade, provocando desordens, molestando e opprimindo os povos, principalmente a gente pobre, e despeito das repetidas ordens do governo, que estabelava estas excessos e mandava castigar os criminosos.

A mesma indisciplina que elevava o exercito a um estado de guerra havia evidentemente o exercito de mar, as tropas d'embarque; era emsalito o estado de insubordinação em que estas se achavam: desordens continuas, tumultos, abandono do serviço, desrespeito e insolencias soffriveis, tudo praticavam com grave damno e oppressão dos povos, e em manifesto dos repetidas ordens do governo, que não cessava de procurar indagar taes abusos culpados.

Um capitão de mar e guerra do corpo da armada, expindo o estado d'este corpo, propunha que se publicasse um bando em que fosse commi-nada a pena de morte a todo o paisano que fosse ou não apresentasse. Taes foram porém os excessos praticados por este corpo, denunciado ele mar e guerra ao governo, que o ordenou fosse a mesma pena, por se soffrerem os soldados á sombra dos privilegios de que gosavam, que tendo sido o mesmo corpo, no seu começo, composto de vinte e tantos praças, passou a ser reduzido a seis, até que a final foi extincto em 1844.

Mas, se grande era a indisciplina,—as deslocações, as malversações e outros actos de corrupção entre varios officiaes portuguezes, não o era menos entre muitos dos officiaes estrangeiros. Além da insubordinação, constituem disselvas que se notava n'uma grande parte dos soldados, commandantes a demais officiaes, houve que por differentes, admittiam nos paisanos ao serviço, promoções indecentes e perigosas, e praticavam outros aggravada ainda, o que significa? Quando haverá juiz que arrumem neste ponto pois?

O povo instituto é proverbialmente paciente e respeitador das leis; até morrendo de que a salvação da patria depende de grandes sacrificios; promptifica-se a qualquer ou; mas quando a injustiça se derrama e não tem largas, ninguem póde responder pelas consequencias.

—A crise economica de que nos ilha se tem ressentido nos ultimos annos parece querer minorar-se. Motivo tem os proprios que o mesmo lavoiro do primeiro corpo para ali remettido, onde mais cahirão de 400 laranjas produzia, livres de todas as despesas, 22400 réis insulanos; bem como os bons proprios dos cavaes, cujo exportação tem sido em largissimas escala, especialmente de milho.

—A laranja exportada d'esta ilha para Inglaterra e America, desde novembro a 31 de dezembro do anno findo, foi a seguinte:

caixas grandes	5:563
meias caixas	241:550
terços de caixa	161
quartos de dita	2:800
centos	587
maletas de laranjinha	247

ou quer 1:0h7:224$065 réis insulanos. Além d'isso exportaram-se 310 annanases ao valor de 612$000 réis.

—O eclipse do sol a 6 d'este mez foi perfeitamente visivel, pelo menos nesta bella manhã.

—A alfandega de Ponta Delgada e suas delegações rendeu no anno de dezenove ultimo réis: 4:0h8:743$195; ouro 1:0h0$011 réis para o thesouro, a 17:1328115 réis de impostos locaes para a dota.

—Desgraçou-se todo o gosto a transferencia que o governo acaba de fazer do delegado da Vella Franco de Campo para a ilha do Pico; por que o sr. dr. Francisco Leite era ali geralmente estimado como cidadão, e como funccionario publico, o que sempre cumpriu-se credito entre os habitantes d'aquella ilhazera, e os seus superiores, do magistrado intelligente, trabalhador e probo. Lamentam-se com razão essas transferencias sem a mesmissão do serviço e exigir? S. s.ª pode a sua demissão.

—Uma a reorganisação do commercio d'esta ilha nasceu a deseja d'alguns dos nossos capitalistas de proporcionarem os meios do seu desenvolvimento. Fundaram-se duas associações para empresas de navegação entre este porto e os portos de Lisboa, Porto, inglezes, americanos e brasileiros. Uma é por iniciativa do sr. barão de Fonte Bella, e o outra dos srs. George Hayne e Abrahão Bensaude.

—Tambem outra associação se organisou para um vapor de cabotagem, a que ao mesmo passo faça a communicação d'esta ilha com a de Santa Maria.

—A companhia dramatica que este anno trabalha no theatro micheleiros parece inverno nacontra. Abriu uma assignatura, que não teve assignantes; e hoje limita-se as receitas dos beneficios, que ainda assim vão concorridos. E verdade que a companhia é boa de pessoas e qualidade de actores; e que ella obtem e que actuam regulares, progressante de gymnasio.

Representou-se ou no beneficio da actriz Amelia Sousa uma comedia intitulada *O fado!* recitada pela mesma pessoa que estas linhas escreve, e a qual foi muito applaudida.

—Os dois jornaes d'esta cidade *Ecos Micheleenses* e o *Vez da Verdade*, aquelle regenerador e este jantia, foram queridos por effeito de desavenças.

—O sr. barão da Fonte-Bella foi eleito presidente da Ceará micheleense; tendo sido foi-lo eleito presidente da mesa outras 2 sociedades—*Recreativa*—e *Promotora do Progresso*.

—Observe a nomeação de vice-consul francez o sr. dr. Antonio Joaquim Nunes da Silva, irmão do professor de calligraphia, n'esta capital, o sr. Silva.

—Houve uma brilhante noiva no dia 21 do corrente, em casa do sr. Antonio Borges da Camara do Medeiros, para solemnisar os annos de sr. dr. Caetano de Andrade. Caetano-se, despondo-se o tocio ao até de 6 horas da madrugada.

—Em casa do sr. tenente coronel, commendante de engenheiros 31, o sr. Raposo, tambem houve outro magnifico sarau.

—A ultima semana assistiu-se uma grande desgraça. Uma creança approximando-se do lar e pachando por uma sala de lenha, lá cahiu que lhe calasse em cima uma pesada de agua e ferver, que lhe causou a morte pouco tempo depois!

—Parece posto decidido que o cabo telegraphico submarino, que tem de ligar a Europa com a America do Norte, tenha-se ilha de Fayal. A nossa vir foi mui recebido o local, porque a ilha de S. Miguel pela sua posição afastada e grande commercio com a Inglaterra, apresentava mais vantagens para a empresa.

—O sr. governador, conde da praia de Victoria, esteve mais 48 dias de licença para continuar nesta ilha, sua terra natal.

—O Teatro é a ideia de uma sociedade em um seio, que o mesmo auctor do *Fado* concorra, e o sr. Alexandre Ferreira, habil e intelligente diretor do orchestra do theatro micheleense, pois em musica, devendo brevemente ir á scena no dito theatro. São episodios de guerra franco-prussiana.

—Para socorrer as victimas dos grandes temporaes que em dezembro passado zadiaram á nossa infelizmente familias de algumas povoações ilhoas, o sr. governador geral, dr. Vicente Machado de Faria e Maia, servindo de governador civil, annexou uma commissão para promover uma subscripção, a que o mesmo acto em theatro, cujo producto reverta para aquelles infelizes. Os nossos amadores de musica, e a companhia dramatica prestaram-se de boa vontade a variar o mesmo sinalando esta philantropica festa.

—Continua em larga escala a emigração para o Brasil. A falta de trabalho e a insignificancia dos salarios são o incentivo para esta exportação voluntaria de tantos braços que fazem falta á agricultura.

—O sr. deputado pelo circulo da Ribeira Grande, d'esta ilha, sez a este proposta para Lisboa, a fim de tomar assento em cortes.

—O sr. marquez da Ribeira Grande acaba de lazer pelo fallecimento do seu segro o sr. D. Carlos da Cunha Menezes.

—Pelo ministerio das obras publicas foram remettidos á direcção das obras publicas dos Açores indigenos e reprehensiveis, como a de apparecer existir um maior numero de cavallos do que aquelle que effectivamente existe, para depois reconhecer o abuso da maior numero de praças, e ainda consentindo outros actos de dilapidação á fazenda real.

E se isto acontecia nos corpos de infanteria e cavallaria, os officiaes engenheiros não eram isentos d'essas malversações, porque além de outras, mandavam fazer a desfazer obras, com o fim de gastar tempo e gastarem mais soldos, ou exercitavam materia interessa. E taes comandados praticaram, que foi mui recommendado—não serem mais empregadas na direcção de obras de fortificação, em vista d'aquelle e seu irregular procedimento, e que além d'isso fossem vigiados por officiaes portuguezes.

XI

Todos estes males infelizmente não paravam ali; a corrupção era grande e geral em todas as classes, uns requeriam graças; e remunerações de serviços, que já a tem lhes haviam sido pagos, outros obtinham mercês pelo que promettiam fazer, ou pelo que nunca tinham feito; e quando assim agraciados, com sujeitar ao estado pagavam os emolumentos devidos.

Capitães e outros officiaes havia, que já mui de proposito, quando partiam para a campanha,

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.2 – *A Revolução de Setembro*, 8 fev., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.3 – *A Revolução de Setembro*, 8 fev., p.3

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Conferências na Espanha – É extraordinário o desenvolvimento que estão tendo em Madri as conferências públicas. Chega a haver duas no mesmo dia e no mesmo recinto. Não se passa dia nenhum em que um auditório escolhido não venha agrupar-se em volta da cadeira de algum escritor ou professor notável.

Nota-se até, dizem os jornais de Madri, que a frequência nos teatros é menor, enquanto que as salas das conferências, estão sempre cheias de espectadores.

Em Portugal também se deviam organizar conferências, que instruiriam o nosso povo, que não é extremamente ilustrado e que tem sede de aprender.

4.1.2 – A Revolução de Setembro, 2 maio

Figura 4.4 – *A Revolução de Setembro*, 2 maio, p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Para as províncias

NUMERO 8:665 TERÇA-FEIRA, 2 DE MAIO DE 1871 XXXII ANO

EXPEDIENTE

INTERIOR

LISBOA, 1 DE MAIO

FOLHETIM

CARTAS DE MAFRA

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.5 – *A Revolução de Setembro*, 2 maio, p.2

MORTALIDADE

PILULAS E UNGUENTO DE HOLLOWAY

PILULAS DE HOLLOWAY

UNGUENTO DE HOLLOWAY

MARINHA GRANDE

NACIONAL FABRICA DE VIDROS

NADA MAIS DE TINTURAS PROGRESSIVAS

MISTURA ORIZALINA VEGETAL

DO DR. JAMES SMITHSON

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Conferências – As Conferências que nós dissemos que se iam empreender serão feitas pelos srs. Batalha Reis, Antero de Quental e outros mancebos dos mais talentosos do Reino.

4.1.3 A Revolução de Setembro, 5 maio

Figura 4.6 – *A Revolução de Setembro*, 5 maio, p.1

A REVOLUÇAO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Para as provincias

Para o Brasil

NUMERO 8:668 SEXTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 1871 XXXII ANNO

EXPEDIENTE

INTERIOR

LISBOA, 4 DE MAIO

FOLHETIM

A MULHER ABANDONADA

POR

H. DE BALZAC

(TRADUCÇÃO)

POLITICA EXTERNA

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.7 – *A Revolução de Setembro*, 5 maio, p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [microfilme]

CRÔNICA

Conferências – Vão-se abrir brevemente, como anunciamos, conferências no Cassino Lisbonense. Essas conferências, conta-nos, que se manterão sempre a uma verdadeira altura filosófica, que não permitirá o revelarem-se paixões desordenadas, ambições mesquinhas. As conferências terão um caráter doutrinal, e terão por fim sobretudo o espalhar certas ideias, ventilar certas questões nas quais há muito que não se pensava, nem se pensaria talvez nunca em Portugal. Formular essas ideias, explicá-las, mostrar como elas estão de acordo com todos os progressos da ciência moderna, e da crítica, como correspondem realmente a uma necessidade palpitante dos espíritos, e das consciências, tal é o seu fim.

O que se pode afirmar já e do que dão garantia os nomes que figuram entre os preletores é que não serão elas ecos de vaidades, e egoísmos irritados, de doutrinas dissolventes, e expostas debaixo de uma forma vulgar, banal, e sem elevação. Isso é que se pode afirmar, repetimos, e acrescentamos que pode haver espíritos que não aceitem aquelas opiniões, mas o que não haverá decerto é nenhum que se enoje.

4.1.4 – *O Diário Popular*, 22 maio

Figura 4.8 – *O Diário Popular*, 22 maio, p.1

O DIARIO POPULAR

N.º 1:651 | Assignaturas em Lisboa: Mez, 240 réis; trimestre, 700 réis. Provincias, trimestre, 1$120 réis, e semestre, 2$250 réis; pagas adiantadas. | Lisboa – Segunda feira, 22 de maio de 1871 | Publicações: Corpo do jornal, 40 réis a linha; annuncios 30 réis; venda avulso, 10 réis. Toda a correspondencia deve ser dirigida ao administrador A. Costa. | 6.º ANNO

TIRAGEM 20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

NOTICIAS DE FRANÇA

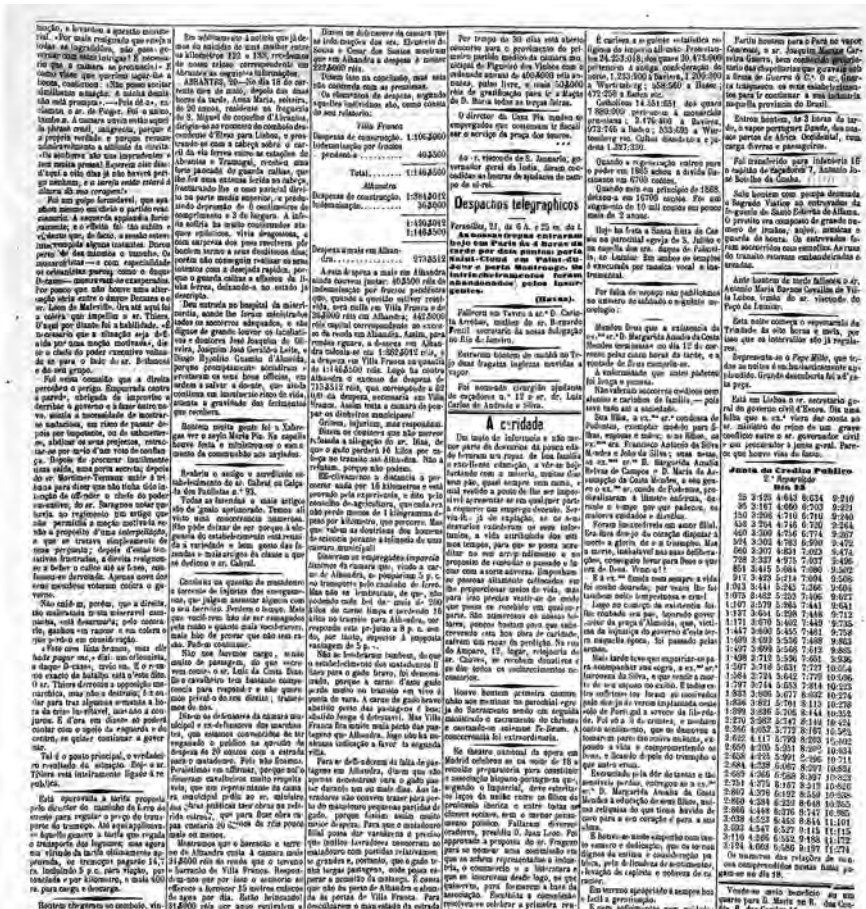
De Versailles

FOLHETIM

MUCOS DA SEMANA

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.9 – *O Diário Popular*, 22 maio, p.2



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

É efetivamente hoje que se verifica no Casino Lisbonense a 1ª conferência democrática. Como dissemos é preletor o sr. Antero de Quental.

4.2 Programa das Conferências de 18 de maio

Tabela 6 – Programa das Conferências de 18 de maio

Nº de textos	Jornal	Nº do periódico	Ano	Mês	Dia	Página
1	*A Revolução de Setembro*	8.679	XXXII	maio	18	2

4.2.1 – A Revolução de Setembro, 18 maio

Figura 4.11 – *A Revolução de Setembro*, 18 maio, p.1

A REVOLUÇAO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, [illegible] réis—Semestre, [illegible] réis—Trimestre, 1$800 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, [illegible] réis—Semestre, [illegible]—Trimestre, [illegible] réis

[illegible] Junto ao Correio Geral [illegible] Antonio Maria Pereira, rua Augusta, [illegible] Publicações de interesse particular são pagas [illegible] 30 réis por linha [illegible] não serão restituidos

Para as provincias
Anno, [illegible] réis—Semestre, [illegible] réis—Trimestre, [illegible]
Para o Brazil
Anno, [illegible] réis—Semestre, [illegible] réis

NUMERO 8:679 | QUINTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 17 DE MAIO

Fallou hoje na camara electiva o sr. Latino Coelho, e manifestou-se a scisão profunda que lavra no grupo reformista. Se alli ha egreja, se ha dogma, se ha doutrina, falta-lhe a unidade e a fé.

Desenvolveu-se ha dias a divergencia. Convocou-se o concilio, mas os padres não chegaram a accordo. Estabeleceram os preliminares de paz, [illegible] a proposta de apoio ministerial, [illegible] se portar, e [illegible] aquella fórça que outr'ora se [illegible] sem que ninguem se promptificasse então para o [illegible] a ella.

O caso é que o sr. Latino levantou hoje a bandeira da revolta. O parecer da commissão de fazenda sobre o orçamento da marinha [illegible] e sua critica implacavel. O governo não ficou lisongeado com [illegible], e os reformistas da commissão, que ha pouco eram elevados [illegible] por um [illegible], tem muita pressa que agradecer ao seu correligionario.

De quem partiu a proposta das economias [illegible] no parecer sobre o orçamento? O sr. Mariano de Carvalho reivindica para o seu grupo as honras da iniciativa; o sr. presidente do conselho não abdica a parte que lhe toca, e disputa-a aos mais zelosos.

Deixamos pela nossa parte a decisão do pleito aos interessados nelle. Não nos cabe a nós, pobres regeneradores, a gloria de tamanha empreza. Não disputamos a honra da reforma que consiste em dever ser paga pelo ministerio da fazenda a despeza que se faz com a flotilha do Algarve em logar de o ser pelo da marinha. O genio que se revela nestes traços economicos póde ser admirado mas não póde ser seguido. Para nós o thesouro portuguez é um só.

O sr. Latino Coelho quiz representar hoje o grupo reformista mas não pôde, menos nas suas paixões. A ordem, o expediente era do partido regenerador onde nasceu e onde foi educado. A doutrina de que a commissão de fazenda, qualquer commissão, é incompetente para organisar serviços, para iniciar reformas, é a que o partido regenerador sustentou na commissão. E' o que estabeleceu nos seus precedentes. Póde-se baralhar tudo, criticar tudo, mas não se póde conseguir nada.

A posição dos membros do partido reformista é delicada diante d'um dos seus mais illustrados membros. Elles julgam-se competentes para tudo; o seu collega diz-lhe—não podeis fazer nada, e não fizestes nada com geito.

Mas estabelecida esta doutrina, o sr. Latino Coelho contrariou-a apresentando logo projectos sobre a organisação do serviço. Verdade é que estes projectos tem de ir a commissões competentes, mas a iniciativa do governo desappareceu.

A discussão correrá agora mais animada. Uma interrupção do sr. Arrobas denunciou factos da administração do sr. Latino Coelho a que s. ex.ª não respondeu, tendo-o comtudo promettido. O governo terá de responder tambem a perguntas [illegible] pontos em que adopta as recommendações da commissão, e aquelles em que não as póde aceitar.

Este debate não será sem interesse.

POLITICA EXTERNA

Continúa a lucta diante de Paris, ou antes aquella batalha que dura ha um mez e tanto. As tropas de Versailles no dizer do telegrapho todos os dias alcançam novas vantagens, todos os dias tomam um forte, uma barricada, um reducto e todas estas posições que serviam de baluarte aos insurgentes estão em poder do inimigo. Porém apezar de todas estas vantagens as tropas do governo não conseguiram ainda aniquilar completamente aquella resistencia monstruosa, que dispondo d'um punhado de homens, sem experiencia tem feito face a um exercito relativamente numeroso, sufficientemente organisado, e tendo por chefes generaes de reconhecida capacidade militar. Como se ha de explicar este facto?

A resistencia por emquanto é energica, decidida, em ponto será [illegible] e [illegible] quando tiver de se combater dentro de Paris onde os federados estão resolvidos a lutar até á ultima extremidade. Maior, e mais poderosa seria ainda a defesa se os homens que compõem o governo de Paris tivessem uma só vontade, se em logar de passarem o dia em discussões insignificantes e estereis, se occupassem harmonicamente do que mais importa, da resistencia.

Tudo quanto se tem feito por parte dos federados tem sido devido á energia, á perseverança dos soldados, e á força de vontade dos chefes. Mas esses mesmos estão collocados n'uma posição difficil. A' menor vantagem das tropas de Versailles são immediatamente accusados de traidores e de inaptos e substituidos por outros. Por mais coragem, por mais dedicação que mostrem, não estão isentos de serem o objecto de accusações inverosimeis, das paixões mais torpes. Viu-se Cluseret cair, viu-se Dombrowski cair, viu-se Rossel, e desta maneira o espirito das tropas começa a enfraquecer-se, a hesitar, e desde então começa a ruina da causa da commune.

Todos os generaes que deixam o commando accusam em seguida a commune de não ser activa, de fallar muito, e obrar pouco. O gosto excessivo pela discussão e pela deliberação perde-os. Quando é necessario que a acção seja prompta, deliberam. Rossel n'uma carta dirigida á commune em que expõe as razões que o levaram a pedir a sua demissão põe em relevo tudo isto citando factos. E' o resultado da pouca harmonia das vontades que estão á frente dos negocios. Como existem profundas divergencias no seio da commune, é necessario discutir a mais insignificante ordem, a medida mais simples. E digamos com franqueza pelo que temos visto das sessões da commune os homens que a compõe não estão verdadeiramente todos á altura das circumstancias. Nenhum ainda mostrou aquella elevação, aquella inspiração que appareceu na primeira revolução. Ou a escolha dos eleitores recaiu mal, ou então o espirito francez está em grande decadencia porque [illegible] aquelles homens.

Agora vamos ás noticias militares que nos dá o telegrapho.

Um ataque dado de noite á barricada de Neuilly, foi repellido com perda das tropas de Versailles. Que barricada de Neuilly é esta? Não o sabemos. As baterias de Montretout abriram uma brecha formidavel na porta de Auteuil que ficou completamente destruida. As parallelas do exercito estão a menos de 150 metros do recinto das muralhas, e já se trocam tiros entre os insurgentes e as tropas de Versailles. Como se vê as tropas de Versailles avançam mas encontram uma forte e energica resistencia, que lhes torna o caminho longo, e a victoria difficil.

Diz mais o telegrapho que ha já muitas brechas nas muralhas, e que o canhoneio continúa sempre para as alargar.

Em quanto á situação interior de Paris, vemos pelo que nos diz o telegrapho, que a commune treme que a reacção não tome maiores proporções.

Foram desarmados dois batalhões da guarda nacional por se suspeitar do seu espirito reaccionario. Hão de ser naturalmente aquelles que se formaram com os ultimos alistamentos aos quaes mandou proceder o general Cluseret, e que levantaram uma grande opposição. Descobriu-se tambem uma conspiração para deitar abaixo a commune, e todos estes factos indicam que ha um partido contrario á commune, que se agita, e que pretende entrar em acção vendo as tropas de Versailles aproximarem-se de Paris. No entanto o telegrapho não nos diz se esta opposição é feita de idéas socialistas ou se é a opposição que nasce sempre dos principios. Que querem os que se chamam reaccionarios?

CORTES

CAMARA DOS SRS. DEPUTADOS

Sessão em 17 de maio de 1871

(PRESIDENCIA DO SR. SÁ NOGUEIRA)

A' 1 [illegible] hora da tarde fez-se a chamada e verificando-se acharem presentes 37 srs. deputados, abriu-se a sessão.

Leu-se e approvou-se a acta da sessão antecedente.

A correspondencia teve o devido destino.

Não se approvou o requerimento do sr. Rodrigues de Freitas para serem publicados no *Diario* uns documentos relativos á collocação de carris de 35 kilogrammas no caminho de ferro de norte e leste.

O sr. JULIO RAINHA disse que houvera pedido a palavra na occasião em que o sr. deputado Francisco d'Albuquerque chamava a attenção do sr. ministro das obras publicas ácerca da construcção da estrada de Mangualde a Gouvêa, porque desejava unir os seus votos ao do illustre deputado.

Pediu á commissão de guerra que désse andamento á pretenção do conde de Carangos Locotte; e por ultimo mandou para a mesa um requerimento, por parte da commissão de legislação, pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. MARIANO DE CARVALHO mandou para a mesa um projecto de lei para ser concedido de facto e de direito á camara municipal de Salvaterra de Magos um edificio de que está de posse ha mais de sete annos.

FOLHETIM

A ROMANTICA

ESTUDOS SOCIAES

(Dedicados ao meu bom amigo Julio Cesar Machado)

I

O QUE ELLA QUER SER

Ella lá está.

Encostada ao peitoril; a face levemente inclinada para o hombro direito; olhar vago e scismador, em guisa de anceio casto e innocente;—ei-la!—a destacar-se ao longe, como o ideal do Dante, ou como a visão formidavel de Wischnow!

Olhem-n'a, que a scena está em principio. Fitem-n'a, que é isso que ella busca, embora appareste na epiderme limpida dos olhares o azulejado indifferente das estatuas.

Moveu-se e arrancou um suspiro.

E' a aura da tarde, que o anjo quer sorver em haustos de febre.

Olhou o firmamento e... relêu-se.

. . . .

Ai! fada impalpavel! onde vaes tu librar esse vôo, agora que as sombras da tarde se penduram pelos outeiros d'além! agora que os rouxinoes vão cantar aos sinceirae do lago!

O fada etherea!

Irás admirar o teu Wordsworth, o pensativo auctor daquelle

Hail! O'unnerving of one peaceful hour!
Not dull, art thou as a undiscerning night!

Ou irás, como David, pedir ás auras que te emprestem as suas azas para fugires para o teu repoiso?!

Ou irás, como o divino commentador do Schwirin, pedir ao anjo das azas brancas, que te arraste comsigo sem norte, sem rumo... sem nada?!

Calou-se tudo.

O luar já prateia os torreões que ella habita.

Ouvem-se uns sons indistinctos, graves, compassados... e acordes!...

E' um piano!

E' ella que scisma com Mozart—o Chatterton da musica!

Vêla, ó anjo da noite, vêla! Que desalinho harmonioso o teu! Que desculpaveis faltas nessa symetria de compassos, de que o teu coração quer emancipar-se, como para provar ao mundo que a alma humana não póde estar circumscripta ás frias proporções da arte!

Chora o piano com ella.

O som que mais se destaca é o gemido que foi arrancado do mais intimo seio!

Cá fóra, algum poeta vadio, curve-lhe o apogeu das azas e canta:

«Leva-me, ó virgem, deste mundo inhospito!
«Leva-me ao throno desses hymnos teus!
«Salva da terra quem se arrasta em lagrimas!
«Leva-me, ó virgem, á mansão de Deus!»

. . . .

Dá meia noute.

Já não ha luar, nem brisas tepidas. A natureza adormeceu.

II

O QUE ELLA É

Ninguem pergunte ao poeta mesmo inspirado, se aquella mulher dorme.

Dormir já lhe parece a ella, cousa de per si tão baixa e vil, que julgaria offender com tal attributo, a divinal estatua, que em extasis adorou!

Não toques no apocalypse, basbáque!

Olha que aquillo que viste,... é a mulher romantica!...

. . . .

A romantica!—que horror!

O romanticismo é a alforra da mulher. Enferruja-lhe a alma.

O ultimo logar, depois das ultimas animaes, pertence a esta entidade, que sob este ponto de vista não é já ente sensivel.

Esta mulher é o escolho dos incautos; a estrophe estafada da poesia arcadiana, da poesia indigesta, envolta em apparencias historicas e refulgentes. Quando nos parecer descuidosa, vêla e medita. Estuda ao espelho desde o fitar vehemente, até ao descuidado escôrço, que póde apparentar de relance. Toma por bitola as medidas a que tem de attender, quando tiver de fingir que lhe esse o agasalho, em noute de festa.

Aprende, á força de muito treinar, uma fórma de rir melancholico, em que ha de mostrar uns tantos uns de certos dentes menos cariados. Aviva com um ingrediente apropriado, uma veraga [illegible], que póde, a distancia, fingir um signal [illegible] com que quer impingir a predestinação, que traz do Alto, a cumprir no *exilio* do mundo!»

Se ouve rir á vontade, á portugueza de lei, despede apenas um sorriso complacente, como cumprimento deficado, já que a alegria não póde caber dentro d'aquella urna de [illegible]!

Queixa-se inquieta e agitada, falla-lhe de poetas, de musica, de amores infelizes, de maus destinos, de estrellas fanestas, de abysmos... e de tudo que é negro e amarello, ainda á similhança da musa de outro mundo.

E toma a palavra.

E falla, impingindo por seu, certos conceitos requentados, que leu em tempo n'uma gazeta velha.

Ai que fascinação que ella julga irradiar em torno de si!

Falla de Lamartine,—que não leu;—de Victor Hugo—de quem ouviu fallar;—do Dante,—que viu pela lombada em casa do ferreiro; do Tasso,—que conhece de vista;... e só não falla no seu João Xavier de Mattos, com quem tanto morreria uns horas d'ocio, que são apenas vinte e quatro por dia!

E diz conhecer escolas litterarias; lamenta umas de poetas, constando-lhe que alguns tiveram o mau gosto de immortalisar certas *saloiadas*, que por um olhar de nuga, entraram no pantheon da celebridade!

Lamartine é o seu predilecto, por ouvir dizer que a lyra do auctor do *Raphael* foi afinada nos côros dos anjos.

Se nestes momentos de suprema idealidade, lhe fallarem do primo morgado, que almoça lombo de porco, e que tem umas quintas que rendem muitos carros de grão, com o qual (com o primo, entenda-se, e não com o grão!) ella está para casar, despede um olhar de nimpha melancholica e diz, como as brisas tepidas de maio:

—Ai!... Antes uma choupana nas comiadas da serra, na companhia do meu querido, do que a triste ventura, que podem trazer comsigo taes uniões!

Mas, isto de modo que só um papalvo que está presente a ouça e não o pae, que se está empenhando o valor, para que o comedor de javardos, não torça a palavra promettida.

E' o idiota que a ouvia, e que faz de vez em quando a sua quadra, reuniu a satisfeito na innocentissima hypothese de ver diante de si uma Virginia sem Paulo ou uma Eloisa sem Paracleto!

E, a mulher tão artificiosa como ridicula que minutos depois, come bacalhau e bebe vinho verde, em pequenas doses, para não avolumar o tecido adiposo com que a natureza a dotou;—a mulher venal e indigesta, que depois de tudo isto, promette uma novena á *Senhora da Apparecida*, para que o boné do primo, materialão analphabeto, a queira por esposa, sentindo já o doce rapesinho que lhe ha de esconder as adegas, quando lhe habitar a solarenga pardieiro desfocalação;—esta ente, que o romantismo desvaira e a vaidade cega, vae occupar ainda por muito tempo a imaginação do pingar que a ouvia, fazendo com que este olhe com villezas despreso, para a saborosa pescada, que a mãe lhe ornou e fez temperar com tomates e pimentão!

Se passarem alguns annos por sobre tudo isto, verão a romantica de cinzellas d'oveille, cozinhando gansos para uma capoeira, e repartindo entre cinco pimpólhos de pernas tortas, mollos e cevados, uma boa côdea cozida nos fornos do pae. Vêl-a-hão depois a marcar o logar ao mordomo na loja e medindo de gamelas o milho que ha de repartir ás gallinhas do terreiro.

E assim morrerá!

* * *

E' esta a triste veneno dos nossos tempos.

Aprendida no original, não póde este retrato ser tomado á conta de infiel.

Paes de familia! acautelae-vos deste toxico! Estendei um cordão sanitario em redor de vossas filhas, e não façaes que ellas, contagiadas por este veneno, sejam como solteiras insoffriveis e pedantes;—indigestas como casadas; rabugentas quando viuvas e tolissimas sempre.

JOSÉ CALDAS.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.12 – *A Revolução de Setembro*, 18 maio, p.2.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

CRÔNICA

Conferências – Em seguida publicamos o programa das conferências que já anunciamos, e que devem ser feitas no Cassino Lisbonense. Começam na próxima segunda-feira, sendo orador o sr. Antero de Quental que fala sobre o espírito das conferências:

Conferências Democráticas estabelecidas na sala do Cassino, Largo da Abegoaria.

Ninguém desconhece que se está dando em volta de nós uma transformação política, e todos pressentem que se agita, mais forte que nunca, a questão de saber como deve regenerar-se a organização social.

Sob cada um dos partidos que lutam na Europa, como em cada um dos grupos que constituem a sociedade de hoje, há uma ideia e um interesse, que são a causa e o porquê dos movimentos.

Pareceu que cumpria, enquanto os povos lutam nas revoluções, e antes que nós mesmos tomemos nelas o nosso lugar, estudar serenamente a significação dessas ideias e a legitimidade desses interesses; investigar como a sociedade é, e como ela deve ser; como as nações tem sido, e como se pode hoje fazer a liberdade; e, por serem elas as formadoras do homem, estudar todas ideias e todas as correntes do século.

Não pode viver e desenvolver-se um povo, isolados das grandes preocupações intelectuais do seu tempo; o que todos os dias a humanidade vai trabalhando, deve também ser o assunto das nossas constantes meditações.

Abrir uma tribuna, aonde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este momento do século, preocupando-nos sobre tudo com a transformação social, moral e política dos povos;

Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada;

Procurar adquirir a consciência dos fatos que nos rodeiam, na Europa;

Agitar na opinião pública as grandes questões da filosofia e da ciência moderna;

Estudar as condições da transformação política, econômica, e religiosa da sociedade portuguesa;

Tal é o fim das Conferências Democráticas.

Tem ainda elas uma imensa vantagem, que nos cumpre especialmente notar: preocupar a opinião com o estudo das ideias, que devem presidir a uma

revolução, de modo que para ela a consciência pública se prepare e ilumine, é dar não só uma segura base à constituição futura, mas também, em todas as ocasiões, uma sólida garantia à ordem.

Posto isto, pedimos o concurso de todos os partidos, de todas as escolas, de todas aquelas pessoas, que, ainda quando não partilham as nossas opiniões, não recusem a sua atenção aos que pretendem ter uma ação – embora mínima – nos destinos do seu país, expondo pública mais serenamente as suas convicções, e o resultado dos seus estudos e trabalhos.

Lisboa, 16 de maio de 1871. – Adolfo Coelho – Antero de Quental – Augusto Soromenho – Augusto Fuschini – Eça de Queirós – Germano Vieira Meirelles – Guilherme de Azevedo – Jaime Batalha Reis – J. P. Oliveira Martins – Manuel de Arriaga – Salomão Sáraga – Teófilo Braga.

Será segunda-feira, 22 do corrente, às 9 horas da noite, a primeira conferência, seguindo-se as outras todas às segundas-feiras, à mesma hora. – Entrada 100 réis.

Observação: o programa foi publicado apenas no jornal *A Revolução de Setembro*.

4.3 Primeira Conferência – 22 de maio – Antero de Quental – "O Espírito das Conferências"

Tabela 7 – Primeira Conferência – 22 de maio – Antero de Quental – "O Espírito das Conferências"

Nº de textos	Jornal	Nº do periódico	Ano	Mês	Dia	Página
1	*O Diário Popular*	1.652	6º	Maio	23	2
2	*A Revolução de Setembro*	8.685	XXXII	Maio	24	2
3	*Jornal do Comércio*	5.273	18º	Maio	24	2
4	*A Nação*	6.990	XXIII	Maio	24	1
5	*As Farpas* (revista)[1]	–	–	Maio, posta à venda em junho	–	40-44

1 Extraído de Queiroz e Ortigão, *As Farpas: crónica mensal da política, das letras e dos costumes*.

4.3.1 – O Diário Popular, 23 maio

Figura 4.13 – *O Diário Popular*, 23 maio, p.1

O DIARIO POPULAR

N.º 1:652 | Lisboa—Terça feira, 23 de maio de 1871 | 6.º ANNO

TIRAGEM 20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

NOTICIAS DE ANGOLA

Despachos telegraphicos

NOTICIAS DE FRANÇA

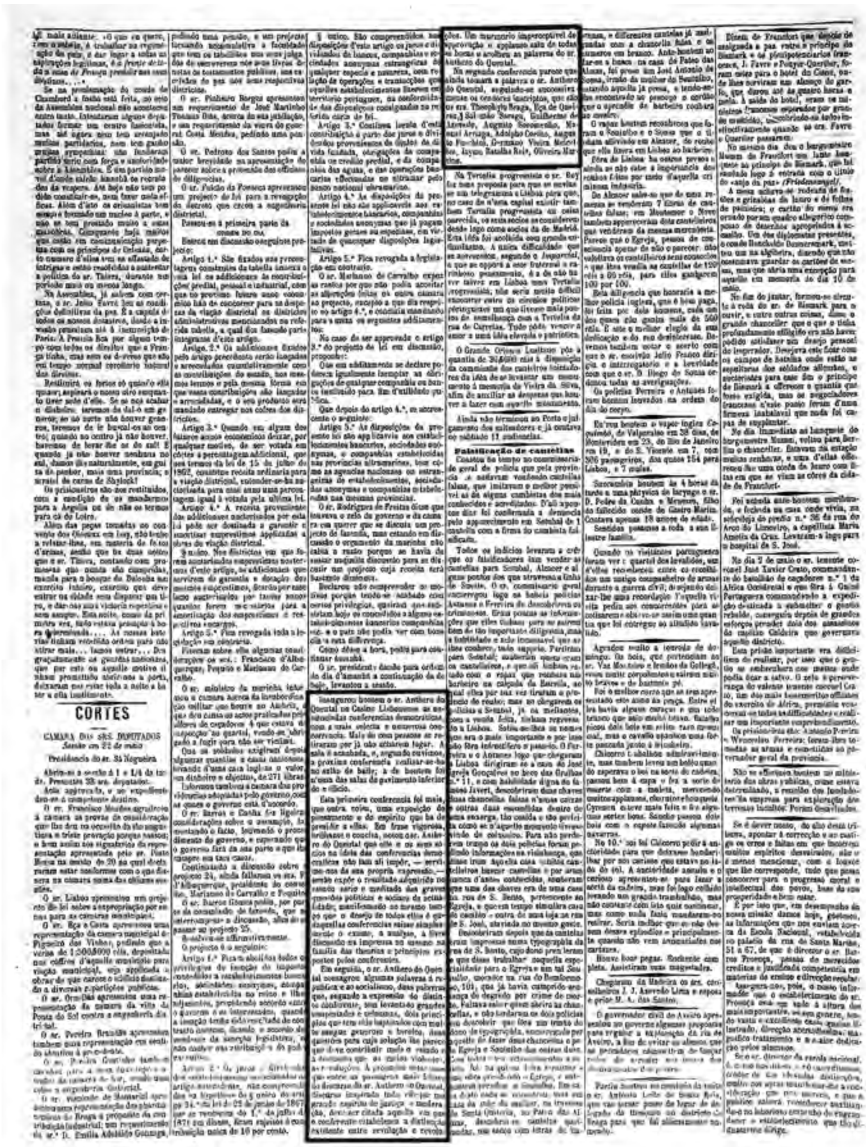
FOLHETIM

ULTIMAS PROEZAS DE ROCAMBOLE

POR PONSON DU TERRAIL

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.14 – *O Diário Popular*, 23 maio, p.2



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Inaugurou ontem o sr. Antero de Quental no Cassino Lisbonense as anunciadas Conferências Democráticas, com a mais seleta e numerosa concorrência. Mais de cem pessoas se retiraram por já não acharem lugar. A sala é acanhada, e, segundo ouvimos, a próxima conferência se realizará no salão de baile, a de ontem foi numa das salas do pavimento inferior do edifício.

Esta primeira conferência foi mais, que outra coisa, uma exposição do pensamento e do espírito que há de presidir elas. Em frase vigorosa, brilhante e concisa, notou o sr. Antero de Quental que ele e os seus sócios na ideia das Conferências Democráticas não iam ali impor – servimo-nos da sua própria expressão – senão expor o resultado adquirido no estudo sério e meditado das graves questões políticas e sociais da atualidade; manifestando ao mesmo tempo que o desejo de todos eles é que daquelas conferências saísse simplesmente o exame, a análise, a livre discussão na imprensa ou mesmo na família das teorias e princípios expostos pelos conferentes.

Em seguida o sr. Antero de Quental consagrou algumas palavras à república e ao socialismo, duas palavras que, segundo a expressão do distinto conferente, tem levantado grandes tempestades e celeumas, dois princípios que tem sido batizado com muito sangue generoso e heroico, duas questões para cuja solução lhe parece que deve contribuir mais o estudo e a discussão que os meios violentos, as revoluções. A propósito notaremos que entre as passagens mais felizes do discurso inspirado todo ele por um grande espírito de justiça e moderação, deve ser citada aquela em que o conferente estabeleceu a distinção existente entre revolução e revoluções. Um murmúrio imperceptível de aprovação e aplauso saiu de todas as bocas e acolheu as palavras do sr. Antero de Quental.

Na segunda conferência parece que ainda tomará a palavra o sr. Antero de Quental, seguindo-se sucessivamente os oradores inscritos, que são os srs. Teófilo Braga, Eça de Queirós, Salomão Sáraga, Guilherme de Azevedo, Augusto Soromenho, Manuel Arriaga, Adolfo Coelho, Augusto Fuschini, Germano Vieira Meireles, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins.

4.3.2 A Revolução de Setembro, 24 maio

Figura 4.15 – *A Revolução de Setembro*, 24 maio, p.1

A REVOLUÇAO DE SETEMBRO

NUMERO 8:685 | QUARTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 23 DE MAIO

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.16 – *A Revolução de Setembro*, 24 maio, p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

CRÔNICA

Conferências – Foi ontem a abertura das conferências que anunciamos e cujo programa publicamos.

Falou o sr. Antero de Quental, que explicou o fim das conferências, e qual a razão porque se inauguraram e porque se fazem. Esses motivos já foram indicados no programa.

Todos sabem que uma grande corrente agita todas as sociedades; não se pede nada ao passado, e crê-se universalmente que o presente é uma transição para o futuro. Preparar, portanto, espíritos para que eles um dia possam livremente criar um estado de coisas harmônicas com o progresso das sociedades, com o progresso que é fatal e necessário, e com os resultados das ciências, é o fim nobre entre todos para o qual tem voltado a sua atividade os grandes espíritos do nosso século, procurando educar as inteligências e fortalecer as consciências dos indivíduos entre os quais vivem.

Este grande movimento está-se dando no seio de todas as sociedades mais adiantadas da Europa, e quem sabe mesmo se nas sociedades orientais não se dá a mesma evolução dentro de suas próprias formas sociais.

Portugal, no entanto, parecia estar sequestrado a esse movimento geral e espontâneo. Chamá-lo a esse caminho, dirigir os espíritos para esse lado, fazê-lo entrar nesta corrente de ideias, era mais que uma necessidade, era talvez uma obrigação. Fazer participar o nosso país dessa vida foi uma ideia que se apresentou como um dever à consciência de alguns homens corajosos. Foi este pensamento nobre e elevado que presidia à criação das conferências; é a esse resultado que elas pretendem e hão de chegar.

Por outro lado, viram esses homens que certas palavras, mais talvez que certas ideias, se apresentavam aos espíritos como repulsivas. Era talvez a falta da ciência da parte de uns; era – quem sabe! – má vontade da parte de outros. Fosse como fosse, as grandes questões que se apresentam hoje as sociedades exigindo imperiosamente uma solução não preocupavam o espírito público; eram esquecidas, postas de parte, e deixava-se à vontade o tempo cumprir a sua evolução lenta e metódica. Agitar essas questões, explicar essas ideias, investigar como esses interesses são realmente vilões para uma sociedade, pois que abraçam todas as categorias sobre que se desenvolve a humanidade, era ainda ligar Portugal ao movimento geral, era mais ainda uma necessidade.

Não se pode decidir sobre uma ideia e um princípio quando ele não preocupa a inteligência, quando não se procura se a razão o legitima e se a consciência o não sanciona. Pareceu aos homens que se ligaram para esse fim que a maneira de fazer entrar o nosso país nesse caminho era pondo à discussão, aceitando-os, os princípios mais avançados e mais radicais da democracia, abrangendo a política, a ciência social, os costumes, a moral, a literatura e a arte, devendo ser a revolução no que esta ideia tem de mais largo e mais elevado quem operasse essa transformação.

Esta prudência, este espirito de conciliação, no meio das ideias mais radicais, cativou todos que ouviam a conferência, que eram as pessoas mais ilustradas e mais sérias da nossa sociedade.

Foi neste sentido que falou o sr. Antero de Quental que expôs esta questão com uma lucidez do espírito admirável e com uma elevação das ideias pouco vulgar, não só entre nós, mas em toda a parte. O sr. Antero de Quental mostrou-se além disso o mais conciliador possível, apelando para todas as inteligências para que meditassem nesses problemas e lhe procurassem uma solução, embora fosse contrária aos seus princípios.

A sala estava literalmente cheia. Todos que ali foram conheciam o sr. Antero de Quental pelos seus escritos, mas desejavam ouvir o homem que tantas páginas eloquentes tem escrito, o apóstolo constante das ideias democráticas. O resultado correspondeu à expectativa. O sr. Antero de Quental é naturalmente eloquente, sem ênfase e sem pretensão; tem uma exposição de uma perfeita clareza e um grande poder de crítica. Estavam todos encantados pela figura e delicadeza com que o sr. Antero de Quental tocava os assuntos, os formulava e os apresentava em toda a sua simplicidade e clareza.

Como dissemos, a sala estava cheia, o que foi excelente para o dono dela, a favor de quem reverte o produto. Agora que a curiosidade está excitada, agora que os assuntos que se vão tratar são interessantíssimos, a influência a esta festa da inteligência deve aumentar.

A segunda preleção é na próxima segunda-feira, falando ainda o sr. Antero de Quental sobre a decadência da Península nos três últimos séculos.

4.3.3 Jornal do Comércio, 24 maio

Figura 4.17 – *Jornal do Comércio*, 24 maio, p.1

JORNAL DO COMMERCIO

18.º ANNO — Quarta feira 24 de maio de 1871 — N.º 5275

LISBOA, 23 DE MAIO

CORTES

INTERIOR

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.18 – *Jornal do Comércio*, 24 maio, p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Conferências Democráticas – Esteve muito concorrida a conferência no Cassino Lisbonense. O sr. Antero de Quental pronunciou um elegante discurso de instalação, desenvolvendo o programa das conferências, que terão de pôr fim a análise crítica da presente época, que denominou de transição.

A reunião teve lugar na sala do andar baixo do edifício, que logo se encheu de gente, ficando muitas pessoas sem poder entrar.

É de esperar que as conferências continuem na grande sala do andar superior.

4.3.4 *A Nação*, 24 maio

Figura 4.19 – *A Nação*, 24 maio, p.1

A NAÇÃO

JORNAL RELIGIOSO E POLITICO

FOLHETIM

REYNALDO

OU A

DUPLA EXPIAÇÃO

(Tradução)

PORTUGAL

LISBOA, 23 DE MAIO

O maior acontecimento dos ultimos dias,

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Ontem no salão do Cassino começara as célebres Conferências Democráticas.

Qual é o seu fim?

Espalhar as doutrinas que têm produzidos em França as desgraças que tem horrorizado o mundo.

Uma dúzia de indivíduos desvairados pelas teorias do filosofismo liberal, ou possuídos pela ambição insofrida que só nas perturbações sociais vê ensejo para sair da obscuridade são os pregadores desta missão desorganizadora, que há muito, outros iguais, por diversos modos tem empreendido com um tal ou qual sucesso desmoralizando e insubordinando uma pequena parte da população das nossas cidades.

Que conseguirão estes novos senhores com as suas declamações empolgadas?

Enfastiar a parte sensata deste povo com o seu pedantismo extravagante, e nada mais, por que os próprios que pelos seus antecessores se deixam iludir, hoje lamentam o engano a que se deixaram arrastar.

As Conferências Democráticas do Cassino não são mais do que um espetáculo de prestidigitação e o público já conhece bem todas as artimanhas em outros empregados para poder admirar agora as habilidades dos novos artistas, e assim pois, agitem embora o espectro da loucura entre gritos de possessos que só excitarão o riso e a comiseração.

Querem estes senhores dar-se como sábios?... Apresentam-se como reformadores?

Talvez: mas para ser sábio é necessário mais do que traduzir em mão português as declamações de visionários franceses, alemães, ingleses, declamações que fazem rir os homens que sabem e pensam.

O poder das palavras [...] terminou há muito, os fatos destruíram– lhe todo o prestígio, e não obstante isto ainda, estes senhores nos vem com a sua democracia espécie de tonel sem fundo que tudo absorve e nada conserva!

Longe de nós o dar lições a tamanhos sabichões como os senhores das conferências que nós respeitamos, porém sempre diremos que o triste estado a que Portugal está reduzido é prova da inépcia das ideias democráticas que pregam e da nulidade dos homens que tais ideias têm criado.

O que pode salvar o nosso país não é a preponderância da democracia, mas sim, o seu justo equilíbrio com os outros elementos que com ela constituem o estado social.

O que pode salvar o nosso país não é o pedantismo e nem a irreligião, mas sim o verdadeiro saber a verdadeira religião.

Ensine-se ao povo a ser probo, a amar a pátria e a amar e a temer a Deus, que então ele será feliz e próspero.

Desculpem-nos os senhores sábios estas nossas opiniões.

4.3.5 *As Farpas*, nº 1, maio 1871

[...]

O sr. Antero de Quental abriu dia 19 as Conferências Democráticas no cassino.

É a primeira vez que a revolução sob a sua forma científica tem em Portugal a palavra.

[...]

As conferências hão de encontrar resistências. Em primeiro ligar o nosso público inteligente e sobretudo literário, ama o *bel espirit*: o que lhe agrada é a oratória e a frase. Moda peninsular. Ora as conferências pela sua natureza científica, experimental, – exigem justamente o contrário dos aparatos retóricos. São a demonstração, não são a apóstrofe; são a ciência, não são a eloquência. As declamações têm tirado à democracia o seu caráter privativo de realidade e de ciência. Temos ouvido cantar a democracia, metrificá-la, soluçá-la: é tempo de a vermos demonstrar: deixemos no bilheteiro a nossa perpétua inclinação nacional de escutar odes – entremos só com a tendência humana de resolver problemas.

A revolução aparece no mundo conservador – como o cristianismo ao mundo sofista. Os sofistas tinham tomado o partido de rir – *daqueles nazarenos*. – É o que faz agora o periódico a *Nação*, quando se trata da revolução. Não é original.

Tenhamos bom senso: escutemos a revolução, e reservemo-nos a liberdade de a esmagar – depois de a ouvir.

Uma coisa que a compromete – é ela falar em nome do proletário. O proletário pretende explicar-se; quer por um lado contar a sua miséria, por outro provar o seu direito. O simples bom senso indica que se deixe falar o proletário. – *Silêncio ao pobre!* – gritava Lamennais em 48. Esta palavra horrorosa, que é um dobre a finados pela dignidade humana, inspira sempre as instituições. – Santo Deus! Parece que lhes dói a consciência! Deixemos falar o proletário. Que receiam? Não temos os nossos exércitos, os nossos parlamentos, a nossa polícia? Deixêmo-lo falar.

Desdigamo-lo depois quando ele mentir, refutemo-lo quando errar. É muito mais cómodo encontrarmo-nos com quem represente o proletário, sossegadamente, na sala do Casino, do que encontrarmos o próprio proletário mudo, taciturno, pálido de ambição ou de fome, armado de um chuço à embocadura de uma rua. Fazer conferências – se bem atentamos nesse ato – reconhece-se que é uma coisa diferente de fazer barricadas. É por lhe não lhe permitirem fazer conferências que o proletário parisiense quando se apresenta ao público faz fogo. O proletário inglês não espingardeia os seus governos pela razão de que fala nos *meetings*. E quando aqueles que falam por eles no poder os representam mal, os operários ingleses pedem-lhes contas nos seus comícios, cobrem-nos de impropérios, e atiram-lhes com cebolas à cara. Se a vítima tenta fugir ou fazer resistência à cebola ou ao insulto, um *policeman* segura-o gravemente pela gola da casaca e convida em nome da moralidade o procurador do povo a esperar pelos restos de retórica e da hortaliça.

Temos ainda, que atualmente o grande caráter das conferências, é, segundo nos parece, a oportunidade. Há muito tempo que a opinião pública as pedia. O quê! Há aí alguém que o negue?

Não o nega decerto o parlamento, onde todos os dias ministros, maioria e oposições – diziam que o país estava desorganizado e perdido.

Não o nega decerto a imprensa que todos os dias diz que o sistema constitucional está desautorizado! (*Diário Popular*, *Jornal do Comércio*, *Gazeta*, etc., *passim*.)

Não o nega a opinião, que todos os dias diz, com uma certa convicção desleixada, nos cafés, nas ruas, nos passeios, nos estancos: – Ora! Isto está podre!

Quando a opinião, tão geral, diz que um país está perdido dentro de um sistema, coloca-se por essa mesma confissão fora do sistema e deseja, por uma propaganda nova, uma restauração social.

Sejamos lógicos. *As Farpas* não são o legitimismo, nem a república, nem o constitucionalismo, nem o sebastianismo. Desejam simplesmente ser a lógica e ser o bom senso.

Vejamos: não tem a imprensa confessado todos os dias a podridão do país e a desorganização das suas forças vivas? (Jornais políticos, *passim*)

Não ameaçam perpetuamente os governos com uma intervenção popular? (Jornais políticos, *passim*)

Ou são sinceros, ou não. Se não são, então faltam duplamente à dignidade porque desconsideram os outros enganando-os, e desconsideram-se a si mentindo; são perturbadores de profissão; querem lançar, de caso pensado, o

ceticismo no espírito público para o interesse da sua intriga. Pertencem ao ministério público. – Se são sinceros então devem estar radiantes de alegria porque têm uma propaganda nova. Tem o que pediam. Não vemos nós os ministérios dissolvendo câmaras sobre câmaras, depois de lhes experimentarem um momento a inteligência como quem diz – *Outra que esta não presta!?*

Não vemos os partidos, em quem deve residir a consciência do Estado, derrubarem todos os dias ministérios, como um homem que em um chapeleiro experimenta chapéus – *Outro que este não serve?*

– E vós, jornais políticos, não confessais vós todos os dias a impotência dos vossos políticos? Não vos tende dito uns aos outros os extremos insultos? Não vos tendes destruído uns pelos outros? Apelamos para ti, leitor de bom senso. Não é verdade que o *Diário Popular* tem dito dentro do sistema, que o sr. Fontes é incapaz de organizar o país? É. – Não é verdade que a *Revolução* tem provado à saciedade, dentro do sistema – que o sr. bispo de Viseu é incapaz de organizar o país? É. – Não é verdade que a *Gazeta do Povo* tem provado que ambos eles são os incapazes? E não é verdade que a *Revolução* e o *Diário Popular* têm dito uniformemente que o incapaz é o sr. Braamcamp? É. – Por consequência parece que estais inutilizados uns pelos outros. Se um fala verdade, todos a falam. Se um falseia, todos a falseiam. Por consequência ou tem de aceitar a sua condenação, ou tem de confessar a sua falsidade.

Qual é a conclusão? Uma propaganda nova. É o que a imprensa está pedindo há muito tempo, e o que só agora lhe aparece. Muito feliz é que ela não apareça com chuços, tocando a rebate pelas ruas, e que lhe apareça apenas com ideias, e tocando a rebate através das consciências. Todos os partidos estão, pois, interessados nesta propaganda. Quem fala depois do sr. Antero de Quental? Deve ser o sr. bispo de Viseu!

Quem quer que sejam os conferentes, se fazem uma nova propaganda, lembrem-se que antes de tudo o que o país necessita é – força para o seu caráter, ciência para o seu espírito, justiça para a sua consciência! Falai-lhe das questões econômicas, do salário, do trabalho, da família, da sanção moral, da educação, – e sobretudo da pacífica revolução agrária que deve transformar as condições de vida portuguesa.

A política deixa-a sempre ficar consigo mesma. O nosso grande erro em Portugal tem sido querer principiar constantemente as revoluções pela política, fazer dela uma causa ou um meio, quando logicamente e seguramente ela não pode nem deve ser nunca senão uma consequência ou um resultado.

4.4 Segunda Conferência – 27 de maio – Antero de Quental – "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos"

Tabela 8 – Segunda Conferência – 27 de maio – Antero de Quental – "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos"

Nº de textos	Jornal	Nº do periódico	Ano	Mês	Dia	Página
1	Opúsculo – Segunda Conferência – "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos"	–	–	–	–	–
2	*A Revolução de Setembro*	8.685	XXXII	Maio	26	2
3	*Jornal do Comércio*	3.275	18	Maio	26	1
4	*O Diário Popular*	1.657	6ª	Maio	28	2
5	*Jornal da Noite*	126	1ª	Maio	29-30	2
6	*A Revolução de Setembro*	8.688	XXXII	Maio	30	2
7	*Diário de Notícias*	1.942	7ª	Maio	31	2
8	*A Nação*	6.997	XXIII	Junho	1	1
9	*Jornal da Noite*	130	1ª	Junho	2-3	3
10	*A Nação*	7.003	XXIII	Junho	8	1
11	*Bem Público*	48	–	Junho	10	2-3-4
12	*Bem Público*	49	–	Junho	17	3-4-5
13	*A Revolução de Setembro*	8.708	XXXII	Junho	27	2
14	*A Nação*	7.015	XXIII	Junho	27	1
15	*A Nação*	7.017	XXIII	Junho	29	1
16	*A Nação*	7.019	XXIII	Julho	2	1

4.4.1 Opúsculo – Segunda Conferência – "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos"[2]

Advertência

Foi reconhecido este discurso sobre apontamentos que serviram para o recitar, os extratos publicados por vários jornais, e as notas dalguns amigos. As

2 Consideramos importante ter presente o texto integral, tendo em vista a repercussão da conferência. Foi publicada em folheto (1871). Este texto foi extraído de Quental, *Prosas sócio-políticas*, p.255-296. Comparado também com o texto de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, p.33-89.

ideias e os fatos citados são rigorosamente os mesmos: é igualmente a mesma ordem da dedução. O estilo é que é, nem podia deixar de ser, diverso: fala-se dum modo e escreve doutro. O essencial é que se não alterasse o pensamento, e a isso se atendeu escrupulosamente. Podem agora as pessoas, que não assistiram à Conferência, e que seguindo as informações menos leais dalguns periódicos, fazem uma ideia errônea ou desfavorável da doutrina e das intenções do orador, formar por si o seu juízo: juízo que – simpático ou hostil – é sempre respeitável, uma vez que seja consciencioso.

Meus senhores:

A decadência dos povos da Península nos três últimos séculos é um dos fatos mais incontestáveis, mais evidentes da nossa história: pode até dizer-se que essa decadência, seguindo-se quase sem transição a um período de força gloriosa e de rica originalidade, é o único grande fato evidente e incontestável que nessa história aparece aos olhos do historiador filósofo. Como peninsular, sinto profundamente ter de afirmar, numa assembleia de peninsulares, esta desalentadora evidência. Mas, se não reconhecermos e confessarmos francamente os nossos erros passados, como poderemos aspirar a uma emenda sincera e definitiva? O pecador humilha-se diante de seu Deus, num sentido ato de contrição e só assim é perdoado. Façamos nós também, diante do espírito de verdade, o ato de contrição pelos nossos pecados históricos, porque só assim nós poderemos emendar e regenerar.

Conheço quanto é delicado esse assunto, e sei que por isso dobrados deveres se impõem à minha crítica. Para uma assembleia de estrangeiros não passara esta duma tese histórica, curiosa sim para todas as inteligências, mas fria e indiferente para os sentidos pessoais de cada um. Num auditório de peninsulares, não é, porém assim. A história dos últimos três séculos perpetua-se ainda hoje entre nós em opiniões, em crenças, em interesses, em tradições, que a representam na nossa sociedade, e tornam dalgum modo atual. Há em nós todos uma voz íntima que protesta em favor do passado, quando alguém o ataca: a razão pode condená-lo: o coração tenta absolvê-lo. É que nada há no homem mais delicado, mais melindroso do que as ilusões: e são as nossas ilusões o que a razão crítica, discutindo o passado, ofende, sobretudo nós.

Não posso apelar para a fraternidade das ideias: conhecem que as minhas palavras não devem ser bem aceitas por todos. As ideias, porém, não são felizmente o único laço com que se ligam entre si os espíritos dos homens.

Independente delas, senão acima delas, existe para todas as consciências retas, sinceras, leais, no meio da maior divergência de opiniões, uma fraternidade moral, fundada na mútua tolerância e no mútuo respeito, que une todos os espíritos numa mesma comunhão – o amor e a procura desinteressada da verdade. Que seria dos homens se, acima dos ímpetos da paixão e dos desvarios da inteligência, não existisse essa região serena da concórdia na boa-fé e na tolerância recíproca! uma região aonde os pensamentos mais hostis se podem encontrar, estendendo-se lealmente a mão, e dizendo uns para os outros com um sentimento humano e pacífico: és uma consciência convicta! É para essa comunhão moral que eu apelo. E apelo para ela confiadamente, porque sentindo-me dominado por esse sentimento de respeito e caridade universal, não posso crer que haja aqui alguém que duvide da minha boa-fé, e se recuse a acompanhar-me neste caminho de lealdade e tolerância.

Já o disse há dias, inaugurando e explicando o pensamento desta Conferências: não pretendemos impor as nossas opiniões, mas simplesmente expô-las: não pedimos a adesão das pessoas que nos escutam; pedimos só a discussão: essa discussão longe de nos assustar, é o que mais desejamos; porque, ainda que dela resultasse a condenação das nossas ideias, contanto que essa condenação fosse justa e inteligente, ficaríamos contentes, tendo contribuído, posto que indiretamente, para a publicação de algumas verdades. São prova de sinceridade deste desejo aqueles lugares e aquelas mesas, destinadas particularmente aos jornalistas, aonde podem tomar nota das nossas palavras, tornando-lhes nos assim franca e fácil a contradição.

Meus Senhores: a Península, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, apresenta-nos um quadro de abatimento e insignificância, tanto mais sensível quanto contrasta dolorosamente com a grandeza, importância e a originalidade do papel que desempenhamos no primeiro período da Renascença, durante toda a Idade Média, e ainda nos últimos séculos da Antiguidade. Logo na época romana apareceram os caracteres essenciais da raça peninsular: espírito de independência local, e originalidade de gênio inventivo. Em parte alguma custou tanto à dominação romana o estabelecer-se, nem chegou nunca a ser completo esse estabelecimento. Essa personalidade independente mostra-se claramente na literatura, aonde os espanhóis Lucano, Sêneca, Marcial, introduzem no latim um estilo e uma feição inteiramente peninsulares, e singularmente característicos. Eram os prenúncios da viva originalidade que ia aparecer nas épocas seguintes. Na Idade Média e Península, livre de estranhas influências, brilha na plenitude

do seu gênio, das suas qualidades naturais. O instinto político de descentralização e federalismo patenteia-se na multiplicidade de reinos e condados soberanos, em que se divide a Península, como um protesto e uma vitória dos interesses e energias locais, contra a unidade uniforme, esmagadora e artificial. Dentro de cada uma dessas divisões, as Comunas, os Forais, localizam ainda mais os direitos, e manifestações e firmam com um sem-número de instituições, o espírito independente e autonômico das populações. E esse espírito não é só independente: é, quanto a época o comportava, singularmente democrático. Entre todos os povos da Europa Central e Ocidental, somente os da Península escaparam ao jugo de ferro do feudalismo. O espectro turvo do castelo feudal não assombrava os nossos vales, não se inclinava, como uma ameaça, sobre a margem dos nossos rios, não entristecia os nossos horizontes com o seu perfil duro e sinistro. Existia, certamente, a nobreza, como uma ordem distinta. Mas o foro nobiliário generalizara-se tanto, e tornara-se de tão fácil acesso, naqueles séculos heroicos de guerra incessante, que não é exagerada a expressão daquele poeta que nos chamou, a nós espanhóis, um povo de nobres. Nobres e populares uniam-se por interesses e sentimentos, e diante deles a coroa dos reis era mais um símbolo brilhante do que uma realidade poderosa. Se nessas idades ignorantes a ideia do Direito era obscura e mal definida, o instinto do Direito agitava-se enérgico na consciência, e as ações surgiam viris como os caracteres.

A tais homens não convinha mais o despotismo religioso do que o despotismo político: a opressão espiritual repugnava-lhes tanto como a sujeição civil. Os povos peninsulares são naturalmente religiosos: são-no até duma maneira ardente, exaltada e exclusiva, e é esse um dos seus caracteres mais pronunciados. Mas são ao mesmo tempo inventivos e independentes: adoram com paixão: mas só adoram aquilo que eles mesmos criam, não aquilo que se lhes impõe. Fazem religião, não a aceitam feita. Ainda hoje duas terças partes da população espanhola ignora completamente os dogmas, a teologia e os mistérios cristãos: mas adora fielmente os santos padroeiros das suas cidades: por quê? porque os conhece, porque os fez. O nosso gênio é criador e individualista: precisa rever-se nas suas criações. Isto (junto à falta de coesão do maquinismo católico da Idade Média, ainda mal definido e pouco disciplinado pela inexorável escola de Roma) explica suficientemente a independência das Igrejas peninsulares, e a atitude altiva das Coroas da Península diante da Cúria Romana. Os papas eram já muito: mas os bispos e as cortes eram ainda bastante. Para as pretensões italianas havia um não muito franco e muito firme. E essa resistência não saía

apenas da vontade e do interesse de alguns: saía do impulso incontrastável do gênio popular. Esse gênio criador via-se no aparecimento de rituais indígenas, numa singular liberdade de pensamento e interpretação, e em mil originalidades de disciplina. Era o sentimento cristão, na sua expressão viva e humana, não formal e ininteligente: a caridade e a tolerância tinham um lugar mais alto do que a teologia dogmática. Essa tolerância pelos mouros e judeus, raças infelizes e tão meritórias, será sempre uma das glórias do sentimento cristão da Península na Idade Média. A caridade triunfava das repugnâncias e preconceitos de raça e de crença. Por isso o seio do povo era fecundo; saíam dele Santos, individualidades à umas ingênuas e sublimes, símbolos vivos da alma popular, e cujas singelas histórias ainda hoje não podemos ler sem enternecimento.

No mundo da inteligência não é menos notável a expansão do espírito peninsular durante a Idade Média. O grande movimento intelectual da Europa medieval compreende a Filosofia escolástica e a Teologia, as criações nacionais dos Ciclos épicos, e a Arquitetura. Em nada disto se mostrou a Península inferior às grandes nações cultas, que haviam recebido a herança da civilização romana. Demos a Escola filósofos como Raimundo Lúlio; à Igreja, teólogos e papas, um destes português, João XXI. As escolas de Coimbra e Salamanca tinham uma celebridade europeia; nas suas aulas viam-se estrangeiros de distinção; atraídos pela fama dos seus doutores. Entre os primeiros homens do século XII está o monarca espanhol, Afonso, o Sábio, espírito universal, filósofo, político e legislador. Nem posso também deixar esquecidos os mouros e os judeus, porque foram uma das glórias da Península. A reforma da escolástica, nos séculos XIII e XIV, pela renovação do aristotelismo, foi obra quase exclusiva das escolas árabes e judaicas de Espanha. Os nomes de Averróis (de Córdova) de Ibn-Tofail (de Sevilha) e os judeus Maimónides e Avicebron serão sempre contados entre os primeiros na história da filosofia da Idade Média. Ao pé da Filosofia, a poesia. Para opor aos Ciclos épicos da Távola redonda, de Carlos Magno e do Santo Graal, tivemos aquele admirável Romancero, as lendas do Cid, dos Infantes de Lara, e tantas outras, que se teriam condensado em verdadeiras epopeias, se o espírito clássico da Renascença não tivesse vindo dar a poesia uma outra direção. Ainda assim, grande parte, a melhor parte talvez, do Teatro espanhol saiu da mina inesgotável do Romanceiro. Para opor aos trovadores provençais, tivemos também trovadores peninsulares. Dos nossos reis e cavaleiros trovaram alguns com tanto primor com Beltrão de Borrn ou o conde de Tolosa. Quanto à Arquitetura, basta lembrar a Batalha e a Catedral de Burgos, duas das mais belas rosas

góticas desabrochadas no seio da Idade Média. Em tudo isso acompanháramos a Europa, a par do movimento geral. Numa coisa, porém, excedemos, tornando-nos iniciadores: os estudos geográficos e as grandes navegações. As descobertas, que coroaram tão brilhantemente o fim do século XV, não se fizeram ao acaso. Precedeu-as um trabalho intelectual, tão científico quanto a época permitia, inaugurado pelo nosso infante d. Henrique, nessa famosa escola de Sagres, de onde saíam homens como aquele heroico Bartolomeu Dias, e cuja influência, direta ou indiretamente, produziu um Magalhães e um Colombo. Foi uma onda, que levantada aqui, cresce até ir rebentar nas praias do Novo Mundo. Viu-se que quanto eram capazes a inteligência e a energia peninsular. Por isso a Europa tinha os olhos em nós, e na Europa a nossa influência nacional era das que mais pesavam. Contava-se para tudo com Portugal e Espanha. O Santo Império Alemão oferece a orgulhosa coroa imperial a um rei de Castela, Afonso, o Sábio. No século XV, d. João I, árbitro em várias questões internacionais, é geralmente considerado, em influência e capacidade, como um dos primeiros monarcas da Europa. Tudo isto nos prepara para desempenharmos, chegada a Renascença, um papel glorioso e preponderante. Desempenhamo-lo, com efeito, brilhante e ruidoso: os nossos erros, porém, não consentiram que fossem também duradouros e profícuos. Como foi que o movimento regenerador da Renascença, tão bem preparado, abortou entre nós, mostrá-lo-ei logo com fatos decisivos. Esse movimento só foi entre nós representado por uma geração de homens superiores, a primeira. As seguintes, que o deviam consolidar, fanatizadas, entorpecidas, impotentes, não souberam compreender nem praticar aquele espírito tão alto e tão livre: desconheceram-no, ou combateram-no. Houve, porém, uma primeira geração, que respondeu ao chamamento da Renascença; enquanto essa geração ocupou a cena, isto é, até ao meado do século XVI, a Península conservou-se à altura daquela época extraordinária de criação e liberdade de pensamento. A renovação dos estudos recebeu-a nas suas universidades novas ou reformadas, aonde se explicavam os grandes monumentos literários da Antiguidade, muitas vezes na própria língua dos originais. Entre as 43 Universidades estabelecidas na Europa durante o século XVI, 14 foram fundadas pelos reis da Espanha. A filosofia neoplatônica, que substituía por toda a parte a velha e gasta escolástica, foi adotada pelos espíritos mais eminentes. Um estilo e uma literatura nova surgiu com Camões, com Cervantes, com Gil Vicente, com Sá de Miranda, com Lopes de Vega, com Ferreira. Demos às escolas da Europa sábios como Miguel Servet, precursor de Harvey, filósofos como Sepúlveda, um dos primeiros peripatéticos

do tempo, e o português Sanches, mestre de Montaigne. A família dos humanistas, verdadeiramente característica da Renascença, foi representada entre nós por André de Resende, por Diogo de Teive, pelo bispo de Tarragona, Antônio Augustin, por Damião Góis, e por Camões, cuja inspiração não excluía uma erudição quase universal. Finalmente, a Arte peninsular ergue nessa época um voo poderoso, com a arquitetura chamada manuelina, criação de uma originalidade e graça surpreendentes, e com a brilhante escola de pintura espanhola, imortalizada por artistas como Murillo, Velázquez, Ribera. Fora da pátria guerreiros ilustres mostravam ao mundo que o valor dos povos peninsulares não era inferior à sua inteligência. Se as causas da nossa decadência existiam já latentes, nenhum olhar podia ainda as descobrir: a glória, e uma glória merecida, só dava lugar à admiração.

Deste mundo brilhante, criado pelo gênio peninsular na sua livre expansão, passamos quase sem transição para um mundo escuro, inerte, pobre, ininteligente e meio desconhecido, dir-se-á que entre um e outro se meteram dez séculos de decadência: pois bastaram para essa total transformação cinquenta ou sessenta anos! Em tão curto período era possível um caminhar mais rapidamente no caminho da perdição.

No princípio do século XVII, quando Portugal deixa de ser contado entre as nações, e se desmorona por todos os lados a monarquia anômala, inconsistente e desnatural de Filipe II; quando a glória passada já não pode encobrir o ruinoso do edifício presente, e se afunde a Península sob o peso dos muitos erros acumulados, então aparece franca e patente por todos os lados a nossa improcrastinável decadência. Aparece em tudo; na política, na influência, nos trabalhos da inteligência, na economia social e na indústria, e como consequência de tudo isto, nos costumes. A preponderância, que até então exercêramos nos negócios da Europa, desaparece para dar lugar à insignificância e à impotência. Nações novas ou obscuras erguem-se, e conquistam no mundo, à nossa custa, a influência de que nos mostramos indignos. A Coroa de Espanha é posta em leilão sangrento no meio das nações, e adjudicada, no fim de doze anos de guerra, a um neto de Luís XIV. Com a dinastia estrangeira começa uma política antinacional, que envilece e desacredita a monarquia. E esse rei estrangeiro custa à Espanha a perda de Nápoles, da Sicília, do Milanês, dos Países Baixos! Em Portugal, é a influência inglesa, que, por meio de cavilosos tratados, faz de nós uma espécie de colônia britânica. Ao mesmo tempo as nossas próprias colônias escapam-nos gradualmente das mãos: as Molucas passam a ser holandesas; na Índia lutam

sobre os nossos despojos holandeses, ingleses e franceses: na China e no Japão desaparece a influência do nome português. Portugueses e espanhóis, vamos de século para século minguando em extensão e importância, até não sermos mais do que duas sombras, duas nações espectros, no meio dos povos que nos rodeiam!... E que tristíssimo quadro o da nossa política interior! Às liberdades municipais, à iniciativa local das Comunas, aos Forais, que davam a cada população uma fisionomia e vida próprias, sucede a centralização, uniforme e esterilizadora. A realeza deixa então de encontrar uma resistência e uma força exterior que a equilibre, e transforma-se no puro absolutismo; esquecendo a sua origem e a sua missão, crê ingenuamente que os povos não são mais do que o patrimônio providencial dos reis. O pior é que os povos se acostumam a crê-lo também! Aquele espírito de independência que inspirava o firme *si no, no*! da Idade Média, adormece e morre no seio popular. O povo emudece; negam-lhe a palavra, fechando-lhe as Cortes; não o consultam, nem se conta já com ele. Com quem se conta é com a aristocracia palaciana, com uma nobreza cortesã, que cada vez se separa mais do povo pelos interesses e pelos sentimentos, e que, de classe, tende a transformar-se em casta. Essa aristocracia, como um embaraço na circulação do corpo social, impede a elevação natural dum elemento novo, elemento essencialmente moderno, a classe média, e contraria assim todos os progressos ligados a essa elevação. Por isso decai também a vida econômica: a produção decresce, a agricultura recua, estagna-se o comercio, deperecem uma por uma as indústrias nacionais; a riqueza, uma riqueza faustosa e estéril, concentra-se em alguns pontos excepcionais, enquanto a miséria se alarga pelo resto do país: a população, decimada pela guerra, pela emigração, pela miséria, diminui duma maneira assustadora. Nunca povo algum absorveu tantos tesouros, ficando ao mesmo tempo tão pobre! No meio dessa pobreza e dessa atonia, o espírito nacional desanimado e sem estímulos, devia cair naturalmente num estado de torpor e de indiferença. É o que nos mostra claramente esse salto mortal dado pela Inteligência dos povos peninsulares, passando da Renascença para os séculos XVII e XVIII. A uma geração de filósofos, de sábios e de artistas criadores, sucede a tribo vulgar dos eruditos sem crítica, dos acadêmicos, dos imitadores. Saímos duma sociedade de homens vivos, movendo-se ao ar livre: entramos num recinto acanhado e quase sepulcral, com uma atmosfera turva pelo pó dos livros velhos, e habitado por espectros de doutores. A poesia, depois da exaltação estéril, falsa, e artificialmente provocada do Gongorismo, depois da afetação dos conceitos (que ainda mais revelava a nulidade do pensamento), cai

na imitação servil e ininteligente da poesia latina, naquela escola clássica, pesada e fradesca, que é a antítese de toda a inspiração e de todo o sentimento. Um poema compõe-se doutoralmente, como uma dissertação teológica. Traduzir é o ideal: inventar, considera-se um perigo e uma inferioridade: uma obra poética é tanto mais perfeita quanto maior número de versos contiver traduzidos de Horácio, de Ovídio. Florescem a tragédia, a ode pindárica e o poema herói-cômico, isto é, a afetação e a degradação da poesia. Quanto à verdade humana, ao sentimento popular e nacional, ninguém se preocupava com isso. A invenção e originalidade, nessa época deplorável, concentra-se toda na discrição cinicamente galhofeira das misérias, das intrigas, dos expedientes da vida ordinária. Os Romances picarescos espanhóis, e as Comédias populares portuguesas são os irrefutáveis atos de acusação, que, contra si mesma, nos deixou essa sociedade, cuja profunda desmoralização tocava os limites da ingenuidade e da inocência no vício. Fora desta realidade pungente, a literatura oficial e palaciana espairava-se pelas regiões insípidas do discurso acadêmico, da oração fúnebre, do panegírico encomendado — gêneros artificiais, pueris, e mais que tudo soporíficos. Com um tal estado dos espíritos, o que se podia esperar da Arte? Basta erguer os olhos para essas lúgubres moles de pedra, que se chamam o Escorial e Mafra, para vermos que a mesma ausência de sentimento e invenção, que produziu o gosto pesado e insípido do Classicismo, ergueu também as massas compactas, e friamente corretas na sua falta de expressão, da arquitetura jesuítica. Que triste contraste entre essas montanhas de mármore, com que se julgou atingir o grande, simplesmente porque se fez o monstruoso, e a construção delicada, aérea, proporcional e, por assim dizer, espiritual dos Jerônimos, da Batalha, da catedral de Burgos! O espírito sombrio e depravado da sociedade refletiu-o a Arte, com uma fidelidade desesperadora, que será sempre perante a história uma incorruptível testemunha de acusação contra aquela época de verdadeira morte moral. Essa morte moral não invadira só o sentimento, a imaginação, o gosto: invadira também, invadira, sobretudo a inteligência. Nos últimos dois séculos não produziu a Península um único homem superior, que se possa pôr ao lado dos grandes criadores da ciência moderna: não saiu da Península uma só das grandes descobertas intelectuais, que são a maior obra e a maior honra do espírito moderno. Durante duzentos anos de fecunda elaboração, reforma a Europa culta as ciências antigas, cria seis ou sete ciências novas, a anatomia, a fisiologia, a química, a mecânica celeste, o cálculo diferencial, a crítica histórica, a geologia: aparecem os Newton, os Descartes, os Bacon, os Leibniz, os Harvey, os Buffon,

os Ducange, os Lavoisier, os Vico – onde está, entre os nomes destes e dos outros verdadeiros heróis da epopeia do pensamento, um nome espanhol ou português? que nome espanhol ou português se liga a descoberta duma grande lei científica, dum sistema, dum fato capital? A Europa culta engrandeceu-se, nobilitou-se, subiu sobretudo pela ciência: foi sobretudo pela falta de ciência que nós descemos, que nos degradamos, que nos anulamos. A alma moderna morrera dentro em nós completamente.

Pelo caminho da ignorância, da opressão e da miséria chega-se naturalmente, chega-se fatalmente, à depravação dos costumes. E os costumes depravaram-se com efeito. Nos grandes, a corrupção faustosa da vida de corte, aonde os reis são os primeiros a dar o exemplo do vício, da brutalidade, do adultério: Afonso VI, João V, Filipe V, Carlos IV. Nos pequenos, a corrupção hipócrita, a família do pobre vendida pela miséria aos vícios dos nobres e dos poderosos. É a época das amásias e dos filhos bastardos. O que era então a mulher do povo, em face das tentações do ouro aristocrático, vê-se bem no escandaloso Processo de nulidade de matrimônio de Afonso VI, e nas Memórias do Cavaleiro de Oliveira. Ser rufião é um ofício geralmente admitido, e que se pratica com aproveitamento na própria corte. A religião deixa de ser um sentimento vivo; torna-se uma prática ininteligente, formal, mecânica. O que eram os frades, sabemo-lo todos: os costumes picarescos e ignóbeis dessa classe são ainda hoje memorados pelo Decamerônico da tradição popular. O pior é que esses histriões tonsurados eram ao mesmo tempo sanguinários. A Inquisição pesava sobre as consciências como a abóbada dum cárcere. O espírito público abaixava-se gradualmente sob a pressão do terror, enquanto o vício, cada vez mais requintado, se apossava placidamente do lugar vazio que deixava nas almas a dignidade, o sentimento moral e a energia da vontade pessoal, esmagados, destruídos pelo medo. Os Casuístas dos séculos XVII e XVIII deixaram-nos um vergonhoso monumento do requinte bestial de todos os vícios, da depravação das imaginações, das misérias intimas da família, da perdição dos costumes, que corria aquelas sociedades deploráveis. Isto por um lado: porque, pelo outro, os Casuístas mostram-nos também a que abaixamento moral chegara o espírito do clero, cavando todos os dias esse lodo, revolvendo com afinco, com predileção, quase com amor, aquele montão graveolente de abjeções. Todas essas misérias intimas refletem-se fielmente na literatura, O que era no século XVII a moral pública, as intrigas políticas, o nepotismo cortesão, o roubo audaz ou sub-reptício da riqueza pública, vê-se (e com todo o relevo duma pena sarcástica e inexorável) na Arte de Furtar do pe.

António Vieira. Enquanto aos documentos para a história da família e dos costumes privados, encontramo-los na Carta de Guia de Casados de d. Francisco Manuel, nas Farsas populares portuguesas, e nos Romances picarescos espanhóis. O espírito peninsular descera de degrau em degrau, até ao último termo da depravação!

Tais temos sido nos últimos três séculos: sem vida, sem liberdade, sem riqueza, sem ciência, sem Invenção, sem costumes. Erguemo-nos hoje a custo, espanhóis e portugueses, desse túmulo onde os nossos grandes erros nos tiveram sepultado, erguemo-nos, mas os restos da mortalha ainda nos embaraçam os passos, e pela palidez dos nossos rostos pode bem ver o mundo de que regiões lúgubres e mortais chegamos ressuscitados! Quais as causas dessa decadência, tão visível, tão universal, e geralmente tão pouco explicada? Examinemos os fenômenos, que se deram na Península durante o decurso do século XVI, período de transição entre a Idade Média e os tempos modernos, e em que aparecem os germes, bons e maus, que mais tarde, desenvolvendo-se nas sociedades modernas, deram a cada qual o seu verdadeiro caráter. Se esses fenômenos forem novos, universais, se abrangerem todas as esferas da atividade nacional, desde a religião até à indústria, ligando-se assim intimamente ao que há de mais vital nos povos – estarei autorizado a empregar o argumento (neste caso, rigorosamente lógico) *post hoc*, *ergo propter hoc*, e a concluir que é nesses novos fenômenos que se devem buscar e encontrar as causas da decadência da Península.

Ora esses fenômenos capitais são três, e de três espécies: um moral, outro político, outro econômico. O primeiro é a transformação do catolicismo, pelo Concílio de Trento. O segundo, o estabelecimento do absolutismo, pela ruína das liberdades locais. O terceiro, o desenvolvimento das Conquistas longínquas. Estes fenômenos assim agrupados, compreendendo os três grandes aspectos da vida social, o pensamento, a política e o trabalho, indicam-nos claramente que uma profunda e universal revolução se operou, durante o século XVI, nas sociedades peninsulares. Essa revolução foi funesta, funestíssima. Se fosse necessária uma contraprova, bastava considerarmos um fato contemporâneo muito simples: esses três fenômenos eram exatamente o oposto dos três fatos capitais, que se davam nas nações que lá fora cresciam, se moralizavam, se faziam inteligentes, ricas, poderosas, e tomavam a dianteira da civilização. Aqueles três fatos civilizadores foram a liberdade moral, conquistada pela Reforma ou pela Filosofia: a elevação da classe média, instrumento do progresso nas sociedades modernas, e diretora dos reis, até ao dia em que os destronou: a indústria, finalmente,

verdadeiro fundamento do mundo atual, que veio dar às nações uma concepção nova do Direito, substituindo o trabalho à força, e o comércio à guerra de conquista. Ora, a liberdade moral, apelando para o exame e a consciência individual, é rigorosamente o oposto do catolicismo do Concílio de Trento, para quem a razão humana e o pensamento livre são um crime contra Deus: a classe média, impondo aos reis os seus interesses, e muitas vezes o seu espírito, é o oposto do absolutismo, esteado na aristocracia e só em proveito dela governando: a indústria, finalmente, é o oposto ao Espírito de conquista, antipático ao trabalho e ao comércio.

Assim, enquanto as outras nações subiam, nós baixávamos. Subiam elas pelas virtudes modernas; nós descíamos pelos vícios antigos, concentrados, levados ao sumo grau de desenvolvimento e aplicação. Baixávamos pela indústria, pela pátria. Baixávamos, sobretudo, pela religião.

Da decadência moral é esta a causa culminante! O catolicismo do Concílio de Trento não inaugurou certamente no mundo o despotismo religioso: mas organizou-o duma maneira completa, poderosa, formidável, e até então desconhecida. Neste sentido, pode dizer-se que o catolicismo, na sua forma definitiva, imobilizado e intolerante, data do século XVI. As tendências, porém, para esse estado vinham já de longe; nem a Reforma significa outra coisa senão o protesto do sentimento cristão, livre e independente, contra essas tendências autoritárias e formalísticas. Essas tendências eram lógicas, e até certo ponto legítimas, dada a interpretação e organização romana da religião cristã: não o eram, porém, dado o sentimento cristão na sua pureza virginal, fora das condições precárias da sua realização política e mundana, o sentimento cristão, numa palavra, no seu domínio natural, a consciência religiosa. É necessário, com efeito, estabelecermos cuidadosamente uma rigorosa distinção entre cristianismo e catolicismo, sem o que nada compreenderemos das evoluções históricas da religião cristã. Se não há cristianismo fora do grêmio católico (como asseveram os teólogos, mas como não pode nem quer aceitar a razão, a equidade e a crítica) nesse caso teremos de recusar o título de cristãos aos luteranos, e a todas as seitas saídas do movimento protestante, em quem, todavia vive bem claramente o espírito evangélico. Digo mais, teremos de negar o nome de cristãos aos apóstolos e evangelistas, porque nessa época o catolicismo estava tão longe no futuro, que nem ainda a palavra católico fora inventada! É que realmente o cristianismo existiu e pode existir fora do catolicismo. O cristianismo é, sobretudo uma instituição. Um vive da fé e da inspiração: o outro do dogma e da disciplina. Toda a história religiosa,

até ao meado do século XVI, não é mais do que a transformação do sentimento cristão na instituição católica. A Idade Média é o período da transição: há ainda um, e outro aparece já. Equilibram-se. A unidade vê-se, faz-se sentir, mas não chega ainda a sufocar a vida local e autonômica. Por isso é também esse o período das Igrejas nacionais. As da Península, como todas as outras, tiveram, durante a Idade Média, liberdades e iniciativa, concílios nacionais, disciplina própria, e uma maneira sua de sentir e praticar a religião. Daqui dois grandes resultados, fecundos em consequências benéficas. O dogma, em vez de ser imposto, era aceito, e, num certo sentido, criado: ora, quando a base da moral é o dogma, só pode haver boa moral deduzindo-a dum dogma aceito, e até certo ponto criado, e nunca imposto. Primeira consequência, de incalculável alcance. O sentimento do dever, em vez de ser contradito pela religião, apoiava-se nela. Daqui a força dos caracteres, a elevação dos costumes. Em segundo lugar, essas Igrejas nacionais, por isso mesmo que eram independentes, não precisavam oprimir. Eram tolerantes. À sombra delas, muito na sombra é verdade, mas tolerados em todo o caso, viviam judeus e moiros, raças inteligentes, industriosas, a quem a indústria e o pensamento peninsulares tanto deveram, e cuja expulsão tem quase as proporções duma calamidade nacional. Segunda consequência, de não menor alcance do que a primeira. Se a Península não era então tão católica como o foi depois, quando queimava os judeus e recebia do Geral dos Jesuítas o santo e a senha da sua política, era seguramente muito mais cristã, isto é, mais caridosa e moral, como estes fatos o provam.

Rasga-se, porém o século XVI, tão prodigioso de revelações, e com ele aparece no mundo a Reforma, seguida por quase todos os povos de raça germânica. Esta situação cria para os povos latinos, que se conservavam ligados a Roma, uma necessidade instante, que era ao mesmo tempo um grande problema. Tornava-se necessário responder aos ataques dos protestantes, mostrar ao mundo que o espírito religioso não morrera no seio das raças latinas, que debaixo da corrupção romana havia alma e vontade. Um grito unânime de reforma saiu do meio dos representantes da ortodoxia, opondo-se ao desafio, que, com a mesma palavra, haviam lançado ao mundo católico Lutero. Zuínglio, Ecolampúdio, Melâncton e Calvino. Reis, povos, sacerdotes clamavam todos reforma! Mas aqui aparecia o problema: que espécie de reforma? A opinião dos bispos e, em geral, das populações católicas pronunciava-se no sentido duma reforma liberal, em harmonia com o espírito da época, chegando muitos até a desejar uma conciliação com os protestantes: era a opinião episcopal, representante das Igrejas

nacionais. Em Roma, porém, a solução, que se dava ao problema, tinha um bem diferente caráter. O ódio e a cólera dominavam os corações dos sucessores dos apóstolos. Repelia-se com horror a ideia de conciliação, dá mais pequena concessão. Pensava-se que era necessário fortificar a ortodoxia, concentrando todas as forças, disciplinando e centralizando; empedernir a Igreja, para a tornar inabalável. Era a opinião absolutista, representante do papado. Esta opinião (para não dizer este partido) triunfou, e foi esse triunfo uma verdadeira calamidade para as nações católicas. Nem era isso o que elas desejavam, e o que pediram e sustentaram os seus bispos, lutando indefesos durante dezesseis anos contra a maioria esmagadora das criaturas de Roma! Pediam uma verdadeira reforma, sincera, liberal, em harmonia com as exigências da época. O programa formulava-se em três grandes capítulos fundamentais. 1º – Independência dos bispos, autonomia das Igrejas nacionais, inauguração dum parlamentarismo religioso pela convocação amiudada dos Concílios, esses Estados-Gerais do cristianismo, superiores ao papa e árbitros supremos do mundo espiritual. 2º – O casamento para os padres, isto é, a secularização progressiva do clero, à volta às leis da humanidade duma classe votada durante quase mil anos a um duro ascetismo, então talvez necessário, mas já no século XVI absurdo, perigoso, desmoralizador. 3º – Restrições à pluralidade dos benefícios eclesiásticos, abuso odioso, tendente a introduzir na Igreja um verdadeiro feudalismo com todo o seu poder e desregramento. Destas reformas saía naturalmente a humanização gradual da religião, a liberdade crescente das consciências, e a capacidade para o cristianismo de se transformar dia a dia, de progredir, de estar sempre à altura do espírito humano, resultado imenso e capital que trouxe a Reforma aos povos que a seguiram. Os graves prelados, que então combatiam pelas reformas que acabo de apresentar, não desejavam, certamente, nem mesmo previam estas consequências: o próprio Lutero as não previu. Mas nem por isso as consequências deixariam de ser aquelas. Bartolomeu dos Mártires e os bispos de Cádis e Astorga não eram, seguramente, revolucionários: representavam no Concílio de Trento a última defesa e o protesto das Igrejas da Península contra o ultramontanismo invasor: mas a obra deles é que era, pelas consequências, revolucionária; e, trabalhando nela, estavam na corrente e no espírito do grande e emancipador século XVI. Se houvessem alcançado essa reforma, teríamos nós talvez, espanhóis e portugueses, escapado à decadência. Quem pode hoje negar que é em grande parte à Reforma que os povos reformados devem os progressos morais que os colocaram naturalmente frente da Civilização? Contraste significativo, que nos apresenta hoje o mundo!

As nações mais inteligentes, mais moralizadas, mais pacíficas e mais industriosas são exatamente aquelas que seguiram a revolução religiosa do século XVI: Alemanha, Holanda, Inglaterra, Estados Unidos, Suíça. As mais decadentes são exatamente as mais católicas! Com a Reforma estaríamos hoje talvez à altura dessas nações: estaríamos livres, prósperos, inteligentes, morais... mas Roma teria caído!

Roma não queria cair. Por isso resistiu longo tempo, iludiu quanto pôde os votos das nações, que reclamavam a convocação do concílio reformador. Não podendo resistir mais tempo, cede por fim. Mas como o fez? Como cedeu Roma, dominada desde então pelos Jesuítas? Estamos em Itália, meus senhores, no país de Maquiavel!... Eu não digo que Roma usasse deliberada e conscientemente duma política maquiavélica: não posso avaliar as intenções. Digo simplesmente que o parece; e que, perante a história, a política romana em toda esta questão do Concílio de Trento aparece com um notável caráter de habilidade e cálculo... muito pouco evangélicos! Roma, não podendo resistir mais à ideia do concílio, explora essa ideia em proveito próprio. Dum instrumento de paz e progresso, faz uma arma de guerra e dominação; confisca o grande impulso reformador, e fá-lo convergir em proveito do ultramontanismo. Como? Duma maneira simples: 1º, dando só aos legados do papa o direito de propor reformas; 2º, substituindo, ao antigo modo de votar por nações, o voto por cabeças, que lhe dá com os seus cardeais e bispos italianos, criaturas suas, uma maioria compacta e resolvida sempre a esmagar, a abafar os votos das outras nações. Basta dizer que a França, a Espanha, Portugal e os Estados católicos da Alemanha nunca tiveram, juntos, número de votos superior a 60, enquanto os italianos contavam 180, e mais! Nestas condições, o concílio deixava de ser universal: era simplesmente italiano; nem italiano, romano apenas! Desde o primeiro dia se pode ver que a causa da reforma liberal estava perdida. Provocado para essa reforma, o concílio só serviu contra ela, para a sofismar e anular!

Composta e armada assim a máquina, vejamo-la trabalhar. Para sujeitar na terra o homem, era necessário fazê-lo condenar primeiro no céu: por isso o concílio começa por estabelecer dogmaticamente, na sessão 5ª, o pecado original, com todas as suas consequências, a condenação hereditária da humanidade, e a incapacidade de o homem se salvar por seus merecimentos, mas só por obra e graça de J. Cristo. Muitos teólogos e alguns poucos sínodos particulares se haviam já ocupado desta matéria: nenhum concílio ecumênico a definira ainda. Um concílio verdadeiramente liberal deixava essa questão na sombra, no indefinido,

não prendia a liberdade e a dignidade humanas com essa algema: o Concílio de Trento fez dessa definição o prólogo dos seus trabalhos. Convinha-lhe, logo no começo, condenar sem apelação a Razão humana, e dar essa base ao seu edifício. Assim o fez. De então para cá, ficou dogmaticamente estabelecido no mundo católico que o homem deve ser um corpo sem alma, que a vontade individual é uma sugestão diabólica, e que para nos dirigir basta o papa em Roma e o confessor à cabeceira. *Perinde ac cadaver*, dizem os estatutos da Companhia de Jesus.

Na sessão 13ª confirma-se e precisa-se o dogma da Eucaristia, já definido, ainda que vagamente, no 4º Concílio de Latrão, e vibra-se o anátema sobre quem não crer na presença real de Cristo no pão e no vinho depois da consagração. É mais um passo (e este decisivo) para fazer entrar o cristianismo no caminho da idolatria, para colocar o divino no absurdo. Poucos dogmas contribuíram tanto como este materialismo da presença real para embrutecer o novo povo, para fazer reviver nele os instintos pagãos, para lhe sofismar a razão natural! Parece que era isto o que o concílio desejava!

Na sessão 14ª trata-se detidamente da Confissão. A confissão existia há muito na Igreja, mas comparativamente livre e facultativa. No 4º Concílio de Latrão restringira-se já bastante essa liberdade. Na sessão 14ª de Trento é a consciência cristã definitivamente encarcerada. Sem confissão não há remissão de pecados! A alma é incapaz de comunicar com Deus, senão por intermédio do padre! Estabelece-se a obrigação de os fiéis se confessarem em épocas certas, e exortam-se a que se confessem o mais que possam. Funda-se aqui o poder, tão temível quanto misterioso, do confessionário. Aparece um tipo singular: o diretor espiritual. Daí por diante há sempre na família, imóvel à cabeceira, invisível, mas sempre presente, um vulto negro que separa o marido da mulher, uma vontade oculta que governa a casa, um intruso que manda mais do que o dono. Quem há aqui, espanhol ou português, que não conheça este estado deplorável da família, com um chefe secreto, em regra, hostil ao chefe visível? quem não conhece as desordens, os escândalos, as misérias introduzidas no lar doméstico pela porta do confessionário? O concílio não queria isto, decerto: mas fez tudo quanto era necessário para que isto acontecesse.

Na parte disciplinar e nas relações da Igreja com o Estado, predomina o mesmo espírito de absolutismo, de concentração, de invasão de todos os direitos. Na sessão 5ª, tornam-se as ordens regulares independentes dos bispos, e quase exclusivamente dependentes de Roma. Que arma está na mão do papado, que já de si não era mais do que uma arma na mão do jesuitismo! Na sessão 13ª só o

papa, pelos seus comissários, pode julgar os bispos e os padres. É a impunidade para o clero! Na sessão 4ª põem-se restrições à leitura da Bíblia pelos seculares, restrições tais que equivalem a uma verdadeira proibição. Ora, o que é isto senão a suspeição da Razão humana, condenada a pensar e a ler pelo pensamento e pelos olhos de meia dúzia de eleitos? Nas sessões 7ª, 9ª, 18ª e 24ª, estabelecem-se igualmente disposições tendentes todas a sujeitar os governos, a impor aos povos a polícia romana, apagando implacavelmente por toda a parte os últimos vestígios das Igrejas nacionais. Finalmente, a superioridade do papa sobre os Concílios triunfa nas sessões 23ª e 25ª, pela boca do jesuíta Laínez, inspirador e alma do concílio... se é permitido, ainda metaforicamente, falando dum jesuíta, empregar a palavra alma... A redação dum catecismo vem coroar esta obra de alta política. Com esse catecismo, imposto por toda a parte e por todos os modos aos espíritos moços e simples, tratou-se de matar a liberdade no seu gérmen, de absorver as gerações nascentes, de as deformar e torturar, comprimindo-as nos moldes estreitos duma doutrina seca, formal, escolástica e subtilmente ininteligível. Se se conseguiu ou não esse resultado funesto, respondam umas poucas de nações moribundas, enfermas da pior das enfermidades, a atrofia moral!

Sim, meus senhores! essa máquina temerosa de compressão, que foi o catolicismo depois do Concílio de Trento, que podia ela oferecer aos povos? A intolerância, o embrutecimento, e depois a morte! Tomo três exemplos. Seja o primeiro a Guerra dos Trinta Anos, a mais cruel, mais friamente encarniçada, mais sistematicamente destruidora de quantas têm visto os tempos modernos, e que por pouco não aniquila a Alemanha. Essa guerra, provocada pelo partido católico, e por ele dirigida com uma perseverança infernal, mostrou bem ao mundo que abismos de ódio podem ocultar palavras de paz e religião. O padre não dirigia somente, assistia à execução. Cada general trazia sempre consigo um diretor jesuíta: e esses generais chamavam-se Tilly, Picolomini, os mais endurecidos dos verdugos! Salvou então a Alemanha e a Europa a firmeza indomável dum coração tão grande quanto puro, sereno em face dessas hordas fanáticas. O verdadeiro herói (e único também) dessa guerra maldita, o verdadeiro santo desse período tenebroso, é um protestante, Gustavo Adolfo. Enquanto ao papa, esse aplaudia a matança! O segundo exemplo é a Itália. O terror que inspirava ao papado a criação em Itália dum Estado forte, que lhe pusesse uma barreira à ambição crescente de dia para dia, tornou-o o maior inimigo da unidade italiana. É o papado quem semeia a discórdia entre as cidades e os príncipes italianos, sempre que tentam ligar-se. É o papado quem convida os estrangeiros

a descerem os Alpes, na cruzada contra as forças nacionais, cada vez que parecem querer organizar-se. "O papado", diz Edgard Quinet, "tem sido um ferro sagrado na ferida da Itália, que a não deixa sarar." Hoje mesmo, se essa suspirada unidade se consumou, não foi no meio das maldições e cóleras do clero e de Roma? O único pensamento, que hoje absorve o papado, é desmanchar aquela obra nacional, chamar sobre ela os ódios do mundo, o ferro estrangeiro, podendo ser; é assassinar a Itália ressuscitada! Estes fatos são por todos sabidos. O que talvez nem todos saibam é o papel que o catolicismo representou no assassinato da Polônia. "A intolerância dos jesuítas e ultramontanos", diz Emilio de Lavelaye, "foi à causa primária do desmembramento e queda da Polônia." Esta nação heroica, mas pouco organizada, ou antes, pouco unificada, era uma espécie de federação de pequenas nacionalidades, com costumes e religiões diferentes. Encravada entre monarquias poderosas e ambiciosas, como a Áustria, a Rússia e a Turquia de então, a Polônia só podia viver pela liberdade política, e, sobretudo pela tolerância religiosa, que conservasse amigos e unidos contra o inimigo comum os grupos autonômicos de que se compunha. A essa tolerância deveu ela, com efeito, a força e importância que teve na história da Europa até ao século XVII: católicos, gregos cismáticos, protestantes, socinianos viveram muito tempo como irmãos, numa sociedade verdadeiramente cristã porque era verdadeiramente tolerante. Um dia, porém, os jesuítas, lá do centro de Roma, olharam para a Polônia como para uma boa presa. Aquela nação era efetivamente um escândalo para os bons padres. Tanto intrigaram, que em 1570 tinham já logrado introduzir-se na Polônia: o rei Estevão Bathory concede-lhes, com uma culpável imprudência, a universidade de Vilna. Senhores do ensino, e em breve das consciências da nobreza católica, os jesuítas são um poder: começam as perseguições religiosas. Em 1648, João Casimiro, que antes de ser rei fora cardeal e jesuíta, quer obrigar os camponeses rutênios, sectários da cisma grega, a converterem-se ao catolicismo. Estes levantam-se, unem-se aos cossacos, também do rito grego, e começa uma guerra formidável, cujo resultado foi separarem-se cossacos e rutênios da federação polaca, dando-se à Rússia, em cujas mãos se tornaram uma arma terrível sempre apontada ao coração da Polônia. Nunca esta nação teve inimigos tão encarniçados como os cossacos! Sem eles, a Polônia, enfraquecida entre vizinhos formidáveis, devia cair, e caiu efetivamente. A partilha espoliadora de 1772 não fez mais do que confirmar um fato já antigo, a nulidade da nação polaca.

Assim, pois, meus senhores, o catolicismo dos últimos três séculos, pelo seu princípio, pela sua disciplina, pela sua política, tem sido no mundo o maior

inimigo das nações, e verdadeiramente o túmulo das nacionalidades. "O antro da Esfinge", disse dele um poeta filósofo, "reconhece-se logo à entrada pelos ossos dos povos devorados."

E a nós, espanhóis e portugueses, como foi que o catolicismo nos anulou? O catolicismo pesou sobre nós por todos os lados, com todo o seu peso. Com a Inquisição, um terror invisível paira sobre a sociedade: a hipocrisia torna-se um vício nacional e necessário: a delação é uma virtude religiosa: a expulsão dos judeus e mouros empobrece as duas nações, paralisa o comércio e a indústria, e dá um golpe mortal na agricultura em todo o Sul da França: a perseguição dos novos cristãos faz desaparecer os capitais: a Inquisição passa os mares, e, tornando-nos hostis os índios, impedindo a fusão dos conquistadores e dos conquistados, torna impossível o estabelecimento duma colonização sólida e duradoura: na América despovoa as Antilhas, apavora as populações indígenas, e faz do nome de cristão um símbolo de morte: o terror religioso, finalmente, corrompe o caráter nacional, e faz de duas nações generosas, hordas de fanáticos endurecidos, o horror da civilização. Com o jesuitismo desaparece o sentimento cristão, para dar lugar aos sofismas mais deploráveis a que jamais desceu a consciência religiosa: métodos de ensino, ao mesmo tempo brutais e requintados, esterilizam as inteligências, dirigindo-se à memória, com o fim de matarem o pensamento inventivo, e alcançam alhear o espírito peninsular do grande movimento da ciência moderna, essencialmente livre e criadora: a educação jesuítica faz das classes elevadas máquinas ininteligentes e passivas; do povo, fanáticos corruptos e cruéis: a funesta moral jesuítica, explicada (e praticada) pelos seus casuístas, com as suas restrições mentais, as suas subtilezas, os seus equívocos, as suas condescendências, infiltra-se por toda a parte, como um veneno lento, desorganiza moralmente a sociedade, desfaz o espírito de família, corrompe as consciências com a oscilação contínua da noção do dever, e aniquila os caracteres, sofismando-os, amolecendo-os: o ideal da educação jesuítica é um povo de crianças mudas, obedientes e imbecis; realizou-o nas famosas Missões do Paraguai; o Paraguai foi o reino dos céus da Companhia de Jesus; perfeita ordem, perfeita devoção; uma coisa só faltava, a alma, isto é, a dignidade e a vontade, o que distingue o homem da animalidade! Eram estes os benefícios que levávamos às raças selvagens da América, pelas mãos civilizadoras dos padres da Companhia! Por isso o gênio livre popular decaiu, adormeceu por toda a parte; na arte, na literatura, na religião. Os santos da época já não têm aquele caráter simples, ingênuo dos verdadeiros santos populares: são frades beatos, são jesuítas hábeis. Os seminários

e mais livros de devoção, não sei porque lado sejam mais vergonhosos; se pela nulidade das ideias, pela baixeza do sentimento, ou pela puerilidade ridícula do estilo. Enquanto à arte e literatura, mostrava-se bem clara a decadência naquelas massas estúpidas de pedra da arquitetura jesuítica, e na poesia convencional das academias, ou nas odes ao divino e jaculatórias fradescas. O gênio popular, esse morrera às mãos do clero, como com tanta evidência o deixou demonstrado nos seus recentes livros, tão cheios de novidades, sobre a literatura portuguesa, o sr. Teófilo Braga. Os costumes saídos desta escola sabemos nós o que foram. Já citei a *Arte de furtar*, os Romances picarescos, as Farsas populares, o Teatro espanhol, os escritos de d. Francisco Manuel e do Cavaleiro de Oliveira. Na falta destes documentos, bastava-nos a tradição, que ainda hoje reza dos escândalos dessa sociedade aristocrática e clerical! Essa funesta influência da direção católica não é menos visível no mundo político. Como é que o absolutismo espiritual podia deixar de reagir sobre o espírito do poder civil? O exemplo do despotismo vinha de tão alto! Os reis eram tão religiosos! Eram por excelência os reis católicos, fidelíssimos. Nada forneceu pelo exemplo, pela autoridade, pela doutrina, pela instigação, um tamanho ponto de apoio ao poder absoluto como o espírito católico e a influência jesuítica. Nesses tempos santos, os verdadeiros ministros eram os confessores dos reis. A escolha do confessor era uma questão de Estado. A paixão de dominar, e o orgulho criminoso de um homem, apoiava-se na palavra divina. A teocracia dava a mão ao despotismo. Essa direção via-se claramente na política externa. A política, em vez de curar dos interesses verdadeiros do povo, de se inspirar dum pensamento nacional, traia a sua missão, fazendo-se instrumento da política católica romana, isto é, dos interesses, das ambições dum estrangeiro. D. Sebastião, o discípulo dos jesuítas, vai morrer nos areais de África pela fé católica, não pela nação portuguesa. Carlos V, Filipe II, põem o mundo a ferro e fogo, porquê? pelos interesses espanhóis? pela grandeza de Espanha? Não: pela grandeza e pelos interesses de Roma! Durante mais de setenta anos, a Espanha, dominada por estes dois inquisidores coroados, dá o melhor do seu sangue, da sua riqueza, da sua atividade, para que o papa desse outra vez leis à Inglaterra e à Alemanha. Era essa a política nacional desses reis famosos: eu chamo a isto simplesmente trair as nações.

Tal é uma das causas, senão a principal, da decadência dos povos peninsulares. Das influências deletérias nenhuma foi tão universal, nenhuma lançou tão fundas raízes. Feriu o homem no que há de mais íntimo, nos pontos mais essenciais da vida moral, no crer, no sentir — no ser: envenenou a vida nas suas

fontes mais secretas. Essa transformação da alma peninsular fez-se em tão íntimas profundidades, que tem escapado às maiores revoluções; passam por cima dessa região quase inacessível, superficialmente, e deixam-na na sua inércia secular. Há em todos nós, por mais modernos que queiramos ser, há lá oculto, dissimulado, mas não inteiramente morto, um beato, um fanático ou um jesuíta! Esse moribundo que se ergue dentro em nós é o inimigo, é o passado. É preciso enterrá-lo por uma vez, e com ele o espírito sinistro do catolicismo de Trento.

Esta causa atuou principalmente sobre a vida moral: a segunda, o absolutismo, apesar de se refletir no estado dos espíritos, atuou principalmente na vida política e social. A história da transformação das monarquias peninsulares é longa, e, para a minha pouca ciência, obscura e até certo ponto desconhecida: não a poderia eu fazer aqui. Basta dizer que o caráter dessas monarquias durante a Idade Média contrasta singularmente com o que lhes encontramos no século XVI e nos seguintes. Os reis então não eram absolutos; e não o eram, porque a vida política local, forte e vivaz, não só não lhes deixara um grande círculo de ação, mas ainda, dentro desse mesmo círculo, lhes opunha à expansão da autoridade embaraços e uma contínua vigilância. Os privilégios da nobreza e do clero, por um lado, e, pelo outro, as instituições populares, os municípios, as comunas, equilibravam com mais ou menos oscilações o peso da Coroa. Para as questões sumas, para os momentos de crise, lá estavam as Cortes, aonde todas as classes sociais tinham representantes e voto. A liberdade era então o estado normal da Península.

No século XVI, tudo isto mudou. O poder absoluto assenta-se sobre a ruína das instituições locais. Abaixou a nobreza, é verdade, mas só em proveito seu: o povo pouco lucrou com essa revolução. O que é certo é que perdeu a liberdade. A vida municipal afrouxa gradualmente: as comunas espanholas, depois dum sangrento protesto, caem exânimes aos pés dum rei, que nem sequer era inteiramente espanhol. As instituições, cerceadas por todos os lados, sentem faltar-lhes em volta o ar, e o chão debaixo de si. Quem poderá jamais contar essas invasões surdas, insensíveis do poder real no terreno do povo, essas lutas subterrâneas, as abdicações sucessivas da vontade nacional nas mãos dum homem, as resistências infelizes, a longa e cruel história do desaparecimento dos foros populares? É uma história tão triste quanto obscura, que ninguém fez nem fará jamais! Vê-se o desfecho do drama: os incidentes escapam-nos. Mas ao lado dessa luta surda, houve outra manifesta, cuja história se erguerá sempre como um espectro vingador, para acusar a realeza. Essa luta é a grande guerra *communera* das cidades espanholas. Vencidas, esmagadas pela força, as cidades espanholas encontraram um

herói, de cujo peito saiu ardente um protesto, que será eterno como a condenação de quem o provocou. Eis aqui o que d. Juan de Padilla, chefe dos *communeros*, escrevia à sua cidade de Toledo, horas antes de ser decapitado. "A ti, cidade de Toledo, que és a coroa de Espanha, e a luz do mundo, que já no tempo dos Godos eras livre, e que prodigalizaste o teu sangue para assegurar a tua liberdade e a das cidades tuas irmãs, Juan de Padilla, teu filho legítimo, te faz saber que pelo sangue do seu corpo mais uma vez vão ser renovadas as tuas antigas vitórias..." A cabeça de Padilla rolou, e com ele, decapitada também, caiu a antiga liberdade municipal. A centralização monárquica, pesada, uniforme, caiu sobre a Península como a pedra dum túmulo. A respiração de milhares de homens suspendeu-se, para se concentrar toda no peito de um homem excepcional, de quem o acaso do nascimento fazia um deus. Se, ao menos, esse deus fosse propício, bom, providencial! Mas a centralização do absolutismo, prostrando o povo, corrompia ao mesmo tempo o rei. D. João III, esse rei fanático e de ruim condição, Filipe II, o demônio do Meio-Dia, inquisidor e verdugo das nações, Filipe III, Carlos IV, João V, Afonso VI, devassos uns, outros desordeiros, outros ignorantes e vis, são bons exemplos da realeza absoluta, enfatuada até ao vício, até ao crime, do orgulho do próprio poder, possessa daquela loucura cesariana, com que a natureza faz expiar aos déspotas a desigualdade monstruosa, que os põe como que fora da humanidade. A tais homens, sem garantias, sem inspeção, confiaram as nações cegamente os seus destinos! Se Filipe II não fosse absoluto, jamais teria podido tentar o seu absurdo projeto de conquistar a Inglaterra, não teria feito sepultar nas águas do oceano, com a Invencível Armada, milhares de vidas e um capital prodigioso inteiramente perdido. Se d. Sebastião não fosse absoluto, não teria ido enterrar em Alcácer-Quibir a nação portuguesa, as últimas esperanças da pátria.

Outras monarquias, francesa, por exemplo, sujeitavam o povo, mas ajudavam por outro lado o seu progresso. Aristocráticas pelas raízes, tinham pelos frutos muito de populares. A burguesia, a quem estava destinado o futuro, erguia-se, começava a ter voz. As nossas monarquias, porém, tiveram um caráter exclusivamente aristocrático: eram-no pelo princípio, e eram-no pelos resultados. Governava-se então pela nobreza e para a nobreza. As consequências sabemo-las nós todos. Pelos morgados, vinculou-se a terra, criaram-se imensas propriedades. Com isto, anulou-se a classe dos pequenos proprietários; a grande cultura sendo então impossível, e desaparecendo gradualmente a pequena, a agricultura caiu; metade da Península transformou-se numa charneca: a população decresceu, sem que por isso se aliviasse a miséria. Por outro lado, o espírito

aristocrático da monarquia, opondo-se naturalmente aos progressos da classe média, impediu o desenvolvimento da burguesia, a classe moderna por excelência, civilizadora e iniciadora, já na indústria, já nas ciências, já no comércio. Sem ela, o que podíamos nós ser nos grandes trabalhos com que o espírito moderno tem transformado a sociedade, a inteligência e a natureza? O que realmente fomos; nulos, graças à monarquia aristocrática! Essa monarquia, acostumando o povo a servir, habituando-o à inércia de quem espera tudo de cima, obliterou o sentimento instintivo da liberdade, quebrou a energia das vontades, adormeceu a iniciativa; quando mais tarde lhe deram a liberdade, não a compreendeu; ainda hoje a não compreende, nem sabe usar dela. As revoluções podem chamar por ele, sacudi-lo com força: continua dormindo sempre o seu sono secular! A estas influências deletérias, a estas duas causas principais de decadência, uma moral e outra política, junta-se uma terceira, de caráter, sobretudo econômico: as Conquistas. Há dois séculos que os livros, as tradições e a memória dos homens, andam cheios dessa epopeia guerreira, que os povos peninsulares, atravessando oceanos desconhecidos, deixaram escrita por todas as partes do mundo. Embalaram-nos com essas histórias: atacá-las é quase um sacrilégio. E, todavia, esse brilhante poema em ação foi uma das maiores causas da nossa decadência. É necessário dizê-lo, em que pese aos nossos sentimentos mais caros de patriotismo tradicional. Tanto mais que um erro econômico não é necessariamente uma vergonha nacional. No ponto de vista heroico, quem pode negá-lo? foi esse movimento das conquistas espanholas e portuguesas um relâmpago brilhante, e por certos lados sublime, da alma intrépida peninsular. A moralidade subjetiva desse movimento é indiscutível perante a história: são do domínio da poesia, e sê-lo-ão sempre, acontecimentos que puderam inspirar a grande alma de Camões. A desgraça é que esse espírito guerreiro estava deslocado nos tempos modernos: as nações modernas estão condenadas a não fazerem poesia, mas ciência. Quem domina não é já a musa heroica da epopeia: é a Economia Política, Calíope dum mundo novo, senão tão belo, pelo menos mais justo e lógico do que o antigo. Ora, é à luz da Economia Política que eu condeno as Conquistas e o espírito guerreiro. Quisemos refazer os tempos heroicos na idade moderna: enganamo-nos; não era possível; caímos. Qual é, com efeito, o espírito da idade moderna? É o espírito de trabalho e de indústria: a riqueza e a vida das nações têm de se tirar da atividade produtora, e não já da guerra esterilizadora. O que sai da guerra não só acaba cedo, mas é, além disso, um capital morto, consumido sem resultado. É necessário que o trabalho, sobretudo a indústria agrícola, o

fecunde, lhe dê vida. Domina todo este assunto uma era econômica, formulada por Adão Smith, um dos pais da ciência, nas seguintes palavras: "o capital adquirido pelo comércio e pela guerra só se torna real e produtivo quando se fixa na cultura da terra e nas outras indústrias". Vejamos o que tem feito a Inglaterra com a Índia, com a Austrália, e com o comércio do mundo. Explora, combate: mas a riqueza adquirida fixa-a no seu solo, pela sua poderosa indústria, e pela sua agricultura, talvez a mais florescente do mundo. Por isso a prosperidade da Inglaterra há dois séculos tem sido a admiração e quase a inveja das nações. Pelo contrário, nós, portugueses e espanhóis, que destino demos às prodigiosas riquezas extorquidas aos povos estrangeiros? Respondam a nossa indústria perdida, o comércio arruinado, a população diminuída, a agricultura decadente, e esses desertos da Beira, do Alentejo, da Estremadura Espanhola, das Castelas, aonde se não encontra uma árvore, um animal doméstico, uma face humana!

Um exemplo, o da agricultura portuguesa antes e depois do século XVI, porá em evidência, com fatos significativos, essa influência perniciosa do espírito de conquista no mundo econômico. Esses fatos são extraídos de três obras, cuja autoridade é incontestável: a *Memória histórica de Alexandre de Gusmão sobre a agricultura portuguesa*; o livro de Camillo Pallavicini *La economia agraria del Portogallo*; e a *História da agricultura em Portugal*, pelo sr. Rebelo da Silva. Uma coisa que impressiona quem estuda os primeiros séculos da monarquia portuguesa é o caráter essencialmente agrícola dessa sociedade. Os cognomes dos reis, o Povoador, o Lavrador, já por si são altamente significativos. No meio das guerras, e apesar da imperfeição das instituições, a população crescia, e a abundância generalizava-se. A arborização do país desenvolvia-se, a charneca recuava diante do trabalho. As armadas que mais tarde dominaram os mares, saíram das matas semeadas por d. Dinis. No reinado de d. Fernando era Portugal um dos países que mais exportavam. A Castela, a Galiza, a Flandres, a Alemanha fornecia-se quase exclusivamente de azeite português; a nossa prosperidade agrícola era suficiente para abastecer tão vastos mercados. O comércio dos cereais era considerável. No século XV vinham os navios venezianos a Lisboa e aos portos do Algarve, trazendo as mercadorias do Oriente, e levando em troca cereais, peixe salgado, e frutas secas, que espalhavam depois, pela Dalmácia e por toda a Itália. Sustentávamos também um ativo comércio com a Inglaterra. As classes populares desenvolviam-se pela abundância e o trabalho, a população crescia. No tempo de d. João II chegara a população a muito perto de 3 milhões de habitantes... Basta comparar este algarismo com o da população em 1640, que

escassamente excedia 1 milhão, para se conhecer que uma grande decadência se operou durante este intervalo!

Dera-se, com efeito, durante o século XVI, uma deplorável revolução nas condições econômicas da sociedade portuguesa, revolução, sobretudo devida ao novo estado de coisas criado pelas conquistas. O proprietário, o agricultor deixam a charrua e fazem-se soldados, aventureiros: atravessam o oceano, à procura de glória, de posição mais brilhante ou mais rendosa. Atraída pelas riquezas acumuladas nos grandes centros, a população rural aflui para ali, abandona os campos, e vem aumentar nas capitais o contingente da miséria, da domesticidade ou do vício. A cultura diminui gradualmente. Com essa diminuição, e com a depreciação relativa dos metais preciosos pela afluência dos tesouros do Oriente e América, os cereais chegam a preços fabulosos. O trigo, que em 1460 valia 10 réis por alqueire, tem subido, em 1520, a 20 réis, 30 e 35! Por isso o preço nos mercados estrangeiros nem sequer pode cobrir o custo originário: a concorrência doutras nações, que produziam mais barato, esmaga-nos. Não só deixamos de exportar, mas passamos a importar: "do reinado de d. Manuel em diante", diz Alexandre de Gusmão, "somos sustentados pelos estrangeiros". Esse sustento podia-o pagar os grandes, que a Índia e o Brasil enriqueciam. A multidão, porém, morria de fome. A miséria popular era grande. A esmola à portaria dos conventos e casas fidalgas passou a ser uma instituição. Mendigavam aos bandos pelas estradas. A tradição, num símbolo terrivelmente expressivo, apresenta-nos Camões, o cantor dessas glórias que os empobreciam, mendigando para sustentar a velhice triste e desalentada. É uma imagem da nação. As crônicas falam-nos de grandes fomes. Por tudo isto, decrescia a olhos vistos a população. Que remédio se procura a este mal incomparavelmente maior: a escravidão! Tenta-se introduzir o trabalho servil nas culturas, com escravos vindos da África! Felizmente, não passou de tentativa. Era a transformação dum país livre e civilizado, numa coisa monstruosa, urna oligarquia de senhores de roça! a barbaridade dos devastadores da América, transportada para o meio da Europa! Com estes elementos o que se podia esperar da indústria? uma decadência total. Não se fabrica, não se cria: basta o ouro do Oriente para pagar a indústria dos outros, enriquecendo-os, instigando-os ao trabalho produtivo, e ficando nós cada vez mais pobres, com as mãos cheias de tesouros! Importávamos tudo: de Itália, sedas, veludos, brocados; massas; de Alemanha; vidro; de França, panos; de Inglaterra e Holanda, cereais, lãs, tecidos. Havia então uma única indústria nacional... a Índia! Vai-se à Índia buscar um nome e uma fortuna, e volta-se para

gozar, dissipar esterilmente. A vida concentra-se na capital. Os pobres deixam os campos, os solares dos seus maiores, aonde viviam em certa comunhão com o povo, e vêm para a corte brilhar, ostentar... e mendigar nobremente. O fidalgo faz-se cortesão: o homem do povo, não podendo já ser trabalhador, faz-se lacaio: a libré é o selo da sua decadência. A criadagem duma casa nobre era um verdadeiro estado. O luxo da nobreza tinha alguma coisa de oriental. Do luxo desenfreado, ao vício, à corrupção, mal dista um passo. A paixão do jogo estendeu-se terrivelmente: jogava-se nas tavolagens, e jogava-se nos palácios. O ócio, acendendo as imaginações, levava pelo galanteio às intrigas amorosas, às aventuras, ao adultério, e arruinava a família. Lisboa era uma capital de fidalgos ociosos, de plebeus mendigos, e de rufiões.

Ao longe, fora do país, foram outras as consequências do espírito de conquista, mas igualmente funestas. A escravatura (além de todas as suas deploráveis consequências morais) esterilizou pelo trabalho servil. Só o trabalho livre é fecundo: só os resultados do trabalho livre são duradouros. Das colônias, que os Europeus fundaram no Novo Mundo, quais prosperaram? Quais ficaram estacionárias? Prosperaram na razão direta do trabalho livre: o Norte dos Estados Unidos mais do que o Sul; os Estados Unidos mais do que o Brasil. E essa jovem Austrália, cuja população duplica todos os dez anos, que já exporta para a Europa os seus produtos, cujas instituições são já hoje modelo e inveja para os povos civilizados, e que será antes de um século uma das maiores nações do mundo, a que deve ela essa prosperidade fenomenal, senão ao influxo maravilhoso do trabalho livre, numa terra que ainda não pisou o pé dum homem, que se não dissesse livre? A Austrália tem feito em menos de cem anos de liberdade o que o Brasil não alcançou com mais de três séculos de escravatura. Fomos nós, foram os resultados do nosso espírito guerreiro, quem condenou o Brasil ao estacionamento, quem condenou à nulidade toda essa costa de África, em que outras mãos podiam ter talhado à larga uns poucos de impérios! Esse espírito guerreiro, com os olhos fitos na luz de uma falsa glória, desdenha, desacredita, envilece o trabalho manual – o trabalho manual, a força das sociedades modernas, a salvação e a glória das futuras... Mas um fantástico idealismo perturba a alma do guerreiro; não distingue entre interesse honroso e interesse vil; só as grandes ações de esforço heroico são belas a seus olhos: para ele a indústria pacífica é só própria de mãos servis. A tradição, que nos apresenta d. João de Castro, depois duma campanha em África, retirando-se à sua quinta de Sintra, aonde se dava àquela estranha e nova agricultura de cortar as árvores de fruto, e plantar em lugar delas

árvores silvestres, essa tradição deu-nos um perfeito símbolo do espírito guerreiro no seu desprezo pela indústria. Portugal, o Portugal das conquistas, é esse guerreiro altivo, nobre e fantástico, que voluntariamente arruína as suas propriedades, para maior glória do seu absurdo idealismo. E já que falei em d. João de Castro, direi que poucos livros têm feito tanto mal ao espírito português, como aquela biografia do herói escrita por Jacinto Freire. J. Freire, que era padre, que nunca vira a Índia, e que ignorava tão profundamente a política como a economia política, fez da vida e feitos de d. J. de Castro, não um estudo de ciência social, mas um discurso acadêmico, literário e muito eloquente, seguramente, mas enfático, sem crítica, e animado por um falso ideal de glória à antiga, glória clássica, através do qual nos faz ver continuamente as ações do seu herói. Há dois séculos que lemos todos o d. João de Castro de Jacinto Freire, e acostumamo-nos a tomar aquela fantasia de retórico pelo tipo do verdadeiro herói nacional. Falseamos com isto o nosso juízo, e a crítica duma época importante. É preciso que se saiba que a verdadeira glória moderna não é aquela: é exatamente o contrário daquela. Uma só coisa há ali a aproveitar como exemplo: é a nobreza de alma daquele homem magnânimo: mas essa nobreza de alma deve ser aplicada pelos homens modernos a outros cometimentos e dum modo muito diverso. Foi aquele gênero de heroísmo, tão apregoado por J. Freire, que nos arruinou!

Como era possível, com as mãos cheias de sangue, e os corações cheios de orgulho, iniciar na civilização aqueles povos atrasados, unir por interesses e sentimentos os vencedores e os vencidos, cruzar as raças, e fundar assim, depois do domínio momentâneo da violência, o domínio duradouro e justo da superioridade moral e do progresso? As conquistas sobre as nações atrasadas, por via de regra, não são justas nem injustas. Justificam-nas ou condenam-nas os resultados, o uso que mais tarde se faz do domínio estabelecido pela força. As conquistas romanas são hoje justificadas pela filosofia da história, porque criaram uma civilização superior àquela de que viviam os povos conquistados. A conquista da Índia pelos ingleses é justa, porque é civilizadora. A conquista da Índia pelos Portugueses, da América pelos Espanhóis, foi injusta, porque não civilizou. Ainda quando fossem sempre vitoriosas as nossas armas, a Índia ter-nos-ia escapado, porque sistematicamente alheávamos os espíritos, aterrávamos as populações, cavávamos pelo espírito religioso e aristocrático um abismo entre a minoria dos conquistadores e a maioria dos vencidos. Um dos primeiros benefícios, que levamos àqueles povos, foi a Inquisição: os espanhóis fizeram o mesmo na América. As religiões indígenas não eram só escarnecidas,

vilipendiadas: eram atrozmente perseguidas. O efeito moral dos trabalhos dos missionários (tantos deles santamente heroicos!) era completamente anulado por aquela ameaça constante de terror religioso: ninguém se deixa converter por uma caridade, que tem atrás de si uma fogueira! A ferocidade dos espanhóis na América é uma coisa sem nome, sem paralelo nos anais da bestialidade humana. Dois impérios florescentes desaparecem em menos de sessenta anos! Em menos de sessenta anos são destruídos 10 milhões de homens! Dez milhões! Estes algarismos são trágicos: não precisam de comentários. E todavia, poucas raças se têm apresentado aos conquistadores tão brandas, ingênuas, dóceis, prontas a receberem com o coração a civilização que se lhes impunha com as armas! Bartolomeu de Las Casas, bispo de Chiapa, um verdadeiro santo, protestou em vão contra aquelas atrocidades: consagrou a sua vida evangélica à causa daqueles milhões de infelizes; por duas vezes passou à Europa, para advogar solenemente a causa deles perante Carlos V. Tudo em vão! a obra da destruição era fatal: tinha de se consumar, e consumou-se.

Há, com efeito, nos atos condenáveis dos povos peninsulares, nos erros da sua política, e na decadência que os colheu, alguma coisa de fatal: é a lei de evolução histórica, que inflexível e impassivelmente tira as consequências dos princípios uma vez introduzidos na sociedade. Dado o catolicismo absoluto, era impossível que se lhe não segue, deduzindo-se dele, o absolutismo monárquico. Dado o absolutismo, vinha necessariamente o espírito aristocrático, com o seu cortejo de privilégios, de injustiças, com o predomínio das tendências guerreiras sobre as industriais. Os erros políticos e econômicos saíam daqui naturalmente; e de tudo isto, pela transgressão das leis da vida social, saía naturalmente também a decadência sob todas as formas.

E essas falsas condições sociais não produziram somente os efeitos que apontei. Produziram um outro, que por ser invisível e insensível, nem por isso deixa de ser o mais fatal. É o abatimento, a prostração do espírito nacional, pervertido e atrofiado por uns poucos de séculos da mais nociva educação. As causas, que indiquei, cessaram em grande parte: mas os efeitos morais persistem, e é a eles que devemos atribuir a incerteza, o desânimo, o mal-estar da nossa sociedade contemporânea. À influência do espírito católico, no seu pesado dogmatismo, deve ser atribuída esta indiferença universal pela filosofia, pela ciência, pelo movimento moral e social moderno, este adormecimento sonambúlico em face da revolução do século XIX, que é quase a nossa feição característica e nacional entre os povos da Europa. Já não cremos, certamente, com o ardor apaixonado e

cego de nossos avós, nos dogmas católicos: mas continuamos a fechar os olhos às verdades descobertas pelo pensamento livre.

Se a Igreja nos incomoda com as suas exigências, não deixa por isso também de nos incomodar a Revolução com as suas lutas. Fomos os portugueses intolerantes e fanáticos dos séculos XVI, XVII e XVIII: somos agora os portugueses indiferentes do século XIX. Por outro lado, se o poder absoluto da monarquia acabou, persiste a inércia política das populações, a necessidade (e o gosto talvez) de que as governem, persiste a centralização e o militarismo, que anulam, que reduzem ao absurdo as liberdades constitucionais. Entre o senhor rei de então, e os senhores influentes de hoje, não há tão grande diferença: para o povo é sempre a mesma a servidão. Éramos mandados somos agora governados, os dois termos quase que se equivalem. Se a velha monarquia desapareceu, conservou-se o velho espírito monárquico: é quanto basta para não estarmos muito melhor do que nossos avós. Finalmente, do espírito guerreiro da nação conquistadora, herdamos um invencível horror ao trabalho e um intimo desprezo pela indústria. Os netos dos conquistadores de dois mundos podem, sem desonra, consumir no ócio o tempo e a fortuna, ou mendigar pelas secretarias um emprego: o que não podem, sem indignidade, é trabalhar! uma fábrica, uma oficina, uma exploração agrícola ou mineira, são coisas impróprias da nossa fidalguia. Por isso as melhores indústrias nacionais estão nas mãos dos estrangeiros, que com elas se enriquecem, e se riem das nossas pretensões. Contra o trabalho manual, sobretudo, é que é universal o preconceito: parece-nos um símbolo servil! Por ele sobem as classes democráticas em todo o mundo, e se engrandecem as nações: nós preferimos ser uma aristocracia de pobres ociosos, a ser uma democracia próspera de trabalhadores. É o fruto que colhemos duma educação secular de tradições guerreiras e enfáticas!

Dessa educação, que a nós mesmos demos durante três séculos, provêm todos os nossos males presentes. As raízes do passado rebentam por todos os lados no nosso solo: rebentam sob forma de sentimentos, de hábitos, de preconceitos. Gememos sob o peso dos erros históricos. A nossa fatalidade é a nossa história.

Que é, pois necessário para readquirirmos o nosso lugar na civilização? para entrarmos outra vez na comunhão da Europa culta? É necessário um esforço viril, um esforço supremo: quebrar resolutamente com o passado. Respeitemos a memória dos nossos avós: memoremos piedosamente os atos deles; mas não os imitemos. Não sejamos, à luz do século XIX, espectros a que dá uma vida

emprestada o espírito do século XVI. A esse espírito mortal oponhamos francamente o espírito moderno. Oponhamos ao catolicismo, não a indiferença ou uma fria negação, mas a ardente afirmação da alma nova, a consciência livre, a contemplação direta do divino pelo humano (isto é, a fusão do divino e do humano), a filosofia, a ciência, e a crença no progresso, na renovação incessante da humanidade pelos recursos inesgotáveis do seu pensamento, sempre inspirado. Oponhamos à monarquia centralizada, uniforme e impotente, a federação republicana de todos os grupos autonômicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal, dando-lhe um caráter radicalmente democrático, porque só ela é a base e o instrumento natural de todas as reformas práticas, populares, niveladoras. Finalmente, à inércia industrial, oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo, e para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea, não entregue à anarquia cega da concorrência, mas organizada duma maneira solidária e equitativa, operando assim gradualmente a transição para o novo mundo industrial do socialismo, a quem pertence o futuro. Esta é a tendência do século: esta deve também ser nossa. Somos uma raça decaída por ter rejeitado o espírito moderno: regenerar-nos-emos abraçando francamente esse espírito. O seu nome é Revolução: revolução não quer dizer guerra, mas sim paz: não quer dizer licença, mas sim ordem, ordem verdadeira pela verdadeira liberdade. Longe de apelar para a insurreição, pretende preveni-la, torná-la impossível: só os seus inimigos, desesperando-a, a podem obrigar a lançar mão das armas. Em si, é um verbo de paz porque é o verbo humano por excelência.

Meus senhores: há 1.800 anos apresentava o mundo romano um singular espetáculo. Uma sociedade gasta, que se aluía, mas que, no seu aluir-se, se debatia, lutava, perseguia, para conservar os seus privilégios, os seus preconceitos, os seus vícios, a sua podridão: ao lado dela, no meio dela, uma sociedade nova, embrionária, só rica de ideias, aspirações e justos sentimentos, sofrendo, padecendo, mas crescendo por entre os padecimentos. A ideia desse mundo novo impõe-se gradualmente ao mundo velho, converte-o, transforma-o: chega um dia em que o elimina, e a humanidade conta mais uma grande civilização.

Chamou-se a isto o cristianismo.

Pois bem, meus senhores: o cristianismo foi a Revolução do mundo antigo: a Revolução não é mais do que o cristianismo do mundo moderno.

4.4.2 – A Revolução de Setembro, 26 maio

Figura 4.20 – *A Revolução de Setembro*, 26 maio, p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, $4$4000 réis— Semestre, 2$000 réis— Trimestre, 1$000 réis
Avulsos (posta interna)
Anno, 5$400 réis— Semestre, 2$850 réis— Trimestre, 1$500 réis

Para as provincias
Anno, 7$200 réis— Semestre, 3$750 réis— Trimestre, 1$875
Para o Brazil
Anno, 12$000 réis— Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:685 | SEXTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1871 | XXIII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 25 DE MAIO

As glorias relampeiam não murchando, as galas convertem-se em crepes, nos mais lerrenos do grupo esgrimem as sorrabrissonte depois de haverem provocado a conflicto entre elles e o governo.

A debâcle da seita é conhecida de ha muito. Depois da ultima crise ministerial os abolicionistas negaram-se a communicar com os lavegas, julgaram a egreja politica a interdicta, a não contorrer mais á tremida para que a governo os convidára. Como elles se vangloriam o vão do templo, não tiveram a teima a não se arrancarem á sé, e assim dizem pouco, o modo de dissimular tamanha desgraça de expansões patrioticas, e o pae vai rotinar publicamente o *penitet* dos convivas.

Eis a duvida do viver. O regimen episcopal era excellente, mas é indispensavel que se pelo menos voltar aos aguas do Belsama vai mais que a adhesão esteril d'um bispo que prefere o sacrificio do Pentedo ás delicias do paraizo. Vai mais um pastoro na mão do que dois a voar, e demais que a santa preladia saia desarmigando do poço do que não trara alli ourolhas ou aves columnares, nabrou o enthusiasmo, que aesapercebidamente se reflectião, pela mediocridade e pela impotencia.

O parecer da commissão de fazenda sobre o orçamento da marinha deva ensejo a nova speculação. Da viscondado e boa fé de muitos dos seus membros, das boas desejos do paiz, procurava a gente clerical tirar proveito para si. A vangloria alardeava os triumphos que não eram seus, e a perdida era victima da sua rusticia. Cuidando que se cavalcava a si fechada a obra reformista que apoiára na gerencia do sr. Latino Coelho, e decidindo depois guerrear o gabinete via demonstrada a sua incapacidade e a sua covardia.

Quem vio um dos dias passados o sr. Mello e Faro a obrar queixumes contra o sr. marquez d'Avila em como do partido reformista, quem vio que esse grande partido era solidario na vigança das affrontas feitas áquelle ex-ministro, quem ouvio a descripta contrapposição de malhigo da da expedição da Zambezia pela necessidade de organisar um corpo militar insubordinado, e pela impossibilidade de lazer em seis mezes mais pouzas do lanches que se fazem em tres, bem podia imaginar que tal causa estava perdida. Mas vêde isso era pouco. O que o sr. Arrobas declarou hontem perante a camara representativa de toda aquelle grupo, que ao fogar do defender a sua causa, justifica a accusação pela confissão de que o sr. Latino Coelho não foi, nem podia ser impeccavel!

Pois a falta do attributo de impeccabilidade santifica os erros do partido reformista? Pois a justiça se pune os crimes dos imperceptiveis? Pois da fraqueza humana conclue-se a gloria dos reformadores que foram victimas desse fraqueza?

Não faz-crucificação aos-carnal, não ha contas pela confissão em que o famoso reformador deixou tudo. Contas de sacco. Que tem isso? Tambem os ministerios das obras publicas não ha contas. Glorificaremos os reformistas, porque em logar de não haver contas ha n'um ministerio, não ha lá em mais alguns!

Não é concludente a defesa? Pois se no ministerio das obras publicas não ha contas de gerencia desde 1856-1867 não deveriam amalgamar os regeneradores que provinham então, e não havemos de exaltar os criterios que as sustentam?

Se queria avaliar a gerencia do sr. Latino Coelho, isto é, a gerencia do partido reformista pelo lado moral, reparas que o sr. 1.º não é culpado nem pela má direcção das operações, nem por que em Guilmanes fossem saltrados e expedidos viveres e munições destinadas aos expedicionarios. A responsabilidade d'aquelles crimes não póde caber aos reformistas, deve recahir sobre os regeneradores que organisaram a expedição insubordinada, que não tiveram cuidado de arranjar lanchas, e que dirigiram as operações.

O sr. Latino Coelho tem amigos e defensores como os deve ter. A sua causa e a da reforma acha-se impertal e altamente enclarecida.

COLONIAS

O projecto do lei do sr. deputado Pereira de Miranda apresentado na sessão de 18 de abril de 1871

(Continuação)

IV

Na ordem exacta e na concatenação logica das suas ideas, o projecto do sr. Pereira de Miranda rebate o decretos dos decretos de 12 de novembro e de 7 e de 16 de dezembro de 1869 no ponto em que alteram as pautas das nossas provincias ultramarinas, e, considerando mais particularmente as das possessões da Africa, acode pedindo salutar remedio para o mal, gerado daquelles decretos.

Reflexa urbana, mas energicamente, a reparação do damno causado por aquelles leis alludido é feror concedido aos generos reexportados da metropole para as provincias ultramarinas, e reciprocamente para a metropole os generos que não justifica deliberação do tal ordem, maxime quando ella provenca de um nosso nosso o de lisbalia da Africa, uma decisa glacial de todos os generos, que possam, como os metaes, atravez de sua troupe, immediando com a mesma abundancia o consumido de luxo as lotas, profissionaes, e empregados e a tribuna!

Pois não bem o pinta, diz o sr. Pereira de Miranda. Vale bem de certo, visto que a abolição foi muito desejada, e injustificavel, importa-nos mais nesses do que o mantenimento exquisitamente do commercio portuguez entre a metropole e as suas possessões africanas.

Em 1868 succedeu a mesma da exportação por longuras para Africa, comparadas lendo as mesmas duzias anteriores, successivamente e progressivas, a 1.350:610$000 réis. Nesta importancia ed se incluidos de algodão figurava por 230:500$000 réis. E nesta verba só a da exportação attingo reis 107:000$000, visto que a importancia da exportação dos tecidos de algodão é assim distribuida no relatorio do sr. Pereira de Miranda, cuja exactidão corresponde não é lenta pra nos duvidar:

Exportação nacional	107:419$300
Exportação nacionalisada	580$000
Reexportação	107:999$400

São eloquentes estes algarismos, accrescenta com justiça o. ex.ª E' claro que a abolição da favor concedido aos generos reexportados, nos direitos a pagar nas colonias, e bem assim a ruzura do beneficio concedido aos generos e mercadorias de producção nacional, e nos nacionalisados, no pagamento dos direitos de reexame no metropole, providencia que tambem alcança a projecto do sr. Pereira de Miranda, acaba com justiça de uma e outra a compensação de outra identica, com que as allandegas do continente gentilmente recebem os nossos generos coloniaes, importa, uma vez mais mesmo, a declaração escripta de terem o commercial das nossas colonias para as nações estrangeiras! Importa, como ainda reflecte o. ex.ª, a revogação completa do privilegio commercial de Lisboa, que hoje tira a sua actividade, em grande parte, de commercio com Africa.

Se pois pois do respeito a exportação tudo esse movimento algodão accrescimo de receita, por direitos de tonelagem e reexportação, por trabalho de descarga e carregação, e augmento assim a receita publica, já pelo imposto industrial, já pelo imposto de renda, já pelo imposto de consumo, já pelo sendo mui vezes completo por que se fazem publicas as applicações sempre e com a progressão commercial, quando aos é limitado por outrora equivalentes dignidos que o projecto do sr. Pereira de Miranda pretende restaurar e restabelecer.

E a estas razões de natureza interessada accrescem outras de ordem mais elevada, abrangendo-se todas no mesmo ponto. «Conservar aos portos ultramarinos os beneficios... interesse mesmo accidental, publico ou particular» (continua).

O aborto politico saiu ao allumiar pensamento de conservar as relações de commercio com o continente, ligando a ambos pelo amor e pelo interesse, e segurando assim por todos os futuros alfim o responsabilidade d'aquelles que não pensam que o tempo tará mais imagens, quando a autonomia pessoal cuja o galardão e a cousa do senhor!

N'um ponto especial do seu projecto cita o sr. Pereira de Miranda para o Ambriz, e ainda ahi acode patrioticamente pelos interesses publicos.

Estabeleceu o decreto de 12 de novembro de 1869 o direito geral de 6 por cento ad valorem para aquella alfandega, ao tal intuito de attrahir para o Ambriz o commercio, que diversos exageros haviam affastado para as bahias abertas ao Quicombo, no Ambriente e em outros pontos ainda situados ao norte do rio Loge. Para isso porém os direitos decretados determinava o artigo 1.º do mesmo decreto, e determina, que el-les sejam calculados sobre o preço dos mercados exportadores. Ora isto é manifestamente contrario a todas as interpretações estabelecidas, se quaes são conformes com a justiça e com a verdade augmentando ao valor dos generos no mercado de origem o que lhes sobre pela derivação successiva de despesas, que os acompanham desde o mercado exportador até ao mercado importador.

A providencia ordenada no § 2.º do artigo 4.º do projecto do sr. Pereira de Miranda é pois egualmente util e justa.

As provincias de Moçambique, S. Thomé e Principe, e Cabo Verde, certamente compensarão com notavel reconhecimento o mais patriotico do Ministro disposto do capital, cujo projecto, quando outra razão não resplandesse, era para aquellas provincias uma distinctissima significação de alto apreço de suas relações e do movimento em que por um grande cidadão era contemplado e estimado o objecto e o valor d'ellas.

Não mesmo dere, por não ser acanado, é alma portuguesa do sr. Pereira de Miranda a provincia de Angola. Mais porventura. Lá está no seu relatorio um periodo, guardae o franco, de uma saudade que a propria lingua o escolho pode ou pode d'essa provincia, ultimamente estudada no ministerio da marinha, e de qual o ex.mo que brilhantemente attendar o thalamo que entregou as outras.

(Continua.)

A EXPEDIÇÃO DE SAVOIE NAVAL E DO ULTRAMAR — HOSPITAL DA MARINHA — OS MEDICOS E AS MESAS CONSOLARES.

V

Tempo-se feito algumas accusações contra o hospital da marinha, que merecem ser destruidas. Tenho procurado restabelecer a verdade e pareceu-me conveniente os principaes accusações. Não sei se em pouco alguma accusação desapercebida, com a fallar verdade não vain a pena o trabalho de responder a accusações evidentemente infundadas.

A seguinte recapitulação dá uma idéa exacta do estado d'este questão.

Durante os seis annos a media diaria dos doentes no hospital da marinha era —24, e eu demonstrei que a media diaria é —30,09. Ha portanto differença entre importante, que não deve ser indifferente, quando se deseja apreciar a verdade. Se eu assim favoravel fez dessa a media diaria a 30, 31 doentes, eu mesmo a 26, a mesma cousa ella 26 doentes por dia, apparecia mesmo dias em que ha 30 doentes e não ella pouca aquelles em que ha 100 doentes!

A media diaria do hospital da marinha tende a augmentar e não a diminuir e parece-me ser ao crime o dizer-se que basta um pode haver em qualquer dia de anno 24 doentes!

Determino que para a media —24, havia 10 facultativos. A sua verdadeira insignificante asserção havia 24 doentes para 1 facultativo? E pode-se a mesma razão de tal calculo e exagero pedirá admitir que haverão 10 facultativos por dia no hospital da marinha para haver 24 doentes?

Digo-se a verdade tranquillamente.

Demonstrei que o seu custo de cada doente não excedia a menos de 600 réis por dia, e eu demonstrei que se os gastavam 2$7 réis. São differenças importantissimas, para as quaes chamo a attenção dos leitores, que vão ver como mesmo com economia e verdade.

Fizeram-se differentes perguntas sobre o tratamento de cada doente?

Não pode ser. E' preciso dar o desenvolvimento do relatorio que se fez para se saber alguma cousa pratica. Os documentos officiaes de que existem as mesas consolares, e que servem de base para todas aquellas que compõem contas ao mesmo tempo, mostram que a maxima despesa que se pode fazer com um doente é 481 réis. Comtudo, porém, a mais valiosa elementos de que os leitores têm conhecimento pelo meu artigo—V. Pois se só que exactamente despesa tenha a commissão, achando-se apenas 227 réis para o tratamento propriamente dito.

Tenho provado um relatorio em que se procura demonstrar que a despesa, por doente, no hospital da marinha é de 2$64 réis, e pode até subir a 3$0 réis? O relatorio a que me refiro eleva a despesa total do hospital a 13:748$433, incluindo nos gastos do pessoal 6:942$000 réis, que não têm razão de ser, como demonstrei no meu artigo V.

O hospital da marinha vem sido condemnado por um lado, fizemos o apparatismo, e só se deseja um hospital sofrivel, mas soffrido. E' exactamente esta a condição em que se acha o hospital da marinha. Estimo bem ter occasião de demonstrar esta verdade, mas antes d'isso desejo restabelecer uma inexactidão do discurso a que me refiro. Está publicado no *Diario das Camaras*, de 20 de vereiro, pag. 693. Diz-se ahi:

«Pedem-se aos marinheiros 400 réis para occorrer aos gastos da administração e além disso o governo é obrigado a matricular para sustentar aquelle estabelecimento no estado em que se acha.»

Como se póde exigir aos *marinheiros* 400 réis por dia, se um grande numero delles não tem similhante vencimento?

Ha doentes tratados no hospital que não pagam a terça parte, e se as receitas mais d'uma de que d'outros na razão dos seus vencimentos é para não faltar o bom tratamento aos doentes de todas as classes. Note-se isto bem.

O doente que ganha 100 réis diarios e os deixa para o hospital tem tratamento egual ao que deixa para o hospital 400 réis. Se seus ahi dá pecia á casa, aquelle traz um definit, que é notavelmente superior d'alguns parte. O que digo a respeito dos doentes que porventura pagam 100 réis ou 125 réis, deve applicar-se aos que pagam 180 réis, 200 e 265 réis etc.

Para resolver-se de vez e a questão mais importante assumpto, apresentarei uma estatistica dos doentes, segundo os vencimentos, o por ella se verá que não é exacto dizer-se que se pedem ao marinheiro 400 réis para occorrer aos gastos da administração do hospital. E' trabalho para outro artigo.

A repartição de saude naval e do ultramar tem a seu cargo um serviço tão especial como importante, e que entre nós tem sido inteiramente desconhecido. A relação que lhe existe uma repartição e as juntas de saude das provincias ultramarinas merece grande desenvolvimento, e eu não devo passar a este assumpto sem ter completado as minhas considerações acerca do hospital da marinha. E tambem não posso fazer vêr as difficuldades com que me acabava tratando bem tratado sem almejarem vantagens algumas para as minhas, a cujo respeito tão grande e completa confiança não é o posto de vista medico!

Pertencem os Mossoradas e S. Thomé? Legislas-se para a ilha de Principe como para a ilha Brava? Considera-se Benguella em mesmas condições que S. Vicente etc. etc. Isto não póde ser.

E' urgentissimo que se estudem estes clima, as suas condições topicaes, o que se possa fazer ida de cada uma das nossas colonias, para não se fazerem gravissimas injustiças, como se está praticando.

Não ferramentar não é que sei a seu respeito.

M. F. Ribeiro.

RELAÇÃO DOS AÇORES
MAGISTRATURA DO REINO E ULTRAMAR

Sobre este assumpto publicou hontem o sr. A. J. de Seixas o seguinte:

«Tenho seguido a discussão sobre os meios de remediar os males que a archipelago dos Açores tem soffrido da inconsequente systema de prazer de juizes o tribunal de segunda instancia da S. Miguel.

Dois magistrados de reconhecido merito pelos seus serviços na magistratura judicial e do ministerio publico, ha alcançar, nos Açores o continente do reino, vieram nos n.os 5:222 e 5:263 do *Jornal do Commercio* discutir um assumpto tão importante para o qual lhes subjazam habilitações que não são pequenas.

Sinto-me altivo a mesmo daquelles, que, atravez dos seculos, como paizes e jurisconsultos, tem estudado as sociedades com a qual divina sancção da jurisprudencia. No entanto, entrarem na discussão como os operarios que trabalham nas mesmas com que os mestres realisam as grandes obras. Somos, pois, desconhecedores da sciencia que discutiram os conselheiros dos *Pandectas*, o mais proximo de não os nomear dos Pothiers, dos Merlins e outros abalisados jurisconsultos. E, demais, aqui trata-se de uma questão administrativa. Entretanto, porisso, eu discussão com a pratica que temos dos negocios publicos do ultramar e do reino.

Achamos dois inconvenientes para ser adoptada a opinião do sr. Mendes Almeida, no modo de prover-se, dados certos casos, a relação dos Açores com juizes do ultramar. Estranhou no assumpto.

As vagaturas da relação dos Açores, provenientes conformo se affigura a este distincto magistrado, daria um resultado a falta de juizes por muito tempo nas relações de Goa e Lourenço, e tambem na dos Açores. Imaginamos que se veri-

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.21 – *A Revolução de Setembro*, 26 maio, p.2

POLITICA EXTERNA

CHRONICA

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

CRÔNICA

Conferências – Por motivos imperiosos e excepcionais a próxima conferência no Cassino será no sábado 27, e não na segunda-feira 29, como se anunciara. Fala o sr. Antero de Quental sobre as causas da decadência da Península nos últimos três séculos.

Esta, e as subsequentes conferências, serão na sala grande do Cassino.

4.4.3 – Jornal do Comércio, 26 maio

Figura 4.22 – *Jornal do Comércio*, 26 maio, p.1

JORNAL DO COMMERCIO

48.º ANNO — Sexta feira 26 de maio de 1871 — N.º 5273

LISBOA, 25 DE MAIO

PARTE OFFICIAL

INTERIOR

FOLHETIM

O FICHU DA CALCETA

POR

PIERRE ZACCONE

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Conferência democrática – Por motivos imperiosos e excepcionais, a próxima conferência no Cassino será no sábado 27, e não na segunda-feira 29, como se anunciara. Fala o sr. Antero do Quental, sobre as causas da decadência da península nos últimos três séculos.

Esta e as subsequentes conferências, serão na sala grande do Cassino.

24.4.4 – *O Diário Popular*, 28 maio

Figura 4.23 – *O Diário Popular*, 28 maio, p.1

O DIARIO POPULAR

N.º 1:657 | Lisboa—Domingo, 28 de maio de 1871 | 6.º ANNO

TIRAGEM 20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

Barco em perigo

NOTICIAS DE FRANÇA

Entrada das tropas de Versailles em Paris

FOLHETIM

AS BOAS LINGUAS

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.24 – *O Diário Popular*, 28 maio, p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Como estava anunciado, o sr. Antero de Quental falou esta noite no Casino Lisbonense acerca das causas da decadência da península nestes três séculos. Falta-nos espaço para entrarmos na análise do seu discurso; fá-lo-emos amanhã. Sem embargo, diremos que o ilustre conferente manifestou um juízo crítico de primeira ordem, e que foram mais merecidos os aplausos com que por diferentes vezes o interrompeu o inteligente auditório que o ouvia.

A próxima conferência é de segunda-feira a oito dias; ouvimos que falará o sr. Augusto Soromenho, lente do curso superior de Letras, sobre a necessidade de uma reforma na literatura portuguesa.

4.4.5 – *Jornal da Noite*, 29 e 30 maio

Figura 4.25 – *Jornal da Noite*, 29 e 30 maio, p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 126 | Segunda e Terça feira 29 e 30 de maio de 1871 | 1.º anno

Noticias dos jornaes da manhã

Lisboa 29 de maio

Telegrammas

SERVIÇO SUB MARINO

Côrtes

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

CAMARA DOS DIGNOS PARES

FOLHETIM

PONSON DU TERRAIL

O CAPITÃO

DOS

PENITENTES NEGROS

XXIV

XXV

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.26 – *Jornal da Noite*, 29 e 30 maio, p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

CONFERÊNCIAS DEMOCRÁTICAS

Assistimos no sábado passado à conferência do sr. Antero de Quental na sala do Cassino, onde estavam reunidos para ouvi-lo cerca de 250 pessoas, entre as quais figuravam membros do parlamento, escritores, jornalistas, funcionários superiores e indivíduos pertencentes a diversas classes. Operários e povo propriamente dito não havia naquele recinto ou estavam em minoria.

Falou com fluência e singeleza o sr. Antero de Quental, em frase desafetada e clara e com exposição ao alcance de qualquer ouvinte. A sua palavra não arrebata as multidões, não excita paixões violentas, nem entusiasma os que o escutam, mas pode lograr convencê-los pela argumentação natural e bem disposta. A atitude do orador foi sempre serena. O aspecto é simpático. O gesto sóbrio e conveniente.

Disse que a península espanhola decaíra muito nos séculos XVI, XVII e XVIII da altura que se elevara na Idade Média e na Renascença pela ciência, pelas letras, pelas artes, pelo comércio, pela indústria, e pelos feitos gloriosos, e anunciou que ia estudar as causas dessa decadência. Advertiu, porém, que as suas opiniões podiam desagradar alguns, mas protestou que eram sinceras, e que as vinhas patentearem sem pretensão de as impor aos outros. Quem não gostasse, não devia ir ali.

Atribuiu a decadência da península ao catolicismo segundo o concílio de Trento, às monarquias absolutas e às modernas que lhe conservaram os defeitos, e às conquistas. E observou que era necessário não ter pejo de abjurar os nossos erros, para os emendar, como ao pecador importava confessar as suas culpas e obter a absolvição para estar bem com Deus.

Analisou seguindo as opiniões de Edgard Quinet, o Concílio de Trento e combateu as decisões dele, especialmente a que tornou obrigatória a confissão auricular. Neste ponto foi aplaudido. Observou que o catolicismo, ao revés do cristianismo, promovera a intolerância, oprimira a consciência humana, e sujeitara a razão à autoridade.

Das monarquias disse que tinha explorado os povos no interesse das classes privilegiadas, impedindo sempre o desenvolvimento da classe média e a respeito das conquistas notou como tinham despovoado o Reino, definhado a indústria, e criado com o serviço dos escravos a ociosidade e miséria do homem livre.

Para justificar essas alegações citou os fatos históricos que lhe pareceram convenientes.

Acrescentou que hoje o espírito intolerante do catolicismo fora substituído pela indiferença, o absolutismo pela centralização, e os males das conquistas pela falta de amor ao trabalho.

Concluiu indicando os meios de se regenerar a Península pela máxima liberdade da consciência humana, pela república federal, e pela organização das comunas de modo que os proletários conquistem o lugar que lhes pertence e que a sociedade atinja o grau de perfeição em que o homem se há de governar por si mesmo. Esta última frase foi muito aplaudida.

Tal é o resumo mui conciso da conferência do sr. Antero de Quental que a assembleia escutou com a maior atenção.

4.4.6 – A Revolução de Setembro, 30 maio

Figura 4.27 – *A Revolução de Setembro*, 30 maio, p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Anno, 4$000 réis. Semestre, 2$000 réis. Trimestre, 1$000 réis

Avulsos (preço interno)

Anno, 7$200 réis. Semestre, 3$600 réis. Trimestre, 1$875 réis

Para as provincias

Anno, 7$200 réis. Semestre, 3$600 réis. Trimestre, 1$875

Para o Brasil

Anno, 12$000 réis. Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:688 TERÇA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1871 XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 29 DE MAIO

Houve hontem reunião da commissão de fazenda para dar o seu parecer sobre a proposta da lei de meios. A maioria da commissão acceita a proposta, mas com restricções quanto ao tempo; a minoria acceita-a como o governo a propozera.

O ministerio declara-se segurissimo a propósito, que pelos motivos que a determinaram a convocar em sessão publica. Os membros da commissão que formam a minoria resolveram fazer parecer em separado, e aproveitaram o ensejo á ramada, que da maioria declararam que só demasiado poderiam apresentar. Parece demasiado estudo para quem mostra opiniões tão radicaes então á intuito economico que quer previnir um exame que pode crear algumas interessas reformistas.

A incompatibilidade entre o governo e a camara está demonstrada. A maioria recusou meios ao governo no questão dos privilegios dos bancos simulando o interesse da egualdade; e votou hoje a extinção do commando em chefe da armada contra a declaração expressa do sr. ministro da marinha.

O governo pois a quantão francamente declarado ao poder moderador que existia o conflicto, que para a resolução delle apresentara as côrtes a lei de meios, e que a unica resolução depois entre o gabinete e a camara dos deputados.

O ministerio não se exigiu na operação da maioria um que se acharia. As votações do ministerio não. A distincção dos engenheiros é impossivel pelo systema adoptado de se estabelecer de todo a organisação dos serviços, e a precipitação com que hoje corria o debate é um ardil pueril com que se quer argumentar depois, como se tres annos de trabalho estereis não demonstrassem a incapacidade de uma situação anomala que tem cuidado de tudo menos do que devia cuidar.

Não exemplamos da culpa o governo. Era necessario ter uma fé cega mas uma rasão pouco reclamada para unir o partido reformista apoiarem lealmente qualquer governo. A sua restricção á lei de meios não é um expediente constitucional, é um ardil para ver se por meio delle apanha o poder que não sabe gerir, porque a discussão do orçamento da marinha mostrou que a gerencia daquelle partido não lhes tenha uma serie de torpezas.

Resolva a crise quem a pôde e deve resolver.

A tribuna portuguesa foi hoje enobrecida pelo sr. Jayme Moniz. A sua estreia no camaro dos deputados confirmou a fama que tinha grangeado nas tribunaes e na cadeira do professor.

Não nos podemos associar á sua causa, mas somos os primeiros a apreciar o nobre culto da admiração á sobrepor das suas idéas, á rforação dos seus sentimentos e á convicção com que se manifesta e evangelisa.

Mas a questão não recebeu mais luz dos diversos oradores que defenderam o inviolavel, ou a censura, para as pastorais dos prelados.

Diante-nos que vivemos no regimen das concordatas. Pois vivamos. Mas dizem-nos uma só, uma sequer, em que a egreja e o estado estipulem uma censura das pastoraes. Conhecemos depois o nosso erro, e nem sequer allegaremos que essas concordatas rediguram.

Não se lia. Existe uma alvará de 1790 sobre a censura a censura das livros, alvará que a carta revogou, e que nos dizem ter ficado em vigor para a censura das pastoraes.

Distincção rebuscada, que qualo julgador distinguendo não sabe o que faz; distincção que Borges Carneiro, aquelle reaccionario, não comprehendeu, disendo que depois da carta tinha cessado a necessidade de beneplacito.

Se não ha lei, nem concordata que estabeleça esse direito, e se lei a carta que abolia a necessaria, que outra cousa não é o beneplacito, que fundamentos o sustentam?

Ser a religião do estado? Mas que significa isso? Pedia a religião ao estado esse privilegio? Não é a religião anterior á monarchia? Se o estado a acolheu no beneficio delle como deixa-lo a direito de a corrumpir? Do subsidio? Mas o subsidio é um provento do estado ou da religião? Quando foi que elle impoz o subsidio? Mais riquezas tinha elle antes do estado nascer.

Logo estas razões são frivolas.

Ouvimos que o beneplacito era salvitar á censura; mas tambem a religião é salvitar ao beneplacito. De que serve o exemplo da prioridade se nem prova a favor nem contra?

Uma divergencia profunda notamos nos defensores do *placito regium*. Uns dão a liberdade a egreja admittida a liberdade dos cultos, o sr. Jayme Moniz tratava diante da liberdade religiosa, declarando que a egreja livre no estado livre: seria a egreja livre no meio do estado escravo.

A nossa comprehensão não alcança nada o alcance da liberdade dos cultos para deixar a liberdade a egreja. Pois se os cultos forem livres as diversas egrejas podem supplementar qualquer o estado, e será livre aos bispos expedir as pastoraes mais fulminantes? Pois só poderá ser livre a religião que o estado perseguindo a livrou todas? Pois será facto a guerra dos entranhas, e deixou ser escravos os filhos?

Neste arro não cabe o sr. Jayme Moniz.

Para nós assistem todos tres direito do investir ou de invadir os dominios do estado, qual deve estar armado contra todos aquelles que ignobil ou temerariamente tem os meios de reprimir, que o codigo penal auctorisa. O que é preciso na religião do estado não pôde ser salvar sem unificação quando todos os cultos forem permettidos; e a repressão que os deve soffrer a todos deve ser sufficiente para coarctar o que é prejudicial pela sua brandade, pela sua subversão salutar, e não por um privilegio estabelecido entre a religião e o imperio.

Tyrannia nos a lei verdade, disse-nos momentos depois o sr. Thiers que o estado se authorisar de certo dizer. Tyrannia que mutas vezes persuade ao algoz, mas accommodemos que este interesse pela justiça reconheça a liberdade. Deve confiar consolidar liberdade certos abusos. A liberdade é preferivel a propria justiça. Mas quem receia a tyrannia da verdade não pode com boa fé temer a tyrannia da reserva, a tyrannia da preservação contra os direitos da liberdade.

A nossa doutrina é:

O *placet* é uma preservação e uma reserva que as nossas leis não admittem.

O *placet* para as pastoraes é a rejeição arbitraria do prelado ao governo ou exercicio das suas funcções independentes.

O *placet* da carta é para os bispos, decretos dos concilios e constituições ecclesiasticas, que não são as pastoraes.

As restricções não se ampliam.

O *placet* não queremos abatar, porque as prelados desobedientes não infringem lei a que tenha applicado mesmo no codigo penal em quanto se acha nelle posto para a repressão dos abusos que não se podem dar desde que se tolda a liberdade.

A religião não é um privilegiado a quem o direito preexistente o cria, e se nos a adopta é no interesse temporal que desenvolve esse adopção.

Assim na nossa opinião o bispo de Algarve commettêra um abuso pelo que escreveu, e não por falta de censura, e pode ser reprimido como reprimido. No systema dos defensores do *placet* que é o que se pôde fazer? Vêr a desobediencia com tranquilidade? Que impunha uma a quem estando em não devia obedecer? Castigal-o? Mas qual é a pena que se applica a tal delicto?

O *placet* é um expediente ou é nenhum alvará? Desde que admitte o *placet* que recurso tem o governo offendido se nos pedir reparação? Depois que facto accusaremos? Desgraçada resposta. Direis que estrangeiros? Fraca reparação.

Não distamos — O prelado é livre, nós estamos, mas submettemos a infracção ao julgamento dos tribunaes e elles decidirão.

Repitaremos que o prelado é um dignitario, auctoridade e liberdade de todos, e não desejamos os crimes impunes.

Continuando a occasionar dos nossos assumptos disparates tractou o sabio *Popular* a morrer de nos metterem n'um artigo que diz assim:

«A *Revolução* é mais que precisa, chega a ervios.

«Diremos que a regeneração ou era ultima governo achou a divida fluctuante em 6:000 contos e a deixou a 16:000, augmentando-a em 10 mil contos em pouco mais de dois annos, assim como augmentou mais de 2:000 contos as despezas e deixou diminuir a receita.

«A *Revolução* confessa, mas, para desculpar a sua gente, allega que os regeneradores contrahiram um emprestimo de 5.500:000 libras nominaes para pagar a divida fluctuante. Dos descalpe, não tem divida! Augmenta-se a despeza, augmenta-se a divida fluctuante, deixa-se diminuir a receita e para desenlear tudo clama-se que tambem se contrahiu um emprestimo convolidado? Bonito!

«Mas a cousa vae mais longe. A *Revolução* diz que o emprestimo foi contrahido para pagar a divida fluctuante anterior. Que admittindo que se 5.500:000 libras fossem emittidas a 35 ⅓ (o que não é verdade) produziram 19.800 contos reaes. Abatendo d'aqui uns 1:800 contos para o pagamento de coupons da divida externa em janeiro, e 3.000 contos para o *deficit* de 1.º semestre de 1869, ficam 15 mil contos para pagar uma divida fluctuante externa, que excedia 9 mil contos.

«Ha ainda a *Revolução* que os reformistas, em vez de empregarem o famigerado emprestimo em pagar a divida fluctuante, despenderam e trbalharam n'uma profusão.

«Ora o sr. bispo de Vizeu entrou para o poder em julho de 1868, e o caso é que já nem existiam o risa do emprestimo, e havia 12:000 contos de divida fluctuante.

«Tambem a *Revolução* diz que para fazer o emprestimo de 1869 foi necessario dar uma boa somma á companhia da renda. Esta é boa! Pois não foi o ralisando-se, Ouvro, que, para se realisar o emprestimo regeneraddor, offereceu a companhia do sorte quasi o dôpo do que depois se deu? Pois não foram os regeneradores que deram origem a essa famosa questão dos caminhos de ferro do norte, graças ás loucas negociações e sanhas predilectadas do pigmeu sr. Ouvro?

Ainda a *Revolução*, essa tafar do credito com que chegou a pasl. Já esquecera os artigos da *Liberté* e do *Times*, analysando a gerencia regeneradora de 1865 a 1867, confessando-se espantosa e confundindo nesse desastre esse confiado governo Portugal *livre* sobranda de recursos, e devorado por expedientes asiaticos.

«Confessar, *Revolução* querida, jurou dar cabo de nós, patifes e tu do consegual o. Confesse, e tanto basta.»

Entre as muitas pilherias que adornam esta obra prima de literatura economista as seguintes... sinto.

Que os regeneradores estando dois annos no poder augmentassem a receita, augmentassem a divida fluctuante, deixassem diminuir a receita, e por fim pedissem emprestada a mesma somma! de que andavam a queixar-se! Isto é liberar, confessar innocentemente que os reformistas, se quizera, estado governo apenas os anno, diminuiram a despeza, augmentaram a divida fluctuante, augmentaram a receita a final de contas contentar-se-ia em pedir a mesmissima somma de duas milhões de libras nominaes! Gastaram menos, receberam mais, pagaram assim praticamente as suas promessas superior ao divino do que se contrahiu pelos cabos reformas! Immolaram milhares de soldados regeneradores, diante dos quaes, se ousassem marchar, deveriam diminuir completamente a força, sem contudo o attentamente do inimigo e porque davam-se 20% que havia o Gerson e porque foi bom, e ainda assim augmentaram a força!

Que o emprestimo realisado nos desastrados de 1867 não foi realisado a 35 ⅓, pois não teria, se nem dos dois ganhos, mas dois annos antes a juros de 5%?

Que dos mil contos não sabemos para pagar uma divida de outro mil, se lhe juntou mais duas quelle somma e dividendo, do coupon que se vae ter em janeiro e amortede da dobra de um anno, que seria se houvesse realisado de pagar as d'alli a muito tempo, a pagar de caminhos de ferro e os empregamentos a 20%. Emfim é que não chegara a nada o inexplicavel emprestimo dos regeneradores.

Que a administração, de que era alma o sr. bispo de Vizeu já não encontrou o rio da lei vae pagando mas nas uma divida fluctuante na importancia de mil contos. Na hypothese de que as grandes economias e prodigiosas receitas de que nos falam os ministerios não fossem effectivas para reduzir o *deficit* a menos de cento mil contos, teriamos ao fim de mais uma divida de trinta mil contos, para salvar a qual apenas se pedia a lei de meios, e a propria que o governo mal mesmo consente. Signal evidentissimo de uma boa administração sobre uma receptora 15 singular que chega a inexplicavel.

Que o sr. Andrade Corvo é nosso vasso retribuido e nossa pupillo, em quanto que o partido reformista leva a sua vingança a ponto de insultar-nos, pisando-nos.

Que os regeneradores, para alcançar o emprestimo, prometteram-nos empresarios dos caminhos de ferro muito mais do que depois deram os reformistas. Pois sim, regalo-se lá com essa peta, que é boa, e quando forem governo ataquem-a de presente aos governadores civis pelo telegrapho: os regeneradores dariam muitos e fundos ás companhias dos caminhos de ferro, mas é certo que se não falta de similhante cousa ao contrario do emprestimo que elles fizeram, ao passo que o emprestimo reformista é esse uma clausula muito expressa, e que até foi annunciada no programma em que se annunciava a abertura da subscripção.

Finalmente, que não podem os regeneradores faltar em discordia aos prazos estrangeiros, porque no tempo delles mandaram as reformistas para o *Times* e para a *Liberté* uns sobejos artigos de que nunca apparecem o auctor, apresentando-se até aligare a afastar de si a responsabilidade de taes escriptos! Ninguem que cuide a gloria que o *Diario Popular* parece querer extrahir, ser agora, relembrando os taes artigos anonymos, *traquenices*, calumniosos, nos importunos, porque apenas delles mesmo o governo pedia empresimos a 25%, nunca os contratos com condições humilhantes, nunca pagou muitos que deshonrem porque deputado a discutil-os e que só nos sujeito quem o calabrero. E nunca depois, quando a administração reformista estava em toda o esplendor da sua gloria, não lizam pressior os avogos do Times nem da *Liberté* para que as praças da Europa se fechassem hermeticamente ao emprestimo productor do governo portuguez! não precisavam os capitalistas estrangeiros de tão curiosas advertencias para sondar dos nossos immoraveis correctores, offerecendo-lhes centenas com credilos leoninos, que tentavia com sorriso!

Olvidar-vos dos nossos bilos, corajosos reformistas! espantosos e cousa estabelecendo patibulos em cousas, logares e viveres, em quanto ella fôra sudara de sobre os hombros as pragas da Europa o credito de Portugal. Mas uma serenata a fim sobre a patria: o *deficit* desapparece envolto no fumo dos foguetes, o espectro da bancarota fugirá aterrado diante dos vivas, e vós tereis a immortalidade embalsadas n'uma folha da *Liberté* ou do *Times*.

Um jornal religioso falga com o incendio de Paris e tripudia sobre as desgraças da França do seguinte modo:

«Os palacios da Legião de Honra reunião-se Hotels, os Saint-Severe, etc. etc. Que crimes se não commettessem alli! Quantos horrores, quantas blasphemias se pronunciariam entre aquellas paredes! O Palais Royal foi theatro das orgias de regente, das escandalosas mascaradas de Napoleão. Nos Invalidos estava o ajuntamento da execução e do crimes, estava alli o soldiero do primeiro Napoleão... E para fazer desapparecer todas estas impurezas e os 25 de que estavam as immundas fachadas das Tulherias e do Louvre, desde a praça da Concordia até ao fundo da Saint Germain l'Auxerrois, era insufficiente a poeteria... deviam as chammas fazer desapparecer estas recordações de imposturas, este theatro de abominação.

«E as chammas lambiram esse pensamento publico e moralidade, essa injuria ao Catholicismo.

«Deploremos o que diz um dos promotores publicos da Europa.

Henrique V não podia entrar nas Tuilheries depois de ter sido estado Napoleão; para que Paris se reparar, nada devia ficar em pé, nenhum d'esses edificios que abrigavam tanta abominação e tanto crime.

Os fataes christãos não podem perdar de nunca medo. Está alerta o ouvido para Henrique V. Vêde como elle se chega, e como vae illuminado pelo incendio.

Quando em 1815 os aliados queriam destruir os monumentos levantados pelo imperio, o entre elles a ponte de Iena, Luiz XVIII respondeu que o attentado de dia em que queriam praticar seria um acto de insensatez porque ella queria ir contar-se sobre ella para saltar pelos ares com as suas tropas.

E para concertar os Vaticano todos os restos dos monumentos e estatuas de pagamismo ao lado da christandade, e reparo num incrivavel escandalo as propinas ruinas do Coliseu. Os fataes christãos não podem crimar senão sobre cinzas e ruinas.

E por isso que virieis atormentar os infiemeis, e audazes nunca se julgou á morte da reedificação do templo de Jerusalem.

ARSENAL DA MARINHA

Ainda o sr. Mariano Cyrillo de Carvalho, deputado de côres e redactor do «Diario Popular».

Quando a verdade se destorpa nada se esclarece, querem discutir?... Sejam verdadeiros; não digam no parlamento uma cousa, e na imprensa outra.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.28 – *A Revolução de Setembro*, 30 maio, p.2

POLITICA EXTERNA

Telegramme

CRONICA

Conferencias.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

CRÔNICA

Conferências – Foi no sábado a segunda conferência na sala do Cassino Lisbonense. Foi preletor o sr. Antero de Quental que tratou da decadência da península nos três últimos séculos.

Não analisamos, nem discutimos as ideias do sr. Antero do Quental, pomos isso de parte; não nos preocupamos agora com isso. Mas o que diremos é que esta conferência é um dos acontecimentos mais notáveis que se tem visto em Portugal. Nunca entre nós o poder da crítica se elevou tão alto, nunca se fez uma exposição com mais admirável lucidez, nunca se reuniu tanta eloquência na forma a uma profundidade de vistas tal. O discurso do sr. Antero de Quental é uma obra perfeita, onde as partes se unem por um laço indissolúvel, se completam umas às outras de uma maneira brilhante.

O sr. Antero de Quental traçou um quadro do caminho que a península percorreu desde a meia idade até hoje. Apresentou esse quadro indo procurar ao mais profundo da consciência dos povos da península os elementos dele.

As questões mais delicadas, mais espinhosas, aquelas em que o espirito encontra sempre um escolho, que muitas vezes não pode vencer, formulou-as o sr. Antero de Quental com uma clareza que deixou espantados e maravilhados aqueles que o ouviram.

Postas as premissas, o sr. Antero de Quental tirou delas as consequências. O seu discurso é uma obra de arte nesse ponto. Através de todos os desvios da história, das feições variadas das épocas, seguia-se com aquele brilhante espírito a dedução dos princípios. Na sinceridade do nosso espanto, repetimos outra vez, que nunca em Portugal ninguém se elevou àquela altura.

O sr. Antero de Quental foi frequentes vezes interrompido por bravos e aplausos unânimes, que era a mais bela e a mais sincera homenagem que se podia fazer ao seu talento, porque mostrava que as ideias expostas pelo orador entravam no espírito luminosas, claras, com toda a força e inflexibilidade da lógica. Se esses aplausos não tinham a significação de uma adesão àquelas ideias, disso não curamos nós, é uma questão de consciência com que nada temos, mas mesmo que fosse assim havia uma larga parte que era a admiração espontânea pela grandeza e amplidão daquele espírito crítico.

Para terminarmos diremos que a crítica do sr. Antero de Quental desempenhou neste assunto o papel daquele ser imutável e grandioso, que impassivelmente assiste ao passar dos séculos – a história.

É o melhor elogio que lhe podemos fazer.

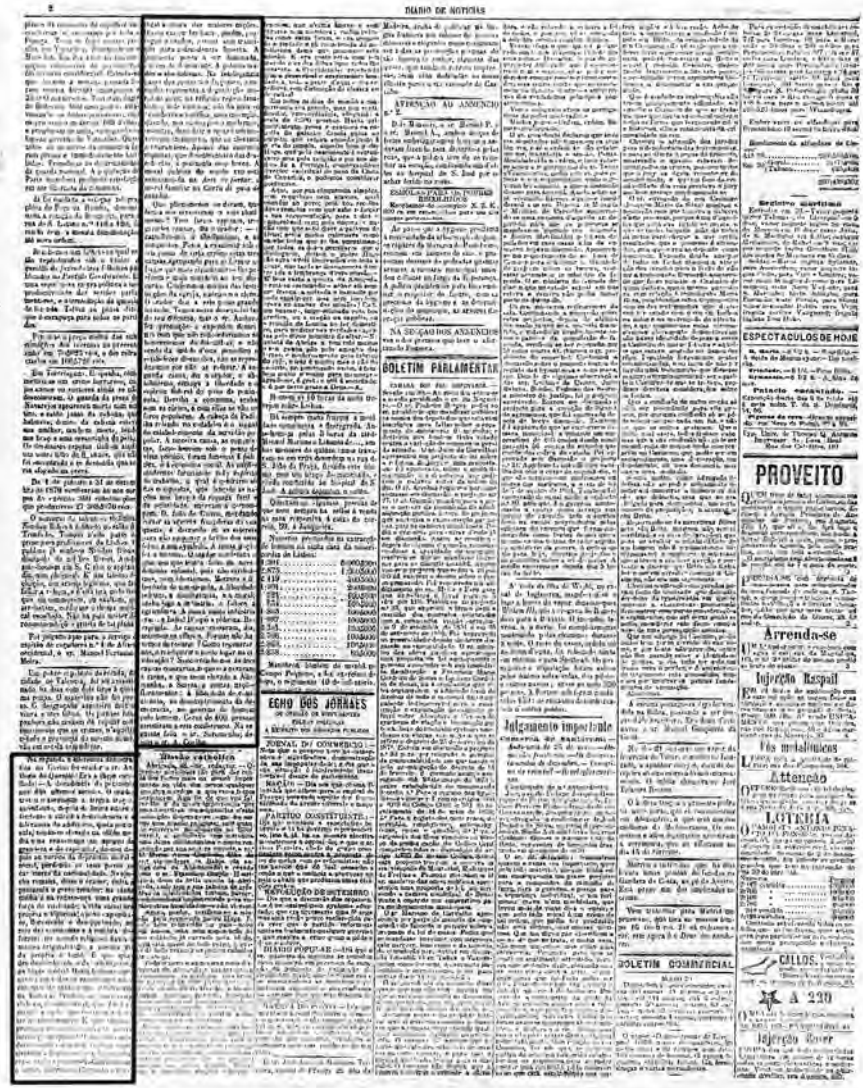
4.4.7 – *Diário de Notícias*, 31 maio

Figura 4.29 – *Diário de Notícias*, 31 maio, p.1

Diario de Noticias

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.30 – *Diário de Notícias*, 31 maio, p.2


DIARIO DE NOTICIAS

ATTENÇÃO AO ANNUNCIO

BOLETIM PARLAMENTAR

ECHO DOS JORNAES

ESPECTACULOS DE HOJE

PROVEITO

Arrenda-se

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Na segunda Conferência democrática no Casino foi o orador o sr. Antero do Quental. Era a tese escolhida: – A decadência da península nos três últimos séculos. O orador tratou o assunto a largos traços, assentando, depois de breve exórdio tendente a atrair a benevolência e a tolerância do auditório, que a península,

tendo-se elevado na Idade Média e na Renascença ao apogeu da grandeza e do esplendor, desceu depois ao vórtice da depressão moral e social, perdendo os seus povos os caracteres da nacionalidade. Na época romana, disse o orador, tinha a península o gênio criador: na Idade Média e na Renascença uma grande força de vitalidade; a vida social era própria e vigorosa; o povo expandia-se, florescente e desoprimido, no seio das comunas e à sombra dos forais; no mundo religioso havia a mesma originalidade, a mesma vida própria e local. E que quadro deslumbrante o da inteligência na Idade Média! Havia homens eminentes em todos os ramos de conhecimentos de então, e que irradiavam na Europa. Produziu-se uma vasta elaboração intelectual, que foi formando a onda que havia de rebentar no novo mundo. E que impulso produziu no mundo o grande movimento geográfico. O que são modernamente em poder, riqueza e atividade a Inglaterra e a Alemanha era-o então a península. Cita homens e fatos. Elevam-se Espanha e Portugal à altura das maiores nações. Deste existir brilhante, porém prossegue o orador, passou sem transição para a decadência funesta. A península passa a ser dominada em vez de dominante. A política traduz o absolutismo. Na inteligência passa dos poetas aos farsantes; a comédia representa a degradação moral do povo; na religião rege o fanatismo; tudo enervou; não há uma só descoberta científica, uma invenção, quando, nos outros povos modernos, inventar, descobrir e criar é um movimento instintivo, que os levanta e engrandece. Apesar das enormes riquezas, que desentranhara das descobertas, a península empobrece. A moral pública do século XVII esta substanciada na Arte de furtar: a moral familiar na Carta de guia de casados.

Que fenômenos se deram, que fatos nos arrastaram a este abatimento? Três fatos capitais, três grandes causas, diz o orador: o catolicismo, o absolutismo e as conquistas. Passa a examinar sob o seu ponto de vista crítico estas três causas agrupando para as formar os fatos que mais significativos lhe parecem e mais convém ao seu discurso. Condenou muitas das instituições da Igreja e acusou o clero. O orador deu a este ponto grande latitude. Temos notas desenvolvidas do seu discurso, mas o sr. Antero faz apreciações e expendeu doutrinas com que não concordaríamos se houvéssemos de discuti-las, e não sendo da índole deste periódico o estabelecer discussões, não as reproduzimos por não as refutar. A segunda causa, diz o orador, o absolutismo, esmaga a liberdade e o espírito federal do povo da península. Derruba a comuna, acaba com as cortes, e com elas se vão os foros populares. A cabeça de Padilha rolando no cadafalso é o sinal do estabelecimento da servidão popular. A terceira causa, as conquistas,

fato heroico sob o ponto de vista poético, foram funestas à política e à economia social. As nações modernas formam-se pelo espírito do trabalho, o qual é contrário ao das conquistas, que lançam as nações nos braços da riqueza fácil e da ociosidade, enervam e corrompem. D. João de Castro, mandando cortar as árvores frutíferas da sua quinta, e deixando só as estéreis para não empanar o brilho dos seus feitos é um símbolo. A nossa nação faz o mesmo. O orador condena o mau uso que temos feito do nosso domínio colonial, pois não, civilizamos nem libertamos. Morrera a liberdade de consciência, a liberdade política, a inteligência e a moral; acaba logo a indústria, e falece a agricultura. A nossa única indústria era... a Índia! Daqui a pobreza. Recapitula. As causas cessaram, diz: sentimos os efeitos. Porque não havemos de ressurgir? Como regenerarmos e readquirir o nosso lugar na civilização? Socorrendo-nos as três causas contrárias às que nos cavaram a ruína, e que tem elevado a Alemanha, a Suíça e outras nações florescentes: à liberdade de consciência, ao desenvolvimento da democracia, ao governo do homem pelo homem. Cerca de quatrocentas pessoas assistiram a esta conferência. Na seguinte fala o sr. Soromenho; depois o sr. A. Coelho.

4.4.8 *A Nação*, 1 jun.

Figura 4.31 – *A Nação*, 1 jun., p.1

ANNO – XXIII QUINTA FEIRA 1 DE JUNHO DE 1871 NUMERO – 4297

A NAÇÃO

JORNAL RELIGIOSO E POLITICO

PORTUGAL

LISBOA, 31 DE MAIO

REVISTA EXTRANGEIRA

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

PORTUGAL

Lisboa, 31 de maio

Chegou o momento das provações: como nas horas, em que o Baixo Império agonizava, apresentando aos povos, e estampando em caracteres indeléveis na história os fatos monstruosos das suas lúbricas cenas, a Europa fita hoje os olhos nas hórridas hecatombes, e nas repugnantes saturnais, de que a capital da velha Gália tem sido espectadora e atriz conjuntamente!

Quando as nações se imergem na crápula da devassidão e se estorcem nos últimos arrancos a que as suas imoralidades e o seu indiferentismo as conduzem, preciso que um cataclismo se opere na ordem moral, cataclismo horrível que tem por agentes principais o ferro e o fogo, para as purificar da degradação a que baixaram, e arrancá-las do lodo em que se envolveram.

O fatal período de 1789 vai talvez encerrar-se em 1871, mas no seu acabamento quantas cenas de desolação e horror?

A revolução acendera os seus funérios brandões em torno do patíbulo a que subira o mártir Luiz XVI, e daí sacudindo a sua lúgubre chama iluminara a Europa ao pálido clarão da sua nefasta luz!

Ao começar da existência teve por hinos na sua marcha fúnebre as blasfêmias e as imprecações da turba ávida de sangue, por sacerdote e algoz, por altar a guilhotina!

Era uma festa de sangue em cada dia; o tinir do açacalado ferro decepando as cabeças ecoava de um extremo da França ao outro extremo, envolvendo-se com os gemidos das vítimas a cada instante!

Como no seu nascimento, no acaso apresenta-se rodeada de igual cortejo: é sobre um montão de ruínas, a luz pavorosa do incêndio que o monstro revolucionário tenta ainda os seus últimos esforços bafejando com um sopro de morte todos que se lhe aproximam!

Átila na agonia extrema quer ter por círios um oceano de fogo, por cânticos o estalar das minas, por [...] uma cidade inteira!

Salutar lição, que mostra claramente que Deus pune as nações pelos delitos cometidos!

Quando, porém, estamos presenciando estas cenas de morte, de extermínio, e de desolação, quando se vê evidentemente que a mão de Deus pesa sobre os povos para os punir das suas inquietudes, e que o único remédio para minorar

o castigo deve ser o arrependimento e a oração, revoltam-se ainda alguns desses homens, que enfática e loucamente se chamaram *espíritos fortes*, e tentam arrastar consigo a turba ignorante pelos *palavrões sonoros* e *ocos* da sua lógica *raquítica* e *parva*.

Ao lermos em alguns jornais o resumo de uma conferência feita ultimamente em Lisboa sobre a democracia, a melhor resposta seria, citando o Evangelho e fazendo-lhe uma pequena alteração, aplicarmos ao *inspirado orador*: *Dimitte illi, Pater, nescit quod dicit*. E só assim se pode responder as atrocidades ditas na Conferência do Casino pelo sr. Antero de Quental.

Na verdade, faz *pasmar* na ousadia de certos homens, que sem a consciência do que dizem (por ignorância ou por má-fé) têm a coragem de se apresentar a falar em público, citando de falso ou torcendo os fatos a seu belo prazer; para eles a história pouco ou nenhum conceito lhes merece, deturpam-na ou fazem-na a seu modo.

Em Portugal há a mania hoje, como em todos os países eivados da revolução, de falar constantemente *nos direitos do homem, na liberdade de consciência* e em todas essas mil frases modernas que são apenas boas para captar os parvos e que nada significam; os *direitos e deveres constitucionais* também a cada momento se invocam, e em uma contradição constante esses acérrimos defensores de tais direitos são os primeiros a desprezá-los e a escarnecê-los.

Apresentou o *orador do Casino* na sua *conferência democrática*, segundo dizem os jornais, que a causa do abatimento da Península nos séculos XVI, XVII, e XVIII tinha sido o catolicismo, mormente o Concílio de Trento, o absolutismo e a conquista! Causa pasmo tanta ousadia. Acha o *orador democrata* que a Península decaiu nos séculos em que a Espanha viu no trono o maior potentado dos tempos modernos Carlos V, e de depois seu filho Filipe II; nesse tempo a Europa tremia a um aceno do cetro de tão poderosos monarcas, e as batalhas de Lepanto e de Pávia mostraram quanto a muçulmanos e cristãos era para temer o poderio das armas espanholas, se isto é decadência de um povo a que se chamará então o orador engrandecimento? À comuna de Domwronski, provavelmente.

Portugal viu então o afortunado rei d. Manuel, evitou no reinado de d. João III as sanguinolentas guerras de religião, abriu ao mundo as portas do Oriente, firmou o seu poder nas remotas regiões da Índia e China, os mares tremeram com o peso das suas armadas, a voz portentosa de Camões elevou no seu imortal poema o eterno monumento das nossas glórias! E chama-se a isto abatimentos! A jornada da África que, por infeliz acarretou sobre el-rei d. Sebastião

as invectivas de muitos alcunhando de loucura e de temeridade a desgraçada expedição, teria por acaso tais invectivas se conseguisse sair dela triunfante o mal-aventurado Rei? Pois não seria a costa da Barberia um grande empório para Portugal, e o que três séculos depois fez a França não o poderíamos ter feito então, ficando com uma grandíssima preponderância na navegação do Mediterrâneo, e estendendo-nos até ao Egito não dominaríamos o Mar Vermelho e não poderíamos proteger; de mais perto as nossas colônias índicas? O monarca que concebe tal pensamento será acaso instrumento imediato da decadência do Reino que governa? Foi infeliz e nada mais. Assy [Say???] Rochefort e Gambetta esses podem servir de modelo.

Se continuarmos a estudar a história dos dois povos da Península hispânica veremos que principalmente Portugal depois da restauração de 1640 representou até ao começo desse século um importante papel à face da Europa sustentando a luta da Restauração durante 28 anos consecutivos, empenhando-se depois na guerra da grande aliança para que foi convocado por países, que hoje quase nos não ligam importância, como um poderoso auxiliar, e se a causa que sustentávamos não triunfou por muitos e diversos motivos, os nossos generais foram até Madri vitoriosamente. Talvez que a Comuna de Paris tenha feito mais.

E depois d. João V levantando monumentos, d. José fazendo respeitar Portugal e elevando o quase a nação de primeira ordem e enfim é no começo do atual século que as águias francesas dirigidas pelos primeiros capitães do Cesar moderno veem o seu voo abater-se, e o pendão das quinas flutuar além do Garona ao sopro de vitória. Que abatimento a que descemos, segundo a opinião do *sábio orador*!

O absolutismo cerceava as carreiras entregando os grandes lugares às classes privilegiadas, segundo a opinião do sr. Antero de Quental.

Se quiserem ser francos e estudar a história conscienciosamente não poderão apresentar em absoluto semelhante asserção: o primeiro nobre de qualquer família foi o último plebeu dela, e a nobreza nesse tempo não se adquiria pelos tantos por cento de agiotagem ao país porém expondo a vida no campo de batalha por Deus, pela pátria e pelo rei; quantas famílias, se o *orador* se tivesse dado ao trabalho de folhear as nossas crônicas genealógicas, não teria encontrado recebendo o grão de nobreza nos supracitados séculos? Logo não eram as classes privilegiadas monopolizadoras dos primeiros encargos.

Isto pelo que diz respeito ao absolutismo dos reis.

Passemos agora a falar das conquistas.

Portugal teria sido sempre um país insignificante se os seus homens se não tivessem alargado pelas regiões de além-mar, ao atrevimento dos descobridores, ao valor de audazes capitães, batendo-se ora contra os elementos, ora contra os potentados de longínquas paragens dizemos nós hoje ainda o nome da nação.

Pois não terão sido as colônias uma fonte de riqueza para esse país? Se hoje se definham, e de pouco nos servem, o mal está nos governos, que tudo tem destruído e não nas próprias conquistas que tanto nos elevaram.

Quereria talvez o sr. Antero de Quental que Portugal fosse um país único e exclusivamente de indústria; dá vontade de rir como se arremessam essas, proposições que não passam de uma bonita teoria vindo a prática demonstrar o contrário.

Reservaremos para outro artigo a parte religiosa, como a mais importante, e mais grave de tratar.

4.4.9 – *Jornal da Noite*, 2 e 3 jun.

Figura 4.32 – *Jornal da Noite*, 2 e 3 jun., p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 130 | Sexta feira e Sabbado 2 e 3 de junho de 1871 | 1.º anno

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.33 – *Jornal da Noite*, 2 e 3 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.34 – *Jornal da Noite*, 2 e 3 jun., p.3

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

CARTA DO SR. ANTERO DE QUENTAL

Sr. redator – Espero dever-lhe o obséquio da publicação das seguintes linhas:

Com este título – Como se improvisam os fatos históricos na 2ª conferência do Cassino, publicou v. no nº 118 do seu jornal um pequeno artigo, devido à pena de um erudito anônimo. Não é costume meu improvisar em questões de fatos: mas o que muito facilmente e muito naturalmente me pode acontecer é enganar-me; e como tenho menos orgulho do que vontade de me instruir, folgo sempre com as lições que me queiram dar os que são mais sabedores do que eu.

Em questões, sobretudo, tão graves como as coisas da decadência do meu país, esse sentimento tem em mim dobrada intensidade, e não há advertência que eu não considere como preciosa. Infelizmente não me quis dar este gosto nem me fazer esse serviço o autor do artigo: contentou-se com afirmar que se improvisaram fatos históricos na 2ª conferência do Casino, e esqueceu-lhe de revelar-nos o mundo de coisas instrutivas que encerrou sibilinamente naquele prometedor plural, fatos.

Quero crer que atenderá ao pedido instante que aqui lhe faço, e que remediará aquele para mim deplorável esquecimento, restabelecendo na sua verdade os muitos fatos que, com a inconsciência da ignorância, adulterei na minha conferência. Espero isso da sua delicadeza e da sua ciência. Enquanto, porém espero, permita-me o escrupuloso anônimo que submeta aos seu bom juízo as seguintes reflexões. Em primeiro lugar, o que d. João de Castro fez na sua quinta de Cintra não é um fato histórico; é simplesmente uma anedota histórica, ou melhor, uma anedota relativa a um homem histórico.

Fatos históricos são exclusivamente aqueles que se ligam à vida social, política ou moral de uma nação: ora cortar alguém (seja esse alguém o maior dos heróis) as árvores das suas propriedades, é coisa que nem direta ou indiretamente influi no destino das nações. Permita-me dizer-lhe em segundo lugar que é falar mais figuradamente do que a boa lógica consente à retórica, chamar improvisado a um fato que tem por si a autoridade de Jacinto Freire (historiador empático e sem filosofia, mas consciencioso e instruído) e uma tradição popular de três séculos.

"Aqui se recreava com uma estranha e nova agricultura, cortando as árvores que produziam fruto, e plantando em seu lugar árvores silvestres e estéreis; quiçá mostrando, que servia tão desinteressado, que nem da terra que agricultava, esperava paga do benefício." Isto diz Jacinto Freire, referindo-se a uma época em

que d. João de Castro não tinha ainda ido a Índia, nem provavelmente conhecia os famosos jardins chineses. Esta autoridade e a da tradição popular não parecerão ao exigente anônimo, suficiente para um fato histórico: para uma simples anedota parece-me bastante; pelo menos, quanto é necessário para se não poder dizer improvisada há oito dias no cassino. Finalmente, não foi como fato, mas como tradição, que eu referi a anedota, quando disse: "o que se conta de d. João de Castro pode ser tomado como símbolo do espírito guerreiro do tempo, no seu desdém pelo trabalho e pela indústria". Que o fato tivesse ou não existido, é para a verdade do meu discurso coisa perfeitamente indiferente: entrou ali apenas como uma imagem, um símbolo, nada mais. Não tratava de d. João de Castro; tratava do espírito guerreiro e da indústria; aquela anedota, verdadeira ou não, exprimia bem o meu pensamento; usei dela com todo o direito.

Ainda assim, enquanto o erudito anônimo, não me provar o contrário, tenho-a por verdadeira, dando mais por J. Freire e pela tradição do que pelas suas afirmativas e por quatro versos de Costa e Silva. Eis quanto tenho a dizer a respeito daqueles fatos históricos por mim tão audaciosamente improvisados.

Agora, sabe o anônimo o que me parece tão deploravelmente significativo, para a nossa época, como para a época de d. João de Castro a anedota das árvores cortadas? é ver um crítico tão sabedor e tão pensador, como deve ser o anônimo, depois de um discurso de hora e meia, onde se agitaram ideias gerais e princípios que se ligam intimamente a nossa vida nacional, não achar coisa que lhe impressionasse mais profundamente as vastas faculdades do que... uma anedota!

Isto não quer dizer que não lhe agradeço as suas valiosas advertências, e as que hão de vir, que ainda mais valiosas serão. Apelo para a discussão: desejo-a. Simplesmente parece-me que, quando se discutem as opiniões de um homem, será talvez conveniente ter primeiro entendido o que ele diz.

Lisboa, 31 de maio.

Antero de Quental.

4.4.10 – *A Nação*, 8 jun.

Figura 4.35 – *A Nação*, 8 jun., p.1

ANNO – XXIII QUINTA FEIRA 8 DE JUNHO DE 1871 NUMERO 7-903

A NAÇÃO

JORNAL RELIGIOSO E POLITICO

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

PORTUGAL

Lisboa, 7 de junho

Dissemos em um dos nossos artigos da semana passada ao sr. Antero do Quental que reservávamos a questão religiosa para outro artigo, como sendo o mais grave de tratar; continuamos hoje no nosso empenho.

O orador democrata, seguindo a teoria de muitos que não pretendem senão a desordem na sociedade e, enfatuados na sua ignorância, avançam proposições que não podem e não sabem defender, tentou demonstrar que o catolicismo ao revés do cristianismo fora causa do abatimento da Península, concorrendo mais do que tudo para tal prostração o Concílio de Trento, que se servira da confissão auricular como arma poderosa para seus fins.

Quando o sr. Antero de Quental soltou tais asserções atacou primeiro as leis do país, que tem como Religião do Estado a Católica, Apostólica Romana; verdade é que o orador não fez mais do que seguir o exemplo daqueles que tem presidido à governação pública, pois que, desposando as mesmas doutrinas, tem procurado todos os meios para abater nesta nação o catolicismo, e arrancá-lo do coração do povo, há 37 anos que isto vemos, e todos os dias os esforços aumentam.

O orador, ignorante ou de má-fé, quis estabelecer diferenças entre o catolicismo e o cristianismo, e *nisto provou* que os seus estudos sobre a matéria que tão audaciosamente tratava não eram assaz profundos.

Que quer dizer cristão, será somente o que crê em Jesus Cristo? Não; a definição de cristianismo é: a crença em Jesus Cristo e nas suas doutrinas, por ele ensinadas e legadas à Santa Igreja, como repositório e mestra de todas a doutrina, logo quem não obedecer à Igreja não é cristão.

Católico quer dizer universal, porque toda a doutrina da Igreja deve ser crida sem discordância por todos aqueles que são filhos da Santa Igreja, logo não pode haver católico sem ser cristão e cristão sem ser católico; como tenta o orador separá-los?

Qualquer catecismo rudimentar de doutrina teria evitado ao sr. Quental de cair nestes absurdos, se se tivesse dado ao trabalho de o ler.

Mas os protestantes são cristãos, replicar-nos-ão. A seu modo, responderemos nós.

O cristianismo pregado pelo Divino Mestre e sustentado e explicado pela Santa Igreja tem dezenove séculos; quando apareceu a Reforma? No meio do

século XVI, levantando-se audaz contra a Santa Sé e pretendendo desviar a doutrina e modificar os preceitos, logo e protestantismo é uma aberração e nunca a sã doutrina lei como Jesus Cristo a ensinou, e depositou na Sua Igreja.

Evangelico non crederen, nizi me cogeret Ecclesiae Catholicae auctoritas, dizia o grande vulto do catolicismo, Santo Agostinho, quando os hereges do século IV se lhe queriam opor com textos mal interpretados da Bíblia.

O Concílio de Trento, um dos mais memoráveis concílios da Igreja, começado em 1545 e findo em 1563, é caluniado pelo democrata orador de ter abatido os povos da Península.

A ignorância é sempre audaciosa!

Sabe o sr. Quental os motivos que fizeram com que se reunisse o Concílio tridentino?

Um dos mais fortes motivos foi a luta religiosa que então se agitava na Europa, luta que ensanguentava as nações e que estabelecia a desordem por toda a parte; era preciso em tais circunstâncias discriminar os campos e dirigir os povos na senda da verdade, onde está o abatimento da Península causado por esse Concílio? Declaramos que o não vemos; pelo contrário nele estiveram os nossos mais doutos e respeitáveis bispos, que tão alta ideia e tanta glória deram então a Portugal pelas suas virtudes e erudição.

Ataca o sr. Antero de Quental a confissão auricular como instituída no Concílio tridentino como arma para as suas maquinações; ignorância crassa mostrou o orador nessa sua proposição, pois não lê no Evangelho de S. Mateus, capítulo XVIII as palavras de Jesus Cristo aos Apóstolos: – *Quaecumque alligaveritis super terram erunt ligata et in Coelo, et quaecumque solveritis super terram erunt soluta et in Coelo.*

E no Evangelho de S. João capítulo XX não lê ainda: – *Sicut misit me Pater et ego mitto vos. Accipite Spicitum Sunctum, quorum remizeritis peccata, remittuctur cis, et quorum retimeritis, retenta sunt.*

O orador, julgamos, não negará a autenticidade dos evangelhos, porque então estava em contradição quando aceita o cristianismo, é verdade que o aceita a seu modo, talvez sem Evangelhos.

De todas as citações que acabamos de fazer não se concluirá que Jesus Cristo ordenou e a Igreja tem sempre mandado, a confissão? Como poderiam ser perdoados os pecados e como receberíamos a absolvição se não disséssemos as nossa culpas ao sacerdote; não serão bem explícitas as palavras do Divino Mestre?

Como poderá então sustentar o sr. Quental a origem da confissão no Concílio de Trento?

No *Actus Apostulorum* encontraria também o orador no capítulo XIX, v. XVIII, quando se fala dos pagãos de Éfesos convertidos à voz do Apostolo S. Paulo, que eles vinham – *Confitentes et annuntiantes actus suos.*

Logo tudo prova que a confissão existiu e foi ordenada desde o começo do cristianismo.

Quem não sabe não fala.

Faz também o sr. Quental a apoteose da Comuna apresentando-a como um benefício para o país, e desejando que o homem absolutamente livre se dirigisse única e exclusivamente pela sua consciência.

A isto quase se não pode responder, só por zombaria se proferem semelhantes palavras.

A Comuna! Paris que seja a resposta mais enérgica a semelhante loucura.

Quando se vem a público soltar semelhantes asserções ou não há convicção no que se diz, e nesse caso é ludibriar o auditório, ou obedecendo a *mandatos ocultos* afronta-se tudo porque um *poder superior assim o ordena. A Internacional tem ramificações*.

É sério, *seríssimo*, senhores do *Jornal do Comércio. Não era* com efeito *de antes como hoje*; havia pobres; havia males; mas havia, onde encontrar remédio.

Tratamos do problema da miséria; ora em relação à população rural, qual benefício lhe veio das reformas de 34? A doação, que o Estado fez dos dízimos e bens da Coroa, não foi nenhum remédio à pobreza rural; foi agravação do mal.

Se antes o pobre seareiro achava no celeiro do dízimo auxílio fácil às suas necessidades. Por muito indigno, que fosse o pároco, não podia eximir-se aos costumes benéficos geralmente aceites.

A condição do simples operário rural, e entre nós é a classe mais numerosa, é hoje a todos os olhos, não embaciados pelos preconceitos, muito mais precária do que era antes. Seria o salário menor, mas a vida era proporcionalmente muito mais barata.

Acrescia em seu favor o tributo muito mais inferior e em geral e espirito de caridade muito mais forte, quando o espírito religioso exercia muito maior preponderância.

O operário das cidades é hoje muito mais infeliz. Criado em uma atmosfera de ideias dissolventes, vive na família enfraquecida em seus laços, na taberna devoradora do seu salário, na imprevidência do futuro, caminhando necessariamente para a miséria extrema.

É ver, o que por aí vai nas classes pobres... A miséria moral acompanha e agrava a material; as compleições enfraqueceram-se; moléstias debilitantes espalham-se e transmitem-se. Rara é a família operária que não se sinta desgraçada.

A caridade não está extinta, mas, desprovida de associação religiosa, sentem-se impotente ante a profundidade do mal. Por outro lado, o luxo crescente nas classes, abastadas não pode dizer-se, mas superiores, devora a economia que podia repartir com o pobre.

Não era assim antes, repetimo-lo e basta perguntá-lo a algum velho operário. O maior império da religião impunha a esmola e o auxílio. O operário não podia crer-se desamparado. Se chegasse a miséria extrema o caldo da porta do convento assegurava-o contra a fome.

E hoje, apenas aí se anuncia, alguma pequena esmola surgem logo milhares de miseráveis, que não concorrem às portas dos conventos, mas saem das portas desta mentida *liberdade*.

Males havia antigamente; havia instituições e costumes desviados do seu fim legítimo; havia muitos abusos; e nós tudo isso rejeitamos porque foi mal; porque 1871 não é 1800 e menos 1700.

Mas em face dos esbanjamentos que por aí pululam e o *Jornal do Comércio* tem tantas vezes flagelado, quando os seus amigos não são poder, o que eram esses abusos antigos, que aliás teriam sido já hoje reformados?

"O proletário só podia aspirar ao caldo da portaria do convento!"

Falsidade enorme. O proletário podia na Igreja chegar a Patriarca de Lisboa e dizem que o existente em 34 fora um pobre pastor; o proletário podia chegar a chanceler-mor do Reino, com todas as honras dos grandes, talvez com mais facilidade, do que hoje que pela intriga se sobe, pela intriga em que o proletário é impotente.

"Os frades e os fidalgos eram os Cresos do tempo" pobres Cresos em relação aos de hoje. Ricos eram apenas poucos conventos e poucos fidalgos; dizer o contrário é contradizer os fatos.

De resto essa riqueza chegava muito mais ao operário necessitado, do que a do barão de hoje, tão perfeitamente pintado pela inimitável pena de Garret.

"O povo possuía a ignorância" e hoje há mais escolas; serão mais proveitosas?

Nós negamos; cumpre a vós a prova. A instrução de hoje se mais vasta fosse ficava bem compensada pelo ensino e leitura corrosiva.

Mas para responder completamente ao *Jornal do Comércio* basta enviá-lo para a preleção fulminante do sr. Soromenho, que aliás é dos seus amigos e por tanto natural mais desfavorável ao Portugal antigo.

Leia o *Jornal do Comércio* em Balbi o número dos homens notáveis em letras e ciência que havia em Portugal em 1820 e diga-nos depois se a geração atual é mais sólida e proveitosamente instruída.

Ora toda essa vinha dos tempos que o *Jornal do Comércio abomina* e nós respeitamos para sobre as verdadeiras bases sociais, que então imperavam, mais corrigidas e aperfeiçoadas, como é missão de todas as novas épocas, assentar o edifício da sociedade do porvir.

Em uma palavra os homens que empenharam o país em 300:000 contos, que edificaram um *déficit* de 6:000, que já tributam a propriedade no 5º do rendimento, (excetuados os oligarcas do *liberalismo*) que destruíram a Marinha, que devoraram todas a substância do país e o empenharam aos argentários estrangeiros não podem levantar a voz diante de ninguém.

Olhai para o espetáculo da atual situação liberal e emudecei, que não tendes direito a levantar a voz depois de tantas enormidades de desgoverno.

E que dizeis ao *déficit* ainda maior de moralidade?

O que tendes vós mesmos dito das câmaras, dos políticos, dos estadistas?

Então ou falseais a verdade contra o passado ou contra o presente. Escolhei.

Veremos o que direis dessa tranquibernia máxima, as eleições a que vai proceder a *liberdade secundum Ávilam*.

Não queremos evocar todo o passado de nenhuma época; somos do nosso tempo; mas separados da corrupção liberal, queremos a entronização da política cristã – expressão que vale todos os programas possíveis e mais bem imaginados.

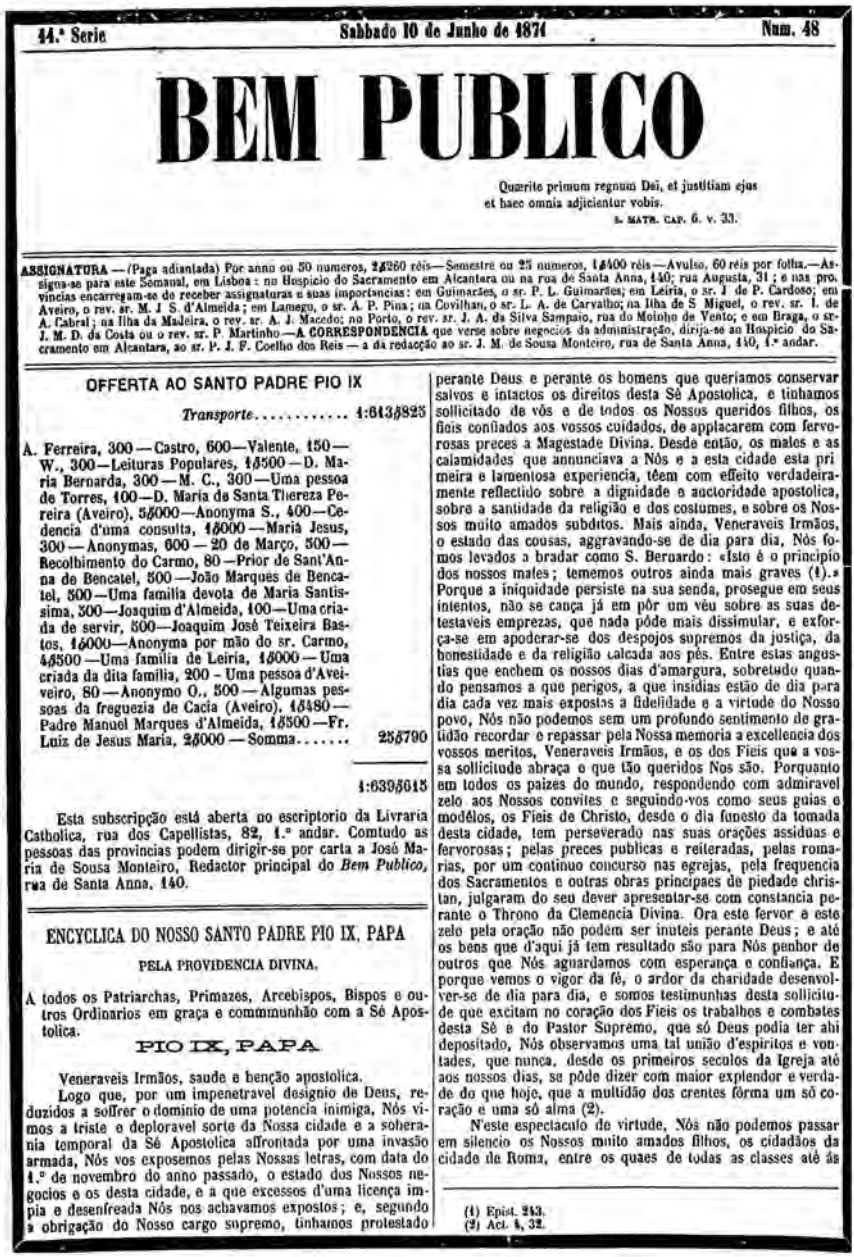
Assim o reinado que queremos e realizaremos é *o reinado da política cristã*.

O resto desbragado do artigo do *Jornal do Comercio* está bem no tal *muro branco*, que lhe ofendeu os *pudibundos* olhos.

É o caso de dizer: *Quis tullerit Grachos de seditione quaerentes?*

4.4.11 – *Bem Público*, 10 jun.

Figura 4.36 – *Bem Público*, 10 jun., p.1



44.ª Serie — Sabbado 10 de Junho de 1871 — Num. 48

BEM PUBLICO

Quærite primum regnum Dei, et justitiam ejus et hæc omnia adjicientur vobis.
S. MATH. CAP. 6. v. 33.

ASSIGNATURA — (Paga adiantada) Por anno ou 50 numeros, 2$200 réis—Semestre ou 25 numeros, 1$400 réis—Avulso, 60 réis por folha.—Assigna-se para este Semanal, em Lisboa: no Hospicio do Sacramento em Alcantara ou na rua de Santa Anna, 140; rua Augusta, 31; e nas provincias encarregam-se de receber assignaturas e suas importancias: em Guimarães, o sr. P. L. Guimarães; em Leiria, o sr. J. de P. Cardoso; em Aveiro, o rev. sr. M. J. S. d'Almeida; em Lamego, o sr. A. P. Pina; na Covilhan, o sr. L. A. de Carvalho; na Ilha de S. Miguel, o rev. sr. I. de A. Cabral; na Ilha da Madeira, o rev. sr. A. J. Macedo; no Porto, o rev. sr. J. A. da Silva Sampaio, rua do Moinho de Vento; e em Braga, o sr. J. M. D. da Costa ou o rev. sr. P. Martinho.—**A CORRESPONDENCIA** que verse sobre negocios da administração, dirija-se ao Hospicio do Sacramento em Alcantara, ao sr. P. J. F. Coelho dos Reis — a da redacção ao sr. J. M. de Sousa Monteiro, rua de Santa Anna, 140, 1.º andar.

OFFERTA AO SANTO PADRE PIO IX

Transporte..... 1:613$825

A. Ferreira, 300—Castro, 600—Valente, 150—W., 300—Leituras Populares, 1$500—D. Maria Bernarda, 300—M. C., 300—Uma pessoa de Torres, 100—D. Maria da Santa Thereza Pereira (Aveiro), 5$000—Anonyma S., 400—Cedencia d'uma consulta, 1$000—Maria Jesus, 300—Anonymas, 600—20 de Março, 500—Recolhimento do Carmo, 80—Prior de Sant'Anna de Bencatel, 500—João Marques de Bencatel, 500—Uma familia devota de Maria Santissima, 300—Joaquim d'Almeida, 100—Uma criada de servir, 500—Joaquim José Teixeira Bastos, 1$000—Anonyma por mão do sr. Carmo, 1$500—Uma familia de Leiria, 1$000—Uma criada da dita familia, 200 - Uma pessoa d'Aveiro, 80—Anonymo O., 500—Algumas pessoas da freguezia de Cacia (Aveiro), 1$480—Padre Manuel Marques d'Almeida, 1$500—Fr. Luiz de Jesus Maria, 2$000—Somma..... 25$790

1:639$615

Esta subscripção está aberta no escriptorio da Livraria Catholica, rua dos Capellistas, 82, 1.º andar. Comtudo as pessoas das provincias podem dirigir-se por carta a José Maria de Sousa Monteiro, Redactor principal do *Bem Publico*, rua de Santa Anna, 140.

ENCYCLICA DO NOSSO SANTO PADRE PIO IX, PAPA

PELA PROVIDENCIA DIVINA.

A todos os Patriarchas, Primazes, Arcebispos, Bispos e outros Ordinarios em graça e commmunhão com a Sé Apostolica.

PIO IX, PAPA

Veneraveis Irmãos, saude e benção apostolica.

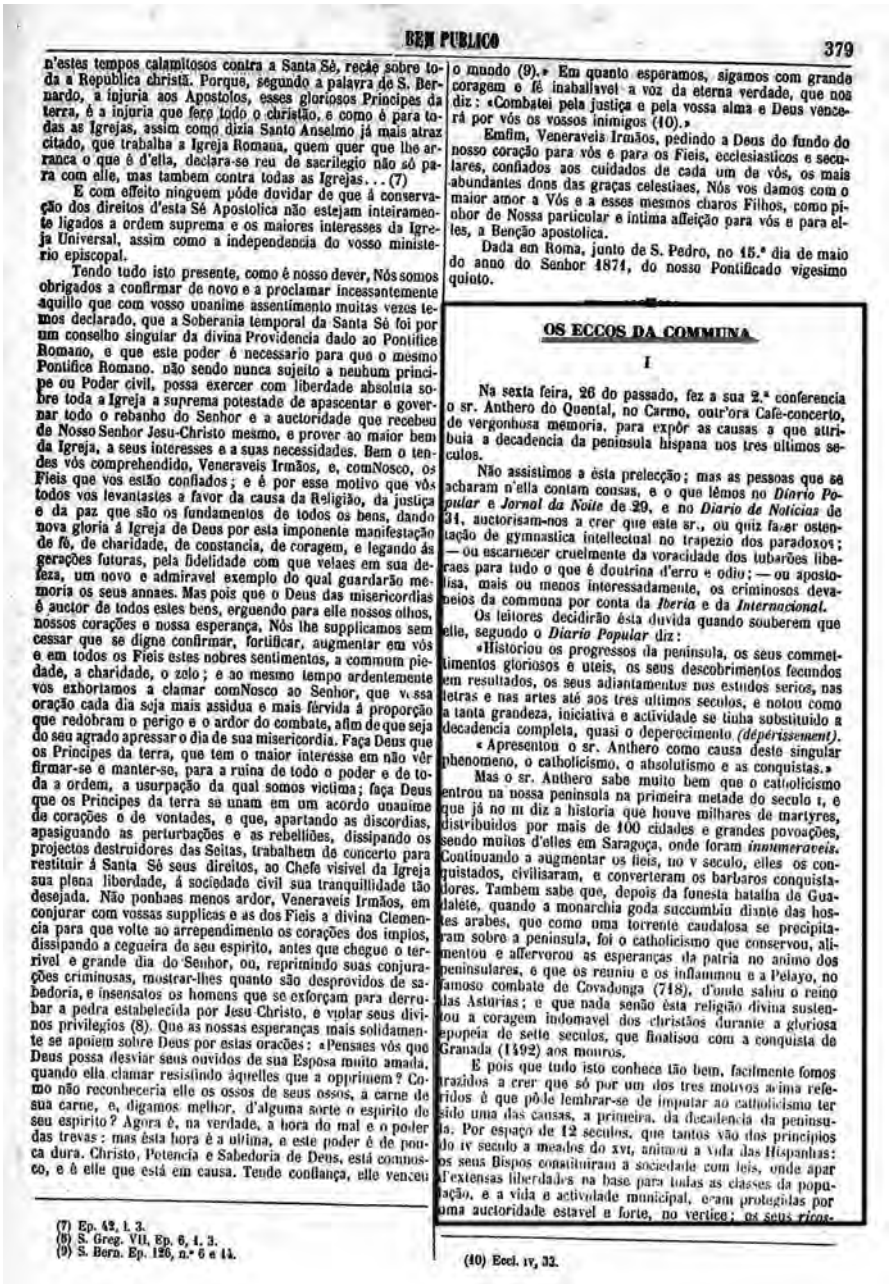
Logo que, por um impenetravel designio de Deus, reduzidos a soffrer o dominio de uma potencia inimiga, Nós vimos a triste e deploravel sorte da Nossa cidade e a soberania temporal da Sé Apostolica affrontada por uma invasão armada, Nós vos exposemos pelas Nossas letras, com data do 1.º de novembro do anno passado, o estado dos Nossos negocios e os desta cidade, e a que excessos d'uma licença impia e desenfreada Nós nos achavamos expostos; e, segundo a obrigação do Nosso cargo supremo, tinhamos protestado perante Deus e perante os homens que queriamos conservar salvos e intactos os direitos desta Sé Apostolica, e tinhamos sollicitado de vós e de todos os Nossos queridos filhos, os fieis confiados aos vossos cuidados, de applacarem com fervorosas preces a Magestade Divina. Desde então, os males e as calamidades que annunciava a Nós e a esta cidade esta primeira e lamentosa experiencia, têem com effeito verdadeiramente reflectido sobre a dignidade e auctoridade apostolica, sobre a santidade da religião e dos costumes, e sobre os Nossos muito amados subditos. Mais ainda, Veneraveis Irmãos, o estado das cousas, aggravando-se de dia para dia, Nós fomos levados a bradar como S. Bernardo: «Isto é o principio dos nossos males; tememos outros ainda mais graves (1).» Porque a iniquidade persiste na sua senda, prosegue em seus intentos, não se cança já em pôr um véu sobre as suas detestaveis emprezas, que nada póde mais dissimular, e exforça-se em apoderar-se dos despojos supremos da justiça, da honestidade e da religião calcada aos pés. Entre estas angustias que enchem os nossos dias d'amargura, sobretudo quando pensamos a que perigos, a que insidias estão de dia para dia cada vez mais expostas a fidelidade e a virtude do Nosso povo, Nós não podemos sem um profundo sentimento de gratidão recordar e repassar pela Nossa memoria a excellencia dos vossos meritos, Veneraveis Irmãos, e os dos Fieis que a vossa sollicitude abraça e que tão queridos Nos são. Porquanto em todos os paizes do mundo, respondendo com admiravel zelo aos Nossos convites e seguindo-vos como seus guias e modêlos, os Fieis de Christo, desde o dia funesto da tomada desta cidade, tem perseverado nas suas orações assiduas e fervorosas; pelas preces publicas e reiteradas, pelas romarias, por um continuo concurso nas egrejas, pela frequencia dos Sacramentos e outras obras principaes de piedade christan, julgaram do seu dever apresentar-se com constancia perante o Throno da Clemencia Divina. Ora este fervor e este zelo pela oração não podem ser inuteis perante Deus; e até os bens que d'aqui já tem resultado são para Nós penhor de outros que Nós aguardamos com esperança e confiança. E porque vemos o vigor da fé, o ardor da charidade desenvolver-se de dia para dia, e somos testimunhas desta sollicitude que excitam no coração dos Fieis os trabalhos e combates desta Sé e do Pastor Supremo, que só Deus podia ter ahi depositado, Nós observamos uma tal união d'espiritos e vontades, que nunca, desde os primeiros seculos da Igreja até aos nossos dias, se póde dizer com maior explendor e verdade do que hoje, que a multidão dos crentes fórma um só coração e uma só alma (2).

N'este espectaculo de virtude, Nós não podemos passar em silencio os Nossos muito amados filhos, os cidadãos da cidade de Roma, entre os quaes de todas as classes até ás

(1) Epist. 243.
(2) Act. 4, 32.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.37 – *Bem Público*, 10 jun., p.2



BEM PUBLICO 379

n'estes tempos calamitosos contra a Santa Sé, recáe sobre toda a Republica christã. Porque, segundo a palavra de S. Bernardo, a injuria aos Apostolos, esses gloriosos Principes da terra, é a injuria que fere todo o christão, e como é para todas as Igrejas, assim como dizia Santo Anselmo já mais atraz citado, que trabalha a Igreja Romana, quem quer que lhe arranca o que é d'ella, declara-se reu de sacrilegio não só para com elle, mas tambem contra todas as Igrejas... (7)

E com effeito ninguem póde duvidar de que á conservação dos direitos d'esta Sé Apostolica não estejam inteiramente ligados a ordem suprema e os maiores interesses da Igreja Universal, assim como a independencia do vosso ministerio episcopal.

Tendo tudo isto presente, como é nosso dever, Nós somos obrigados a confirmar de novo e a proclamar incessantemente aquillo que com vosso unanime assentimento muitas vezes temos declarado, que a Soberania temporal da Santa Sé foi por um conselho singular da divina Providencia dado ao Pontifice Romano, e que este poder é necessario para que o mesmo Pontifice Romano, não sendo nunca sujeito a nenhum principe ou Poder civil, possa exercer com liberdade absoluta sobre toda a Igreja a suprema potestade de apascentar e governar todo o rebanho do Senhor e a auctoridade que recebeu de Nosso Senhor Jesu-Christo mesmo, e prover ao maior bem da Igreja, a seus interesses e a suas necessidades. Bem o tendes vós comprehendido, Veneraveis Irmãos, e, comNosco, os Fieis que vos estão confiados; e é por esse motivo que vós todos vos levantastes a favor da causa da Religião, da justiça e da paz que são os fundamentos de todos os bens, dando nova gloria á Igreja de Deus por esta imponente manifestação de fé, de charidade, de constancia, de coragem, e legando ás gerações futuras, pela fidelidade com que velaes em sua defeza, um novo e admiravel exemplo do qual guardarão memoria os seus annaes. Mas pois que o Deus das misericordias é auctor de todos estes bens, erguendo para elle nossos olhos, nossos corações e nossa esperança, Nós lhe supplicamos sem cessar que se digne confirmar, fortificar, augmentar em vós e em todos os Fieis estes nobres sentimentos, a commum piedade, a charidade, o zelo; e ao mesmo tempo ardentemente vos exhortamos a clamar comNosco ao Senhor, que vossa oração cada dia seja mais assidua e mais fervida á proporção que redobram o perigo e o ardor do combate, afim de que seja do seu agrado apressar o dia de sua misericordia. Faça Deus que os Principes da terra, que tem o maior interesse em não vêr firmar-se e manter-se, para a ruina de todo o poder e de toda a ordem, a usurpação da qual somos victima; faça Deus que os Principes da terra se unam em um acordo unanime de corações e de vontades, e que, apartando as discordias, apasiguando as perturbações e as rebelliões, dissipando os projectos destruidores das Seitas, trabalhem de concerto para restituir á Santa Sé seus direitos, ao Chefe visivel da Igreja sua plena liberdade, á sociedade civil sua tranquillidade tão desejada. Não ponhaes menos ardor, Veneraveis Irmãos, em conjurar com vossas supplicas e as dos Fieis a divina Clemencia para que volte ao arrependimento os corações dos impios, dissipando a cegueira de seu espirito, antes que chegue o terrivel e grande dia do Senhor, ou, reprimindo suas conjurações criminosas, mostrar-lhes quanto são desprovidos de sabedoria, e insensatos os homens que se esforçam para derrubar a pedra estabelecida por Jesu-Christo, e violar seus divinos privilegios (8). Que as nossas esperanças mais solidamente se apoiem sobre Deus por estas orações: «Pensaes vós que Deus possa desviar seus ouvidos de sua Esposa muito amada, quando ella clamar resistindo áquelles que a opprimem? Como não reconheceria elle os ossos de seus ossos, a carne de sua carne, e, digamos melhor, d'alguma sorte o espirito de seu espirito? Agora é, na verdade, a hora do mal e o poder das trevas: mas esta hora é a ultima, e este poder é de pouca dura. Christo, Potencia e Sabedoria de Deus, está comnosco, e é elle que está em causa. Tende confiança, elle venceu o mundo (9).» Em quanto esperamos, sigamos com grande coragem e fé inabalavel a voz da eterna verdade, que nos diz: «Combatei pela justiça e pela vossa alma e Deus vencerá por vós os vossos inimigos (10).»

Emfim, Veneraveis Irmãos, pedindo a Deus do fundo do nosso coração para vós e para os Fieis, ecclesiasticos e seculares, confiados aos cuidados de cada um de vós, os mais abundantes dons das graças celestiaes, Nós vos damos com o maior amor a Vós e a esses mesmos charos Filhos, como pignor de Nossa particular e intima affeição para vós e para elles, a Benção apostolica.

Dada em Roma, junto de S. Pedro, no 15.º dia de maio do anno do Senhor 1871, do nosso Pontificado vigesimo quinto.

(7) Ep. 42, l. 3.
(8) S. Greg. VII, Ep. 6, l. 3.
(9) S. Bern. Ep. 126, n.os 6 e 14.

OS ECCOS DA COMMUNA

I

Na sexta feira, 26 do passado, fez a sua 2.ª conferencia o sr. Anthero do Quental, no Carmo, outr'ora Café-concerto, de vergonhosa memoria, para expôr as causas a que attribuia a decadencia da peninsula hispana nos tres ultimos seculos.

Não assistimos a esta prelecção; mas as pessoas que se acharam n'ella contam cousas, e o que lêmos no *Diario Popular* e *Jornal da Noite* de 29, e no *Diario de Noticias* de 31, auctorisam-nos a crer que este sr., ou quiz fazer ostentação de gymnastica intellectual no trapezio dos paradoxos; — ou escarnecer cruelmente da voracidade dos tubarões liberaes para tudo o que é doutrina d'erro e odio; — ou apostolisa, mais ou menos interessadamente, os criminosos devaneios da communa por conta da *Iberia* e da *Internacional*.

Os leitores decidirão esta duvida quando souberem que elle, segundo o *Diario Popular* diz:

«Historiou os progressos da peninsula, os seus commettimentos gloriosos e uteis, os seus descobrimentos fecundos em resultados, os seus adiantamentos nos estudos serios, nas letras e nas artes até aos tres ultimos seculos, e notou como a tanta grandeza, iniciativa e actividade se tinha substituido a decadencia completa, quasi o deperecimento *(déperissement)*.

«Apresentou o sr. Anthero como causa deste singular phenomeno, o catholicismo, o absolutismo e as conquistas.»

Mas o sr. Anthero sabe muito bem que o catholicismo entrou na nossa peninsula na primeira metade do seculo I, e que já no III diz a historia que houve milhares de martyres, distribuidos por mais de 100 cidades e grandes povoações, sendo muitos d'elles em Saragoça, onde foram *innumeraveis*. Continuando a augmentar os fieis, no V seculo, elles os conquistados, civilisaram, e converteram os barbaros conquistadores. Tambem sabe que, depois da funesta batalha de Guadalete, quando a monarchia goda succumbiu diante das hostes arabes, que como uma torrente caudalosa se precipitaram sobre a peninsula, foi o catholicismo que conservou, alimentou e alfervorou as esperanças da patria no animo dos peninsulares, e que os reuniu e os inflammou e a Pelayo, no famoso combate de Covadonga (718), d'onde saliu o reino das Asturias; e que nada senão esta religião divina sustentou a coragem indomavel dos christãos durante a gloriosa epopeia de sete seculos, que finalisou com a conquista de Granada (1492) aos mouros.

E pois que tudo isto conhece tão bem, facilmente fomos trazidos a crer que só por um dos tres motivos acima referidos é que póde lembrar-se de imputar ao catholicismo ter sido uma das causas, a primeira, da decadencia da peninsula. Por espaço de 12 seculos, que tantos vão dos principios do IV seculo a meados do XVI, animou a vida das Hispanhas: os seus Bispos constituiram a sociedade com leis, onde apar d'extensas liberdades na base para todas as classes da população, e a vida e actividade municipal, eram protegidas por uma auctoridade estavel e forte, no vertice; os seus *ricos-*

(10) Eccl. IV, 32.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.38 – *Bem Público*, 10 jun., p.3

320 BEM PUBLICO

homens velavam tanto pela defeza do paiz contra as emprezas de fóra, como contra os perigos de dentro, e administrando com os *homens bons* justiça a todos, asseguravam protecção a quem a merecia. Não é portanto para maravilha que tantos emprehendimentos ousassem com feliz exito seus naturaes, em todos os ramos do saber e da actividade humana; o que assombra e perturba a rasão é que este mesmo catholicismo que, durante 12 seculos, conduziu a peninsula como pela mão até ao auge em que nol-a mostra 1580, de repente se tornasse causa de decadencia e de prostração, como quer o sr. Anthero fazer crer ao seu auditorio do Casino.

Lembra aqui perguntar ao prelector se essa causa de prostração e deperecimento, era essencial no catholicismo, ou tinha-lhe sobrevindo por accidente exterior? No primeiro caso como pôde elle inspirar, ou accompanhar (se lhe parece muito inspirar) tantos e tão avantajados progressos na sciencia, nas letras, nas artes, e até nas armas, desde as primeiras tentativas até chegarem ao apogeu? Só um milagre póde explicar que a mesma instituição que foi causa original, ou ao menos concurrente de creação, chegasse rapidamente a ser causa de destruição!... Mas crê o sr. Anthero em milagres?! No segundo caso, ninguem deixará de chamar exforço de gymnastica a accusação deste sr. ao catholicismo por uma decadencia que teve de reconhecer como effeito de causa extrinseca, e totalmente alheia a elle. Pois não seria melhor designar aquella excrecencia?... Parece; mas as sortes não seriam tão estupendas, nem fariam tamanho effeito.

E parece que só a isso attendeu o sr. Anthero, digno discipulo da Universidade de Coimbra, quando seguiu dizendo:

«O catholicismo, e não o christianismo *(é a causa da decadencia)* porque o confundil-os seria acreditar que os protestantes e os lutheranos não são christãos e, indo mais longe, que o não foram os apostolos, porque n'esses tempos ainda o catholicismo não existia; o catholicismo, como saio do Concilio de Trento, instituição politica, impondo-se á consciencia humana, decidindo acima da rasão, monopolisando a sciencia nas mãos dos jesuitas, semeando a ignorancia entre o povo, ateando a guerra religiosa.»

E' curioso este cumprimento ao protestantismo.

Faz o sr. Anthero distincção entre lutheranos e protestantes; mas o que significa ella? Será, porventura, que sabe haver entre estes seitas que não são christans, já porque negam a existencia historica de Christo, ou a sua personalidade humana, já porque negam a sua divindade, já porque rejeitam o baptismo? N'esse caso desmentiu a affirmação que vinha de fazer de que todos os protestantes são christãos, e seguiu a S. Justino, quando diz dos sectarios: «Não lhes damos ordinariamente o nome de christãos; chamamos a uns *marcionitas*, a outros *valentinianos*, ou *basilidianos* do nome do auctor da sua seita *(Dial. cont. Tryp. p. 253)*.»

Não póde ignorar que os lutheranos foram os primeiros protestantes, quer porque *protestaram* na dieta de Spira em 1529, d'onde nasceu o nome, como porque foi Luthero o primeiro que proclamou a revolta; com o que auctorisa a crença de que só quiz mostrar ao seu auditorio que o despresava por falta de intelligencia. Elle que lhe agradeça a delicadeza.

Com o mesmo fim, se não com o de fazer ostentação de agilidade, póde lembrar-se de dizer que os Apostolos não foram catholicos, porque o catholicismo não existia no seu tempo. Não póde estar d'isso convencido, pois do contrario ter-se-hia informado tanto da epocha do seu apparecimento, como das doutrinas em que o symbolo d'este se distinguiu das do symbolo d'aquelles. Mas se o fizesse, não exigiria, como exigiu, um acto de fé do seu auditorio á infallibilidade do prelector. Disse; é quanto basta, o rebanho crê.

Sabe-se quando começaram todas as seitas, que desde o tempo dos Apostolos se separaram do catholicismo, e quaes os pontos que deram motivo ou pretexto á separação; e assim cada uma, a seu modo, vem dar testimunho de que o catholicismo é mais antigo do que ellas, e deste modo se chega aos tempos apostolicos. Sabe-se quando começaram as principaes seitas protestantes, e em que a symbolica de cada uma d'ellas diverge da antecedente, e todas do catholicismo; quanto a este, não sabe, quando, nem como appareceu quem precindisse dos Apostolos. Alguns doutores destas seitas, querendo, talvez por um resto de pudor, justificar a sua revolta, disseram que o *catholicismo* era uma degeneração do *christianismo*, mas, não tão habeis como o sr. Anthero, quizeram marcar a epocha dessa degeneração, e quaes apontaram o 4.º seculo, quaes o 5.º, quaes o 6.º, e quaes o 9.º, e apar desta confusão chronologica vinha a doutrinal, fazendo uns consistir a degeneração n'uma cousa, e outros em outra. Ambas as confusões, porém, tinham de bom que provavam não ter havido tal degeneração senão na má vontade e desvairada imaginação de cada um d'elles.

O prelector do Casino, seguindo Edgard Quinet, assignou ao catholicismo, isto é, ao que chamou degeneração do christianismo, o 16.º seculo como a epocha do seu apparecimento, e a manifestação desse facto achou-a no Concilio do Trento com a confissão auricular obrigatoria, e o monopolio da sciencia nas mãos dos jesuitas, etc.

Não póde conceber a rasão humana que o effeito seja anterior á causa, mas por isso mesmo é que o sr. Anthero exige do seu povo a crença de que as seitas *protestaram* em 1517–1532 contra o catholicismo do Concilio de Trento em 1547–1563, e dos jesuitas em 1540: a causa posterior ao effeito. E' maravilhoso. Quanto á confissão auricular obrigatoria, cremos não fazer injuria ao sr. Anthero dizendo que muito bem sabe que Wiclef no XIV seculo foi o primeiro que negou a necessidade da confissão auricular como preceito, o que mostra a existencia d'ella antes do XVI seculo; que n'este seculo Calvino lembrou-se de attribuir a Innocencio III o estabelecimento d'ella no XIII seculo, sendo que o canon XXI do quarto Concilio de Latrão (1215) não faz mais do que designar a quem e quando se deve fazer a confissão auricular, o que mostraria desde logo que ella é muito mais antiga, se testimunhos mui solemnes e formaes o não patenteassem já; taes são, os gregos scismaticos, que se separaram em 858 (IX seculo), os nestorianos em 553 (VI seculo), os eutichianos em 451 (V seculo), e os novacianos em 251 (III seculo), e que apezar d'isso conservam a confissão auricular obrigatoria. Como pois, sabendo isto, se atreveria a dizer que fóra ella estabelecida no XVI seculo? Para escarnecer da ignorancia boçal dos seus ouvintes, que *n'este ponto* o applaudiram, refere o *Jornal da Noite*.

N'outro artigo havemos de occupar-nos das demais indicações do que chama o *catholicismo* em opposição ao *christianismo*: agora limitamo-nos a breves palavras sobre a sua asserção de que os Apostolos não foram *catholicos*, porque o *catholicismo* não existia n'aquelle tempo. Se quiz dizer que não existia a palavra *catholicismo*, não entendemos contestar-lh'o; e apenas diremos que, negando aos Apostolos a qualidade de *catholicos* por não existir o termo d'onde julga ter nascido este vocabulo, cáe no erro em que incorreria (p. e.) quem dissesse que Manuel Fernandes Thomaz não era *liberal*, porque ainda não existia a palavra liberalismo: mas se quiz dizer que ainda não existia a religião assim chamada, ou enganou voluntariamente, ou errou deploravelmente. Quer desça dos Apostolos até nós, quer suba do nosso tempo até aos Apostolos, achará que a doutrina é a mesma, sem transformação, e sem mudança.

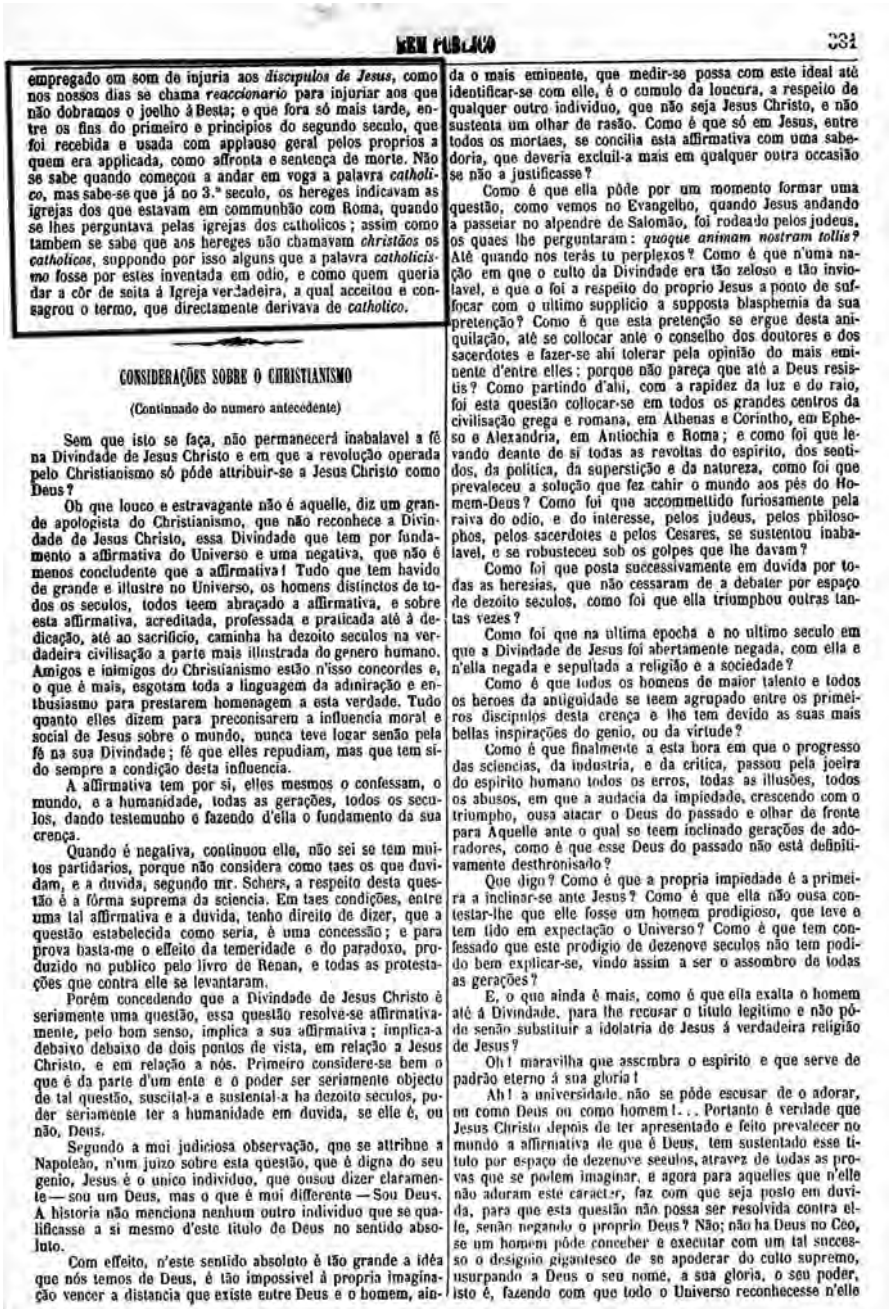
Quanto á palavra *catholicismo*, de certo só depois dos Apostolos, e quando a religião por elles prégada tinha chegado aos extremos do mundo conhecido, é que o vocabulo foi inventado para exprimir esta universalidade da mesma crença. Assim é que no anno 43 de Jesus Christo se inventou em Anthiochia a palavra *christão* para indicar a classe dos discipulos de Jesus que tinha sahido do paganismo, e portanto os Apostolos não poderam ter esse nome, visto não terem sahido do paganismo; e como a palavra *christianismo* foi mais tarde formada de *christão*, segue se que ainda no tempo dos Apostolos não havia *christianismo*, e que elles não foram *christãos*.

O chasco do sr. Anthero é tal, que elle mesmo ficou chasqueado, com aquelles a quem quizera chasquer, se é que não foram outras as suas vistas.

Mais diremos que pessoas eruditas no estudo das antiguidades ecclesiasticas dizem ter sido o vocabulo *christão*,

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.39 – *Bem Público*, 10 jun., p.4



BEM PUBLICO 331

empregado em som de injuria aos *discipulos de Jesus*, como nos nossos dias se chama *reaccionario* para injuriar aos que não dobramos o joelho á Besta; e que fora só mais tarde, entre os fins do primeiro e principios do segundo seculo, que foi recebida e usada com applauso geral pelos proprios a quem era applicada, como affronta e sentença de morte. Não se sabe quando começou a andar em voga a palavra *catholico*, mas sabe-se que já no 3.º seculo, os hereges indicavam as igrejas dos que estavam em communhão com Roma, quando se lhes perguntava pelas igrejas dos catholicos; assim como tambem se sabe que aos hereges não chamavam *christãos* os *catholicos*, suppondo por isso alguns que a palavra *catholicismo* fosse por estes inventada em odio, e como quem queria dar a côr de seita á Igreja verdadeira, a qual acceitou e consagrou o termo, que directamente derivava de *catholico*.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CHRISTIANISMO

(Continuado do numero antecedente)

Sem que isto se faça, não permanecerá inabalavel a fé na Divindade de Jesus Christo e em que a revolução operada pelo Christianismo só póde attribuir-se a Jesus Christo como Deus?

Oh que louco e estravagante não é aquelle, diz um grande apologista do Christianismo, que não reconhece a Divindade de Jesus Christo, essa Divindade que tem por fundamento a affirmativa do Universo e uma negativa, que não é menos concludente que a affirmativa! Tudo que tem havido de grande e illustre no Universo, os homens distinctos de todos os seculos, todos teem abraçado a affirmativa, e sobre esta affirmativa, acreditada, professada e praticada até á dedicação, até ao sacrificio, caminha ha dezoito seculos na verdadeira civilisação a parte mais illustrada do genero humano. Amigos e inimigos do Christianismo estão n'isso concordes e, o que é mais, esgotam toda a linguagem da admiração e enthusiasmo para prestarem homenagem a esta verdade. Tudo quanto elles dizem para preconisarem a influencia moral e social de Jesus sobre o mundo, nunca teve logar senão pela fé na sua Divindade; fé que elles repudiam, mas que tem sido sempre a condição desta influencia.

A affirmativa tem por si, elles mesmos o confessam, o mundo, e a humanidade, todas as gerações, todos os seculos, dando testemunho e fazendo d'ella o fundamento da sua crença.

Quando é negativa, continuou elle, não sei se tem muitos partidarios, porque não considera como taes os que duvidam, e a duvida, segundo mr. Schers, a respeito desta questão é a fórma suprema da sciencia. Em taes condições, entre uma tal affirmativa e a duvida, tenho direito de dizer, que a questão estabelecida como seria, é uma concessão; e para prova basta-me o effeito da temeridade e do paradoxo, produzido no publico pelo livro de Renan, e todas as protestações que contra elle se levantaram.

Porém concedendo que a Divindade de Jesus Christo é seriamente uma questão, essa questão resolve-se affirmativamente, pelo bom senso, implica a sua affirmativa; implica-a debaixo debaixo de dois pontos de vista, em relação a Jesus Christo, e em relação a nós. Primeiro considere-se bem o que é da parte d'um ente e o poder ser seriamente objecto de tal questão, suscital-a e sustental-a ha dezoito seculos, poder seriamente ter a humanidade em duvida, se elle é, ou não, Deus.

Segundo a mui judiciosa observação, que se attribue a Napoleão, n'um juizo sobre esta questão, que é digna do seu genio, Jesus é o unico individuo, que ousou dizer claramente — sou um Deus, mas o que é mui differente — Sou Deus. A historia não menciona nenhum outro individuo que se qualificasse a si mesmo d'este titulo de Deus no sentido absoluto.

Com effeito, n'este sentido absoluto é tão grande a idéa que nós temos de Deus, é tão impossivel á propria imaginação vencer a distancia que existe entre Deus e o homem, ainda o mais eminente, que medir-se possa com este ideal até identificar-se com elle, é o cumulo da loucura, a respeito de qualquer outro individuo, que não seja Jesus Christo, e não sustenta um olhar de rasão. Como é que só em Jesus, entre todos os mortaes, se concilia esta affirmativa com uma sabedoria, que deveria exclui-a mais em qualquer outra occasião se não a justificasse?

Como é que ella póde por um momento formar uma questão, como vemos no Evangelho, quando Jesus andando a passeiar no alpendre de Salomão, foi rodeado pelos judeus, os quaes lhe perguntaram: *quoque animam nostram tollis?* Até quando nos terás tu perplexos? Como é que n'uma nação em que o culto da Divindade era tão zeloso e tão inviolavel, e que o foi a respeito do proprio Jesus a ponto de suffocar com o ultimo supplicio a supposta blasphemia da sua pretenção? Como é que esta pretenção se ergue desta aniquilação, até se collocar ante o conselho dos doutores e dos sacerdotes e fazer-se ahi tolerar pela opinião do mais eminente d'entre elles: porque não pareça que até a Deus resistis? Como partindo d'ahi, com a rapidez da luz e do raio, foi esta questão collocar-se em todos os grandes centros da civilisação grega e romana, em Athenas e Corintho, em Epheso e Alexandria, em Antiochia e Roma; e como foi que levando deante de si todas as revoltas do espirito, dos sentidos, da politica, da superstição e da natureza, como foi que prevaleceu a solução que fez cahir o mundo aos pés do Homem-Deus? Como foi que accommettido furiosamente pela raiva do odio, e do interesse, pelos judeus, pelos philosophos, pelos sacerdotes e pelos Cesares, se sustentou inabalavel, e se robusteceu sob os golpes que lhe davam?

Como foi que posta successivamente em duvida por todas as heresias, que não cessaram de a debater por espaço de dezoito seculos, como foi que ella triumphou outras tantas vezes?

Como foi que na ultima epocha e no ultimo seculo em que a Divindade de Jesus foi abertamente negada, com ella e n'ella negada e sepultada a religião e a sociedade?

Como é que todos os homens de maior talento e todos os heroes da antiguidade se teem agrupado entre os primeiros discipulos desta crença e lhe tem devido as suas mais bellas inspirações do genio, ou da virtude?

Como é que finalmente a esta hora em que o progresso das sciencias, da industria, e da critica, passou pela joeira do espirito humano todos os erros, todas as illusões, todos os abusos, em que a audacia da impiedade, crescendo com o triumpho, ousa atacar o Deus do passado e olhar de frente para Aquelle ante o qual se teem inclinado gerações de adoradores, como é que esse Deus do passado não está definitivamente desthronisado?

Que digo? Como é que a propria impiedade é a primeira a inclinar-se ante Jesus? Como é que ella não ousa contestar-lhe que elle fosse um homem prodigioso, que teve e tem tido em expectação o Universo? Como é que tem confessado que este prodigio de dezenove seculos não tem podido bem explicar-se, vindo assim a ser o assombro de todas as gerações?

E, o que ainda é mais, como é que ella exalta o homem até á Divindade, para lhe recusar o titulo legitimo e não póde senão substituir a idolatria de Jesus á verdadeira religião de Jesus?

Oh! maravilha que assombra o espirito e que serve de padrão eterno á sua gloria!

Ah! a universalidade, não se póde escusar de o adorar, ou como Deus ou como homem!... Portanto é verdade que Jesus Christo depois de ter apresentado e feito prevalecer no mundo a affirmativa de que é Deus, tem sustentado esse titulo por espaço de dezenove seculos, atravez de todas as provas que se podem imaginar, e agora para aquelles que n'elle não adoram este caracter, faz com que seja posto em duvida, para que esta questão não possa ser resolvida contra elle, senão negando o proprio Deus? Não; não ha Deus no Ceo, se um homem póde conceber e executar com um tal successo o designio gigantesco de se apoderar do culto supremo, usurpando a Deus o seu nome, a sua gloria, o seu poder, isto é, fazendo com que todo o Universo reconhecesse n'elle

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Os Ecos da Comuna

I

Na sexta-feira, 26 do passado, fez a sua 2ª conferência o sr. Antero de Quental, no Carmo, outrora Café-concerto, de vergonhosa memória, para expor as causas a que atribuía a decadência da península hispana nos três últimos séculos.

Não assistimos a esta preleção; mas as pessoas que se acharam nela contam coisas, e o que lemos no *Diário Popular* e *Jornal da Noite* de 29, e no *Diário de Notícias* de 31, autorizam-nos a crer que este senhor, ou quis fazer ostentação de ginástica intelectual no trapézio dos paradoxos; – ou escarnecer cruelmente da voracidade dos tubarões liberais para tudo o que é doutrina de erro e ódio; – ou apostoliza, mais ou menos interessadamente, os criminosos devaneio da Comuna por conta da *Iberia* e da *Internacional*.

Os leitores decidirão esta dúvida quando souberem que ele, segundo o *Diário Popular* diz:

"Historiou os progressos da península, os seus cometimentos gloriosos e úteis, os seus descobrimentos fecundos em resultados, os seus adiantamentos nos estudos sérios, nas letras e nas artes até aos três últimos séculos, e notou como a tanta grandeza, iniciativa e atividade se tinha substituído a decadência completa, quase o deperecimento (*dépérissement*).

"Apresentou o sr. Antero como causa deste singular fenômeno, o catolicismo, o absolutismo e as conquistas."

Mas o sr. Antero sabe muito bem que o catolicismo entrou na nossa península na primeira metade do século I, e que já no III diz a história que houve milhares de mártires, distribuídos por mais de cem cidades e grandes povoações, sendo muitos deles em Saragoça, onde foram *inumeráveis*. Continuando a aumentar os fiéis, no quinto século, eles os conquistados, civilizaram, e converteram os bárbaros conquistadores. Também sabe que, depois da funesta batalha de Guadalete quando a monarquia goda sucumbiu diante as hostes árabes, que como uma torrente caudalosa se precipitaram sobre a península, foi o catolicismo que conservou, alimentou e afervorou as esperanças da pátria no ânimo dos peninsulares, e que os reuniu e os inflamou e a Pelayo, no famoso combate de Covadonga (718), de onde saiu o Reino das Astúrias; e que nada senão esta religião divina sustentou a coragem indomável dos cristãos durante a gloriosa epopeia de sete séculos, que finalizou com a conquista de Granada (1492) aos mouros.

E, pois, que tudo isso conhece tão bem, facilmente fomos trazidos a crer que só por um dos três motivos acima referidos é que pode lembrar-se de imputar ao

catolicismo ter sido uma das causas, a primeira, da decadência da península. Por espaço de doze séculos, que tantos vão dos princípios do quarto século a meados do XVI, animou a vida das Espanhas: os seus bispos constituíram a sociedade com leis, onde a par de extensas liberdades na base para todas as classes da população, e a vida e a atividade municipal, eram protegidas por uma autoridade estável e forte, no vértice; os seus *ricos homens* velavam tanto pela defesa do país contra as empresas de fora, como contra os perigos de dentro, e administrando com os *homens bons* justiça a todos, asseguravam proteção a quem a merecia. Não é, portanto, para maravilha que tantos empreendimentos ousassem com feliz êxito seus naturais, em todos os ramos do saber e da atividade humana; o que assombra e perturba a razão é que este mesmo catolicismo que, durante doze séculos, conduziu a península pela mão até ao auge em que mostra 1580, de repente se tornasse causa de decadência e de prostração como quer o sr. Antero fazer crer ao seu auditório do Cassino.

Lembra aqui perguntar ao preletor se essa causa de prostração e deperecimento, era essencial no catolicismo, ou tinha-lhe sobrevindo por acidente exterior? No primeiro caso como pode ele inspirar, ou acompanhar (se lhe parece muito inspirar) tantos e tão avantajados progressos na ciência, nas letras, nas artes, e até nas armas, desde as primeiras tentativas até chegarem ao apogeu? Só um milagre pode explicar que a mesma instituição que foi causa original, ou ao menos concorrente de criação, chegasse rapidamente a ser causa de destruição!..., mas crê o sr. Antero em milagres?! No segundo caso, ninguém deixará de chamar esforço de ginástica e acusação desse senhor ao catolicismo por uma decadência que teve de reconhecer como efeito de causa extrínseca, e totalmente alheia a ele. Pois não seria melhor designar aquela excrescência?... Parece; mas as sortes não seriam tão estupendas, nem fariam tamanho efeito.

E parece que só a isto atendeu o sr. Antero, digno discípulo da Universidade de Coimbra, quando seguiu dizendo:

"O catolicismo, e não o cristianismo (é a causa da decadência) porque o confundi-los seria acreditar que os protestantes e os luteranos não são cristãos e, indo mais longe, que o não foram os apóstolos, porque nesses tempos ainda o catolicismo ainda não existia; o catolicismo, como saiu do Concílio de Trento, instituição política, impondo-se à consciência humana, decidindo acima da razão, monopolizando a ciência nas mãos dos jesuítas, semeando a ignorância entre o povo, ateando a guerra religiosa".

É curioso este cumprimento ao protestantismo.

Faz o sr. Antero distinção entre os luteranos e protestantes; mas o que significa ela? Será, porventura, que sabe haver entre estas seitas que não são cristãs, já porque negam a existência histórica de Cristo, ou sua personalidade humana, já porque negam a sua divindade, já porque rejeitam o batismo? Nesse caso desmentiu a afirmação que vinha de fazer de que todos os protestantes são cristãos, e seguiu a S. Justino, quando diz dos sectários: "Não lhes damos ordinariamente o nome de cristãos; chamamos a uns *marcionitas*, a outros *valentinianos*, ou *basilidianos* do nome do autor da sua seita" (Dial. cont. Tryp. p.253).

Não pode ignorar que os luteranos foram os primeiros protestantes, quer porque *protestaram* na dieta de Spira em 1529, de onde nasceu o nome, como porque foi Lutero o primeiro que proclamou a revolta; com o que autoriza a crença que só quis mostrar ao seu auditório que o desprezava por falta de inteligência. Ele que lhe agradeça a delicadeza.

Com o mesmo o fim, se não com o de fazer ostentação de agilidade, pôde lembrar-se de dizer que os Apóstolos não foram católicos, porque o catolicismo não existia no seu tempo. Não pode estar disso convencido, pois do contrário ter-se-ia informado tanto da época do seu aparecimento, como das doutrinas em que o símbolo deste se distinguiu dos símbolos daqueles. Mas se o fizesse, não exigiria, como exigiu, um ato de fé do seu auditório à infalibilidade do preletor. Disse; é quando basta, o rebanho crê.

Sabe-se quando começaram todas as seitas, que desde o tempo dos Apóstolos se separam do catolicismo, e quais os pontos que deram motivo ao pretexto à separação; e assim cada uma, a seu modo, vem dar testemunho de que o catolicismo é mais antigo do que elas, e deste modo se chega aos tempos apostólicos. Sabe-se quando começaram as principais seitas protestantes, e em que a simbólica de cada uma delas diverge do antecedente, e todas do catolicismo; quanto a este, não sabe, quando, nem como apareceu quem prescindisse dos Apóstolos. Alguns doutores destas seitas, querendo, talvez por um resto de pudor, justificar a sua revolta, disseram que o *catolicismo* era uma degeneração do *cristianismo*, mas, não tão hábeis como sr. Antero, quiseram marcar a época dessa degeneração, e quais apontaram o quarto século, quais o quinto, quais o sexto, e quais o nono, e a par desta confusão cronológica vinha a doutrinal, fazendo uns consistir a degeneração numa coisa, e outros em outra. Ambas as confusões, porém, tinham de bom que provavam não ter havido tal degeneração senão na má vontade e desvairada imaginação de cada um deles.

O preletor do Cassino, seguindo Edgard Quinet, assinou ao catolicismo, isto é, ao que chamou degeneração do cristianismo, o 16º século como a época do seu aparecimento, e a manifestação desse fato achou-a no Concílio de Trento com a confissão auricular obrigatória, e o monopólio da ciência nas mãos dos jesuítas, etc.

Não pode conceber a razão humana que o efeito seja anterior a causa, mas por isso mesmo é que o sr. Antero exige do seu povo a crença de que as seitas *protestaram* em 1517-1532 contra o catolicismo do Concílio de Trento em 1547-1563, e dos jesuítas em 1540: a causa posterior ao efeito. É maravilhoso. Quanto a confissão auricular obrigatória, cremos não fazer injúria ao sr. Antero dizendo que muito bem sabe que Wiclef no 14º século foi o primeiro que negou a necessidade da confissão auricular como preceito, o que mostra existência dela antes do 16º século; que neste século Calvino lembrou-se de atribuir a Inocêncio III o estabelecimento dela no 13º século, sendo que cânon XXI do 4º Concílio de Latrão (1215) não faz mais do que designar a quem e quando se deve fazer a confissão auricular, o que mostraria desde logo que ela é muito mais antiga, se testemunhos muito solenes e formais o não patenteassem já; tais são, os gregos e cismáticos, que se separaram em 858 (nono século), os nestorianos em 553 (sexto século), os eutiquianos em 451 (quinto século), e novacianos em 251 (terceiro século), e que apesar disso conservam a confissão auricular obrigatória. Como, pois, sabendo isto, se atreveria a dizer que fora ela estabelecida no 16º século? Para escarnecer da ignorância boçal dos seus ouvintes, que *neste ponto* o aplaudiram, refere o *Jornal da Noite*.

Em outro artigo havemos de ocupar-nos das demais indicações do que chama o *catolicismo* em oposição ao *cristianismo*: agora limitamo-nos a breves palavras sobre a sua asserção de que os apóstolos não foram *católicos*, porque o catolicismo não existia naquele tempo. Se quis dizer que não existia a palavra catolicismo, não entendemos contestar-lhe; e apenas diremos que, negando aos Apóstolos a qualidade de católicos por não existir o termo de onde julga ter nascido este vocábulo, cai no erro em que incorreria (p. 6) quem dissesse que Manuel Fernandes Thomaz não era *liberal*, porque ainda não existia a palavra liberalismo: mas se quis dizer que ainda não existia a religião assim chamada, ou enganou voluntariamente, ou errou deploravelmente. Quer desça os Apóstolos até nós, quer suba nosso tempo até aos Apóstolos, achará que a doutrina é a mesma, sem transformação, e sem mudança.

Quanto a palavra *catolicismo*, de certo só depois dos Apóstolos, e quando a religião por eles pregada tinha chegado aos extremos do mundo conhecido, é que

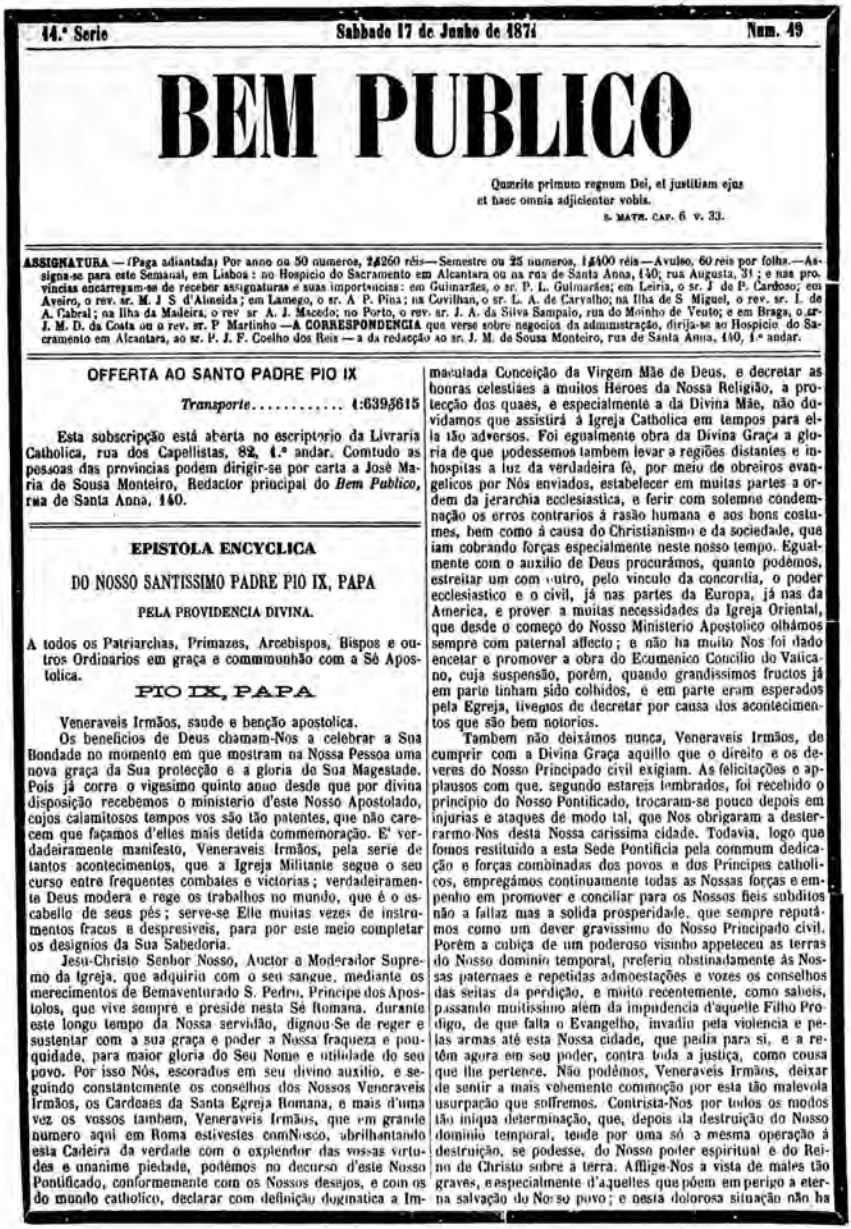
o vocábulo foi inventado para exprimir esta universalidade da mesma crença. Assim é que no ano 43 de Jesus Cristo se inventou em Antioquia a palavra *cristão* para indicar a classe dos discípulos de Jesus que tinha saído do paganismo, e, portanto, os Apóstolos não puderam ter esse nome, visto não terem saído do paganismo; e como a palavra *cristianismo* foi mais tarde formada de *cristão*, segue-se que ainda no tempo dos Apóstolos não havia *cristianismo*, e que eles não foram *cristãos*.

O chasco do sr. Antero é tal, que ele mesmo ficou chasqueado, com aqueles a quem quisera chasquear, se é eu não foram outras as suas vistas.

Mas diremos que pessoas eruditas no estudo das antiguidades eclesiásticas dizem ter sido o vocábulo *cristão*, empregado em som de injúria aos discípulos de Jesus, como nos nossos dias se chama *reacionário* para injuriar aos que não dobramos o joelho à Besta; e que fora só mais tarde, entre os fins do primeiro e princípios do segundo século, que foi recebida e usada com aplauso geral pelos próprios a quem era aplicada, como afronta e sentença de morte. Não se sabe quando começou a andar em voga a palavra *católico*, mas sabe-se que já no terceiro século, os hereges indicavam as igrejas dos que estavam em comunhão com Roma, quando se lhes perguntava pelas igrejas dos católicos; assim como também se sabe que aos hereges não chamavam *cristãos* os *católicos*, supondo por isso alguns que a palavra *catolicismo* fosse por estes inventada em ódio, e como quem queria dar a cor de seita à Igreja verdadeira, a qual aceitou e consagrou o termo, que diretamente derivava de *católico*.

4.4.12 – *Bem Público*, 17 jun.

Figura 4.40 – *Bem Público*, 17 jun., p.1



14.° Serie — Sabbado 17 de Junho de 1871 — Num. 49

BEM PUBLICO

Quærite primum regnum Dei, et justitiam ejus et hæc omnia adjicientur vobis.
S. MATH. CAP. 6 V. 33.

ASSIGNATURA — (Paga adiantada) Por anno ou 50 numeros, 2$260 réis — Semestre ou 25 numeros, 1$400 réis — Avulso, 60 réis por folha. — Assigna-se para este Semanal, em Lisboa: no Hospicio do Sacramento em Alcantara ou na rua de Santa Anna, 140; rua Augusta, 31; e nas provincias encarregam-se de receber assignaturas e suas importancias: em Guimarães, o sr. P. L. Guimarães; em Leiria, o sr. J. de P. Cardoso; em Aveiro, o rev. sr. M. J. S. d'Almeida; em Lamego, o sr. A. P. Pina; na Covilhan, o sr. L. A. de Carvalho; na Ilha de S. Miguel, o rev. sr. I. de A. Cabral; na Ilha da Madeira, o rev. sr. A. J. Macedo; no Porto, o rev. sr. J. A. da Silva Sampaio, rua do Moinho de Vento; e em Braga, o sr. J. M. D. da Costa ou o rev. sr. P. Martinho — **A CORRESPONDENCIA** que verse sobre negocios da administração, dirija-se ao Hospicio do Sacramento em Alcantara, ao sr. P. J. F. Coelho dos Reis — a da redacção ao sr. J. M. de Sousa Monteiro, rua de Santa Anna, 140, 1.° andar.

OFFERTA AO SANTO PADRE PIO IX

Transporte..... 1:639$615

Esta subscripção está aberta no escriptorio da Livraria Catholica, rua dos Capellistas, 82, 1.° andar. Comtudo as pessoas das provincias podem dirigir-se por carta a José Maria de Sousa Monteiro, Redactor principal do *Bem Publico*, rua de Santa Anna, 140.

EPISTOLA ENCYCLICA

DO NOSSO SANTISSIMO PADRE PIO IX, PAPA

PELA PROVIDENCIA DIVINA.

A todos os Patriarchas, Primazes, Arcebispos, Bispos e outros Ordinarios em graça e commmunhão com a Sé Apostolica.

PIO IX, PAPA

Veneraveis Irmãos, saude e benção apostolica.

Os beneficios de Deus chamam-Nos a celebrar a Sua Bondade no momento em que mostram na Nossa Pessoa uma nova graça da Sua protecção e a gloria de Sua Magestade. Pois já corre o vigesimo quinto anno desde que por divina disposição recebemos o ministerio d'este Nosso Apostolado, cujos calamitosos tempos vos são tão patentes, que não carecem que façamos d'elles mais detida commemoração. E' verdadeiramente manifesto, Veneraveis Irmãos, pela serie de tantos acontecimentos, que a Igreja Militante segue o seu curso entre frequentes combates e victorias; verdadeiramente Deus modera e rege os trabalhos no mundo, que é o escabello de seus pés; serve-se Elle muitas vezes de instrumentos fracos e despresiveis, para por este meio completar os designios da Sua Sabedoria.

Jesu-Christo Senhor Nosso, Auctor e Moderador Supremo da Igreja, que adquirio com o seu sangue, mediante os merecimentos de Bemaventurado S. Pedro, Principe dos Apostolos, que vive sempre e preside nesta Sé Romana, durante este longo tempo da Nossa servidão, dignou-Se de reger e sustentar com a sua graça e poder a Nossa fraqueza e pouquidade, para maior gloria do Seu Nome e utilidade do seu povo. Por isso Nós, escorados em seu divino auxilio, e seguindo constantemente os conselhos dos Nossos Veneraveis Irmãos, os Cardeaes da Santa Egreja Romana, e mais d'uma vez os vossos tambem, Veneraveis Irmãos, que em grande numero aqui em Roma estivestes comNosco, abrilhantando esta Cadeira da verdade com o explendor das vossas virtudes e unanime piedade, podêmos no decurso d'este Nosso Pontificado, conformemente com os Nossos desejos, e com os do mundo catholico, declarar com definição dogmatica a Immaculada Conceição da Virgem Mãe de Deus, e decretar as honras celestiaes a muitos Heroes da Nossa Religião, a protecção dos quaes, e especialmente a da Divina Mãe, não duvidamos que assistirá á Igreja Catholica em tempos para ella tão adversos. Foi egualmente obra da Divina Graça a gloria de que podessemos tambem levar a regiões distantes e inhospitas a luz da verdadeira fé, por meio de obreiros evangelicos por Nós enviados, estabelecer em muitas partes a ordem da jerarchia ecclesiastica, e ferir com solemne condemnação os erros contrarios á rasão humana e aos bons costumes, bem como á causa do Christianismo e da sociedade, que iam cobrando forças especialmente neste nosso tempo. Egualmente com o auxilio de Deus procurámos, quanto podêmos, estreitar um com outro, pelo vinculo da concordia, o poder ecclesiastico e o civil, já nas partes da Europa, já nas da America, e prover a muitas necessidades da Igreja Oriental, que desde o começo do Nosso Ministerio Apostolico olhámos sempre com paternal affecto; e não ha muito Nos foi dado encetar e promover a obra do Ecumenico Concilio do Vaticano, cuja suspensão, porêm, quando grandissimos fructos já em parte tinham sido colhidos, e em parte eram esperados pela Egreja, tivemos de decretar por causa dos acontecimentos que são bem notorios.

Tambem não deixámos nunca, Veneraveis Irmãos, de cumprir com a Divina Graça aquillo que o direito e os deveres do Nosso Principado civil exigiam. As felicitações e applausos com que, segundo estareis lembrados, foi recebido o principio do Nosso Pontificado, trocaram-se pouco depois em injurias e ataques de modo tal, que Nos obrigaram a desterrarmo-Nos desta Nossa carissima cidade. Todavia, logo que fomos restituido a esta Sede Pontificia pela commum dedicação e forças combinadas dos povos e dos Principes catholicos, empregámos continuamente todas as Nossas forças e empenho em promover e conciliar para os Nossos fieis subditos não a fallaz mas a solida prosperidade, que sempre reputámos como um dever gravissimo do Nosso Principado civil. Porêm a cubiça de um poderoso visinho appeteceu as terras do Nosso dominio temporal, preferiu obstinadamente ás Nossas paternaes e repetidas admoestações e vozes os conselhos das seitas da perdição, e muito recentemente, como sabeis, passando muitissimo alem da impudencia d'aquelle Filho Prodigo, de que falla o Evangelho, invadiu pela violencia e pelas armas até esta Nossa cidade, que pedia para si, e a retêm agora em seu poder, contra toda a justiça, como cousa que lhe pertence. Não podêmos, Veneraveis Irmãos, deixar de sentir a mais vehemente commoção por esta tão malevola usurpação que soffremos. Contrista-Nos por todos os modos tão iniqua determinação, que, depois da destruição do Nosso dominio temporal, tende por uma só a mesma operação á destruição, se podesse, do Nosso poder espiritual e do Reino de Christo sobre a terra. Afflige-Nos a vista de males tão graves, e especialmente d'aquelles que põem em perigo a eterna salvação do Nosso povo; e nesta dolorosa situação não ha

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.41 – *Bem Público*, 17 jun., p.2

386 BEM PUBLICO

nada que mais Nos entristeça do que acharmo-Nos impedidos, pela condição da Nossa liberdade opprimida, de empregar os necessarios remedios para tantos males.

A estas causas da Nossa tristeza, vem juntar-se, Veneraveis Irmãos, essa longa e deploravel serie de calamidades e de males que por tanto tempo feriram e affligiram a nobilissima nação franceza, as quaes tendo augmentado immensamente nestes dias com tantos e inteiramente inauditos excessos commettidos por um bando de homens ferozes e perversos, e nomeadamente o crime atroz do impio parricidio consummado com o morticinio do Arcebispo de Paris, bem percebeis que sentimentos deveriam excitar em Nós, pois encheram a todo o mundo de pavor e de horror. Ha tambem finalmente, Veneraveis Irmãos, uma outra amargura para Nós, maior ainda que as outras, e é vermos tantos filhos rebeldes presos e embaraçados por tantas e tão grandes censuras, e os quaes tendo em nenhuma conta as Nossas vozes paternaes e nenhum caso fazendo da sua salvação, continuam ainda a desprezar o tempo da penitencia que lhes Deus offerece, e a querer antes experimentar contumazmente a ira da divina vingança que não, em quanto vivem, o fructo da sua misericordia.

No entretanto porém no meio de tantas vicissitudes, pela protecção de Deus Clementissimo sobre Nós, vemos já aproximar-se aquelle dia anniversario da Nossa promoção, no qual, assim como succedemos na Cadeira do Bemaventurado S. Pedro, assim tambem, postoque muitissimo distante, Nos achamos seus companheiros na duração dos annos do Ministerio Apostolico. E na verdade, nova, singular, e grande é esta graça da Divina Bondade, e a Nós unicamente concedida por disposição de Deus na tão estensa serie dos Nossos Santissimos Predecessores, no longo decurso de dezenove seculos. No que mais admiravel ainda reconhecemos ser a Benignidade Divina para com Nosco, vendo que nestes tempos fomos achados digno de padecer perseguição por amor da justiça, e olhando para esse assombroso sentimento de dedicação e affecto, que em toda a terra commove ardentemente o povo christão, e o impelle para esta Santa Sé com anniime sollicitude. Tendo-Nos porem sido concedidos favores tão insignes sem merecimentos Nossos, sentimos a total desigualdade das Nossas forças, para corresponderemos como cumpre ao dever de lhe rendermos graças. Porisso ao passo que pedimos á Immaculada Virgem Mãe de Deus que Nos ensine a glorificar o Altissimo, com o mesmo espirito com que Ella o fez por aquellas submissimas palavras, «Fez em mim marsvilhas Aquelle que é poderoso», assim pedimo-vos com quanta instancia podemos, Veneraveis Irmãos, que com os rebanhos que Vós estão confiados canteis canticos e hymnos de louvor e de acção de graças comNosco. Magnificae Vós Comigo ao Senhor, dizemos Nós com as palavras de Leão Magno, e exaltemos o seu nome alternadamente, para que toda a serie de graças e misericordias que temos recebido, se dirijam em louvor do seu Auctor. E aos Vossos povos declarae o Nosso ardente amor e sentimento de grandissima gratidão pelos esclarecidos testemunhos e obsequiosos actos de sua filial piedade para comNosco ha tanto tempo e tão constantemente emittidos. Pois Nós, pela Nossa parte, podendo com rasão usar das palavras do real Prophéta «a minha demora tem se prolongado muito», carecemos já do auxilio das vossas rogativas, para conseguirmos a força e confiança de render a Nossa alma ao Principe dos Pastores, em Cujo Seio está o refrigerio dos males desta vida turbulenta e atribulada, e o bemaventurado porto da tranquillidade e paz eterna.

Assim pois, para que aproveite á maior gloria de Deus o que por Sua liberalidade veiu cumular os beneficios do Nosso Pontificado, abrimos nesta occasião o thesouro das graças espirituaes. Damo-Vos, Veneraveis Irmãos faculdade para que possaes competentemente, cada um na Vossa diocese, no dia deseseis ou vinte e um deste mez, ou em qualquer outro que escolherdes, segundo o vosso arbitrio, dar pela Nossa Auctoridade Apostolica e na forma costumada da Igreja a Benção Papal com applicações de Indulgencia plenaria. E desejando promover a utilidade espiritual dos Fieis, pelo teor das presentes Concedemos no Senhor que todos os fieis assim seculares como regulares de ambos os sexos, qualquer que seja o logar das Vossas dioceses em que elles existam, os quaes puramente com a confissão sacramental, e munidos com a Sagrada Communhão dirigirem a Deus piedosas preces pela concordia entre os Principes Christãos, extirpação das heresias, e exaltação da Santa Madre Igreja no dia que Vós designardes ou elegerdes para dar a dita Benção, pela Nossa Auctoridade, ou que nas dioceses, cuja Sé Cathedral estiver vaga, os Vigarios Capitulares que nesse tempo existirem, elegerem e destinarem, possam alcançar Indulgencia plenaria de todos os seus peccados. Não duvidamos que o povo christão nesta occasião se excite mais efficazmente a orar; e que assim por meio de multiplicadas preces mereçamos conseguir aquella misericordia que vista de tantos males presentes não permitte que imploremos frouxamente.

No entretanto pedimos ao Omnipotente Deus para Vós, Veneraveis Irmãos, a constancia, a esperança celeste, e toda a consolação, de que queremos que seja penhor, e bem assim testemunho de Nossa especial Benevolencia, a Benção Apostolica que a Vós e ao Clero e povo confiado a cada um de Vós damos com plena effusão do Nosso coração.

Dado em S. Pedro no dia quatro de junho, consagrado á Santissima Trindade, no anno de 1871, vigesimo quinto do Nosso Pontificado.

PIO PAPA IX.

CIRCULAR DO EX.mo E REV.mo SR. VIGARIO CAPITULAR AOS REVERENDOS PAROCHOS DA CAPITAL.

Ill.mo e Rev.mo Sr.

Nos dias, que decorrem desde o 16.º até ao 21.º do actual mez de Junho, celebra a Igreja Catholica o anniversario da eleição e coroação do seu Chefe Supremo o actual Pontifice Pio IX.

De anno para anno é este facto recebido com maior regosijo por todos os Fieis, e mais se entranha no coração d'elles o amor ao seu Pastor Supremo. Tanto bastava pois para mais uma vez rendermos graças a Deos por lhe ter concedido mais um anno de Governo Universal.

Agora porém sobe de ponto a nossa gratidão, ao considerarmos com assombro, que Pio IX vae completar o 25.º anno do seu Pontificado, e que desde o Apostolo S. Pedro é elle o primeiro a quem Deos concede tal mercê, que parece lhe estava reservada em manifesta prova de especial protecção.

Um caso tão singular, que é o unico nos annaes da Igreja, será talvez attribuido por outros a causas meramente naturaes: os Catholicos porém vêem n'elle um Decreto da Providencia Divina que tudo rege, e unem-se jubilosos para lhe tributarem um acto de culto e louvor tão extraordinario, como extraordinaria é a mercê que lhes tem sido concedida na prolongada vida do seu Chefe Espiritual.

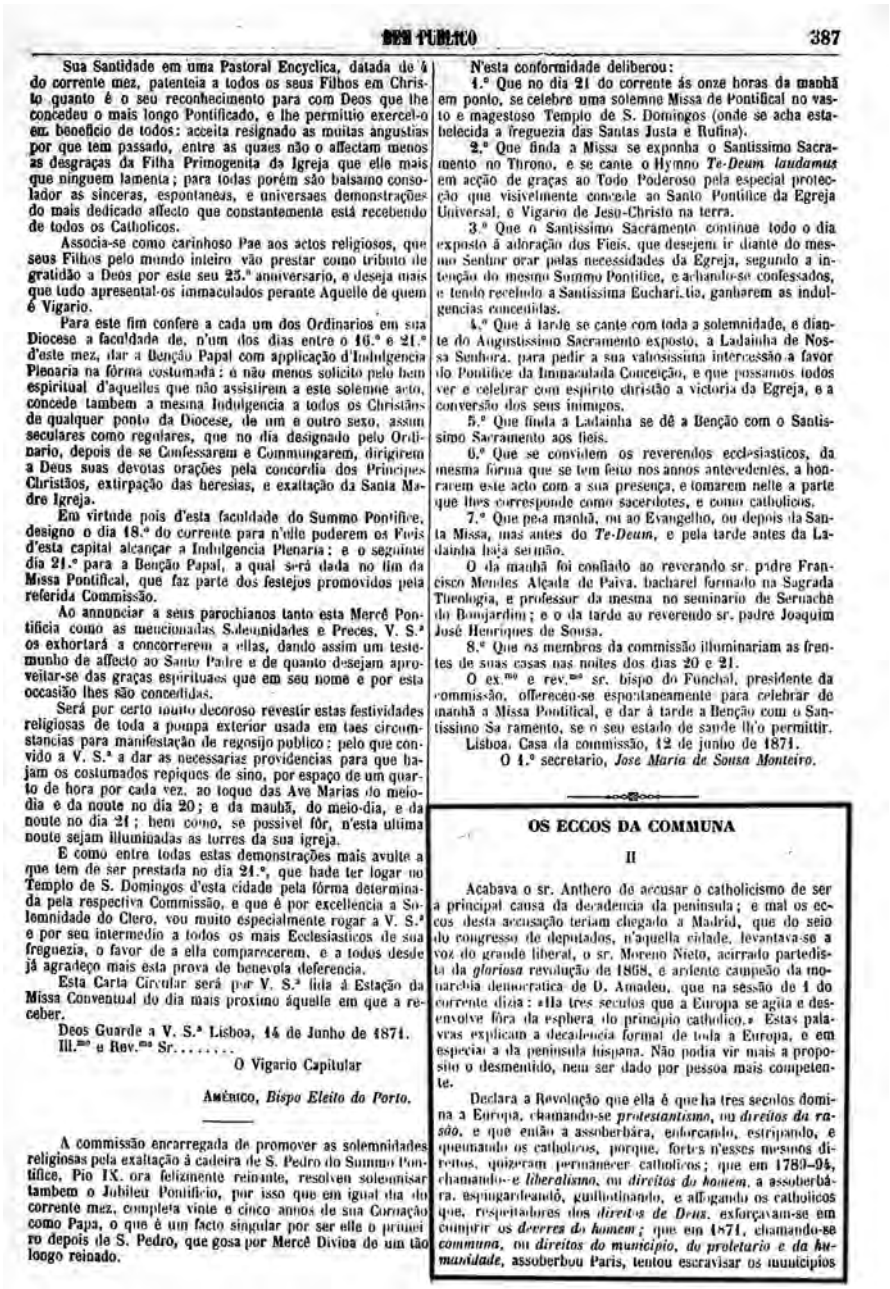
Não seria pois de receiar que os Fieis d'esta Diocese, tendo dado tantas demonstrações de sua filial dedicação ao Santo Padre, fossem agora menos fervorosos em se associarem voluntariamente ao brado geral de alegria do Orbe Catholico.

E com effeito uma Commissão de Catholicos distinctos entre todos pelo seu zelo religioso, continuando a tradição dos annos anteriores, promove n'esta cidade a mais solemne Festividade de Acção de Graças para o proximo dia 21 em commemoração do 25.º anniversario da Coroação do Summo Pontifice: a Sé Cathedral, cumprindo o que o seu Em.mo Prelado houvera determinado, se ella já tivesse a fortuna de o possuir, pelo mesmo motivo celebrará uma Missa Pontifical e *Te Deum* no dia 18.º em uniformidade com o que foi já recommendado ás parochias ruraes; e pelo que respeita ás freguezias d'esta cidade vou rogar a V. S.ª que em sua igreja parochial se faça um triduo de preces publicas pelo Summo Pontifice nos dias 18, 19 e 20, pela hora das Ave Marias, a fim de concorrerem a ellas o maior numero dos seus parochianos.

Por este modo esta Diocese Patriarchal se apresentará como sempre em communicação de sentimentos religiosos com todo o Orbe.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.42 – *Bem Público*, 17 jun., p.3



BEM PUBLICO 387

Sua Santidade em uma Pastoral Encyclica, datada de 4 do corrente mez, patenteia a todos os seus Filhos em Christo quanto é o seu reconhecimento para com Deos que lhe concedeu o mais longo Pontificado, e lhe permittio exercel-o em beneficio de todos: acceita resignado as muitas angustias por que tem passado, entre as quaes não o affectam menos as desgraças da Filha Primogenita da Igreja que elle mais que ninguem lamenta; para todas porém são balsamo consolador as sinceras, espontaneas, e universaes demonstrações do mais dedicado affecto que constantemente está recebendo de todos os Catholicos.

Associa-se como carinhoso Pae aos actos religiosos, que seus Filhos pelo mundo inteiro vão prestar como tributo de gratidão a Deos por este seu 25.º anniversario, e deseja mais que tudo apresental-os immaculados perante Aquelle de quem é Vigario.

Para este fim confere a cada um dos Ordinarios em sua Diocese a faculdade de, n'um dos dias entre o 16.º e 21.º d'este mez, dar a Benção Papal com applicação d'Indulgencia Plenaria na fórma costumada: e não menos solicito pelo bem espiritual d'aquelles que não assistirem a este solemne acto, concede tambem a mesma Indulgencia a todos os Christãos de qualquer ponto da Diocese, de um e outro sexo, assim seculares como regulares, que no dia designado pelo Ordinario, depois de se Confessarem e Commungarem, dirigirem a Deus suas devotas orações pela concordia dos Principes Christãos, extirpação das heresias, e exaltação da Santa Madre Igreja.

Em virtude pois d'esta faculdade do Summo Pontifice, designo o dia 18.º do corrente para n'elle poderem os Fieis d'esta capital alcançar a Indulgencia Plenaria: e o seguinte dia 21.º para a Benção Papal, a qual será dada no fim da Missa Pontifical, que faz parte dos festejos promovidos pela referida Commissão.

Ao annunciar a seus parochianos tanto esta Mercê Pontificia como as mencionadas Solemnidades e Preces, V. S.ª os exhortará a concorrerem a ellas, dando assim um testemunho de affecto ao Santo Padre e de quanto desejam aproveitar-se das graças espirituaes que em seu nome e por esta occasião lhes são concedidas.

Será por certo muito decoroso revestir estas festividades religiosas de toda a pompa exterior usada em taes circumstancias para manifestação de regosijo publico: pelo que convido a V. S.ª a dar as necessarias providencias para que hajam os costumados repiques de sino, por espaço de um quarto de hora por cada vez, ao toque das Ave Marias do meio-dia e da noute no dia 20; e da manhã, do meio-dia, e da noute no dia 21; bem como, se possivel fôr, n'esta ultima noute sejam illuminadas as torres da sua igreja.

E como entre todas estas demonstrações mais avulte a que tem de ser prestada no dia 21.º, que hade ter logar no Templo de S. Domingos d'esta cidade pela fórma determinada pela respectiva Commissão, e que é por excellencia a Solemnidade do Clero, vou muito especialmente rogar a V. S.ª e por seu intermedio a todos os mais Ecclesiasticos de sua freguezia, o favor de a ella comparecerem, e a todos desde já agradeço mais esta prova de benevola deferencia.

Esta Carta Circular será por V. S.ª lida á Estação da Missa Conventual do dia mais proximo áquelle em que a receber.

Deos Guarde a V. S.ª Lisboa, 14 de Junho de 1871.

Ill.mo e Rev.mo Sr.....

O Vigario Capitular

AMERICO, *Bispo Eleito do Porto.*

A commissão encarregada de promover as solemnidades religiosas pela exaltação á cadeira de S. Pedro do Summo Pontifice, Pio IX. ora felizmente reinante, resolven solemnisar tambem o Jubileu Pontificio, por isso que em igual dia do corrente mez, completa vinte e cinco annos de sua Coroação como Papa, o que é um facto singular por ser elle o primeiro depois de S. Pedro, que gosa por Mercê Divina de um tão longo reinado.

N'esta conformidade deliberou:

1.º Que no dia 21 do corrente ás onze horas da manhã em ponto, se celebre uma solemne Missa de Pontifical no vasto e magestoso Templo de S. Domingos (onde se acha estabelecida a freguezia das Santas Justa e Rufina).

2.º Que finda a Missa se exponha o Santissimo Sacramento no Throno, e se cante o Hymno *Te-Deum laudamus* em acção de graças ao Todo Poderoso pela especial protecção que visivelmente concede ao Santo Pontifice da Egreja Universal, e Vigario de Jesu-Christo na terra.

3.º Que o Santissimo Sacramento continue todo o dia exposto á adoração dos Fieis, que desejem ir diante do mesmo Senhor orar pelas necessidades da Egreja, segundo a intenção do mesmo Summo Pontifice, e achando-se confessados, e tendo recebido a Santissima Eucharistia, ganharem as indulgencias concedidas.

4.º Que á tarde se cante com toda a solemnidade, e diante do Augustissimo Sacramento exposto, a Ladainha de Nossa Senhora, para pedir a sua valiosissima intercessão a favor do Pontifice da Immaculada Conceição, e que possamos todos ver e celebrar com espirito christão a victoria da Egreja, e a conversão dos seus inimigos.

5.º Que finda a Ladainha se dê a Benção com o Santissimo Sacramento aos fieis.

6.º Que se convidem os reverendos ecclesiasticos, da mesma fórma que se tem feito nos annos antecedentes, a honrarem este acto com a sua presença, e tomarem nelle a parte que lhes corresponde como sacerdotes, e como catholicos.

7.º Que pela manhã, ou ao Evangelho, ou depois da Santa Missa, mas antes do *Te-Deum*, e pela tarde antes da Ladainha haja sermão.

O da manhã foi confiado ao reverendo sr. padre Francisco Mendes Alçada de Paiva, bacharel formado na Sagrada Theologia, e professor da mesma no seminario de Sernache do Bomjardim; e o da tarde ao reverendo sr. padre Joaquim José Henriques de Sousa.

8.º Que os membros da commissão illuminariam as frentes de suas casas nas noites dos dias 20 e 21.

O ex.mo e rev.mo sr. bispo do Funchal, presidente da commissão, offereceu-se espontaneamente para celebrar de manhã a Missa Pontifical, e dar á tarde a Benção com o Santissimo Sacramento, se o seu estado de saude lh'o permittir.

Lisboa, Casa da commissão, 12 de junho de 1871.

O 1.º secretario, *José Maria de Sousa Monteiro.*

OS ECCOS DA COMMUNA

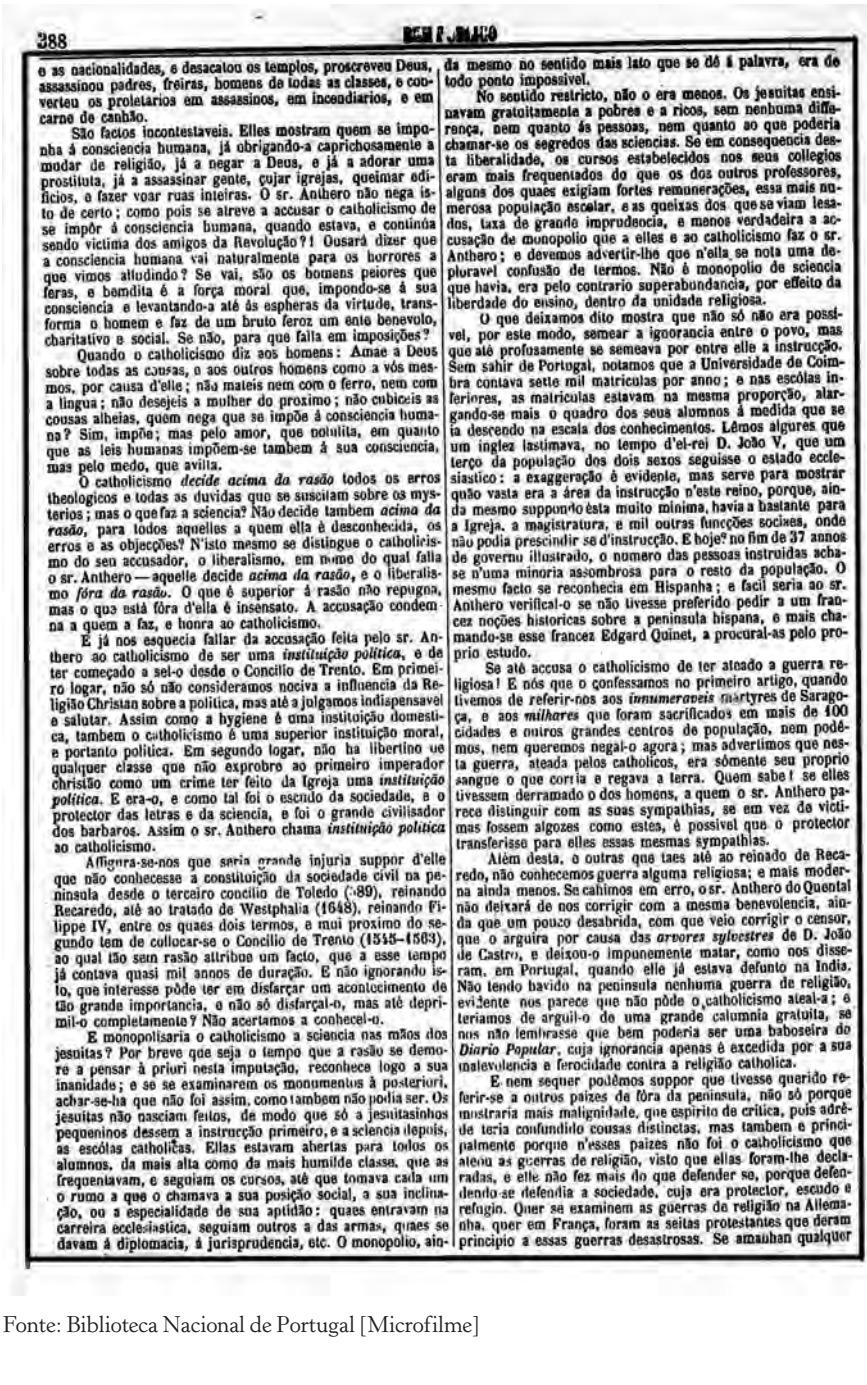
II

Acabava o sr. Anthero de accusar o catholicismo de ser a principal causa da decadencia da peninsula; e mal os eccos desta accusação teriam chegado a Madrid, que do seio do congresso de deputados, n'aquella cidade, levantava-se a voz do grande liberal, o sr. Moreno Nieto, acirrado partedista da *gloriosa* revolução de 1868, e ardente campeão da monarchia democratica de D. Amadeu, que na sessão de 1 do corrente dizia: «Ha tres seculos que a Europa se agita e desenvolve fóra da esphera do principio catholico.» Estas palavras explicam a decadencia formal de toda a Europa, e em especial a da peninsula hispana. Não podia vir mais a proposito o desmentido, nem ser dado por pessoa mais competente.

Declara a Revolução que ella é que ha tres seculos domina a Europa, chamando-se *protestantismo*, ou *direitos da razão*, e que então a assoberbára, enforcando, estripando, e queimando os catholicos, porque, fortes n'esses mesmos direitos, quizeram permanecer catholicos; que em 1789-94, chamando-se *liberalismo*, ou *direitos do homem*, a assoberbára, espingardeando, guilhotinando, e affogando os catholicos que, respeitadores dos *direitos de Deus*, esforçavam-se em cumprir os *deveres do homem*; que em 1871, chamando-se *communa*, ou *direitos do municipio, do proletario e da humanidade*, assoberbou Paris, tentou escravisar os municipios

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.43 – *Bem Público*, 17 jun., p.4



388 BEM PUBLICO

e as nacionalidades, e desacatou os templos, proscreveu Deus, assassinou padres, freiras, homens de todas as classes, e converteu os proletarios em assassinos, em incendiarios, e em carne de canhão.

São factos incontestaveis. Elles mostram quem se imponha á consciencia humana, já obrigando-a caprichosamente a mudar de religião, já a negar a Deus, e já a adorar uma prostituta, já a assassinar gente, cujar igrejas, queimar edificios, e fazer voar ruas inteiras. O sr. Anthero não nega isto de certo; como pois se atreve a accusar o catholicismo de se impôr á consciencia humana, quando estava, e continúa sendo victima dos amigos da Revolução?! Ousará dizer que a consciencia humana vai naturalmente para os horrores a que vimos alludindo? Se vai, são os homens peiores que feras, e bemdita é a força moral que, impondo-se á sua consciencia e levantando-a até ás espheras da virtude, transforma o homem e faz de um bruto feroz um ente benevolo, charitativo e social. Se não, para que falla em imposições?

Quando o catholicismo diz aos homens: Amae a Deus sobre todas as cousas, o aos outros homens como a vós mesmos, por causa d'elle; não mateis nem com o ferro, nem com a lingua; não desejeis a mulher do proximo; não cubiceis as cousas alheias, quem nega que se impõe á consciencia humana? Sim, impõe; mas pelo amor, que nobilita, em quanto que as leis humanas impõem-se tambem á sua consciencia, mas pelo medo, que avilta.

O catholicismo *decide acima da rasão* todos os erros theologicos e todas as duvidas que se suscitam sobre os mysterios; mas o que faz a sciencia? Não decide tambem *acima da rasão*, para todos aquelles a quem ella é desconhecida, os erros e as objecções? N'isto mesmo se distingue o catholicismo do seu accusador, o liberalismo, em nome do qual falla o sr. Anthero — aquelle decide *acima da rasão*, e o liberalismo *fóra da rasão*. O que é superior á rasão não repugna, mas o que está fóra d'ella é insensato. A accusação condemna a quem a faz, e honra ao catholicismo.

E já nos esquecia fallar da accusação feita pelo sr. Anthero ao catholicismo de ser uma *instituição politica*, e de ter começado a sel-o desde o Concilio de Trento. Em primeiro logar, não só não consideramos nociva a influencia da Religião Christan sobre a politica, mas até a julgamos indispensavel e salutar. Assim como a hygiene é uma instituição domestica, tambem o catholicismo é uma superior instituição moral, e portanto politica. Em segundo logar, não ha libertino ou qualquer classe que não exprobre ao primeiro imperador christão como um crime ter feito da Igreja uma *instituição politica*. E era-o, e como tal foi o escudo da sociedade, e o protector das letras e da sciencia, e foi o grande civilisador dos barbaros. Assim o sr. Anthero chama *instituição politica* ao catholicismo.

Affigura-se-nos que seria grande injuria suppor d'elle que não conhecesse a constituição da sociedade civil na peninsula desde o terceiro concilio de Toledo (589), reinando Recaredo, até ao tratado de Westphalia (1648), reinando Filippe IV, entre os quaes dois termos, e mui proximo do segundo tem de collocar-se o Concilio de Trento (1545–1563), ao qual tão sem rasão attribue um facto, que a esse tempo já contava quasi mil annos de duração. E não ignorando isto, que interesse póde ter em disfarçar um acontecimento de tão grande importancia, e não só disfarçal-o, mas até deprimil-o completamente? Não acertamos a conhecel-o.

E monopolisaria o catholicismo a sciencia nas mãos dos jesuitas? Por breve que seja o tempo que a rasão se demore a pensar á priori nesta imputação, reconhece logo a sua inanidade; e se se examinarem os monumentos á posteriori, achar-se-ha que não foi assim, como tambem não podia ser. Os jesuitas não nasciam feitos, de modo que só a jesuitasinhos pequeninos dessem a instrucção primeiro, e a sciencia depois, as escólas catholicas. Ellas estavam abertas para todos os alumnos, da mais alta como da mais humilde classe, que as frequentavam, e seguiam os cursos, até que tomava cada um o rumo a que o chamava a sua posição social, a sua inclinação, ou a especialidade de sua aptidão: quaes entravam na carreira ecclesiastica, seguiam outros a das armas, quaes se davam á diplomacia, á jurisprudencia, etc. O monopolio, ainda mesmo no sentido mais lato que se dê á palavra, era de todo ponto impossivel.

No sentido restricto, não o era menos. Os jesuitas ensinavam gratuitamente a pobres e a ricos, sem nenhuma differença, nem quanto ás pessoas, nem quanto ao que poderia chamar-se os segredos das sciencias. Se em consequencia desta liberalidade, os cursos estabelecidos nos seus collegios eram mais frequentados do que os dos outros professores, alguns dos quaes exigiam fortes remunerações, essa mais numerosa população escolar, e as queixas dos que se viam lesados, taxa de grande imprudencia, e menos verdadeira a accusação de monopolio que a elles e ao catholicismo faz o sr. Anthero; e devemos advertir-lhe que n'ella se nota uma deploravel confusão de termos. Não é monopolio de sciencia que havia, era pelo contrario superabundancia, por effeito da liberdade do ensino, dentro da unidade religiosa.

O que deixamos dito mostra que não só não era possivel, por este modo, semear a ignorancia entre o povo, mas que até profusamente se semeava por entre elle a instrucção. Sem sahir de Portugal, notamos que a Universidade de Coimbra contava sette mil matriculas por anno; e nas escólas inferiores, as matriculas estavam na mesma proporção, alargando-se mais o quadro dos seus alumnos á medida que se ia descendo na escala dos conhecimentos. Lêmos algures que um inglez lastimava, no tempo d'el-rei D. João V, que um terço da população dos dois sexos seguisse o estado ecclesiastico: a exaggeração é evidente, mas serve para mostrar quão vasta era a área da instrucção n'este reino, porque, ainda mesmo suppondo ésta muito minima, havia a bastante para a Igreja, a magistratura, e mil outras funcções sociaes, onde não podia prescindir se d'instrucção. E hoje? no fim de 37 annos de governo illustrado, o numero das pessoas instruidas acha-se n'uma minoria assombrosa para o resto da população. O mesmo facto se reconhecia em Hispanha; e facil seria ao sr. Anthero verifical-o se não tivesse preferido pedir a um francez noções historicas sobre a peninsula hispana, e mais chamando-se esse francez Edgard Quinet, a procural-as pelo proprio estudo.

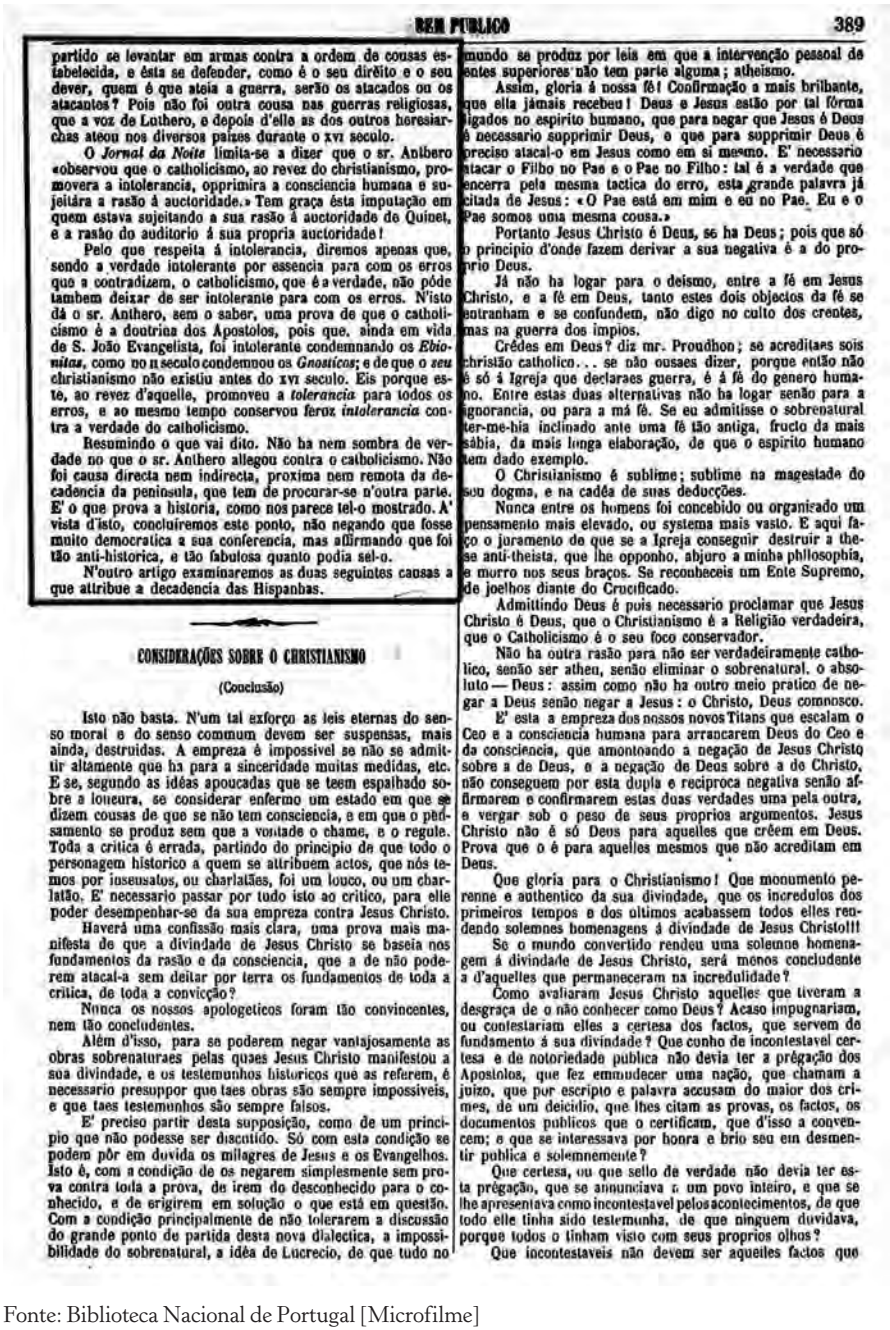
Se até accusa o catholicismo de ter ateado a guerra religiosa! E nós que o confessamos no primeiro artigo, quando tivemos de referir-nos aos *innumeraveis* martyres de Saragoça, e aos *milhares* que foram sacrificados em mais de 100 cidades e outros grandes centros de população, nem podêmos, nem queremos negal-o agora; mas advertimos que nesta guerra, ateada pelos catholicos, era sómente seu proprio sangue o que corria e regava a terra. Quem sabe! se elles tivessem derramado o dos homens, a quem o sr. Anthero parece distinguir com as suas sympathias, se em vez de victimas fossem algozes como estes, é possivel que o protector transferisse para elles essas mesmas sympathias.

Além desta, o outras que taes até ao reinado de Recaredo, não conhecemos guerra alguma religiosa; e mais moderna ainda menos. Se cahimos em erro, o sr. Anthero do Quental não deixará de nos corrigir com a mesma benevolencia, ainda que um pouco desabrida, com que veio corrigir o censor, que o arguira por causa das *arvores sylvestres* de D. João de Castro, e deixou-o impunemente matar, como nos disseram, em Portugal, quando elle já estava defunto na India. Não tendo havido na peninsula nenhuma guerra de religião, evidente nos parece que não póde o catholicismo ateal-a; e teriamos de arguil-o de uma grande calumnia gratuita, se nos não lembrasse que bem poderia ser uma baboseira do *Diario Popular*, cuja ignorancia apenas é excedida por a sua malevolencia e ferocidade contra a religião catholica.

E nem sequer podêmos suppor que tivesse querido referir-se a outros paizes de fóra da peninsula, não só porque mostraria mais malignidade, que espirito de critica, pois adrêde teria confundido cousas distinctas, mas tambem e principalmente porque n'esses paizes não foi o catholicismo que ateou as guerras de religião, visto que ellas foram-lhe declaradas, e elle não fez mais do que defender se, porque defendendo-se defendia a sociedade, cuja era protector, escudo e refugio. Quer se examinem as guerras de religião na Allemanha, quer em França, foram as seitas protestantes que deram principio a essas guerras desastrosas. Se amanhan qualquer

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.44 – *Bem Público*, 17 jun., p.5



BEM PUBLICO 389

partido se levantar em armas contra a ordem de cousas estabelecida, e ésta se defender, como é o seu direito e o seu dever, quem é que ateia a guerra, serão os atacados ou os atacantes? Pois não foi outra cousa nas guerras religiosas, que a voz de Luthero, e depois d'elle as dos outros heresiarchas ateou nos diversos paizes durante o XVI seculo.

O *Jornal da Noite* limita-se a dizer que o sr. Anthero «observou que o catholicismo, ao revez do christianismo, promovera a intolerancia, opprimira a consciencia humana e sujeitára a razão á auctoridade.» Tem graça ésta imputação em quem estava sujeitando a sua razão á auctoridade de Quinet, e a razão do auditorio á sua propria auctoridade!

Pelo que respeita á intolerancia, diremos apenas que, sendo a verdade intolerante por essencia para com os erros que a contradizem, o catholicismo, que é a verdade, não póde tambem deixar de ser intolerante para com os erros. N'isto dá o sr. Anthero, sem o saber, uma prova de que o catholicismo é a doutrina dos Apostolos, pois que, ainda em vida de S. João Evangelista, foi intolerante condemnando os *Ebionitas*, como no II seculo condemnou os *Gnosticos*; e de que o *seu* christianismo não existiu antes do XVI seculo. Eis porque este, ao revez d'aquelle, promoveu a *tolerancia* para todos os erros, e ao mesmo tempo conservou feroz *intolerancia* contra a verdade do catholicismo.

Resumindo o que vai dito. Não ha nem sombra de verdade no que o sr. Anthero allegou contra o catholicismo. Não foi causa directa nem indirecta, proxima nem remota da decadencia da peninsula, que tem de procurar-se n'outra parte. E' o que prova a historia, como nos parece tel-o mostrado. A' vista d'isto, concluiremos este ponto, não negando que fosse muito democratica a sua conferencia, mas affirmando que foi tão anti-historica, e tão fabulosa quanto podia sel-o.

N'outro artigo examinaremos as duas seguintes causas a que attribue a decadencia das Hispanhas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CHRISTIANISMO

(Conclusão)

Isto não basta. N'um tal exforço as leis eternas do senso moral e do senso commum devem ser suspensas, mais ainda, destruidas. A empreza é impossivel se não se admittir altamente que ha para a sinceridade muitas medidas, etc. E se, segundo as idéas apoucadas que se teem espalhado sobre a loucura, se considerar enfermo um estado em que se dizem cousas de que se não tem consciencia, e em que o pensamento se produz sem que a vontade o chame, e o regule. Toda a critica é errada, partindo do principio de que todo o personagem historico a quem se attribuem actos, que nós temos por insensatos, ou charlatães, foi um louco, ou um charlatão. E' necessario passar por tudo isto ao critico, para elle poder desempenhar-se da sua empreza contra Jesus Christo.

Haverá uma confissão mais clara, uma prova mais manifesta de que a divindade de Jesus Christo se baseia nos fundamentos da rasão e da consciencia, que a de não poderem atacal-a sem deitar por terra os fundamentos de toda a critica, de toda a convicção?

Nunca os nossos apologeticos foram tão convincentes, nem tão concludentes.

Além d'isso, para se poderem negar vantajosamente as obras sobrenaturaes pelas quaes Jesus Christo manifestou a sua divindade, e os testemunhos historicos que as referem, é necessario presuppor que taes obras são sempre impossiveis, e que taes testemunhos são sempre falsos.

E' preciso partir desta supposição, como de um principio que não podesse ser discutido. Só com esta condição se podem pôr em duvida os milagres de Jesus e os Evangelhos. Isto é, com a condição de os negarem simplesmente sem prova contra toda a prova, de irem do desconhecido para o conhecido, e de erigirem em solução o que está em questão. Com a condição principalmente de não tolerarem a discussão do grande ponto de partida desta nova dialectica, a impossibilidade do sobrenatural, a idéa de Lucrecio, de que tudo no mundo se produz por leis em que a intervenção pessoal de entes superiores não tem parte alguma; atheismo.

Assim, gloria á nossa fé! Confirmação a mais brilhante, que ella jámais recebeu! Deus e Jesus estão por tal fórma ligados no espirito humano, que para negar que Jesus é Deus é necessario supprimir Deus, e que para supprimir Deus é preciso atacal-o em Jesus como em si mesmo. E' necessario atacar o Filho no Pae e o Pae no Filho: tal é a verdade que encerra pela mesma tactica do erro, esta grande palavra já citada de Jesus: «O Pae está em mim e eu no Pae. Eu e o Pae somos uma mesma cousa.»

Portanto Jesus Christo é Deus, se ha Deus; pois que só o principio d'onde fazem derivar a sua negativa é a do proprio Deus.

Já não ha logar para o deismo, entre a fé em Jesus Christo, e a fé em Deus, tanto estes dois objectos da fé se entranham e se confundem, não digo no culto dos crentes, mas na guerra dos impios.

Crêdes em Deus? diz mr. Proudhon; se acreditaes sois chrisião catholico... se não ousaes dizer, porque então não é só á Igreja que declaraes guerra, é á fé do genero humano. Entre estas duas alternativas não ha logar senão para a ignorancia, ou para a má fé. Se eu admittisse o sobrenatural ter-me-hia inclinado ante uma fé tão antiga, fructo da mais sábia, da mais longa elaboração, de que o espirito humano tem dado exemplo.

O Christianismo é sublime; sublime na magestade do seu dogma, e na cadéa de suas deducções.

Nunca entre os homens foi concebido ou organisado um pensamento mais elevado, ou systema mais vasto. E aqui faço o juramento de que se a Igreja conseguir destruir a these anti-theista, que lhe opponho, abjuro a minha philosophia, e morro nos seus braços. Se reconheceis um Ente Supremo, de joelhos diante do Crucificado.

Admittindo Deus é pois necessario proclamar que Jesus Christo é Deus, que o Christianismo é a Religião verdadeira, que o Catholicismo é o seu foco conservador.

Não ha outra rasão para não ser verdadeiramente catholico, senão ser atheu, senão eliminar o sobrenatural, o absoluto — Deus: assim como não ha outro meio pratico de negar a Deus senão negar a Jesus: o Christo, Deus comnosco.

E' esta a empreza dos nossos novos Titans que escalam o Ceo e a consciencia humana para arrancarem Deus do Ceo e da consciencia, que amontoando a negação de Jesus Christo sobre a de Deus, e a negação de Deus sobre a de Christo, não conseguem por esta dupla e reciproca negativa senão affirmarem e confirmarem estas duas verdades uma pela outra, e vergar sob o peso de seus proprios argumentos. Jesus Christo não é só Deus para aquelles que crêem em Deus. Prova que o é para aquelles mesmos que não acreditam em Deus.

Que gloria para o Christianismo! Que monumento perenne e authentico da sua divindade, que os incredulos dos primeiros tempos e dos ultimos acabassem todos elles rendendo solemnes homenagens á divindade de Jesus Christo!!!

Se o mundo convertido rendeu uma solemne homenagem á divindade de Jesus Christo, será menos concludente a d'aquelles que permaneceram na incredulidade?

Como avaliaram Jesus Christo aquelles que tiveram a desgraça de o não conhecer como Deus? Acaso impugnariam, ou contestariam elles a certeza dos factos, que servem de fundamento á sua divindade? Que cunho de incontestavel certeza e de notoriedade publica não devia ter a prégação dos Apostolos, que fez emmudecer uma nação, que chamam a juizo, que por escripto e palavra accusam do maior dos crimes, de um deicidio, que lhes citam as provas, os factos, os documentos publicos que o certificam, que d'isso a convencem; e que se interessava por honra e brio seu em desmentir publica e solemnemente?

Que certeza, ou que sello de verdade não devia ter esta prégação, que se annunciava a um povo inteiro, e que se lhe apresentava como incontestavel pelos acontecimentos, de que todo elle tinha sido testemunha, de que ninguem duvidava, porque todos o tinham visto com seus proprios olhos?

Que incontestaveis não devem ser aquelles factos que

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

OS ECOS DA COMUNA

II

Acabava o sr. Antero de acusar o catolicismo de ser a principal causa da decadência da península; e mal os ecos desta acusação teriam chegado a Madri, que do seio do congresso de deputados, naquela cidade, levantava-se a voz do grande liberal, o sr. Moreno Nieto, acirrado paredista da gloriosa revolução de 1868, e ardente campeão da monarquia democrática de d. Amadeu, que na sessão de 1 do corrente dizia: "Há três séculos que a Europa se agita e desenvolve fora da esfera do princípio católico". Estas palavras explicam a decadência formal de toda a Europa, e em especial a da península hispana. Não podia vir mais a propósito o desmentido, nem ser dado por pessoa mais competente.

Declara a Revolução que ela é que há três séculos domina a Europa, chamando-se protestantismo, ou direitos da razão, e que então a assoberbara, enforcando, estripando, e queimando os católicos, porque, fortes nesses mesmos direitos, quiseram permanecer católicos; que em 1789-94, chamando-se liberalismo, ou direitos do homem, a assoberbara, espingardeando, guilhotinando, e afogando os católicos que, respeitadores dos direitos de Deus esforçavam-se em cumprir os deveres do homem; que em 1871, chamando-se Comuna, ou direitos do município, do proletário e da humanidade, assoberbou Paris, tentou escravizar os municípios e as nacionalidades, e desacatou os templos, proscreveu Deus, assassinou padres, freiras, homens de todas as classes e converteu os proletários em assassinos, em incendiários, e em carne de canhão.

São fatos incontestáveis. Eles mostram quem se impunha à consciência humana, já obrigando-a caprichosamente a mudar de religião, já a negar a Deus, e já a adorar uma prostituta, já a assassinar gente, sujar igrejas, queimar edifícios, e fazer voar ruas inteiras. O sr. Antero não nega isto decerto; como, pois, se atreve a acusar o catolicismo de se impor à consciência humana, quando estava, e contínua sendo vítima dos amigos da Revolução?! Ousará dizer que a consciência humana vai naturalmente para os horrores a que vimos aludindo? Se vai, são os homens piores que feras, e bendita é a força moral que, impondo-se à sua consciência e levantando-a até as esferas da virtude, transforma o homem e faz de um bruto feroz um ente benévolo, caritativo e social. Se não, para que fala em imposições?

Quando o catolicismo diz aos homens: Amai a Deus sobre todas as coisas, e aos outros homens como a vós mesmos, por causa dele; não mateis nem com o ferro, nem com a língua; não desejeis a mulher do próximo; não cobiceis as coisas

alheias, quem nega que se impõe à consciência humana? Sim, impõe; mas pelo amor, que nobilita, enquanto que as leis humanas impõem-se também à sua consciência, mas pelo medo, que avilta.

O catolicismo decide acima da razão todos os erros teológicos e todas as dúvidas que se suscitam sobre os mistérios; mas o que faz a ciência? Não decide também acima da razão, para todos aqueles a quem ela é desconhecida, os erros e as objeções? Nisto mesmo se distingue o catolicismo do seu acusador, o liberalismo, em nome do qual fata o sr. Antero – aquele decide acima da razão e o liberalismo fora da razão. O que é superior à razão não repugna, mas o que está fora dela é insensato. A acusação condena a quem faz, e honra ao catolicismo.

E já nos esquecia falar da acusação feita pelo sr. Antero ao catolicismo de ser uma instituição política, e de ter começado a sê-lo desde o Concílio de Trento. Em primeiro lugar, não só não consideramos nociva a influência da religião cristã sobre a política, mas até julgamos indispensável e salutar. Assim como higiene é a uma instituição doméstica, também o catolicismo é uma superior instituição moral e, portanto, política. Em segundo lugar, não há libertino de qualquer classe que não exprobe ao primeiro imperador cristão como um crime ter feito da Igreja uma instituição política. E era-o, e como tal foi o escudo da sociedade, e o protetor das letras e da ciência, e foi o grande civilizador dos bárbaros. Assim o sr. Antero chama instituição política ao catolicismo.

Afigurasse-nos que seria grande injúria supor dele que não conhecesse a constituição da sociedade civil na península desde o terceiro concílio de Toledo (589), reinando Recaredo, até ao tratado de Westfália (1648), reinando Filipe IV, entre os quais dois termos, e mui próximo do segundo tem de colocar-se o Concílio de Trento (1545-1563), ao qual tão sem razão atribui um fato, que a esse tempo já contava quase mil anos de duração. E não ignorando isto, que interesse pode ter em disfarçar um acontecimento de tão grande importância, e não só disfarçá-lo, mas até deprimi-lo completamente? Não acertamos a conhecê-lo.

E monopolizaria o catolicismo a ciência nas mãos dos jesuítas? Por breve que seja o tempo que a razão se demore a pensar a priori nesta imputação, reconhece logo a sua inanidade; e se se examinarem os monumentos a posteriori, achar-se-á que não foi assim, como também não podia ser. Os jesuítas não nasciam feitos, de modo que só a jesuitazinhos pequeninos dessem a instrução primeiro, e a ciência depois, as escolas católicas. Elas estavam abertas para todos os alunos, da mais alta como da mais humilde classe, que as frequentavam, e seguiam os cursos, até que tomava cada um o rumo a que o chamava a sua posição social, a sua

inclinação, ou a especialidade de sua aptidão: que entravam na carreira eclesiástica, seguiam outros a das armas, quais se davam à diplomacia, à jurisprudência, etc. O monopólio ainda mesmo no sentido mais lato que se dê à palavra, era de todo ponto impossível.

No sentido mais restrito, não o era mesmo. Os jesuítas ensinavam gratuitamente a pobres e a ricos, sem nenhuma diferença, nem quanto às pessoas, nem quanto ao que poderia chamar-se os segredos das ciências. Se em consequência desta liberalidade, os cursos estabelecidos nos seus colégios eram mais frequentados do que os dos outros professores, alguns dos quais exigiam fortes remunerações, essa mais numerosa população escolar, e as queixas dos que se viam lesados, taxa de grande imprudência, e menos verdadeira a acusação de monopólio que a eles e ao catolicismo faz o sr. Antero; e devemos advertir-lhe que nela se nota uma deplorável confusão de termos. Não é monopólio de ciência que havia, era pelo contrário superabundância, por efeito da liberdade de ensino, dentro da unidade religiosa.

O que deixamos dito mostra que não só não era possível, por este modo, semear a ignorância entre o povo, mas que até profusamente se semeava por entre ele a instrução. Sem sair de Portugal, notamos que a Universidade de Coimbra contava 7 mil matrículas por ano; e nas escolas inferiores, as matrículas estavam na mesma proporção, alargando-se mais o quadro dos seus alunos à medida que se ia descendo na escala dos conhecimentos. Lemos algures que um inglês lastimava, no tempo do rei d. João V, que um terço da população dos dois sexos segue o estado eclesiástico: a exageração é evidente, mas serve para mostrar quão vasta era a área da instrução neste Reino, porque, ainda mesmo supondo esta muito mínima, havia a bastante para a Igreja, a magistratura, e mil outras funções sociais, onde não podia prescindir-se de instrução. E hoje? No fim de 37 anos de governo ilustrado, o número das pessoas instruídas acha-se numa minoria assombrosa para o resto da população. O mesmo fato se reconhecia na Espanha; e fácil seria ao sr. Antero verificá-lo se não tivesse preferido pedir a um francês noções históricas sobre a península hispana, e mais chamando-se esse francês Edgard Quinet, a procurá-las pelo próprio estudo.

Se até acusa o catolicismo de ter ateado a guerra religiosa! E nós que o confessamos no primeiro artigo, quando tivemos de referir-nos aos inumeráveis mártires de Saragoça, e aos milhares que foram sacrificados em mais de cem cidades e outros grandes centros de população, nem podemos, nem queremos negá-lo agora; mas advertimos que nesta guerra, ateada pelos católicos, era

somente seu próprio sangue o que corria e regava a terra. Quem sabe! se eles tivessem derramado o dos homens, a quem o sr. Antero parece distinguir com as suas simpatias, se em vez de vítimas fossem algozes como estes, é possível que o protetor transferisse para eles essas mesmas simpatias.

Além desta, e outras que tais até ao reinado de Recaredo não conhecemos guerra alguma religiosa; e mais moderna ainda menos.

Se caímos em erro, o sr. Antero de Quental não deixará de nos corrigir com a mesma benevolência, ainda que um pouco desabrida, com que veio corrigir o censor, que o arguira por causa das árvores silvestres de d. João de Castro, e deixou-o impunemente matar, como nos disseram, em Portugal, quando ele já estava defunto na Índia. Não tendo havido na península nenhuma guerra de religião, evidente nos parece que não pode o catolicismo ateá-la; e teríamos de argui-lo de uma grande calúnia gratuita, se nos não lembrasse que bem poderia ser uma baboseira do *Diário Popular*, cuja ignorância apenas é excedida pôr a sua malevolência e ferocidade contra a religião católica.

E nem sequer podemos supor que tivesse querido referir-se a outros países de fora da península, não só porque mostraria mais malignidade, que espírito de crítica, pois teria confundido coisas distintas, mas também e principalmente porque nesses países não foi o catolicismo que ateou as guerras de religião, visto que elas lhe foram declaradas, e ele não fez mais do que defender-se, porque defendendo se defendia a sociedade, cuja era protetor, escudo e refúgio. Quer se examinem as guerras de religião na Alemanha, quer em França, foram as seitas protestantes que deram princípio a essas guerras desastrosas. Se amanhã qualquer partido se levantar armas contra a ordem de coisas estabelecidas, e esta se defender, como é o seu direito e o seu dever, quem é que ateia a guerra, serão os atacados ou os atacantes? Pois não foi outra coisa nas guerras religiosas, que a voz de Lutero, e depois dele as dos outros heresiarcas ateou nos diversos países durante o 16º século.

O *Jornal da Noite* limita-se a dizer que o sr. Antero "observou que o catolicismo, ao revés do cristianismo, promovera a intolerância, oprimira a consciência humana e sujeitara a razão à autoridade". Tem graça esta imputação em quem estava sujeitando a sua razão à autoridade de Quinet, e a razão do auditório à sua própria autoridade!

Pelo que respeita à intolerância, diremos apenas que, sendo a verdade intolerante por essência para com os erros que a contradizem, o catolicismo, que é a verdade, não pode também deixar de ser intolerante para com os erros. Nisto dá

o sr. Antero, sem o saber, uma prova de que o catolicismo é a doutrina dos Apóstolos, pois que, ainda em vida de S. João Evangelista, foi intolerante condenando os ebionitas, como no segundo século condenou os gnósticos; e de que o seu cristianismo não existiu antes do 16º século. Eis por que este, ao revés daquele, promoveu a tolerância para todos os erros, e ao mesmo tempo conservou feroz intolerância contra a verdade do catolicismo.

Resumindo o que vai dito. Não há nem sombra de verdade no que o sr. Antero alegou contra o catolicismo. Não foi causa direta nem indireta, próxima nem remota da decadência da península, que tem de procurar-se em outra parte. É o que prova a história, como nos parece tê-lo mostrado. À vista disto, concluiremos este ponto, não negando que fosse muito democrática a sua conferência, mas afirmando que foi tão anti-histórica, e tão fabulosa quanto podia sê-lo.

Em outro artigo examinaremos as duas seguintes causas a que atribui a decadência das Espanhas.

4.4.13 – A Revolução de Setembro, 27 jun.

Figura 4.45 – *A Revolução de Setembro*, 27 jun., p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Para as provincias

Para o Brazil

NUMERO 8:708 — TERÇA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 1874 — XXXII ANNO

INTERIOR

FOLHETIM

A ARISTOCRACIA DO GENIO E DA BELLEZA FEMINIL NA ANTIGUIDADE

POR

JOSÉ PALMELLA

POLITICA EXTERNA

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.46 – *A Revolução de Setembro*, 27 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Continua a declaração do sr. A. de Quental e de outro senhor aqui publicada, sem alterar, porém, uma vírgula sequer nas palavras do folhetim a que [...] se referem: são claras, precisas e exatas, e não admitem interpretações equívocas:

"Adio – disse eu – para outra ocasião o falar das Conferências Democráticas, etc., etc., – e, em satisfação a um nosso amigo comum e querido, – das razões que me fizeram abster de aderir a elas como preletor, satisfação que não só devo à insistência dele, mas à estranheza de outros amigos, etc., etc.".

Inteira [...] satisfação deveria ao *convite* a que [...] se referem se tal convite tivesse havido. Não houve e não se falou dele portanto. Exatamente o não o ter havido foi uma das razões a que me referi e com que combati a insistência daquele amigo nos desejos de me ver aderir como preletor das conferências citadas, simples e espontânea insistência de quem não julgava necessária a formalidade do convite especial, vendo entre os signatários do prospecto convite nomes, e dos demais comparada valia de íntimos e velhos amigos [...] me [...] de ideias [...] suposta que o prospecto convite sofria o convite especial. Engano de boa-fé, de boa vontade e de boa amizade. Não devo dizer mais e nem tanto era preciso.

Não houve convite, não se disse que o houvera, e se não basta esta declaração, vá mais esta outra: seria rejeitado se o houvesse.

Ninguém perdeu, como ninguém ganhava no caso contrário. E o caso é tão insignificante que não merece mais.

Luciano Cordeiro

4.4.14 – *A Nação*, 27 jun.

Figura 4.47 – *A Nação*, 27 jun., p.1

A NAÇÃO

JORNAL RELIGIOSO E POLITICO

Por uma carta que tivemos de Roma, sabemos que o SENHOR DOM MIGUEL foi recebido em audiencia particular pelo Summo Pontifice no mesmo dia em que chegara a Roma (dia 17) pelas 9 horas e meia da manhã.

O SENHOR DOM MIGUEL saiu já de Roma.

Por um telegramma recebido de Roma se nos participa que no dia 22 foi recebida pelo Santissimo Padre Pio IX a commissão catholica portugueza.

Ainda não sabemos quando voltam para Portugal os cavalheiros que compõem aquella commissão.

Os nossos collegas Redactores do Futuro, enviaram-nos o seguinte telegramma:

Braga 26 às 9 horas e 11 minutos da manhã.

Hontem foi impossivel a perigrinação ao Sameiro: mais de 50:000 pessoas. Oreo o Padre Ratemacker e o Abbade de Requião.

O povo portuez-se dignamente.

PORTUGAL

LISBOA, 26 DE JUNHO

Ao Jornal do Commercio

E ao sr. A. de Quental

Havia, pelos annos de Christo na Judéa, uma raça de homens, sonhos e ambições, que tratavão sempre em logares e amar e a observancia da lei, revelhavão-se em accusação e desprezo obstinado os raros os precursores, porque não dal-um ideal novo! que não fosse o das suas mesquinhas paixões.

Fariseus-se-ão pelas pessoas publicas, arrastando-se como hoje vemos pelo meio das ajoelhamentos; mostravam-lhe o simulacro magnifico e dourado pelas sacerdotes e pelos jogos, falseavam-lhe a severidade do preceito e os mysterios e os ministros pelas barbas como destorce da lei.

Parecem-nos extremamente aos olhos dos homens; mas o seu coração estava cheio de hypocrisia e de iniquidade.

Conservavam tambem famosos seus preceitos, exprimiam-lhe os filhos os mandamentos dos justos; mas, apesar destas extraordinarias hypocrisias, o Divino Mestre reconhecia-os e aquelles eram os que por lá figuram-se belos à vista; mas por dentro nada cheios de cadaveres de ossos e de vermes da podridão.

Esta raça de homens que Jesus Christo chamou sepulchros caiados e mal- porque sempre nha a luta no mundo da luz, para se permittir individualidade e despreso de todas elles, são ficos intimamente ligados aos temas do tempo de hoje.—No anno 1871 de Christo ainda esta raça de fariseus e phariseus se perpetua entre nós como nunca de escriptores, que tambem fazem alarde de respeitar a lei, tambem se ingluem de barbas, como fariseus e sacerdotes, tambem arrastam a fimbria de seus logares por meio dos ajoelhamentos, tambem se mascaram e jejuam pelo transgressão dos preceitos e tambem como os Phariseus extrill cam a lei no altar de suas negras paixões.

Não vinte, ainda há pouco, a calumnia, que levantou o *Jornal do Commercio* nosso em Portugal portuguez, por cau nos, um nome de um dos mais sagrados deveres de um ministerio, um nome da religião e do direito como qualificar de usurpação a ponte dos Estados Pontificios, tantas violentamente pelo governo de Victor Manoel? Não o vistes acontecer frantes sobre testes, leis sobre leis, para demonstrar que a Pensual do alludido Prelado não devia ser sustentada e correr terra o commercio pessoal do Rome-plenio regio, regra absoluta, que, em conformidade com as leis do reino, e a constituição fundamental do Estado, não devia augmentar a todas as Pharisees e mulheres, se é do Sr. Patriarcha de Lisboa por estrangeirar um acto, que em nada o governo do paiz tenha reconhecido? E por isso não o visto, evocando em denominar, solicitar um amnistias leis, que diziam, offendera, a destruição do Prelado?

Pois bem, queres saber o que é esse acto de observancia, nos vão, esse respeito da lei, que o *Jornal do Commercio* profanou?

Lê-lo a—Resposta aos jornaes catholicos dado pelo sr. A. de Quental e publicada em logar de honra nas columnas do mesmo jornal.

Ha-de dizer-lhe, lendo aquelle nome de attentados contra as leis do reino e contra a Constituição fundamental do Estado, recebidas e lavradas por esse mesmo jornal, que houvesse em Portugal imprensa que lhe dasse publicidade. Imaginar-vos-hão antes á redacção de qualquer rua com os olhos fitos em uma resposta e lendo um dos pasquins incendiarios, que não sonha ali abrara, o que á luz do dia se não pode escrever, nem publicar por ninguem e contrario a todas as leis. Para ão o dizeis; e ninguem, que lhe dou publicidade, lê a aberrantissima resposta do *Jornal do Commercio*!

Monstruosa contradicção! Pois temos as garantias no Prelado, porque em uma Pastoral chama usurpação, ao que em lesa direito não vem nem póde ver outro crime, a posse legal e tomada por meio de violencia dos Estados da Egreja, e applaude se tranquillo o sr. A. de Quental, cuja—*Resposta aos jornaes Catholicos*—á a negação completa e destorçada de todos os Dogmas da Religião catholica, apostolica, romana, que o art. 6.º da Carta Constitucional proclama religião do estado!!!

Vinguem-se o Prelado, porque, interprete do sentimento de mais de 500 milhões de catholicos, julga na actualidade, que o poder temporal da Egreja é uma condição essencial da sua liberdade, e por consequencia da liberdade de consciencia dos catholicos, e tambem se o faz—se por esse facto um libello famoso, em que se accusa não só contra o sentimento dos catholicos, mas contra o sentimento de todos os espalhados por differentes estes, contra todo o que ha de mais essencial no Christianismo e de mais salutar e efficaz no seio da Egreja Catholica.

Temos vós em nosso como Jesus Christo e os Dogmas da Sua Egreja, que Victor Manoel e os dogmas das suas usurpações e dos seus crimes?

Hypocrisias, o vosso amor pela lei, os vossos respeitos, a vossa observancia, o vosso zelo pela religião, é o mesmo que era o dos phariseus; é porque vos que a lei vos vossas mãos são á um principio de justiça; mas um instrumento de odio e de extorsão contra os que são intimos em vossas synagogas.

Essa arma, que nunca se deveria levantar se não contra o mal e seus cumplices, contra aquelles que infringem violentamente as leis e a moral publica, tornando-se criminosos de uma sociedade, lá a vemos em vista contra aquelles, que não abalançam resistencia a um arbitrario completo dos principios de ordem, que a pesar vosso ainda mantem a sociedade.

Mas protegeu-se vossa obra. Empunhar vos influxo superior, como impulso os accendidores de consciencia de Paris para nos vossa phrase de reconstrucção social e politica. Os mais resolutos fautores da restauração em França dá, a despeito dos seus intuitos, os republicanos, que a assenzarem pelas catastrophes, que cahiram a Europa e a civilisação.

Vós sabeis-nos aqui os melhores obreiros d'esse novo edificio. Embora, por caminhos diversos, trabalhamos todos para o mesmo resultado. Nós exaggeramos os nossos principios pelos meios logares, pela verdade d'elles, pela fé em sua efficacia; vós cooperais comnosco, lançando imprudencia as vossas, pelo erro, pela contradicção, pelo falsear dos vossos reaccionarios.

Applaudi, pois, applaudi o sr. A. de Quental, que, conquanto não não pertenhamos os intuitos, conquistamos-nos do vosso ódio, sendo do nosso lado, provando pelo mesmo grandes e assignalados serviços á nossa causa.

(Continúa)

Como havíamos previsto, subiram a dispor as nossas duas a notificação do *Jornal do Commercio* de 22 do corrente contra o Sr. Vigario Geral de Portalegre, por haver celebrado a pastoral do Sr. Bispo do Algarve.

Nada ganhou a causa, alheia a noticiarias; porque não importa ao dominio e deploravel a argumentação do prelado portalegrense, ao qual não nunca a nem respondeu-se.

Se não é logico, pelo menos é methodo sistematico methodo de relatar.

E' certo que já lá vão muitos palavras no tempo do que dizer; não o é menos que ninguem é obrigado a receber como verdadeiras asserções destituidas de fundamento; não o comprehende assim aquelle folha.

Rejeitando qualquer aquelle de autoridade, que não queira ser respeitado e com. Entretanto pretende! E case para exclamar com o Jeremias:

O sanctas gentes, quibus hæc nascuntur in hortis Numina!

Fique-se, pois, sabendo que para destruir radicalmente as doutrinas do ar ornario, nada mais se quer do que destruir as regras, e, para o conhecer de tudo, tanto se faz como deplorável a sua argumentação.

Mas não podia, nem devia deixar de accentuar este ponto importante de ordem e disciplina que a *Defensor de Bellas*, que é o subsenso de se calar as *relações entre o estado e a egreja*, *revela desta ignorancia de um Jesuitismo* de que se ufana.

Maravilhavam-se despois de ph ate e a sedução do encontro, se não fosse tão mesto contendido a mental, mudo se falsear o genero de armas, com que se combate o adversario.

E o Syllabus, dizem vós, o subversão de todas as relações entre o estado e a egreja; e pois assentemos, que a separação foram condemnados no Syllabus? não o imporiemos os monstros-bodes da nossa ser. de Paris.

Não sabemos, se falhou de leitura, ou se acaso já leste o Syllabus; ou o conhecia, vide o § IV, em que reprova o seu-intimento se condemna a intervenção, e o catolismo e o commissario arrazoados em systema governativo pelos interessas, em quanto durou seu livre direito.

Acresceria também qualquer dia João Fabra como reaccionario, porque a sua famosa circular reconhecendo, ás vezes ao menos da educação moral á religião, que a se prescrevem noticias e mais fraquezas nas escolas.

Deploramos lamentar o que a de reconhecer, quando vistas as importantes das doutrinas da egreja a reina e cabe-lhe não dos estados, a considerar como *ideal* de leis do que grafo a aquellas reformas, que ainda esperamos conseguir pa a saúde e do abrazo.

Perdoem a Deus vos illudir, como em um castico suppliciam Zacharias, e para idenino fim:

Illuminare his, qui in tenebris et in umbra mortis sedent, ad dirigendos pedes nostros in viam pacis.

Antigos redactores.

Celebrou-se hontem na Egreja Christo em Lisboa a solemnidade do Sagrado Coração de Jesus. Foi celebrante Monsenhor Michel, e os oradores foram os conegos Antonio Ferreira Gomes e Antonio Ferreira Vianna.

Os portuguezes que estão em Roma estão de parabens, e os amigos tambem.

Roma, 18 de junho de 1871

Vosso amigo e obrigado.

P. R.

REVISTA EXTRANGEIRA

Viva Pio IX!

Este grito repercute nos ecos de todos os pontos do globo, nos dias 17 e 18 do corrente, que repetindo com a energia que só póde dar a Fé, e com o sentimento do amor filial, proferia, á falta de outras razões, o que é o Papa, o que é Pio IX.

Que importa que em alguns paizes os inimigos da Egreja estejam identificados com os governos e possão de quem vive no Papa Rei, ao Pontifice Infallivel, seja reputado um grito banal as instituições e de dynastias! Pois se as idealidade de interesses levantar-lhes perseguição aos catholicos, mas não póde soffocar as jubilosas manifestações dos filhos da Egreja, dos amigos do Pontifice ao verem que sua chegava aos dias de Pedro.

Por onde a pena lhe pois solemnisado com verdadeira alegria o riquissimo quinto anniversario da exaltação de Pio IX ao Solio Pontificio; de todo a parte foram mandados deputações a Roma cumprimentar por tão jubilosa motivo o Pontifice.

E tantas foram essas deputações que o Santo Padre, para poder receber todas, começou a recepção no dia 13.

Nesta dia foram recebidos na sala do throno o Capitulo da Basilica de S. João de Letrão, presidido pelo Cardeal Patrizi; os abbades geraes das ordens; capitulo de Santa Maria Maior, presidido pelo Cardeal Asani; o capitulo da Basilica de Vaticano, a cuja deputação fez estada a mesa de carruagem presidida, a outra da guarda Pretoriana.

No dia 14 vieram apresentar os seus pesames a Sua Santidade, os parochos dos 52 parochias de Roma. A sua entrega Pio IX quiz ser mesmo para terem distribuidos pelos poberes.

No dia 15, seguiu a deputação das 22 commissões de homens da Sociedade protectora dos interesses catholicos; depois recebeu a deputação das damas protectoras á mesma associação.

No dia 16 recebeu o commissão inglesa presidida por lord Cochrane, e a numerosa alli ad, composta de 800 pessoas, e presidida por Sous Alteza os Principes de Lowenstein e de Hardenberg e Sua Santidade, pronunciou por tantas demonstrações de sympathia, dirigio-lhe um discurso que foi muito vezes interrompido por enthusiasticas acclamações.

Os fallecimentos tinham portanto razões piedosas demonstrações: a deputação belga foi installada pelos ferocicos da revolução, á deputação irlandeza accendeu o mesmo.

O governo diffundiu as communicações telegraphicas, e por isso de dia 17 não se apercebeu que fora celebrada em S. Pedro uma festa solemne, e que fora tanta a concorrencia que não cabeva na egreja. A tranquillidade não foi alterada.

Já demos ao nosso ultimo numero noticia de ter chegado a Roma o Senhor Dom Miguel, hoje temos a accrescentar as seguintes linhas que encontramos em um jornal de Madrid, *El Pensamiento*:

«Foram recebidos em audiencia pelo Papa, Dom Miguel de Portugal, o Principe de Lowenburg e o Principe Rohenlohe, cavalheiros extraordinarios do Imperador de Austria.»

Não ha aquelle jornal o dia em que lera esta audiencia, mas pela combinação das datas parecem-nos que deverão ser os dia 17, o que vemos confirmado pelas vossas noticias particulares.

E por fallarmos do Principe Rohenlohe vem a propozito dizer que as correspondencias de Vienna affirmam que a nomeação d'este principio Gustavo da côrte para o cumprimentar Pio IX, havia uma carteira impressão no meio de liberal.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

PORTUGAL

Lisboa, 26 de junho
Ao *Jornal do Comércio*
Ao sr. Antero de Quental

I

Havia, pelos anos de Cristo na Judeia, uma raça de homens, astutos e ambiciosos, que trazendo sempre nos lábios o amor e a observância da lei, ocultavam em seu coração o desprezo obstinado de todos os preceitos, porque não tinham lá dentro outro móvel que não fosse o das suas ruins paixões.

Pavoneavam-se pelas praças públicas, arrastando suas longas vestes pelo meio dos ajuntamentos; mostravam-lhes o semblante magoado e desfeito pelas macerações e pelos jejuns, falavam-lhes da severidade do preceito e só miravam o ser glorificados pelas turbas como doutores da lei.

Pareciam justos exteriormente aos olhos dos homens; mas o seu coração estava cheio de hipocrisia e iniquidade.

Construíram túmulos famosos aos profetas, engrinaldaram de flores os monumentos dos justos; mas, apesar dessas exterioridades hipócritas, o Divino Mestre assemelhou-os a sepulcros caiados que por fora figuram-se belos à vista; mas por dentro estão cheios de ossadas de mortos e de vermes da podridão.

Esta raça de homens que Jesus Cristo chamou "geração adultera e má" porque antepunha a letra ao espírito da lei, para se permitir inteiramente o desprezo de todas elas, não ficou inteiramente sepultada nas ruínas do templo de Jerusalém. No ano de 1871 de Cristo ainda esta seita de escribas e fariseus se perpetua entre um certo número de escritores, que também fazem alarde de respeitar a lei, também se impõem às turbas, como doutores e oráculos, também arrastam a fímbria de suas togas por meio de ajuntamentos, também se maceram e jejuam pela transgressão dos preceitos e também com os Fariseus sacrificam a lei no altar de suas negras paixões.

Não vistes, ainda há pouco, a celeuma, que levantou o *Jornal do Comércio* contra um prelado português, por que este, em nome de um dos mais sagrados deveres de seu ministério, em nome da religião e do direito ousou qualificar de usurpação a posse dos Estados Pontifícios, tomada violentamente pelo governo de Vitor Manoel? Não o vistes amontoar textos sobre textos, leis sobre leis, para demonstrar que a pastoral do aludido prelado não devia ser publicada e correr

sem a censura prévia do beneplácito régio, regra absoluta, que, em conformidade com as leis do Reino, e a constituição fundamental do Estado, se devia aplicar a todas as pastorais e mormente do sr. patriarca de Lisboa por estigmatizar um ato, que nem ainda o governo do país tinha reconhecido? E por fim não o vistes, arvorado em denunciante, solicitar em nome das leis, que diziam, ofendera, a destituição do prelado?

Pois bem, quereis saber o que é esse amor de observância, esse zelo, esse respeito da lei, que o *Jornal do Comércio* professa?

Lê-se a – Respostas aos jornais católicos dada pelo sr. A. do Quental e publicada em lugar de honra nas colunas do mesmo jornal.

Haveis de duvidar, lendo aquele acervo de atentados sobre as leis do Reino e contra a Constituição fundamental do Estado, reconhecidas e invocadas por esse mesmo jornal, que houvesse em Portugal imprensa que lhe desse publicidade. Imaginar-vos-ei antes à embocadura de qualquer rua com os olhos fitos em uma esquina e lendo em um pasquim incendiário, que mão oculta ali afixara, o que à luz do dia se não pode escrever, nem publicar por imoral e contrário a todas as leis. Pois não o duvideis; a imprensa, que lhe deu publicidade, foi a observantíssima imprensa do *Jornal do Comércio*.

Monstruosa contradição! Pois lança se as gemonias um prelado, porque em uma pastoral chama usurpação, ao que em bom direito não tem e nem pode ter outro nome, a posse ilegal e tomada por meio de violência dos Estados da Igreja, e aplaude-se tacitamente o sr. A. do Quental, cuja – Respostas aos Jornais Católicos – é a negação completa e desbragada de todos os Dogmas da Religião católica, apostólica, romana, que o artigo 6º da Carta Constitucional proclama religião do Estado!!!

Vitupera-se o prelado, porque, intérprete do sentimento de mais de 200 milhões de católicos, julga na atualidade, que o poder temporal da Igreja é uma condição essencial da sua liberdade, e por conseguinte da liberdade de consciência dos católicos, e recebe-se e louvava-se por esse fato um libelo famoso, em que se articula não só contra o sentimento dos católicos, mas contra o sentimento dos cristãos espalhados por diferentes seitas, contra tudo que há de mais essencial no cristianismo e de mais solidamente definido na Igreja Católica.

Tereis vós em menos conta Jesus Cristo e os Dogmas da Sua Igreja, que Vitor Manuel e os dogmas das suas usurpações e dos seus crimes?

Hipócritas, o vosso amor pela lei, os vossos respeitos, a vossa observância, o vosso zelo por ela, é o mesmo que era o dos fariseus; é por isso que a lei em vossas

mãos não é um princípio de justiça; mas um instrumento de ódio e de extermínio contra os que não entram em vossas sinagogas.

Essa arma, que nunca se deverá levantar senão contra o mal e seus sectários, contra aqueles que infringem voluntariamente as leis e a moral pública, tornando-se criminosos de lesa sociedade, lá a trazeis em riste contra aqueles, que não maquinam convosco o aniquilamento completo dos princípios de ordem, que apesar vosso ainda mantém a sociedade.

Mas prossegui na vossa obra. Impele-vos um influxo superior, como impeliu os incendiários da Comuna de Paris para um novo plano de reconstrução social e política. Os mais decididos fautores da restauração em França são, a despeito dos seus intuitos, os republicanos, que a apressaram pelas catástrofes, que causaram à Europa e à civilização.

Vós também sois aqui os melhores obreiros desse novo edifício. Embora, por caminhos diversos, trabalhamos todos para o mesmo resultado. Nós evangelizamos os nossos princípios pelos meios legais, pela verdade deles, pela fé na sua eficácia; vós cooperais conosco, tornando impossíveis os vossos, pelo erro, pela contradição, pelo delírio das vossas manifestações.

Aplaudi, pois, aplaudi o sr. A. do Quental, que, conquanto nós não percebamos os intuitos, congratulamo-nos de vos ver, senão do nosso lado, prestando pelo menos grandes e assinalados serviços à nossa causa.

(Continua)

4.4.15 – *A Nação*, 29 jun.

Figura 4.48 – *A Nação*, 29 jun., p.1

A NAÇÃO

JORNAL RELIGIOSO E POLITICO

QUINTA FEIRA 29 DE JUNHO DE 1871

PORTUGAL

LISBOA, 28 DE JUNHO

Ao Jornal do Commercio e ao Sr. A. do Quental

II

FOLHETIM

CASINO

DE

MANOEL BRAZ

A SUA MULHER

ANTONIA DIAS

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.49 – *A Nação*, 29 jun., p.2

CAVACO

REVISTA EXTRANGEIRA

COMMUNICADOS

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

PORTUGAL

Lisboa, 28 de junho
Ao *Jornal do Comércio*
Ao sr. Antero de Quental

II

Também nós respeitamos todas as opiniões, e, sejam elas de vencedores ou de vencidos, merecem-nos igual acatamento as destes, como daqueles.

O fato de ser vencedor ou vencido nem sempre dá a medida da ciência, que condenou os segundos e exaltou os primeiros; mas o que decerto atesta evidentemente a bondade da causa dos vencidos e a sua fé, e sem mesmo falar da que é uma virtude cristã que o sr. A. do Quental não admitiria por coerência com os seus princípios, a fé em uma grande causa é, sr. Antero, uma virtude social de tamanha força, que quem a sente em si não necessita, para fazer triunfar as suas ideias, de andar pelos caminhos ilegais, de maquinar nas trevas com potências ocultas, de vir depois cá para fora semear incêndios, devastações e mortes!

Nem nós podemos saber muitas vezes, quais são realmente os vencidos e quais os vencedores. Esta classificação, no campo dos princípios, depende do prisma, através do qual nos contemplamos os fatos.

O sr. A. do Quental julga perdida a causa do catolicismo e por tanto dá-nos por vencidos, a nós que o defendemos a todo o transe. É um modo de ver, muito conforme apenas com os seus intuitos, mas nada com os fatos, que se estão passando pela Europa. Do que s. sa. pode estar certo, é de que, a ser verdadeira a sua asserção, não foi seu racionalismo, que deu sequer o mais pequeno bote.

Quando o ataque do adversário é já sabido e usado, é fácil apartar-lhe a estocada e mesmo preveni-lo.

Sejam, porém, quaisquer, que forem, neste campo os vencidos, ou os vencedores, respeitamos-lhes as opiniões, quando elas se agitarem dentro da esfera legal, ou quando, ainda que a exorbitem, elas representarem algum elemento de regeneração social, cuja manifestação algum obstáculo aparentemente impedir.

Estará neste caso a – Resposta aos jornais católicos – do sr. A. do Quental?

O que ela é perante as leis do país, já em princípio o dissemos, quando nos dirigimos ao *Jornal do Comércio*, que lhe deu publicidade; agora mostraremos o valor, que tem ante a ciência e a civilização, e assim – considerá-la-emos teórica e praticamente.

Cremos poder afirmar desde já, que, se as doutrinas do sr. A. do Quental são um atentado aos olhos da lei, não o são menos perante a ciência e a civilização.

Alguns reparos, antes de nós irmos ao ponto capital.

Queixa-se o sr. A. do Quental, extremamente respeitoso para com as opiniões dos outros, de não merecer a reciprocidade desse sentimento, principalmente da parte dos jornais católicos e legitimistas, entre os quais devia de ser familiar a pratica das virtudes evangélicas, caridade, limpeza de coração e amor da verdade – e das aristocráticas, cavalheirismo, lealdade e grandeza de alma.

Queixa-se de que a *Nação* dissesse: "Que o sr. A. do Quental fizera em uma das *conferências* do *Cassino* a apoteose da *Comuna*, apresentando-a como um benefício para o país! Paris, que seja a resposta mais enérgica e semelhante loucura".

É muito possível, que as pessoas, que ouviram falar s. sa. da revolução *comunera*, no tempo de Carlos V, julgasse em boa fé que o sr. A. do Quental tratava da *Comuna* de Paris, para fazer a sua glorificação; entretanto, ao que parece, não lhe faziam uma grave injúria em o suporem sectário dela, visto que professa doutrinas, que tinham por lá grande voga.

Atente bem, para o que lhe dizemos, o sr. A. do Quental.

Quem lança sobre as opiniões de s. sa. o descrédito e o expõe à animadversão pública, não é decerto o primeiro, que venha para aí afirmar, que o sr. A. do Quental foi um grande admirador da *Comuna* de Paris. A nossa honra e probidade não pode estar assim à mercê de qualquer *quidam*, que se lembre de denegrir e manchar o nosso caráter. Quem o expõe à animadversão pública, são as suas próprias doutrinas, pois tão parecidas são, que se confundem com as da *Comuna*. O sr. A. do Quental não entrou ainda por alguma Igreja dentro, não lançou sobre o sacrário mãos sacrílegas, não tirou de lá as Sagradas Formas para as espalhar pelo chão ou para parodiar com elas uma Comunhão, como fizeram os republicanos de Paris; mas nega o mais fundamental de todos os dogmas do cristianismo – a presença real de Jesus Cristo sob as duas espécies aparentes de pão e vinho, nega o pecado original, nega a confissão auricular, declara-se *naturalista*, e acaba pela negação de Deus!

Ora a *Comuna* era tudo isto, se era mais alguma coisa do que incêndio, exterminio e roubo.

Não tem, pois, razão o sr. A. do Quental para se abespinhar com lhe acharem tão estreito parentesco com a *Comuna* de Paris.

O preletor é mais alguma coisa ainda; entra em o número dos percursores da *comuna* de Lisboa, que breve sazonará com suas doutrinas, para dar aqui os frutos, que deu a de Paris.

Aqui, como além. A *Comuna* de Paris foi preparada pelo ateísmo e pelo descrédito das crenças, empenho em que prima o sr. Antero senão pela vastidão das ideias decerto pelo ambicioso das aspirações. Será inconsciente, se o quiser, mas não menos culpado. Como, semeando ventos, não há de colher tempestades?

Lava as mãos como Pilatos? É cômodo; mas não é digno, nem absolutório.

Quem se pertence pensador, deve prever as consequências de suas doutrinas, e as do sr. A. do Quental são deletérias e prenhes de catástrofes. Os fatos o dizem bem alto; mas não há cegos piores, do que os que não querem ver.

De uma queixa no fundo desarrazoada como se vê, passa o sr. A. do Quental para um sentimento de lástima, pesando-lhe que a *Nação* não tenha por seu lado alguma coisa de aproveitável, por exemplo ideias, argumentos e ciência; assim por mais vontade, que tivesse de combater não enxergava com quem.

Não seja tão imodesto sr. Quental, olhe que lhe redarguimos com a operação aritmética, com que nos chamou a contas. Com efeito, deduzindo de sua argumentação umas certas fofices, com que pavoneia a sua ciência, fica bem pouco, que mereça uma refutação séria. E cumpre também notar que a *Nação* não tinha diante de si, quando se dirigiu ao sr. A. do Quental um texto autêntico e completo da preleção de s. sa., não podia pois entrar em minuciosa análise. Não teve decerto esse intento, e apenas comentou rapidamente algumas das *descomunais* ideias históricas do preletor.

Quero fazer passar o nosso artigo do corrente por elaborada resposta à preleção de s. sa. é levantar um moinho para contra ele enristar a quixotesca lança.

Passemos, no entretanto, revista à pobre bagagem, com que o sr. A. do Quental se forneceu para vir dar batalha campal, a quem não cuidava entrar em luta tão formidável.

Afirmou o sr. Quental que a causa da decadência da Península nos séculos XVI, XVII e XVIII tinha sido o catolicismo mormente o de Trento, o absolutismo e a conquista.

Sem tratarmos por agora da defesa do catolicismo, tão caluniado por s. sa., o que será objeto de um artigo especial, limitamo-nos a considerar o absolutismo e a conquista. E primeiro um reparo sobre absolutismo.

Por não alargar o quadro de um artigo às dimensões de uma dissertação, circunscrevendo-nos a Portugal, não podemos admitir, que à fórmula, por que se regeu o país nos séculos XVI e XXII, caiba a denominação de absolutismo.

O povo podia então fazer ouvir melhor a sua voz, do que hoje sob o império da fórmula *liberal*, que dissolve as câmaras todos os seis meses; ao que parece, não para atender muitos aos clamores populares. Emende o sr. A. do Quental as misérias *liberais*, que por aí vão, e depois poderá apedrejar o passado mais desassombradamente.

Um outro reparo circunscreve ainda mais a discussão em fronteiras razoáveis. Dissemos, que os elementos da decadência, apontados pelo sr. A. do Quental, não podiam ter a importância, que ele lhes atribuiu e citamos os reinados gloriosos de Carlos V e de d. Manuel.

Foram eles sem dúvida obra dos elementos sociais que prevaleceram em Espanha e Portugal naqueles tempos. Pode dizer-se, que foram as ideias naturais de engrandecimento nacional, auxiliadas pelo entusiasmo guerreiro, que se arreigara e desenvolvera na batalha de sete séculos contra o islamismo, e cujo era, como natural expansão o espírito de descoberta e de conquista, iniciada sobre os territórios muçulmanos. Se depois vieram catástrofes, como a infeliz jornada de Alcácer-Quibir; se a ambição de Carlos V, de mistura com muitos outros elementos, que atuaram no movimento da civilização europeia, trouxe depois a decadência, restaria demonstrar, como é, que os elementos, que haviam feito o engrandecimento foram também precisamente, os que operaram a decadência. Antes desta demonstração a tese está intacta, e resiste ao sobranceiro sorriso da vaidade do sr. A. do Quental.

Quem pode, com efeito, negar a verdade da nossa asserção sobre o imenso alcance da expedição do malfadado rei, d. Sebastião? E quem pode desconhecer, que a usurpação espanhola, estranha às causas de decadência, apontadas pelo sr. A. de Quental, foi em realidade, entre todos as possíveis de enumerar, a mais eficaz e desastrosa?

Quem pode dizer, o que houvera sido Portugal sem essa terrível perturbação de toda a sua economia social? E a Espanha, que não tirou da usurpação, mais do que enfraquecimento, o que não teria havido da amizade e da aliança?

O sr. Antero tudo isso esquece para só ver catolicismo, absolutismo e conquista! Que cegueira!

Ah! grande Infante, se do teu famoso rochedo de sagres, pudesses hoje responder aos desprezadores da tua magnifica e tão cristã empresa, tu, o grande precursor de Colombo e do Gama, de certo nem carecerias de descerrar um sorriso para fulminar os degenerados filhos desta terra, que te apedrejam e te escarnecem! Passar-te-ia pela fronte apenas como uma pequena nuvem, ficando

para logo concentrado, em tuas profundas e grandiosas meditações em prol da Religião e da Pátria.

De resto os conselhos e arrogantes lições do sr. A. do Quental dispensamo--las perfeitamente; trate de si antes, que tem que aprender muito em modéstia e em desconfiança de si mesmo, sendo que os títulos de elaborador de uma nova sociedade, com que se apresenta, não os vemos baseados em nenhum documento sólido e reconhecido.

Acha depois o sr. A. do Quental *curioso* o período, em que disséramos, que sem as navegações e as conquistas de além-mar Portugal teria sido um país insignificante. Vejamos a razão da *curiosidade*:

O nosso acerto aplica a ideia de que "o Portugal de Diniz e de d. João I não passava de um país insignificante".

É de pasmar como os homens da *ideia* e da *ciência* ficam maravilhados diante das ideias mais simples, e ousam arguir os adversários, pelo fato de as anunciarem!

O Portugal de d. Dinis e de d. João I foi grande e glorioso em face das nações contemporâneas; mas se ficasse reduzido à nesga de terra, que vai do Minho até sagres teria provavelmente sido tragado pelo Leão de Castela, sem ter aberto novos caminhos à civilização, ilustrando a sua história, e emparelhando em fidalguia de feitos e cometimentos com as mais gloriosas nações do mundo. O Portugal de d. João I seria hoje uma nação sem futuro, destinada por força irresistível a ser vítima do princípio das anexações, se tivesse durado até nossos dias.

Mas parece, que a história do sr. A. do Quental, nega a Portugal o título de civilizador para lhe conferir o de tirano, sendo que o espírito guerreiro nos tornou incapazes de conservar e transformar as colônias!

Aqui o sr. A. do Quental, grande prestigiador empalmou o Brasil reduzindo-o a nada, apesar de que ainda hoje é uma granja, de onde Portugal extrai o bastante para equilibrar a sua balança de comércio; e como brisa, que penetra no sepulcro secular reduziu a pó as majestosas figuras de Afonso Albuquerque, junto de cujo o túmulo iam os índios pedir justiça, e, de S. Francisco Xavier, de cuja memória vive ainda entre eles o renome português.

Raça de ingratos! mais justiça, e menos ingratidão.

Mas a Suíça? A Bélgica? Mantem-se por circunstâncias especialíssimas, no interesse do equilíbrio europeu. Portugal não está neste caso.

E a Dinamarca? É hoje um problema, e tende à absorção escandinava.

O sr. A do Quental recorda a economia política: mas esquece a política. Os problemas sociais não se resolvem senão encarando o complexo nas situações e não atentando somente em uma de suas feições.

Dissemos e repetimos que Portugal não podia ser um país exclusivamente industrial. Os prodígios da indústria moderna são nos vedados mesmo pela natureza, que nos não deu o carvão fóssil, nem mesmo o ferro, principal alavanca do progresso material. Cumpria pois que navegasse, que conquistasse sobre o islamismo e selvageria, antíteses da civilização.

Maior poderia ter sido a sua ação civilizadora e benéfica. Se quando o Brasil entrou na maioridade, e se emancipou, a *liberdade* ímpia que nos entrou pela porta dentro não houvera impedido, que Portugal fundasse na África novo Brasis.

O sr. A. do Quental com o seu ateísmo não pode ter a inteligência destas coisas, e por isso queria riscar dos anais da Pátria a história das navegações e das conquistas principais títulos de glória para um país civilizado e cristão.

Desviemos as restantes necedades científicas, arrastadas pela força de falsos princípios.

Aqui ninguém quer as colônias para opressão e miséria, mas para engrandecimento pela civilização cristã.

De resto nem o partido legitimista tem que aprender na escola que acende os incêndios de Paris, nem Roma, e muito menos Roma teme a ciência microscópica dos embriões do *comunismo*.

Mostrar-lhe-emos.

(Continua)

4.4.16 – *A Nação*, 2 jul.

Figura 4.50 – *A Nação*, 2 jul., p.1

DOMINGO 2 DE JULHO DE 1871

A NAÇÃO

JORNAL RELIGIOSO E POLITICO

PORTUGAL

Ao Jornal do Commercio e ao sr. A. do Quental

FOLHETIM

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.51 – *A Nação*, 2 jul., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Ao *Jornal do Comércio*
Ao sr. A. de Quental

III

Causa dó ver os ares científicos e pedagógicos, que o sr. A. do Quental se toma, ainda tão moço, não se contentando com se dizer sabedor e letrado; mas arvorando-se em mestre para dar carta de habilitação a torto e a direito, como se alguém lhe reconhecesse a competência.

Tinha que ver, se, para qualquer se inscrever no catálogo dos homens de ciência, lhe bastasse apenas dar-se uns certos ares, inchar as faces de vento, engravatar-se e puxar os colarinhos até a raiz das orelhas, e depois dizer-se... um sábio.

Se assim fora a grande maravilha dos sete sábios da Grécia ficara eclipsada pelo estupendo prodígio de mais de 1 milhão de sábios em Portugal.

A verdadeira ciência é modesta, não confia muito em si, nem recorre a nigromancia de certos modos para se fazer passar por oráculo.

Já vê que nem o *Bem Público* lhe aceita a carta de habilitação em instrução primária, que se dignou conceder-lhe, nem a nós nos doe o vitupério de negar. Posto isto vamos ao assunto, que, conquanto seja mais da competência daquele jornal, por ser com ele, que s. sa. tratou a questão da influência do catolicismo, que da *Nação*, todavia assim pela índole desta, como pelo impulso das nossas crenças não podemos deixar de tomar em mão, defendendo-o dos ataques violentos do sr. A. do Quental.

É o ponto da discussão: *Se o catolicismo de Trento foi nos últimos três séculos para a península um elemento de decadência.*

É pela afirmativa o sr. A. do Quental, e funda-se, em que o Concílio de Trento introduziu no catolicismo dogmas *novos*, tais como: o *pecado original*, a *Presença Real* e a *confissão auricular*, a que s. sa. chama "armas da política ambiciosa, maquiavélica e anticristã da corte de Roma".

No parecer do sr. A. do Quental foram estes dogmas, que alteraram a essência do catolicismo, tirando-lhe a virtude civilizadora, que ele tivera até o século XVI por todo o decurso da Idade Média.

Mostrando, porém, nós ao sr. A. do Quental, que eram tão antigos como o catolicismo, devemos necessariamente concluir, que o Concílio de Trento os não introduziu de novo, não foi o primeiro, que os impôs ao espírito católico, que desde muito tempo os acreditava, e que o catolicismo devia de

continuar, portanto, não se lhe havendo introduzindo algum elemento estranho, a ter desde o século XVI em diante a mesma influência benéfica, que tinha tido até então.

Isto é lógico, e desta tortura, em que o põe a lógica mal pode sair se o sr. A. do Quental com a distinção, que faz entre dogmas considerados em si e a *importância* e *consequência* deles.

Se esses dogmas não eram novos; mas datavam desde os primitivos tempos do cristianismo, é desde essa data, que devemos assinar-lhes a importância, e tirar-lhes as consequências, qualquer que fosse a data de sua definição; e, por tanto, não foi o Concílio de Trento, que lhe deu essa importância, nem lhes tirou essas consequências.

Os dogmas, a que alude o sr. A. do Quental, são de tal importância na vida cristã, e tão fundamentais na economia da Religião cristã, que não se lhes pode aplicar, o que o sr. A. de Quental diz de qualquer princípio "que pode existir em uma instituição durante muito tempo, como em estado *latente*, e que só no dia, em que se lhes tiram as consequências e se aplica largamente, é que começa *realmente a ser*".

Esses dogmas existiam, proclamava-os a Escritura e a Tradição, oferecendo-os como ponto de fé à crença católica e o Concílio de Trento não fez mais do que constatá-los a ratificar autenticamente a sua *importância*, e as *consequências*, que dele se derivavam.

A sua importância vinha-lhe, portanto, daquelas duas fontes a Escritura e a Tradição constante. As suas *consequências* eram depois do Concílio de Trento as mesmas, que haviam sido depois dos Concílios de Constança e de Latrão, por um lado preservar do erro a doutrina católica, por outro lado a condenação de erros, que a deturpavam e a obscureciam.

Tanta razão tem Calvino e seus sectários de se queixar da intolerância do Concílio de Trento, como Wiclef e seus partidistas dos Concílios de Constança e de Latrão.

Não foi o Concílio de Trento, que insistiu *largamente* no dogma; foi a Reforma, que se obstinou *largamente* no erro, e erro tão *monstruoso psíquica* e *metafisicamente* como aquele, do racionalismo do sr. A. do Quental falando de *absurdo físico* e metafísico. Se era em nome dos princípios da razão, que a Reforma fez essa insistência obstinada, não valeu apena tanto barulho, pois em substituição do *ininteligível arvorado em verdade supremo* pelo Concílio de Trento, ele propôs coisa ainda mais *ininteligível* e misteriosa.

É fácil provar-se o acerto.

Em relação ao dogma da Presença Real o Concílio de Trento afirmou, que Jesus Cristo, depois das palavras da consagração está *realmente* nas espécies de pão e vinho, e que isto se opera por meio da *transubstanciação* daquelas espécies, ficando aparentemente as mesmas, mas convertendo-se a sua substância a do pão no Corpo, a do vinho de Sangue de Jesus Cristo, devendo notar-se ainda que a palavra transubstanciação era já antiga na Teologia.

Lutero, crendo também na Presença Real, diz pelo contrário, que Ela se realiza pela *consubstanciação*, quer dizer pela coexistência simultânea das duas substâncias pão e vinho, que se não destroem; logo segundo essa doutrina o corpo de Jesus Cristo está no pão, sob o pão e com o pão, *in*, *sub*, *cum*.

Do simples enunciado dos dois princípios diversos se vê, que a Reforma de modo algum se podia julgar tiranizada por *um espírito "descaridoso" e anticristão de intransigência por não poder admitir aquele absurdo psíquico e metafisico* visto, que propunha em seu lugar o mais repugnante absurdo.

Que os dogmas, a que o sr. A. do Quental se refere, não eram novos, é de facílima demonstração.

Comecemos, por onde o sr. A. do Quental começa, pelo *pecado* original.

Havia uma tradição constante entre os povos primitivos do mundo, de que o primeiro homem tinha prevaricado e atraído a maldição divina, pelo seu crime, sobre si e sobre sua posteridade, e a simples observação da natureza humana, em que se dão a par das tendências mais elevadas, as inclinações e vícios mais baixos, a existência do homem sobre a terra, que antes parece punição e miséria do que posse plena do bem, ajuntam a tradição um testemunho autêntico, de que houve um crime que deserdou um homem de uma grande preeminência, que havia sido liberalizada ao sair das mãos do Criador.

O Antigo Testamento confirma esta verdade. Jó no cap. 14 v. 4 diz:

"Quem pode tornar puro o homem nascido de sangue impuro, senão vós somente?".

No salmo 50 v. 7 o salmista anuncia a mesma verdade dizendo:

"Fui concebido em iniquidade e formado em pecado no seio da minha mãe".

Desde S. Paulo a crença no dogma do *pecado original* tem sido constante entre os P. P. da Igreja.

S. Clemente e Tertuliano no segundo século, atestam-no de um modo evidente, comentando aquelas palavras de S. Paulo – *sicut per unum hominen peccatum in hunc munium intravit* – ajunta o grande Padre Apostólico: "A transgressão começou pela mulher". Este exprime-se assim: "*Et propterca in mortem datus (homo) exinde totum genus de suo semine infectum, suae etiam damnationis traducen fecit*".

O Concílio de Orange celebrado no princípio do século VI subscreveu os treze artigos, que lhe haviam sido enviados pelo papa Felix, no primeiro dos quais se estabelece a doutrina do *pecado original* e no segundo a necessidade da *graça*.

Que testemunhas mais terminantes, para demonstrar, que esse dogma antes de ser definido pelo Concílio de Trento, existia na crença geral da Igreja?

O mesmo em relação à *Presença Real*, que é o dogma, que pode dizer-se centro do culto cristão, a instituição mais cara aos fiéis, pois por ela podemos tornar nos membros do corpo de Jesus Cristo.

Logo no primeiro século, os P. P. de Achaia em uma carta sobre a morte de André fazem menção do sacrifício pela imolação cotidiana do cordeiro, cuja carne e sangue o povo fiel comia e bebia.

No segundo século S. Ignácio de Antioquia diz contra os gnósticos: "Eles se abstêm da Eucaristia e da oração, porque não querem confessar, que a Eucaristia seja a carne do nosso Senhor Jesus Cristo". Santo Irineu quase ao findar do século II atesta a crença do dogma, quando demonstra que o nosso corpo há de ressuscitar em razão de ser sustentado pelo corpo e sangue de Jesus Cristo e se tornou assim um de seus membros e como que um mesmo corpo: "*Quae (caro) sanguine et corpore Christi nutritur et membrum ejus est*".

Tertuliano diz: "*Caro corpore et sanguine Christi vescitur ut et anima de Deo saginetur*".

O Concílio de Constança convocado por João XXIII, na 8ª sessão, condenou o herege Wiclef, que negava o dogma da *Presença Real*. E como não havia de ser esta a crença geral da Igreja sendo tão expressas, tão formais as palavras de Jesus Cristo, na instituição desse dogma, que se leem em S. Math. cap. 26 v. 26, Marc. cap. 14 v. 22, Luc. cap. 22 v. 19, e finalmente em S. João cap. 6 v. 52?

Finalmente a *confissão auricular* acha-se instituída em S. Math. cap.18 v. 18. Em S. João cap. 20 v. 22. "Recebei o Espírito Santo serão perdoados os pecados àqueles, a quem vós os perdoardes".

Ora é da primeira instituição, que para isso era mister, que os Apóstolos os ouvissem e para os ouvirem era necessário confessá-los. E com efeito nos Atos dos Apóstolos cap. 19 v. 18 diz, que os fiéis vinham procurar S. Paulo para acusarem seus pecados.

S. Barnabé, no primeiro século da Igreja na sua epístola nº 19, preceitua a *confissão* dos pecados.

Tertuliano no segundo século exprime-se acerca da *confissão* de um modo fundamental, olhando-a como essencial para a penitência.

Orígenes aí pelo terceiro século mostra que para o pecador entrar em graça com Deus é necessário declarar seus pecados a um *sacerdote*.

Ainda neste século a Igreja condenou as Mantanistas, que lhe negavam o poder de absolver nos grandes crimes. Como poder distingui-los das faltas ligeiras, senão por meio da *confissão*?

No quarto século Santo Atanásio exclamava: "Entregam-vos aos discípulos de Jesus, que estão a vosso lado e prontos para vos deligarem em virtude do poder que receberam de Deus".

Seria não acabar se tivéssemos necessidade de mostra todos os canais por onde passou a tradição da Igreja em relação a este dogma, até que no 4º Concílio de Latrão, sob Inocêncio III, se ordenou a todos os fiéis de um e de outro sexo, que confessassem os pecados ao menos uma vez a cada ano.

Do que levamos dito conclui-se, que os três dogmas, o *pecado original*, a *Presença Real* e a *confissão auricular*, a que o sr. A. do Quental se referiu, não foram *dogmas novos*, nem em si nem na *importância* e consequências, que deles se derivaram.

Existiam desde os primeiros tempos do cristianismo. O Concílio de Trento não fez mais do que constatá-los, defini-los.

Sendo isto assim, não se tendo pelo Concílio de Trento introduzindo alteração alguma no catolicismo segue-se, que devia continuar a ter depois dele a mesma influência, que tinha tido nos séculos anteriores, o menos, que se não queria conceder um efeito sem uma causa conhecida.

4.5 Terceira Conferência – 5 de junho – Augusto Soromenho – "A Literatura Portuguesa"

Tabela 9 – Terceira Conferência – 5 de junho – Augusto Soromenho – "A Literatura Portuguesa"

Nº de textos	Jornal	Nº do periódico	Ano	Mês	Dia	Página
1	*A Revolução de Setembro*	8.690	XXXII	Junho	1	2
2	*Jornal da Noite*	133	1º	Junho	6-7	2
3	*Diário de Notícias*	1.949	7º	Junho	7	1
4	*O Diário Popular*	1.667	6º	Junho	7	2
5	*Jornal da Noite*	134	1º	Junho	7-8	2
6	*Jornal do Comércio*	5.286	18º	Junho	8	1
7	*Jornal da Noite*	135	1º	Junho	8-9	2
8	*A Revolução de Setembro*	8.697	XXXII	Junho	10	2
9	*A Revolução de Setembro*	8.699	XXXII	Junho	13	2

4.5.1 – A Revolução de Setembro, 1 jun.

Figura 4.52 – *A Revolução de Setembro*, 1 jun., p.1

A REVOLUÇAO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$000 réis — Semestre, 3$000 réis — Trimestre, 1$600 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$200 réis — Semestre, 3$700 — Trimestre, 1$925 réis

Subscreve-se exclusivamente na redacção e administração, junto ao Correio Geral
Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de [illegible] Maria Pereira, rua Augusta, [illegible]
Assignaturas são pagas adiantadas — Publicações de interesse particular são pagas
Folha avulsa, 40 réis — Annuncios, 20 réis por linha
A redacção não se responde pela doutrina e opiniões dos artigos assignados em que houver algum signal de que não são della. Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos

Para as provincias
Anno, 7$200 réis — Semestre, 3$700 réis — Trimestre, 1$925
Para o Brazil
Anno, 12$000 réis — Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:690 | QUINTA-FEIRA, 1 DE JUNHO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 31 DE MAIO

A camara electiva esteve hoje animada e inquieta. Infecunda como uma charneca imputa ao governo a sua esterilidade. Innocente e pura, os seus desejos foram sempre sinceros, a sua força immensa, mas comandada a furia do mar se detem diante d'um grão de areia, assim a sabedoria reformista se paralysou diante da versatilidade do governo.

[illegible] hoje a proposta da lei de meios depois de declarada a incompatibilidade entre o ministerio e a camara. Não era necessaria prova do antagonismo. A confiança do governo dispensava para se conhecer a discussão e a votação. Em épocas em que o sentimento constitucional era mais puro, em que a fé era mais ardente, em que a ambição era menos premente, as opposições votavam sem discutir, porque a discussão em taes casos não serve senão para [illegible], para desculpas frivolas e para satisfação de vaidades desilludidas.

Não aconteceu hoje assim, e nós não negamos a ninguem o direito de discutir, reservando-nos o de apreciar o seu dicto.

Pela nossa parte proclamando a conciliação dos partidos no tempo da dictadura, proclamando-a depois quando os reformistas a combatiam, guardámos para o nosso principio, e demos ao ministerio um apoio sincero tanto quando era presidido pelo sr. marquez de Sá, que o sr. bispo de Vizeu pôz fóra do poder, como desde que foi presidido pelo sr. marquez d'Avila sem nos abalar a modificação que se operou por causa da nomeação do novo patriarcha.

Os nossos principios não soffriam quebra pelas altercações entre os reformistas que disputavam a preeminencia na distribuição das mercês. O nosso proposito era votar todo o augmento de receita embora não fosse da nossa escolha a fórma do imposto, concorrer para todas as economias serias, e não pôr embaraços ao governo. Votavamos tudo sem confiar, e aguardavamos sem nada esperar.

E porque? Porque o partido reformista é incapaz de governo, porque destroe tudo e não edifica nada, e porque o governo, fosse qual fosse, não poderia conseguir nenhuma cousa util d'uma camara que simulava apoial-o mas que desejava só substituil-o.

Desde 29 de agosto o grupo reformista ainda não pôde ter um momento de repouso. Oppoz-se á conciliação, obrigou o sr. marquez de Avila a largar o poder, fez o mesmo ao sr. marquez de Sá, e impotente para governar até foi humilde e penitente rogar ao sr. marquez de Avila que o salvasse, recebendo o commando. Vimos e admiramos a flexibilidade do visor. O nosso proceder não mudou. Vimos a desavença patriarchal, e ficamos no mesmo posto. Eram ralhos de familia.

Um amuo ligeiro, senão uma especulação, affastou aquelle grupo de uma reunião no ministerio do reino. Dois dias depois choviam protestos de adhesão nas secretarias, e no parlamento cada qual disputava como melhor serviria. O zelo reformista chegara a ponto de delatar como opposição qualquer phrase independente e sobre.

Desprendidos de toda a ligação ministerial, affastados de todos os mexericos devemos dizer que o ministerio concorreu em parte para este estado. As suas affeições todas reformistas levaram-n'o a lisongear toda a popularidade falsa, e a dar preponderancia a quem não a podia ser. A doutrina de que no orçamento é que se podiam fazer as grandes economias é uma doutrina erronea. A commissão de fazenda animada por esta proclamação principiou por examinar todos os serviços, por decidir do numero dos empregados, por intender na egualdade e desegualdade da remuneração, por medir a extensão dos corredores, por contar o numero dos officios, por discutir a reforma do exercito, donde nasceu um parecer sobre o orçamento da marinha que deu á luz esta crise politica, e donde devia nascer egual parto a respeito do ministerio da guerra que obrigaria a posteridade a julgar com muito desfavor os conhecimentos praticos e theoricos de tantos militares illustres que tem intentado reformar aquelle ministerio.

Nestas esperanças vãs é que uma commissão composta de caracteres respeitaveis se extraviou com o melhor desejo de acertar. Julgou que ouvindo um homem, por melhor que fosse a sua boa fé, podia resolver tudo convenientemente. Não viu que rivalidades feridas fariam explosão. Parecendo que exaltaram os principios reformistas propunha-se um *bill de indemnidade* ao sr. Latino Coelho, e faziam-se propostas com tanto conhecimento de causa que se alteraram logo depois. Eram os reformistas contra os reformistas.

E que vale esse parecer? Não val nada. Uns 258 contos de economias não valem 258 réis. E se o valessem o partido reformista seria altamente censuravel por ter levado a questão politica onde se realisava muito a sua simulada programma.

Naquelle parecer não se diminue um real a ninguem. O que são pois as economias? As economias [illegible] não se pagar no anno seguinte despezas que não se pagam já neste, em não se votar despezas para logares que já ha muito não estão providos, despezas que não se fazia já, e em desarmar navios que não podem nem devem estar armados. Tudo quanto de reducção a commissão votou pôde se conseguir por um acto de administração.

[illegible] O partido reformista que n'um dos seus orgãos [illegible] as altas [illegible] do mesmo partido na commissão de fazenda, [illegible] n'outra todas estas reformas, negava a competencia da commissão, e deixava ver a quem não era cego o germe da discordia.

Havia somente [illegible] que [illegible] os [illegible] de um ministerialismo de conveniencia e o [illegible] partidario julgaram que tudo se harmonisaria [illegible] o gabinete [illegible] as suas [illegible], e quando a nossa reformista ameaçou a situação, estes politicos fizeram propostas de accordo em que se conciliasse a honra e o proveito, que nosso parecer não cabem no mesmo sacco.

Todas estas aberrações provocaram a crise. O partido reformista pronunciou-se contra o gabinete, e o gabinete acceitou a lucta, ou antes succumbiu nella perante a camara. Propoz a lei de meios como expediente constitucional. Como questão politica era escusado pôl-a porque nossa reconhecêra já que lhe faltava a maioria parlamentar.

Nós votemos o expediente como o temos votado a todos os nossos adversarios. Porque titulo nos estranhava hoje na camara o grupo reformista não o seguirmos na sua vagabundagem? Que merece menos hoje do que ha quinze dias o sr. marquez de Avila? Nem o fomos chamar para nosso chefe nem o desfeiteamos na hora em que os seus amigos o querem despedir como despediram o sr. marquez de Sá. O caracter que já viu no sr. marquez de Avila um salvador, que viu ha pouco nelle um judeu converti[do], e que vê hoje nem se sei o que, não é um caracter serio.

O nosso voto não se determina pela confiança no governo, determina-se pela necessidade constitucional e pela certeza de que esta camara não discutirá nenhum orçamento, como nunca discutiu nenhum o partido reformista. Contra a influencia [illegible] e [illegible] desse partido, [illegible] a sua tendencia para a dictadura a que nós votaremos sempre.

Magoa-nos [illegible] ver um partido onde ha bons talentos e cavalheiros [illegible] hoje na camara as desculpas da sua impotencia. O espectro da dissolução aterra aquelle grupo de heroes. [illegible] que só inspiraram amarguram lhe o coração. A patria, desque nunca fizeram caso, começa a merecer o seu amor. O orçamento que nunca discutiram, é a idéa das suas adorações. A discussão deixaram n'a um recanto á roda em que discutiam mal do ministerio que crearam, que crearam, que alimentaram, e que começaram a detestar somente desde que o presidente do conselho agredido alludiu á expedição da Zambezia!

Oh! a expedição da Zambezia, as despezas fabulosas que com ella se fizeram, as vidas que alli se perderam, e tudo por imprevidencia reformista é o que levantou os brios desse honrado partido que não pôde olhar mais para o campo de Tancos nem do seu famoso conselho desde que soube mais que admirar nas glorias da Zambezia.

Disputem como quizerem, que se estão condemnando. Fallem em orçamentos que o paiz bem sabe que desde 1867, epoca da sabanjeamento, não pôde ainda ver um, nem o verá jámais em quanto preponderar uma maioria reformista.

MARINHA

Tem sido notavel o modo por que a camara dos srs. deputados tem apreciado o orçamento da marinha!

Até aqui o orçamento era uma lei que dotava com os meios precisos os differentes serviços organisados por leis especiaes, e á camara ao exame do orçamento, cumpria-lhe verificar se a dotação estava d'accordo com essas leis.

O genio reformista, entendeu outra cousa!

A extincção do commando geral d'armada, foi votada no orçamento, mas a lei especial que decretou a sua organisação, ficou em vigor!!

Foi mais um ardil á ultima hora, e não tardará que appareça algum protesto energico contra o governo, e o commando geral d'armada será então o cavallo de batalha para illudir e para arcar á popularidade!

A nossa marinha teve a infelicidade de cahir debaixo do poder d'uma tribo, que só teve em vista deital-a por terra.

Um dos mais estaveis reformistas, deputado, e redactor do *Diario Popular*, revelou crassa ignorancia em assumptos de marinha, leia-se o discurso do sr. Mariano Cyrillo de Carvalho, e veja-se agora o que diz o *Diario Popular* do qual é redactor o mesmo senhor:—«A quem cabe a responsabilidade da compra do *Hack*, e a quem a da construcção da lancha de vapor para não andar» e pergunta mais se já requereria a historia da *Duque da Terceira*, *Duque de Palmella*, *Infante D. João*, *Sá da Bandeira*, e do famigerado *Bragança*.

Não foi como o *Diario Popular* quer fazer [illegible], nenhum dos officiaes da nossa marinha militar que calculou, riscou, e dirigiu as obras d'esses, vulgarmente denominados chavecos *impossiveis*!

O *Diario Popular* deve saber que é obra da competencia dos dignos engenheiros navaes, e só a elles cabe a responsabilidade de tão estaveis construcções.

A historia d'esses pobres *chavecos* deve existir na secretaria da direcção technica do arsenal, como é expresso no art. 117.° do regulamento.

Ainda o *Diario Popular*:

«[illegible] companhias de officiaes de marinha, as commissões que approvaram riscos [illegible] de navios, e que depois de feitos os [illegible] com a sua approvação os declararam pessimos?»

Bonito, isto é que é saber!

Ora vejamos.

O conselho de trabalhos, que se compõe de dois engenheiros navaes, dois officiaes de marinha, e um engenheiro machinista, approva uma qualquer construcção, e o poder technico construe e depois diz:—a responsabilidade é dos officiaes de marinha, e não nossa, que calculamos, riscamos, e dirigimos a construcção d'uma lancha que não anda, d'um navio que logo precisa *fabrico*, d'um outro que necessita emendas etc.... isto tudo por que nós engenheiros, navaes, e que fazemos parte do conselho de trabalhos, levamos alli riscos incompletos, que approvamos!!

Admiravel, e o paiz que pague as consequencias.

[illegible] engenheiros navaes a mais para as necessidades do serviço, diz o *Diario Popular* — e serão a mais escaparam á fouce reformista?!... Admira!...

A quem cabe a responsabilidade da compra do *Hack*?... perguntaremos nós tambem.

Ora digam, [illegible] em commissão em Inglaterra o chefe das construcções navaes?...

Não examinou [illegible] navio?...

Não informou depois o governo que o navio era magnifico?...

Não seria esta auctoridade competente na materia?...

A quem cabe pois a responsabilidade da compra do *Hack*?... [illegible]

Quem [illegible] de ferro que está em construcção?...

Por que teria ella sido votada no orçamento pelo chefe das construcções?...

E a emenda [illegible] seu resultado o [illegible] de parte da [illegible] que já estava prompta?...

Será a direcção [illegible] d'algum [illegible] da marinha, ou do [illegible] e [illegible]?...

Pôde o *Diario Popular* desenrolar de todo o novello, apparece o mysterio que ha, mas diga a verdade, [illegible] conhecimento da causa, d'outro modo é perder tempo e o paiz é que soffre as consequencias da ignorancia.—*D.*

POLITICA EXTERNA

O ultimo telegramma que se recebeu hontem de Paris dava a insurreição completamente domada, e a cidade n'um perfeito estado de socego. Depois das commoções violentas porque tem passado ultimamente aquella povoação ei-la que volta novamente aos seus trabalhos. Provavelmente vae haver agora uma reacção espantosa. Vae-se trabalhar tanto quanto se esteve inactivo durante estes ultimos tempos.

Diz o telegrapho que as lojas já se tornaram a abrir. Paris começa novamente a viver, não daquella vida exhuberante que tinha outr'ora, mas começa a viver, a principio talvez com uma vida tenue, mas depois gradualmente o espirito francez com a mobilidade que o caracterisa ha de continuar a obra que começou, e tornal-a cada vez mais perfeita.

Apesar destes primeiros indicios de uma vida que vae nascer novamente, de uma actividade que começa, a cidade está, diz o telegrapho que nos dá estas noticias, debaixo de um sentimento de susto e de horror em consequencia da tragedia medonha que viu desenrolar-se debaixo dos seus olhos.

Paris incendiada, o clarão dos incendios ainda está profundamente gravado na memoria de todos aquelles que assistiram a essas scenas de desolação, e que temem que ellas se não repitam.

Falla-se em Paris que a commune espalhou incendiarios e assassinos em toda a França. [illegible] dos acontecimentos como estavam, que [illegible] dizer sobre isto, mas é de suppôr que não seja isso mais que uma illusão da imaginação exaltada da população parisiense [illegible] que tem visto [illegible] ultimos tempos. Se com effeito houvesse, da parte da commune [illegible] e se ella houvesse um começo de realização, haveria certamente um meio de republica geral que os assassinos não poderiam levar a effeito os seus criminosos projectos.

Uma outra noticia nos dá o telegrapho, que não podemos explicar muito bem, é a das prisões em Versailles, Fontainebleau e Marselha. São prisões de insurgentes, que lograram escapar-se, ou denota isso perturbações nestas cidades? Nada podemos saber a este respeito, mas esperamos que o telegrapho venha explicar este enigma.

Tambem nos noticia o telegrapho que tem havido grande numero de execuções summarias em Paris. Evidentemente a França com a guerra que teve a supportar, com esta lucta agora, e com os resultados della, tem de se cobrir de luto. E' impossivel quasi que haja hoje uma familia em França que não tenha que chorar alguem dos seus membros que está morto, ou que foi fuzilado. O numero dos homens mortos em Paris é tragico, assusta como a vista de um abysmo medonho. Esse numero é necessario que o [illegible] é de 10:000 pessoas. E mais ainda o numero dos prisioneiros é de 25:000, dos quaes poucos hão de escapar, pois que o governo declarou que os considerava não como belligerantes, mas sim como assassinos e criminosos.

Alguns insurgentes em numero de 900 tentaram fugir de Belleville atravessando as linhas prussianas, porém os allemães deixaram-nos, [illegible] 100 e entregaram os 900 restantes ao governo de Versailles.

Em quanto aos membros da commune diz o telegrapho, que a maior parte foram presos e fuzilados immediatamente. Para esses poucas esperanças ha de salvação, pois que o governo de Versailles está profundamente irritado em consequencia do assassinato dos refens, e toma agora uma represalia terrivel sobre os que elle julga responsaveis daquelle acto. No entanto não se sabe perfeitamente quaes os que tem sido executados, se serão entregues ao rigor das leis do governo de Versailles, porque se sabe que alguns delles lograram escapar-se de Paris sahindo n'um balão.

A guarda nacional está ainda desarmada, e aquelles homens que ainda ha pouco combatiam podem agora voltar ás suas occupações.

Diz um correspondente de Versailles para o jornal de Madrid a *Epoca*, que a maior parte dos incendios que devastaram Paris, foram lançados pelas mulheres, que mostraram mais encarniçamento na lucta, que os proprios homens. Os bombeiros ajudavam tambem essa obra de destruição porque quando foram mandados extinguir os incendios pela auctoridade militar, encheram as bombas de petroleo, e atiravam assim ainda mais o incendio. Esses bombeiros foram todos fuzilados immediatamente.

* * *

Telegrammas

O que se recebeu hoje em Lisboa diz o seguinte:

AGENCIA SUBMARINA

Londres, 31, á 11 horas da tarde.

Picard demittiu-se do ministerio do interior e foi substituido por Victor Lefranc. O general Leflô será substituido no ministerio da guerra pelo general Cissey.

Rochefort foi condemnado á morte pela commissão de guerra. As execuções summarias continuam a ser muitas. Todos os desertores do exercito que se juntaram á commune teem sido fuzilados.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.53 – *A Revolução de Setembro*, 1 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

CRÔNICA

Conferências – A terceira conferência na sala do Cassino Lisbonense é feita pelo sr. Augusto Soromenho, lente de Literatura Moderna no curso superior de Letras, e um dos maiores eruditos do nosso país. Fala sobre a literatura portuguesa.

4.5.2 *Jornal da Noite*, 6 e 7 jun.

Figura 4.54 – *Jornal da Noite*, 6 e 7 jun., p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 133 | Terça e Quarta feira 6 e 7 de junho de 1871 | 1.º anno

FOLHETIM

THEATRO PORTUGUEZ

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.55 – *Jornal da Noite*, 6 e 7 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

CONFERÊNCIAS DEMOCRÁTICAS

Ontem foi a 3ª das Conferências Democráticas no Cassino Lisbonense. Estavam cerca de trezentas pessoas, e orava o sr. Augusto Soromenho acerca da literatura portuguesa.

Orava, dissemos nós, mas não acertamos com o verbo que até nos parece contrastar os intuitos do esclarecido professor. O sr. Soromenho disse que não ia ele recitar uma oração acadêmica nem fazer um discurso eloquente, mas unicamente conversar acerca das nossas letras. E assim fez. Conversou com naturalidade, louvável independência de pensamento, discreta cortesia na palavra, reflexões acertadas e chistosas, linguagem correta, exposição clara, profundo conhecimento do assunto e ótimos princípios morais.

Tratou de mostrar que, por falta da originalidade, de invenção e inspiração, temos vivido sempre de empréstimos em literatura, exemplificando o como que sucedeu eu na introdução das escolas – provençal, italiana, espanhola, clássica, e etc., das quais copiamos a ideia e imitamos a forma. Disse o que era a invenção e em que consiste a originalidade.

Afirmou que o único poeta verdadeiramente original e nacional é o Camões, autor da única epopeia nacional que existe na Europa; que só via não termos tido nunca literatura própria, e que autores, *erradamente* chamados clássicos podiam ser substituídos por um dicionário, porque só serviam para o estudo do vocabulário, e não, como o nome de *clássico* indica, para tipos literários ou modelos.

Acrescentou que era preciso conquistarmos o lugar que nos compete na história literária da Europa. 1º destruindo, por falso, contrário as leis de arte, ao senso moral, pernicioso, e ridículo, o que existe; 2º dando por base à educação a moral; que o fim da arte não era – a imitação – nem – a *moralização* –; mas a representação do *belo ideal*. E aí indicou o que é o *belo*.

Disse mais que o gesto não é individual, nem anda sujeito a alterações; mas universal, incorruptível, absoluto e eterno; designou o que é necessário para que haja crítica e citou exemplos.

Acrescentou que a literatura não anda sujeita ao *paladar dos tempos* nem é a expressão da sociedade; mas segue um tipo ideal, e é expressão da humanidade; que em vista destes princípios, a literatura atual não preencha os seus fins e notou os exemplos.

Da *poesia, romance e drama* diz que eram fúteis uns, e profundamente imorais outros, que o romance e o drama, além dos fins que arte lhe assina, pode ter,

como gênero geralmente apreciado, o intuito moralizador, mas o contrário disto é torpe.

Observou que a imprensa, geralmente ignorante e por consequência incompetente, tem concorrido para este desbragamento literário, além de ser ela também elemento de desmoralização pública, porque não exerce a crítica por não ter instrução, nem tem a dignidade precisa, nem a independência necessária para criticar e ser ouvida com proveito.

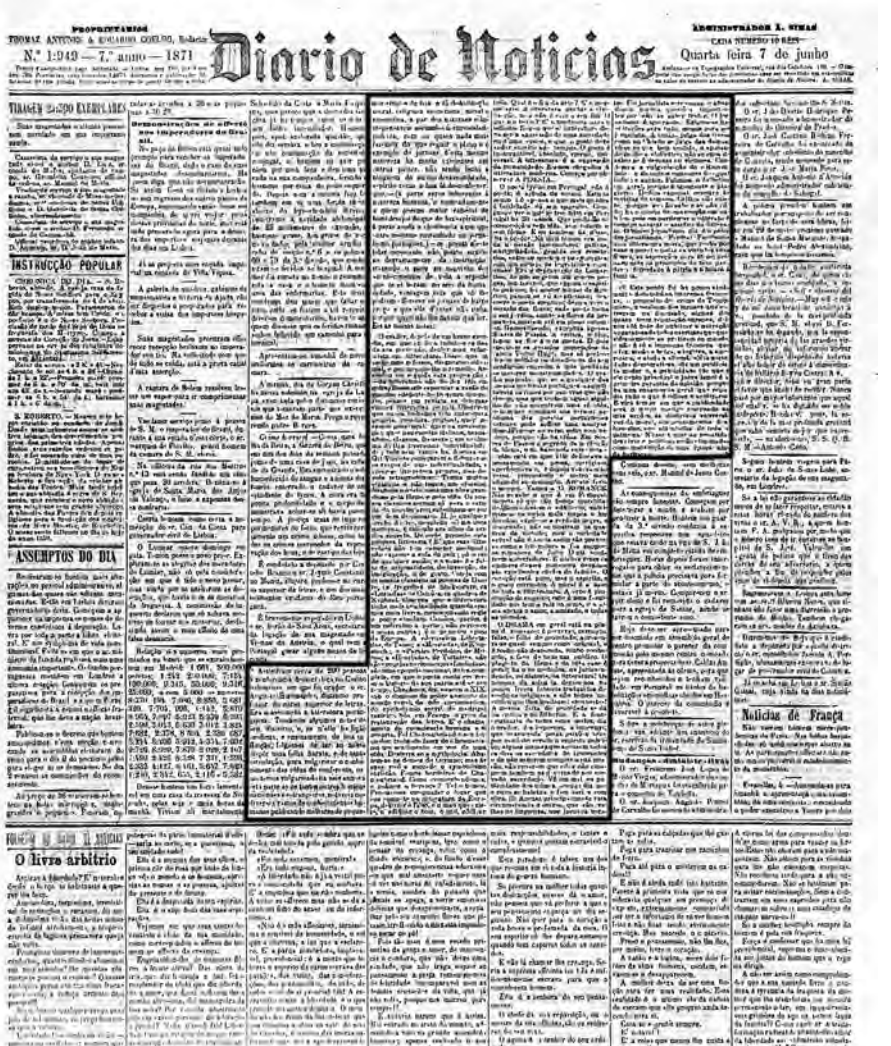
Procurou mostrar que ignoramos completamente ou que seja e em que consiste o *estilo*; e que, a exemplo do que sucedia no baixo império, na impossibilidade de apresentar ideia, só damos palavras ocas, sonoridades, e por esse mérito só aquilatamos as produções literárias, sem nos importar, se há nelas alguma ideia nova, algum grande pensamento, e por isso os literatos se julgam dispensados de ter ideias, e *fazem* estilo, sinal característico de uma profunda decadência literária e social.

Concluiu dizendo que era preciso reconstruir a literatura sob a base apresentada por Chateaubriand *o cristianismo* e dar para o *conseguirmos* à educação por base a moral, fonte única da felicidade e prosperidade nacional, e origem de uma literatura digna de ser incluída entre as demais da Europa.

O sr. Soromenho foi muito aplaudido no fim da conferência, e felicitado por todas as pessoas que o ouviram.

4.5.3 – Diário de Notícias, 7 jun.

Figura 4.56 – *Diário de Notícias*, 7 jun., p.1



Diario de Noticias

Quarta feira 7 de junho

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Assistiram cerca de duzentas pessoas à conferência democrática no Cassino Lisbonense em que foi orador o sr. Augusto Soromenho, distinto professor do curso superior de Letras. Era o assunto a literatura portuguesa. Tomamos algumas notas do seu discurso, e, se nele há lição profícua, e ensinamento de boa influição, folgamos de ter ao nosso dispor uma folha barata, e de tanta circulação, para vulgarizar o conhecimento das ideias do conferente, como temos vulgarizado há seis anos a esta parte as de tantos outros homens nacionais e estrangeiros, notáveis nos diversos ramos de conhecimentos humanos publicando milhares de pequenos artigos de boa e sã doutrinação moral, religiosa, econômica, social e científica, a par dos naturais e indispensáveis estímulos à curiosidade pública, com os quais nada mais fazemos do que seguir o plano e o exemplo de jornais desta mesma natureza há muito existentes em outros países, não sendo lícito a ninguém de ânimo desassombrado, espirito reto e boa-fé desconhecer, que – (à parte erros inerentes à natureza humana, e nomeadamente a quem possui maior cabedal de bons desejos do que de luz espiritual, à parte ainda a obediência a um que outro costume entranhado no jornalismo português) – se presta neste lidar incessante não pouco auxílio ao derramamento da instrução, trazendo o povo ao convívio dos acontecimentos de toda a espécie que se elaboram no seio da humanidade, vantagem esta que só lhe podiam oferecer os jornais de baixo preço e que ele dantes não tinha porque quase não lhe davam o que ler. Eis as nossas notas:

O orador, depois de um breve exórdio, em que expôs a índole e os fins da sua preleção, declarou-se reformista em literatura. Disse que ia pedir uma reforma, diagnosticando o mal, e procurando-lhe o remédio. Assentou em seguida esta proposição: da literatura não há dez réis em cofre. Buscando especular a razão do enorme "déficit" do tesouro literário, passou em revista as diversas épocas literárias no país. Observou que nunca tínhamos tido literatura própria, criadora, original, quer na escola provençal, quer na Renascença; quer nas escolas italiana, espanhola, clássica, francesa; em nenhuma delas tivéramos individualidade; hoje nem escola há. Apenas em Gil Vicente começaram a debuxar-se os traços de uma individualidade, a criar-se literatura própria, mas depois retrogradou-se. Temos muitos clássicos e não temos um clássico. Nenhum modelo, nenhuma obra grandiosa pela forma e pela ideia. Os nossos clássicos servem só para o estudo do vocabulário; substituem-se por um bom dicionário. Hoje qualquer trecho deles, mesclado em uma obra moderna é ridículo aos olhos da crítica sensata. De onde procede esta pobreza literária? É que essa literatura não tem caráter nacional; não exprime a vida do país; pode ser de qualquer nação; e a causa é a falta de

originalidade, de invenção, de imaginação, e de gosto. Coteja com os nossos clássicos os poemas de Dante, as tragédias de Shakespeare, os *Lusíadas* de Camões, os quadros de Rafael. Observa que a literatura tinha mais originalidade quando éramos mais livres, menos quando regia o poder absoluto. Camões, porém, é um indivíduo à parte; não pertence à nossa pátria; é o primeiro épico da Europa. A *Jerusalém libertada*, de Tasso; a *Messíada*, de Klopstoch; o *Paraíso perdido*, de Milton; a *Henriada*, de Voltaire, não são epopeias nacionais; os *Lusíadas*, são uma epopeia nacional, única completa, em que o poeta canta em verso a história da sua pátria até ao seu tempo. Chegamos, diz, ao século XIX, sob o domínio do poder absoluto do soneto venal, da ode encomiástica, do epitalâmico servil, do madrigal rasteiro. Soa em França o grito da restauração das letras. É o chamamento da consciência humana a si própria. Foi Chateaubriand o seu iniciador, tentando fazer do cristianismo um sentimento em vez de uma ideia. Desterra-se a mitologia. Abatem-se os deuses do Olimpo; mas às suas visões sucede o simbolismo cristão. Fomos herdeiros de Chateaubriand. Como compreendemos, e usamos a herança? Vê-lo-emos. Precisamos conquistar o lugar que nos compete na literatura da Europa, destruir o falso, e o mau que existe, e edificar o bom, o útil, edificar tudo. Qual é o fim da arte? É a mesma arte. A literatura produz a civilização, mas não é esse o seu fim. O que é o belo? É a tendência para o infinito. Negou que a literatura deva ser a expressão de uma sociedade ou de uma época, e que o gosto deva andar sujeito aos tempos. O gosto é incorruptível, absoluto, eterno, universal. A literatura é a expressão da humanidade. Eis-nos chegados à literatura moderna. Começa por observar A POESIA.

O poeta lírico em Portugal não é poeta; é artista de versos. Estuda pouco. Lê apenas o que mais quadra à facilidade do seu engenho. Compunge ver o que se tem feito em Portugal há trinta anos. Que profusão de composições sem ideia, sem intuito e sem forma. E eu também fiz verso, diz o orador. No meu tempo era moda a paixão inconsolável, pálida, martirizada, gemida nos cemitérios, entre os mochos e os ciprestes, com um cortejo de ingratidões e punhais. Era a depravação de Lamartine, de que se gerou um gênero piegas, intolerável, que enjoou o espírito público; foi mister mudar de figurino; passou-se ao ceticismo; descreve o poeta cético; depois veio o período das flores; cada poeta tinha o seu jardim, aonde as flores da primavera sorriam até em pleno outono. Generalizando, excetua apenas Soares de Passos. A crítica, porém, fanou as flores e os poetas. Depois surgiram as grandes concepções da escola Victor Hugo, mas só pretenderam imitá-lo na decadência do seu prodigioso engenho, o que produziu as maiores

monstruosidades. O orador sustentou que se a qualquer das poesias modernas portuguesas substituírem as rimas por palavras que não rimem, mas que tenham igual significado não encontram uma só ideia, nem senso comum nos versos: nenhuma das poesias portuguesas atuais pode sofrer uma análise, disse. Foge-se do verso solto e do heroico, porque não há ideias. Em Soares de Passos o segredo da perfeição da forma, e da harmonia entre estas ideias está em que ele delineava o pensamento em prosa, corrigia-o, aperfeiçoava-o, e depois vazava-o no verso, procurando o metro mais adequado ao assunto. Ariosto fazia o mesmo. Vamos ao ROMANCE. Não se sabe o que é em Portugal. Revela só que não temos moralidade. Romantiza-se o adultério; sublimam-se os vícios mais torpes e hediondos; expõe-se a verdade negra, e desornada; não se mostram os quadros da virtude; mas a sociedade atual não é ainda assim tão perversa como a literatura a faz supor; os romances de Júlio Dinis ainda têm apreciadores. E muitas vezes os autores desses romances devassos são excelentes chefes de família. O coração está puro, mas o espírito, e o gosto corruptos. A moral é a base de toda a literatura. A arte é produção do espírito; esta é uma faculdade que tem raiz na alma, e a alma abriga o amor, a amizade, e todas as virtudes.

O DRAMA em geral está no plano do romance: é perverso, corrupto, falso, e falto de probidade; apresenta-se quase sempre como original, e é tradução descarada, roubo conhecido, à face de todo um público. O plagiato da forma e da ideia esse é geral; há-o na medicina, na jurisprudência, na história, na literatura! Os homens da ciência deram-nos há pouco livros inteiros traduzidos dizendo-os originais, e não houve um crítico que lhes bradasse: "roubaste"! A mesma falta de probidade se dá na crítica e no folhetim. E a fonte originária de todos estes males, diz o orador, é a imprensa, a imprensa que desvairada pelas paixões leva por caminho errado o espirito público; alguns jornais que acusam todos os dias os sacerdotes de ignorantes e de não saberem cumprir a sua missão, não reparam que eles não cumprem também os deveres do seu elevado sacerdócio. Vê um mal na publicidade dos crimes, porque diz que o povo se habitua e familiariza com eles. (1) Acusa principalmente esta circunstância e outras, que são velhas na imprensa, nos jornais baratos. Foi jornalista seis anos, e abandonou muitas questões importantes por não as saber tratar. O jornalismo é ignorante. Exigem-se habilitações para tudo, menos para ser jornalista. A crítica julga dos livros como no Chiado se julga das damas; vê-se se vai bem vestida, e aplaude-se lhe a *toilette*; não se cura de saber se é devassa ou virtuosa. Condena a vulgarização do *Rocambole* e de outros romances de igual índole e autor. Fulmina o folhetim

em geral, porque é ignorante e plagiário. Dedica especial censura às revistas de semana. Crítica não existe, porque se não sabe e se as não pode, há o elogio de convenção em público, pois em particular o literato é inimigo natural e assíduo do literato. O nosso jornalismo, diz, é o pior dos jornalismos Perora: Fundemos uma literatura nossa, que tenha por base a moral e todas as virtudes suas firmezas as aspirações para Deus; propaguemos os princípios do bem para dar a felicidade à pátria e a honra à família.

Este ponto foi há pouco ainda muito debatido na imprensa francesa, a propósito do crime de Troppmann, e nenhum dos jornais que entraram na discussão, alguns dos quais têm reputação europeia, deixou até hoje de publicar a narração aparatosa de todos os crimes que quotidianamente se praticam no mundo, e não é só a imprensa francesa que o faz, senão a belga, a inglesa, a americana, e ainda a alemã. "Nas sociedades democráticas, diz um publicista moderno, a publicidade (de que é elemento principal o jornalismo) é a primeira garantia da opinião, porque há uma consciência geral que repudia tudo o que é odioso e arbitrário. E virá tempo em que a publicidade será o único castigo reservado as más ações, as doutrinas subversivas da moral, aos pensamentos desonestos, aos atentados de toda a natureza. Nesse tempo as penalidades civis e políticas serão eliminadas como instituição de uma época ainda bárbara".

4.5.4 – *O Diário Popular*, 7 jun.

Figura 4.57 – *O Diário Popular*, 7 jun., p.1

O DIARIO POPULAR

N.º 1:667 | Lisboa — Quarta feira, 7 de junho de 1871 | 6.º ANNO

TIRAGEM 20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

AO PAIZ

Despachos telegraphicos

FOLHETIM

ULTIMAS PROEZAS DE ROCAMBOLE

PARTE QUARTA

A fogueira da viuva

LIII

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.58 – *O Diário Popular*, 7 jun., p.1

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Verificou-se anteontem à noite no Cassino Lisbonense a terceira conferência democrática, e teve a palavra o sr. Augusto Soromenho, esclarecido professor do curso superior de Letras. O sr. Augusto Soromenho discorre com facilidade,

naturalmente, como quem conversa, deixando mesmo de vez em quando cair a conversação num tom excessivamente familiar, que nos fez esquecer por vezes que estava falando um acadêmico e um lente de curo superior.

Sem embargo, a oração ou palestra do ilustre professor foi, desde o princípio até o fim, veementíssima no ataque, mordaz na crítica, cruel nas observações, e audaciosa especialmente. Foi esta qualidade que mais impressionou o auditório. Realmente, numa terra e num tempo em que a crítica é tão tímida e órfã de animo causa estranheza e admiração ver levantar-se um homem na pureza austera das suas convicções, e, com estoicismo digno de melhores tempos, proclamar rude e sinceramente e sinceramente o que sente e o que pensa, o resultado das suas vigílias, o fruto colhido nos seus estudos. Felicitamos o sr. Augusto Soromenho pela corajosa independência com que, por espaço de hora e meia, disse mal de quase tudo e de quase todos.

Isto, porém não quer dizer que estejamos de acordo com o distinto acadêmico em todos os pontos sobre que discorreu. Os clássicos, apesar de alguns serem completamente ocos de ideias, como justamente observou o sr. Augusto Soromenho, não se substituem facilmente por um vocabulário; um vocabulário não ensina como as palavras hão de ser empregadas, nem como se constrói a frase. Isto, para não citar mais que um exemplo. Por entre muitas verdades que proclamou, fez o esclarecido conferente mais de uma injustiça. Nem uma palavra para Garrett, que veio antes de Soares Passos e do autor das *Pupilas do sr. reitor*, e que, sem querermos escurecer a simpática memória de um nem denegrir a legítima reputação do outro, deixou obras verdadeiramente imortais, imortais à luz da crítica, da moral e do gosto, desse gosto universal, incorruptível, absoluto e etéreo citado pelo sr. Augusto Soromenho. Havia de doer profundamente a quantos leram *Camões* e o *Fr. Luiz de Souza*, dois livros que hão de viver em quanto não morrer o idioma em que são escritos, o injusto esquecimento com que o ilustre professor passou por cima do tumulo laureado desse grande homem, o corpo de maior alma para nos servirmos duma expressão famosa que deitou Portugal depois do célebre autor dos *Lusíadas.*

Não estranhe o sr. Augusto Soromenho estas reflexões, menos acerbas, todavia que as suas; queixou-se da falta absoluta de crítica entre nós, da exagerada benevolência da imprensa, disse que esta não tem instrução, nem dignidade, nem independência; há de permitir que aproveitemos a lição. Deste modo não poderá dizer o sr. Augusto Soromenho que esteve a pregar aos hereges.

4.5.5 – *Jornal da Noite*, 7 e 8 jun.

Figura 4.59 – *Jornal da Noite*, 7 e 8 jun., p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 134 | Quarta e Quinta feira 7 e 8 de junho de 1871 | 1.º anno

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.60 – *Jornal da Noite*, 7 e 8 jun., p.2

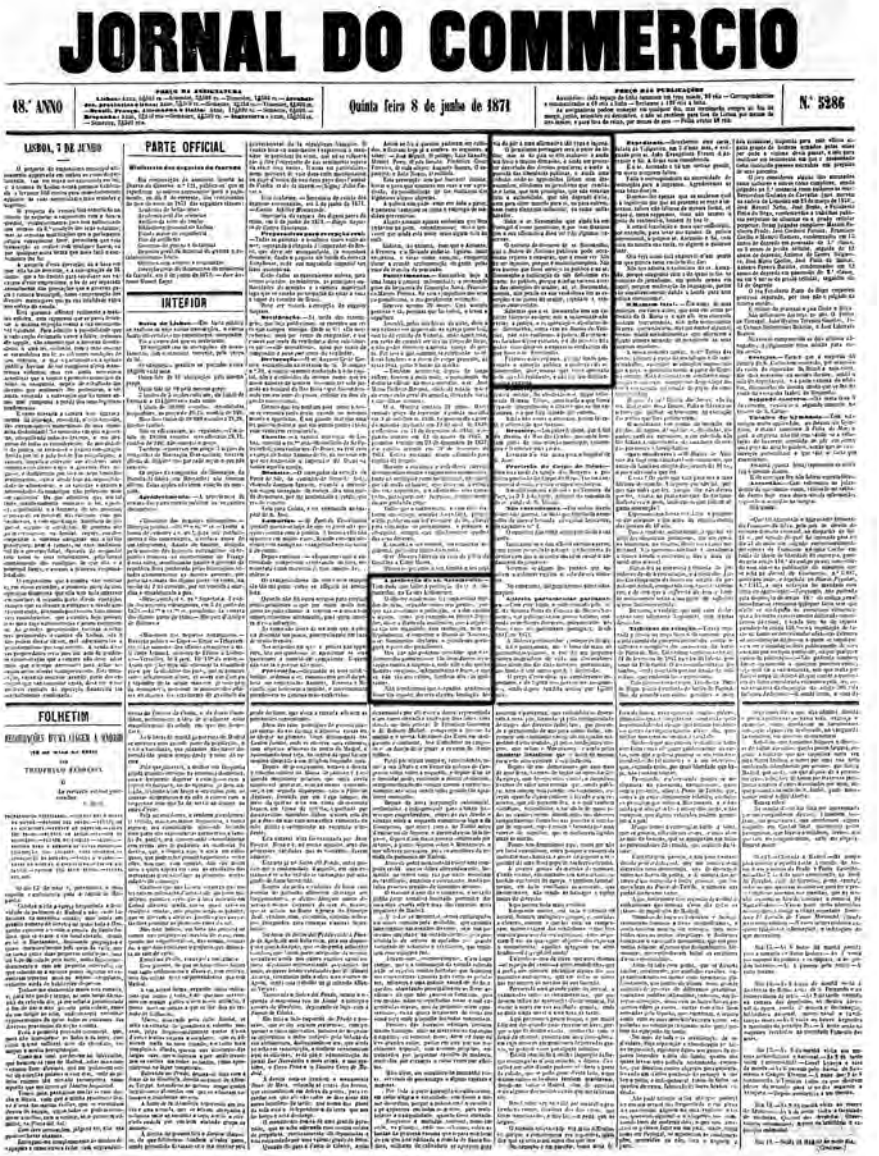
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

O *Diário de Notícias* e o *Diário Popular* deram conta da conferência do sr. Augusto Soromenho, discutindo em alguns pontos das opiniões do ilustre professor. Na *Revolução de Setembro* o sr. Alberto de Queiroz prestando homenagem ao superior merecimento e profundos estudos do sr. Soromenho, indica as opiniões acerca das quais discorda do seu parecer. O *Diário Popular* louva-lhe a ousadia com que disse seu parecer. O *Partido Constituinte* mostra-se favorável ao orador e o *Jornal do Comércio* igualmente.

A questão puramente literária é digna da atenção da imprensa. A parte moral da conferência merece grande louvor pelo acerto da doutrina.

4.5.6 Jornal do Comércio, 8 jun.

Figura 4.61 – *Jornal do Comércio*, 8 jun., p.1



JORNAL DO COMMERCIO

18.º ANNO — Quinta feira 8 de junho de 1871 — N.º 3386

LISBOA, 7 DE JUNHO

PARTE OFFICIAL

INTERIOR

FOLHETIM

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

A preleção do sr. Soromenho – Tem dado que falar a preleção do sr. A. Soromenho, no Cassino Lisbonense.

O ilustre acadêmico fez uma crítica mordaz de tudo, segundo vemos nos jornais, porque não assistimos à preleção, e a dar crédito a alguns, como por exemplo ao *Diário Popular*, disse o ilustrado acadêmico, que a imprensa não tem dignidade, nem instrução, nem independência, e conforme o *Diário de Notícias*, o sr. Soromenho declarou o jornalismo português o pior dos jornalismos.

Ora nós não podemos acreditar que o sr. Soromenho pronunciasse tão formidáveis acusações contra a imprensa, onde ele sabe que há homens corajosos, independentes e leais e que se não são sábios, também não são ignorantes.

Não acreditamos que o erudito acadêmico fosse tão injusto; decerto alguma limitação havia de por a uma afirmativa tão vaga e injusta.

O jornalismo português será o pior de todos; mas aí do país se ele acabasse: é ainda um freio a muitas demasias, é ainda um protetor desvelado dos direitos populares; é ainda a guarida das liberdades públicas, é ainda uma tribuna onde os oprimidos falam com desassombro; aludimos ao jornalismo que combate e luta, que tem princípios, que não transige com a autoridade, que não depende dela, nem para obter mercês para si, ou para outrem, nem como elemento industrial, ou como colaborador.

Sabe o sr. Soromenho que ainda há em Portugal desses jornalistas, e por isso dizemos que a sua afirmativa deve ter tido algumas reservas;

O extrato do discurso do sr. Soromenho, que o *Diário de Notícias* publicou pode ocasionar reparos e censuras, que a nosso ver hão de ser injustas, porque é muito incompleto. Não nos parece que fosse serviço ao público e ao sr. Soromenho a publicação de tão deficiente extrato; ao público, porque o induz em erro acerca das intenções do orador; ao sr. Soromenho, porque, não pondo na sua verdadeira luz as asserções e os juízos do orador, sujeita-o a censuras imerecidas.

Sabemos que o sr. Soromenho tem um caráter literário austero, mas a austeridade não exclui a justiça, e as apreciações absolutas do sr. Soromenho, como vem no *Diário de Notícias*, não são conformes à justiça. Há imensas lacunas nesse extrato, e daí procede não pode considerar-se a expressão verdadeira do que disse o sr. Soromenho.

Fazemos estes reparos, porque tendo provocado a atenção pública a preleção do sr. Soromenho, desejáramos que fosse apreciada pelo que foi realmente, e não por um deficientíssimo extrato.

4.5.7 – *Jornal da Noite*, 8 e 9 jun.

Figura 4.62 – *Jornal da Noite*, 8 e 9 jun., p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 135 | Quinta e Sexta feira 8 e 9 de junho de 1871 | 1.º anno

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.63 – *Jornal da Noite*, 8 e 9 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

O *Jornal do Comércio* deseja que a preleção do sr. Soromenho seja publicada com maior extensão, porque lhe parece injusta a acusação genérica ao jornalismo. E acrescenta:

"O jornalismo português será o pior de todos; mas aí do país se ele acabasse: é ainda um freio de muitas demasias, é ainda um protetor desvelado dos direitos populares; é ainda a guarida das liberdades públicas, é ainda uma tribuna, onde os oprimidos falam com desassombro; aludimos ao jornalismo que combate e luta, que tem princípios, que não transige com a autoridade, que não depende dela, nem para obter mercês para si, ou para outrem, nem como elemento industrial, ou como colaborador.

Sabe o sr. Soromenho que ainda há em Portugal desses jornalistas, e por isso dizemos que a sua afirmativa deve ter tido algumas reservas".

Ora o sr. Soromenho dizia com frequência, a respeito deste e de outros assuntos, que as regras indicadas por ele tinham honrosas exceções.

4.5.8 – A Revolução de Setembro, 10 jun.

Figura 4.64 – *A Revolução de Setembro*, 10 jun., p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Para as provincias

Para o Brazil

NUMERO 8:697 — SABBADO, 10 DE JUNHO DE 1871 — XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 9 DE JUNHO

LEGISLADORES DA CARCUMINHA

Projecto de lei

AO SR. AUGUSTO SOROMENHO

IV

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.65 – *A Revolução de Setembro*, 10 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Conferências – O sr. Augusto Soromenho projeta fazer uma outra conferência literária no Cassino, que se intitulará – *As Exceções*.

4.5.9 – A Revolução de Setembro, 13 jun.

Figura 4.66 – *A Revolução de Setembro*, 13 jun., p.1

A REVOLUÇAO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Arrabaldes (posta interna)

Para as provincias

Para o Brazil

NUMERO 8:699 | TERÇA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 12 DE JUNHO

Telegrammas

Os que se receberam hoje em Lisboa dizem o seguinte:

SERVIÇO SUB-MARINO

POLITICA EXTERNA

MARINHA

CORRESPONDENCIA PARTICULAR

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.67 – *A Revolução de Setembro*, 13 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Conferência – Por se haver desencaminhado só hoje publicamos o que vai ler-se:

"Fez ontem a sua conferência no Cassino Lisbonense sr. Augusto Soromenho, lente do curso superior de Letras. Foi um discurso notável pela elevação das ideias, pela erudição e pela independência da crítica, dito em linguagem sóbria fluente e por vezes enérgicas. Os ouvintes que esperassem ver um assunto científico sacrificado nas artes de um partido político, não deveram sair satisfeitos.

É assim que o sr. Soromenho, tratando da falta de originalidade dos nossos clássicos geralmente tão esplêndidos de forma mais vazios de ideias, recusou-se a explicá-la pelo registro absoluto e teocrático dos nossos antigos tempos, regime sob o qual tantas vezes no mundo tem florescido brilhantíssima literatura; e assim que, falando do nosso futuro literário, não lhe desejou por berço esta ou aquela forma social, mas o culto austero do dever.

A parte do auditório, porém, que ia simplesmente escutar um homem de ciência, essa saiu plenamente satisfeita; porque a conferência do sr. Soromenho não foi daquelas que qualquer pode fazer com três ou quatro dias de estudo e com um bocado de estilo, mas um trabalho largo e bem combinado que supõe uma bela inteligência, muita ciência e um grande espírito de verdade.

E a parte do auditório a que nos referimos, era quase todo ou talvez todo ele, ouviu o sr. Soromenho com a maior atenção, só o interrompia para lhe dar provas de agrado e no fim do seu discurso o aplaudiu muitíssimo.

O sr. Soromenho ocupou-se do passado, do presente e do futuro das letras pátrias; tratando o assunto em si e nas suas relações com a literatura geral da Europa. Ocupou-se, porém, principalmente do presente literário do nosso país e teve a coragem de o apresentar decadente como é e de apontar como causas principais desta decadência a falta de sãs e elevadas ideias de moralidade, a falta de estudos sérios e apurados, a falta de consciência literária, e, por último, a falta de uma ética sensata e conhecedora das matérias de que trata.

Concluiremos dizendo que a preleção do sr. Soromenho veio confirmar os altos créditos, de que justamente e há muito goza entre os melhores cultores das ciências e das letras".

4.6 Quarta Conferência – 12 de junho – Eça de Queirós – "A Literatura Nova (O Realismo como Nova Expressão da Arte)"

Tabela 10 – Quarta Conferência – 12 de junho – Eça de Queirós – "A Literatura Nova (O Realismo como Nova Expressão da Arte)"

Nº de textos	Jornal	Nº do periódico	Ano	Mês	Dia	Página
1	*A Revolução de Setembro*	8.696	XXXII	Junho	8	2
2	*O Partido Constituinte*	58	1º	Junho	11	3
3	*A Revolução de Setembro*	8.700	XXXII	Junho	13	1
4	*Jornal da Noite*	140	1º	Junho	14-15	2
5	*O Diário Popular*	1.673	6º	Junho	15	2
6	*O Partido Constituinte*	60	1º	Junho	15	3
7	*Diário de Notícias*	1.955	7º	Junho	15	2
8	*A Revolução de Setembro*	8.701	XXXII	Junho	16	1
9	*Diário de Notícias*	1.958	7º	Junho	19	1
10	*A Revolução de Setembro*	8.705	XXXII	Junho	20	1
11	*A Revolução de Setembro*	8.707	XXXII	Junho	24	2

4.6.1 – A Revolução de Setembro, 8 jun.

Figura 4.68 – *A Revolução de Setembro*, 8 jun., p.1

A REVOLUÇAO DE SETEMBRO

NUMERO 8:696 | QUINTA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 7 DE JUNHO

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.69 – *A Revolução de Setembro*, 8 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Conferências – A quarta conferência que se há de fazer no Cassino Lisbonense é sobre *Nova Literatura,* sendo preletor o sr. Eça de Queiroz. É segunda-feira às 9 horas.

4.6.2 – O Partido Constituinte, 11 jun.

Figura 4.70 – *O Partido Constituinte*, 11 jun., p.1

O PARTIDO CONSTITUINTE

NUM. 58 — Lisboa — Domingo 11 de Junho de 1871 — 1 ANNO

Expediente

Recebem-se annuncios para o jornal «O Partido Constituinte» no escriptorio da administração rua do Arco a Jesus n.º 19, na rua do Arsenal n.º 72 1.º andar, e na rua do Ouro na livraria dos srs. Ferreira, Lisboa & Comp.ª

BOLETIM DO DIA

Como hontem previamos, á contradança das auctoridades administrativas, começa a succeder a contradança dos candidatos ministeriaes.

Suffragio universal no futuro

FOLHETIM

SCENAS ELEITORAES

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.71 – *O Partido Constituinte*, 11 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.72 – *O Partido Constituinte*, 11 jun., p.3

O PARTIDO CONSTITUINTE

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Segunda-feira haverá conferência democrática no Cassino. É preletor o sr. Eça de Queiroz.

O assunto é a *Moderna Literatura*.

4.6.3 – A Revolução de Setembro, 13 jun.

Figura 4.73 – *A Revolução de Setembro*, 13 jun., p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Para as provincias

NUMERO 8:700 QUINTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 1871 XXXII ANO

INTERIOR

FOLHETIM

A conferencia do sr. Eça de Queiroz

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

FOLHETIM

A conferência do sr. Eça de Queiroz

Vou falar de uma conferência feita pelo sr. Eça de Queirós no Cassino, e que se intitula *Moderna Literatura*. Alguém estranhará que eu venha tocar num assunto e apresentar ideias que o preletor, que é meu irmão, apresentou; estranhará mesmo que eu fale na maneira notável porque meu irmão tocou este assunto, como compreendeu perfeitamente a ideia mãe da qual deve viver a literatura moderna. Francamente não vejo motivo para espanto. Não lisonjeio nem deprimo; digo a verdade, porque a minha consciência está, não temo de o dizer, muito acima de todas essas mesquinhas preferências. Mais ainda: neste momento deixo de ser irmão para ser crítico, para analisar o que o sr. Eça de Queirós expôs na sua conferência e para dizer a minha opinião sobre estes assuntos tão belos, tão elevados e tão interessantes.

E tudo eu digo aqui sustento-o à face de todos, porque tenho a convicção de que estou dizendo a verdade.

A conferência do sr. Eça de Queirós foi feita debaixo do ponto de vista de que, tendo a arte uma influência poderosa sobre os costumes e sobre a moral, deveria contribuir o mais possível para realizar a justiça, única base que devem ter as relações sociais. E nem pode deixar de não ver assim, porque as evoluções históricas compreendem e abrangem em si todas as manifestações do espírito humano. Produzem uma filosofia, uma política, hão de necessariamente produzir uma literatura, uma arte, porque eles são um espelho fiel onde se vem refletir era toda a sua verdade o espírito e a consciência de uma época qualquer. A ação individual tem uma parte importante a formação de uma grande obra, mas o meio físico e social deixaram nela o seu cunho profundo e "indelével".

É por isso que eu não creio que tenha havido homem nenhum, por mais gênio que tenha tido, que excedesse sua época, o seu tempo; que os precedesse. Jesus mesmo não fez mais do que obedecer à corrente de ideias que dominavam no seu tempo.

É em nome destes princípios, que são confirmados pela história, que eu digo e afirmo que cada arte e que cada literatura teve o seu momento próprio, e que não se pode condenar essas manifestações do espírito em nome dos nossos princípios, porque elas saíram fatalmente da história. Censurar a Rafael o seu idealismo ao mesmo tempo cristão e pagão é uma loucura, porque nunca artista

representou melhor as ideias do seu século que Rafael. Nos quadros deste grande mestre, na arquitetura deste tempo é que se encontra o verdadeiro gênio da Renascença.

Uma questão tem não obstante agitado a crítica e é a seguinte. Haverá progresso a nossa maneira de compreender hoje a arte? Eu respondo há diferença e nada mais. É uma verdade que não encontramos hoje um artista capaz de pintar o *Juízo final*, mas não é porque o espírito dos artistas do nosso tempo seja menos elevado, é porque compreendem o ideal de outra maneira, obedecem a outras influências e a outros agentes. Courbet a mais poderosa organização artística deste século, e uma das maiores que tem tido a humanidade, não é superior a Miguel Ângelo, a Rafael, a Leonardo da Vinci; é diferente.

A arte grega não tem podido ser imitada até hoje, e não o será nunca. Em tempo nenhum se poderá alcançar aquela simplicidade maravilhosa, que faz a sua glória, aquela harmonia perfeita entre a forma e a ideia segundo a expressão de Hegel. Certamente que não, porque não vivemos num tempo em que as relações sociais sejam simples como no tempo de Péricles. O nosso ideal vive de elementos mais complexos, infinitamente mais complexos mesmo. O artista toma da sociedade em que vive tudo o que ela encerra, e é com esses elementos que ele forma o seu ideal. Em todos os tempos tem acontecido isso, e é daí que provém as diferenças que se notam, que não constituem de maneira alguma a superioridade de uma arte sobre a outra.

A arte só decai quando falseia o princípio a que ela tende, isto é, realizar as ideias na sua beleza, como a filosofia as realiza na sua verdade, e a consciência na sua justiça. Então decai como acontece por exemplo no Segundo Império de Baudelaire, Leconte de Lisle, e Sully Prudhomme e tantos outros dignos filhos daquela época de corrupção, e que ainda assim são expressão do que essa época tinha de pior, de mais corrupto e dissolvente.

Foi por isso que o sr. Eça de Queirós entendeu muito bem que a arte (e nela compreendo a literatura, isto é, drama, romance, poesia) deve ter uma aliança íntima com a filosofia e com os juízos da consciência, o que forma um tríplice sanção às ideias que se tornaram verdadeiramente legítimas e justas. É uma base duradoura e estável, sobre a qual a arte se desenvolverá livremente, quando todos os espíritos que voltarem suas atividades para estas coisas, se compenetrarem bem deste princípio, que dá à arte uma missão elevada e nobre, missão que fará no futuro a sua glória, e que será um padrão imorredouro do espírito do nosso tempo, espírito de justiça, de verdade e de direito.

Desta maneira toda ciência de compreender a arte há no nosso tempo, hoje, algum exemplo, alguma manifestação? Diz o sr. Eça de Queirós, que é o Realismo. Penso também assim.

Procurar na sociedade, nas suas lutas, nos seus sofrimentos, nos seus trabalhos, na sua vida íntima a matéria da arte. Estudar os caracteres à luz da psicologia, observar os costumes no que eles têm de mais exato, de mais real, e desta maneira aprendermos a conhecermo-nos a nós mesmos, e incitarmo-nos ao aperfeiçoamento, em uma palavra, o ideal como fim e não como meio.

É este o Realismo como compreende o sr. Eça de Queirós, como eu o aceito, e comigo todos os que tem em vista a realização da justiça no homem, para produzir a realização da justiça na sociedade, que toma então o nome grande e quase santo do direito.

Vê-se por isto que influencia nos costumes, na ação salutar e moralizadora, a arte realista, ou a arte crítica não exercerá. A consciência encontra ali exemplos a seguir e a imitar, e outros a condenar e a evitar com cautela.

Que maior grandeza poderá ter uma arte que sem falsear nenhum dos princípios que a regem, e obedecendo às leis históricas, podia transformar o que era erro em verdade, o que era superstição em certeza, o que era mal e nocivo, no que é justo, grande e belo. Pela minha parte confessa que pasmo e admiro diante de uma arte, que tem um ideal tão elevado, e que me sinto orgulhoso por ver o caminho nobre e legítimo entre todos que o espírito humano seguiu quando iluminado pela justiça criou uma arte digna do seu tempo, digna da sua influência, digna das consciências a quem ela se dirige. É a evolução da alma humana operada por ela mesma.

É a arte vivendo sobretudo das ideias quando até aqui vivido quase exclusivamente dos sentimentos. Dirige-se especialmente à razão, e não é à sensibilidade como entre os antigos.

Em Portugal há uma arte realista? Sem hesitar respondo com toda convicção que não há. Percorramos os inumeráveis romances que tem produzido a nossa literatura, os dramas dos nossos dramaturgos, os recolhimentos de poesia, e sem prevenção responda-me o leitor se alguma destas obras tem o cunho de Realismo, ou ainda se há nela a mais pequena tendência para esse ideal. Vem a propósito dizer aqui a minha opinião sobre um escritor notável entre nós Júlio Dinis. O autor das *Pupilas do sr. reitor*, é considerado por algumas pessoas como um realista. Na minha opinião tal classificação é inexata. Nos romances de Júlio Dinis não há realidade senão nas descrições, nas paisagens, talento que poucas

pessoas tem como ele em Portugal. Porém os caracteres que ele descreve como se não reais como indivíduos não se manifestam assim. Falam eloquentemente, são ainda idealistas e não realistas. Isto nada tira ao encanto doce e perfumado que tem os romances de Júlio Dinis, mas a verdade é que ele é um paisagista e de nenhuma maneira um romancista como nós o queremos hoje.

No entanto os romances de Júlio Dinis têm em Portugal uma grande originalidade porque vivem de sentimentos que são de todos os tempos, enquanto que os outros vivem de tudo quanto é antigo, de tudo que passou, de tudo que não interessa em nada, nem a nossa consciência, nem a nossa razão. Não afirmam nada, não negam nada, não criticam nada para que servem? Para serem esquecidos entro em pouco, quando pesar sobre eles a condenação de uma crítica esclarecida e desiludida.

O que dizemos do romance pode aplicar-se entre nós à poesia com raras exceções, como Antero de Quental, Manuel D'Arriaga, Guilherme de Azevedo, e Bulhão Pato nas tendências que mostra na sua poesia – O século envelhece?!

No entanto esperemos que a arte sendo uma das formas que afeta o progresso das sociedades, tome com o desenvolvimento do nosso país a sua verdadeira forma, e que não sejamos apontados para o futuro como relapsos e esta lei geral que rege os desenvolvimentos do espirito humano. Não desfaremos a harmonia e a unidade que a arte há de ter quando entrar neste caminho largo e fecundo.

Terminamos dizendo ao sr. Eça de Queirós, que no momento em que falou do Romantismo, e que disse que ele procurava inspirar-se das ideias antigas, e que pertenciam ao passado, citou *Notre-Dame*, de Victor Hugo. Esqueceu-se que esse homem escreveu *Les Châtiments* e *Os miseráveis* que se não são um romance realista são uma grande epopeia social.

Alberto de Queiroz

4.6.4 – *Jornal da Noite*, 14 e 15 jun.

Figura 4.74 – *Jornal da Noite*, 14 e 15 jun., p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 140 — Quarta e Quinta feira 14 e 15 de junho de 1871 — 1.º anno

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.75 – *Jornal da Noite*, 14 e 15 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

CONFERÊNCIAS DEMOCRÁTICAS

Recebemos hoje as informações que não nos foram enviadas ontem na suposição de que se não publicaria o *Jornal da Noite*. São as seguintes:

O sr. Eça de Queirós começou por dizer que ia apresentar as ideias da revolução (fato permanente, teoria da justiça) sobre a arte. Disse que a arte não aparece nas sociedades como um fato isolado, mas sim intimamente ligado ao progresso e decadência das sociedades. Mostrou a influência que as épocas históricas exercem sobre a arte.

Disse que a arte só pode ter unidade, progresso e perfeição, quando se inspira da *ideia mãe* que rege a sociedade no meio da qual ela nasce.

Deu os dois exemplos da arte grega e da arte ascética na meia idade.

Apresentou depois o quadro da arte no século XIX, mostrando por um lado a sua falta de unidade e por outro a sua decadência constante, provou que isto resultava de que a arte do século XIX estava em perfeita contradição com o espírito do mesmo século: que o espírito do século era a revolução, e que o ideal da arte era ainda os velhos ideias do passado. Mostrou que a revolução ainda não conseguiu criar uma arte sua.

Mostrou a literatura francesa desde Rabelais até Beaumarchais conduzindo a civilização para a revolução de 89. Descreveu o estado da arte no período da primeira revolução francesa, mostrando quanto fora enfática e estéril: citou exemplos. Falou da arte na restauração e apresentou-a fazendo pelos meios que lhe eram próprios uma verdadeira contrarrevolução. Descreveu o espírito de Chateaubriand. Fez longamente a análise e a condenação do Romantismo. Mostrou a influência perniciosa do Romantismo nos costumes, a sua decadência, a reação do bom gosto francês. Descreveu largamente o Segundo Império e a sua arte. Disse que com o despertar do espírito público em França, coincidira a aparição do Realismo. Apresentou como exemplo o romance *Madame Bovary*. Apresentou a teoria do Realismo: devendo ser as suas condições, 1º tomar a sua matéria na vida contemporânea; 2º proceder pela experiência, pela fisiologia, ciências dos temperamentos e dos caráteres; 3º ter o ideal moderno que rege as sociedades, isto é, justiça e verdade.

Apresentou a teoria da moral do Realismo mostrou-a auxiliando o desenvolvimento da ideia de justiça nas sociedades: fazendo a crítica dos temperamentos e dos costumes: sendo uma auxiliar da ciência e da consciência, demonstrando

pelos meios que lhes são próprios, a verdade e a justiça que podem encerrar as ações humanas. Expôs largamente esta matéria, combateu todas as objeções feitas contra o Realismo, e mostrando que nele se pode fundar a regeneração dos costumes.

Citou para exemplificar alguns quadros de Courbet – *Os curas*, o *Enterro* e *Os britadores de pedra*. Descrevendo-os minuciosamente.

Terminou dizendo que a arte moderna ou se há de tornar realista ou está destinada a uma decadência e a uma extinção completa, ou à sua condenação em massa pela reação das consciências.

Falou duas horas.

Agradou a todos a dicção do orador, e no fim da conferência foram unânimes e prolongados os aplausos, segundo nos referiram muitas pessoas que ali tinham estado.

4.6.5 – *O Diário Popular*, 15 jun.

Figura 4.76 – *O Diário Popular*, 15 jun., p.1

O DIARIO POPULAR

N.° 1:673 — Lisboa — Quinta feira, 15 de junho de 1871 — 6.° ANNO

TIRAGEM
20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

Despachos telegraphicos

FOLHETIM

ULTIMAS PROEZAS
DE
ROCAMBOLE

POR
PONSON DU TERRAIL

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.77 – *O Diário Popular*, 15 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

No Cassino Lisbonense falou na segunda-feira à noite o sr. Eça de Queirós, o qual expôs de modo mais lúcido e mais espirituoso a lei da arte moderna e da literatura nova. Analisou a arte grega, a arte clássica e o grande movimento

revolucionário da literatura em 1830. Mostrou como a arte obedece fatalmente à mesma lei que determina nas sociedades as grandes evoluções dos princípios, das instituições e dos costumes, e de como é falsa, é incompreendida, e é inútil a literatura que a si mesma se falseia desacompanhando os interesses do mundo em que existe como uma instituição de aperfeiçoamento, de elevação e de progresso. O idealismo e o Romantismo, tomados ainda como instrumento literário da época profundamente prática, experimental e positiva em que vivemos, foram considerados frente a frente pelo conferente, esgrimidos com grande precisão e finura, e varados por golpes sucessivos e profundos que ele lhes jogou ao coração. A sociedade parisiense do Segundo Império, e a literatura chama de *boulevard* que dela procedeu foram criticadas pelo sr. Eça de Queiroz com grande esplendor de colorido, e perfeita exação e vivacidade de linhas.

A conferência terminou pela mais completa e mais radical afirmação do Realismo que se tem feito em Portugal. Nesta parte, que era a mais importante e vital do seu discurso, mostrou o sr. Eça de Queirós como o Realismo, no modo como ele o compreendia, não era simplesmente um processo de forma, mas sim uma base filosófica para todas as concepções do espírito, uma lei, uma carta de guia, um roteiro do pensamento humano na eterna região artística do belo, do bom e do justo.

Assim considerando o Realismo deixa de ser, como alguns falsamente o supõem, um simples modo de expor, minudente, chato, trivial, fotográfico. Isso é o falseamento do Realismo, é o abastardamento dele, é a forma pela essência, é o processo pela doutrina. O Realismo é outra coisa: é a negação da arte pela arte, é a proscrição do convencional, do falso, do oco, do enfático, do lacrimoso, do piegas. É a abolição da retórica considerada como arte de promover a comoção pela inchação do período, pela epilepsia da palavra, pela congestão dos tropos. É em vez da lei gramática do *belo* tomada como caminho do *justo*, segundo a tendência da literatura velha, a lei moral e científica do *justo* recebida como única inspiração do *belo*. O Romantismo era a apoteose do sentimento, o Realismo deve ser a anatomia do caráter. Para exemplificar a doutrina do Realismo, citou o sr. Eça de Queirós *Madame Bovary*, o célebre livro de Gustave Flaubert, no qual o adultério, tantas vezes cantado pelos românticos como um infortúnio poético que comove perniciosamente a suscetibilidade das almas cândidas, nos aparece pela primeira vez debaixo da sua forma anatômica, nu, retalhado, e descosida fibra a fibra por um escalpelo implacável. O efeito é surpreendente e terrível.

O amor ilegível e venal com o seu pavoroso cortejo de alucinações, de remorsos, de terrores, de aviltamentos, de vergonhas e de ruínas, surge aos nossos olhos gotejantes de miséria e de podridão, pavoroso como um espectro diante do qual instintivamente se recua com repulsão e horror. Este é o Realismo na arte, não só porque assim o caracterize o processo descritivo empregado pelo artista, mas principalmente pelo intuito moral de justiça e de verdade que o autor se impôs e que atingiu. O conferente fez sobressair a toda a sua luz este princípio, que repregou com a descrição mais cintilante de alguns quadros de Courbet, como *Le retour des conférences* e *Les casseurs de pierre*, duas telas imortais igualmente inspiradas pela ideia mãe da arte nova: a justiça.

O sr. Eça de Queirós falou com a mais singular limpidez e elegância por espaço de duas horas perante um numeroso auditório, entre o qual se notavam bastantes senhoras. O aspecto do conferente era já de si uma afirmativa da sua isenção revolucionária. Os iniciadores do movimento romântico usavam os cabelos longos, o bigode reto e a pera pontiaguda, como os cavaleiros das cruzadas; as calças de grandes quadros, a quinzena de veludo e a gravata encarnada.

O representante do Realismo na sala das Conferências Democráticas trajava diplomaticamente uma irrepreensível sobrecasaca abotoada, colete branco, *plastron* de cetim, sapatos envernizados, luvas cor de chumbo e colarinho alto. Como não democrata, fiel a sua propaganda e ao seu dever, o sr. Eça de Queirós tinha a toilette de um gentleman e o modo grave e distinto de um fidalgo. Assim é que é.

4.6.6 – O Partido Constituinte, 15 jun.

Figura 4.78 – *O Partido Constituinte*, 15 jun., p.1

O PARTIDO CONSTITUINTE

NUM. 60 — Lisboa — Quinta-feira 15 de Junho de 1871 — 1 ANNO

Expediente

SECÇÃO POLITICA

REVISTA DOS JORNAES

FOLHETIM

UMA VISITA A MADRID

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.79 – *O Partido Constituinte*, 15 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.80 – *O Partido Constituinte*, 15 jun., p.3

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

> Falou na segunda-feira no Cassino Lisbonense o sr. Eça de Queirós. Era a quarta conferência democrática e a primeira vez que tão ilustrado preletor se apresentava em público para também mostrar por meio da palavra, o que vale o seu talento, bem conhecido já pela sua pena engenhosa e brilhante.

Apressamo-nos a confessar que nunca vimos estreia mais feliz, nem mais completa.

O sr. Eça de Queirós discursou durante duas horas com grande serenidade de espírito, bastante eloquência e muita elegância e suavidade de frase. O seu estilo é duma simplicidade graciosa, delicada e natural, que agrada e prende o auditório: sendo para notar que tenha sempre pronto e de mão manto riquíssimo e variado para envolver em diversas transformações a sua ideia inspirada.

Versava o assunto da conferência sobre a *moderna literatura*.

O sr. Eça de Queirós disse que ia apresentar a ideia da arte conforme ela deve ser entendida neste tempo em que o mundo se transforma pelo espírito da revolução.

Mostrou como as épocas históricas influem na arte, e como a arte só pode ter desenvolvimento, unidade e esplendor quando é a expressão da ideia, que domina e dirige a sociedade em que ela aparece.

Depois de largas considerações sobre a história da arte, mostrou que a decadência da arte no século XIX provém de que a ideia da arte é contrária à ideia que inspira e conduz este século: pois que a ideia que domina este tempo é a revolução, e a ideia que preside à arte é ainda a reação do passado. Disse que a revolução não tinha arte própria e falou do período de 89, dos períodos literários que precedem 89, e mostrou que na restauração dos Bourbons a arte tinha-se voltado para o passado, e tinha feito também a sua contrarrevolução.

Fez uma violenta descrição do império do Romantismo e falou na influência que este tivera nos costumes.

Apresentou depois a teoria do Realismo, que o sr. Eça de Queirós entende ser a verdade na arte moderna, por isso que tirando, a sua ideia do espírito da revolução, faz por um lado a regeneração dos costumes, e por outro lado impele a sociedade para a sua verdadeira organização na justiça. Demonstrou esta alta teoria com abundância de argumentos, com exemplos, e com uma lúcida exposição de toda teoria, processos e moral do Realismo. Por último disse que arte do futuro era o Realismo, e que se os artistas modernos não tomassem esta tendência, teria contra si todo o espírito humano.

Sem ser rigoroso e severo nas apreciações que fizera, dos autores que confrontara e de que tratara, concluiu o sr. Eça de Queirós que a arte no século XIX não tem feição característica, individualidade e originalidade, porque é uma imitação pálida e frouxa do passado.

Julga tanto a poesia como o romance, o drama e a pintura, num período de decadência e entorpecimento, e mostrou que nem mesmo nas obras dos

melhores autores existe a ideia nova, o pensamento que sobrevive, a impressão vivaz e a inspiração elevada.

Enfim o sr. Eça de Queirós, foi tão didático e tão minucioso na crítica, que [...] ela assenta em verso falso e estéril, por que lhe falta a inspiração.

Na descrição e análise de três quadros produzidos pelo pincel de Courbet, membro da Comuna, demonstrou o grande poder da sua veia crítica, sendo felicíssimo na apreciação do desenho das cenas e do traçado dos caracteres, que matizou de epítetos expressivos e de frases bem sentidas.

Quando falou do quadro eu representava dois britadores de pedra, prestou fervoroso culto aos dogmas da liberdade e do progresso, e mostrou desafogadamente as suas aspirações democráticas e os seus instintos humanitários; aproveitando tão propícia ocasião para lamentar a difícil penosa situação dessa grande horda de infelizes, dispersa pelo mundo, condenada a viver eternamente a negra vida da miséria.

Foi o sr. Eça de Queirós felicíssimo neste ponto, e à elevação filosófica de suas considerações, prestou o auditório demonstrações do seu agrado.

Anatematizando energeticamente o infame procedimento da Comuna, mostrou a necessidade de extinguir a onda sempre crescente do pauperismo, e a conveniência de se deixar de trilhar o caminho egoísta do individualismo exclusivo, melhorando gradualmente as instituições pelo caminho seguro do progresso.

E na verdade, sem fulminar a excomunhão sobre a sociedade atual podem muito bem dirigir-se as instituições de modo que os benefícios experimentados na produção se façam também sentir na repartição das riquezas.

As ideias justas, grandes e generosas hão de sobreviver aos falsos princípios, assim como a fé e a caridade do evangelho sobrevivem às práticas ridículas do beatério, e às fogueiras sacrílegas do alto da fé.

Durante toda a conferência deu provas o sr. Eça de Queirós de que era uma inteligência robusta, estudiosa e aplicada; é esta a verdade sem exagero; ficando todo auditório, que era numeroso e escolhido, admirado de com em tão verdes anos se pode adquirir tanta erudição, e ter um espírito de lúcida crítica e fina observação tão desenvolvida.

Terminada a conferência foi o sr. Eça de Queirós felicitado como merecia, com muitos e prolongados aplausos.

4.6.7 – Diário de Notícias, 15 jun.

Figura 4.81 – *Diário de Notícias*, 15 jun., p.1

Diario de Noticias

Quinta feira 15 de junho

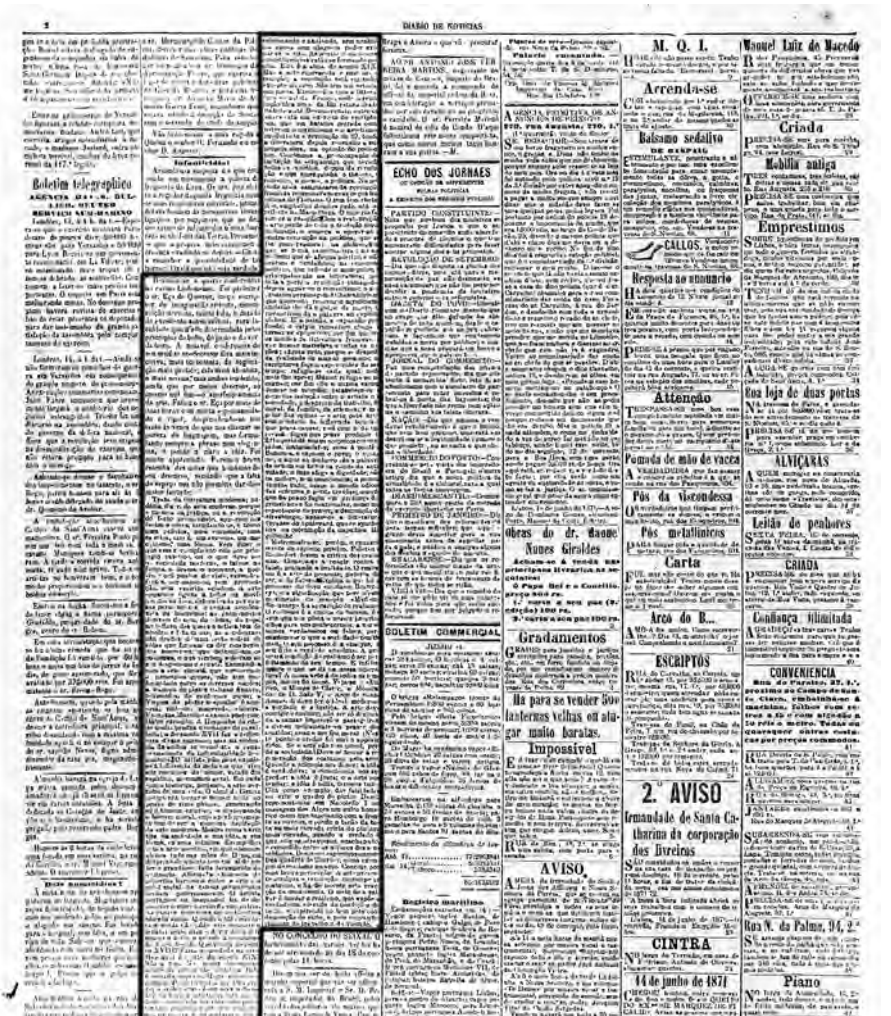
ASSUMPTOS DO DIA

Os imperadores do Brazil

Commemoração

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.82 – *Diário de Notícias*, 15 jun., p.2



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Realizou-se a quarta conferência no Casino Lisbonense. Foi preletor o sr. Eça de Queirós, moço escritor de imaginação ardente, constituição nervosa, muito lido, e dotado de excelente senso crítico, rara faculdade que nele é "acrisolada" pelos princípios de belo, do justo e do verdadeiro. A notável conferência do seu erudito predecessor fora mais incisiva, mais turbulenta, de aplicação mais

prática; está mais absoluta e mais serena; mais ambas tendendo, ainda que por meios diversos, ao mesmo útil fim – o aperfeiçoamento da arte. Falou o sr. Eça por mais de duas horas com muita espontaneidade e vigor, desprendendo-se um tanto às vezes de que usa chamar pureza de linguagem, mas formulando sempre a frase com elegância, e pondo a claro a ideia. Foi muito aplaudido. Faremos breve resenha das notas, que tomamos do seu discurso, sentindo que a falta do seu espaço não nos permita dar-lhe maior latitude:

Trata da literatura moderna: poderia dizer, da arte moderna, porque a teoria da justiça, ou a revolução do fato permanente, apareça nos fatos a sério, estudando os, e termo, uma política, uma economia, uma ética, isto é um sistema, um mecanismo, uma forma. Vem dizer o que esta revolução entende por princípio estético, ou o que deve ser a sociedade moderna, e talvez na futura, o drama, o romance, a poesia. Porá pontos de vista, exemplos, fatos, serenamente, sem provocação, nem espirito acintoso. A arte aparece ligada a todos os movimentos sociais, determinada por causas permanentes, e causas acidentais ou históricas: as permanentes derivam do solo, do clima, da raça, ao influxo das quais o artista tem de obedecer fatalmente; as acidentais são tiradas de uma certa ordem de áreas que formam os diversos períodos históricos, que determinam os costumes, e que também sujeitam ao seu despotismo o artista. Exemplifica com a arte cristã, que obedecendo os princípios gerais não tem uniformidades entre as diversas nações; a Madona do pintor italiano é suave, harmônica, de contornos puros, a Virgem do pintor espanhol é sombria violenta, macerada, sinistra. Excetua, Murilo e a escola posterior. Outro exemplo: a Espanha da Idade Média produz o romance de cavalaria; a do século XVII faz a caricatura desse romance; mas na violência de ambos se manifesta a causa permanente da individualidade espanhola. O artista não pode eximir-se à influência do meio em que vive, aos costumes do tempo, estado dos espíritos, movimento geral. Em cada época histórica, portanto, a arte partilha de uma ideia. O ideal da Grécia antiga era tornar o homem belo no ponto de vista físico, procurando só o homem exterior e desprezando o homem moral, cujo aperfeiçoamento tem de ser a suprema aspiração da arte moderna. Mostra como a arte tira da sociedade a sua ideia, a sua forma e seus intuitos. Exemplifica com a arte ascética, em que o homem abdica tudo nas mãos de Deus, em desprezo de quando tem em si de nobre e glorioso, fala largamente do abstrato. Afirma a existência da perpétua harmonia entre a arte e o ideal social. As causas permanentes atuam poderosamente. O artista português ou espanhol há de denunciar sempre o gênio de sua pátria. As causas históricas ou acidentais não são assim.

Quando a ideia não está definida não pode ela dominar o artista; neste caso o dever dele é ir buscar o belo, o grande a penumbra do desconhecido. Que vemos no século XVIII? Falta de unidade na arte. Mas qual é a arte do século XIX? Não a tem. No maior desenvolvimento da produção artística tudo é imitado, copiado. Hugo conceitua o gótico. Ponsard tem a maneira grega; a arquitetura tem um misto de todas as feições artísticas, esta sociedade parece não ter ideia, não poder ter arte própria; a arte decai no drama, na poesia e na pintura; e não é por falta de gosto, que está mais educado que nunca, nem por minguado estudo, porque se sabe mais que nunca, nem por escassez de público nem por ausência de talento; há todos os elementos para produzir uma grande arte: qual é então a causa? É a falta de unidade, a arte está em oposição com o espírito do tempo; o espírito do tempo é a revolução, que anda por abaixo de tudo, convulsionando e abalando sem nenhuma causa nem ninguém poder eximir-se a ela. As nossas consciências e inteligências estão se formando por ela. Ela é a alma do século XIX. Mas a arte representa e sustenta a reação, a revolução está em tudo, exceto na arte. Não tem um artista, um poeta. Exemplifica com a literatura atual da França, onde a revolução fora obra de literatura desde Rabelais até Beaumarchais, entre os quais está um exército de escritores, que em batalha cerrada, combateram o misticismo e o ascetismo, conduzindo a revolução de 89, tendo a literatura depois renegado a sua própria obra, na opinião do preletor. Condena a preocupação da imitação da arte antiga que invade todos os espíritos, depois da revolução e que amesquinhas, o teatro, o romance, a poesia, a política. No período mais sanguinário da Revolução Francesa, representavam-se suas peças bucólicas de Floriana. O tom frio, retórico enfático domina tudo, até se reflete na "Marselhesa". O império favorece a reação. Com a restauração a arte perde de todo a tradição revolucionária e começa operar-se a contrarrevolução na política, que as faz conservadora; na filosofia que se torna espiritualista, no socialismo que se afeiçoa poético, e não prático e verdadeiro; na economia política, que defende o monopólio; e principalmente na literatura; por toda a parte a revolução esmagada depois aparece o Romantismo; o seu primeiro personagem é Chateaubriand que querendo renovar o misticismo cristão lhe dá o golpe de morte. O Romantismo dá a palavra ao espírito plebeu. É a paixão, a expansão profunda; o estilo romântico chega tornar-se apoplético, por fim quebrar os moldes da literatura francesa, e vai buscar materiais a todas as nações; esgota tudo, porque se despede da realidade do mundo presente; os escritores fogem espavoridos do seu tempo: refugia-se cada qual onde mais lhe apraz; Musset refugia-se no conga; por fim ele e outros escondem-se no suicídio; estabelece-se perpétua isolação entre o artista

e a sociedade, o desprezo do trabalho, da moral, da família, da ciência; vem a pior das coisas – a arte pela arte sem o intuito da influência benéfica que possa causar, e só com o da impressão fugaz que possa produzir. O Segundo Império dá-nos os acéticos corrompidos, materialistas; sob a política Boêmia e explora o povo, o egoísmo, o amor ao dinheiro, são a palavra de ordem em todos os ramos da atividade; o luxo afoga a dignidade; não há "[...]" nem consciência, a política domina tudo; nasce o mundo odioso das "*cocotes* e *petits cravés*"; mundo que há pouco fugiu em presença dos prussianos e foi contemplar, como um espetáculo de prazer, de destruição de Estrasburgo; aparece a literatura devassa de *boulevard* quase sintetiza na ostentação da impudica Rigolboche.

Entremostra-se, porém, o renascimento do espirito público. Peletan e Rochefort fazem a crítica dos costumes. Começa-se a reagir contra o falso, pintando a realidade. O Realismo é a arte do presente, poderia dizer a do futuro. Explica o que foi o processo do livro *Madame Bovary* e a significação que teve neste movimento de reação. *Madame Bovary* é a aparição do Realismo. O Realismo é a crítica do homem é a arte que nos pinta a nossos próprios olhos para nos conhecermos, a ver se somos verdadeiros ou falsos, para condenar o que a sociedade tem de mau. O seu processo é analise, o seu fito a verdade absoluta. A primeira condição do Realismo é ser perfeitamente do seu tempo. É infelizmente o que se dá na nossa literatura? A nossa arte é de todos os tempos, menos do nosso. Veja-se o *Eurico*, o *Monge de Cister*, a *Mocidade de d. João V*, o *Arco de Santa Anna*. E deve ter o ideal moderno: a verdade e a justiça. A arte deve corrigir e ensinar; não ser só destinada a causar impressões passageiras, a dar-se unicamente ao prazer dos sentidos; visar a um fim moral. (Neste ponto o orador foi muito aplaudido.) Se a arte não tem moral, perde a sociedade. Deve tentar a regeneração dos costumes pela arte. Quando a ciência nos dizer: a ideia é verdadeira; a consciência nos segredar: a ideia é justa; e a arte nos bradar: a ideia é bela, teremos tudo. Cita como exemplo das falsidades na arte o quadro do pintor David representando em Napoleão I na passagem dos Alpes um vulto homérico como que topetando com a fronte as nuvens, e pondo o tacão da bota na mais elevada crista do píncaro mais elevado, quando a verdade é que ele os atravessou acachapado, e escondido entre os últimos dos seus soldados. Descreve espirituosamente três quadros de Courbet, como exemplo do Realismo na arte. Conclui por uma breve peroração: A arte presente atraiçoa revolução corrompe os costumes, e há de morrer pela reação da consciência. O meio de a salvar é fundar o Realismo, que expõe o verdadeiro, elevado às condições do belo, e aspirando ao bem pela condenação do vício, e pelo engrandecimento do trabalho e da virtude.

4.6.8 – A Revolução de Setembro, 16 jun.

Figura 4.83 – *A Revolução de Setembro*, 16 jun., p.1

A REVOLUÇAO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Para as provincias

Para o Brasil

NUMERO 8:701 SEXTA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 1871 XXXII ANNO

INTERIOR

POLITICA EXTERNA

Telegrammas

FOLHETIM

UMA PRELECÇÃO LITTERARIA

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

FOLHETIM

Uma preleção literária

Meu J. Maria Eça de Queirós

Adio para outra ocasião o falar das *Conferências Democráticas*, da sua finalidade didática, índole que receberam, da direção que seguem, das interpretações que provocam, e – em satisfação a um nosso amigo comum e querido – das razões que me fizeram abster de aderir a elas como preletor, satisfação que não só devo a insistência dele, mas à estranheza de outros amigos que, tendo me visto quase isolado mas persistentemente na luta da publicidade pela afirmação de uma regeneração literária, do movimento das ideias modernas e do estudo e crítica séria e científica e desassombrada, contavam ver-me ali, com aparente razão.

Mas, adiando isto, quero por mais de um motivo dar a v. os públicos embora de quem de há muito tanto tem afirmado na conferência, no periódico e no livro certos princípios que implicam com v. certa comunhão literária – comunhão razoável como a fé aconselhada por S. Paulo – quem não contradiz divergências profundas.

Foi uma bela *conferência* a sua.

Falemos nela.

Aquela afirmação da influência fatal dos *meios* natural e histórico, e dos, por assim dizer atavismos etnográficos na arte, é coisa de certo assento e vulgarmente correntia na boa crítica e por isso não há vaidade em dizer que em Portugal não me consta que antes de uma conferência que sobre o *Naturalismo* na arte eu fiz há anos nas salas da real associação da agricultura e dos dois capítulos em que rapidamente esbocei a teoria no *Livro de crítica* fosse ela nunca criticamente formulada entre nós. Com ela prefaciou Teófilo Braga, o incansável obreiro, a sua notabilíssima *História da literatura portuguesa*, e o amigo, expondo-a a largos traços, mas com a eloquência da convicção que o caracteriza, não veio demais ao campo. Simplesmente pareceu-me deficiente na exemplificação, que é coisa feita, e na etiologia positiva, que é coisa em que muito há a fazer ainda. Pode, porém, responder-me que aquilo não era o fundo da sua preleção, mas como que o átrio do edifício que se propunha a reconstruir. Para outra observação, porém não encontro eu tão fácil objeção. É que a arquitetura do átrio pareceu-me contrastar singularmente com o *cânon* afirmado no interior e principalmente na

cúpula do edifício. Rebelou sê-me, aqui ou ali, o senso crítico contra o que se lhe afigurou contradição manifesta e deficiência não só de forma, mas de solidez e harmonia de doutrina. Pelo que vou dizendo se justificará esta rebeldia, não esquecendo, porém que eu escrevo isto, como vulgarmente se diz, *sobre o joelho*.

Depois do esboçar da teoria dos *meios*, o amigo passou por ventura sem bem manifesta e íntima ligação para a teoria proudhoniana, deixe assim dizer, de que a *revolução* que cognominou a um tempo *teoria jurídica e fato* permanente, invadia e assoberbava as sociedades modernas, afirmando-se na ciência, na política, (porque não ciência também?), na vida social, encontrando-se só na arte uma exclusão persistente, sistemática e premeditada até; e fez consistir nas três fases de uma síntese social a aspiração e a obra do espírito revolucionário: o *verdadeiro* na ciência, o *justo* na consciência, o *belo* na arte.

É claro que isto não é novo e é sobretudo simpático. Lembrei-me de um preletor que expondo várias teorias mistagônicas e descrevendo como podia muito bem ser que as almas de dois amantes platônicos fossem deliciar-se em uns edens de uma constelação qualquer, dizia: "uma bonita teoria esta, mas temos uma outra mais bonita".

A questão não é de boniteza é de verdade, de comprovação positiva.

Mas o que é *revolução*? Como o amigo a compreende e como a imaginam outros, a *revolução* é simplesmente uma abstração, ou se quer, uma generalização, ou se quer ainda, um ideal, que vai fundir-se, consubstanciar-se, contradizendo-se, no ideal paradisíaco da perfectibilidade humana.

Já Odysse Barot notava que os nossos avós tinham mais razão em dizer: *revoluções*, e a ciência positiva que não deve ser vária no método nem contraditória nas leis, aconselha a que se diga: *evoluções*.

O espirito revolucionário tomado como manifestação concreta da lei natural da transformação constante, sim, é um fato permanente ou melhor um fato contínuo, tem na sua relatividade indefinida o cunho da absolutividade da *lei*; mas como uma aspiração vaga, como uma espécie de *mens divinior* das sociedades, como um *ideal*, é relativo não aos fatos e as condições de origem, sucessão e correlação deles, mas relativo a *ideia* (*idealis*), essencialmente relativo, pessoalmente relativo, ideologicamente relativo, e então compreende-se que seja uma *teoria* jurídica ou de outra natureza qualquer; o que sobretudo é, uma teoria puramente *idealista*, a teoria do justo, do belo, do verdadeiro absoluto, teoria exclusivista, intolerante, que há de negar o belo na arte hierática, para o afirmar na sua sucessora, mas que não o pode afirmar nesta porque o há de pôr na revolução que a

esta destrona, que enfim desde que a revolução, fato constituendo passa a ser a situação, fato constituído, há de negar-se a si próprio porque só pode afirmar-se na *revolução* isto é no que destrói o que existe, o que é, o que está. Ora o que me parece que a história nos diz é que a evolução é a lei social como a transformação é a lei natural ou se querem biológica, é que se transforma o pensar, a vida, a ação; que a fórmula social derivativa de determinadas condições sociais e individuais de complexidade imensa, é imprópria quando essas condições são outras, ou quando outras a elas acrescem.

Daqui a considerar a *revolução* uma explosão e a preferir-lhe a *evolução*, fato natural, bem vê que vai pouco, mas o verdadeiro, o justo, o belo, os ideais todos coletivos ou individuais não estão enfeudados a um fato social, acompanham a vida coletiva em todas as suas transformações.

Isto pode não ser bonito, mas é natural e justo.

Não há para a história como não há na biologia gerações espontâneas, e o amigo que não comunga no *heroworship* porque lá lhe ouvi dizer: "abaixo os heróis" compreendem de certo o que valem na corrente sociológica os esforços individuais ou antes os esforços humanos ainda transplantados para a sociedade a teoria do livre-arbítrio do homem. Tudo tem uma razão de ser positiva, natural, fatal: se ela falta ou se ela deixou de existir, o *fato* não progride ou o *fato* baqueia. Olhe a Comuna incendiária e o Império-Cesar.

Isto vai de certo exposto mal e deficientemente, mas o seu belo talento e o estudo pode bem preencher as lacunas. Depois de afirmar o movimento revolucionário, o amigo tomou a chamada Renascença (a *segunda* creio) como ponto de partida do desenvolvimento de sua doutrina, e a França, só a França, unicamente a França, pior ainda: isoladamente a França, como campo da sua exploração crítica. Cerrou os ouvidos aos ecos de uma labutação enorme para além do Reno, fechou os olhos aos clarões esplêndidos e que de além irrompiam. Viu de Rabelais a Beaumarchais, uma linha cerrada de revolucionárias em que nos apresentou o bom do Fénelon, até na faina voluntária, premeditada da elaboração do mundo moderno; foi eloquentemente feliz quando falou do autor do Gargântua, exato como Proudhon (*) em que evidentemente se inspirou, na apreciação da arte da revolução francesa, exato ainda quando falou da arte do Primeiro Império, da Restauração, do Segundo Império, mas o estudo, o esboço sequer das causas e origens, e sucessões e correlações, aí, meu amigo, é que eu queria ver e não vi afirmar-se a sua crítica. Todo movimento revolucionário, por exemplo, da Alemanha, da Inglaterra, da Europa, enfim, foi calado. Lutero esquecido,

Shakespeare esquecido, e até já mais chegado a nós, Goethe, esquecido também. Os próprios *enciclopedistas* quase se podem dizer que esquecidos foram, e mais só da França se falava: a França substituía não digo só a Europa, mas o mundo. A crítica sofre com isto: o amigo mesmo havia de sofrer; não se isolam impunemente os grandes elementos sociais na explicação e apreciação crítica. Mas enfim tinha pressa de chegar à arte contemporânea, seria isso, mas foi mal.

O que disse de Chateaubriand não só tem certo cunho de originalidade, mas pareceu-me irrecusavelmente certo.

Longe de mim, porém o tomar naquele *cristianismo para se tocar ao piano*, como bem disse, uma das raízes do movimento romântico. Este tem vastas etiologia em alguns pontos dos quais o amigo tocou algumas vezes.

A largos traços a sua apreciação do Segundo Império impressionou todos.

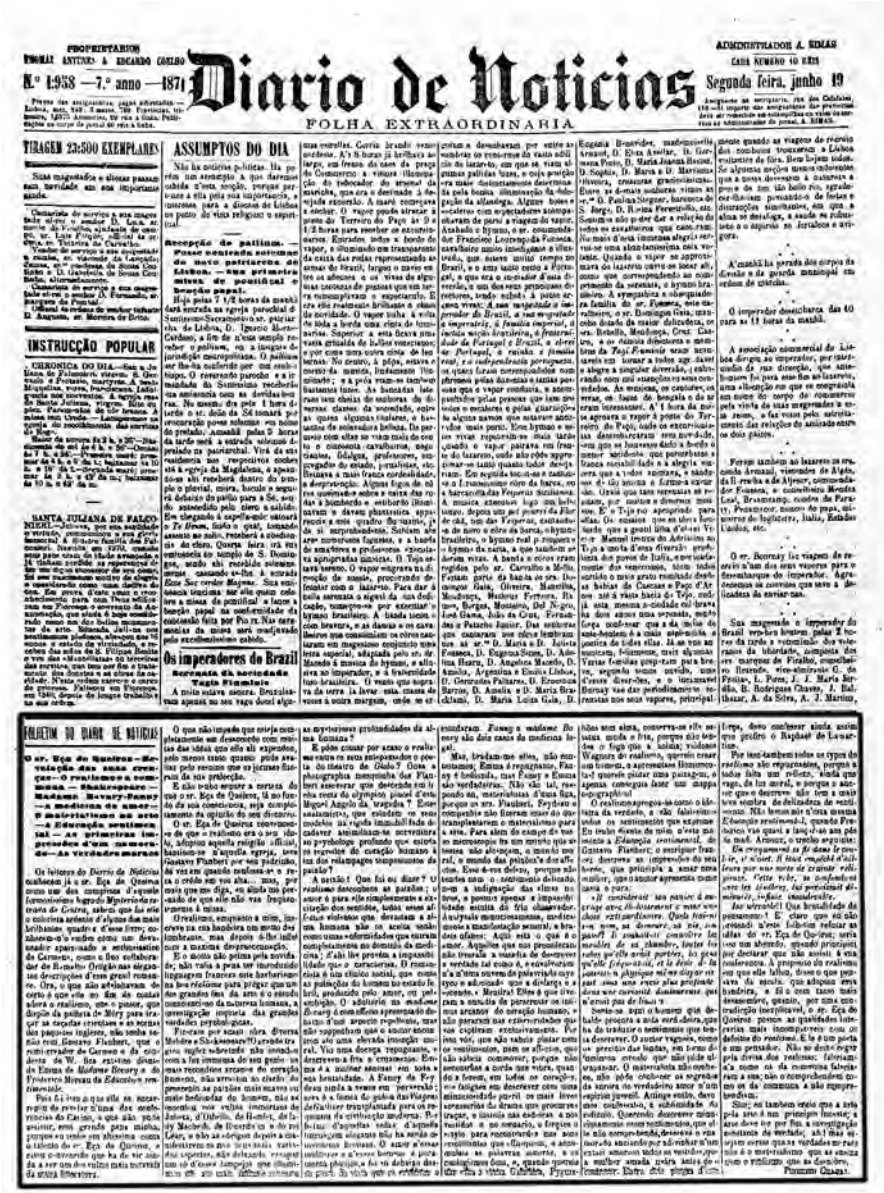
(Concluir-se-á)

(*) *Do princípio da arte*, etc.

Luciano Cordeiro.

4.6.9 – Diário de Notícias, 19 jun.

Figura 4.84 – *Diário de Notícias*, 19 jun., p.1



PROPRIETARIOS
THOMAZ ANTUNES & EDUARDO COELHO

N.º 1:958 — 7.º anno — 1871

Diario de Noticias

FOLHA EXTRAORDINARIA

ADMINISTRADOR A. SIMÃS
CADA NUMERO 10 REIS

Segunda feira, junho 19

TIRAGEM 23:500 EXEMPLARES

INSTRUCÇÃO POPULAR

CHRONICA DO DIA

SANTA JULIANA DE FALCONIERI

ASSUMPTOS DO DIA

Recepção de pallium. — Posse centrada solemne do novo patriarcha de Lisboa. — Sua primeira missa de pontifical e benção papal.

Os imperadores do Brazil

Serenata da sociedade Tagis Fluminis

FOLHETIM DO DIARIO DE NOTICIAS

O sr. Eça de Queiroz — Revelação das suas crenças — O realismo e a communa — Shakespeare — Madame Bovary-Fanny — A medicina do amor — O materialismo na arte — A Educação sentimental — As primeiras impressões d'um namorado — As verdades moraes

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

FOLHETIM DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS

O sr. Eça de Queirós – Revelação das suas crenças – O Realismo e a Comuna – Shakespeare – Madame Bovary-Fanny – A medicina do amor – O materialismo na arte – *A educação sentimental* – As primeiras impressões de um namorado – As verdades morais.

Os leitores do *Diário de Notícias* conhecem já o sr. Eça de Queirós como um dos cúmplices daquele famosíssimo logro do *Mistério da estrada de Sintra*, sabem que foi ele o colorista ardente de um dos mais brilhantes quadros de desse livro; conhecem-no como um devaneador apaixonado e entusiástico de Carmens, como fino colaborador de Ramalho Ortigão nas elegantes descrições desse gentil romance. Ora, o que não adivinhavam de certo é que ele no fim das contas adora o Realismo, que o pintor, que dispõe da paleta de Méry para traçar as caçadas orientais e as cenas dos paquetes ingleses, não sonha senão com Gustavo Flaubert, que o semicriador de Carmen e da Condessa de W. que fica estático diante da Emma de *Madame Bovary* e do Frederico Moreau da *Education Sentimentale*.

Pois foi isso o que ele se encarregou de revelar numa das Conferências do Cassino, a que não pude assistir, com grande pena minha, porque eu tenho em altíssima conta o talento do sr. Eça de Queirós, e estou convencido que há de vir ainda a ser um dos vultos mais notáveis da nossa literatura.

O que não impede que esteja completamente em desacordo com muitas das ideias que ele ali expendeu, pelo menos tanto quanto pude avaliar pelo resumo que os jornais fizeram de sua preleção.

E não tenho sequer a certeza do que o sr. Eça de Queirós, lá no fundo da sua consciência, seja completamente da opinião do seu discurso.

O sr. Eça de Queirós convenceu-se de que o Realismo era o seu ídolo, adotou aquela religião oficial, batizou-se naquela igreja, teve Gustavo Flaubert por seu padrinho, de vez em quando confessa-se a reza o credo em voz alta..., mas, por mais que me diga eu ainda me persuado de que ele não vai frequentemente à missa.

O Realismo, enquanto a mim, inscreve na sua bandeira, um moto deslumbrante, mas depois é-lhe infiel com a máxima despreocupação.

E o *motto* não prima pela novidade; não valia a pena ter introduzido linguagem francesa este barbarismo na boa *réalisme* para pregar que um dos grandes fins da arte é o estudo consciencioso da natureza humana, a investigação inquieta das grandes verdades psicológicas.

Fizeram por acaso obra diversa Molière e Shakespeare? O grande trágico inglês sobretudo não inundou com a luz imensa do seu gênio os mais recônditos arcanos do coração humano, não arrastou ao clarão dos proscênio as paixões mais suaves ou mais hediondas do homem, não as inocentou nos vultos imortais de Julieta, de Otelo, de Hamlet, de Lady Macbeth, de Ricardo III e do Rei Lear, e não os obrigou depois a manifestarem-se nos seus mais variados aspectos, não deixando escapar um só desses lampejos que iluminam até os mais íntimos recessos as misteriosas profundidades da alma humana?

E pode contar por acaso o Realismo entre os seus antepassados o poeta do teatro de Globo? Ousa a fotografia mesquinha dos Flaubert asseverar que descende em linha reta do olímpico pincel deste Miguel Ângelo da tragédia? Estes anatomistas, que estudam os seus modelos na rígida imobilidade do cadáver assemelham-se porventura ao psicólogo profundo que estuda os segredos do coração humano à luz dos relâmpagos tempestuosos da paixão?

A paixão! Que foi eu dizer? O *Realismo* desconhece a paixão; o amor é para ele simplesmente a excitação dos sentidos, todos esses afetos violentos que devastam a alma humana não os aceitam senão como umas enfermidades que entram completamente no domínio da medicina; daí vem a impassibilidade que o caracteriza. O romancista é um clínico social, que conta as pulsações do homem no estado febril, produzido pelo amor, ou pela ambição. O adultério na Madame Bovary é com efeito apresentado debaixo dum aspecto repelente, mas não supunha que o autor encontrou aí uma elevada intenção moral. Viu uma doença repugnante e descreveu-a fria e cruamente. Emma é a mulher sensual em toda a sua brutalidade. A Fanny de Feydeau ainda em vence em perversão; essa é a fêmea do yahou das *Viagens de Gulliver* transplantada para os requintes da civilização moderna. Por baixo daquelas sedas, daquela linguagem elegante não há senão os instintos bestiais. O amor nessas mulheres e nesses homens é puramente físico, e foi só debaixo desse ponto de vista que os *realistas* o estudaram. *Fanny* e *Madame Bovary* são dois casos de medicina legal.

Mas, bradam-me eles, não contestamos; Ema é repugnante, Fanny é hedionda, Emma são verdadeiras. Não são tal, respondo eu, materialista de uma figa, porque os srs. Flaubert, Feydeau e companhia não fizeram mais do que transplantarem o materialismo para a arte. Para além do campo do vosso microscópio há um mundo que as lentes não alcançam, o mundo moral, e mundo das paixões e dos afetos. Esse é vos defeso, porque não tendes nem o sentimento delicado, nem a indignação das almas nobres, e possui apenas a impassibilidade

estulta do frio observador. Analisais minuciosamente, medicamente a manifestação sensual, e bradeis ufanos: Aqui está o que é amor. Aqueles que nos precederam não tiveram a ousadia de descrever a verdade tal como é, e envolveram-na numa nuvem de palavreado místico e adocicado que a disfarça e a esconde. Mentira! Eles é que tiveram a ousadia de perscrutar os íntimos arcanos do coração humano, e não pararam nas exterioridades que os cativam exclusivamente. Por isso vos que, não sabeis pintar nem os sentimentos, nem os afetos, que não sabeis comover, porque não encontrais a corda que vibra, quando a ferem, em todos os corações, vos fadigais em descrever com uma minuciosidade pueril os mais leves acessórios do drama que procurais traçar e insistis nas cadeiras e nos vestidos e no cenário, e forçais o estilo para encontrardes uns sons cintilantes que ofusquem, e acumulais as palavras sonoras, e os neologismos ocos, e, quando quereis dar vida a vossa "Galetea", "Pigmaleões" sem alma, conserva-se ela estátua muda e fria, porque não tendes o fogo que a anima; vaidosos Wagners do Realismo, quereis criar um homem, e apresentais "Homúnculos!" quereis pintar uma paisagem e apenas conseguis fazer uma mapa topográfico!

O Realismo apregoa-se como idólatra da verdade, e são falsíssimos todos os sentimentos que exprime. Eu tenho diante de mim nesse momento a *Educação sentimental*, de Gustavo Flaubert; o escritor francês descreve as impressões do seu herói, que principia a amar uma mulher, que o autor apresenta como casta e pura:

"Il considérait son panier à ouvrage avec ébahissement et comme une chose extraordinaire. Quels étaient son nom, sa demeure, sa vie, son passé? Il souhaitait connaître les meubles de sa chambre, toutes les robes qu'elles avait portées, les gens qu'elles fréquentait, et le désir de la possession physique même disparaissait sous une envie plus profonde dans une curiosité douloureuse qui n'avait pas de limites".

Sente-se aqui o homem que debalde procura a nota verdadeira, que há de traduzir o sentimento que tenta descrever. O autor vagueia, como os preceitos das lendas, em torno do luminoso círculo que não pode ultrapassar. O materialismo não conhece, não pode conhecer os segredos da aurora do verdadeiro amor num espírito juvenil. Atinge então, devemos confessá-lo, à sublimidade do ridículo. Querendo descrever minuciosamente esses sentimentos, que ele não compreende, descreve o enamorado ansiando por adivinhar num êxtase amoroso todos os vestidos, que a mulher amada usará antes de o conhecer. Entre dois piegas desta força, devo confessar ainda assim que prefiro o Rafael de Lamartine.

Por isso todos os tipos do *Realismo* são repugnantes, porque a todos faltam um reflexo, ainda que vago, de luz moral, e porque o autor que o descreve não

tem mais leve sombra de delicadeza de sentimento. Não lemos nós nesta mesma *Educação sentimental*, quando Frederico vai quase a lançar-se aos pés e madame Arnoux, o trecho seguinte:

"Um craquement se fit dans le couloir, [...] n'oset. Il était empêché d'ailleurs par une sorte de crainte religieuse. Cette robe, se confondant avec les ténèbres, lui paraissait démesuré infinie, insoulevable".

Insoulevable!!! Que brutalidade de pensamento!!! É claro que eu não pretendi neste folhetim refutar as ideias do sr. Eça de Queirós; seria isso um absurdo. quando principiei por declarar que eu não assisti à sua conferência. A propósito do Realismo em que ele falou, disse o que pensava da escola; que adotou essa bandeira, e fi-lo com tanto mais desassombro, quanto, por uma contradição inexplicável, o sr. Eça de Queiroz possui as qualidades literárias mais incompatíveis com os defeitos do *Realismo*. Ele é um poeta e um pensador. Não se deixe cegar pela divisa dos realistas: falseiam-na como os da Comuna falsearam a sua; não compreendem.

Sim; eu também creio que a arte pela arte é um princípio funesto; a arte deve ter por fim a investigação constante de verdade; ah! mas estejam certos que as verdades morais não é o materialismo que as ensina nem o Realismo que as descobre.

Pinheiro Chagas

4.6.10 – A Revolução de Setembro, 20 jun.

Figura 4.85 – *A Revolução de Setembro*, 20 jun., p.1

A REVOLUÇAO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Para as provincias

NUMERO 8:705 TERÇA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 1871 XXXII ANNO

INTERIOR

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Folhetim. – O folhetim do *Diário de Notícias* era ontem ocupado por um dos nossos melhores amigos, um homem que nós respeitamos pelo seu talento, pela sua ilustração, mas cujas ideias discordamos completamente no que toca à literatura. O folhetim era de Pinheiro Chagas, sobre o Realismo, a propósito da conferência do sr. Eça de Queirós. Admiramo-nos que Pinheiro Chagas viesse dizer tais coisas do Realismo, que ele não quer compreender porque o seu espírito está voltado para outro lado, porque professa outro *credo* literário. Pelo que se vê do seu folhetim, concluímos que Pinheiro chagas tem a ideia mais falsa do que é essa literatura nova que se levanta agora, poderosa, e enérgica, afirmando o seu princípio, acompanhada da ciência que é o seu guia, e da experiência que é o seu processo.

Diz Pinheiro Chagas, que o Realismo não é uma novidade. De certo, e nisso está um dos seus grandes merecimentos. Estudo a natureza humana e essa existiu em todos os tempos, mas o que é verdade é que só agora é que ela se manifesta verdadeiramente, e se afirma com energia. Para provar a sua tese cita-nos Molière e Shakespeare. No entanto há uma diferença, é que esses dois grandes gênios, dois dos maiores que tem tido a humanidade, tomaram a natureza humana na sua generalidade, e o Realismo toma-a por detalhes. Pintaram estes grandes sentimentos, que são de todos os tempos, que se abrigam em todas as consciências, que florescem debaixo de todas as atmosferas. E que fazem os realistas, estudam os sentimentos, as paixões que nascem de uma certa influência, de certos e determinados hábitos, que são produtos de um certo e determinado meio. Nisso está a sua atualidade. O Realismo é a arte do momento. Escuso de dizer a Pinheiro Chagas por quê.

Os realistas modernos não descendem de Shakespeare, e de Molière, a eles coube-lhes uma tarefa, àqueles está encarregada uma outra bem diferente. Ligar intimamente a arte com a ciência e com a consciência, realizar uma das três grandes categorias sobre que se desenvolve o espírito, o *verdadeiro, o justo*, e *o belo*. O primeiro é dado à ciência, o segundo à consciência, o terceiro à arte, e entre todos existe um laço íntimo e indissolúvel, que os prende, que os une, que fará a glória da arte, que de hoje em diante terá um fim verdadeiro e determinado.

Diz ainda Pinheiro Chagas que o Realismo desconhece a paixão, que para ele não mais que a excitação dos sentidos. O Realismo conhece a paixão, estuda-a, e determina os casos em que ela é legítima ou falsa. É o que faz o Realismo. Quer Pinheiro Chagas exemplos? Aí vão. Tomemos Flaubert, aquele pobre Flaubert, que tanto irrita o nosso amigo. O autor de *Madame de Bovary* analisa a paixão

de Emma, diz-nos e como ela nasceu, que influência sofreu, de que maneira se manifestou, ficou certo de que todas as consciências julgaram aquela paixão infame, indigna, imoral, e acautelaram-se contra ela. O autor da *Educação sentimental*, fez o mesmo em relação à educação romântica, e desordenada, cujos frutos são a perda do senso moral, o esquecimento da justiça e o desvario. Se isto não é estudar a paixão não sei o que seja. Flaubert desenha o que pode uma paixão ilegítima produzir de desgraças na família em *Madame Bovary*, e os desregramentos que produz no indivíduo na *Educação sentimental*. Que mais quer Pinheiro Chagas?

Convém dizer também que Ernesto Feydeau que o folhetinista cita como um realista, não pertence a tal escola. Especulou com o Realismo sem lhe conhecer o alcance moral, os processos, e do que era arte fez um escândalo. *Fany* é uma coisa que não tem nome, que não merece crítica, mas o autor esse merecia a polícia correcional.

Diz mais Pinheiro chagas que os sentimentos que exprime o Realismo são falsíssimos. Como assim? Pois uma arte que toma por base a ciência, a observação, a análise, que vai ao mais íntimo do coração humano, para lhe arrancar o seu segredo, exprime sentimentos falsos! E para o provar cita Pinheiro Chagas um trecho de Flaubert, em que este homem notável descreve o estado de espírito do homem que ama e que sente uma curiosidade ardente, de saber tudo o que faz a bem amada, tudo que a cerca, tudo aquilo com que ela está em contato. E depois desta observação tão verdadeira, tão profunda, que revela um profundo conhecedor da paixão, Pinheiro Chagas diz-nos que isto é ridículo, é falso. É falso para os que consideram que a paixão de um homem se deve manifestar por palavras enfáticas, de uma retórica gasta, de uma trivialidade espantosa. Para os líricos, para os poetas das auroras cor de rosa, que não sabem o que é o amor, tudo isto é falso é ridículo, não o duvidamos, mas para um homem que saiba o que é psicologia, tudo isto é real, exato e verdadeiro.

Os tipos do Realismo são repugnantes todos, diz Pinheiro Chagas. Contestamos isto, porque da mesma maneira que há alguns que são monstruosos, há outros que são belos, e simpáticos, porque são reses. São por ventura repugnantes os *Britadores de pedra* de Courbet? E ainda mais, se são repugnantes é porque não são morais, por que não têm elevação, porque vivem em tudo quanto é ilegítimo e falso, é porque são a expressão quase genérica de uma geração gasta, corrompida, apodrecida por esse sentimentalismo piegas e dissolvente, que tanto encanto os nossos homens de letras.

4.6.11 – A Revolução de Setembro, 24 jun.

Figura 4.86 – *A Revolução de Setembro*, 24 jun., p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

NUMERO 8707 — SABBADO, 24 DE JUNHO DE 1871 — XXXII ANNO

INTERIOR

POLITICA EXTERNA

Telegrammas

CHRONICA

FOLHETIM

UMA PRELECÇÃO LITTERARIA

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.87 – *A Revolução de Setembro*, 24 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

FOLHETIM

UMA PRELEÇÃO LITERÁRIA (conclusão)
Meu J. Maria Eça de Queirós
Suspirou-o a Musa Indignação dos *Châtiments*

Há ecos e lamentos sinceros, e os do amigo [...] decerto, mas há os também velhacos e hipócritas diante da podridão social que [...] o Segundo Império e prostrou a França. Se os há! E cá neste cantinho da Europa até.

Bem [...] o amigo cuja nobre indignação não o ilude de certo.

Mas curiosa coisa: são, por assim dizer, póstumos tais lamentos e atos, geralmente; [...] serviço de sinceros e tartufos, acordou tarde; [...] há pouco tempo: quando o Segundo Império [...] para corrigir a coronhada os malfadados teutões.

Então, de braço dado com a "Marselhesa" que trocara o barrete [...] barretina dos hussardos imperiais; então, trajando à Benoiton e em boa paz com a polícia napoleônica quase sempre se saracoteava insolentemente pedindo o extermínio dos *bárbaros do norte*, como dizem uns asnos [...] compatriotas [...], o leque naquelas [...] de Bismarck, de [...].

Não se [...]?

Não encontrou [...], hoje, creio, *citoyenne* [...] em companhia de várias excelentes pessoas às portas das estações telegráficas, dos cafés, das casas havanesas antegozando a nova, que nunca chegou, do triunfo daquela gente francesa – a primeira do mundo então – daquele Segundo Império brilhante contra o qual não faltam pragas e condenações agora.

– Não a viu? Não falou com ela? Pois não [...] que Paris era sagrada pelo potentoso argumento, esquecidos dos [...], de que era Paris, e que os alemães deviam ser acutilados e invadidos e subjugados porque tinham a desgraça de não ser franceses?

Dificilmente se encontrará na história uma [...].

Entre nós então, onde não faltam as Cassandras, onde abundam os Messias, mas onde escasseiam deploravelmente os mestres de primeiras letras à embriaguez da ilusão, da ignorância e da profecia, sucedeu a embriaguez da apóstrofe lamurienta e da crítica disparatada.

Uns líricos anêmicos, uns folhetinistas que só rezavam pelo breviário da *Revue des deux mondes*, uns sujeitos cujo pensamento anda enovelado em um sonho contínuo, lidam renegadamente para explicar a gente o que é tudo isso que

se tem sucedido, e tudo o que sucede e tudo que está para suceder. Mais de um sujeito tem abandonado ultimamente o *Murtinho* na nobre resolução de escrever a *História da guerra*, num bairro qualquer de Lisboa prepara-se uma *História da comuna*, e diariamente vê a gente um ou outro rapaz abandonar com louvável abnegação os seus romancezinhos parisienses para oferecer aos homens que ora dirigem a França os mais salutares conselhos e indicar dedicadamente ao mundo o rumo que se deve seguir.

Em tempos de tristezas como estes que correm, nós somos um povo feliz... porque temos ao menos de que nos rir.

Mas como ia dizendo, tardio ou não, o seu asco por aquela imensa dissolução social da França, a sua indignação eloquente pela sua sociedade podre do Segundo Império, tinha o cunho profundo da espontaneidade de uma boa alma e de um bom talento e não entra no turbilhão de hipocrisias e de pedantismos que invadiu a imprensa, a tribuna, os espíritos.

Mas parece-me superficial, apaixonada, deficiente também a sua apreciação. Sim, senhor, sim, o Segundo Império foi isso que o amigo disse, foi muito mais do que disse, enormemente mais. Mas como nasceu o Segundo Império, quem o gerou, quem o alimentou, quem o aguentou, quem torna até possível sua ressurreição? Paremos na interrogação para não nos desviarmos.

– Olhe: conhece Gervinus?

Diz ele: "Pela minha parte o hábito de considerar historicamente o caminhar das coisas tem feito nos últimos tempos, renunciar gostosamente à ansiedade excessiva que agita outros corações e tem-me poupado a muitas decepções; e, contudo, a consolação e a esperança não me faltaram nunca etc.

"A esperança impaciente, os êxitos políticos imediatos; aprende-se a renunciar a tudo isso quando se consideram historicamente as coisas, mas aprende-se também a sorrir da vã alegria dos partidos vitoriosos, no momento de um acontecimento passageiro, porque se perde muito cedo a ideia de que as coisas do mundo caminhem pelo capricho dos indivíduos e se transformem à sua vontade; porque nos habituamos a sentir no menor fato do presente o movimento gigante do século; e os sinais profundos que escreve a Providência não é em individuação que se interpretam, é *no conjunto que se leem*".

Olhe que é de mestre a lição e o conselho.

No estudo das causas, origens e correlações dos grandes fatos sociais, é indispensável que as paixões, – e podemos nos eximir-nos completamente a elas? – sugeridas por uns não absorvam, não viciem, não desviem a crítica dos outros ou

de todos. Eu posso indignar-me perante a obra e a vida do imperador sem fazer do efeito, causa, atribuindo-lhe a degenerescência social. Eu posso indignar-me ante a degenerescência e torpeza literária sem referir a ela a desmoralização das consciências. Pelo contrário. Veja lá só a arte do tempo do terror tem culpa do terror.

Falemos, porém, da arte. Neste ponto a preleção do amigo sintetiza-se em duas afirmações:

1ª A arte moderna não tem ideal.

2ª A arte moderna deve ser realista.

Primeiro, não existe arte sem ideal; a arte é simplesmente a expressão do ideal pelo sensível. O ideal coletivo não existe hoje, e isto não é coisa que se louve ou censure, é coisa que se vê, é coisa que se manifesta, que sucede fatalmente dadas determinadas condições sociológicas: há fato correlativo na filosofia e na política.

Daqui o individualismo pequeno enfadonho; daqui a exploração da arte pela arte; a afirmação das ilusões e impressões pessoais, (estética a Delacroix), a retrospecção, o anacronismo; o ecletismo artístico, e os elementos dissolventes que acompanham as épocas intermediárias; tudo isso agravado nos povos celto--latinos pela degenerescência da raça e pela caducidade é corrupção social.

Mas o Realismo?

O amigo citou dois nomes: franceses ambos, a França absorvia-o: Flaubert e Courbet.

De Flaubert calou a *Salambô* para só falar de *Madame Bovary*.

De Courbet posso dizer que recitou – e não é uma censura – as belas páginas de Proudhon a respeito dos quadros dele.

Quer o amigo que a arte tenha uma lição essencialmente didática, mas em que cifra o ensino dela? No apresentar-nos o que é, deixando ao arbítrio, estabelecendo uma espécie de livre-exame para o que deve ser. Flaubert faz uma espécie de dissecção, uma tentativa romanesca de estudo psicológico, frio, severo, *realista* dizem. Põe-nos em cena um manequim humano e descreve-nos minuciosamente os cordões e as molas que o movem.

É uma formosa obra, e um punho valente é decerto o daquele homem.

Mas depois? É a história de uma mulher que se infama. Serve-nos aquilo talvez como os escravos bêbados apresentados à repulsão da mocidade grega. Mas há ali alguma coisa de demasiado concreto: não é um espelho aquilo, como o amigo disse. Tem mais de fotografia. E depois onde fica a afirmação do justo, do belo, que o amigo quer? Flaubert é indiferente: disseca. É muito, mas não é

tudo... ainda mesmo para o cirurgião-médico. Disseca Flaubert uma mulher não a mulher. Pode por exemplo dizer-me que a mulher de hoje é *realmente* aquilo? O que poderá dizer-me é, que dada tais condições dar-se há... tal mulher, ou tu, vida de mulher. E de certo, que não é pouco fazer tanto... E olhe que eu não digo que Flaubert desconhece a paixão – frase parva dos folhetinistas enfáticos. Mas disse: se o Realismo é arte de momento e a arte do momento é a arte, vale de tanto como tal frase. A ligação íntima da arte, da ciência, da consciência não se decreta, bem e legenda exclusiva da história, é coisa natural, espontânea, fatal quando a arte é arte. Agora consciência, ciência e arte é que são várias a relativas nas suas afirmações, no tempo como no espaço. Sabe-se isso quando se sabe história. Contudo uma das glórias dos verdadeiros a bons realistas é decerto destacarem-se de uma caverna imensa – tão abundante na nossa terra – *desoidisant* artistas madraços que pregam a ignorância como elemento de espontaneidade artística e dizem que a ciência faz mal à arte porque lhes faz mal a eles, os noitibós monótonos.

Isto vai longo.

Não falarei de Courbet. Conheço, sei quase de cor o que dele diz Proudhon (*Du principe de l'art*) e que o amigo reproduziu, e não estou longe de aceitar a definição *proudhoniana*.

"L'art est une représentation idéaliste de la nature et de nous-mêmes en vue de perfectionnement physique et moral de notre espèce."

O que entendo é que a arte para ser verdadeira há de ser espontânea e natural. O *fatum* da arte moderna é de feito a natureza humana, os meios sociais e históricos, as instituições, a ciência. A primeira condição é a espontaneidade, a verdade do ideal: tem uma finalidade positiva e fecunda, mas não há amarrotal [...] a numa [...] determinada fórmula crítica. Nesse ponto o *Realismo* vale de tanto como o *clássico*.

O Naturalismo é que é a última fórmula positiva e ampla; não se impõe, deduz-se: afirma-se espontaneamente à crítica.

Pelo Realismo do momento condenamos a arte automórfica da Grécia, a arte medieval; o Naturalismo de Shakespeare, o próprio *Realismo* de Goethe – de quem o amigo não falou – o Realismo *idealista* de Schiller, suprimimos a história pelo panfleto, não admitimos a retrospecção, a idealização – olhe que não digo o idealismo; – histérico. O Naturalismo na mais lata acepção explica a arte de todas as épocas até a arte [...], ambígua falsa de hoje, e anuncia a arte positiva do futuro. No Naturalismo cabe o Realismo e sobretudo está à vontade a ciência. Nem tudo o que é *real* é *verdadeiro*, sabe, mas a natureza é que é a *verdade*.

Havia muito mais a dizer. Estas divergências que tenho vindo expondo rapidamente nestes cavacos não significam, está claro, que eu não respeito muito o seu belo talento e não o aplaudisse com muita satisfação e orgulho até. Nós, os rapazes, temos certa solidariedade moral a coisas públicas e as tristezas e amarguras que nos causam as leviandades ou as madraçarias de tantos podemos contrapor orgulhosamente as boas provas de vontades e do estudo de alguns.

Luciano Cordeiro.

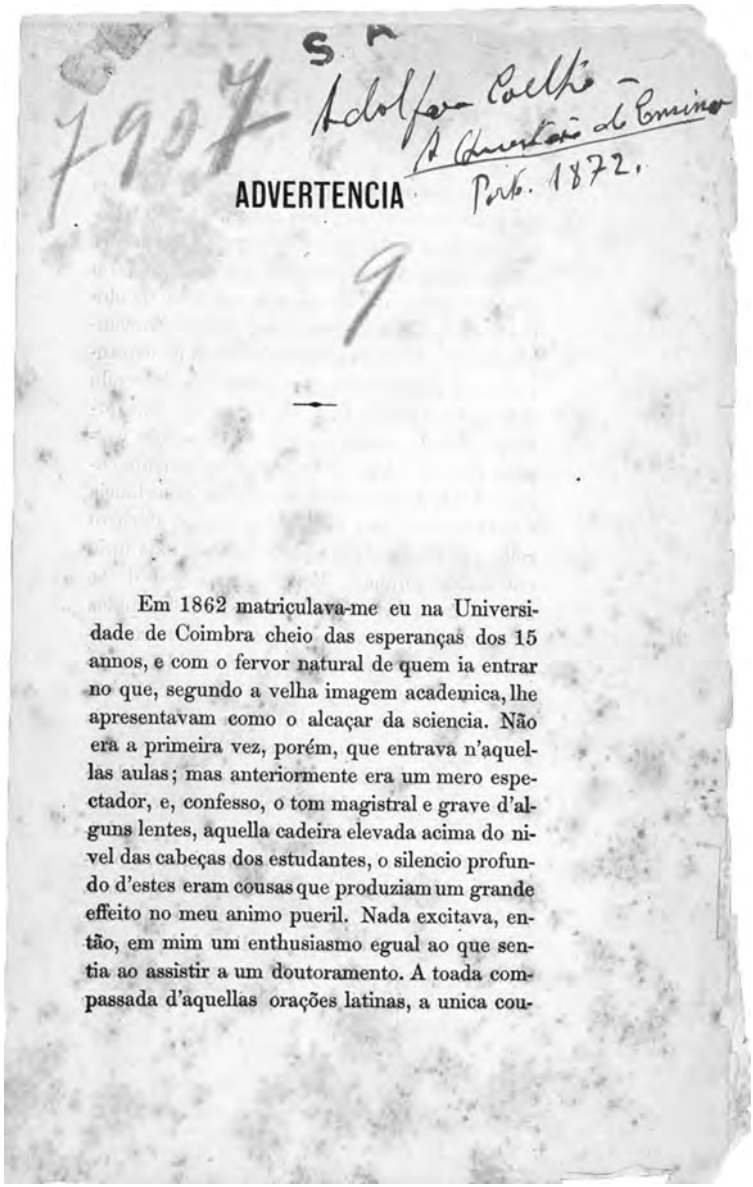
4.7 Quinta Conferência – 19 de junho – Francisco Adolfo Coelho – "O Ensino"

Tabela 11 – Quinta Conferência – 19 de junho – Francisco Adolfo Coelho – "O Ensino"

Nº de textos	Jornal	Nº do periódico	Ano	Mês	Dia	Página
1	Opúsculo – *A questão do ensino*	–	–	–	–	–
2	*Diário de Notícias*	1.957	7º	Junho	18	1
3	*A Revolução de Setembro*	8.704	XXXII	Junho	21	3
4	*Jornal do Comércio*	5.294	18º	Junho	21	1
5	*Jornal da Noite*	146	1º	Junho	21-22	2
6	*A Nação*	7.013	XXIII	Junho	22	2
7	*O Diário Popular*	1.686	6º	Julho	1	2

4.7.1 Opúsculo "A questão do ensino"[3]

Figura 4.88 – Opúsculo "A questão do ensino", Adolfo Coelho



ADVERTENCIA

Em 1862 matriculava-me eu na Universidade de Coimbra cheio das esperanças dos 15 annos, e com o fervor natural de quem ia entrar no que, segundo a velha imagem academica, lhe apresentavam como o alcaçar da sciencia. Não era a primeira vez, porém, que entrava n'aquellas aulas; mas anteriormente era um mero espectador, e, confesso, o tom magistral e grave d'alguns lentes, aquella cadeira elevada acima do nivel das cabeças dos estudantes, o silencio profundo d'estes eram cousas que produziam um grande effeito no meu animo pueril. Nada excitava, então, em mim um enthusiasmo egual ao que sentia ao assistir a um doutoramento. A toada compassada d'aquellas orações latinas, a unica cou-

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital: https://purl.pt/24587/5/

3 Extraído de Reis, *As Conferências do Casino*, p.143-177.

Advertência

"Questão de ensino"

Meus senhores:

Venho aqui pronunciar algumas palavras, enunciar algumas proposições acerca da questão do ensino, não tratar essa questão. Examinar alguns dos numerosíssimos pontos que ela nos oferece, creio poder fazê-lo e vou tentá-lo; analisá-lo nas suas multíplices relações, em todas as suas partes, seria tarefa muito superior às minhas forças e impossível de se realizar dentro dos curtos limites duma conferência.

Os pontos da questão do ensino de que vou ter a honra de me ocupar perante este auditório são ainda assim muito complexos, muito vastos para que esses mesmos possam ser considerados detidamente. É força que me limite a exprimir hoje apenas nos seus traços essenciais as minhas ideias sobre cada um deles.

Esses pontos são:

1º A necessidade e fim do ensino;

2º As formas do ensino;

3º A matéria do ensino;

4º A organização do ensino em Portugal;

5º A natureza da reforma do ensino.

Dentro do domínio duma doutrina filosófica poderia provar sem réplica a necessidade dum ensino, deduzir o caráter que deve ter e demonstrar sem dificuldades qual sua matéria e o seu fim, mas não sendo aqui o lugar, nem agora a ocasião de expor uma doutrina filosófica, só posso examinar esses pontos exteriormente, fundamentar as minhas ideias a respeito dele com uma argumentação exterior e por consequência fragmentada, apresentando algumas proposições como simples postulados, que em verdade, creio, serão aceites por todos que sobre eles refletirem um pouco.

A necessidade do ensino considerado no seu momento elementar, como tendo pôr fim a mera aprendizagem, pode dizer-se que é universalmente reconhecida; ainda mais, o ensino no seu momento elementar pode ser considerado sem dificuldade como uma lei universal. Há necessidade de aprender as coisas mais simples, necessidade por consequência do ensino delas.

Desde que a criança nasce há de ter o ensino a seu lado, aliás sucumbirá: aprende a andar, a falar, até a realizar dum modo menos imperfeito do que o instinto (uma forma de ensino, afinal) alguns dos atos mais rudimentares da vida orgânica. O ensino nesta fase rudimentar não se limita ao homem: encontra-se nas espécies colocadas nos graus mais inferiores da escala zoológica. O instinto não basta para explicar, por exemplo, muitos dos atos maravilhosos da vida dos insetos: entre eles transmite-se um perpétuo ensino, incapaz de progresso, por que só o ensino do homem é capaz dele.

O homem entregue aos seus próprios recursos individuais não faria mais do que repetir eternamente as lutas dos primeiros dias em que ele apareceu na terra, postas de parte as diferenças resultantes das revoluções do globo; mas a experiência dos primeiros homens converteu-se em ensino, que os que se lhe seguiram aproveitaram, e acumulando-se experiência sobre experiência se foi alargando o ensino, e o homem tornando-se cada vez mais forte contra as mil forças que na natureza conspiram contra ele.

Ao passo que as relações, as condições da vida do homem se complicam nos diversos momentos da história, a necessidade do ensino faz-se sentir com maior força e maior extensão que num estado rudimentar. É evidente que o homem carece dum ensino que corresponda na sua complexidade à complexidade do estado social em que é obrigatório a viver, por que esse estado social impõe-se lhe fatalmente, como uma força exterior que não pode destruir nem mesmo modificar por um ato da sua vontade isolada, exatamente como um estado elementar da vida, à entrada do homem na cena do globo, a natureza se lhe opunha como uma força fatal que o esmagaria se ele não estudasse os meios de se defender contra ela. Sem um ensino que nos habilite a viver nele, esse estado social esmagar-nos-ia; e quanto mais imperfeito for o ensino dado a um indivíduo, tanto mais sujeito ele está a ser lesado por esse estado social. Deste princípio poderia tirar enormes conclusões: ele oferece-nos já por si um meio de chegar à verdadeira ideia de ensino, mas coloquemos sob outro ponto de vista que nos levará mais depressa ao fim.

Num estado simples, rudimentar de vida, o ensino cumpriu a sua missão, e não se pode exigir mais dele, quando deu ao homem meios de se defender materialmente e de subsistir como animal; mas esse momento é de curta duração, se é que o homem pode viver uma vida puramente animal. Ao lado das necessidades materiais fazem-se sentir no homem necessidades mais sérias, mais profundas, apanágio da sua natureza psíquica: essas necessidades fazem-no entrar na esfera, que lhe é verdadeiramente própria, da sociedade, da religião, do pensamento. Numa palavra:

o homem é chamado à vida do espírito. Quem pretender demonstrar que o homem não é chamado à vida do espírito tem que destruir a história do passado, a contemplação do presente, e ainda assim não conseguirá fazê-lo: a prova do contrário saltaria mesmo da pretensão de considerar esse contrário como falso.

A sociedade, o Estado é obra do espírito para o espírito, a religião é obra do espírito e para o espírito; o pensamento é o espírito cônscio de si, vendo-se na sua obra. É na esfera da vida espiritual que se manifesta tudo aquilo por que o homem é homem.

Entre a vida material e a vida espiritual há uma diferença que salta logo aos olhos: a vida material consiste na repetição duma série de atos determinados, eternamente reproduzidos sem diferenças essenciais em cada indivíduo: a vida espiritual consiste no desenvolvimento sucessivo e contínuo de um princípio fundamental; não recomeça em cada indivíduo, continua-se de geração em geração; em suma, a vida material está no indivíduo, a vida espiritual na humanidade. É por isso que todo homem não tem dessa vida espiritual e coletiva a inteligência que tem da vida material e individual: membro dum vasto sistema, o sistema escapa-lhe, o ponto de ele poder supor-se isolado.

A marcha da história, tal como ela hoje se estuda, não como uma série de fatos justapostos, mas como a obra da razão, e portanto como o desenvolvimento e luta na tela do mundo dos princípios fundamentais da razão, a marcha da história mostra-nos que nesta tudo se dirige para a consciência da vida espiritual no homem, para o pensamento concreto; por outras palavras, na história vê-se o espírito aproximar-se incessantemente da consciência de si, isto é, da sua natureza, da sua independência, do seu destino.

O homem sabe e quando não sabe, pressente obscuramente que tem um destino; mas essa ideia ou esse pressentimento não tem uma forma indefinida, abstrata, não pode tê-la: daí resulta que a ideia do destino se apresenta sempre numa forma definida.

As diversas definições que o homem dá do seu destino são os diversos graus por que o espírito passa para chegar à consciência de si: esses diversos graus apresentando-os a história. Alguns exemplos farão compreender isto.

Na China o homem compreende o seu destino como estando na obediência à família: a hierarquia patriarcal domina-o completamente.

No Império Romano o homem concebe o seu destino como estando na obediência ao Estado; a religião mesmo está aqui inteiramente subordinada ao Estado: a hierarquia jurídica domina o homem no mundo romano.

No catolicismo o homem concebe o seu destino como estando na obediência aos preceitos da Igreja, ou, por outras palavras, olha como verdadeira a solução que a Igreja dá do seu destino: domina-o completamente a hierarquia eclesiástica.

Em todas as sociedades há assim um modo especial de considerar o destino do homem que é o eixo central sobre que o resto gira, porque a ideia que o homem faz do seu destino se reflete, ou melhor, se realiza em todas as manifestações da sua atividade, em toda a sua obra: a história inteira pô-lo prova.

Tanto mais perfeita for a ideia que o homem fizer do seu destino, tanto mais perfeita, por consequência, a sociedade que ele organiza de acordo com essa ideia; ora é de interesse imediato, pura e simplesmente imediato, do homem, que viva numa sociedade a menos imperfeita possível, isto é, numa sociedade em que ele seja tanto quanto é possível ser, em que a sua individualidade atinja o máximo grau de que é susceptível.

O homem, pois, tem o seu maior interesse na questão do seu destino; por isso o espírito continuamente a revolve, continuamente lhe vai dando soluções novas, ou, melhor, desenvolvendo, aclarando, completando a solução primordial, obscura, incompleta, dada no fundo da consciência. Mas há nesse trabalho incessante do espírito um fenômeno inexplicável ao primeiro aspecto: é que esse trabalho é local, não se opera simultaneamente em todos os indivíduos que constituem a humanidade, nem ao menos em todos os povos. Certo povo chega a uma concepção do destino, e muitas vezes imobiliza-se nela; ao lado dele aparece depois outro com uma concepção mais adiantada; assim fica no espaço distinto, o que o é também na ordem genética.

Disso resulta haver no mundo umas ao lado das outras tantas religiões, que não são mais do que outras tantas resoluções que o homem dá do seu destino: a Reforma ao lado do catolicismo que a precedeu, o cristianismo ao lado do judaísmo que o precedeu; na Ásia o budismo ao lado do bramanismo que o precedeu. O mesmo se dá nas instituições sociais em que, como já disse, o homem realiza a concepção que faz do seu destino; o mesmo se dá em tudo o que é resultado da atividade espiritual do homem.

É assim que vemos ainda hoje no mundo línguas no período monossilábico porque todas as não monossilábicas passaram, línguas no período aglutinativo puro em que estiveram também as indo-germânicas e semíticas antes de passarem ao período flexivo. Esta justaposição no espaço do que se justapôs no tempo é um fato evidente.

Dentro de cada uma das nações ou famílias humanas repetem-se ainda as mesmas diferenças que se notam entre essas famílias: nem todos os indivíduos duma família humana em que o espírito dá um passo para a consciência de si são arrastados simultaneamente por esse passo.

Aqui temos nós mais restrita localização, mais completa individualização. Veem-se sempre as ideais novas manifestarem-se, sejam quais forem as suas raízes noutra parte, em um pequeno grupo, e à frente desse grupo um indivíduo, um nome.

O trabalho do espírito adquire assim um caráter individual, fato que, bem considerado, há de ser de enormes consequências no futuro. É escusado dizermos, pois é coisa elementar hoje, que esses indivíduos não são aparições isoladas, mas sim uma resultante de numerosas condições acumuladas. Sócrates, por exemplo, conquanto pareça estar em perfeito desacordo com o espírito da sua nação e da sua época, que o condena, é em realidade uma consequência legítima, necessária do estado desse espírito, e só em vista deste podemos explicar o grande homem.

Nestas observações está contida a base para demonstração da necessidade do ensino na sua alta e verdadeira missão. Se há nações que concebem o destino do espírito de um modo mais perfeito que outras, se nessas nações, há indivíduos que concebem este destino de um modo mais perfeito que os outros indivíduos, é mister que essas nações, esses indivíduos se tornem os mestres dos outros membros da humanidade, ou, como é impossível que eles por si o consigam, comuniquem a outras nações, a outros indivíduos o seu ensino, para que eles constituídos apóstolos, o comuniquem a outros, e assim indefinidamente; em suma, como todos não podem chegar por si imediatamente ao conhecimento do seu destino, é mister que os que vão caminhando nesse conhecimento, ensinem os resultados a que chegam aos outros indivíduos, e que estes os aprendam deles, por consequência.

O fim supremo do ensino deduz-se imediatamente destes princípios: levar o homem à concepção mais perfeita possível do seu destino.

Estamos sem dúvida muito longe do modo de ver vulgar e ordinário, segundo o qual, bem consideradas as coisas, o ensino não tem por fim, mais do que colocar o homem em condições de bem-estar material, recear-lhe o espírito com as curiosidades da ciência e dar-lhe a educação intelectual que se julga prenda bonita mas que não se sabe para que sirva; mas sem querer negar, o que seria vão, ao modo de ver vulgar, o vasto lugar que lhe compete na rede das coisas humanas, é mister seguir o fio de nossas ideias sem nos importarmos com ele, supor um momento que ele não está aí de pé e armado contra essas ideias.

II

Esse modo de ver vulgar resulta principalmente, nesta parte, de não se reconhecerem nem apreciarem nas suas relações as diversas formas do ensino.

Ora dessas formas as principais são: a arte, a religião, a ciência. A arte não tem nada de dogmático, nem aspira diretamente ao ensino quando verdadeira arte; mas como ela se move no círculo das ideias fundamentais da razão, o homem acha-se nela e crê nela, deixa-se influenciar por ela. É assim que a arte realiza o seu ensino.

A religião ao contrário apresenta-se como a exclusiva verdade e tende a organizar as suas concepções num sistema dogmático. Enquanto a arte se apresenta imediatamente como uma obra puramente humana, a religião ao contrário apresenta-se como uma obra divina; é Deus mesmo manifestando a sua vontade no mundo; daí o grande poder da religião como ensino. Os seus preceitos são as palavras de Deus mesmo; que maior verdade poderá o homem esperar? Não conhecerá Deus o destino da criatura, não poderá ele indicar ao homem o que deve fazer para conseguir a felicidade? E depois qual é a religião que não esteja cheia das mais belas promessas, qual é delas a que não lisonjeia as íntimas, ainda que muitas vezes obscuras aspirações do homem?

Na religião é Deus mesmo que vem resolver ao homem o problema do seu destino.

Esse é o grande ensino, que em grau mais ou menos perfeito se estende a toda ou a quase toda humanidade. Os mestres dele são superiores aos outros homens: são sacerdotes, profetas, apóstolos, santos. Deus fala pela sua boca; têm muitas vezes o dom do milagre, espécie de amostra neste mundo das maravilhas supramundanas.

A terceira forma de ensino é a ciência. A ciência como a arte, como a religião, tem percorrido até hoje um grande número de estádios, tem realizado uma enorme evolução. Ela está fundamentalmente posta no espírito; mas de estar fundamentalmente posto a chegar ao desenvolvimento concreto, à realização objetiva, há uma diferença evidente. A ideia do justo está também fundamentalmente posta no espírito; mas daí à sua realização todos sabemos o que vai, praticamente, sem olhar mesmo para a história.

"O homem deseja naturalmente saber". São as palavras de Aristóteles ao abrir o primeiro livro da sua metafísica; esse desejo é para o grande filósofo de certa maneira a explicação da existência da filosofia. Hoje, com um lance de olhos mais profundo na natureza das coisas podemos dizer: saber é uma lei do espírito.

Essa lei podemos deduzi-la filosoficamente, mas também experimentalmente, do estudo da história. Em toda a parte, o espírito busca a ciência; a arte, a religião apresenta-se unida a dados mais ou menos obscuros da ciência. Está no começo não conhece o seu fim, ignora sua importância; trabalha, mas sem norte; neste estado o homem olha a ciência como objeto de pura curiosidade ou de utilidade imediata; limita-a por todos os lados. A ciência então está inteiramente subordinada às outras formas de ensino.

Os hábitos da linguagem levam-nos a significar cada um dos diversos momentos do espírito com esta mesma palavra espírito. É assim que dizemos o espírito nacional, o espírito religioso, o espírito da arte, o espírito grego, o espírito moderno; etc.; assim dizemos o espírito científico. Cada uma destas expressões importa consigo uma espécie de exclusão: de modo que quando falamos do espírito religioso devemos entender o momento em que a ideia religiosa predomina sobre outra qualquer ideia; e quando falamos do espírito científico devemos entender o momento em que a ideia da ciência predomina sobre outra qualquer ideia. A história da ciência não é mais que a história das lutas pelas quais se estabelece esse predomínio no mundo. Não podemos traçar aqui essas lutas; basta-nos indicar o período do maior conflito; e esse período, todos o sabem, é o tempo moderno, o período que tem por ponto de partida a Renascença e a Reforma.

Sem dúvida o espírito científico chegou quase a aparecer na Índia, manifestou-se na Grécia em Sócrates, Platão e Aristóteles; mas nós sabemos as concessões que estes três grandes homens fizeram ao espírito não científico que pesava sobre eles; a sua ação ficou em parte por essas concessões, mas principalmente porque os tempos ainda não eram vindos para a realização da ideia da ciência, como que inutilizados durante séculos para vir depois servir de base à grande revolução do espírito no mundo moderno. Aristóteles e Platão são os verdadeiros fundadores da ciência moderna.

A afirmação fundamental do espírito científico é esta: nenhuma verdade é possível fora da razão individual. Esta afirmação é simplicíssima; quando o espírito chega a ela, parece-lhe impossível crer noutra coisa; pois bem, essa afirmação nós sabemos todos quanto custou e quanto há de custar ainda. Foi pouco e pouco que ela se formulou; depois foi balbuciada timidamente, e hoje ainda e amanhã ainda estão pendentes sobre ela anátemas e perseguições.

Por quê?

Porque o espírito nas épocas que precederam aquela em que ele se apresenta como espírito científico, e sem as quais ele não podia chegar a este estádio, tinha

criado todos os obstáculos, forjado todas as cadeias que devia ter que quebrar depois. Aqui nos aparece aquela justaposição de que há pouco falei.

A maior das lutas que o espírito científico tem que sustentar é contra o espírito religioso, e escuso de vos dizer que falo sobretudo do espírito religioso exclusivo, predominante, realizado em instituição, inconciliável portanto com tudo que seja superior a ele, a Igreja, numa palavra.

Ainda o espírito científico estava bem tímido e, já ele lançava esta luva de desafio à face do catolicismo, pela mão de Galileu:

"A teologia tem por fim as mais altas contemplações divinas e, pela sua dignidade própria, ocupa o lugar supremo duma primeira autoridade. Pois que não desce às especulações mais humildes e mais modestas das ciências inferiores e mesmo não trata delas, como de coisas que não dizem respeito à salvação, os professores de Teologia não deveriam arrogar a si o direito de passar decretos relativos a ciências que eles nem praticaram nem estudaram, porque seria o mesmo que se um príncipe absoluto, sabendo que pode fazer-se obedecer à sua vontade, quisesse, sem ser médico nem arquiteto, que se curasse e se edificasse à sua maneira, com grande perigo de vida para os pobres doentes e duma ruína iminente para os edifícios".

E noutra parte:

"Nenhuma criatura tem o poder de fazer que proposições sejam falsas ou verdadeiras e de as tornar diferentes do que elas são pela sua natureza ou do que elas se acham ser de fato. Parece-me que é mais prudente certificarmo-nos primeiro de verdade necessária e imudável de fato, verdade sobre a qual ninguém tem domínio, que ir sem essa certeza condenando uma das opiniões, privarmo--nos do direito de poder escolher entre elas com conhecimento de causa".

A Igreja apanhou a luva que lhe era diretamente dirigida e que não era a primeira nem a última, e continuou a sua luta indefessa contra o espírito novo. Bem depressa a audácia deste devia tornar-se mais forte, talvez vendo que se iam debilitando as forças do adversário: o espírito científico negou à religião o seu caráter divino, no sentido que se dá em geral a esta palavra *divino*. A religião para ele é uma obra humana, no sentido profundo, mas literal da palavra. Assim se na religião há verdade é unicamente a que o homem lá põe.

O espírito científico inventa então uma coisa prodigiosa, para a qual não há anátemas bastantes na Igreja – a crítica das origens religiosas; busca colher o maior número de dados possível acerca de todas as religiões do mundo e na

sua audácia acha que todas elas não são mais que a realização da mesma ideia fundamental, e que entre elas só há diferenças de grau de desenvolvimento dessa ideia. É sem dúvida um momento solene na história aquele em que o espírito que julgara tanto tempo estar comunicando diretamente com Deus, ser guiado pela sua mão, se acha quase de súbito só com a sua razão; mas esse momento deu-se; sejam quais forem os seus resultados, deu-se: esse resultado impões-nos. Quem julga que essas ideias são filhas do capricho de alguns homens, doutrinas com que eles (não se diz para que) querem destruir a ordem e a felicidade dos povos (que não têm ordem nem felicidade), engana-se ou quer enganar. O espírito científico é um resultado lógico do passado, uma força prodigiosa destinada a transformar as sociedades: cada dia conquista novos prosélitos. Poderia apresentar aqui milhares de provas da extensão que ele vai alcançando: contentar-me-ei em apresentar uma.

No seu discurso sobre a petição de liberdade de ensino apresentada em 1868 no senado francês, disse o moderado Sainte-Beuve:

"Há, segundo uns, uma diminuição assustadora nas crenças; segundo outros, uma recrudescência consoladora. Tenhamos em vista, todavia, que na linguagem oficial, toda a gente tem aparência, faz profissão exterior de crer, enquanto a grande maioria avança, todavia (muito lentamente, é verdade) no que se pode chamar o senso comum. Há sem dúvida muitas correntes contrárias, e redemoinhos, mas enfim a maré geral (quer se ache isso bom, quer mau) parece subir irresistivelmente. Ora, qual é, se me perguntam, a definição do senso comum? Direi que se não define; mas se fosse necessário, defini-lo-ia na sua maior generalidade uma diminuição crescente da crença no maravilhoso, no sobrenatural – ou, se quereis, o *mínimo* da crença no sobrenatural. Esse estado que é o do maior número, que, se não é a não crença absoluta, é um estado de exame mais ou menos livre, mais ou menos racional e profundo, com todos os seus resultados e suas consequências, esse estado, ouso dizê-lo, é inteiramente legal desde 1789: tem direito de ser reconhecido e respeitado. Mas é hábito, direi mesmo moda, injuriar essa disposição de espírito em todas as reuniões, nas solenidades públicas, pintá-la como uma desgraça, como uma inferioridade moral deplorável. Não discutirei aqui esse lado da questão. Ouvi dizer somente a mais de um espírito convencido e firme que pensar desse modo e à medida que se subia mais alto no mundo da razão, não era sentir-se inquieto e sofrer; era antes gozar da paz e tranquilidade".

Estas palavras pronunciadas diante de reacionários declarados, de alguns bispos, no senado de um país em que o catolicismo é a religião do Estado, mostram-nos a força que o espírito científico sente já em si, e medem-nos o campo que já ganhou.

Chegámos àquele período da história em que é a razão como tal, não disfarçada, não indireta, que vem indicar ao homem os meios de estudar a questão do seu destino e dizer-lhe que só nela pode confiar.

É uma como que retração da razão, porque o passado é também obra da razão, retração sublime que assusta tantos milhões de almas horrorizadas com aceitar a ideia da responsabilidade de pensar livremente; mas a verdade é que mais ou menos clara, mais ou menos francamente, essas afirmações do espírito científico se manifestam hoje:

Na filosofia,

Na história,

Na filologia,

Nas ciências sociais e morais,

Nas ciências naturais.

Muitos supõem trabalhar na ciência fora delas, mas trabalham sob o seu domínio indireto, e graças a elas. O astrônomo, por exemplo, católico, protestante, panteísta, ateu, materialista, ou outra qualquer coisa, funda todas as suas teorias sobre uma base negada como falsa pela Igreja. Em suma, até a própria religião se deixa dominar pelo espírito científico, procurando a todo o custo, à força de mil esforços, conciliar alguns dogmas com a ciência, já que não pode conciliar a ciência com os dogmas.

O sábio não tem, sem dúvida a auréola que rodeia o fundador religioso: é um homem é só pretende ser homem; real como nós, amigo, pai, irmão, cidadão; falta-lhe mesmo toda a grandeza transmundana do santo, que só por si convence.

Não pode aspirara a que se lhe erijam altares, mas tem as suas estátuas nos panteões, ou nas praças, ao ar livre, coberto com o céu, e para elas serem erigidas cotizam-se, não os fiéis, com a esperança de um milagre que os salve de uma doença, mas os cidadãos gratos pelo bem que eles já lhes fizeram.

É verdade que a ciência tem também as suas tebaidas, os seus mártires, os seus apóstolos!

E que longa lista! Vede Anquetil du Perron, abandonando a pátria e uma vida sossegada, alistar-se como simples soldado nas tropas da Índia, sacrificar o seu repouso, arriscar a sua vida, para ir a Guzarate salvar os restos dos livros

sagrados de Zoroastres e trazer, miraculosamente, à Europa esse documento necessário à consciência do espírito.

E Alexandre Csoema de Koeroes, esse húngaro heroico, que parte de sua pátria a pé, sem meios alguns, com a aspiração de descobrir na Ásia Central a habitação primitiva dos húngaros; chega ao Tibete, estuda a língua desse país, ainda então desconhecida na Europa, lança-se com ardor ao exame da enorme literatura búdica escrita nessa língua; sai dali carregado de notícias e extratos preciosos, marcha a pé, para a Índia, onde chega quase morto de fome e de febre! O martirológio da ciência pode apresentar, a começar por Sócrates, muitas destas dedicações.

Em vista desta nova fase de espírito, que não se pode negar nem destruir, que se deve fazer? Curvarmo-nos à nova forma de ensino, como nos curvamos ao ensino na sua antiga forma? Tratarmos de realizar na sociedade a ideia de destino que ela nos possa ensinar?

A ciência responde que é uma obra puramente humana, o produto da razão individual, que não se impõem por consequência; não quer a fé finalmente: quer a discussão; quer a certeza que resulta do exame.

A religião aceita-se; não se discute. O homem acha nela a verdade imediatamente, pela conformidade que há entre ela e a sua razão na forma obscura do sentimento: crê. A fé é como um laço. *Fides* vem, como demonstra a linguística duma raiz bhide, ligar, fundamentalmente idêntica à raiz da nossa palavra *banda*, que veio do germânico; em alemão, por exemplo, há *binden*, ligar. Ora de acordo com o desenvolvimento da ideia da liberdade, fase ou aspecto da evolução da consciência do espírito, o homem deve quebrar esse laço e subir à esfera da ciência. *Scire*, saber, parece vir de uma raiz *ska*, que significa mover-se, ir. A ciência não pode mandar, só pode aconselhar ao homem que quebre o laço da fé momentaneamente, pelo menos; que se mova; que seja livre no seu pensamento, no interior de si mesmo, por que só assim poderá começar a realizar a verdadeira ideia de liberdade; que estude, examine, as demonstrações que ela apresenta e julgue por si, e volte à fé então se o entender. Em suma, a ciência é pura e simplesmente individual, ou obra da razão individual.

A minha ciência sou eu que a faço, sou eu que a construo; é por ela que eu hei de chegar às soluções a que aspiro; os outros fornecem-me ideias, materiais unicamente para eu construir a minha ciência, ideias e materiais que me são absolutamente indispensáveis, mas que eu não aceito sem os discutir; se o que aceitar

for falso, a culpa é só minha; a minha obra ficará imperfeita, mas ainda assim eu devo prezá-la porque é a minha obra, eu sou o único responsável por ela.

Destes princípios deduziria eu sem dificuldade a teoria da liberdade que creio verdadeira, se tal fosse o meu fim; seria também importante examinar a maneira por que eles se realizariam na prática, mas dentro dos limites da minha questão especial não posso ir mais longe.

Uma conclusão que se tira imediatamente do que disse é que não há ensino da ciência, por que isso seria confundir a ciência com dogma, porque além disso ficará então destruído o caráter individual da ciência; e porque a ciência ainda não está feita em todas as suas partes há, rigorosamente consideradas as coisas, unicamente ensino científico: isto é, ensino de acordo com o espírito científico ou ideia fundamental da ciência atinente a levar o homem à concepção individual da ciência, e por consequência do seu destino.

Tal é o fim capital do ensino.

Um outro tem ele ainda inteiramente subordinado a esse: deve fornecer ou indicar ao homem os meios de realizar a sua concepção do destino.

Numa palavra, o ensino versa sobre a questão teórica e prática do destino do homem, isto leva-nos à consideração da matéria do ensino.

III

Qual a matéria do ensino? A resposta não é difícil de dar-se: o ensino deve ter por matéria a totalidade dos ramos de conhecimentos teóricos e práticos, por que não há um só desses ramos que, bem estudado, não possa servir aos fins do ensino. O desenvolvimento desta tese consistiria no exame dos diversos ramos de conhecimentos para mostrar que realmente todos eles podem servir aos mencionados fins, mas não podendo desenvolver este ponto, limitar-me-ei a indicar sucintamente o grau de importância de algumas ciências.

Não falarei na filosofia, cuja importância é logicamente indiscutível. Enquanto à importância das ciências especiais, é ela evidentemente proporcionada à do seu objeto. As ciências sociais, as históricas e as filológicas que se ocupam das manifestações do espírito, da sua atividade, etc., têm por consequência muito maior importância que as ciências naturais, tanto maior importância quanto maior é a que tem o espírito sobre a natureza.

Em verdade em Portugal não se compreendem as coisas assim. Aquele aforismo de Vico "filosofia e filologia bases de toda a ciência" não tem sentido para a maioria dos que se pretendem ilustrados no nosso país. Dá-se entre nós

muito maior importância às ciências matemáticas e aos naturais que à filosofia, às ciências históricas e filológicas. Muitos dos nossos estudantes de matemática e ciências naturais falam até com desprezo de investigações históricas e filológicas, que não sabem para que sirvam. Para a enorme maioria, tirando o que da jurisprudência e do estudo das línguas é necessário ou conveniente para a vida prática, tudo o mais é olhado como objeto de pura curiosidade nas ciências do espírito e suas manifestações.

A teologia deve o seu respeito a ser coisa consagrada pela Igreja.

Há razão para isso; não se pensa, não se reflete. Ora quem nem pensa, nem reflete vê claramente o que sai duma pilha elétrica, duma máquina de vapor, mas não verá nunca o que possa sair duma discussão sobre a formação dos poemas homéricos ou sobre a antiguidade do *Rig-Veda.*

Estou convencido de que os nossos estadistas na sua incapacidade de ver o que deviam ver só por consideração pela tradição e pelas outras nações, é que deixam no quadro do ensino o que não oferece uma aplicação prática imediata; nas reformas que desde a revolução liberal eles têm feito, em Portugal, na instrução pública que consideração têm dado à filosofia, e às ciências históricas e filológicas? Reduziram em vez de alargar, mas em compensação criaram-se escolas em que se estudam as ciências naturais e suas aplicações, algumas das quais têm sido condenadas por inúteis. Um ministro, segundo se disse, ainda há poucos anos quis tornar o estudo do latim não obrigatório para maior parte dos cursos superiores.

No decreto de 1836 reformando a instrução secundária leem-se as seguintes palavras que mostram a verdade das intenções que atribuímos aos nossos estadistas, embora elas não se revelem francamente: "O sistema atual [da instrução secundária] consta na maior parte, de alguns ramos de erudição estéril, quase inútil para a cultura das ciências e sem nenhum elemento, que possa produzir o aperfeiçoamento das artes e progressos da civilização material do país" – "Não pode haver ilustração geral e proveitosa, sem que as grandes massas de cidadãos, que não aspiram aos estudos superiores, possuam os elementos científicos, indispensáveis aos usos da vida no estado atual das sociedades". Nem uma palavra por onde se revele que o ministro compreendia a verdadeira importância dos estudos que não são *indispensáveis aos usos da vida*, ou dos estudos que não servem para a cultura das ciências que constituem a matéria dos cursos superiores entre nós, tais como eles estão organizados. E esse ministro era Passos Manuel; para os tantos inferiores a ele que se seguiram ainda as coisas deviam ficar mais obscuras.

Às ciências naturais deve-se muito, é inegável, e há ainda que esperar muito delas no domínio da teoria e da prática. Não só (à parte o seu valor absoluto) os seus descobrimentos têm sido de enorme benefício para a humanidade, tendem todos os dias a melhorar as condições sociais e hão de acabar, talvez, por fim, com o homem-máquina mas também foi por elas principalmente que o espírito moderno começou a emancipar-se da autoridade, e, vendo a ordem inabalável das coisas, entrou na crítica do sobrenatural; demais o seu método de exame paciente, de análise miúda, de experiência, de observação, de comparação, classificação, as ideias de geneagênese, de metamorfoses ou metamorfismo que nelas nos aparecem, deram às ciências históricas e filológicas uma direção nova. Neste sentido a sua importância é principalmente histórica. Mas a filosofia, as ciências sociais, as históricas e filológicas fornecem imediatamente ao espírito os materiais organizados que o levam à consciência de si; diante delas as ciências naturais aparecem como meras subordinadas.

Estas observações que o tempo me força a não desenvolver, fornecem a base para uma crítica da nossa instrução pública, instituição que tem a pretensão de preparar os espíritos para receberem o ensino científico e dar-lhes esse ensino.

No exame rápido que passo a fazer do estado da instrução pública entre nós serei severo, duma severidade a que neste país não se está acostumado. Direi coisas duras, a maior parte das quais se dizem baixo, mas que é mister alguém ter a coragem de dizer alto para ver se algum passo se dá para remediar os males a que elas se referem. Sei que hei de desagradar: a verdade desagrada sempre; mas esta consideração não me faz hesitar.

IV

Lembremo-nos em primeiro lugar de que estamos em um país em que o catolicismo é a religião do Estado imposta materialmente à consciência de todos os que são portugueses: o espírito científico é, pois aqui repelido de tudo o que estiver sob a ação imediata do Estado, perseguido fora dele: se um ou outro indivíduo isolado tenta introduzi-lo, os seus esforços são facilmente sufocados. Numa palavra, a investigação livre da verdade é impossível em Portugal. Em resultado deste fato, o ensino oficial português reduz-se em toda parte, sem exceção alguma, à aprendizagem, à *dressage*, como dizem os franceses, à *verbiage*, a adornar os espíritos com noções vagas, superficiais, desconexas, e dar-lhes a conhecer os preceitos úteis na prática imediata. E nem doutro gênero podia ser o ensino oficial entre nós, desde o momento em que nele falta completamente

o espírito científico. Esse ensino não aspira a mais, não pode aspirar a mais, a religião do Estado lho impede.

Ora nestas condições a filologia reduz-se necessariamente ao estudo prático de algumas línguas, das línguas de primeira necessidade, de necessidade por assim dizer material, e os monumentos literários dessa língua serão lidos como meio para as conhecer; o estudo da literatura, à retórica, à arte de metrificação, às apreciações de estilo, e a juízos puramente subjetivos sobre o mérito dos autores;

O estudo do direito ao que possa ser útil no exercício da banca, do foro e das funções administrativas; o resto será olhado como secundário ou inteiramente inútil;

O estudo das ciências físicas, químicas, matemáticas aspirará quase exclusivamente às aplicações práticas, e olhá-las-á como o fim capital;

O estudo da medicina terá como fim a clínica. Tudo o que não se dirigir a esses fins, tudo o que não entrar nesse quadro mesquinho será esporádico e incongruente. As grandes questões da ciência são postas fora do quadro do ensino, porque precisamente o ensino nas ciências, pretendendo ser subordinado às crenças religiosas, e a religião fornecendo uma solução dessas questões, é inútil buscar-lhes uma outra.[i] E ainda assim acanhado, miserável, sem consciência de si, esse ensino é o resultado de concessões mútuas entre o espírito religioso e o espírito científico. Tal é o ensino público em Portugal, ensino irracional, híbrido, entregue ao acaso e ao arbitrário, forçado, portanto, a reduzir-se à aprendizagem e à retórica, ao ornato oratório, e isto fatalmente, fora da vontade dos indivíduos que dão esse ensino, que não têm vontade dentro duma constituição que lhes impõe o que devem crer e pensar. Não absolverei apesar disso esses indivíduos sem restrições. Os que creem sinceramente que as coisas assim vão bem, ainda a meu ver têm desculpa na cegueira da sua convicção; mas aqueles que nos dizem à boca pequena que as coisas assim vão mal e não têm a coragem de lutar praticamente contra elas, esse membros do professorado português que nos dizem

---

i A questão da absoluta impossibilidade duma conciliação entre a ciência e a religião salta aos olhos de todos os que têm um pouco de bom senso; mas infelizmente o bom senso, os espíritos racionadores, são raríssimos. É evidente que os dogmas católicos fornecem solução para todos os grandes problemas científicos; para que pois a ciência? Para que reagir contra o que está estabelecido na Bíblia e nas decisões dos concílios? As investigações etnográficas e linguísticas são heresias: o Gênesis fornece quanto é necessário saber sobre a origem das raças e das línguas. Os geólogos são heréticos, porque o grande fenômeno da criação se acha explicado no mesmo livro de Moisés; as ciências sociais são heresias porque o homem só deve tratar da sua salvação. Como explicar, pois, a contradição que existe na prática senão pelo estado ilógico dos espíritos e das sociedades, que fazem concessões simultâneas à tradição e à revolução?

em conversa que a instrução pública está uma miséria e que serão os primeiros a acarretar lenha para a fogueira de quem ousar atacar lealmente, em público, essa instituição de que vivem, esses não têm a meu ver a mínima desculpa, e não a têm porque a consciência, onde existe, acha sempre uma tábua para salvar a dignidade.

Desçamos agora a especialidades.

Não falarei detidamente sobre cada uma das divisões da nossa instrução pública; não falarei hoje da instrução primária: a importância deste ponto obriga-me a tratá-lo numa conferência especial. Nessa conferência discutirei a questão do ensino religioso e tratarei de mostrar as bases de uma educação moral de acordo com o espírito científico, para tranquilizar os espíritos timoratos que creem que os dogmas religiosos são a base de toda a moralidade e da própria sociedade, em contradição com os resultados mais elevados das ciências históricas e sociais.

Falarei apenas em especial do ensino secundário e de dois corpos docentes superiores: a Universidade e o Curso superior de Letras. O tempo força-me a restrições.

O estado geral da instrução secundária traça-me em poucas palavras.

O ensino das línguas é menos que elementar.

O ensino do Português, introduzido nos liceus pela reforma de 1860, volta continuamente sobre o mesmo ponto – a análise gramatical, crismada às vezes com o nome pomposo de análise filológica; juntava-se a isto há pouco, nalguns liceus pelo menos, algumas noções ridículas de uma coisa a que chamavam poética. No primeiro ano a criança aprende o que já aprendera na instrução primária, com um desenvolvimento um pouco maior apenas, e tanto que a mesma gramática por onde estudam na aula de português é em algumas partes aquela por onde estudam na instrução primária.[ii]

Nem uma única noção científica sobre a origem da nossa língua, e sua história, os seus elementos etimológicos; nem a maior parte dos professores sabem nada disso, nem os redatores de programas. É verdade que no programa do curso de Português, publicado ultimamente, manda-se ensinar as crianças a dividir as palavras em prefixo, raiz e sufixo; pondo de parte a inexação da redação,

ii Ver, por exemplo: Nova gramática portuguesa, por Bento José de Oliveira. Para uso dos alunos das escolas de instrução primária e dos que se habilitam para o exame de Português, Coimbra, 1862. Há pelo menos outra edição posterior.

pareceria que se queria significar que se ensinasse a decompor uma palavra portuguesa nos seus elementos morfológicos, o que exigiria profundos conhecimentos de linguística, que nenhum professor de português tem em Portugal, mas o redator do programa teve sem dúvida em vista uma divisão arbitrária e incientífica das palavras. O ensino do Português como está atualmente organizado, e apesar do programa, não dá afinal de contas aos estudantes conhecimentos teóricos e práticos da nossa língua verdadeiramente superior aos que ele obtinha antes da criação desse ensino.

O ensino das línguas antigas é vergonhoso. Os estudantes fazem os seus exames e quando entram para as escolas superiores não estão (salvas algumas exceções cada vez mais raras) habilitados para traduzir em uma página de um autor latino, e muito menos para traduzir três linhas de um autor grego.

O estudo do grego demais não é obrigatório, e cifra-se em decorar alguns princípios de gramática e a tradução de alguns diálogos de Luciano e de alguns versos de Homero, salvas as variantes. Com isso faz-se exame e fica-se aprovado, mas nem tanto é necessário.

Em Coimbra vi muitos estudantes que nem o alfabeto grego conheciam habilitarem-se para o exame dessa língua em oito dias.

Em latim ensinam-se erros crassíssimos, regras gramaticais que nunca foram observadas por nenhum autor latino, fazem-se reter na memória dos estudantes formas, como um imperativo em *minor*, que são verdadeiras quimeras gramaticais, e dão-se preceitos ineptíssimos para a versão.

O ensino das línguas estrangeiras vivas não é menos mesquinho que o das mortas. Os estudantes que nesta parte se contentam com o que lhes ensina o liceu, ou o colégio para os preparar para os exames no liceu, confessam ingenuamente que fizeram os seus exames de inglês ou de alemão, mas que não sabem traduzir uma página do mais fácil dos autores dessas línguas, sem primeiro a estudarem, e isto no dia imediato ao do exame.

O francês aprende-se melhor por ser mais fácil, mas a gramática dessa língua é estudada superficialmente, e os estudantes saem dos liceus inábeis para escrever uma carta com alguma correção nessa língua. Os programas ultimamente publicados pretendem alargar o ensino das línguas vivas; mas, supondo mesmo que esses programas estavam bem feitos, hipótese que não se dá, é mister observar que nunca passarão de programas. Não é no papel que se devem alargar os quadros do ensino, mas na prática; ora é atualmente impossível fazer isto por que a maior parte dos professores públicos de línguas vivas carecem das habilitações

necessárias para darem um ensino dessas línguas tal como ele deve ser. Poderia citar documentos que o provam.

O ensino da História nos liceus é miserável. Em primeiro lugar é impossível que em 130 lições, o máximo das que pode haver no tempo destinado para isso, se deem de história universal, cronologia e geografia noções que não sejam inteiramente superficiais. Essas noções, quanto à história, reduzem-se a uma série de nomes e datas, de fatos destacados entre os quais não se veem as relações orgânicas.

Os professores de História dos liceus fazem às vezes pior do que dar essas imperfeitas noções: perdem o tempo a contar anedotas insignificantes para divertirem os seus discípulos e mostrarem a sua erudição e espírito. O estudante aprenderá, sem dúvida, que Fúlvia espetou uma agulha na língua de Cícero, ouvirá por miúdo a narração das atrocidades de Nero, e outras coisas semelhantes, mas nem uma palavra sobre o espírito geral do mundo romano, sobre o lugar daquela grande civilização na história do mundo, sobre os laços que nos estreitam a ela. Em alguns dos nossos liceus ensina-se ainda que Tubal fundou Setúbal, e se duvidassem podia apresentar provas, que Afonso Henriques foi proclamado rei nas Cortes de Lamego, e que Cristo lhe apareceu no Campo de Ourique. Estes fatos caracterizam com mais eloquência que tudo o mais que podia dizer o estudo do nosso ensino secundário, porque eles demonstraram todos incapacidade completa de apreciar os resultados puramente de detalhe, sem caráter nenhum dogmático, das ciências históricas. Os espíritos entre nós estão tão pouco aptos para compreender os resultados das ciências naturais que se formavam. O sistema de Copérnico, para citar um exemplo conhecido, demonstra-se simplesmente pela observação. Mas todos sabemos que enormes dificuldades tiveram com que lutar esse sistema para ser reconhecido como uma verdade.

O mesmo se dá hoje com os grandes resultados das ciências históricas. Parece-nos hoje simplicíssimo que a Terra gire em torno do Sol; deixai passar mais algumas gerações e então parecerá simplicíssima, clara, evidente, a cristologia de Strauss, que ocupa na ciência das religiões o mesmo lugar que o sistema de Copérnico na astronomia, que, se assim possa exprimir-me, estabelece exatamente como o sistema de Copérnico uma mudança de centro de gravitação: na teologia tradicional é Deus que gravita sobre o centro humano, imóvel pelo pecado; no sistema straussiano Cristo é a humanidade que gravita sobre o centro Deus.

Mas quanto estamos longe dos nossos liceus! Voltemos a eles.

O ensino da Filosofia é neles ainda inferior, se é possível, ao das outras ciências. Que triste coisa é esse montão informe de definições sem nexo, colhidas aqui e acolá, onde ora nos aparece um fragmento de filosofia escolástica, ora um bocadinho de Condillac, uma ideia de Locke, mais além uns farrapitos de Júlio Simon, Balmes, Saisset, e extratos dum livro para uso dos indoutos intitulado um *Milhão de fatos*, a que entre nós se chama filosofia racional! É com esses e semelhantes ingredientes desconexos que se prepara o alimento filosófico do espírito do aluno dos nossos liceus. Que enormíssima responsabilidade a dos que estropiam a razão de centenas de crianças, ensinando-lhes e fazendo respeitar sob o nome de filosofia nações superficialíssimas e sem subordinação orgânica, preceitos empíricos sem importância alguma; junto com coisas das mais desgraçadas eu a miséria humana tem produzido! Não declamo, digo a verdade, e vou prová-la com alguns exemplos.

Num compêndio de filosofia adotada em alguns dos nossos liceus ensina-se entre outras coisas de igual valor:

Que "os sentidos são órgãos";

Que "cada sentido deve limitar-se ao objeto, que lhe é próprio; aliás é fácil errar".

Assim pois não se deve aplicar o olfato para ver, nem a vista para cheirar, nem o ouvido para apalpar, etc.; aliás é, não absolutamente impossível alcançar bom resultado, mas simplesmente fácil errar. Não se pode interpretar doutro modo esta passagem.

No mesmo livro ensina-se que para conciliar a atenção, para bem entender, "devemos fugir do que nos possa distrair; porque, tirada a causa cessa o efeito"; o que equivale a dizer que para conciliar a atenção devemos conciliar a atenção.

Segundo esse livro a dialética é apenas a arte de discutir. Nessa parte da ciência filosófica aprende-se que nas disputas são necessários um arguente e um defendente, que em certas discussões acresce um presidente e que este tem por fim encaminhar e elucidar a questão, chamar à ordem o disputante que se houver excedido, conceder a palavra a quem tiver pedido, etc. E é isto, senhores, o que se entende por filosofia no nosso país.

Que enormes conclusões não tenho eu o direito de tirar destas premissas que podem encontrar no caso de duvidarem da minha palavra, nos *Elementos de filosofia racional* do sr. dr. João de Sousa Dória! Tenho todo o direito de concluir:

Que os professores que ensinam por um tal compêndio são indignos pela sua ignorância e falta de senso, de ocuparem um lugar no magistério;

Que os liceus que adotam um tal compêndio perdeu inteiramente a consciência da sua missão:

Que o Estado que não obsta a que a missão do ensino esteja em tais mãos é um Estado ininteligente;

Que as gerações educadas no respeito de tais livros e de tais professores só por milagre conterão alguns indivíduos que tenham bom senso.

As conclusões são inabaláveis, porque as bases não podem negar-se.

O ensino da retórica e princípios de literatura, como se faz em nossos liceus concorre ainda para o mesmo fim que o da história e o da filosofia. Nenhuma teoria, nenhuma tendência mesmo para uma teoria da eloquência e da poesia; definições, só definições e frases sem significação, sobre elocução, estilo, tropos, etc.; noções banais de poética. O compêndio de história de literatura clássica e portuguesa adotado na maioria dos nossos liceus é um documento de ignorância e estultícia não só de quem o fez, mas de quem o aprovou e de quem o adota. O sr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, no seu *Esboço crítico*, mostrou bem o que tal compêndio é; dispenso-me por isso de entrar aqui no exame dele.

O ensino das ciências naturais e matemáticas nos liceus como nas escolas superiores não é tão imperfeito como o das outras ciências; mas nota-se em toda a parte nele uma falta completa de direção orgânica e filosófica.

A matemática reduz-se unicamente ao estudo das regras e operações do cálculo, trabalho quase exclusivamente de pratica e de memória; nas ciências naturais atende-se unicamente a fixar na memória os teoremas, as fórmulas, as classificações e a descrição dos aparelhos usados nas experiências e a descrição das experiências.

O ensino dos nossos liceus reduz-se, portanto, a meros exercícios de memória.

A Universidade é o mais vasto de todos os nossos corpos docentes e sob todos os pontos de vista o mais importante.

O seu passado teve épocas de glória. Houve ali sempre representantes dos movimentos nacionais; de lá partiram mesmo revoluções. No século XVI, sobretudo, foi grande o esplendor da Universidade e do Colégio das Artes, criado por d. João III, e estreitamente unido a ela. Tivemos lá humanistas de reputação europeia. Estrangeiros e portugueses trabalhavam aí com indefessa atividade e larga inteligência. Quem não conhece, ou melhor, quem fora de um pequeno número, conhece hoje os nomes de Nicolau Clenardo, Diogo de Teive, Aires Barbosa, Fabrício, Luís Teixeira, André de Gouveia, Peruchi Morgoveja,

Marcos Romeira, Aires Pinhel, Tomás Rodrigues da Veiga, Jorge Coelho, Jorge de Sá, Pedro Nunes? Esqueceu-se porventura já que Aires Barbosa foi o verdadeiro iniciador península dos estudos helênicos? Foi na época de maior esplendor da Universidade e do Colégio das Artes que d. João III lhe deu o golpe de morte confiando o segundo aos jesuítas e nomeando visitador e reformador da primeira uma criatura sua. Isto deu-se, como sabem todos, em 1555. Pouco a pouco os jesuítas foram invadindo a Universidade, perseguindo com guerra de morte os que nela opunham a dignidade e consciência ao seu predomínio e comprando os que tinham consciências venais. Em 1598 a Universidade pertencia-lhe já completamente.

Foi prodigiosa a ignorância em que então se caiu; dir-se-iam voltadas as chamadas trevas da Idade Média, se de certo modo, não fosse coisa ainda pior.

A consideração que Portugal tinha gozado na Europa perdeu-a completamente então e os estrangeiros julgaram-nos um povo de ignorantes e o que é pior de idiotas, juízo sem dúvida muito exclusivo, mas que aplicado a tudo o que obedecia à organização da sociedade, e que vinha a ser grande massa da nação, era perfeitamente verdadeiro.

Na oração recitada no 1º de julho de 1780 na Academia das Ciências de Lisboa há as seguintes palavras:

"Que admirados ficaríeis, senhores, se soubésseis quão vil é o conceito que mesmo os estrangeiros fazem injustamente de nós. Quando lá fora aparece casualmente algum português de engenho medíocre, admirados se espantam como de fenômeno raro. – E como assim? (dizem) de Portugal? do centro da ignorância? – Assim o cheguei a ouvir. – E onde estão os vossos livros? me perguntavam; aonde os autores? as vossas Academias? os vossos descobrimentos? As gazetas literárias que correm guardam do vosso Reino o mesmo silêncio que de Marrocos. Ouvindo estes injustos opróbios, os olhos se me fecham com pejo, emudecia a língua, e a face se me cobria de confusão".

O novo *Método de estudar* viera mostrar a chaga; o marquês de Pombal pretendeu curá-la. Todos têm ouvido falar na reforma que este estadista fez na instrução pública e principalmente na sua reforma da Universidade; ninguém, creio, estudou ainda a fundo a natureza e efeitos dessa reforma.

O que é verdade é que a reforma do marquês não introduziu nenhum princípio novo no ensino: o que estava nas mãos do jesuíta passou pura e simplesmente

para as mãos dele; o professorado não é mais que um instrumento fácil de mover nas mãos omnipotentes. Os professores ficam reduzidos à condição de títeres a quem ele puxa os arames segundo melhor lhe parece. Os célebres estatutos da Universidade são largos, suntuosos, pomposos enquanto à forma; enquanto ao fundo aniquilam a mínima perspectiva de liberdade para o professor, imobilizam o ensino. Uma coisa, porém, se lhe deve: a reforma, ainda que acanhada pelo tipo traçado, do ensino das ciências naturais, que ficou em todo o caso muito superior ao que havia.

Mas o que mais eloquentemente prova a nulidade da reforma do marquês, pelo que diz respeito às outras ciências, é o estado em que continuou a Universidade.

Esse estado todos o conhecem, quando mais não seja, pelo célebre poema herói-cômico o *Reino da estupidez*, de Francisco de Melo Franco, composto pelos anos de 1785.

O *Reino da estupidez*, como sabeis, é a própria Universidade.

No prefácio diz o autor, dirigindo-se ao poema:

"Diz que o fruto, que daqui levam os Legistas, é a pedanteria, a vaidade, e a indisposição de jamais saberem: enfarinhados unicamente em quatro petas de Direito Romano, não sabem nem o Direito pátrio, nem o público, nem o dos entes, nem Política, nem Comércio, finalmente, nada útil. Que os Canonistas saem daqui com o cérebro entumecido com tanto Direito de Graciano, sem crítica, sem método, engolindo, com alguns verdadeiros, imensos Cânones apócrifos; dando ao papa a torto e a direito poderes, que lhe não competem por título nenhum, e esbulhando os Reis dos que por Direito da Monarquia lhes são devidos. Deves, porém, confessar, que a Reforma trouxe à Universidade as ciências naturais, que na verdade tiveram e têm ainda alguns Mestres dignos de tal nome; mas que estes ficam tão submergidos pela materialidade dos Companheiros, que fazem a maior porção, que para distinguir é preciso ter vista bem *perspicaz*; tanto reina aqui a mesma estupidez!".

Eis o resultado da tão apregoada reforma do marquês de Pombal; desde ela até hoje nenhuma outra reforma foi feita ou intentada na Universidade; apenas modificações parciais, adições de uma outra cadeira, tudo inorgânico, sem plano determinado, acidentalmente; na essência, a organização das faculdades está tal qual a deixou Sebastião José de Carvalho. As consequências são fáceis de prever.

O estudo das ciências históricas e filosóficas e da filosofia não existe na Universidade. Enquanto as nações estrangeiras julgam que essas ciências são de primeira importância, nós, está claro que por suma ignorância, não pode ser por outra causa, não lhe damos lugar na nossa Universidade. As Universidades da Espanha, França, Itália, Inglaterra; Alemanha, Rússia, Estados Unidos, têm normalmente, quando não são Universidades incompletas, uma faculdade em que se estudam aquelas ciências em várias cadeiras; a nossa Universidade não quer saber disso. Isto mostra já por si a distância a que ela está do espírito moderno.

Os professores da nossa Universidade, assim como todos os dos outros corpos docentes do País, dividem-se em duas classes:

A que considera o ensino como tendo pôr fim a aprendizagem;

A que dá o ensino de ornato.

É mister que vos explique o que entendo por esta expressão "ensino de ornato", expressão que não acho satisfatória, mas que no essencial creio aceitável.

O ensino de ornato é o que tem única e exclusivamente por fim mostrar o talento do professor, se ele o tem, revelar a sua completa inépcia, se ele apenas supõe tê-lo.

Este ensino é uma transformação daquela velha eloquência da Universidade de que temos ainda de vez em quando amostras nas orações de sapiência, de distribuição de prémios e de capelos, eloquência grave, séria, pesada, mas duma gravidade, seriedade e peso pura e simplesmente cômicos, que me deixa sempre no espírito uma única ideia que só posso exprimir com exação pela palavra francesa *sottise*. *Sottise*, eis o que está no fundo dessa velha eloquência universitária de que ainda vos poderia apresentar bem recentes espécimes. Pois o ensino de ornato vai entroncar nessa eloquência. Houve, porém, como disse, uma transformação, que é recente, e essa resulta da influência deletéria da França. A França tem bom e mau: em regra, não se conhece cá o primeiro ou despreza-se; o segundo aceita-se.

A França é verdadeiramente o país da desarmonia: o bom e o mau não parecem querer nunca se deixar lá vencer um pelo outro; essa luta é que nos explica as suas decadências e grandezas sucedendo-se sem transição, quase umas ao lado das outras. É um povo acerca do qual não se pode dar um juízo exclusivo que não seja falso. É o povo mais *humano* do mundo, exprimindo por esta palavra *humano* o complexo de paixões, ideias que agitam o homem. Por isso na França há o que cá não há a consciência do mau. Na França o ensino oratório foi condenado com força, com argumentos finos e por vezes profundos, mais de uma vez; pois bem, esse ensino foi o que cá se propôs como modelo, que reagindo sobre a nossa velha

eloquência deu em resultado o ensino de ornato. A diferença entre o ensino oratório e o ensino de ornato consiste em que o ensino oratório aspira a apresentar peças de eloquência bem delineadas no todo, sem incidentes que façam perder de vista o contorno geral, um todo arquitetônico em suma; e o ensino de ornato apenas a apresentar um arabesco de fantasia, o que resulta em parte, de ele ter guardado muito da puerilidade da nossa velha eloquência em parte de que, enquanto o professor francês em geral leva as suas lições de casa, o professor português que se dedica ao género de ornato improvisa geralmente na cadeira, para onde sobe muitas vezes sem saber bem por onde há de começar. O ensino oratório tem, todavia, entre nós um ou outro representante; o seu fim e aspiração é o mesmo que apontamos para o ensino de ornato.

Na universidade, porém predomina ainda o ensino que tem de pôr fim a aprendizagem.

Em poucas palavras direi como este é compreendido.

Há um livro de texto, um compêndio para o estudo de cada cadeira ou parte do ensino duma cadeira. A adopção desse compêndio depende da aprovação do conselho da faculdade; há assim mais alguma liberdade que nos liceus cujos compêndios devem ser aprovados pelo governo. Esse compêndio basta; o lente ou se contenta com indicar em cada lição ao estudante as páginas que deve decorar no dia seguinte, ou explica o compêndio. A explicação do compêndio não é muitas vezes mais do que a repetição dele por outras palavras, uma simples explicação literal. Alguns professores substituem essa explicação pelo ensino de ornato, ou conciliam as duas coisas. O resultado é sempre o mesmo: o compêndio é tudo, o professor não é nada. O professor não apresenta nunca uma elaboração original, ficando assim fiel ao espírito dos estatutos.

Há casos em que, ou porque o lente não dá explicações ou porque ela é insuficiente, os estudantes se veem obrigados a recorrer a um explicador particular.

Enquanto ao trabalho dos estudantes é simples: como o compêndio é tudo, satisfizeram, plenamente as exigências do professor desde o momento em que decoraram o que o compêndio diz. Consequência: professor máquina, estudante máquina. Muitos estudantes conquistam também reputação de talento e livram-se do trabalho, a que têm muito justificada aversão, de decorar o compêndio, adotando o gênero de ornato.

A organização da Universidade é tão forte, tem tal influência que talentos muito aproveitáveis, que noutras condições seriam fecundados, arrastados por aquele maquinismo fatal têm-se inutilizado completamente.

Eu quereria apontar exceções, mostrar como no meio daquela instituição desgraçada há quem tenha criado uma atmosfera artificial mais pura para viver nela; mas tenho de ser justo, tenho que fechar os olhos a quaisquer sugestões que não sejam as de verdade. Sem ir mais longe, nestes últimos vinte anos nenhum lente da Universidade produziu um só trabalho que fizesse dar à ciência um passo! Procurei em vão se um tal trabalho existia, não encontrei, apesar de ter feito diligências que creio completas; mas ainda assim se um tal trabalho existe, se mostram, estou pronto a reconhecer que fui injusto e a reconhecê-lo como uma das obras mais meritórias que a atividade humana pôde produzir, pelas circunstâncias em que nasceu.

As minhas pesquisas descobriram-me só meras compilações, feitas com mais ou menos habilidade, e às vezes até sem habilidade alguma.

Mas tudo isto ainda é ouro em comparação de outros vícios do primeiro corpo docente do país. Referir-me-ei só a alguns.

Quem não ouviu falar nos empenhos que fazem um papel tão importante na Universidade; nessa verdadeira atrocidade que o hábito, a indiferença, o obscurecimento da consciência, nos faz olhar como uma coisa simples, natural e que dá em resultado um número grosso de bacharéis ignorantes e ineptos?

Quem não ouviu dizer que em regra a aspiração única do estudante é passar, sejam quais forem os meios?

Quem não ouviu dizer que o estudante tem mais que antipatia pelo professor; chega a ter-lhe horror?

Quem não conhece a supremacia que se arroga sem título algum o professor sobre o discípulo, chegando algumas vezes a converter-se em clara insolência?

São coisas a que quase se não atende; mas que desgraçadamente são a prova de que não é a ciência o interesse da Universidade; a prova duma desmoralização profunda, cujas raízes estão no passado, em verdade, mas de que o presente também tem culpa.

O Curso superior de Letras foi criado com o intuito de preencher a lacuna que havia em nosso ensino com respeito à filosofia, às ciências históricas e filológicas. O intuito era excelente e digno de glória; mas o modo de o realizar foi o mais triste possível.

Não se compreendeu que não havia entre nós, ninguém apto para fazer um ensino, digno deste nome, das antigas literaturas, da literatura moderna, da filosofia, e da história universal; não se conhecia o estado dessas ciências, e imaginou-se que a erudição fragmentada que cá havia era literatura, que generalidades

banais eram filosofia, e que a história, a filosofia da história podia improvisar-se, e criou-se o curso e formou-se o corpo docente com o que por cá havia.

Nem sequer ocorreu a ideia, que seria de resultados excelentes, de mandar vir para esse ensino, inteiramente novo, alguns professores da Alemanha, ou de França, não fazendo mais do que se fez noutros tempos sempre que entre nós se criou um ensino novo, o que ainda hoje faz da Inglaterra, cujas instituições universitárias teve tantos pontos de contato com o nosso.

O tipo do Curso superior de Letras foi-se buscar às faculdades de Letras da França, fato que demonstra uma bem triste ignorância. A organização das faculdades de Letras da França tinha já sido inteiramente condenada, e continuou a sê-lo.

Enquanto lá se estudavam os meios de as regenerar, de as reformar radicalmente, nós íamos buscar o tipo julgado inútil e mau! Os alemães tinham-se rido desses cursos de Letras; alguns franceses riram também; e nós fomos buscar o tipo ridículo!

Como eu não tenho autoridade e podeis supor que é por espírito de pura maledicência (é o nome que cá se dá ao verdadeiro espírito de crítica) que estou dizendo estas coisas, vou apresentar-vos duas passagens, entre muitas, que vos mostrarão a verdade.

Diz Ernesto Renan a respeito dos cursos de Letras na França:

"A surpresa do Alemão que vem assistir a esses cursos é muito grande. Ele chega de sua Universidade, onde se habituou a tratar o seu professor com um grande respeito. Esse professor é um *Hofrath*; vê o príncipe em certos dias! É um homem grave, dizendo só palavras notáveis, tornando-se muito ao sério. Aqui tudo está mudado. Essa porta que bate, que durante todo o curso não cessa de se abrir e de se fechar, esse vai-e-vem perpétuo, esse ar despreocupado dos ouvintes, o tom do professor quase nunca didático, às vezes declamatório, essa habilidade em buscar ditos vulgares sonoros (lugares-comuns) que nada dizem de novo, mas que fazem infalivelmente aparecer os sinais de assentimento, tudo isso lhe parece estranho e inaudito. Os aplausos, principalmente, excitam o seu mais alto espanto. Um auditório atento não tem tempo de aplaudir. Esse uso extravagante mostra-lhe que se trata aqui não de instruir, mas de brilhar. Vê que não aprende nada, e diz para si que na Alemanha não se subscreveria para esse curso. Num curso sujeito a uma retribuição, o que se quer, pelo seu dinheiro, é a ciência positiva, são os resultados precisos. Não se paga para escutar um homem que não tem outro fim senão provar-vos que sabe falar bem. Wilhelm Schlegel, disseram-me, quis, à imitação da maneira francesa, fazer em Bonn um desses

cursos oratórios; não teve nenhum êxito. Ninguém quis incomodar-se para ouvir recitações brilhantes, cujo fim principal era mostrar o espírito do professor, e cujo resultado mais claro era que se dissesse à saída: tem talento".

Permiti que vos cite uma passagem em que o ensino oratório se acha condenado.

"Imaginai", – diz Eugénio Véron –, "se é possível, a figura que faria, diante dum auditório francês em numa cadeira de Faculdade, um Hegel, com sua exposição hesitante, com suas frases incorretas, metidas umas pelas outras, inacabadas, com toda essa pesada bagagem de fórmulas pedantescas, com esse montão de heresias filosóficas e religiosas que constituíam o seu ensino! Supondo que a autoridade não lhe tivesse tirado a palavra à terceira frase, ele teria depressa cansado a paciência dos seus ouvintes, ofendido o seu gosto, revoltado a sua consciência.

"No fim de duas ou três lições tê-los-ia posto a todos na rua, e teria provavelmente ficado só com o seu contínuo. O próprio Kant teria sido entre nós um assaz medíocre professor, porque com todos os seus neologismos e suas palavras compridas, nunca ouvi dizer que tivesse passado por muito eloquente. Ora, a eloquência é o nosso gosto ou antes a nossa paixão; é por ela que brilhamos e dominamos; um professor sem eloquência arrisca-se muito a ser em breve um professor sem auditório, fosse ele o mais douto do mundo".

O Curso superior de Letras inaugurou-se, pois, segundo o seu tipo como casa de espetáculo; não faltaram em poucos os bravos, os aplausos, sem que os professores, logo no primeiro dia, compreendessem o papel tristíssimo que estavam fazendo. A sua aspiração reduziu-se a que dissessem deles o mesmo que do antigo ator diz a inscrição de Antibes: "*Saltavit et placuit*". Não havia ciência, houve retórica, ensino de ornato, mais ou menos habilmente fantasiado, tudo superficial, inútil, estéril, mas à altura do público, palavroso, mais ou menos sonoro, segundo o talento oratório de cada um. O professor do Curso superior de Letras não aspira a ser profundo, não quer ser profundo, não carece ser profundo; nada o obriga a estudar; basta-lhe desenhar bem ou mal os contornos das coisas; colher aqui e acolá algumas generalidades brilhantes, alguns fatos mais ou menos curiosos e bordar com esses materiais a sua tela. Um que aspirou a mais perdeu a sua razão na empresa, mártir de sua excepcional dedicação.

Demais o Curso superior de Letras, instituição oficial, não pode ser infiel aos princípios do catolicismo; nele não pode penetrar, portanto, o espírito científico, nem houve a coragem de, a todo o risco, o fazer lá entrar.

Um fato e um documento completarão estas observações acerca do Curso superior de Letras.

Um professor abriu ali um ano um curso sobre o Egito Antigo; este fato é simples na aparência, mas significa muito pelas circunstâncias do professor. Este nunca tinha ido ao Egito, nem tinha estudado o hieróglifo; estava portanto na incapacidade absoluta de exercer a mínima crítica sobre os materiais que tinha que consultar, crítica tanto mais necessária quanto o estudo das coisas egípcias, que, apesar dos seus progressos, encerra ainda muitas obscuridades e contradições sobre pontos capitais; o resultado é que o professor repetia simplesmente o que lia, dando de seu apenas a forma, sem confiança nenhuma de ter duas opinião contraditórias escolhido a mais provável.

O documento é um extrato de uma tese que um dos atuais professores do curso, o sr. dr. Jaime Constantino de Freitas Moniz, apresentou no concurso em que foi aprovado. É unicamente como crítica do curso que se satisfez com uma tal prova que a apresento.

A tese trata da teoria do progresso, principalmente com aplicação às belas-artes. Depois de princípios gerais acerca da teoria do progresso o autor trata do progresso na arte. A parte mais importante dessa discussão é a seguinte:

"Com a estética cristã recompõe-se a escala natural dos tipos inteligíveis, restituindo-se e assinando-se cada um o grau e importância que lhe compete.

"Ao lado da arquitetura cunhada na Catedral, destacam-se a pintura, que embeleza, e a escultura.

"A música, entoando a harmonia que a Antiguidade não conheceu, canta a nova época.

"Do seio do cristianismo sai a concepção exata de Deus. Não tem que fazer com ela o *Júpiter* de Fidias ou Jove de Homero.

"O homem aparece colocado na altura da sua dignidade, nos primores artísticos.

"A mulher tira de cabeça as rosas do Poestum, afasta os olhos da *Vênus* impudica de Apeles, e aparece vestida de pureza e candura, sob a pena do autor da *Divina comédia*, ou na *Madona* de Rafael.

"Ao fundo deste trabalho, observam-se imponentes e majestosos os vultos de Dante e Miguel Ângelo, e tomam lugar após esses outros e outros cujos nomes todos os dias decoramos. Depois que será? Será o propagar a ideia, deduzir dela toda a verdade que contém, depurar com ela o sentimento, e elevar a arte,

encarnar as suas diversas manifestações na pedra, no ritmo, na tela, o conservar e atear o fogo, o crescer, o viver, o obedecer ao preceito de Cristo e à lei da Humanidade: será o amanhã do progresso."

V

Eis-me chegado ao último ponto – a reforma do ensino em Portugal: a base dessa reforma é necessariamente a separação completa do Estado da Igreja, a liberdade da consciência, não como mera virtualidade, mas realizada na prática, porque isso não é liberdade de consciência, apesar de muitos julgarem que o é. Eu não sou livre, por crer que o sou, mas por poder realizar a minha liberdade na atividade exterior.

Está provado que as nações em que se não revolvem continuamente as grandes questões do espírito, compreendidas na do destino, e as que lhe ligam, imobilizam-se, decaem, morrem, e se tornam presa das nações agitadas pela renovação das ideias. Não ver isto é ignorar completamente a história ou ser incapaz de dar a mais simples interpretação aos fatos. Citar-vos-ei um exemplo para fixar ideias.

A Alemanha no começo do século XVI era um dos povos menos civilizados da Europa, como os próprios alemães, na franqueza que dá a consciência da força, confessavam e confessam. Lutero escrevia:

"Deplorável é em toda a parte a condição das igrejas. Os homens do povo não sabem nada, não aprendem nada; não rezam, não se confessam, não comungam; toda a religião parece ter desaparecido; calcam aos pés os preceitos do papa, e desprezam até os nossos". "Ah! Assaz longo tempo ficámos em um abaixamento bestial. As nações vizinhas chamam-nos brutos alemães, e o nome é merecido... Deixaram-se crescer as gerações como as árvores bravas nas florestas. São só matas estéreis, que apenas servem para se lançarem ao fogo."

E Reuclino dizia em 1518, numa carta ao leitor de Saxe:

"Os estrangeiros têm o povo alemão na conta de um povo bárbaro e bestial (*barbarisch, viehisch*); que responder-lhe?".

Vem a renovação religiosa para a Alemanha, a renovação que prepara e permite a aparição verdadeira do espírito científico no mundo, essa reforma tão horrorosa aos que são incapazes de a compreender; a Alemanha transforma-se com rapidez sem exemplo, e apresenta ao mundo depois de uma época de atividade preparatória, e a partir de Lessing e Kant, o movimento de ideias mais prodigioso que se conhece; revolve o passado, interpreta-o, reata os laços

quebrados do parentesco das maiores famílias humanas, discute a razão, analisa o pensamento peça por peça, explora todos os cantos da consciência humana, reconstrói o sistema do universo, depois para na obra, como tivesse ido muito longe, vê-se só com seu pensamento no meio de um mundo que ainda não está preparado para receber esse pensamento; desde então não compreendo mais a Alemanha; vejo só que ela marcha à conquista e que tem uma força que esmaga.

As nações românicas que não aceitaram a Reforma, decaíram todas, exceto a França, do século XVI para cá; mas o que fez viver a França, o que lhe deu grandeza foi a sua luta incessante, direta ou indireta, contra o catolicismo e suas consequências. A cada clarão do espírito científico acendia-se naquela grande nação o facho revolucionário, e travava-se a luta entre o bom e mau, em que muitas vezes não se distinguem bem os de cada partido, por se misturarem até no mesmo indivíduo as ideias contraditórias que os agitavam.

Quando o Segundo Império lançou a França na dissolução moral, quando ele pela destituição, pela deportação, pela prisão tornou impossível a verdadeira manifestação do espírito científico, quando ele deu a mão ao catolicismo, o velho amigo do absolutismo, e o deixou de novo dominar na mesma França, que Napoleão I disse teria levado sem a mínima dificuldade ao protestantismo, a França decaiu.

Estas lições não nos abalam; na nossa ingenuidade esperamos que os santos velem por nós e que o milagre de Ourique se repetirá em sendo necessário; mas não vemos que virtualmente somos já um povo de escravos, e que amanhã o seremos realmente.

Confesso que não me lisonjeia o espera de nos salvarmos do perigo, e que, portanto, creio inútil toda a tentativa de reforma em o nosso ensino, pois que para ela se realizar era mister começar por um passo que julgo impossível.

O catolicismo mediata ou imediatamente, abraça ou influencia profundamente todas as nossas instituições, pois ele é a única forma de solução do problema do destino existente em Portugal, a qual só não compartilham um número de indivíduos muito mais restrito do que poderia supor-se.

Não há de ser o Estado que há de lançar fora; o Estado por si é essencialmente conservador; a revolução atinge-o, mas partindo de fora. Toda a revolução parte da iniciativa individual, porque toda a revolução tende precisamente a reivindicar os direitos do indivíduo; ora o que creio impossível entre nós é exatamente a iniciativa individual forte e poderosa. Há-a, é ela que aqui nos traz, mas completamente isolada, tendo diante de si uma coisa terrível, a inércia do espírito

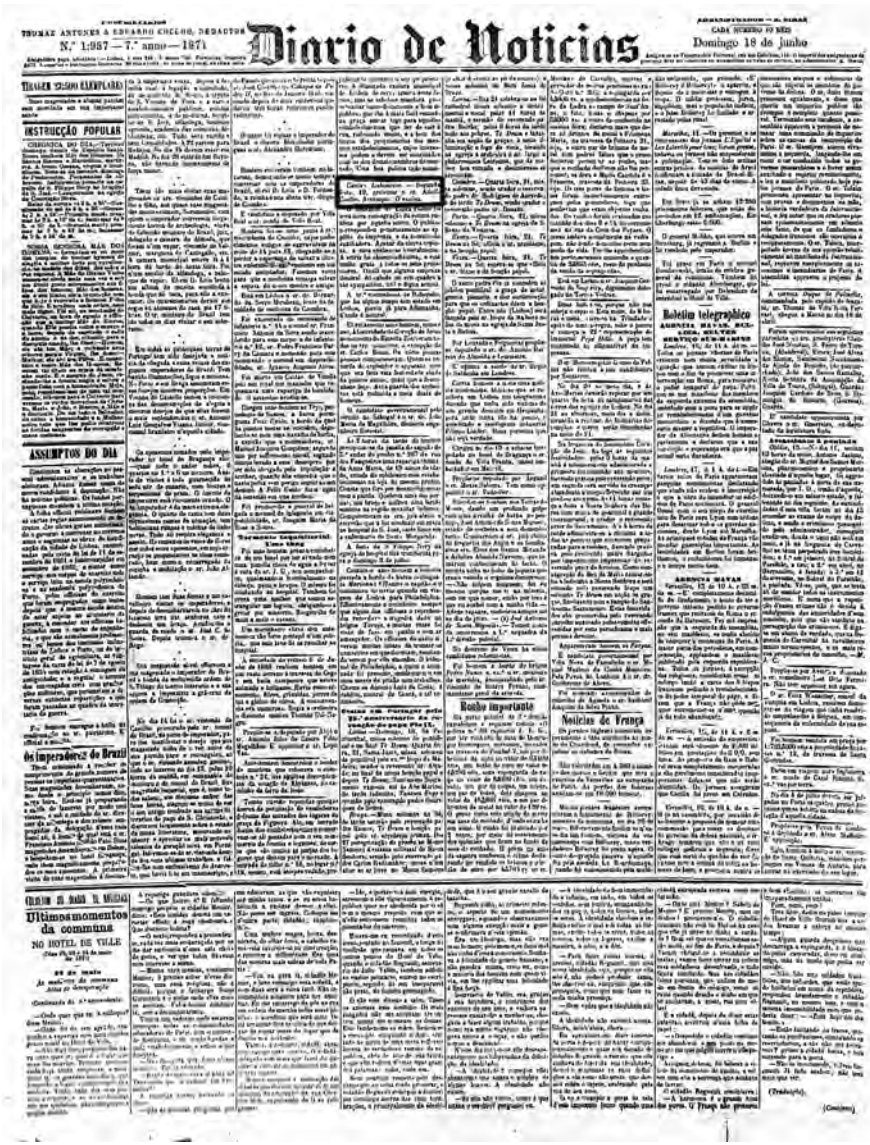
nacional, resultado do catolicismo, do absolutismo e do último esforço empregado nas lutas constitucionais, que nos deram uma liberdade aparente com que nos contentamos.

Uma reforma radical não é talvez possível.

Toda a reforma não radical é inútil.

4.7.2 Diário de Notícias, 18 jun.

Figura 4.89 – *Diário de Notícias*, 18 jun. p.1



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Cassino Lisbonense – Segunda-feira, 19, preletor o sr. Adolfo Coelho. Assunto: O ensino.

4.7.3 A Revolução de Setembro, 21 jun.

Figura 4.90 – *A Revolução de Setembro*, 21 jun., p.1

A REVOLUÇAO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Para as provincias

Para o Brazil

NUMERO 8:704 QUARTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 1871 XXXII ANNO

INTERIOR

POLITICA EXTERNA

FOLHETIM

APONTAMENTOS HISTORICOS

1856-1867

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.91 – *A Revolução de Setembro*, 21 jun., p.2

CHRONICA

O desembarque dos imperadores do Brazil. — Sem hoje da sua habitual monotonia a nobre e sempre empreendedora cidade de Lisboa, graças á atrevidas quasi completa de grandes pipas dos arc. camaristas municipaes. Logo da manhã (a quando o movimento extraordinario da população da Lisboa, que procurava satisfazer-se, e a ps ferros, nos logares que mais a convêm garantissem a existencia dos imprimes hospitaes. Era bello ver toda a margem do atterro da Boa Vista, e outros pontos que olhem para o mesmo sitio, carregada de gente até ás duas horas da tarde, sem que se podesse dar um passo. Todos os navios que estavam no porto, e que tinham bandeiras, as tinham arvorado em signal de festa, e as fortalezas, e os navios de guerra, salvaram com as suas peças, ao desembarque, primeiro do imperador do Brazil, depois do seu augusto pae, e finalmente de sua augusta mãe. Ao desembarque de cada um dos augustos viajantes, a artilheria de terra e mar fez uma salva de 21 tiros. Os vivas eram repetidos por todas as bocas, e os lenços agitados por todas as mãos. Os augustos viajantes, depois de terem recebido as primeiras homenagens, dirigiram-se para a egreja de S. Vicente de Fóra, onde foram recebidos pelo cabido, e depois de terem assistido a um Te-Deum, que ahi se cantou, dirigiram-se para o palacio das Necessidades, onde se demoraram até ás quatro horas da tarde, hora em que foram para o palacio das Janellas Verdes, onde se demoram.

Ao jantar de gala, que teve logar no palacio das Necessidades, assistiram todos os membros da familia real, os ministros de estado, os grandes do reino, os generaes, os ministros diplomaticos, e muitas outras pessoas de distincção. Durante o jantar tocou a musica do regimento de infantaria 2, e a noite houve illuminação geral em todos os edificios publicos, e em muitas casas particulares.

Hoje, pelas 10 horas da manhã, devem os imperadores do Brazil assistir na egreja de S. Vicente de Fóra a um Te-Deum, e depois dirigir-se para o palacio das Necessidades, onde se demorarão até ás 4 horas da tarde, hora em que voltarão para o palacio das Janellas Verdes.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.92 – *A Revolução de Setembro*, 21 jun., p.3

MORTALIDADE

ESPECTACULOS

ANNUNCIOS

PILULAS E UNGUENTO DE HOLLOWAY

PILULAS DE HOLLOWAY

UNGUENTO DE HOLLOWAY

NADA MAIS DE TINTURAS PROGRESSIVAS

MISTURA ORIZALINA VEGETAL

DO DR. JAMES SMITHSON

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

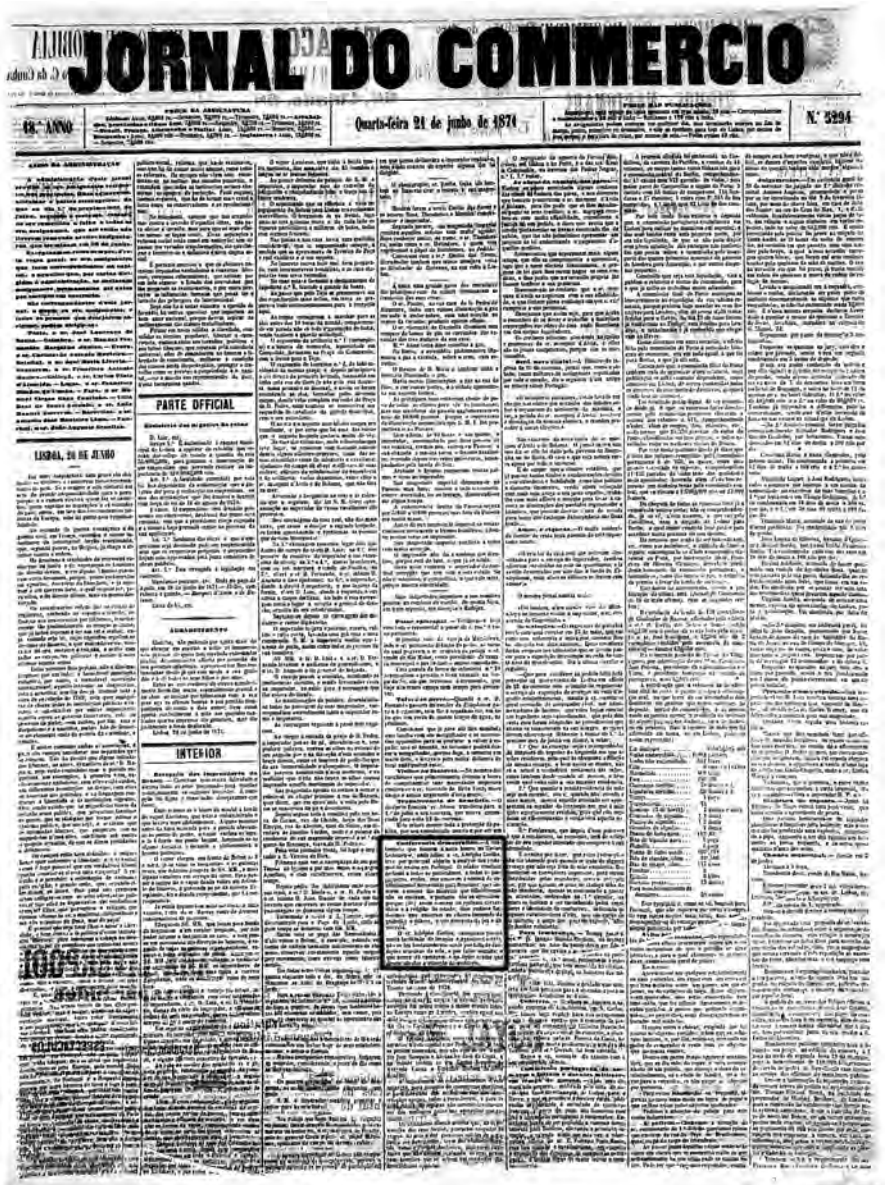
Conferências – Falou ontem no Cassino, o sr. Adolpho Coelho. O seu assunto era o ensino. Tratou o preletor de mostrar como em Portugal não era possível o ensino científico em razão de não estar estabelecida a liberdade de cultos. Que desta maneira não estávamos ao lado dos grandes resultados da crítica moderna nas ciências morais, históricas e filosóficas. Tratou dos liceus portugueses, condenando a insuficiência dos seus estudos e a má direção. Falou da universidade, cuja história traçou em breves traços, condenando o espírito do seu ensino, o seu método, os seus compêndios. Em seguida falou do curso superior de Letras, que disse ser uma boa instituição, porém que não estava à altura da sua missão por falta dos elementos essenciais que constituem o verdadeiro ensino.

A exposição do sr. Adolfo Coelho não é muito fácil, mas é de uma grande clareza e lucidez, e revela grandes e sérios estudos de uma crítica propriamente individual.

Na próxima segunda-feira fala provavelmente o sr. Salomão Sáraga sobre os historiadores críticos de Jesus, seguido do sr. Jaime Batalha Reis sobre o socialismo, e depois o sr. Antero de Quental sobre a república.

4.7.4 Jornal do Comércio, 21 jun.

Figura 4.93 – *Jornal do Comércio*, 21 jun., p.1



JORNAL DO COMMERCIO

Quarta-feira 21 de junho de 1871

N.º 3294

PARTE OFFICIAL

INTERIOR

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Conferência democrática – A conferência que ontem à noite houve no Cassino Lisbonense, onde falou o sr. Adolfo Coelho, teve por principal objeto a análise dos sistemas de ensino em Portugal. O orador concluindo pedindo a todos os particulares, a todos os portugueses, enfim, que possuam a soma de conhecimentos necessários para lecionar que iniciem o ensino das matérias que oficialmente não se ensinam, e, portanto, não se aprendem porque (ele) assim convém ao sistema monárquico e a religião do Estado: duas cadeias fortíssimas que amarram ao charco imundo da podridão e dobrez, o que necessita de luz e de ciência.

O sr. Adolfo Coelho, conquanto possua muita facilidade de locução e agradável estilo, não se fez bastantemente ouvir por falta de condições acústicas da sala, e por falar sentado; o que nunca da vantagem a qualquer orador que deseje atrair a atenção do auditório.

4.7.5 *Jornal da Noite*, 21 e 22 jun.

Figura 4.94 – *Jornal da Noite*, 21 e 22 jun., p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 146 | Quarta e Quinta feira 21 e 22 de junho de 1871 | 1.º anno

Telegrammas

SERVIÇO SUB-MARINO

FOLHETIM

O PADRASTO

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.95 – *Jornal da Noite*, 21 e 22 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

CONFERÊNCIAS DEMOCRÁTICAS

Não nos foi possível assistir à conferência do sr. Adolfo Coelho, como era nosso desejo, nem alcançamos notas do que ele disse. Tivemos que esperar que outros fizessem o que, por falta de informação, não podíamos nós fazermos. Hoje todos os jornais tratam da conferência, e nós preferimos recorrer ao *Diário de Notícias* porque sendo irmão do sr. Adolfo Coelho o redator principal daquela folha, sempre bem informado, é natural que a sua narração seja mais especificada e exata que outra qualquer.

"O sr. Adolfo Coelho, diz o *Diário de Notícias*, falhou com extrema facilidade, mostrando-se ciente e consciente da matéria sob o ponto de vista em que a estudou e por vezes com elegância."

Tratou do [...] e indicou três pontos essenciais *1º A necessidade do ensino. 2º O fim do ensino. 3º As formas do ensino. 4º A sua organização em Portugal e a sua reforma.*

Quis mostrar a necessidade do ensino como elemento indispensável da atividade humana, e que o homem procura até pelo instinto. E notando como o espírito busca ter consciência de si e compreender o seu destino asseverou que na China está noção levava à cega dependência a família, entre os romanos à absorção do homem pelo Estado, no catolicismo à sujeição absoluta do homem à Igreja, a hierarquia eclesiástica dominando o homem em todas as manifestações.

Do fim do ensino disse que derivava dos mesmos princípios porque a verdade tende revelar-se no homem através de todos os obstáculos. O fim do ensino é levar o homem conhecer o seu destino.

Afirmou que as principais forma de ensino eram arte, religião e ciência, mas que a ciência não pode andar vinculada a religião. Disse que Platão e Aristóteles foram os fundadores da ciência moderna, e que não há verdade fora da razão individual, afirmação que custou e custará rios de sangue. A audácia do espírito científico chegou a asseverar que na religião não há espírito divino. Notou que o sistema de Copérnico, base da ciência astronômica, foi condenado pela Igreja. Disse que era preciso quebrar a fé, o laço que nos prende o espírito, e subir à ciência que significa movimento.

Falou das ciências e proferiu as morais, fitológicas e históricas os naturais.

Quanto a organização do ensino foi de parecer que temos ensino sem ciência, a fitologia reduzida ao estado material de algumas línguas, a literatura a causas banais, o direito a debater estéreis, a medicina arranhada, as ciências naturais afogadas, os corpos de [...] tornados meros [...], a lei fundamental do Estado

asfixiando o ensino, o que não desculpa o professorado porque a ciência tem sempre meio de salvar a dignidade.

Prometeu dedicar outra conferência ao ensino primário e falhou no secundário, da universidade e do curso superior de Letras. Criticando vários pontos do ensino declarou que a maioria dos professores dos liceus são [...], o ensino da histeria vergonhoso, a filosofia fragmentos insensatos e desconexos, indignos os professores que ensinam pelo compêndio do sr. João Doria, inteligente e indigno o Estado que paga tais professores, e que só por milagre não sairá estulta a mocidade educada assim.

Da universidade disse que fora grande no tempo de d. João III, decaíra com os jesuítas e não se levantara com o marquês de Pombal, segundo se vê de um poema herói-cômico: *O reino da estupidez*. A universidade deixa caminhar a Alemanha e fica longe do espírito científico, e os professores obedecem a influência deletéria da França. Em vinte anos nenhum lente produziu obra notável. Notou que a par desta ignorância há falta de moralidade. Tudo se faz por cartas de empenho. São [...] os professores e detestados pelos estudantes.

Pareceu-lhe digno o intuito do curso superior de Letras, mas não correspondem por falta de homens aptos para ensinar as literaturas antigas, a história universal e a filosofia. Em compensação ensinam-se banalidades, improvisa-se história e inventa-se crítica. O curso é fiel às leis fundamentais; nada de ciência. Alcunhou de inepta a tese que abriu a porta um dos professores.

Quanto à reforma do ensino disse que a base deve ser: separação completa do Estado e da Igreja, e liberdade absoluta de consciência. Insiste na necessidade de apartar a religião do ensino para ele conseguir o seu fim, e afirma que não há verdade fora da razão individual. Deplora o catolicismo e louva a Reforma protestante. O povo português é ingênuo e fiel às suas crenças. O ensino particular é que há de levá-lo à verdade, matando a inercia nacional. Conclui dizendo: *Não desesperemos.*

Pela obrigação de informar os leitores fomos levados a transcrever as versões ofensivas da religião católica que veneramos, e de corporações e professores que temos por dignas de respeito. Estreitamos a narração do *Diário de Notícias*, mas não tomamos a responsabilidade das opiniões do sr. Adolfo Coelho.

4.7.6 *A Nação*, 23 jun.

Figura 4.96 – *A Nação*, 23 jun., p.1

A NAÇÃO

JORNAL RELIGIOSO E POLITICO

PORTUGAL

LISBOA, 22 DE JUNHO

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.97 – *A Nação*, 23 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Amigos Redares

No *Jornal da Noite,* que tem a data 21 e 22 do corrente, debaixo do título "Conferências Democráticas", acabo de ver, em um artigo que se diz extratado de outro do *Diário de Notícias,* o seguinte, com referência ao modo como o sr. Adolfo Coelho avaliou o estado de ensino em Portugal:

"Criticando vários pontos do ensino declarou que a maioria dos professores dos liceus são ineptos, o ensino de história vergonhoso, a filosofia fragmentos em contos e desconexos, indignos os professores que ensinam pelo compêndio do sr. João Doria, ininteligentes indigno o Estado que paga a tais professores, e que só por milagre não sairá adulta a mocidade educada assim."

"Da universidade disse que fora grande no tempo de d. João III, decaíra com os jesuítas e não se levantará com o marquês de Pombal, segundo se vê de um poema herói cômico: *O reino da estupidez.* A universidade deixa caminhar a Alemanha e fica longe do espírito científico e os professores obedecem à influência deletéria da França. Em vinte anos nenhuma lente produziu obra notável. Notou que a par desta ignorância há falta da moralidade. Tudo aí faz por cartas de empenho. São déspotas os professores e detestados pelos estudantes."

Parece impossível este desplante com que se passa carta de inépcia a tanta gente; esta voz de papo com que se decide da ciência e da moral de todos e de tudo!

Nenhum lente produziu obra notável! Os manes de *Coelho da Rocha,* não ouçais esta blasfêmia, e o passo do sr. Alexandre Herculano que não ouça também, já que se extasiou diante da obra do ilustre professor. E este sábio não ficou aqui, porque para prova da sua ciência – "notou que o sistema Copérnico, base da ciência astronômica foi condenado pela Igreja". Assim o paganismo aos seus papalvos; assim repetiu esta calunia contra a Igreja tantas vezes, e em diversas línguas, desmentida com documentos irrecusáveis! Pois este sábio, que sabe tanto, não lhe ficará mal saber também o desmentido. Mas se ele diz que é preciso quebrar a fé, o laço que nos prende o espírito, como havia ele de querer saber do que fosse favorável à Igreja? Quebrar o laço da fé? E que querias tu fazer, grande sábio, só com a razão, e com o laço da fé quebrado?

Não me sofreu o ânimo, meus caros redatores, deixar de protestar nestas breves linhas contra a audácia ignorante que trata de tê-los os professores dos liceus, e de todos e imorais os lentes do nosso primeiro estabelecimento científico, e

pareceu-me que vós, que contais ou contastes no vosso seio alguns filhos da universidade, não duvidaríeis dar publicidade a este pequeno brado em honra de nossa mãe e reforçá-lo com o vosso testemunho.

Lisboa, 21 de junho de 1871.

Um inimigo dos sabichões

4.7.7 O Diário Popular, 1 jul.

Figura 4.98 – *O Diário Popular*, 1 jul., p.1

O DIARIO POPULAR

N.° 1:686 | Lisboa—Sabbado, 1.° de julho de 1871 | 6.° ANNO

TIRAGEM
20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

Ainda as novidades politicas são escassas, embora não possa estar affastado o desenlace desta situação afflictiva, que data desde janeiro e por isso estimos que milagre. Como muitas vezes temos dito, tudo se póde para uma nação politica para que triumphe a politica reaccionaria, representada hoje pelos regeneradores e pelos velhos disperços do partido cartista.

Ja teve deve levar-se a luta decisiva entre esta collegação conservadora e as diversas fracções do partido liberal. Se as circumstancias actuaes o manifestarem, parece-nos que os liberaes serão temporariamente vencidos, mas como crentes que se realisará a epoca, das duzias de cinza, ou levada da vinte annos.

Na oppressão e nas calumnias de um governo conservador, com as suas reformadas da larga necessaria para derrubal-o, soffrem o povo e contigo da sua indifferença politica e de vão solemnisa eleitoral as amarrilhas. Quando estiver purificado por estas provações, poderá então mostrar com justiça o castigo merecido pelos seus tiranos.

Ao que parece, o partido historico, no seio de que ha alguns o velho Partido liberal, prepara-se já a pelejar, e que dirvida em pouco. Muitos dos nossos mais importantes homens politicos refletem uma vexadissima coalisão com os regeneradores. O presidente d'esse honroso grupo é, ao todo, o partido historico se collocará em hostilidade aberta com o gabinete reaccionario que mais de mesmo dia haveremos de ver, ou o partido se dividirá estabelecendo-se parte ao lado dos regeneradores e vindo parte engrossar a opposição liberal. Por qualquer modo bilhos vendo o nosso mesmo politico a dividir-se em duas partes, como nos parece provavel para o bem geral do Estado. Folgariamos com este resultado se não tenessemos que a victoria dos reaccionarios vá mais longe do que espiões nestes dias que a preparam e dos que mal acconselhados a desejam.

Deixamos para amanhã uma resposta á *Revolução*, que por estarmos sobrecarregados publicar hoje.

FOLHETIM

ULTIMAS PROEZAS
DE
ROCAMBOLE

POR
PONSON DU TERRAIL

Traducção de *F. F. da Silva Vieira*

PARTE QUARTA

A SEGUIR... DA VIUVA

Correia bastante na cidade um boato singular a que difficilmente se poderia dar credito, sendo bons esse pois tão talhado para absurdo e o senso bom certo que a reacção procura apresentar e constituir a sua victoria. O boato era que em breve extraordinaria um ministerio como os seguintes elementos: Regeneradores, Historicos, progressistas e guerra, marques d'Avila, extrangeiros e obras publicas; Conde de Thomar, reino; Casaes, Justiça; Serpa Caldeira, justiça e via Conde de Paiva Grande, marinha Constituinte assim e gabinete, emaria ordem e cavallaria, que segundo um regenerador conselheiro, deve gritar a gaia á força de chicote, esporas e rodea.

Não nos falta vêr mais nada.

Parece perdida para o governo a eleição de Nunes. Calcula-se em cem o sr. Augusto da Faria, ministerial, será votado pelo de Lamego, historico. Em Villa Verde opõe-se-lhe o sr. Alves Passos, ministerial, o sr. Bramcamp, tambem historico. Os outros circulos os historicos são apoiados pelo governo.

INCENDIOS
Uma criança queimada

No dia 27, pelas 9 horas da manhã, manifestou-se incendio d'um carro que estava carregado de palha junto á do cathedral do Porto. Ao vêr-se ar- alferes reformados Norberto ao deve a extinção do incendio, que por pouco não se communicou á igreja.

No mesmo dia, pelas 11 horas da manhã, houve outro incendio na horta do Calleção, que fica dentro da cidade. O fogo foi ateiado por brincadeira de duas crianças que estavam na casa da horta. Arderam as madeiras, palha, etc. Das chammas foi tirada uma das crianças morta e já carbonisada.

Foi um milagre não arder a desgraçada Leiteira, que fica proximo.

No local do incendio compareceu o destacamento de policia n. 10, sob as ordens d'um ministerio.

É certa a victoria ministerial do sr. Dias Ferreira por Aveiro. Por Argonil propõe-se o sr. Wanzeller.

Já foi approvado o orçamento da camara municipal de Lisboa.

Na quinta feira foi grande o numero de pessoas que se dirigiu ao caminho Oriental para visitar as obras que se constroem na ermida de S. Pedro. Disse-nos porém, que o se achabilitado para ser aberta ver. Tambem nos disem que ha mais de uma pessoa que presta o seu juizo para abertura ao publico, e que a ver-se entulho já devam entrar brevemente os carros.

Julgo se curta a eleição do sr. Rodrigues de Freitas pelo Porto. A cidade do invicta deu-nos uma esta eleição com a do sr. Paiva Brasa.

Está já concluida a ponte de Valongo, que faz parte do 1.° lanço da 4.ª secção da construcção da estrada real de Villa Real a Bragança. Esta obra importou em 6:800$850 réis.

Para assistir ao concurso de estado e dar direcção aos ministros, veio hontem a Lisboa sua magestade. Ta vez que só ámanhã voltará hoje para Cintra.

Vão ser ferradas por quatro ferreiros portuguezes de 75 metros de altura, o corpo central da gal-via das *Arcos* de S. Bento das quaes haverá nove bicos. Alem. Just Maria Eugenio se deve ser grandiosa obra.

Calcula-se que os trabalhos só estarão concluidos d'aqui a tres annos.

Succedeu-se no Porto com um dos filhos do pianista ao coração e o. Dellim de Sousa Oliveira, aqui antes de mattinha. Não quiz fazer os motivos que o levaram á tal resolução.

Tenemos presente mais carta de Montemor, que tornava conhecida a seguinte o procedimento do escrivão de fazenda e administrador do concelho, que andam em correrias pelas freguezias do campo acompanhados de um commissario de modernas data, amarrando os povos. Eis procedimento denuncia fraqueza e prova que a eleição do circulo de Evora é perdida para o governo. Aos povos advertimos do que se não deixem amedrontar, pois que aquellas tenções não podem prevalecer absolutamente, e o castigo dos tyrannos mais cedo ou mais tarde lhe ha-de chegar. Resjam as eleitores porque a lei está pelo seu lado. E porque não tem tal apoio magico, que abata aos opressores.

O secretario do collegio *Instituto Civilisador* do sr. Bivar e proprietario e sr. João Chrisostomo do Valle, tambem se para a rua de S. Julião (vulgo dos Algibebes) n.° 5, 2.° proximo á rua da Padaria, as familias residentes naquelles circumvisinhos que os pretendam. Aquelle se recommenda aos Lisbonenses, cujos resultados uns são os mais satisfactorios, um não pequeno preço de annuncio.

Estros arribado ao Tejo, com ava ria na ambulancia, o vapor inglez Great ensaze que de Cette la para Bona. E da força de 50 cavallos.

A camara, sob proposta do sr. dr. Alves, auctorisou a Soldana de Cascaria no assigo bocca do Estrella. Bodes, hoje denominado da Boa Vista.

Estiveram muito concorridos os saloes dos banhos do hotel Boulevard do Tejo. Grande, na quarta e quinta feira. Não perturbou a alegria d'aquellas diversões. Compareceram illustres philarmonicas.

O sr. Antonio José de Sousa provocou a vaia candidatura pelo circulo de Pole e Gloricio de Basto.

Entrou ante hontem o novo hotel no tejo vapor inglez *Ronda*, vindo das costas da Africa occidental com 16 passageiros e 5 mortos. Estave impedido.

Amanhã prosperece o bello drama *Joanna*, o *Rivida* em D. Maria. Hoje é o ensaio geral.

Assassinios

Foi tomada a noute de S. João para o districto de Aveiro, segundo nesta o *Campeão das Provincias*, folha d'aquella cidade.

Em Oja de Ribeira divertiam-se muito de uma fogueira alguns mancebos, quando ella que um soldado do prior d'aquella freguezia, regar de 18 annos, embriagado e um pouco. Gomes parece, ou que estavam, a grac- pois o vento-o tinha, e como ella não responderam, este de entre a turma em cima de si-ver, e por brincadeira, segundo disse, atira-lhe uma pancada com um pau; tal foi ella, que o pobre moço caiu, foi levado para casa seus paes onde pelas espancador, e no outro dia combinam-o para a enterrar.

O agressor evadiu-se.

Ha mo-ma noite accendeu no Mar, uma industria assas-tinuto.

Alguns rapazes andavam passeiando ás, e, ao chegarem junto de uma fogueira divertiram-se pelos mesmo, e quando reconhecem o seu, foram atacados pelos mesmos, que a tiros, que feria 19 annos, caiu logo morto, um mancebo de nome Antonio José Gomes, de 20 annos, filho de lavrador, e ficou gravemente ferido o seu companheiro.

Tambem na noite de 5 João ao que uma fogueira fumaceava em Arada, uma chama saltou e ao mesmo tempo rebentou uma grande girandola. Um dos rapazes, de nome Antonio Ferreira, de 17 annos, foi logo cadaver.

Assassinos ainda não houve tantos como nesta noite.

Assassinios

Foi tomada a noute de S. João para o districto de Aveiro, segundo nesta o *Campeão das Provincias*, folha d'aquella cidade.

Em Oja de Ribeira divertiam-se muito de uma fogueira alguns mancebos, quando ella que um soldado do prior d'aquella freguezia, regar de 18 annos, embriagado e um pouco. Gomes parece, ou que estavam, a grac- pois o vento-o tinha, e como ella não responderam, este de entre a turma em cima de si-ver, e por brincadeira, segundo disse, atira-lhe uma pancada com um pau; tal foi ella, que o pobre moço caiu, foi levado para casa seus paes onde pelas espancador, e no outro dia combinam-o para a enterrar.

O agressor evadiu-se.

Ha mo-ma noite accendeu no Mar, uma industria assas-tinuto.

Alguns rapazes andavam passeiando ás, e, ao chegarem junto de uma fogueira divertiram-se pelos mesmo, e quando reconhecem o seu, foram atacados pelos mesmos, que a tiros, que feria 19 annos, caiu logo morto, um mancebo de nome Antonio José Gomes, de 20 annos, filho de lavrador, e ficou gravemente ferido o seu companheiro.

Tambem na noite de 5 João ao que uma fogueira fumaceava em Arada, uma chama saltou e ao mesmo tempo rebentou uma grande girandola. Um dos rapazes, de nome Antonio Ferreira, de 17 annos, foi logo cadaver.

Assassinos ainda não houve tantos como nesta noite.

Cartas parisienses

Escrevem de Paris:

O acontecimento do dia é sem contesta Luiz Blanc apresentou-se no Assembléa nacional. O sr. Luiz Blanc, segundo o que parece dizer-se o eleito e a Turbigo, dos *republicanos moderados* por haver sido um dos ministros republicanos de 1848. Os chimas acabam-se em varios reflexões, um dif-ceiro commissão-chefe que republicanos fundador em Paris. Gambetta, diz o sr. Luiz Blanc, procurar o cubo tranquillo e honrosamente do governo da nova republica que não tinha os elementos precisos para o exercer, e a mesma falta republicana com todas as maneiras do partido desde o radicalismo do *Avenir Nacional* e do *Rappel*, Quarenta e tres abbreviações constituem o Diario Nacional e do Tempo. Não que a victoria dos republicanos em Paris seja duvidosa; a duvida das intrigas e manejos de reacção monarchica, tem mais probabilidades de triumpho segundo que os reaccionarios todos juntos; mas para que a mais simples duvida importaria uma grande desgraça, é necessario que a votação seja quasi unanime, que a maioria vença por uma enorme maioria.

Ora para obter este resultado nada, cujo effeito será importante, é preciso que os republicanos se reunam todos em volta do nome de Thiers.

São numerosos, nestes ultimos dias, os actos que a presidencia do sr. Bousard a principio que o exercicio de seu governo se assente, resolvesse a uma das suas ultimas deste acordar e arrear o espirito republicano. Este pompeo a salvador-se com as outras commissões eleitoraes, a acceitar qualquer transacção final, mas vago, que fosse, isso pronunciar fazer vencer na luta definitiva os seus candidatos mais notaveis.

No que todos estão de accordo é na necessidade evidente de não levar a luta ao nosso conhecimento os mesmos republicanos moderados. O sr. Luiz Blanc prova, na verdade, que os republicanos moderados por mais que se chamem assim e se intitulem republicanos, não são mais do que republicanos de occasião, que só o são porque não podem ser outra coisa, e que, logo que o momento favoravel chegue, não hesitarão em atraiçoar a republica, como atraiçoaram a monarchia.

Cartas de Paris.

Escrevem de Paris:

O acontecimento do dia é sem contesta Luiz Blanc apresentou-se no Assembléa nacional. O sr. Luiz Blanc, segundo o que parece dizer-se o eleito e a Turbigo, dos *republicanos moderados* por haver sido um dos ministros republicanos de 1848. Os chimas acabam-se em varios reflexões, um dif-ceiro commissão-chefe que republicanos fundador em Paris. Gambetta, diz o sr. Luiz Blanc, procurar o cubo tranquillo e honrosamente do governo da nova republica que não tinha os elementos precisos para o exercer, e a mesma falta republicana com todas as maneiras do partido desde o radicalismo do *Avenir Nacional* e do *Rappel*, Quarenta e tres abbreviações constituem o Diario Nacional e do Tempo. Não que a victoria dos republicanos em Paris seja duvidosa; a duvida das intrigas e manejos de reacção monarchica, tem mais probabilidades de triumpho segundo que os reaccionarios todos juntos; mas para que a mais simples duvida importaria uma grande desgraça, é necessario que a votação seja quasi unanime, que a maioria vença por uma enorme maioria.

Ora para obter este resultado nada, cujo effeito será importante, é preciso que os republicanos se reunam todos em volta do nome de Thiers.

São numerosos, nestes ultimos dias, os actos que a presidencia do sr. Bousard a principio que o exercicio de seu governo se assente, resolvesse a uma das suas ultimas deste acordar e arrear o espirito republicano. Este pompeo a salvador-se com as outras commissões eleitoraes, a acceitar qualquer transacção final, mas vago, que fosse, isso pronunciar fazer vencer na luta definitiva os seus candidatos mais notaveis.

No que todos estão de accordo é na necessidade evidente de não levar a luta ao nosso conhecimento os mesmos republicanos moderados. O sr. Luiz Blanc prova, na verdade, que os republicanos moderados por mais que se chamem assim e se intitulem republicanos, não são mais do que republicanos de occasião, que só o são porque não podem ser outra coisa, e que, logo que o momento favoravel chegue, não hesitarão em atraiçoar a republica, como atraiçoaram a monarchia.

A campanha bonapartista cada vez se accentua e avoluma mais. O *Pays* o *Journal* publica uma carta do banqueiro Fould, em que o ex-ministro de Napoleão III, como chefe dos republicanos mais intransigentes, faz a apologia do regimen mais absoluto que tem existido em França, e a propaganda em favor do principe Napoleão.

Tem-se dito e escripto muitas vezes que a victoria dos republicanos em Paris seja duvidosa; a duvida das intrigas e manejos de reacção monarchica, tem mais probabilidades de triumpho segundo que os reaccionarios todos juntos; mas para que a mais simples duvida importaria uma grande desgraça, é necessario que a votação seja quasi unanime, que a maioria vença por uma enorme maioria.

Ora para obter este resultado nada, cujo effeito será importante, é preciso que os republicanos se reunam todos em volta do nome de Thiers.

São numerosos, nestes ultimos dias, os actos que a presidencia do sr. Bousard a principio que o exercicio de seu governo se assente, resolvesse a uma das suas ultimas deste acordar e arrear o espirito republicano. Este pompeo a salvador-se com as outras commissões eleitoraes, a acceitar qualquer transacção final, mas vago, que fosse, isso pronunciar fazer vencer na luta definitiva os seus candidatos mais notaveis.

No que todos estão de accordo é na necessidade evidente de não levar a luta ao nosso conhecimento os mesmos republicanos moderados. O sr. Luiz Blanc prova, na verdade, que os republicanos moderados por mais que se chamem assim e se intitulem republicanos, não são mais do que republicanos de occasião, que só o são porque não podem ser outra coisa, e que, logo que o momento favoravel chegue, não hesitarão em atraiçoar a republica, como atraiçoaram a monarchia.

A campanha bonapartista cada vez se accentua e avoluma mais. O *Pays* o *Journal* publica uma carta do banqueiro Fould, em que o ex-ministro de Napoleão III, como chefe dos republicanos mais intransigentes, faz a apologia do regimen mais absoluto que tem existido em França, e a propaganda em favor do principe Napoleão.

Tem-se dito e escripto muitas vezes que a victoria dos republicanos em Paris seja duvidosa; a duvida das intrigas e manejos de reacção monarchica, tem mais probabilidades de triumpho segundo que os reaccionarios todos juntos; mas para que a mais simples duvida importaria uma grande desgraça, é necessario que a votação seja quasi unanime, que a maioria vença por uma enorme maioria.

Ora para obter este resultado nada, cujo effeito será importante, é preciso que os republicanos se reunam todos em volta do nome de Thiers.

São numerosos, nestes ultimos dias, os actos que a presidencia do sr. Bousard a principio que o exercicio de seu governo se assente, resolvesse a uma das suas ultimas deste acordar e arrear o espirito republicano. Este pompeo a salvador-se com as outras commissões eleitoraes, a acceitar qualquer transacção final, mas vago, que fosse, isso pronunciar fazer vencer na luta definitiva os seus candidatos mais notaveis.

No que todos estão de accordo é na necessidade evidente de não levar a luta ao nosso conhecimento os mesmos republicanos moderados. O sr. Luiz Blanc prova, na verdade, que os republicanos moderados por mais que se chamem assim e se intitulem republicanos, não são mais do que republicanos de occasião, que só o são porque não podem ser outra coisa, e que, logo que o momento favoravel chegue, não hesitarão em atraiçoar a republica, como atraiçoaram a monarchia.

A campanha bonapartista cada vez se accentua e avoluma mais. O *Pays* o *Journal* publica uma carta do banqueiro Fould, em que o ex-ministro de Napoleão III, como chefe dos republicanos mais intransigentes, faz a apologia do regimen mais absoluto que tem existido em França, e a propaganda em favor do principe Napoleão.

Tem-se dito e escripto muitas vezes que a victoria dos republicanos em Paris seja duvidosa; a duvida das intrigas e manejos de reacção monarchica, tem mais probabilidades de triumpho segundo que os reaccionarios todos juntos; mas para que a mais simples duvida importaria uma grande desgraça, é necessario que a votação seja quasi unanime, que a maioria vença por uma enorme maioria.

Ora para obter este resultado nada, cujo effeito será importante, é preciso que os republicanos se reunam todos em volta do nome de Thiers.

São numerosos, nestes ultimos dias, os actos que a presidencia do sr. Bousard a principio que o exercicio de seu governo se assente, resolvesse a uma das suas ultimas deste acordar e arrear o espirito republicano. Este pompeo a salvador-se com as outras commissões eleitoraes, a acceitar qualquer transacção final, mas vago, que fosse, isso pronunciar fazer vencer na luta definitiva os seus candidatos mais notaveis.

No que todos estão de accordo é na necessidade evidente de não levar a luta ao nosso conhecimento os mesmos republicanos moderados. O sr. Luiz Blanc prova, na verdade, que os republicanos moderados por mais que se chamem assim e se intitulem republicanos, não são mais do que republicanos de occasião, que só o são porque não podem ser outra coisa, e que, logo que o momento favoravel chegue, não hesitarão em atraiçoar a republica, como atraiçoaram a monarchia.

A campanha bonapartista cada vez se accentua e avoluma mais. O *Pays* o *Journal* publica uma carta do banqueiro Fould, em que o ex-ministro de Napoleão III, como chefe dos republicanos mais intransigentes, faz a apologia do regimen mais absoluto que tem existido em França, e a propaganda em favor do principe Napoleão.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 4.99 – *O Diário Popular*, 1 jul., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

O sr. Adolfo Coelho pede-nos a inserção da seguinte carta:

A minha conferência sobre o Ensino no Cassino Lisbonense excitou da parte de alguns membros da imprensa periódica a publicação de alguns artigos, de pequenas dimensões, tendentes a destruírem o efeito produzido pela minha crítica da instrução publica em Portugal, que constituía uma das partes daquela conferência. Esses artigos não examinam nem os fundamentos filosóficos assentes a primeira parte da conferência, e sobre as quais se fundava a minha crítica, nem tão pouco analisam os documentos que apresentei para fundamentar as minhas opiniões: limitam-se as asserções gerais e declamatórias, por vez sem estilo da *Besta esfolada,* pouco mais ou menos tendentes todos a deprimir-me pessoalmente e, diga-se a palavra, a ridicularizar-me. Apenas um desses jornais se referiu a um dos documentos por mim apresentados e a um compêndio de que falei. A resposta ao que nesse jornal se diz sabe a quem, tendo me ouvido no Cassino, não perdeu da memória as palavras que pronunciei; tê-la-á quem ler a minha conferência depois de publicada pela impressão.

Agora tenho que dizer aos jornais que por essa forma se tem ocupado de mim o seguinte:

1º Que lastimo sinceramente que esses membros da imprensa periódica lancem mão de tais membros da imprensa periódica lancem mão de tais meios para destruir a influência que, porventura, pode exercer a minha conferência, em vez de tentarem fazer dela uma análise sisuda, embora animada pelo fogo da paixão, que a natureza humana dificilmente acalma;

2º Que lastimo não respeitem o que não compreendem, ou não querem compreender;

3º Que conheço assaz as coisas e os homens do meu país para ignorar que a minha conferência era uma declaração de guerra contra uma classe numerosa e influente, que devia naturalmente valer-se contra mim das armas de que se valeu já e há de continuar a valer-se impunimente, por ter a seu favor a grande maioria;

4º Que creio firmemente, que essa grande maioria me há de julgar exatamente do mesmo modo que eles membros da imprensa periódica, me julgaram;

5º Que o meu fim não é aplauso, aliás seguiria a estrada batida e conhecida, mas pelo contrário conto com as censuras acerbas, as insolências grosseiras e até com pior do que isso;

6º Que cada um dos artigos a que me referi são outras tantas provas da verdade das minhas asserções e da legitimidade da minha empresa. Provas de que a seu tempo me servirei;

7º Que não compreendo, por estar inteiramente fora do alcance de suas ideias, o meu fim, não podem eles compreender nem apreciar os meios de que me sirvo;

8º Que me é perfeitamente indiferente que eles e a opinião da grande maioria me considerem vencido, esmagado, ainda que me é perfeitamente indiferente que seja realmente esmagado;

9º Que tenho do meu lado uma pequena minoria, que me basta, e que ainda que a não tivesse não desistiria da minha obra.

Lisboa, 28 de junho de 1871.

F. Adolfo Coelho.

5
Protestos/repercussão – Sobre a proibição das Conferências – junho/setembro de 1871

Tabela 12 – Protestos/repercussão sobre a proibição das Conferências – junho/setembro de 1871

Nº de textos	Jornal	Nº do periódico	Ano	Mês	Dia	Página
1	*Diário do Governo* –parecer de Martens Ferrão, procurador geral da Coroa	181	1871	Agosto	14	5-6
2	*Diário do Governo* – portaria do marquês de Ávila e Bolama, ministro do Reino	141	1871	Junho	27	1
3	*As Farpas* (revista) – "crônica" – crítica à proibição das conferências	2	1871	Junho	2	76-80
5	*O Partido Constituinte* – jornal se posiciona contra a proibição do governo, marquês de Ávila e Bolama	54	1º	Junho	6	2
6	*O Diário Popular* – comenta sobre o jornal *O Alfageme*, cujo redator, Guilherme de Azevedo, era um dos promotores das conferências	1.667	6º	Junho	7	2
7	*O Diário Popular* Texto 1 – Protesto assinado por Adolfo Coelho, Antero de Quental, Jaime Batalha Reis, Salomão Sáragga e Eça de Queirós e mais 49 pessoas; texto 2 – Carta de Salomão Sáragga (que iria fazer a 6ª conferência)	1.683	6º	Junho	27	1

Nº de textos	Jornal	Nº do periódico	Ano	Mês	Dia	Página
8	*Diário de Notícias* – informa sobre a proibição das conferências em 26 de junho	1.965	7º	Junho	27	1
9	*A Revolução de Setembro* – comenta que o *Diário de Notícias* achou que a proibição das conferências foi digna	8.708	XXXII	Junho	27	2
10	*A Revolução de Setembro* – notícias detalhadas sobre como se deu a proibição das conferências	8.709	XXXII	Junho	28	2
11	*Jornal do Comércio* – Texto 1 – Sobre a proibição das conferências à luz dos políticos portugueses; texto 2 – Sobre o ensino superior português – 5ª conferência	5299	18º	Junho	28	1
12	*O Partido Constituinte* – critica a proibição das conferências	69	1	Junho	28	1
13	*Jornal da Noite* – Texto 1 – Posição do jornal em relação à proibição das conferências; texto 2 – Sobre a portaria que proibiu as Conferências Democráticas	152	1	Junho	28-29	1
14	*O Partido Constituinte* – reflexões sobre as conferências e a proibição	70	1	Junho	29	1
15	*Diário de Notícias* – a visão de outros jornais sobre a proibição das Conferências do Cassino	1.967	7º	Junho	29	1
16	*Jornal da Noite* – comenta a opinião do jornal do Porto, *Primeiro de Janeiro,* sobre a proibição das conferências	153	1º	Junho	29 e 30	2 – assinado por Pinheiro Chagas
17	Opúsculo – "Carta ao exmo. sr. marquês de Ávila e Bolama" (carta de Jaime Batalha Reis)	–	–	Junho	30	–
18	Opúsculo – "Ao exmo. sr. António José d'Ávila, marquês d'Ávila, presidente do Conselho de Ministros" (carta de Antero de Quental)	–	–	Junho	30	–

Nº de textos	Jornal	Nº do periódico	Ano	Mês	Dia	Página
19	*Jornal da Noite* – Texto 1 – Assinado por Pinheiro Chagas, critica as Conferências e apoia o governo; texto 2 – Comenta sobre o jornal *O Alfageme* (da cidade de Santarém), cujo redator, Guilherme de Azevedo, é um dos promotores das conferências	154	1º	Junho/ Julho	30-1	1
20	*Jornal do Comércio* – protesto contra as Conferências assinado por Manuel de Arriaga, Augusto Fuschini, Germano Meireles e Teófilo Braga	5.301	18º	Julho	1	1-2
21	*O Diário Popular* – carta de Adolfo Coelho acerca de sua conferência "O Ensino" (5ª conferência)	1.686	6º	Julho	1	2
22	*Diário de Notícias* – Manuel de Arriaga, Augusto Fuschini, Teófilo Braga, Germano V. Meireles assinam um protesto contra a proibição das conferências, assim como Guilherme de Azevedo, redator de *O Alfageme*	1.968	7º	Julho	1	2
23	*A Revolução de Setembro* – publica a mesma notícia do item anterior	8.712	XXXII	Julho	2	2
24	*Jornal do Comércio* – comenta sobre o folhetim do *Jornal da Noite* (29-30 jun.)	5.302	18º	Julho	2	1
25	*A Revolução de Setembro* – informa que a carta escrita por Antero de Quental ao marquês de Ávila, publicada em 30 jun., está quase esgotada.	8.713	XXXII	Julho	4	1
26	*A Nação* – comenta sobre o conteúdo das 5 Conferências, com mais detalhes daquela que seria a 6ª, de Salomão Sáragga	7.020	XXIII	Julho	4	1-2
27	*Diário de Notícias* – folhetim, assinado por Pinheiro Chagas, comenta sobre a burguesia e o proletariado	1.970	7º	Julho	5	1

Nº de textos	Jornal	Nº do periódico	Ano	Mês	Dia	Página
28	*A Berlinda – 7ª página – feita por Rafael* Bordalo Pinheiro. Jornal com sete folhas avulsas. Charge original com 30 quadros e a respectiva adaptação didática, comentando o contexto social e o conteúdo das conferências	–	–	Julho	5	–
29	*A Revolução de Setembro* – carta de Eça de Queirós e Salomão Sáragga dirigida a Jaime Batalha Reis	8.715	XXXII	Julho	6	2
30	*O Diário Popular* – publica a mesma notícia do item anterior	1.691	6º	Julho	6	1
31	*Diário de Notícias* – Texto 1 – Informa que recebeu *A Berlinda* (item 5.28); texto 2 – Carta de Pinheiro Chagas – notícia já publicada (item 5.29 e 5.30)	1.973	7ª	Julho	6	2
32	*Jornal da Noite* – Texto 1 – Informa que J. Batalha Reis e Antero de Quental requereram processo como sendo responsáveis pelas Conferências do Cassino; texto 2 – Informa que *O Diário Popular* comenta as ações do marquês de Ávila	160	1ª	Julho	7-8	2
33	*O Diário Popular* – declaração/protesto de Augusto Soromenho sobre sua participação nas Conferências	1.693	6º	Julho	8	2
34	*Jornal do Comércio* – o mesmo conteúdo do item anterior	5.307	18º	Julho	8	1
35	*Jornal da Noite* – Texto 1 – Conferências Democráticas – o mesmo conteúdo do item 5.34 e 5.33; texto 2 – Carta de Antero de Quental sobre a questão do nome do marquês de Ávila/Villa	161	1ª	Julho	8-9	2
36	*Diário de Notícias* – A. Soromenho informa que adere aos protestos dos colegas conferencistas	1.976	7º	Julho	9	1

Nº de textos	Jornal	Nº do periódico	Ano	Mês	Dia	Página
37	*Jornal da Noite* – informa que recebeu um documento (certidão de nascimento) que esclarece o sobrenome do marquês de Ávila	163	1º	Julho	11-12	2
38	*Jornal do Comércio* – Texto 1 – Carta assinada por "Veritas" – questões políticas a respeito de Pinheiro Chagas, bispo de Vizeu e Saraiva de Carvalho; texto 2 – o mesmo conteúdo do item 5.37	5.310	18º	Julho	12	1
39	*O Diário Popular* – carta/pedido de Antero de Quental e J. Batalha Reis para publicação da carta de Oliveira Martins, em que este declara que apoia os protestos contra a proibição das Conferências	1.698	6º	Julho	13	2
40	*Jornal do Comércio* – comenta as causas da decadência de Portugal – (assunto da 2ª conferência)	5.312	18º	Julho	14	1
41	Opúsculo – *A supressão das Conferências do Casino* – Alexandre Herculano	–	–	–	–	–
42	*Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa* – discurso do deputado Pinheiro Chagas	92	–	Setembro	6	648-653
43	*Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa* – discurso do deputado Rodrigo de Freitas e aparte do deputado Pinheiro Chagas	93 Suplemento 9.352	–	Setembro	8	689-693

5.1 Nota Prévia

Neste item divulgaremos as matérias/textos que repercutem os protestos feitos contra a portaria do ministro do Reino, marquês de Ávila e Bolama, editada dia 26 junho e pregada na porta do Cassino Lisbonense onde

estavam sendo realizadas as conferências. Essa portaria foi colocada poucas horas antes do início da sexta conferência, que seria "Os Historiadores Críticos de Jesus", de Salomão Sáragga. A portaria que proibiu a realização da sexta à décima conferências foi publicada no jornal *Diário do Governo* em 27 junho de 1871 (n. 141, p.1).

Desse conteúdo, temos um capítulo do livro *História das Conferências do Casino (1871)*, "A proibição das conferências" (p.105-128), de António Salgado Júnior. O autor faz um resumo dos principais conteúdos publicados nos vários jornais.

Reforçamos o ineditismo da divulgação destes textos, representados neste item 5, e as imagens digitalizadas desses periódicos e a oportunidade das pessoas lerem o que apenas era um resumo. É uma oportunidade de estudos a partir das fontes primárias/originais.

Reiteramos que não é nosso objetivo, nesse momento, fazermos uma crítica/comentário a respeito.

Essas matérias/protesto estão colocadas em ordem cronológica a partir de 27 junho, seguem em julho e vão até início de setembro, data do discurso de Pinheiro Chagas e também do término do ministério de Ávila e Bolama.

Nesta parte, continuamos com o mesmo procedimento de apresentação das matérias dos jornais: primeiro aparece a imagem impressa do periódico, com uma borda preta ao redor do conteúdo de interesse; a seguir, a matéria digitada com ortografia atualizada conforme lei de 1990 e de 2016 (Acordo Ortográfico de padronização da língua portuguesa).

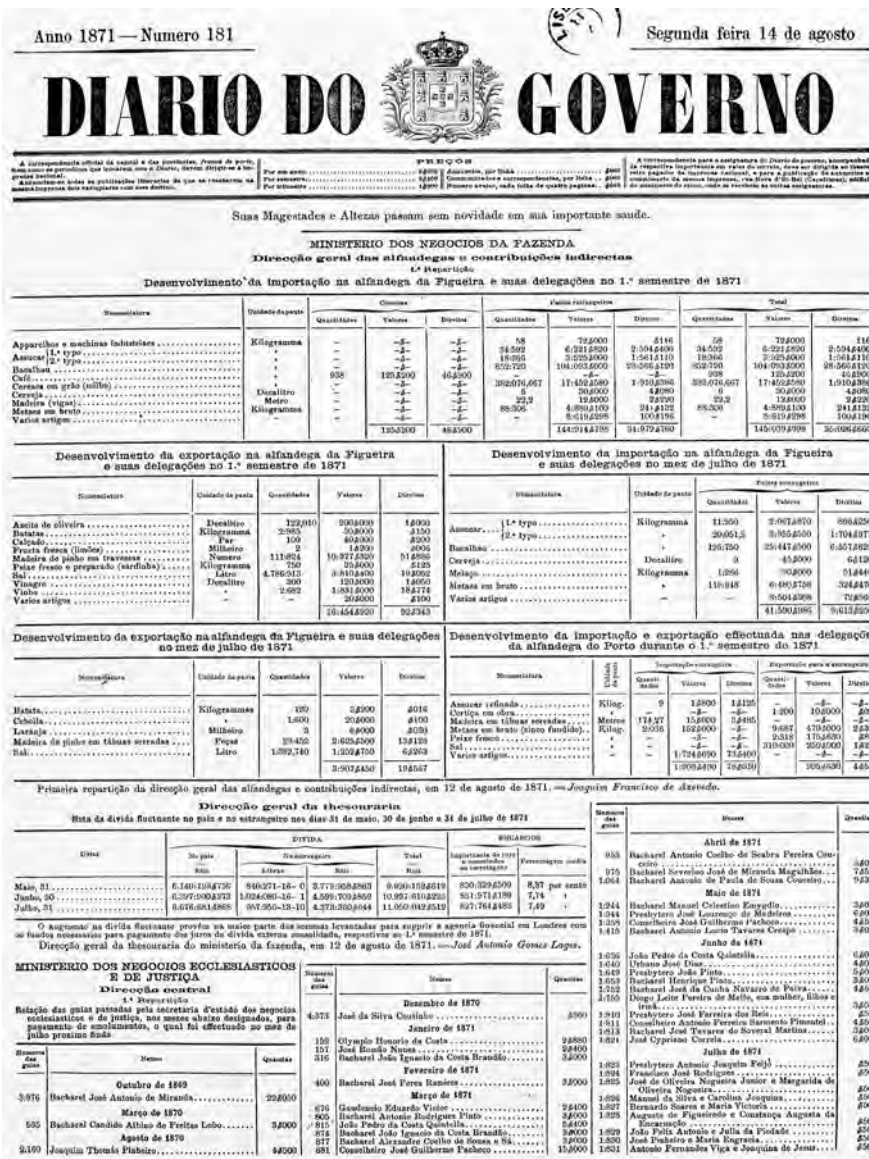
Em alguns jornais aparecem o título do jornal e a numeração "texto 1", "texto 2". Isso significa que há duas matérias de interesse no mesmo dia, do mesmo jornal. Por exemplo, *Diário de Notícias* – 6 de julho – texto 1; texto 2.

Há alguns textos que não foram publicados em jornais. Foram publicados em opúsculos/brochuras. Estão assinalados no Sumário.

O objetivo do destaque dado a estas matérias de protesto configura-se como uma outra oportunidade/reflexão de rever o conteúdo das conferências, com avaliação crítica do órgão de publicação e respectivos autores das matérias; a repercussão e movimentação da sociedade lisboeta/escritores ante esse acontecimento.

5.2 *Diário do Governo* – Parecer de Martens Ferrão, procurador geral da Coroa – editado em 23 de junho; publicado em 14 de agosto

Figura 5.1 – *Diário do Governo*, 14 ago., p.1



Anno 1871 — Numero 181

Segunda feira 14 de agosto

DIARIO DO GOVERNO

PREÇOS

Suas Magestades e Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas

1.ª Repartição

Desenvolvimento da importação na alfandega da Figueira e suas delegações no 1.º semestre de 1871

Desenvolvimento da exportação na alfandega da Figueira e suas delegações no 1.º semestre de 1871

Desenvolvimento da importação na alfandega da Figueira e suas delegações no mez de julho de 1871

Desenvolvimento da exportação na alfandega da Figueira e suas delegações no mez de julho de 1871

Desenvolvimento da importação e exportação effectuada nas delegações da alfandega do Porto durante o 1.º semestre de 1871

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 12 de agosto de 1871. — *Joaquim Francisco de Azevedo.*

Direcção geral da thesouraria

Nota da divida fluctuante no paiz e no estrangeiro nos dias 31 de maio, 30 de junho e 31 de julho de 1871

O augmento na divida fluctuante provém na maior parte das sommas levantadas para suprir a agencia financial em Londres com os fundos necessarios para pagamento dos juros da divida externa consolidada, respectivos ao 1.º semestre de 1871.

Direcção geral da thesouraria do ministerio da fazenda, em 12 de agosto de 1871. — *José Antonio Gomes Lages.*

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

Direcção central

1.ª Repartição

Relação das guias passadas pela secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, nos mezes abaixo designados, para pagamento de emolumentos, o qual foi effectuado no mez de julho proximo findo

Outubro de 1869

Março de 1870

Agosto de 1870

Desembro de 1870

Janeiro de 1871

Fevereiro de 1871

Março de 1871

Abril de 1871

Maio de 1871

Junho de 1871

Julho de 1871

Figura 5.2 – *Diário do Governo*, 14 ago., p.4

1068

Boletim dos preços correntes de fundos publicos, titulos de divida publica sem juro, e de acções de bancos e de companhias, em 12 de agosto de 1871

PAPEIS DE CREDITO PUBLICO

Fundos publicos	Papel	Effectuado
Inscripções de assentamento de 3 por cento (juro pago até fim do 1.º semestre de 1871)	37	–
Inscripções com coupons (idem)	37	–
Inscripções de 100$000 réis (idem)	37,25	–
Titulos de divida publica sem juro	Papel	
Titulos de divida publica (antigos)	–	–
Ditos novos	–	–
Ditos das tres operações	–	–
Papel-moeda	2	6

CURSO DOS CAMBIOS

Praças	Prazo	Equivalentes	Cambios
Londres	30 d. v.	1$000 réis	–
	60 d. v.	» »	–
	90 d. d.	» »	–
Paris	100 d. d.	3 francos	–
Hamburgo	3 m. d.	1$000 réis	–
Amsterdam	3 m. d.	16$000 réis	–
Genova	3 m. d.	3 liras novas	–
Vienna	3 m. d.	1 florim	–
Trieste	3 m. d.	1 florim	–
Napoles	3 m. d.	3 liras novas	–
Madrid	8 d. v.	1 peso forte	–
Cadix	8 d. v.	1 peso forte	–
Porto	8 d. v.		–

ACÇÕES DE BANCOS E DE COMPANHIAS

	Designação das acções	Numero das que perfazem a totalidade do capital	Valor nominal de cada uma acção	Quantas acções estão já emittidas	Desembolso	Preços cotados		Ultimo dividendo pago
Bancos	de Portugal (titulos de cinco acções)	16:000	500$000	todas	500$000	P. 430$000	–$–	1.º semestre de 1871
	nacional ultramarino	24:000	90$000	»	90$000	P. 88$000	–$–	Idem
	lusitano	20:414	100$000	»	100$000	P. 103$000	–$–	Idem
	Companhia geral de credito predial portuguez	40:000	90$000	»	9$000	P. 15$000	–$–	Anno de 1870
	commercial do Porto	10:000	200$000	»	200$000	–$–	–$–	1.º semestre de 1871
	mercantil portuense	7:500	200$000	»	200$000	–$–	–$–	Idem
	alliança	40:000	100$000	»	60$000	–$–	–$–	Idem
	Nova companhia utilidade publica	20:000	100$000	»	100$000	–$–	–$–	Idem
	união	80:000	100$000	»	100$000	–$–	–$–	Idem
	do Minho	6:000	100$000	»	100$000	–$–	–$–	Idem
Companhias	das lezirias do Tejo e Sado	4:000	500$000	»	500$000	–$–	–$–	Anno de 1870
	de seguros bonança (titulos de cinco acções)	1:568	1:000$000	»	60$000	–$–	–$–	Idem
	de seguros fidelidade	1:344	1:000$000	»	50$000	–$–	–$–	Idem
	de seguros segurança do Porto	1:000	1:000$000	»	90$000	–$–	–$–	Até 30 de junho de 1871
	de seguros garantia	1:000	1:000$000	»	60$000	–$–	–$–	Idem
	de fiação e tecidos lisbonense	5:000	100$000	»	100$000	P. 61$000	–$–	Anno de 1870
	de fiação e tecidos de Torres Novas	4:000	100$000	1:998	50$000	–$–	–$–	Idem
	de lanificios de Portalegre	2:000	100$000	1:460	100$000	–$–	–$–	2.º semestre de 1866
	de lanificios de Arrentella	4:000	100$000	todas	50$000	–$–	–$–	
	de algodões de Xabregas	750	200$000	»	200$000	–$–	–$–	Anno de 1870
	lisbonense de illuminação a gaz	16:000	50$000	»	50$000	–$–	–$–	1.º semestre de 1871
	portuense de illuminação a gaz	8:000	50$000	»	50$000	–$–	–$–	Idem
	conimbricense de illuminação a gaz	4:000	25$000	»	25$000	–$–	–$–	1.º semestre de 1862
	dos canaes de Azambuja	1:600	150$000	»	150$000	–$–	–$–	2.º semestre de 1860
	Lusitania de navegação a vapor	400	550$000	»	550$000	–$–	–$–	2.º semestre de 1863
	de carruagens omnibus	600	100$000	400	100$000	–$–	–$–	Anno de 1861
	de carruagens lisbonenses	5:000	10$000	todas	10$000	–$–	–$–	Anno de 1870
	de papel de Alemquer	60	1:000$000	»	1:000$000	–$–	–$–	Anno de 1868
	perseverança	800	200$000	»	200$000	–$–	–$–	Anno de 1870
	real dos caminhos de ferro portuguezes	70:000	90$000	»	90$000	–$–	–$–	2.º semestre de 1865
	união fabril	1:000	200$000	»	200$000	–$–	–$–	
	de mineração transtagana	6:000	50$000	»	40$500	P. 40$000	–$–	
	da mina da Tulhadella	10:000	50$000	1:445	45$000	P. 40$000	–$–	
	da mina da Azambujeira	–	50$000	todas	35$000	–$–	–$–	
	Obrigações prediaes de 6 por cento	–	90$000	–	–$–	–$–	–$–	1.º semestre de 1871
	Idem idem de 5 por cento	–	90$000	–	–$–	–$–	–$–	Idem
	Idem da real companhia dos caminhos de ferro portuguezes	60:000	90$000	–	–$–	–$–	–$–	2.º semestre de 1866

N. B. A inicial P. significa papel.

Casa das sessões da camara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 12 de agosto de 1871. = O syndico, *A. G. Lamarão* = Pelo secretario, *A. J. Gomes Neto*, vogal.

Está conforme. — Repartição do commercio e industria, em 12 de agosto de 1871. = Pelo chefe da repartição, *F. A. F. da Mouta e Vasconcellos*.

SECRETARIA DA CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

Em virtude da resolução da camara dos senhores deputados se publica o seguinte

Senhores.— Em 1860 celebrou-se um tratado de commercio e navegação entre a França e a Inglaterra, sobre a base de mutuas reducções nos direitos das alfandegas. A politica commercial inaugurada por estas duas grandes potencias, foi successivamente adoptada por quasi todas as nações da Europa, que reformaram as suas pautas por meio de tratados de commercio. Algumas d'esta nações generalisaram ás pautas convencionaes, outras não.

Em 11 de junho de 1866, concluiu-se um tratado de commercio entre Portugal e a França. Temos actualmente duas pautas, uma convencional, annexa áquelle tratado, e applicavel sómente á importação dos productos de origem franceza, e a outra geral applicavel á importação dos productos dos demais paizes. A applicação d'estas duas pautas complica o expediente das alfandegas, e suscita difficuldades e reclamações que cumpre resolver.

Solicitam, com instancia, algumas nações a negociação de tratados de commercio com Portugal, sobre a base do tratamento da nação mais favorecida, e é indubitavel que nos convem assegurar igual tratamento da parte de todas, e especialmente d'aquellas que ainda não generalisaram o seu regimen convencional, e conservam direitos differenciaes, que prejudicam, nas lutas da concorrencia, os mais valiosos artigos da nossa exportação.

Mas para conceder ou para obter o tratamento da nação mais favorecida nem sempre é indispensavel celebrar tratados especiaes. Estabelecendo o principio da reciprocidade n'uma lei geral, podemos igualar as condições da concorrencia aos nossos productos, nos mercados estrangeiros, sem comtudo alienar nem coarctar de nenhum modo a liberdade de acção dos poderes publicos em materia de direitos de importação, o que aliás póde ter graves inconvenientes, como mostra a recente experiencia da França.

Temos pois, a honra de submetter á vossa apreciação a seguinte:

Proposta de lei

Artigo 1.° São applicaveis aos productos do solo ou da industria de todas as nações os direitos de importação estabelecidos na pauta convencional, annexa ao tratado de 11 de julho de 1866 entre Portugal e a França.

Art. 2.° É o governo auctorisado a exceptuar da disposição do artigo antecedente os productos dos paizes, onde os productos do solo ou da industria de Portugal estiverem sujeitos a direitos differenciaes ou não gosarem do tratamento concedido aos productos similares da nação mais favorecida.

Art. 3.° Fica revogada a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 11 de agosto de 1871.— *Marquez d'Avila e de Bolama* = *Carlos Bento da Silva*.

Ministerio do reino — Direcção geral de administração politica e civil — 3.ª repartição — Copia. — Governo civil do districto de Lisboa — 1.ª repartição, n.° 198 — Ill.mo e ex.mo sr. — Tenho a honra de pedir a attenção de v. ex.ª para o conteúdo na inclusa copia do officio, que recebi hontem do commissario da 2.ª divisão policial, relatando o que se passou na prelecção que na noite de segunda feira ultima (19 do corrente) fez no casino lisbonense no largo da Abegoaria, um individuo chamado Adolpho Coelho.

As doutrinas expendidas sobre o ensino, e as considerações apresentadas sobre os professores de todas as escolas do paiz, parece-me serem em grande parte de uma inconveniencia tal, que se me afigura possivel que v. ex.ª queira tomar sobre o caso alguma providencia.

No *Diario de noticias* de hoje, que incluo tambem, se acha um extrato que em pouco differe da informação do commissario.

Devo dizer a v. ex.ª que para esta prelecção no casino, e para as mais que ultimamente ali tem havido, precederam as formalidades que prescreve o decreto de 15 de junho de 1870 sobre o direito de reunião.

Deus guarde a v. ex.ª Lisboa, 21 de junho de 1871.— Ill.mo e ex.mo sr. ministro e secretario d'estado dos negocios do reino. — Servindo de governador civil, o secretario geral, *Henrique da Gama Barros*.

Está conforme. — Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 3 de agosto de 1871. — *Luiz Antonio Nogueira*, director geral.

Ministerio do reino — Direcção geral de administração politica e civil — 3.ª repartição — Copia. — Governo civil de Lisboa — 1.ª repartição — Copia. — Commissariado da 2.ª divisão — Ill.mo e ex.mo sr. — Cumpre-me, em observancia do que v. ex.ª me determinou, levar ao conhecimento de v. ex.ª que concorreram á prelecção democratica que hontem teve logar no casino lisbonense, cerca de cem pessoas, na sua maioria estudantes dos cursos superiores, e apenas um ou dois jornalistas e uma senhora.

Apresentou-se a orar Adolpho Coelho, e o assumpto de que tratou foi a necessidade de ser reformado o actual methodo de ensino. Foi acre, e por vezes virulento na phrase, mormente todas as vezes que se referiu ao nosso professorado, que taxou de inepto e ignorante, atacando ainda com maior violencia o corpo docente da universidade de Coimbra.

Disse que, provindo do ensino o denominado espirito religioso dos povos, e não se coadunando elle com o espirito scientifico, se estabelece uma luta entre a rasão e a religião, que tolhe o desenvolvimento da sciencia, que não poderá dar-se emquanto no codigo fundamental do estado existir a determinação de ser catholica, apostolica, romana a religião do reino. Censurou todas as reformas de ensino feitas pelos governos da nação, por entender serem ellas acanhadas e mesquinhas; julgou como um desperdicio injustificavel as sommas despendidas, e que actualmente se despendem, com a instrucção publica, visto ella não ter alcance algum para o progresso e prosperidade nacional, e concluiu por aconselhar que se empregue, como propaganda, o ensino particular scientifico, para que este, caminhando desassombrado, possa elevar-se até á altura em que deve subsistir, o que trará então como consequencia immediata a reforma radical e tão necessaria do ensino publico no paiz.

Findo este discurso, não houve a mais leve demonstração de, em sua generalidade, haver sido bem aceito pelo auditorio.

Deus guarde a v. ex.ª Lisboa, 20 de junho de 1871.— Ill.mo e ex.mo sr. governador civil do districto de Lisboa. = O commissario, *Antonio Paulo Rangel*.

Está conforme.— Secretaria do governo civil de Lisboa, em 21 de junho de 1871. = Servindo de secretario geral, o chefe da repartição central, *Pedro José de Oliveira*.

Está conforme. — Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 3 de agosto de 1871. = *Luiz Antonio Nogueira*, director geral.

Ministerio do reino — Direcção geral de administração politica e civil — 3.ª Repartição — Copia. — Urgente — Ill.mo e ex.mo sr. — Encarrega-me o ex.mo ministro do reino de passar ás mãos de v. ex.ª a inclusa correspondencia do governador civil de Lisboa ácerca das doutrinas expendidas sobre o actual methodo de ensino, na prelecção que na noite de 19 do corrente mez fez no casino lisbonense no largo da Abegoaria, um individuo por nome Adolpho Coelho, a fim de que v. ex.ª haja de informar com o seu judicioso parecer, se ha fundamento para adoptar-se algum procedimento com respeito ás doutrinas ali expendidas, e ainda com relação a outras prelecções anteriores, em que se avançaram idéas talvez exageradas e perigosas sobre outros assumptos de muita gravidade.

Deus guarde a v. ex.ª — Ministerio do reino, em 22 de junho de 1871. — Ill.mo e ex.mo sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda. = *Luiz Antonio Nogueira*.

Está conforme. — Ministerio dos negocios do reino, em 3 de agosto de 1871. — *Luiz Antonio Nogueira*, director geral.

Ministerio do reino — Direcção geral de administração politica e civil — 3.ª repartição — Copia. — Tendo chegado ao conhecimento de Sua Magestade El-Rei, por informação do governador civil de Lisboa, e publicações dos jornaes, que no casino lisbonense, no largo da Abegoaria d'esta capital, se celebram reuniões publicas com a denominação de «conferencias», nas quaes se tem feito uma serie de prelecções em que se expõem e procuram sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições politicas do estado, e sendo certo que taes factos alem de constituirem um abuso do direito de reunião, offendem clara e directamente as leis do reino e o codigo fundamental da monarchia, que os poderes publicos têem a seu cargo manter e fazer respeitar: determina o mesmo augusto Senhor, conformando-se com o parecer do conselheiro procurador geral da corôa e fazenda, que o governador civil de Lisboa não consinta as referidas reuniões e conferencias tanto no local em que têem sido celebradas até agora, como em qualquer outro escolhido pelos prelectores, e que para esse fim faça intimar esta resolução ás pessoas que pretenderem celebrar as alludidas reuniões, e aos donos das casas para onde essas reuniões forem convocadas, sob pena de se proceder contra os transgressores na conformidade das leis. Paço, em 26 de junho de 1871. = *Marquez d'Avila e de Bolama*.

Está conforme. — Ministerio dos negocios do reino, em 3 de agosto de 1871. = *Luiz Antonio Nogueira*, director geral.

Ministerio do reino — Direcção geral de administração politica e civil — 3.ª repartição — Copia. — Procuradoria geral da corôa e fazenda — (Confidencial urgente). — Ill.mo

Fonte: https://digigov.cepese.pt/pt/jornais/listbyyearmonthday?ano=1871&mes=8&tipo=a-diario&pm=&res

Figura 5.3 – *Diário do Governo*, 14 ago., p.5

1069

e ill.mo sr. — Com officio urgente do ministerio do reino datado de 22 do corrente mez, foi-me enviada a correspondencia do governador civil de Lisboa, que versa ácerca das doutrinas expendidas na lição que teve logar no casino lisbonense no dia 19, sobre o actual methodo de ensino, devendo eu informar com o meu parecer se ha fundamento legal para se adoptar algum procedimento, e qual, com respeito ás doutrinas expendidas n'aquella lição, e ainda com relação ás outras lições antecedentes, feitas no mesmo local, nas quaes se avançaram idéas talvez exageradas e perigosas sobre outros assumptos de muita gravidade.

Da exposição feita no relatorio mandado pelo governador civil, e dos extractos das lições publicadas nos jornaes, vê-se que alem de outras doutrinas expendidas, que reputo erradas e filhas de grande superficialidade nos assumptos sobre que a lição versou, *foi combatido o ensino catholico, que é o da religião do estado, insistindo o homem, que repetiu a lição, na necessidade de se apartar a religião do ensino para que este podesse conseguir o seu fim. Que deplorára o catholicismo louvando a reforma; e atacára a lei fundamental por declarar a religião catholica religião do estado*. Leio mais n'uma correspondencia que *o conferente condemnou todo o ensino em Portugal, e alcunhára os professores publicos de inaptos*, atacando todas as escolas do paiz, e fallando em tudo, em termos que o governador civil diz no seu officio, *que similhantes doutrinas lhe parece serem de uma inconveniencia tal, que se afigura que o governo quererá tomar sobre o caso alguma providencia*.

N'outras das lições anteriores, segundo se vê dos extractos dos jornaes, e da defeza publicada por um dos homens que repetiu uma das lições, as doutrinas geralmente seguidas foram não menos contrarias ás leis e á religião do estado. Em vista de similhantes doutrinas assim repetidas publicamente, e ensinadas ao povo, qual é o procedimento que deve ser adoptado pelo governo? As prelecções no casino lisbonense constituem um curso de lições professado por differentes individuos para esse fim reunidos e combinados, sujeitos assim para todos os effeitos ao decreto de 15 de junho de 1870. As extraordinarias facilidades que o citado decreto concede para as reuniões publicas, seja de que natureza forem, sem lei regulamentar que dirija o exercicio d'esse direito, como seria necessario para evitar os abusos a que assim inevitavelmente ha de conduzir, corresponde da parte do governo o dever de exercer tanto maior vigilancia e inspecção, e de reprimir immediatamente por qualquer abuso, quanto maior é o perigo de que por aquella largueza de disposições se facilite o passo ás tentativas contra a ordem publica, que quasi sempre as acompanham. É este um ponto de doutrina de administração publica que devo deixar aqui bem firmado e assente para ser convenientemente applicado aos casos que occorrerem. Das disposições do decreto vê-se que o legislador não se preoccupou então do systema de reuniões, de que agora trato, mas não o excluiu, e no artigo 9.º dispõe:

«As reuniões publicas podem ser dissolvidas pela auctoridade, se se desviarem do fim para que foram convocadas, ou se por qualquer fórma perturbarem a ordem publica.»

E como não póde haver reuniões convocadas para serem atacadas as instituições do paiz, a religião, as leis, os corpos do estado, em summa o governo da nação, pois que similhantes factos são punidos pelo codigo penal, e pela lei da imprensa, é evidente o direito que o governo tem de mandar cessar as reuniões, em que por qualquer fórma forem offendidos os principios indicados. E o governo é o juiz de quando convem que seja adoptado esse procedimento, visto que o decreto não torna nem podia tornar obrigatoria a accusação perante os tribunaes. Quando estes principios não se seguissem claramente da doutrina do decreto, decorreriam das attribuições de administrar superiormente, que ao governo competem, e da responsabilidade que lhe incumbe de fazer respeitar as instituições e as leis, e de manter a ordem publica. Esta é a suprema lei da administração. Sempre pois que se dê qualquer dos factos indicados póde o governo prohibir a reunião publica, ou mandala encerrar se estiver aberta; e não permittir a sua continuação, fazendo punir similhantes factos no que tiverem de criminosos.

O codigo penal no artigo 130.º expressamente pune aquelle que faltar ao respeito á religião do reino: 1.º, injuriando a mesma religião publicamente em qualquer dogma, acto ou objecto do seu culto, por factos ou palavras, ou por escripto publicado, ou por qualquer meio de publicação; 2.º, tentando pelos mesmos meios propagar doutrinas contrarias aos dogmas catholicos definidos pela igreja; 3.º, tentando por qualquer meio fazer proselytos ou conversões para religião differente, ou seita reprovada pela igreja. É evidente pois que o governo não deve consentir livremente a propagação de doutrinas que pela lei vigente são consideradas crime publico, e taes são o desprezo e o odio procurado contra a religião, e contra a lei politica que obriga ao seu respeito, e que reconheceu religião do estado, a que era da quasi unanimidade dos portuguezes. Sobre este ponto importante reporto-me ao mais que ha pouco disse na minha resposta final de 20 do corrente.

Tendo pois nas lições que já foram feitas no casino sido propaladas doutrinas contrarias e offensivas da religião do estado e da carta constitucional, e que induzem ao seu desprezo, ao de todo o corpo docente do paiz, e á destruição do estado existente para ser substituido por uma ordem de cousas, que não se define, a continuação d'aquellas lições seria sempre um perigo para a sociedade, mas muito principalmente na epocha difficil que se está atravessando.

A analyse e a critica não podem confundir-se com a injuria e o desprezo das instituições; a primeira é a liberdade, mas a segunda é o abuso da discussão.

Constituindo as reuniões do casino um curso de lições, como disse, as transgressões já praticadas tornam illegal esse curso, e o governo póde e deve por esses factos mandá-lo fechar, sem ser mister aguardar o momento de novas transgressões da lei, não sendo necessario por isso recorrer ao meio do artigo 6.º do citado decreto, que é unicamente para o caso de no momento se dar desobediencia aos preceitos da auctoridade ou perturbação da ordem.

São pois os termos que convem seguir expedir-se portaria, ordenando ao governador civil que, tendo sido professadas no curso aberto no casino lisbonense doutrinas, conforme se vê das informações officiaes e dos extractos publicados nos jornaes da capital, contrarias á religião do estado e á lei fundamental do reino, sendo alem d'isso atacada violentamente a classe do professorado, é mandada prohibir por offensiva da lei a continuação do referido curso, seja no local indicado, seja em outro qualquer; devendo o mesmo magistrado fazer assim intimar á pessoa que deu a parte d'aquellas reuniões á auctoridade publica, e ao dono da casa aonde o curso tinha logar, e sendo os transgressores, se os houver, presos e autoados para serem remettidos ao poder judicial para se lhes instaurar o competente processo criminal. Este é o direito e a maneira por que entendo que deve ser applicado.

Pretender illudir a religião do povo, proscrevendo o seu ensino; lançar á conta da ordem social todos os males publicos, que são nada em vista dos que assim se preparam; incitar o odio das classes, e a guerra ao capital, que é a luta contra a propriedade, é a feição proeminente de uma escola de anarchia generalisada na Europa, cujos protestos todos os dias estão sendo publicados, e que, quando chegados a pôr em pratica, produzem as abjecções do movimento republicano na Hespanha, e os horrores da communa.

Esta é a questão francamente posta á sociedade actual, que tem de ser aceita como em si é; guerra social em que não póde haver neutros. As vozes de exterminio contra a sociedade constituida e contra a religião, viu Paris derrocados os seus monumentos, arrasados os seus edificios publicos, violada a propriedade particular e a da nação, consumidos pelas chammas os museus, as bibliothecas, os archivos do estado, viu os ataques ao laço indissoluvel da familia, aceito o direito do roubo, os refens dos massacrados ou queimados nas prisões, e a liberdade substituida pelo terror em nome da humanidade que assim se dizia regenerada.

Este é o progresso das sociedades sem crenças, que por systema rompem com todo o passado em todas as suas manifestações. A missão dos governos é por isso hoje mais do que nunca difficil e melindrosa.

Similhantes factos n'um paiz grande precipitam-no na ruina, n'um paiz pequeno são, sem remedio, a sua aniquilação. É este o perigo publico que está diante dos governos e que constitue a mais difficil questão social da actualidade, mas que tem fatalmente de ser resolvida. Aggride-se a religião, a lei fundamental, as instituições e as classes; lançam-se á sua conta todos os males publicos, e negam-se todas as immensas e incalculaveis vantagens da ordem constituida!

Não póde soffrer o animo não ir de encontro a tão grande calamidade publica, a todas as que têem vinculos sociaes, que respeitam. É para mim certo que a religião não tem politica, mas que a politica não póde passar sem a religião. A vontade do homem e a sua liberdade são mais *fortes* do que as instituições da sociedade: ha sempre mais aspirações do que a *sciencia social* póde satisfazer ou regular. Comprehende-se o finito, mas aspira-se para o infinito, e esse vacuo é preenchido pela crença, e a crença é a religião. Nas idéas do bem, da causa, da ordem ou da harmonia, este facto é constante, e essas são as idéas fundamentaes da ordem social, e os principios transcendentes por que ella se rege. Condemnar a crença é condemnar a sociedade, humilhar a rasão, estreitando os seus limites, é negar a aspiração, que é parte da vida do homem.

A religião, disse Guizot, é o brado da humanidade em todos os logares, em todos os tempos, salvo alguns dias de crise terrivel, ou de decadencia vergonhosa.

Portugal appareceu como nação independente na epocha das lutas gloriosas do catholicismo contra o islamismo, teve ali principio a sua grandeza; hoje perto de oito seculos são passados sem que em tão largo periodo as crenças do povo tenham sido aniquiladas; a religião tem-no acompanhado nos dias da sua gloria, e nas epochas do seu soffrimento. Quando dominou provincias mais extensas do que nenhum outro imperio possuiu, a todas levou primeiro do que as suas armas, ou conjunctamente com ellas, a religião. Nas antigas côrtes, assembléas da nação, o elemento religioso achava-se respeitado em todas ellas; no novo regimen essa tradição de respeito não foi perdida, a crença do paiz foi declarada religião do estado, e as offensas contra ella punidas como crimes.

É esta a tradição do povo portuguez, a pratica inalteravel do seu governo, a doutrina seguida nas suas escolas e professada por todos os seus homens de sciencia que o paiz conhece. Ao lado da crença está assim a sociedade actual com todas as suas tradições; ao da negação d'esse principio vêem-se as ruinas de Paris e a queima de suas bibliothecas!

A luta estabelecida por isso, e a questão, rasgado o *véu*, claramente posta aos governos, é entre o ser e o não ser, sem meio termo possivel.

Não devo levar mais longe estas reflexões, que decorrem do meu dever como conselheiro leal do governo; terminal-as-hei com as palavras de Toqueville:

«. . . . Pouco a pouco o respeito da religião penetrou por toda a parte onde os homens tinham alguma cousa que perder com a desordem popular, e a incredulidade desappareceu á medida que o medo das revoluções se fez sentir.»

Por ultimo direi que o ensino da religião nas escolas é a lei de todo o mundo. Citarei entre outros os preciosos trabalhos de Cousin e Renda com relação á Allemanha e á Hollanda, o grande inquerito inglez, a conhecida organisação das escolas na Belgica, na França, e todos os trabalhos que sobre similhante assumpto têem sido preparados entre nós.

Concluindo entendo que são erroneas e offensivas das leis, da constituição e dos corpos do estado as doutrinas expostas nas prelecções a que me referi; que são assim um perigo para a sociedade.

E que por isso o governo não póde consentir que continue similhante ensino, e deve prohibi-lo conforme deixo indicado na primeira parte d'este meu parecer fiscal.

Deus guarde a v. ex.ª Procuradoria geral da corôa e fazenda, 23 de junho de 1871. — Ill.mo e ex.mo sr. ministro e secretario d'estado dos negocios do reino. — O procurador geral da corôa e fazenda, *João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens*.

Está conforme. — Secretaria d'estado dos negocios do reino, 5 de agosto de 1871. — *Luiz Antonio Nogueira*, director geral.

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, commendador das ordens militares de Nosso Senhor Jesus Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral d'este tribunal, etc.

Certifico que o ex.mo conselheiro d'estado effectivo conde de Castro, servindo de presidente do supremo tribunal administrativo, leu em audiencia publica de 2 do corrente mez, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 27 de julho ultimo, do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do supremo tribunal administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, ácerca dos recursos de recrutamento militar do anno de 1869, abaixo mencionados: hei por bem denegar provimento nos mesmos recursos, a fim de que os respectivos mancebos recrutados fiquem sujeitos ao serviço do exercito.

Districto de Lisboa

Concelho de Cintra

Freguezia de S. João das Lampas

1:211 Maria Silveria, viuva, por seu filho Ignacio.

Districto do Porto

Concelho de Santo Thyrso

Freguezia de Guidões

2:055 Joaquina Maria, por seu filho Joaquim.

Freguezia de Monsecordova

2:057 Rodrigo Martins, por seu filho Manuel.

Por não ser applicavel aos recrutados a disposição do artigo 8.º, n.º 2.º, da lei de 27 de julho de 1855.

Districto de Lisboa

Concelho de Almada

Freguezia de Nossa Senhora de Caparica

3:160 Antonio Gonçalves Bexiga, filho de outro.

Rejeitado por falta de fundamento legal.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 5 de julho de 1871. — REI. — *Marquez d'Avila e de Bolama*.

Está conforme. — *Joaquim Maria da Costa Cordeiro*, chefe da 3.ª repartição.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferi com o chefe da respectiva repartição.

Secretaria do supremo tribunal administrativo, em 12 de agosto de 1871. — *José Gabriel Holbeche*, secretario geral.

Conferida. — O chefe da 3.ª repartição, *João Antonio Vianna*.

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, commendador das ordens militares de Nosso Senhor Jesus Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral d'este tribunal, etc.

Certifico que o ex.mo conselheiro d'estado effectivo conde de Castro, servindo de presidente do supremo tribunal administrativo, leu em audiencia publica de dois do corrente mez, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 5 de julho ultimo, do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do supremo tribunal administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, ácerca dos recursos de recrutamento militar do anno de 1868, n.º 2:727, interposto por João de Faria Junior, a favor de seu filho José, da freguezia de S. Martinho, concelho e districto do Funchal: hei por bem denegar provimento no mesmo recurso, a fim de que o respectivo mancebo recrutado fique sujeito ao serviço do exercito, por não lhe ser applicavel a disposição do artigo 8.º, n.º 2.º da lei de 27 de julho de 1855.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 5 de julho de 1871. — REI. — *Marquez d'Avila e de Bolama*.

Está conforme. — *Joaquim Maria da Costa Cordeiro*, chefe da 3.ª repartição.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferi com o chefe da respectiva repartição.

Secretaria do supremo tribunal administrativo, em 12 de agosto de 1871. — *José Gabriel Holbeche*, secretario geral.

Fonte: https://digigov.cepese.pt/pt/jornais/listbyyearmonthday?ano=1871&mes=8&tipo=a-diario&pm=&res

Ministério do Reino – Direção Geral de Administração Política e Civil – 3ª repartição – Cópia. – Procuradoria Geral da Coroa e Fazenda – (Confidencial urgente). – Ilmo. e exmo. sr. – Com ofício urgente do Ministério do Reino datado de 22 do corrente mês, foi-me enviada a correspondência do governador civil de Lisboa, que versa acerca das doutrinas expendidas na lição que teve lugar no Cassino Lisbonense no dia 19, sobre o atual método de ensino, devendo eu informar com o meu parecer se há fundamento legal para se adotar algum procedimento, e qual, com respeito as doutrinas expendidas naquela lição, e ainda com relação às outras lições antecedentes feitas no mesmo local, nas quais se avançaram ideias talvez exageradas e perigosas sobre outros assuntos de muita gravidade.

Da exposição feita no relatório mandado pelo governador civil, e dos extratos das lições publicadas nos jornais, vê-se que além de outras doutrinas expendidas, que reputo erradas e filhas de grande superficialidade nos assuntos sobre a lição versou, foi combatido o ensino católico, que é o da religião do Estado, insistindo o homem, que repetiu a lição, na necessidade de se apartar a religião do ensino para que este pudesse conseguir o seu fim. Que deplorara o catolicismo louvando a Reforma; e atacara a lei fundamental por declarar a religião católica religião do Estado. Leio mais em uma correspondência que o conferente condenou todo o ensino em Portugal, e acunhara os professores públicos de ineptos, atacando todas as escolas do país, e falando em tudo, em termos que o Governador Civil diz no seu ofício, que semelhantes doutrinas lhe parecem serem de uma inconveniência tal, que se afigura que o Governo quererá tomar sobre o caso alguma providência.

Noutras das lições anteriores, segundo se vê dos extratos dos jornais, e da defesa publicada por um dos homens que repetiu uma das lições, as doutrinas geralmente seguidas foram não menos contrárias às leis e à religião do Estado. Em vista de semelhantes doutrinas assim repetidas publicamente, e ensinadas ao povo, qual é o procedimento que deve ser adotado pelo Governo? As preleções no Cassino Lisbonense constituem um curso de lições professado por diferentes indivíduos para esse fim reunidos e combinados, sujeito assim para todos os efeitos ao Decreto de 15 de junho de 1870. Às extraordinárias facilidades que o citado decreto concede para as reuniões públicas, seja de que natureza forem, sem lei regulamentar que dirija o exercício desse direito, como seria necessário para evitar os abusos a que assim inevitavelmente há de conduzir, corresponde da parte do Governo o dever de exercer tanto maior vigilância e inspeção, e de reprimir por qualquer abuso, quanto maior é o perigo de que por aquela largueza

de disposições se facilite o passo as tentativas contra a ordem pública, que quase sempre as acompanham. É este um ponto de doutrina de administração pública que devo deixar aqui bem firmado e assente para ser convenientemente aplicado aos casos que ocorrem. Das disposições do decreto vê-se que o legislador não se preocupou então com o sistema de reuniões, de que agora trato, mas não o excluiu, e no artigo 5º dispõe: "As reuniões públicas podem ser dissolvidas pela autoridade, se se desviarem do fim para que foram convocadas, ou se por qualquer forma perturbarem a ordem pública".

E como não pode haver reuniões convocadas para serem atacadas as instituições do País, a religião, as leis, os corpos do Estado, em suma o governo da nação, pois que semelhantes fatos são punidos pelo Código Penal, e pela lei da imprensa, é evidente o direito que o governo tem de mandar cessar as reuniões, em que por qualquer forma forem ofendidos os princípios indicados. E o governo é o juiz de quando convém que seja adotado esse procedimento, visto que o decreto não torna nem podia tornar obrigatória a acusação perante os tribunais. Quando estes princípios não se seguissem claramente da doutrina do decreto, decorreriam das atribuições de administrar superiormente, que ao governo competem, e da responsabilidade que lhe incumbe de fazer respeitar as instituições e as leis, e de manter a ordem pública. Esta é a suprema lei da administração. Sempre pois que se dê qualquer dos fatos indicados, pode o governo proibir a reunião pública, ou mandá-la encerrar se estiver aberta; e não permitir a sua continuação, fazendo punir semelhantes fatos no que tiverem de criminosos.

O Código Penal no artigo 130 expressamente pune aquele que faltar ao respeito à religião do Reino: 1º, injuriando a mesma religião publicamente em qualquer dogma, ato ou objeto do seu culto, por fatos ou palavras, ou por escrito publicado, ou por qualquer meio de publicação; 2º, tentando pelos mesmos meios propagar doutrinas contrárias aos dogmas católicos definidos pela Igreja. É evidente pois que o governo não deve consentir livremente a propagação de doutrinas que pela lei vigente são consideradas crime público, e tais são o desprezo e o ódio procurado contra a religião e contra a lei política que obriga ao seu respeito, e que reconheceu a religião do Estado, a que era da quase unanimidade dos portugueses [...].

Tendo, pois, nas lições que já foram feitas no Cassino, sido propaladas doutrinas contrárias e ofensivas a religião do Estado e da Carta Constitucional, e que induzem ao seu desprezo, ao de todo o corpo docente do país, e à destruição do Estado existente para ser substituído por uma ordem de coisas que não se define,

a continuação daquelas lições seria sempre um perigo para a sociedade, mas principalmente na época difícil que se está atravessando.

A análise e a crítica não podem confundir-se com a injúria e o desprezo das instituições; a primeira é a liberdade, mas a segunda é o abuso da discussão.

Constituindo as reuniões do Cassino um curso de lições, como disse, as transgressões já praticadas tornam ilegal esse curso, e o governo pode e deve por esses fatos mandá-lo fechar, sem mais mister aguardar o momento de novas transgressões da lei, não sendo necessário por isso recorrer ao meio do artigo 6º do citado decreto, que é unicamente para o caso de no momento se dar desobediência aos preceitos da autoridade ou perturbação da ordem.

São pois os termos que convém seguir expedir-se portaria, ordenando ao governador civil que, tendo sido professadas no curso aberto no Cassino Lisbonense doutrinas, conforme se vê das informações oficiais e dos extratos publicados nos jornais da capital, contrárias à religião do Estado e à lei fundamental do Reino, sendo além disso, atacada violentamente a classe do professorado, é mandada proibir por ofensiva da lei a continuação do referido curso, seja no local indicado, seja em outro qualquer, devendo o mesmo magistrado fazê-lo assim intimidar à pessoa que deu a parte daquelas reuniões à autoridade pública e ao dono da casa onde o curso tinha lugar, e sendo os transgressores, se os houver, presos e autuados para serem remetidos ao poder judicial para se lhes instaurar o competente processo criminal. Este é o direito e a maneira por que entendo que deve ser aplicado.

Pretender iludir a religião do povo, proscrevendo o seu ensino; lançar à conta da ordem social todos os males públicos, que são nada em vista dos que assim se preparam; incitar o ódio das classes, e a guerra ao capital, que é a luta contra a propriedade, é a feição proeminente de uma escola de anarquia generalizada na Europa, cujos protestos todos os dias estão sendo publicados, e que, quando chegados a pôr em prática, produzem as abjeções do movimento republicano na Espanha, e os horrores da Comuna.

Esta é a questão francamente posta a sociedade atual, que tem de ser aceita como em si é; guerra social em que não pode haver neutros. Às vozes e extermínio contra a sociedade constituída e contra a Religião, viu Paris derrocados os seus monumentos, arrasados os seus edifícios públicos, violada a propriedade particular e a da nação, consumidos pelas chamas os museus, as bibliotecas, os arquivos do Estado, viu os ataques ao laço indissolúvel da família, aceito o direito do roubo, os reféns massacrados ou queimados nas prisões, e a liberdade substituída pelo terror em nome da Humanidade que assim se dizia regenerada.

Este é o progresso das sociedades sem crenças, que por sistema rompem com todo o passado em todas as suas manifestações. A missão dos governos é por isso, hoje mais do que nunca, difícil e melindrosa.

Semelhantes fatos num país grande precipitam-no na ruína; num país pequeno são, sem remédio, a sua aniquilação. É este o perigo público que está diante dos governos e que constitui a mais difícil questão social da atualidade, mas que tem fatalmente de ser resolvida. Agride-se a religião, a lei fundamental, as instituições e as classes; lançam-se a sua conta todos os males públicos, e negam-se todas as imensas e incalculáveis vantagens da ordem constituída!

Não pode sofrer o ânimo não ir de encontro a tão grande calamidade pública, a todos os que tem vínculo sociais, que respeita. É para mim certo que a religião não tem política, mas que a política não pode passar sem a religião. A vontade do homem e a sua liberdade são mais fortes do que as instituições da sociedade: há sempre mais aspirações do que a ciência social pode satisfazer ou regular. Compreende-se o finito, mas aspira-se para o infinito, esse vácuo é preenchido pela crença, e a crença é a religião. Nas ideias do bem, da causa, da ordem ou da harmonia, este fato é constante, e essas são as ideias fundamentais da ordem social, e os princípios transcendentes por que ela se rege. Condenar a crença é condenar a sociedade, humilhar a razão, estreitando os seus limites, é negar a aspiração, que é parte da vida do homem.

A religião, disse Guizot, é o brado da humanidade em todos os lugares, em todos os tempos, salvo alguns dias de crise terrível, ou de decadência vergonhosa.

Portugal apareceu como nação independente na época das lutas gloriosas do catolicismo contra o islamismo, teve aí princípio a sua grandeza; hoje perto de oito séculos são passados sem que em tão largo período de crenças do povo tenha sido aniquiladas; a religião tem nos acompanhados nos dias da sua glória, e nas épocas do seu sofrimento. Quando dominou províncias mais extensas que nenhum outro império possuía, a todas levou primeiro do que as suas assembleias da nação, o elemento religioso acha-se respeitado em todas elas; no novo regime essa tradição de respeito não foi perdida, a crença do país foi declarada religião do Estado, e as ofensas contra elas punidas como crimes.

É esta a tradição do povo português, a prática inalterável do seu governo, a doutrina seguida nas suas escolas e professada por todos os seus homens de ciência que o país conhece. Ao lado da crença está assim a sociedade atual com todas as suas tradições; ao da negação desse princípio veem-se as ruínas de Paris e a queima de suas bibliotecas!

A luta estabelecida por isso, e a questão, rasgado o véu, claramente posta aos governos, é entre o ser e o não ser, sem meio-termo possível.

Não devo levar mais longe estas reflexões, que decorrem do meu dever como conselheiro leal do Governo; terminá-las-ei com as palavras de Tocqueville:

"Pouco a pouco o respeito da religião penetrou por toda a parte onde os homens tinham alguma coisa que perder com a desordem popular, e a incredulidade desapareceu à medida que o medo das revoluções se faz sentir" [...].

Concluindo, entendo que são errôneas e ofensivas das leis, da Constituição e dos corpos do Estado as doutrinas expostas nas preleções a que me referi: que são assim um perigo para a sociedade.

É por isso que o Governo não pode consentir que continue semelhante ensino, e deve proibi-lo conforme deixo indicado na primeira parte deste meu parecer fiscal.

Deus guarde a v. exa. Procuradoria Geral da Coroa e Fazenda, 23 de junho de 1871. – IImo. e exmo. sr. ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino. – O procurador geral da Coroa e Fazenda, João Batista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Está conforme – Secretaria do Estado dos Negócios do Reino, 3 de agosto de 1871. – Luiz Antônio Nogueira, diretor geral.

Diário do Governo (Lisboa, 14-VIII-1871, p.1.068 e 1.069).

5.3 *Diário do Governo* – Portaria do marquês de Ávila e Bolama, ministro do Reino, que proibiu as conferências – editada em 26 de junho; publicada em 27 de junho

Figura 5.4 – *Diário do Governo*, 27 de jun., p.1

Anno 1871 — Numero 141 Terça feira 27 de junho

DIARIO DO GOVERNO

Fonte: https://digigov.cepese.pt/pt/jornais/listbyyearmonthday?ano=1871&mes=6&tipo=a-diario&pm=&res

3ª repartição

Tendo chegado ao conhecimento de sua majestade el-rei, por informação do governador civil de Lisboa, e publicações dos jornais, que no Cassino Lisbonense, no Largo da Abegoaria desta capital, se celebram reuniões públicas com a denominação de "conferências", nas quais se tem feito uma série de preleções em que se expõem e procuram sustentar doutrinas e proposições que atacam a Religião e as instituições políticas do Estado, e sendo certo que tais fatos além de constituírem um abuso do direito de reunião, ofendendo clara e diretamente as leis do Reino e o Código Fundamental da Monarquia, que os poderes públicos tem a seu cargo manter e fazer respeitar: determina o mesmo Augusto Senhor, conformando-se com o parecer do conselho procurador geral da Coroa e Fazenda, que o governador civil de Lisboa não consinta as referidas reuniões e conferências tanto no local em que tem sido celebradas até agora, como em qualquer outro escolhido pelos preletores, e que para esse fim faça intimidar esta resolução as pessoas que pretenderem celebrar as aludidas reuniões, e aos donos das casas para onde essas reuniões forem convocadas, sob pena de se proceder contra os transgressores na conformidade das leis.

Paço, em 26 de junho de 1871. – Marquês de Ávila e Bolama.

5.4 – *As Farpas* – n. 2 – junho[1]

O sr. ministro do Reino fez entregar por um empregado de polícia ao sr. Zagalo, diretor do Casino, um papel – reacionário pela intenção, mas demagógico pela gramática – em que se notificava que, por ordem superior, estavam fechadas as *Conferências Democráticas.*

Conheces já decerto, leitor sensato e honrado, o protesto dos conferentes, a adesão de outros cidadãos, a opinião da imprensa...

E achas certamente na tua consciência que este ato do sr. marquês de Ávila, não tendo de certo modo equidade, não tem de modo alguma legalidade; que é sobretudo profundamente inábil; e que o sr. marquês, dando um golpe de Estado contra alguns escritores que no Casino faziam crítica de história e de literatura – foi criar uma atitude política onde só havia uma intenção científica.

1 Queirós e Ortigão, *As Farpas: crónica mensal da política, das letras e dos costumes*, p.76-80.

Homens que numa sala, com senhoras numa galeria, movem questões científicas e literárias numa lata generalização de ideias tão inofensivos na política do seu país como um livro de *matemática*. São um centro de pensamento e de estudo, não tocam a rebate no sino das Mercês. – Mas homens que o governo obriga a fazer um protesto num café, na agitação de trezentas pessoas; a percorrerem as redações dos jornais seguidos de uma manifestação tranquila; a acusarem a reação, a colocarem-se como defensores da consciência ofendida, esses parecem-se terrivelmente com homens de uma ação política! As conferências desceram assim da sua serenidade filosófica: estão na luta, estão no artigo de fundo, estão na discussão da Carta, estão na prosa da *Gazeta do Povo*!

Vejamos a legalidade do fato, leitor. Num país constitucional, tem-se sempre aberta sobre a mesa a Carta Constitucional – ou para descansar nela o charuto, ou para tirar dela um argumento.

Diz a Carta no seu artigo 145:

"A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos portugueses... é garantida pela Constituição do Reino pela maneira seguinte:

"3º Todos podem comunicar o seu pensamento por palavras e escritos e publicá-los pela imprensa sem dependência de censura, com tanto que bajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito".

Temos, pois, adquirido à certeza dois pontos:

1º Que todo o cidadão pode publicar o seu pensamento falando ou escrevendo;

2º Que o cidadão fica responsável pelo abuso do seu direito.

Por consequência, logo na primeira conferência:

1º O sr. Antero de Quental podia falar sobre a religião em toda a liberdade da sua opinião;

2º Se abusasse, o sr. Antero de Quental respondia pelo abuso.

É logico. Ora quem torna efetiva a responsabilidade desse abuso?

Em primeiro lugar: O comissário que deve assistir a todas as reuniões públicas, na ideia do decreto, com força de lei de 15 de junho de 1870. "As reuniões públicas, diz este decreto, podem ser dissolvidas pela autoridade... quando por qualquer forma perturbarem a ordem púbica. – A dissolução da reunião só pode ser intimada à assembleia – depois da autoridade advertir em voz alta, os diretores da reunião (neste caso o preletor).

Ora o comissário assistente das conferências – o sr. Rangel – não intimou, nem advertiu o sr. Antero de Quental, nem em voz alta, nem com gestos. Talvez o tivesse feito – por suspiros – mas esse caso não está na lei.

Portanto o sr. comissário não achou na sua consciência, que o sr. Antero de Quental abusasse da liberdade de expor o seu pensamento.

Em segundo lugar: o ministério público. Querelou ele do sr. Antero de Quental? De modo algum.

Por consequência nem o comissário presente à conferência, nem o ministério público, encontraram na conferência do sr. Antero de Quental abuso punível.

Ora as consequências que se seguiram – foram uma sobre *crítica literária contemporânea*, outra *a afirmação do Realismo, como nova expressão da arte*, a terceira do *ensino e das suas reformas.* Em que atacavam estas a religião, ou as instituições públicas? Fazer a crítica da literatura contemporânea é ofender (segundo a linguagem da portaria) o código fundamental da monarquia? Nesse caso pedimos a cabeça do sr. Pinheiro Chagas, o crânio do sr. Júlio Machado, e uma grande porção do sr. Luciano Cordeiro. Ah! Quem o diria? Quando se escrever que o sr. Vidal é um poeta lírico ligeiramente inferior a Lamartine, o trono de sua majestade de ficará humbuleando um quarto de hora!

Mas vejamos. A última conferência foi feita no dia 19 de junho; a portaria foi dada no dia 26, antes da conferência que ia ser feita. Por consequência o sr. marquês de Ávila fechou, não as conferências que se tinham feito – o que seria um pouco inútil – mas as conferências que se iam fazer.

Ora, segundo o citado artigo da Carta só se pode coibir a liberdade de pensamento quando houver abuso e como esse abuso não existia pelo simples motivo que a conferência ainda não fora feita e por consequência o pensamento não fora manifestado – segue-se que o sr. ministro do Reino violou a Carta, se esta palavra melhor ainda se pode empregar a respeito da Carta, sem atrair sorrisos maliciosos sobre tão respeitável metáfora.

Ao ministro cabia unicamente o direito de fazer processar o sr. Antero de Quental. Isso era a lógica, isso o bom senso e a legalidade.

Ao que o ministro não tem o mínimo direto é à rude supressão da palavra a preletores de literatura, da arte e da pedagogia. Fazendo como fez tal supressão está fora da lei, fora do espírito do tempo e da lógica, está quase fora da humanidade.

Com direito igual pode amanhã o sr. ministro manda suprimir *As Farpas*, suprimir os romances do sr. Camilo Castelo Branco, os volumes de história do sr. Alexandre Herculano, os jornais, a conversação, esta simples pergunta. Como está? Passou bem? Pode suprimir ainda um sorriso ou um olhar expressivo. Pode fulminar o espirro.

Ora o artigo 103 da Carta diz:

"*Os ministros responsáveis*... §5º Pelo que obrarem contra a liberdade dos cidadãos".

O §28 do artigo 145 diz:

"Todo cidadão poderá fazer apresentar reclamações, queixas... e até expor qualquer infração da constituição requerendo ...a efetiva responsabilidade do infrator".

Seria, portanto, possível responder à portaria do sr. marquês de Ávila, com o instrumento seguinte:

– Requeiro à Câmara dos Deputados que torne efetiva a responsabilidade do sr. ministro do Reino, procedendo contra ele, como infrator do §3º do artigo 145 da Carta Constitucional – segundo me é permitido pelo §28 do citado artigo.

Tanto para o preletor que abusou da liberdade, segundo a Carta, como para o ministro que infringiu a lei, segundo a mesma Carta, temos, pois, até aqui, a legalidade.

Agora a Equidade:

Que foi o que se quis fazer calar nas conferências? Foi a crítica política? Para que deixam então circular no país os livros de Proudhon, de Girardin, de Luís Blanc, de Vacherot? Foi a crítica religiosa? Para que deixam então, atravessar a fronteira ou a alfândega os livros de Renan, de Strauss, de Salvador, de Michelet?

Sejamos lógicos: fechemos as conferências do Casino onde se ouvem doutrinas livres, mas expulsemos os livros onde se leem doutrinas livres. Ouvir ou ler dá os mesmos resultados para a inteligência, para a memória e para a ação, é a mesma entrada para a consciência por duas portas paralelas. Façamos calar o sr. Antero de Quental, mas proibamos na alfândega a entrada dos livros de Vitor Hugo, Proudhon, Langlois, Feuerbach, Quinet, Littré, toda a crítica francesa, todo o pensamento alemão, toda a ideia. Toda a história. Dobremos a cabeça sobre a nossa ignorância e sobre a nossa inércia, e deixemo-nos apodrecer, mudos, vis, inertes, na torpeza moral e no tédio.

Sim nós não queremos também que num país como este, ignorante, desorganizado, apaixonado, se lance através das ambições e das cóleras, – o grito de revolta!

Nós queremos a revolução feita serenamente no domínio das ideias e da ciência, primeiro, – depois pela influência pacífica duma opinião esclarecida e inteligente, e pelas concessões sucessivas dos poderes conservadores; – enfim uma revolução pelo governo, tal qual ela se faz lentamente e fecundamente na sociedade inglesa.

É assim que queremos a revolução. Detestamos o facho tradicional, o sentimental rebate de sinos, e parece-nos que um tiro é um argumento que penetra o adversário... um tanto de mais!

Seríamos, pois, nós os primeiros a pedir o encerramento das conferências do Casino, se a ciência dos conferentes se resumisse a dizer:

– A barricada, meus senhores, é amanhã na Rua da Bitesga. Enquanto ao petróleo, está lá em baixo no bilheteiro!

Mas que se faça calar, pondo-lhe a mão na boca – a ciência, a crítica literária, a história, a ideia – contra isso, do fundo deste livro, pequeno mais honrado, em nome do respeito que nos devemos a nós mesmos, e do exemplo que devemos a nossos filhos – protestamos energicamente, e apelamos – não para a Europa, o que seria sofrivelmente inútil, mas para o próprio sr. marquês de Ávila, para uma coisa que ele deve ter debaixo da sua farda, uma coisa que se não cala, ainda quando em redor a intriga e o interesse fazem um ruído horrível – consciência!

Pois que! Podem ler-se no grêmio jornais republicanos, e jornais da Comuna, estão nas bibliotecas toda a sorte de livros materialistas, racionalistas e socialistas – e não há de ser permitido falar do que há de mais abstrato na ação política, de mais imparcial, de mais acima das agitações humanas e das violências partidárias – a história?

Pois é permitido à Nação, publicar em prosa impressa e permanente ataques rancorosos à liberdade constitucional e à realeza constitucional – e não pode ser permitido ao sr. Antero de Quental condenar as monarquias absolutas, e ao sr. Soromenho condenar os romances eróticos?

Pois o marquês de Pombal expulsa os Jesuítas e a política deles, e não é permitido a um conferente do Casino, fazer a *crítica* da política dos jesuítas?

Argumentemos: Eu posso comprar um livro de Proudhon que combate o catolicismo, as monarquias e o capital: estou na legalidade. Posso lê-lo em voz alta aos meus amigos, ou aos meus criados: estou nos limites da Carta. Posso decorá-lo: haverá alguma lei que me proíba este exercício de memória? Posso recitá-lo a luz do sol ou à luz do gás, com gestos moderados, ou com gestos descompostos; tudo isso é legal. Que eu trate no Casino de algum dos pontos de que se ocupa esse livro, proíbem-no! Concordo em que me proíbam, mas proíbam também aos livreiros a venda de Proudhon!

Quando se proibiu em França que Renan falasse, obstou-se ao mesmo tempo que Renan fosse lido.

Antes de haver conferências do Casino havia ali *cançonetas*. Mulheres decotadas até o estômago, com os braços nus, olhar obsceno, a boca avinhada, catavam, com toda a sorte de gestos provocantes e de esgares infames – um repertório de cantigas impuras, materialistas lascivas. Aí num verso bestial, e a um compasso monótono, ridicularizava-se o pudor, a família, o trabalho, a virgindade, a dignidade, a honra, Deus!

Nossas mães, nossas irmãs, não podiam ir ali: era um lugar orgíaco e vil. E, todavia, era também um ensino! Era a escola do vício! Era a escola da bebedeira, eram as conferências do deboche! Haviam muitos alunos.

E aí está! Aquilo que era a obscenidade, a desmoralização, a infâmia, a crápula, não atacava a moral do Estado!

As conferências, que eram o estudo, o pensamento, a crítica, a história, a literatura, eram incompatíveis com essa moral do Estado!

Homens refastelados, bebendo conhaque, rindo, gritando, apupando desgraçadas criaturas que se deslocam em atitudes obscenas para fazer rir – isso era permitido por todas as leis!

Homens que escutam gravemente uma voz que fala de justiça, de moral, de arte, de civilização – isso é proibido com tanta violência que até se salta por cima da Carta para proibir! A isso manda-se uma polícia dar duas voltas à chave! *Misere! Misere!*

5.5 – *O Partido Constituinte* – 6 de junho

Figura 5.5 – *O Partido Constituinte*, 6 jun., p.1

O PARTIDO CONSTITUINTE

N.º 34 — Lisboa — Terça-feira 6 de Junho de 1871 — 1 ANNO

Expediente

SECÇÃO POLITICA

FOLHETIM

UMA VISITA A MADRID

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 5.6 – *O Partido Constituinte*, 6 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Consta que o governo tenciona proibir as *Conferências Democráticas.*

Assim deve ser, sendo presidente do Conselho de Ministros o sr. marquês de Ávila e Bolama, político da escola reacionária, inimigo irreconciliável de toda a liberdade de pensamento, e que só se anuncia aos quatro ventos da terra, progressista de alma e de coração, quando isso lhe pode servir para se fazer ministro, e salvar a pátria pela centésima vez.

Bom é que s. exa. que tem sido sempre de uma sistemática versatilidade de espírito, seja ao menos coerente agora neste que, esperamos em Deus, será o seu último consulado.

A mão, que há dias, para satisfazer uma ambição caduca, e uma veleidade pueril, fechou as portas do parlamento, deve ser a mesma que feche as de outra tribuna, que em todos os países, onde o sistema constitucional é uma verdade prática, está patente à livre manifestação da palavra e do pensamento.

Quem sofisma o sistema representativo em proveito próprio, está apto para anular um dos mais sagrados direitos que ele garante.

Nada temos com as *Conferências Democráticas.* Não demos conselhos nem auxílio para que elas se inaugurassem. Nem sequer conhecemos alguns dos cavalheiros que assinaram o programa delas. Assistimos como meros espectadores às primeiras *conferências,* e nada mais. E conquanto debaixo do ponto vista de crítica, e filosofia histórica não concordemos com algumas ideias que ali tem sido afirmada, não vemos que haja motivo para que o governo exerça sobre este assunto a mais leve ação repressiva.

Mande o governo, se entre os seus amigos, tem alguém que entenda daquelas coisas, observar o que ali se passa: e se em resultado disso, mas com prudência, e sem má vontade, chegar a convencer-se de que as doutrinas professadas nas *conferências* **vão além dos imunes garantidos na** Constituição do Estado, use então do direito que as leis lhe facultam, e nós somos os primeiros a aceitar e reconhecer.

Antes, disso, qualquer repressão seria um atentado às garantias constitucionais e todos os que a estas deram o seu sangue, e os seus sacrifícios haviam de pedir ao governo a responsabilidade de semelhante ousadia.

Esta nossa tribuna é que o sr. marquês de Ávila não há de fazer calar. Sabemos até onde as leis nos permitem ir; mas, dentro desses limites somos intransigentes com todos os que tentarem cercear as liberdades públicas.

5.6 – *O Diário Popular* – 7 de junho

Figura 5.7 – *O Diário Popular*, 7 jun., p.1

O DIARIO POPULAR

N.º 1:667 | Assignaturas em Lisboa: Mez, 240 réis; trimestre, 700 réis Provincias, mesmo, 1$125 réis; o semestre, 2$250 réis; pagos adiantados. | Lisboa — Quarta feira, 7 de junho de 1871 | Publicações: Corpo do jornal, 40 réis e Linha; annuncios 20 réis, venda avulso, 10 réis. Toda a correspondencia deve ser dirigida ao administrador A. Costa. | 6.º ANNO

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 5.8 – *O Diário Popular*, 7 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

O Alfageme é de opinião que o ato de proibir as Conferências Democráticas encheu de indignação todos os homens livres, e depois de publicar o protesto dos preletores declara o sr. Guilherme de Azevedo, redator daquela folha que junta o seu nome aos nomes dos seus amigos com os quais se declara solidário para todos os efeitos, como um dos promotores das conferências.

5.7 – *O Diário Popular* – 27 de junho

5.7.1 – Texto 1

Figura 5.9 – *O Diário Popular*, 27 jun., p.1

O DIARIO POPULAR

N.º 1:683 | Lisboa—Terça feira, 27 de junho de 1871 | 6.º ANNO

TIRAGEM
20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

FOLHETIM
ULTIMAS PROEZAS
DE
ROCAMBOLE

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

PROTESTO

Em nome da liberdade do pensamento, da liberdade da palavra, da liberdade de reunião, bases de todo direito público, únicas garantias da justiça social, protestamos, ainda mais contristados do que indignados, contra a portaria que mandou arbitrariamente fechar a sala das Conferências Democráticas. Apelamos para a opinião pública, para a consciência liberal do país, reservando-nos plena liberdade de respondermos a este ato de brutal violência como nos mandar a nossa consciência de homens e de cidadãos.

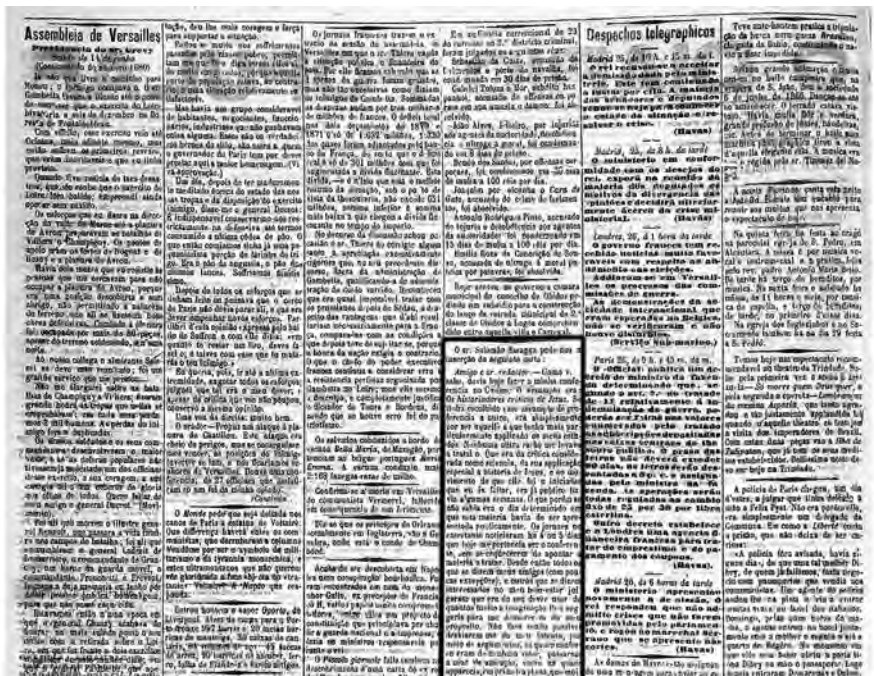
Lisboa, 26 de junho de 1871.

Adolfo Coelho.
Antero de Quental.
Jaime Batalha Reis.
Salomão Sáragga.
Eça de Queirós.

Aderiram a este protesto os seguintes cidadãos: Jacob Wahnon, Francisco de Almeida, Emilio Riché, Alberto de Queirós, Santos Nazareth, Albano Coutinho Junior, João Luiz da Silva Vianna, Costa Goodolphim, Francisco Guilherme de Souza, José Paes de Carvalho, José Correa Nobre França, João Maria Tedeschy, Luiz R. da Silva Eça, José Fontana, Eduardo Nunes da Matta, José Carrilho Videira, Joaquim Augusto de Oliveira, Miguel Angelo Lupi, Joaquim Ferreira de Campos, Carlos de Moura Cabral, Ernesto Lassy, Domingos José de Azevedo, José M. de Melo, Antônio Garcia de Medeiros, Reynaldo de Assis, M. A. Sequeira, José Maria de Andrade, Raphael Bordallo Pinheiro, José M. Maceyra, João Francisco Maceyra, João Chrysostomo Mackonelt, Antonio da Fonseca, Eduardo Augusto Fernandes, Joaquim Dias de Mello, André Domingues Santos, André Domingues, Antonio Soares Monteiro, José Maria Pereira Junior, José de Figueiredo, Victoriano Franco Ferreira Braga, F. Aguiar, Luiz de Castro, João Rodrigues Pereira de Souza, H. Gouvêa, Felix de Oliveira, Ernesto de Carvalho Mesquita Coelho e Vasconcellos, Victor José Verol, A. da Silva Pinto, Francisco dos Santos Lima, Carlos Marten.

5.7.2 Texto 2 – Carta de Salomão Sáragga (provável sexta conferência)

Figura 5.10 – *O Diário Popular* – 27/junho – p.2



Assembleia de Versailles

Despachos telegraphicos

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

O sr. Salomão Sáragga pede-nos a inserção da seguinte carta:

Amigo e sr. redator – Como v. sabe, devia hoje fazer a minha conferência no Cassino. O assunto era: Os historiadores críticos de Jesus. Se tinha escolhido este assunto de preferência a outro, era simplesmente por ser aquele a que tenha mais particularmente aplicado os meus estudos. Nenhuma outra razão me levava a tratá-lo. Que era da crítica considerada como ciência, da sua aplicação especial à história de Jesus, e ao movimento de que ele foi o iniciador que eu ia falar, era já público havia algumas semanas. O que porém se não sabia era o dia determinado em que esta matéria havia de ser apresentada publicamente. Os jornais no entretanto, noticiaram a quatro ou cinco dias que hoje me pertencia ser o conferente, sem se esquecerem de apontar a matéria a tratar. Desde então todos os que se dizem meus amigos (com poucas exceções), e outros que se dizem interessados no meu bem-estar, julgaram que era do seu dever usar de quantos meios a imaginação lhes sugeria para em demover do meu propósito. Não lhes sendo possível desviarem-me do meu intento, por meio de argumentos, os quais confesso eram de nenhum valor, passaram a usar de ameaças, entre as quais aparecia, em primeiro plano, que muitos estavam dispostos a usar de pugilato, como último argumento, se eu insistisse. Por quem esta guerra era especialmente movida não o pude saber. Um jornal falou de más disposições dos judeus a meu respeito. Eu, porém, que julgo tão inimigos das ideias cristãs os judeus como os católicos fanáticos, não sei a quem atribuí-la. Não obstante isto tudo, continuava a ser opinião minha e dos meus verdadeiros amigos que devia expor na minha conferência o resultado dos meus estudos, com tanta mais razão quanto por essa forma eu não saía fora dos estudos da minha predileção.

Estava nestas disposições preparando-me para a conferência, quando vi hoje à tarde cópia de uma portaria saída do Ministério do Reino, a qual proíbe a continuação das conferências. Se o intuito do autor da portaria é evitar que eu consiga propagar as ideias que tenho sobre Jesus e o cristianismo, posso assegurar-lhe eu o não consegue. Não o consegue porque me resta ainda a imprensa: o jornal e o livro. As ideias que tinha de expor ali sumariamente, dentro dos acanhados limites de uma conferência, poderei expô-las mais tarde pela forma que mais adequada me parecer. Mas suponhamos que a ciência que tem ocupado espíritos tais como Strauss, Reuss, Scherer, Vacherot, Renan, Bunsen, Réville e outros não possa ter a sua livre manifestação entre nós, é que eu seja obrigado pela imposição da força a calar-me; que modo mais eloquente haverá para demonstrar que as conferências tinham a sua razão de ser? O que faltará para provar que

a liberdade de consciência e a liberdade de imprensa são palavras vãs entre nós e que este estado de coisas não deve continuar?

Semeiem e colham depois.

C/V. Lisboa, 26 de junho de 1871.

De v. etc.

Salomão Sáragga.

5.8 – *Diário de Notícias* – 27 de junho

Figura 5.11 – *Diário de Notícias*, 27 jun., p.1

Diario de Noticias

Terça feira 27 de junho

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Ontem o sr. ministro do Reino resolveu proibir as *Conferências Democráticas* do Cassino Lisbonense e expediu uma portaria com a data do dia, ordenando a autoridade policial que não as consinta, ficando assim invalidadas as instruções anteriormente adotadas a tal respeito. A portaria funda-se em que nessas conferências se ataca a religião do Estado e certos princípios que as leis garantem e mandam respeitar. O proprietário do Cassino recebeu às 5 horas da tarde a respectiva contrafé com a intimação do comissariado da 2ª divisão.

[...]

Esgotou-se a edição das *Farpas*.

5.9 – *A Revolução de Setembro* – 27 de junho

Figura 5.12 – *A Revolução de Setembro*, 27 jun., p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Para as provincias

Para o Brasil

NUMERO 8:708 TERÇA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 1871 XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 26 DE JUNHO

FOLHETIM

A ARISTOCRACIA DO GENIO E DA INTELLIGENCIA PERANTE A HISTORIA DA ANTIGUIDADE

POR

JOSE SILVESTRE

POLITICA EXTERNA

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 5.13 – *A Revolução de Setembro*, 27 jun., p.2

ANNUNCIOS

Bibliotheca do Jornal da Noite

PONSON DU TERRAIL

O CAPITÃO DOS PENITENTES NEGROS

Traducção por Gervasio Lobato

1 volume — Preço 800 réis

ESPECTACULOS

THEATRO DA TRINDADE

PARA LONDRES

Sairá o vapor hespanhol ZURBARAN no dia 27 do corrente, ás 4 da tarde.

PILULAS E UNGUENTO DE HOLLOWAY

PILULAS DE HOLLOWAY

UNGUENTO DE HOLLOWAY

CARREIRA DO ALGARVE

O vapor D. LUIZ, capitão Francisco Baptista Ribeiro, sairá no dia 1 de julho ás 9 horas da manhã, para Vianna, Leixões, Portimão, Olhão, Faro, Tavira e Villa Real de Santo Antonio.

COLD CREME

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Medida justa. – Diz o nosso colega o *Diário de Notícias* que o sr. ministro do Reino resolveu, em relação às conferências do Cassino, manter a liberdade de pensamento e proteger as pessoas dos preletores. Provocou esta medida uma notícia dada por nós sobre um projeto dos modos na conferência que se efetua hoje. Folgamos de ter concorrido para que o governo procedesse desta maneira liberal e verdadeiramente digna.

5.10 – *A Revolução de Setembro* – 28 de junho

Figura 5.14 – *A Revolução de Setembro*, 28 jun., p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Para as provincias

Para o Brasil

NUMERO 8:709 | QUARTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 27 DE JUNHO

POLITICA EXTERNA

Pedem-nos a publicação do seguinte:

Mina de S. Domingos

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 5.15 – *A Revolução de Setembro*, 28 jun., p.2

CHRONICA

Encerramento das conferências.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

CRÔNICA

Encerramento das Conferências – O noticiário não é de maneira nenhuma um lugar de apreciação e de crítica, por tanto vamos contar aos nossos leitores o que se [...] e as cenas a que deu logo a parte que mandou encerrar as Conferências Democráticas.

Pela volta das oito e meia começou a reunir-se grande quantidade de pessoas à porta do Cassino para assistirem a conferência arte do sr. Salomão Sáragga tencionava fazer sobre os *historiadores críticos de Jesus*. Porém logo souberam essas pessoas que não se efetuava a anunciada preleção porque o governo tinha encerrado as conferências. Continuou a aglomerar-se gente, e ali estiveram até as nove horas formando-se grande número de grupos que ali se conservaram até as nove e meia. Censurava-se o ato e a portaria, e em geral os que ali estavam eram de opinião que era uma arbitrariedade.

Então algumas pessoas lembraram-se de fazer um protesto contra o ato do governo, ideia que foi bem recebida pela maior parte das pessoas que ali se achavam. Com efeito esta ideia tomou coro gradualmente, e dentro em pouco estava [...] protesto, assinado por alguns dos indivíduos que tinham firmado o programa das conferências.

No entanto algumas pessoas quiseram aderir a esta manifestação e imediatamente ao protesto foi coberto de [..] de pessoas de todas as classes [...] jornalistas e escritores.

Em segunda dirigiram-se todas estas pessoas na maior ordem, e conservando a atitude mais [...] do comércio para que no número de ontem subisse publicado aquele documento. Nem uma palavra [...] comedida, nem uma expressão mais violenta, tudo foi feito com o maior sentido. Na redação daquele jornal entraram parte [...] que acompanhavam, e só entregou o protesto.

Dirigiram-se em seguida aquelas trezentas pessoas à redação do *Diário de Notícias*, e em seguida ao do *Diário Popular*, ainda da qual o sr. Antero de Quental pronunciou algumas palavras de agradecimento em nome das ideias e da liberdade de pensamento às pessoas que tão espontaneamente aderiram aquele protesto.

Foi muito aplaudido.

Depois disto despertou-se tudo na melhor ordem, sem que tivesse havido a menor manifestação de hostilidade declarada, e conservando todos a atitude serena daqueles que protestam em nome das ideias, isto é, com tranquilidade e a dignidade própria de homens ilustrados.

Eis o protesto que transcrevemos dos jornais que o publicaram:

"Em nome da liberdade de pensamento, da liberdade da palavra, da liberdade de reunião, base de todo direito público, únicas garantias da justiça social, protestamos, ainda mais contristados do que indignados, contra a portaria que mandou arbitrariamente fechar a sala das Conferências Democráticas. Apelamos para a opinião pública, para a consciência liberal do país, reservando-nos a plena liberdade de respondermos a este ato de brutal violência como nos mandar a nossa consciência de homens de cidadãos.

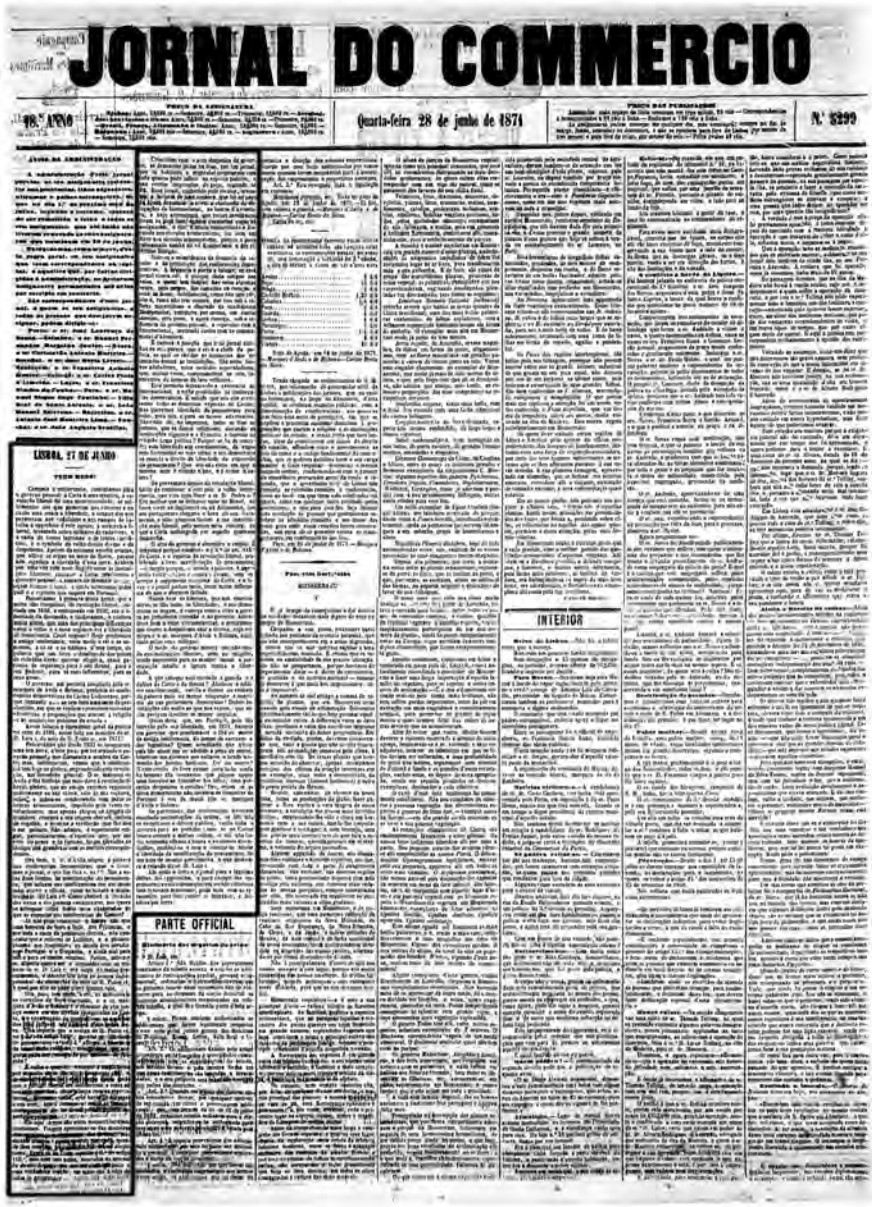
Lisboa, 5 de junho de 1871.

Adolfo Coelho.
Antero de Quental.
Jaime Batalha Reis.
Salomão Sáragga.
Eça de Queirós".

5.11 – *Jornal do Comércio* – 28 de junho

5.11.1 – Texto 1

Figura 5.16 – *Jornal do Comércio*, 28 jun., p.1



JORNAL DO COMMERCIO

Quarta-feira 28 de junho de 1871

N.º 8299

LISBOA, 27 DE JUNHO

PARTE OFFICIAL

INTERIOR

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Lisboa, 27 de junho

Têm medo!

Campeia a intolerância, caminhamos para o governo pessoal: a Carta é uma mentira, a revolução liberal foi uma monstruosidade; os sofrimentos dos que gemeram nos cárceres e no exílio uma ironia à liberdade, o sangue dos que pereceram nos cadafalsos e nos campos de batalha o opróbrio deste século; a monarquia liberal, levantada sobre milhares de cadáveres, e à custa de tantas lágrimas e de tantos sacrifícios, é o símbolo do velho direito divino e do despotismo. Apelem da coluna aquela estátua, que altiva se ergue no meio do Rocio, porque não significa a liberdade desta terra. Acabem por uma vez com esse fingido amor as instituições liberais; rasguem a Carta: proclamem o governo pessoal, à sombra do trono e do mar; sejam francos e leais, e então saberemos todos qual é o regime que impera em Portugal.

Pensávamos, e pensava muita gente, que a única das conquistas da revolução liberal, iniciada em 1816, e continuada em 1832, era a liberdade de discussão, e cuidávamos, e cuidava muita gente, que uma das principais diferenças entre o velho e o novo regime era a liberdade de consciência. Cruel engano! Hoje predomina a antiga intolerância; tem medo o rei e os ministros, a corte e os fidalgos deste tempo, da palavra que sai livre e desafogada dos peitos de cidadãos livres: querem afogá-la, como garantia de segurança para o seu trono, para o seu poderio, para as suas influências, para os seus gozos.

O governo, em portaria assinada pelo sr. marquês de Ávila e Bolama, proibiu as Conferências Democráticas do Cassino Lisbonense, por que (textual) "se tem feito uma série de preleções, em que se expõe e procuram sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições políticas do Estado".

Assim falecia o intendente geral da polícia no ano de 1890, assim fala um ministro do sr. d. Luiz I, do neto de d. Pedro IV, em 1871!

Pensávamos que desde 1831 se inaugurara uma era nova, neste país, por ter acabado o governo pessoal, que florescerá à sombra da Carta; mas, infelizmente, vemos que a intolerância tem hoje no plebeu, engrandecido pela revolução, um denodado general. O sr. marquês de Ávila e dos homens que mais deve a revolução liberal; plebeu, que no antigo regime vegetaria pobremente na sua aldeia, saiu de sua esfera, subiu: o achou-se condecorado com todas as honras aristocráticas, impelido pelo vento revolucionário; mas apenas chegou ao apogeu da grandeza, renegou a sua origem obscura, inchou de orgulho, e atraiçoa a revolução

que lhe deu o ser político. Não admira, é espetáculo vulgar, particularmente naquele que, por um erro do acaso e da fortuna, foram elevados ao fastígio das grandezas sem os méritos correspondentes.

Ora bem, o sr. de Ávila afogou a palavra nas Conferências Democráticas: mas o livro, mas o jornal, o que lhe fará s. exa.? Mas a estas duas formas da manifestação do pensamento, que atuam nas inteligências por um modo mais ativo e eficaz, como as tratará o ministro do sr. d. Luiz I? Como obstará a invasão dos livros e dos jornais estrangeiros, nos quais se advogam ideias muito mais exageradas do que as expostas nas conferências do Cassino?

Já não se pode ressuscitar o tempo em que uma barreira de ferro e fogo, nos *Pyscneus*, e por toda a costa da Península Ibérica, não consentia que a Reforma de Lutero, e o filosofismo que despontava no século XVIII invadissem Portugal e Espanha e ainda mal para nós e nossos vizinhos. Porém, talvez o sr. de Ávila queria ser o inquisidor-mor no reinado do sr. d. Luiz I, era o auge de muita preeminência e decerto fica bem ao homem indispensável da monarquia do meio de d. Pedro IV, a qual por ele se pode aferir quanto vale.

Ora, pois, tem medo, o rei, os ministros e os cortezões da livre discussão, e o sr. marquês de Ávila e Bolama e o executor de alta justiça contra um dos direitos assegurados na Carta, e o encarregado da [...]. Que importa que o código de d. Pedro IV, no [...] garanta sua liberdade do pensamento [...] afirme a liberdade de consciência religiosa, asseguradas que ninguém pode ser perseguido por motivos de religião?

É a velha questão, tratamo-la amplamente por ocasião de e discutir o pensamento [...] que o partido liberal era indiferente a estas [...] praticava com os reacionários, dissemos; então, que havia de amargar o seu erro, agora começava a sentir as famosas consequências de ter [...] portanto princípios.

Eis que o que estas monarquias constitucionais. Fingem aproximar-se das doutrinas democráticas [...] dos termos, mas deixam sempre [...] quando lhes convém [...] despotismo. Exara-se na Carta aquele 3º parágrafo do artigo 115, mas com tais veias, buscadas no arsenal do direito [...] e uma verdadeira traição, em mãos dos Ávilas de todos os governos.

Coincidem com a ação despótica do governo, as denúncias dadas há dias, por um jornal, que se habituou a especular torpemente com tudo quanto pode influir no espírito público, e que recebe inspirações de paço, segundo se diz. Esse jornal, conhecido por encolar, inventar a história de uma senhora, que foi ao paço da Ajuda denunciar a el-rei a existência de delegações da Internacional,

no bairro d'Alcantara; e hoje acrescenta que vários cavalheiros foram ao paço fazer [...] denúncia e que as assinaram, o que é muito comentado e discutido nos círculos aristocráticos; porque o povo caluniado zomba do vil denunciante e dos ridículos fidalgos.

Note-se a coincidência da denúncia do incolor e da proibição das Conferências Democráticas. A denúncia é [...] e infame; se esse jornal tivera cor, é porque tinha sangue nas veias, e quem tem sangue nas veias alguma vezes, pelo menos, lhe tumultua no coração e sob às faces; infelizmente, como não tem cor, isto é, como não tem sangue, por isso sob o influxo maravilhoso e dourado da candidatura [...] entreteve por meses, em sustos ibéricos, este povo, e agora começa, sob a influência do governo pessoal, a especular com a Internacional, metendo sustos com os comunistas de Alcantara.

É curiosa a posição que o tal jornal atribui ao rei, parece que o rei é o chefe da polícia, ao qual se vão dar as denúncias dos atentados contra as instituições São estes baixos aduladores, estes sórdidos especuladores, que muitas vezes, comprometem os reis, inocentes da torpeza de tais velhacos.

Está, portanto, denunciada a existência da Internacional, e estão proibidas as Conferências Democráticas. É sabido que nós não aceitamos todas as doutrinas expostas no Cassino; mas queremos liberdade de pensamento para todos, para nós, e para os nossos adversários. Não estão aí, na imprensa, todos os dias os jornais, que se dizem religiosos, atacando as instituições vigentes e a dinastia, e fazendo da religião arma política? Porque se há de conceder esta liberdade aos reacionários, de exporem livremente as suas ideias, e aso democratas se coarcta o direito de liberdade da expressão do pensamento? Que leis são estas em que o mesmo ato é virtude em uns, e é crime em outros?

Se porventura depois da revolução liberal, havia de continuar neste país a velha intolerância, que veio aqui fazer o sr. d. Pedro IV? Era melhor que se deixasse estar no Brasil, eu fosse viver na Inglaterra ou na Alemanha, que aos portugueses chegaria a hora do seu livramento, e eles próprios fariam a sua constituição mais liberal, pelo menos mais sincera, do que a Carta outorgada por aquele generoso monarca.

O ato do governo é despótico e inepto. É despótico porque contraria o 3º parágrafo do artigo 115 da Carta, e o espírito da revolução liberal, proibindo a livre manifestação do pensamento; – é inepto porque afogando a palavra é impotente [...] e contra o jornal, sem se arrojar a supressão completa da Carta; e o livro e o jornal podem mais, tem maior influência do que o discurso falado.

Notem bem os liberais, que aos reacionários se dão todas as liberdades, e aos democratas se negam, e começa contra eles a guerra no jornalismo cortesão e no governo. Atentem-se bem nestas circunstâncias, e precatemo-nos contra o despotismo azul e branco, cujo ministro é o sr. marquês de Ávila e Bolama, auxiliado pelos seus colegas.

O medo do governo mostra que não confia nas instituições liberais, nem na religião, sendo necessário para as manter imitar a perseguição estulta e ignara contra a liberdade.

A que cabeças está confiada a guarda e a defesa da Carta e do trono? Abala-se o edifício constitucional, vacila o trono ao embate da palavra mais ou menos eloquente e convicta de uns preletores democratas! Débeis instituições são então as que nos regem, que assim perigam desabar ao menor impulso.

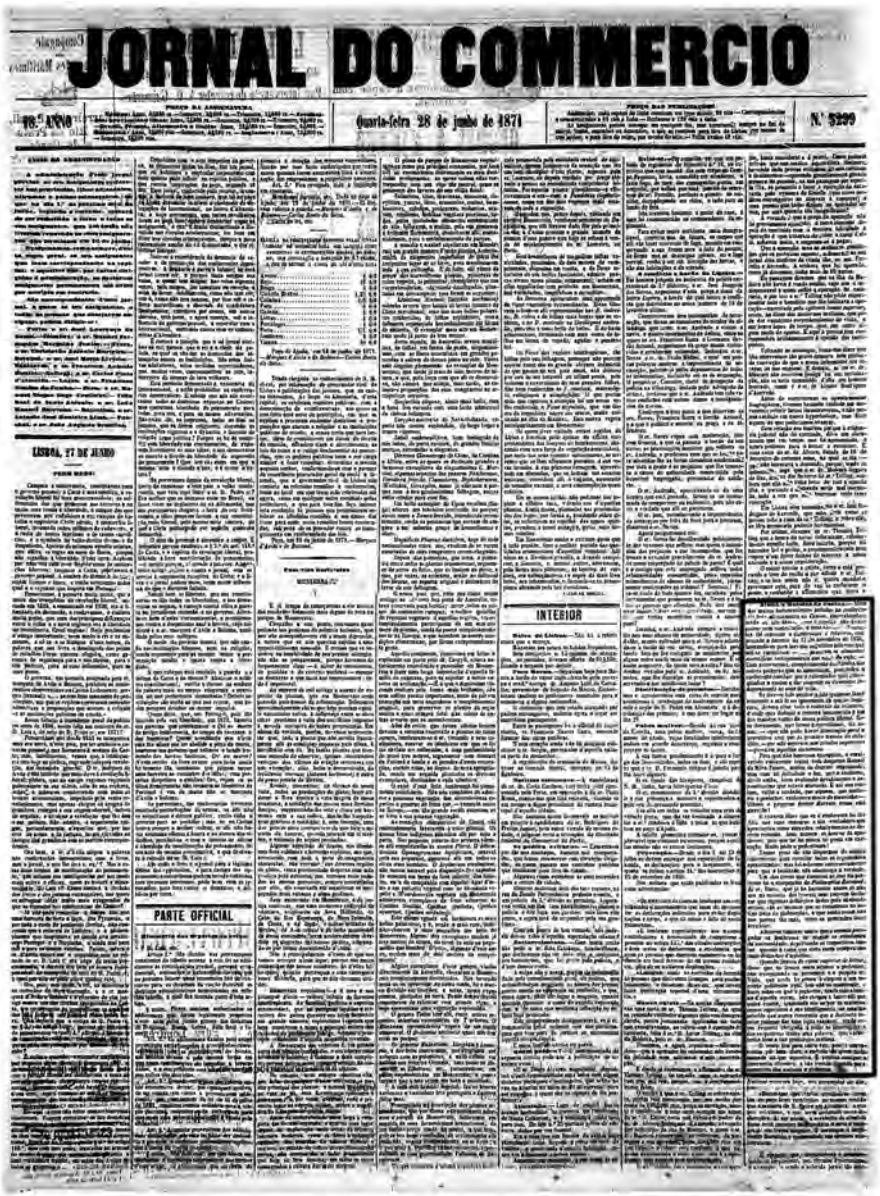
Quem diria, que, em Portugal, país tão louvado pela sua liberdade, em 1871, haveria um governo que proclamasse o Crê ou morre da antiga intolerância, do tempo do carrasco e das fogueiras? Quem acreditaria que neste país tão ufano por ter abolido a pena de morte, houvesse um governo que soltasse o brado tremendo das hordas bárbaras, *Crê ou morre*? Neste século de livre exame para tudo ainda há homens tão insensatos que julgam opor uma barreira ao caminhar das ideias, com portarias despóticas e estultas! Ora, vejam se as ideias democráticas não invadem as fronteiras de Portugal à voz do muito alto sr. marquês de Ávila e Bolama.

Se porventura, das conferências tivessem resultado perturbações da ordem, se aliando se respeitasse o decoro público, razão tinha o governo para as proibir, mas se no Cassino houve sempre a melhor ordem se ali não havia nenhuma ofensa à honra e ao decoro dos cidadãos, proibiu-as e com o intento de abster à liberdade da manifestação do pensamento, foi um ato de insânia governativa, e que desonra o reinado do sr. d. Luiz I.

Ah estão o livro e o jornal para a legítima defesa dos oprimidos, e para castigo dos opressores; e esta tribuna que tem arcado vitoriosa com tiranos temerosos, pode bem com os tiranos, para lhes conter as demasias, e deitá-los por terra.

5.11.2 – Texto 2

Figura 5.17 – *Jornal do Comércio*, 28 jun., p.1


JORNAL DO COMMERCIO

Quarta-feira 28 de junho de 1871

N.º 5299

LISBOA, 27 DE JUNHO

PARTE OFFICIAL

INTERIOR

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Ainda o Messias do ensino – Além dos muitos inconvenientes cotados nas conferências feita ultimamente no Cassino, superabundará ainda as falsidades, que é preciso não deixar passar sem contestação, e uma das [...] foi censurar o discursador o relatório, que precede o decreto de 17 de novembro de 1836, baseando-se para isso nas seguintes palavras que aí se encontram: – ... *possuam os elementos* científicos indispensáveis aos usos da vida. – Com estes termos, completamente desligados das outras palavras que as antecedem, pretendeu o conferente concluir que o reformador quis mesmo quinar o ensino e dar somente os elementos indispensáveis os usos da vida.

Se tivesse lido melhor e não quisesse fazer sobressair a má-fé ou ignorância de que se inspirará, devera citar todo o contexto do relatório, de onde quis deduzir a cesura imerecida a um dos maiores vultos da nossa política liberal. Esse documento, que lemos e apreciamos, diz assim: – que não pode haver ilustração geral e proveitosa sem que as grandes massas de cidadãos, – que não aspiram aos estudos superiores – possuam aqueles elementos.

Para que não houvesse exceções, o enraivecido conferente tratou com desprezo Manuel da Silva Passos, autor do decreto impugnado; mas com tal felicidade o fez, que o auditório, desde então, ficou avaliando devidamente o sapientíssimo que estava aturando. E até nos contam, valha a verdade, que alguém, que conhecia o preletor, exclamava muito de mansinho: – Olhem o pequeno doutor Barrote como está atrevido!

E convém dizer que se o conferente foi tão feliz nas suas censuras e tão verdadeiro nas apreciações como sucedeu relativamente ao decreto referido, bem merece as honras da apoteose; pois tal lei nunca foi posta em execução. Muito pode o pedantismo!

Temos pena de não dispormos de espaço conveniente para apreciar todos os argumentos apresentados: mas falemos sucessivamente para que a falsidade não obscureça a verdade.

Um dos livros que concitou as iras do preletor foi o compêndio de *Filosofia racional*, do sr. Doria, que já há bastantes anos se não usa na maioria dos liceus; mas convém declarar que algumas definições dadas pelo abalizado crítico, são as mesmas que se encontram no antigo livro de filosofia, e que anda assim não nos parece tão mau, como se pretendem fazer acreditar.

Admirou também muito que o sensato pregador se lembrasse de elogiar os estudantes da universidade, deprimindo os respectivos lentes, quando é certo que estes saem sempre demais distintos daqueles.

Quando tratou do curso superior de Letras, disse que os lentes eram atores e pedantes, não excepcionando os presentes e o próprio sr. Viale, que ainda há pouco o elogiou num escrito publicado aqui. Isto não se comenta, e basta saber que o preletor, tendo sido aluno daquele curso, não chegou a fazer ali um único exame, ignorando-nos se pôr as matérias serem superiores à sua inteligência, ou está tão rebelde que nunca consentiu que o distinto escolar pudesse dar uma lição razoável, tendo como resposta obrigada a todas as interrogações dos respectivos lentes uma palavra, que caracteriza bem a sua produção oratória.

O resto fica para outra vez: pois é conveniente por bem clara a audácia de quem nada entendo do que apreciou. É preciso castigar a ignorância altaneira, e isto iremos fazendo para corretivo das audazes e pedantes.

5.12 – *O Partido Constituinte* – 28 de junho

Figura 5.18 – *O Partido Constituinte*, 28 jun., p.1

O PARTIDO CONSTITUINTE

NUM. 69 — Lisboa — Quarta-feira 28 de Junho de 1871 — 1 ANNO

Expediente

Aos srs. assignantes das provincias, que ainda não satisfizeram a importancia das assignaturas respectivas ao trimestre que finda ao ultimo dia do corrente mez, pedimos se sirvam fazel-o quanto antes. Aquelles senhores que não satisfizerem o importe das suas assignaturas, como nos que não as renovarem opportunamente, será sustada a remessa da folha.

SECÇÃO POLITICA

EXPEDIENTE DA REDACÇÃO

De hoje em diante todos os artigos do redactor permanente d'esta folha serão assignados com as iniciaes J. O. do seu appellido.

A correspondencia que nos foi enviada d'Aguedá, e que publicamos n'outro logar d'esta folha, studia á evidencia que a pequena concelhia se está fazendo, por parte das auctoridades publicas uma verdadeira montaria aos eleitores.

Ali as auctoridades disputam qual ha de abusar mais no exercio das suas funcções.

O que porém se torna mais indecente é o procedimento do regedor geral amedrontando os padres que não votarem na candidata official.

Vão abusos das funcções religiosas praticados com tanto cynismo, é insolito e revoltante.

E, porque que as auctoridades se desenganem, e de que os eleitores do concelho d'Aguedá são cidadãos livres e independentes, e não um rebanho de escravos que obedeçam cegamente á vez de qualquer gaforina official.

Saibam que a maior parte dos socios eleitores d'aquelle concelho estão dispostos a desobedecer ás ordens illegaes do visconde geral, que só prevalecem da sua posição official para os coagir aos despotismos, e bem resolvido votar com a sua consciencia, ainda que as soffrerem as castigos do costume.

Os homens livres e independentes prezam acima de tudo a sua dignidade, e não se sujeitam a opprimir homens, ainda com prejuizo de seus interesses.

A reacção ás perseguições da auctoridade é a resistencia aos abusos do poder é a meio que tem os cidadãos de fazerem vingar os seus direitos contra as ilusões dos governantes.

O *Civismo d'Aveiro* pensou que estava posto fóra da lei commum. O governo não se limita a trahir o aquelle circulo, parece que jurou vencer a todo o transe.

Todavia, as informações que recebemos dão animadora sem enganar que, apesar de todas as violencias e de todos os meios de corrupção empregados pela auctoridade, a vontade dos eleitores ha de triumphar, se o governo, como já fez outra epoca, ainda que com infelicidade, não cercar as urnas de cacetadas.

Para isso tambem já posou feita.

As conferencias democraticas

O artigo 145.º da carta constitucional da monarchia portugueza diz assim:

A inviolabilidade dos direitos civis e politicos dos cidadãos portuguezes, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela constituição do reino, pela maneira seguinte:

§ 2.º Todos podem communicar os seus pensamentos por palavras e escriptos, e publicallos pela imprensa, sem dependencia de censura, com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio d'este direito, nos casos, e pela forma que a lei determinar.

O sr. marquez de Avila e de Bolama pediu a continuação das *conferencias democraticas*, que em nada offendiam a religião do Estado, ao luis o moral publica?

O sr. marquez de Avila e de Bolama ficou de pé em gravissimo crime, porque violou escandalosamente um dos mais sagrados direitos que a constituição garante a todos os portuguezes.

E como se faz isto? E como se nos furta? Que audacia, que insania é a d'esse homem funesto, que longe mais affronta aquelles de quem diz ser pares, que insulta o povo, a nação, e os mais auctorisados orgãos da manifestação dos liberaes publicos?

Não foi para isto, não foi para isto em 1871 o espirito reaccionario de sr. marquez de Avila tentou crear-se entre as ruinas do nosso systema constitucional uma regimen tradicional e rachitico, que não vinha as nossas cousas nem ha-de, nem nunca foi mais do que o pesadello afflictivo arrastado aos cabellos, os nossos amigos ensanguentado o pão do exilio, e o sangue de tantos martyres corresse a jorrar nos cadafalsos.

Não foi para ver em 1871 um ministro que ignora como importunello, um mundo como desconhecido, estar aos pés de liberdades publicas, que não, para se conquistar palmas a pulso, a ella por fim, mandassem sobre montões de cadaveres nas linhas do Porto, nos campos de Almoster e da Asseiceira.

Não foi para ver em 1871 um aventureiro politico rasgar impudentemente o codigo sagrado das nossas instituições, que nos escrevessem com a ponta de espada, sem por despeça a sua sangue de portuguezes, a mais gloriosa epopéa constitucional d'este seculo.

Ah! Se Deus poderoso der ensinos, se a materia lavre, o aquelle estatuto de lavoro, que assim ingenuamente em praça da Russia a nove assassinos politicos, porque ter vida por um momento sequer, decreto o direito da grande humana lavra de investigandado obtuir o resto com aquelle pavor, em que todos temos vivido horrivelmente sobre os horrores do Porto quando defendia com o prestigio do seu nome, com a energia do seu genio, com a lealdade de seu caracter, e com o valor do seu espada gloriosa a liberdade deste paiz.

Que dor! e que outro contraste, o impavido mais liberal do seu tempo, quem do acabar que o tivesse politico que visada ha pouco as correias d'aquelle, como outros quaes aqueles que lhe pisaram em, no passado mais alguns grandezas, os orgãos, pseudos dias, insolente e audacioso, o estrangeiro com as mãos publicamente impuras o sacro corpo de reus da liberdade de palavra e de pensamento, vão ultimamente garantido no codigo constitucional, que o orgulho que deste mesmo imperante nos ensinou!

Que dirão os bravos liberaes d'aria pois aquelles bons dogma a nobreza de que, n'um regimen de publicas, os ministros resolem a alma ao desprezo da reacção, e insulta assim a memoria de tantas heroicidades praticadas em nome das suas liberdades?

Dentro dos seus sepulcros devem tremer as cinzas dos que morreram pela liberdade, como chamma sobre as cinzas d'elle não os quiz lisboeta para pensar estas attentados politicos.

Depoimos a penna, lamentando tanta como vez todos os sacrificios, a cuja dos quaes foi regada a emancipação da terra. Não serão estas as ruinas ultimas palavras. Do alto desta tribuna d'onde mostramos dia em dia o sr. marquez de Bolama, com toda a energia de nossa voz, com toda a firmeza das nossas convicções, com toda a independencia do nosso caracter, lavramos longe os despezos publicos o nome do nosso reguio.

Nada espalho do successivo templo da liberdade o constituido possuo que seria morrida a pureza de alli vá para os seus da nação quem, para já da ex. plorar as liberdades publicas, as monopoliza por este modo. Estaja no logar que lhe compete, e para que o fadarem as tendencias reaccionarias de seu espirito, e approvaria detestabilia do seu caracter.

Um projecto de lei eleitoral

(Continuação)

IV

Como a circumstancia, que para nós determina a qualidade de minor, é a de ser filho de pessoa ou curvas d'onde d'ella, como quem supprema que lhe pisaram-em, ao passo que mais alguns grandezas, os orgãos, pseudos dias, insolente e audacioso, o estrangeiro com as mãos publicamente impuras o sacro corpo de reus da liberdade de palavra e de pensamento, vão ultimamente garantido no codigo constitucional, que o orgulho que deste mesmo imperante nos ensinou!

Que dirão os bravos liberaes d'aria pois aquelles bons dogma a nobreza de que, n'um regimen de publicas, os ministros resolem a alma ao desprezo da reacção, e insulta assim a memoria de tantas heroicidades praticadas em nome das suas liberdades?

Dentro dos seus sepulcros devem tremer as cinzas dos que morreram pela liberdade, como chamma sobre as cinzas d'elle não os quiz lisboeta para pensar estas attentados politicos.

Depoimos a penna, lamentando tanta como vez todos os sacrificios, a cuja dos quaes foi regada a emancipação da terra. Não serão estas as ruinas ultimas palavras. Do alto desta tribuna d'onde mostramos dia em dia o sr. marquez de Bolama, com toda a energia de nossa voz, com toda a firmeza das nossas convicções, com toda a independencia do nosso caracter, lavramos longe os despezos publicos o nome do nosso reguio.

Nada espalho do successivo templo da liberdade o constituido possuo que seria morrida a pureza de alli vá para os seus da nação quem, para já da ex. plorar as liberdades publicas, as monopoliza por este modo. Estaja no logar que lhe compete, e para que o fadarem as tendencias reaccionarias de seu espirito, e approvaria detestabilia do seu caracter.

FOLHETIM

OS STUARTS

POR

ALEXANDRE DUMAS

I

Não havia meio de sair pela porta: seria ir ao encontro dos assassinos. O rei quiz sair pelas janellas, mas tinham grades.

Reconhecendo ao que estavão sobre o tinado do sitio em que estava indo perfeitamente que seria vão que fosse a porta e Catharina Douglas passava a broza através das grades, em logar da traves, que fora tirada. Jacques, com o ajuda de um ferro do fogão, conseguiu levantar uma das tabuas e pela abertura se deixou escorregar para o subterraneo, que ficou cheio por aquelle em que estava se bolas, e cuja clara-bóia mandara tapar algumas dias antes. Se estivesse ainda aberta Jacques estava salvo.

Apenas a rainha collocou as tabuas no seu logar, os conspiradores forçaram a porta. Como a fechadura e os ferrolhos estivessem arrancados, só o braço da heroica rapariga existia, e os conspiradores precipitaram-se na sala, armados com pistolas e espadas, derrubaram o ferido quanto se offereceu diante d'ele. Um dos assassinos o matar a

rainha quando um filho de sir Graham, suspendendo-lhe o braço, disse:

—Não é contra a rainha que nós vimos; procuremos o rei!

Durante os gritos a vingança todos os assassinos da sala, mas baldissimo. Um já sair para continuar por outra parte a perquisita quando o pé de um dos companheiros, chamado Hall, embateu na tas mal pedaço de madeira abaixo-o, e levantando descobriu a abertura do subterraneo. Dirigindo para dentro do o claro de sua archote, mostrou o escondido ao mesmo.

—Meus amigos, gritou-elle, sahei a pista!

Depois destas palavras precipitou-se no subterraneo seguido por seus companheiros. Jacques ao lançarem ao rei, do pasmo e orgulho: mas Jacques era vigoroso, e, pesar que tão tivesse armas, defendeu-se valorosamente, matando os mais atrevidos empregado para lhe arrancar os punhos. Tinha já desarmado um, e provavelmente teria o mesmo ao outro, quando Roberto Graham, que corria no encalço do Hall, sellou tambem no subterraneo, de espada em punho. Vendo-se face a face com o seu mortal inimigo, e conhecendo que toda a resistencia era inutil, Jacques pediu que lhe perdoassem, ou que, ao menos, lhe dessem o tempo necessario para se confessar.

—Tu tambem não perdoaste, respondeu Graham; por consequinte não tens direito perdão. Quando a commetteste, feriste-o nas espadas.

E passou-lhe o ferro através do corpo. Custou, porém, Jacques, apesar d'isso, a ter morrer lentamente, de rigosos golpes

um pedaço, os dois irmãos Hall deram cabo d'elle de vez.

Os assassinos fizeram depois para as investidas. A rainha mandou-os perseguir com viva diligencia, e a maior parte d'elles foram presos e enforcados entre horriveis crises. A cerca de Graham foi-lhe arrancada do corpo com tenazes, e o supplicio interminado para que elle visse decapitar seu filho; depois o cortou ao mesmo, até que os os ou lhe fizeram quasi a descoberto, mandando por fim ao horrivel supplicio.

Roberto Stewart, o quem o tinha ficou promettido, pedindo rapidamente ao de Graham a mercê de ser um dos depois da sua fim de seus supplicios.

Quanto ao conde de Atlantil foi apenas decapitado, na allegação á sua fidelidade ao seu.

II

Jacques II, filho de Jacques I, chegou á maioridade no meio de guerras civis. Era homem de boas prendas, mas tinha os seus espiritos uma larga mancha vermelha; pelo que lhe chamavam o rei do fogo.

Ao principio da maioridade nomeou Archibaldo Douglas successivamente governador do reino, mas julgando perigoso entregar nas tal cargo nas mãos de homem tão ultivo e ambicioso como era Archibaldo, retirou-lhe-o, foi logo uma affronta que tendeu Douglas profundo. Archibaldo retirou-se ao seu castello e foi um convite aos parentes e amigos para marcharem com elle contra o rei. Muitos accederam; uns outros, apesar das ameaças, declararam que se conservariam fieis ao rei: d'este numero era Mac Lellan de Galloway.

Douglas, irritado por tal recusa, começou a reunir todos os vassallos e castello d'aquelle que designava constituir-se fiel ao rei: e como o houvesse investido de hostilidades, lavrou-se as primeiras alagas, quebrando Mac-Lellan a quem levou para a fortaleza de Tarbive, no margem do Dee.

Constando isto ordem a Patrick Gray, comarca Dode da parte dos povos, e do mesmo de Mac Lellan, que estavão Archibaldo como levantar inquieto, foi logo-se aos pés do rei, que o animava, e explorar-lhe que o anciã tinham a empregar todos os diligencias para conseguir que os adversarios partasse da serra de Grivale e Berries, aos quaes Douglas fizera decapitar. Como todo o crime de Mac Lellan consistia na sua fidelidade a Douglas, este tomou a negocio a peito e deu a Patrick Gray uma carta para o castello de Douglas, um que lhe podia ser entregue Mac Lellan e sir Patrick.

Partio este uma perda de tempo para o castello de Tarbive e chegou á habitação de Douglas na occasião em que se levantavão da mesa. O convite foi aceito, apesar da fria recepção que Archibaldo lhe fez, pois explicou-lhe immediatamente o motivo da sua visita; uma Douglas mais que depressa entre os seus companheiros e outro chefe. Como ao ridiculo mesmo tempo os mais principaes, Patrick Gray ordeu-o, graças á amizade de Douglas, foram almoçados mesa.

Acabando de comer, Gray apresentou a carta do rei a Douglas, que a recebeu com respeito, agradecendo a Patrick o favor-lhe proporcionado occasião de resolver da gravissima carta de soberano, julgando ella dizia haver ordenado as suas ingratas. Depois lamentou Patrick pela sido, disse-lhe:

—Amigo; se vossa desejos e os do rei não vos satisfazer; Mac Lellan vos ficará mal.

Douglas leram se Patrick ao palmo, e quando chegou ao ponto onde falava, deixou-lhe cair com uma ironia infernal, tornando a pegar e apresentar-lhe ou carta dizendo resolvesse decisão:

—Sr. Patrick, disse elle, cheguei infelizmente um pouco tarde. Ah! minha o filho de vossa irmã: falta-lhe a cabeça; é certo; mas o corpo está á vossa disposição.

—Miserel, disse Gray pallido e com os cabellos em pé, vinha que lhe tirasse o chapeo, pedia dizer do corpo.

E saltando sobre o cavallo que lhe a arrastou ao paiz; continuou com todo do profundo assombro:

—Miserel, se me ella Eduar a vida, juro-vos que me livrei de pagar cara esta vil acção.

E, proseguindo a galope pela porta que estava aberta, desappareceu n'um instante.

—A cavallo! — gritou Douglas. Trabalho é aqui! Será preciso deixar tão bom sequestro do cadaveiro.

Os criados de Douglas obedeceram a. Montou o o perseguirem Patrick. o'a na distancia de cousa á milhas: mas como este ia mais ongeadito cavallo conseguiu escapar-lhe.

(*Continúa.*)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

As Conferências Democráticas

O artigo 145 da Carta Constitucional da monarquia português diz assim:

A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos portugueses, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Reino, pela maneira seguinte:

§3º Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras e escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, com tanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste direito, nos casos, e pela forma que a lei determinar.

O sr. marquês de Ávila e de Bolama proibiu a continuação das *Conferências Democráticas*, que em nada ofendia a religião do Estado, as leis e a moral pública!

O sr. marquês de Ávila e Bolama é, portanto, réu de um gravíssimo crime, porque violou sacrilegamente um dos mais sagrados direitos que a constituição garante a todos os portugueses.

E como se faz isto! E como se ousa tanto! Que audácia, que insana é a deste homem funesto, que lança uma afronta destas faces dum país que deu o seu sangue, e os seus sacrifícios para a manutenção das liberdades públicas?

Não foi para isto, não foi para ver em 1871 o espírito reacionário do sr. marquês de Ávila tentando erguer sobre as ruínas do sistema constitucional um regime tradicional e raquítico, que nós vimos as nossas casas incendiadas, os nossos bens sequestrados, as nossas famílias arrastadas nos calabouços, os nossos amigos mendigando o pão do exílio, e o sangue de tantos mártires correndo a jorros nos cadafalsos.

Não foi para ver no ano de 1871, um ministro tão ignaro como imprudente, tão ousado como reacionário, calcar os pés as liberdades públicas, que nós, para as conquistar palmo a palmo, e dia por dia, marchamos sobre montões de cadáveres nas linhas do Porto, nos campos de Almoster e da Asseisseira.

Não foi para ver em 1871 um aventureiro político rasgar impudentemente o código sagrado das nossas instituições, que nós escrevemos com a ponta de espada, tinta por desgraça em sangue de portugueses, a mais gloriosa epopeia constitucional deste século.

Oh! Se Deus pudesse dar sentimento a matéria inerte, e aquela estátua de bronze, que assiste impassível na praça do Rocio a estes atentados políticos, pudesse ter vida por um momento sequer, decerto o vulto do grande homem havia de envergonhado cobrir o rosto com aquele manto, em que tantas vezes o vimos envolvido sobre baluartes do Porto quando defendia com o prestígio do

seu nome, com a energia do seu espírito, com a lealdade do seu caráter, e com o valor da sua espada gloriosa a liberdade deste país.

Que dirá este outro monarca, o imperante mais liberal do seu tempo, quando souber que o tarifo político que ainda há pouco se curvava diante dele, como quem esperava que lhe pendurasse ao pescoço mais alguma grã-cruz, se ergueu, passados dias, insolente e ambicioso, e estrangulou com as mãos politicamente impuras o sagradíssimo direito da liberdade da palavra e do pensamento, tão solenemente garantido no código constitucional, que o Augusto Pai desse mesmo imperante nos outorgou?

Que dirão os homens liberais deste país quando lhe chegar a notícia de que, em um regime de garantias políticas, esse ministro vendeu a alma ao demônio da reação, e insulta assim a memória de tantas heroicidades praticadas em nome delas?

Dentro dos seus sepulcros devem tremer as cinzas dos que morreram pela liberdade, como choramos sobre as ruínas delas nós os que ficamos para presenciar este atentado político.

Depois a pena, lamentamos mais uma vez todos os sacrifícios, à custa dos quais foi resgatada a emancipação desta terra. Não serão estas as nossas últimas palavras. Do alto desta tribuna de onde zombamos das iras do sr. marquês de Bolama, com toda a energia da nossa voz, com toda a firmeza das nossas convicções, com toda a independência do nosso caráter, havemos lançar ao desprezo público o nome do novo regulo.

Seja expulso do sacrossanto templo da liberdade o vendilhão político que assim macula a pureza dela. Vá para os antros da reação quem, farto já de explorar as liberdades públicas, as menospreza por este modo. Esteja no lugar que lhe compete, e para tudo que fadaram as tendências reacionárias do seu espírito, e aprovada deslealdade do seu caráter.

5.13 – *Jornal da Noite* – 28 e 29 de junho

Figura 5.19 – *Jornal da Noite*, 28 e 29 jun., p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 152 | Quarta e Quinta feira 28 e 29 de junho de 1871 | 1.º anno

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

5.13.1 – Texto 1

Lisboa 28 de junho

Ainda se fala das conferências e da portaria que os proibiu. Acerca da interpretação dela escrevemos em artigo especial com sincero desejo de que o governo nos atos necessários para defender a sociedade e as leis reúna ao seu poder executivo a força moral que só o firma e sustenta.

Seremos implacáveis, dizia o sr. Thiers ao debelar a Comuna de Paris, mas segundo as disposições das leis, e sem abusar delas para não incorremos nas faltas que censuramos nos adversários. É a boa doutrina.

O abuso provoca sempre reação, mas quem governa tem que precaver-se contra esta e contra aquele. Cabendo-lhe manter a execução das leis, não pode violá-las. Nem o deseja de certo o sr. marquês de Ávila que se educou nos princípios liberais e tem dado sobejas provas de que os compreende.

Ninguém ignora que nas circunstâncias atuais da Europa pesam sobre os governos graves responsabilidades, porque lhes está confiada a defesa da ordem pública e a de todos os direitos dos cidadãos.

5.13.2 – Texto 2

CONFERÊNCIAS DEMOCRÁTICAS

No *Diário* de ontem, vinha a portaria que proibiu as *Conferências do Cassino*. Só hoje tivemos o conhecimento dos termos em que foi redigida. Diz assim:

"Tendo chegado ao conhecimento de sua majestade o rei, por informação do governador civil de Lisboa e publicações dos jornais, que no Cassino Lisbonense no Largo da Abegoaria, desta capital, se celebram reuniões públicas com a denominação de 'conferências', nas quais se tem feito uma serie de preleções em que se expõem e procuram sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições públicas do Estado; e sendo certo que tais fatos, além de constituírem um abuso do direito de reunião, ofendeu clara e diretamente as leis do termo e o código fundamental da monarquia, que os poderes públicos têm a seu cargo manter e fazer respeitar: determina o mesmo augusto senhor, conformando-se com o parecer do conselheiro procurador geral da Coroa e Fazenda, que o governador civil de Lisboa não consulta as referidas reuniões e conferências, tanto no local em que tem sido celebradas até agora, como em qualquer outro escolhido

pelos preletores, e que para este fim faça intimidar esta resolução as pessoas que pretenderem celebrar as aludidas reuniões e aos donos das casas para onde essas reuniões forem convocadas, sob a pena de se proceder contra os transgressores em conformidade das leis. Paço em 26 de junho de 1871. – Marquês de Ávila e Bolama".

Não nos parece claro o sentido, e vale a pena investigá-lo porque o assunto respeita a liberdade dos cidadãos.

É absurdo supor que, a portaria só proíbe as conferências já feitas. Essas, boas ou más, estão feitas. Também se não compreende que condene as conferências futuras as quais, como a do sr. Soromenho, podiam ser exemplares no respeito às leis e à religião. Seria condenar a palavra antes de pronunciada. Não é possível.

Referir-se-á apenas aqueles preletores a proibição da portaria ou ficam proibidas dessas conferências sem excetuar as do Grêmio, do Centro Promoteur e outras que tem sido sempre instrutiva, morais em conformidade com a leis? Se o governo diz que procede por causa do abuso, como há de condenar o uso?

Não sabemos senão que as limitações à liberdade, sendo tidas por odiosas até por aqueles que são obrigados a decretá-las, devem interpretar-se restritamente, segundo os princípios da jurisprudência.

São sujeitas a mil inconvenientes a ambiguidades as providencias preventivas. As que reprimem, sobre serem mais constitucionais, procedem com grande simplicidade e sem perigo de abuso de parte do governo. Verifica-se o fato e sujeita-se aos tribunais que decidem segundo as leis.

É fora de dúvidas que se os preletores violaram as leis, devem ser processados. Nem o ministério público nem o governo podem neste ponto dispensar no Código Penal. Mas não será justo que a liberdade de todos padeça por causa da licença de alguns.

Parece-nos que a portaria não pode proibir quaisquer reuniões em que se trata de política e de religião, porque a própria Carta permite que os judeus preguem nas sinagogas e os protestantes nas suas igrejas, contanto quem casa não tem forma exterior de templo. A liberdade de reunião foi sempre mantida entre nós pelo partido progressista a despeito de todas as pretensões administrativas.

É de crer que o governo se referisse unicamente a reuniões em casas de espetáculos, anunciados nos jornais e com bilhetes pagos porque de outro modo seria vedar a cada particular o exercício de direito de convidar para a sua casa quem lhe parecer, e de conversar nela acerca do que lhe convier, direito que não pode ser suprimido, mas só castigado o abuso dele.

Ao governo cumpre manter rigorosamente as leis, mas sem melhorar a posição dos que os ofendem e violam. Por isso interpretamos no sentido mais constitucional a portaria do governo, sem, contudo, ficarmos certos de que seja esse o seu verdadeiro sentido.

5.14 – *O Partido Constituinte* – 29 de junho

Figura 5.20 – *O Partido Constituinte*, 29 jun., p.1

O PARTIDO CONSTITUINTE

NUM. 70 — Lisboa — Quinta-feira 29 de Junho de 1871 — 1 ANNO

Expediente

SECÇÃO POLITICA

As conferencias democraticas

FOLHETIM

OS STUARTS

ALEXANDRE DUMAS

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

As Conferências Democráticas

Já dissemos num dos números deste jornal, repetimos hoje, porque queremos só a responsabilidade das nossas opiniões. Mas essa aceitamo-la sempre, e para quaisquer efeitos.

Nada temos com as Conferências Democráticas. Não demos para elas conselho, nem direção. Correspondendo à cortesia dos cavalheiros, que nos convidaram para assistir a elas, ao comparecermos todas as noites. Não vimos que fossem, ligeiramente sequer, ofendidas as leis, a moral pública, ou a religião do Estado.

Por que foram então proibidas as conferências? Por que foi de um modo tão insólito, "coarctada" a liberdade da palavra, e do pensamento a uns poucos de mancebos estudiosos, cada um dos quais vale mais do que o sr. marquês de Bolama pela grandeza da sua inteligência e pela nobreza do seu caráter? Porque se pretende assim abafar a nascença, a voz, inofensiva da juventude, que se não tem o peito coberto de condecorações obtidas pelo favor da fortuna, abriga nele sentimentos de liberdade, e de amor da pátria, que é moeda de mais valia, embora não tenha curso no mercado político do sr. marquês de Bolama?

Por quê? Quereis saber a razão porque o sr. marquês de Bolama mandou fechar a sala das conferências, por meio de uma portaria, que tem tanto de ousada, como de inepta?

É porque o sr. marquês de Bolama, tendo-se engrandecido à sombra da liberdade, agora na decrepitude da vida rendeu-se ao demônio da reação. Pacto indecoroso. O que se ignora é quais foram as tentativas que deram ao Esaú como preço da veniaga.

E porque o sr. marquês de Bolama da escola política daqueles tempos, em que se reprimia a liberdade de imprensa, em que se alterava contra a independência da magistratura judiciária, em que os altares sagrados eram manchados com sangue do povo no momento em que ele, no uso legítimo dos seus direitos, e na majestade da sua atitude constitucional, exercia o ato mais nobre e solene da vida pública.

É porque o sr. marquês de Bolama vive das tradições cruentas daquela época, em que nós, os homens sinceramente liberais, gemíamos nas masmorras, nas persigangas e nos exílios. Vítimas da resistência pertinaz que fazíamos as demasias de governos obnóxios e intileraules.

E porque o sr. marquês de Bolama crescia em distinção e poder no meio de uma política insidiosa, e reacionária, enquanto do período calamitoso das nossas

lutas civis, arriscávamos a vida nos campos de batalha em defesa das nobres e gloriosas ideias da escola liberal progressista.

E porque em política o sr. marquês de Bolama é o tartufo que afivela todas as máscaras, é o catavento que volta a todas as direções, é o barro que recebe todas as formas. Prodigamos avarento nas distribuições dos favores, humilde ou soberbo conforme a posição que ocupa na vida pública, simulo ou audacioso? Segundo a gravidade do perigo e a probidade da resistência, aquele espírito maleável tem sabido ilustre com este aparato de uma fantasmagórica ridícula os encantos, que o não estudavam nas mais variadas transformações.

Hoje, porém, o truão político tirou a máscara, e caindo nos naturais instintos da sua índole, apresento-as tal qual é. Apostado da reação e pouco escrupulosa nos meios de a servir.

Eis aqui porque ele proibia as Conferências Democráticas de onde podiam, e seguramente haviam de vir, com sisudez, e com ordem, muitas ideias de progresso e de ilustração.

Assim ficaram definidas as posições. Foi a ignorância reagindo contra a ciência, a prepotência contra a legalidade, a força contra o direito.

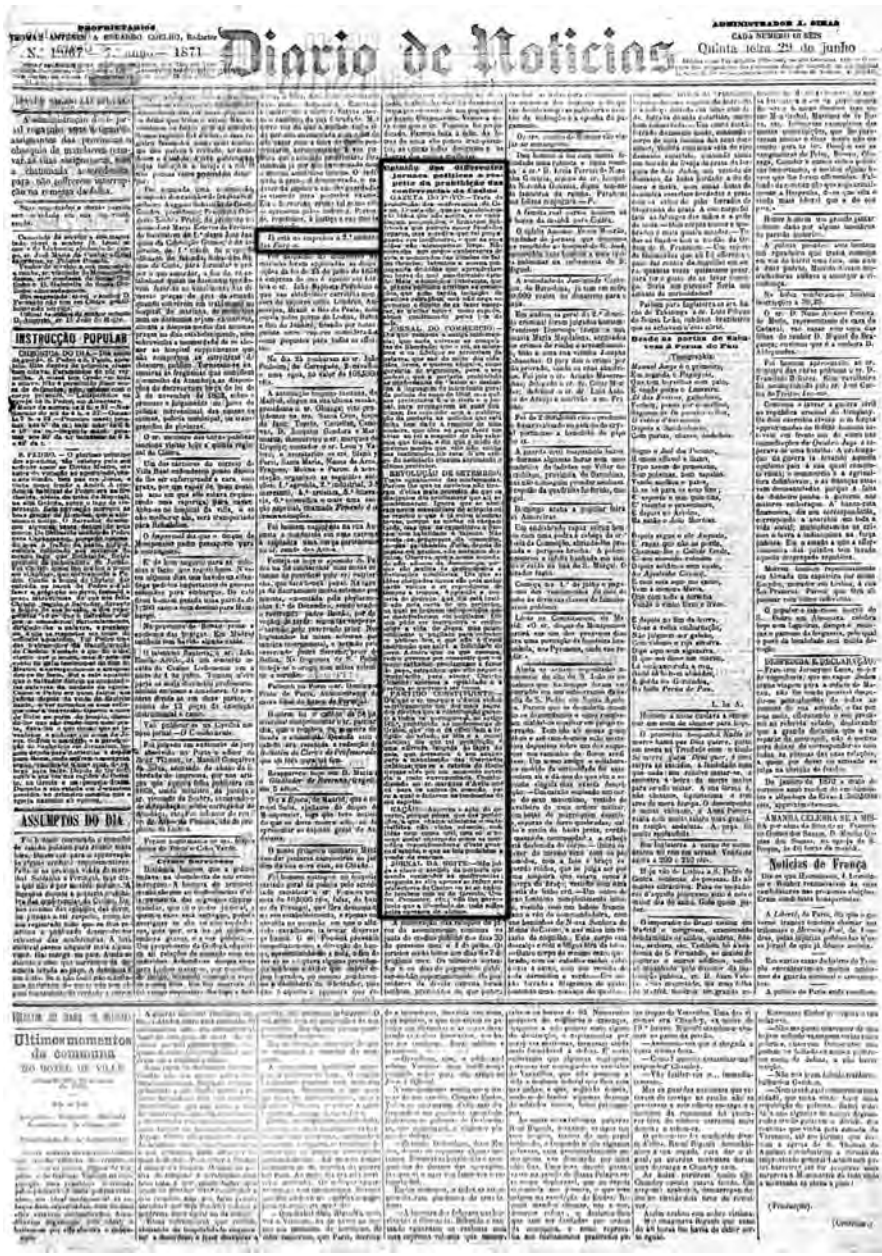
Agora pois que aquele fantasma político se apresentou em toda sua nudez é necessário descarná-lo fibra por fibra até que o país possa vê-lo no fundo da alma os instintos reacionários.

Há ali muito que analisar. É um trabalho repugnante: mas com estas disseções morais de uns certos caráteres públicos faz-se ao país um serviço relevantíssimo.

De resto não nos assustam os ímpetos reacionários do sr. marquês de Bolama. A árvore da liberdade tem muito vigor e não tomba com a roedura dos vermes.

5.15 – *Diário de Notícias* – 29 de junho

Figura 5.21 – *Diário de Notícias*, 29 jun., p.1


Diario de Noticias

Quinta feira 29 de junho

INSTRUCÇÃO POPULAR

ASSUMPTOS DO DIA

Ultimos momentos da Commuña

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Já está na imprensa o 2º **número de** *As Farpas.*

Opinião dos diferentes jornais políticos a respeito da proibição das Conferências do Cassino

GAZETA PO POVO: – Trata da proibição das conferências do Cassino. Consta-lhe que se aposto raça e há ideias que não aceita e se enunciaram proposições e firmaram doutrina que poderia opor fundados reparos, mas acreditava que tal propaganda era inofensiva, "que as suas ações não **alcançariam força. Não estranha que moço exuberante de vida e namorados das ilusões de falsas teorias, intenta a acrena propaganda das ideias que aprenderiam em horas de mal amadurecido e a tudo. Mas as ambições literárias, que a planos políticos atribuiu as preleções que acha tardia imitação de práticas estranhas, mas não nega ao governo o direito de as fazer encerrar, se nelas houve como supõe, abuso condenado pelas leis do país.**

JORNAL DO COMÉRCIO: – Diz que campeia a antiga intolerância; que nada valeram as conquistas da liberdade; que o rei, os ministros e os fidalgos se arreceiam da palavra, que sai do peito dos cidadãos livres, e querem afogá-la, como garantia de segurança, para o seu poderio; que a portaria proibindo as conferências do Cassino os assemelha a linguagem do intendente geral da polícia do ano de 1800, mas que aos preletores fica o livro e o jornal, para propagarem as suas doutrinas; faz coincidir com a publicação da portaria as notícias que esta folha tem dado a respeito de uma senhora, que fora ao paço fazer um aviso ao rei a respeito de não sabemos que trama, e diz que o medo do governo mostra que ela não contia nas instituições librada. Num artigo do noticiário censura acremente o **ú**ltimo preletor.

REVOLUÇÃO DE SETEMBRO: – Trata igualmente das conferências. Parece-lhe que os ouvintes não tiraram delas mais proveito do que os discípulos dos professores que ali se condenaram. Ignora que **aí** abriram novos mananciais de ciência ou se repetiu o que é já velho noutras terras, porque a modas cá chegam tarde, mas que os expositores os fixaram com habilidade e talento. Não receia os progressos da Comuna, porque as teorias dele, depois de postas em prática, não merecem desculpa. Observa que a nossa sociedade não adoece de democracia, porque são muitos os pretendentes as distinções nobiliárias. Diz que as ideias chamadas novas são pela maior parte velhas e se reproduzem de tempos a tempos. Aplaude a portaria do governo que diz está justificada pela carta de um preletor, na qual se indicam indisposições que se manifestariam em

pugilatos. Diz que pode ser instrutiva a críticas sobre a vida de Jesus, mas pouco edificante o pugilato para entreter os filósofos bons, e que não é dessa instrução que sairá a felicidade do povo. Admira que os que censuraram o governo por consentir que um bispo católico proclamasse a favor do papa, estranhem que ele negue o beneplácito para atacar Cristo. Continue: amemos a igualdade e a justiça se queremos ser livres.

PARTIDO CONSTITUINTE: – Diz que o sr. marquês de Ávila violou sacrilegamente um dos mais sagrados direitos que a constituição garante a todos os portugueses, no artigo 145, proibindo as conferências do Cassino, que em nada ofendiam a religião do Estado, as leis e a moral pública: diz que tal proibição é uma afronta lançada às faces do país, que derramou o seu sangue para a manutenção das liberdades públicas; que eu a estátua do Rocio tivesse vida por um momento cobriria o rosto envergonhada. Conclui dizendo ao sr. marquês de Ávila que vá para os antros da reação, para a qual fadaram as tendências do seu espírito.

NAÇÃO: – Aprova o ato do governo, porque prova que das preleções, a que chama ateístas e materialistas, não vinha ciência, nem ideia nem coisa útil, mas só o veneno social entornado sobre as multidões desconhecedoras deste gênero de estudos, e que as leis proíbem a venda de venenos.

JORNAL DA NOITE: – Não julgue a claro o sentido da portaria que manda suspender as conferências; pergunta se ela apenas se refere aos preletores do Cassino eu se entende também com os do Grêmio, Centro Promotor, etc.; não lhe parece justo que a liberdade de todos sofra pelos excessos de alguns.

5.16 – *Jornal da Noite* – 29 e 30 de junho

Figura 5.22 – *Jornal da Noite*, 29 e 30 jun., p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 153 | Quinta e Sexta feira 29 e 30 de junho de 1871 | 1.º anno

Telegramas

SERVIÇO SUB-MARINO

FOLHETIM

O PADRASTO

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 5.23 – *Jornal da Noite*, 29 e 30 jun., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

O Primeiro de Janeiro censura o governo por ter proibido as Conferências do Cassino, obra de rapazes estudiosos que desejavam espalhar luz, ideias e doutrinas. E nota que não usa igual severidade com os bispos que fazem pastorais, nem com os pregadores antidinásticos, nem com os jornais que ofendem as instituições e o rei.

5.17 – Opúsculo – "Carta ao exmo. sr. marquês de Ávila e Bolama" – por Jaime Batalha Reis[2]

[...] V. exa. não entende nada disto, e tem para si que a razão humana e as leis são imóveis. Tudo que pode tender a modificar as leis ataca-as. V. exa. diz ao espírito que não passe dum código e diz ao homem que não pense.

Ora tudo provém de v. exa. ser conservador.

Há abismos de inépcia, de estupidez, de disparate, na interpretação que a maior parte da gente dá a esta palavra. Eu tenho todos os motivos para crer que é essa a interpretação de v. exa.

Todavia há no mundo conservadores inteligentes, conservadores que estudam serena e prudentemente o que a corrente das ideias e o trabalho dos espíritos vão realizando, o que o estado dos povos vai consagrando. Conservadores que conservam as conquistas realizadas; que por um lado evitam as inoportunidades (porque não há ideias subversivas, há ideias inoportunas) mas por outro e por isso mesmo, seguem a evolução fatal e necessária; que avaliam o espírito da legislação, que compreendem num conflito entre instituições que se destroem quais as que pertencem ao presente manter e desenvolver, quais as que têm de ficar.

Conservadores que como as classes elevadas da Inglaterra não por esse mesmo fato socialistas e liberais.

Mas v. exa. é conservador de outra espécie. V. exa. é conservador porque conserva – conserva tudo – tudo como está, inalterável. Para v. exa. esse sistema político tem o caráter duma teima. Os grupos e partidos políticos tem sido na história representados por característicos que saem da sua vida, da sua maneira de obrar.

Aos conservadores da espécie de v. exa. só posso caracterizá-los dizendo que são cabeçudos.

---

2 Texto original publicado em: Porto, Tipografia Comercial, 1871, p.9-12, total 12 p. Extraído de Medina, *As Conferências do Casino e o socialismo em Portugal*, p.86-90.

O ser conservador desta forma é uma forma de ser idiota. É isto a irracionalidade e a insensatez formando sistema.

Não. V. exa. não pode dizer ao povo português que se conserve estranho ao movimento de ideias do século: não pode condenar toda a nação a imitar a sua ignorância.

Em geral se pode dizer que hoje o português é menos homem que o alemão e que o francês.

O homem de um dado século é um grupo de ideias e de sentimentos, é uma alma com uma dada soma de princípios e uma certa porção de tendências e de preocupações. Na história, em cada século, há mais homens que os do século anterior; mais ricos, com mais órgãos morais para assim dizer; realmente outros seres. V. exa. sabe quem é Darwin? Não sabe.

Pois segundo os trabalhos deste sábio e de muitos outros, se v. exa. fosse abstraindo sucessivamente das camadas de ideias que cada vez fazem na história um homem mais homem, chegaria a encontrar um ente que v. exa. tomaria talvez por um obediente súdito português, por um seu eleitor, mas que a ciência implacável lhe diria ser um *Chimpanzé*.

Hoje, não se preocupar com os trabalhos filosóficos, não ter o espírito crítico e científico é não ser homem. Se v. exa. se não sentir animado destas novas ideias, se não conhecer no seu espírito a justificação de todas elas, se não reconhecer ao menos a razão destas correntes, acredita-me: – não é homem. – Ora como v. exa. entende que tudo isso leva o cidadão a ofender as leis do Estado, e v. exa. é incapaz – sejamos justos! – de ter inteligência, sentimento, elevação de espírito, consciência, quando isso for contra a lei – concluo que v. exa. não é homem.

São as ideias modernas que fazem o homem moderno. Pobres ideias modernas! Veja v. exa. que pouca força elas têm tido sempre em Portugal que ainda (como será seu dever logo que reinem) – não expulsaram a v. exa. da cadeira de presidente de uma Academia de Ciências!

Pois bem, no mundo de hoje fazem-se homens e as almas podem ter o seu tamanho natural.

Em Portugal v. exa. suprime faculdades e sentimentos.

Ao escravo tira-se a vontade e o homem fica envilecido no escravo. V. exa. tentou tirar-nos mais: o pensamento e a consciência.

É por isto que a Portaria de 26 de junho feriu a dignidade humana, é por isto que v. exa. é um homicida, é por isto que eu protesto em nome da minha dignidade, e que diante da humanidade o acuso de ter tocado na sua honra.

Agora, sr. marquês, permita-me v. exa. que diante do país lhe exponha ainda alguns fatos.

Eu sou socialista. É a primeira vez que publicamente o declaro. Contava fazê-lo na sala do Casino e expor aí as razões porque o socialismo é hoje para mim mais que uma convicção, mais que um e era este um dos pontos principais da minha conferência. Era e será, se v. exa. não organizar, antes de eu escrever o que teria dito, o *Index expurgatorius* de que já falei.

O que se vê pela mais superficial observação e o que eu ia demonstrar ao Casino, é que não há hoje no mundo uma moral, e que é o socialismo que deve fundá-la. Eu, socialista, acusado com os meus correligionários de atentar contra a moral e contra a família, ia expor as bases de uma, e procurar com elas dizer como é hoje, no meio das instituições que v. exa. representa e no meio dos costumes que v. exa. e os seus protegem e favorecem, que a outra se desorganiza e se degrada. Eu ia falar duma moral e duma família mil vezes mais pura, mais sublime, mais santa do que a que por aí anda escandalosa, ou o que não é melhor, hipócrita e falsa.

Sabe v. exa. o que fez, fechando a sala do Casino?

Uma ação contra a moral;

Um convite a corrupção;

A educação pela mentira da nossa mocidade.

Eu tenho procurado fundamentar no estímulo e na reflexão as minhas ideias. A verdade, esta verdade que se manifesta às mais fracas inteligências, a verdade ou o que se afigurou como tal, foi lentamente modificando as formas morais que a educação me havia feito. Cheguei a possuir convicções sinceras com o meu trabalho, prosseguido com a maior boa-fé, tendo por prevenções exatamente as ideias do passado que em mim se destruíam pouco a pouco.

Quando se chega ao erro por este processo, sr. marquês, julgo eu que esse erro merece as luzes, mas também o respeito de todos. E, deixe-me v. exa. dizê-lo daqui aos homens políticos de Portugal, não é um interesse, mas uma convicção que me prende as ideias que professo.

Quantos desses políticos cépticos e indiferentes poderão dizer o mesmo?!

Quando um homem tem uma convicção deve dizê-la aos seus concidadãos, ao seu país: que a palavra seja honrada e sincera é o que se pede; mais nada. Isto é o que me diz a minha moral.

Agora vejamos o que me diz v. exa. e o que me diz o exemplo público – os costumes.

Eu tenho por muitas vezes ouvido nas assembleias políticas de Portugal, homens que conheço particularmente, cujas ideias, cujos sentimentos, cujos resultados de estudo, cujas convicções enfim não são para mim um segredo.

Pois bem, eu tenho nos parlamentos ouvido mentir esses homens. Mediante diante do país, diante da consciência pública que não devia pedir-lhes mais que a probidade da consciência deles; mentir diante do que os vira apurar no estudo a ideia contrária à que declamavam ali; mentir com a audácia que dá o cinismo; mentir com a segurança que dá a certeza de que seguem a moral pública; mentir com as lágrimas nos olhos, representarem ante o país a vil comédia da hipocrisia e das suas vendidas convicções.

Sabe v. exa. quem são esses homens?

Esses homens são os aduladores do poder, dos grupos elevados, da opinião, da popularidade;

Esses homens são os áulicos do que julgam ser a ideia favorita do momento;

Esses homens são os ambiciosos mesquinhos das veneras e dos ordenados;

Esses homens são os produtos de uma sociedade sem moral;

Esses homens são os corruptos do constitucionalismo;

Esses homens são filhos das portarias de v. exa.

O que hão de fazer das suas convicções os homens honestos quando elas forem contrárias à opinião pública?

Da portaria que fechou as Conferências do Casio conclui-se:

Que a probidade do homem público é contrária à lei;

Que mentir ao país é uma instituição;

Que mentir jurando a Carta e a Religião do Estado tem a sanção da moral de v. exa.

Há ainda coisas mais tristes, sr. marquês, e que são resultado do que acabo de expor:

Sabe v. exa. quantas consciências, quantas probidades, quantas dignidades puras se tem imolado às instituições imorais deste país?

Sabe v. exa. quantos corações se tem prostituídos, para viver vida que v. exa. e os seus não possam perturbar com as suas Portarias? Sabe v. exa. quantos espíritos se tem desonrado pondo a sua voz e a sua inteligência ao serviço de ideias que não tem, só porque precisam viver e ganhar o santo sustento da família?

Ah! Sr. marquês, chegou momento, e eu agradeço a v. exa. o tê-lo feito aproximar, chegou o omento de ver os efeitos deste sistema corruptor, de olharmos para os mártires que v. exa. e os seus tem feito, talvez, o que lhes não diminui o crime, sem consciência nem cálculo.

Sabe v. exa. por que das trezentas ou quatrocentas pessoas que nos acompanharam a protestar contra a sua portaria apenas assinaram 59? Porque as outras eram empregados públicos, isto é: homens que não podiam manifestar a sua consciência, a sua convicção, homens a quem v. exa. demitiria no dia seguinte aquele em que tivesse mostrado que possuíam uma alma, uma ideia, um sintoma de independência.

E sabe v. exa. o que diz a opinião pública?

Que nunca eu serei nem agrônomo oficial para que, todavia, me habilitam os meus trabalhos e os meus cursos, nem cônsul de Portugal para que me habilitou um concurso por provas públicas.

Há só uma coisa que consola no mundo de tudo: é ter um alto ideal do dever e procurar realizá-lo.

Foi em cumprimento do meu dever que me propus a falar na sala do Casino; é em cumprimento ainda do meu dever que escrevo esta carta a v. exa.

Muito do estilo dela deriva de eu me ter colocado no seguinte ponto de vista: a ignorância de v. exa.

O que v. exa. fez obriga-me a descrer ou da sua ilustração ou da sua probidade. Eu descri da sua ilustração. Todos os atos da vida de v. exa. me autorizavam a fazê-lo.

(Publicada em 30 de junho de 1871)

5.18 – Opúsculo – "Carta ao exmo. sr. António José de Ávila, marquês de Ávila, presidente do Conselho de Ministros" – por Antero de Quental[3]

Exmo. sr. – Pego na pena, mais pesaroso do que irritado. As misérias morais de qualquer homem me contristam porque vejo nelas o abaixamento da alma humana, que deveria pairar serena e sem mácula. As misérias morais dos homens, que pela posição, pela autoridade, pelos anos, tem missão de dar o exemplo da justiça incorruptível, e ser como apóstolos entre as nações, essas compungem-me dobradamente, porque vejo nelas a degradação duma coisa augusta, a lei, e o envelhecimento de uma coisa venerada, os cabelos brancos.

3 Texto original publicado em: Lisboa, Tipografia do Futuro, 1871, 8 p. Extraído de Quental, *Prosas sócio-políticas*, p.301-310.

Nada disso, porém exclui a indignação: somente, é uma indignação entristecida. Por que havia v. exa., velho que não conheço, ministro que quisera respeitar, fazer calar em mim, o respeito que é devido aos anos e a posição, o obrigar-me a falar-lhe num tom, que não é o da cólera, mas que é o da indignação, e que pode ser o do desprezo? Se os cabelos brancos, que passam diante de mim, em vez de terem a compostura plácida da cabeça dos santos, trazem nos seus anéis emaranhados as palhas da loucura, posso eu deixar de sorrir aos esgares do louco, e enxotá-lo do meu caminho, se me embaraça?

Vou ser descaridoso com v. exa., porque v. exa. deixou de merecer a minha caridade.

Dirigindo-me a v. exa., dirijo-me sobretudo ao público: por isso escrevo pela imprensa. Particularmente não lhe escreveria, porque me prezo de não ter por correspondentes senão pessoas inteligentes, pouco condecoradas, e de provada ortodoxia em gramática portuguesa. V. exa. não está neste caso. Além disso, a questão não é pessoal. Para mim o marquês de Ávila é apenas mais um titular: isto é, uma coisa hirta que passa, e que dois merceeiros mostram um ao outro. Já vê v. exa. que era impossível incomodar-me, e menos ainda ofender-me. A questão é com um ministro, cujo nome me é indiferente, e com a opinião pública, que tem de julgar os atos desse ministro.

Ora, a portaria com que v. exa. mandou fechar a sala de Conferências Democráticas, é um ato não só contrário a lei e ao espírito da época, mas sobretudo atentatório da liberdade do pensamento, da liberdade da palavra, e da liberdade da reunião, isto é, daqueles sagrados direitos sem os quais não há sociedade humana, verdadeira sociedade humana, no sentido ideal, justo, eterno da palavra. Podem haver sem eles aglomeração de corpos inertes, que a força da gravidade social sustenta justapostos: não há associação de consciências livres. – Além disso é um ato tolo.

Ora, se fosse somente um ato tolo, tê-lo-ia cometido v. exa. refletida e conscienciosamente. Como é muito mais, como é quase uma grande coisa, como é quase um crime contra a dignidade humana, tenho boas razões para supor que v.exa. não soube o que fez. V. exa. contemplava cuidadosamente o seu museu de veneras: entre a contemplação estática da ordem do Elefante e a contemplação seráfica da ordem do Camelo, teve uma distração, e fez uma portaria. Obrou como um verdadeiro ministro constitucional. Simplesmente não se lembrou v. exa. que as pessoas que salpicava com sua prosa, apesar de não terem o peito coberto de veneras, ou antes, por isso mesmo, sentiam nesse peito coração,

dignidade, independência. Um ministro constitucional não podia prever estas excentricidades. V. exa. obrou como quem é: nada mais. Quase que sinto desejo de o aplaudir.

Resta o ato. É ilegal, disse eu. É o. Ninguém pode ser julgado sem processo, como também condenou: porque impedir-nos de falar é já uma condenação, e é uma condenação maior ainda atrair sobre as nossas cabeças, apontando-nos à indignação do país, como inimigos da ordem e das crenças públicas, a reprovação universal. Fazer isso, contra homens indefesos, com todo o peso da autoridade, do lugar, da reputação, é além de tudo covarde.

Diz também a Carta Constitucional: "Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras e escritos, ou publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contando que hajam de responder pelos abusos que cometerem, no exercício desse direito". Pois lá estávamos, para responder pelas nossas palavras perante os tribunais. Havia lá lugar, para que a autoridade competente pudesse tomar nota dessa dessas palavras. Nenhum de nós falava anônimo, creio eu! Quebra-se acaso os prelos de um jornal, porque esse jornal publicou um, dez, mil artigos repreensíveis? Processa-se cada um dos artigos e a imprensa continua trabalhando. Além da responsabilidade pessoal de cada conferente, havia dois homens que perante a autoridade se tinham comprometido a responder por quanto ali se dissesse. Um desses homens sou eu. Iria aos tribunais, e sujeitar-me-ia à condenação legal se me condenassem. Não pedíamos impunidade; pedíamos justiça, e só isto era justo. Fechar brutalmente a porta é uma coisa muito diferente. Sabe v. exa. o que é? Não sabe. Pois é, para os que tinham falado, a condenação sem processo: e é a censura prévia para todos os que ainda não tinham falado, nem tinham, por conseguinte dado elementos para serem julgados. Supôs-se que diriam coisas feias: censurou-se previamente: fechou-se a porta. Um inquisidor não raciocinava melhor. V. exa. é um inquisidor... de *cache-nez*.

É um ato contrário ao espírito da época, disse eu. A época é liberal, e o ato é despótico. A época é tolerante, e o ato inquisitorial. A época é inteligente, e o ato é estúpido. A época que é pensamento, diz à política, que é ação: compreende, interpreta e aplica minha ideia; a portaria de v. exa. diz ao espírito da época: submete-me à letra da lei, que não compreendo, nem sei nem quero interpretar. Interpretar é o próprio da inteligência, que a razão popular coloca onde a lei tem de se executar: impor a lei, que se não entende, é o próprio da incapacidade em cuja mãos pôs o acaso, por irrisão, o poder durante alguns instantes. V. exa. já

ouviu em Pitt, em Gladstone, em Peel, em Bright, em Russel, em Palmerston? Não ouviu. Pois foram ou são grandes estadistas, num país entre todos de liberdade e legalidades. E sabe v. exa. o que fizeram e o que fazem estes estadistas? Encontravam de um lado leis velhas, contraditórias, opressivas, mas leis: leis da Idade Média, dos Tudor, dos Stuart, católicas, protestantes, de vários tempos, de espíritos variadíssimos..., mas sempre leis: do outro lado encontravam a opinião do século, o pensamento e o sentimento da sociedade contemporânea: encontravam uma opinião liberal, tolerante, inteligente, civilizada, mas só opinião. Que fizeram os estadistas ingleses? Deixaram a letra e seguiram o espírito: interpretaram, condescenderam, deram razão à opinião. O que é a lei? É a opinião armada, nada mais. O que é opinião? É o espírito da sociedade em que vivemos. Os estadistas ingleses são filósofos: a Inglaterra é um grande povo. V. exa. não é um estadista inglês. É Antônio José da Vila, das Ilhas de Baixo.

Portugal, dizia-se há anos, é o país mais liberal da Europa! A Europa, diziam os correspondentes dos jornais provincianos, inveja a nossa sorte, e acha-a única! A Europa, diziam no Grêmio os jogadores de bilhar, estuda com afinco as nossas instituições, e dúvida se chegará a imitá-las! A Europa quase que não compreende a nossa fenomenal liberdade de pensamento! Somente, meus senhores, ninguém se lembrava de pensar. Um dia decidiu-se alguém pensar livremente. O sr. marquês de Ávila pôs logo seu chapéu ensebado em cima da liberdade de pensamento!

A política sr. marquês, sabe v. exa. que é uma ciência? Sabe que a ciência, filha castíssima do espírito, só tende a elevar, a instruir, a moralizar, a santificar a vida humana? A política é o instrumento da justiça social. Revestida, pela autoridade, de um caráter quase religioso, é uma voz de grandes ecos, que diz à verdade *fala*. Que diz a consciência *revela-te*! Que diz as almas *emancipai-vos*! Que sobretudo diz aos costumes *moralizai-vos*! Para ter o direito de dizer isto, a política tem mais que tudo de ser moral – é preciso que todos a julguem mais que tudo moral. V. exa. é político: diz-se político, e dizem-no alguns dos seus contínuos. Ora veja v. exa. que juízo faz da capacidade moral da sua política a opinião daqueles que v. exa. governa. Diz-se (o que não se diz?) que, antes de se chegar ao terror, se usou de meios mais brandos – meios suasórios. Diz-se que se ofereceu alguém uma candidatura, quando esse alguém se mostrou resolvido a falar de um assunto pouco palaciano... Como se este encontro de circunstâncias não pudesse ser filho de uma naturalíssima coincidência! Estes enredos corruptores são só próprios dos políticos da escola de Maquiavel, homem de gênio infernalmente profundo,

sublime quase na sua corrupção, perverso, mas grande. Ora nós temos toda a certeza de que v. exa. não é por forma alguma Maquiavel, nem há meio de o tomarmos por seu discípulo. Decididamente, v. exa. não é o grande Maquiavel.

O mundo das intenções, quando o não conheço completamente, é sagrado para mim. Ora eu não sei de que cor é o interior moral, que cobrem as veneras de *plaquet* de v. exa. quem sabe lá qual é a verdadeira cor de um grande político? Por enquanto, sr. marquês, o nosso dever é supô-lo moralmente incolor.

A opinião estava indignada, dirá v. exa.: a opinião pedia, clamava, reclamava que se punisse o atentado! Que opinião? A dos ultramontanos, primeiro; depois como era de se esperar, a dos judeus v. exa. diz-se liberal. Diante de v. exa. estavam, dum lado, alguns homens que se ocupavam serenamente, com respeito, com moderação extrema, de tirar as últimas conclusões aos princípios liberais: do outro lado, a opinião dos ultramontanos e dos judeus. V. exa., que é liberal, o que fez? Pôs, como liberal, o seu liberalismo ao serviço dos ultramontanos e dos judeus! Talvez que v. exa. cobice ainda, para o museu que perdura ao peito, duas condecorações novas: a dos jesuítas e a dos rabinos. O furor de colecionar tem abismos!

Nós somos, ao que parece, os terroristas, os homens perdidos, os homens perigosos. É o que se colhe destas palavras sinistras, com que se abriram as Conferências: "*Não pretendemos impor opiniões; vimos simplesmente expor as nossas: não pedimos adesão, pedimos apenas discussão. Colocamo-nos placidamente no campo das ideias repugnam-nos as revoluções violentas, e é exatamente porque nos repugnam que apelamos para a discussão serena*". Bem se vê que só o espírito infernal da anarquia pode inspirar estas palavras de ódio e extermínio. Opiniões destas não se escutam, esmagam-se!

Agora, a diatribe pessoal, a insinuação pérfida, a calúnia manifesta dos jornais ultramontanos, que nos apresentam como comunistas, vendidos a Ibérias agentes da Internacional, e nos apontam assim à desconfiança, ao desprezo público, ao ódio talvez, isso é legítimo, é constitucional, é legal, é justo e irrepreensível: é tudo para o bem dos *bons princípios*! Parece que os bons princípios do marquês de Ávila são exatamente os bons princípios da *Nação* e do *Bem Público*! Tocante confraternidade de virtude!

E todavia, sr. marquês, não foi um pensamento de ódio, de anarquia, de revolta, que presidiu à criação das Conferências: foi um pensamento de amor. Em face dos problemas temerosos – problemas sociais, políticos, religiosos – que agitam o presente e obscurecem o futuro; em face da transformação universal dos espíritos, que se põem em marcha para um horizonte desconhecido; em face

de enigmas fatais, que a Revolução, precipitando-se, apresenta aos povos – que tentou fazer aquela meia dúzia de homens desajudados? Desunir? Revoltar? Não: avisar o espírito público da necessidade de considerar aqueles problemas; convidá-lo a refletir, com serenidade e imparcialmente, nas soluções que pensadores eminentes têm proposto; conjurar as tempestades possíveis de amanhã, por meio do estudo e da tolerância de hoje; apelar para concórdia de todas as vontades leais, num pensamento de liberdade, de conciliação, de exame. Foi isto que tentamos fazer na medida limitada das nossas forças, é certo, mas com um sentimento muito fraternal e muito puro. Para v. exa., que se diz conservador, era esse um perverso pensamento de revoltosos. Mas o público não entendeu assim: o público, que nos ouviu com simpatia, com tolerância, com um alto espírito de conciliação, que o honra, e que nos faz crer que as esperanças do futuro não estão inteiramente perdidas. E esse público, sr. marquês, pertencia principalmente às classes conservadoras: eram magistrados, proprietários, oficiais do exército, deputados, funcionários, capitalistas: eram, como v. exa., conservadores: a diferença é que eram conservadores inteligentes. – Não entendeu também assim o jornalismo liberal, que não julgou conveniente discutir, é verdade, mas que respeitou a lealdade das nossas intenções, e o exercício de um direito anterior e superior a todos os códigos. – Não entenderam finalmente assim os centos de pessoas, que, na noite de 26 de junho, espontaneamente (e não por deferência pessoal para com as nossas individualidades, mas só pela simpatia da comum indignação) nos acompanharam quando levávamos o nosso protesto às redações dos jornais de Lisboa. – Esta simpatia, sr. marquês, consola de muita coisa, porque todos os votos se podem comprar, só não se compra os votos do coração. Quantas manifestações deste alcance moral cota v. exa. na sua carreira política? Conquistou-lhe um desses votos do coração a *lei das rolhas*, por exemplo?

Mas ofendeu-se a crença e as instituições do Estado, diz a Portaria. Vejamos como. Verberou-se o ultramontanismo; mas exaltou-se o sentimento cristão. Acusou-se o absolutismo, mas apontou-se a todos a liberdade como a estrela do futuro. Indicou-se como causa da decadência da política e das letras a corrupção dos costumes; e apelou-se para a regeneração moral. O que foi que, nisto tudo, ofendeu os *homens de ordem*? Foi a exaltação do sentimento cristão? Foi a apoteose da liberdade? Foi o culto da moral? Ou foi então a censura das doutrinas fanáticas, a reprovação do despotismo e da imoralidade? Parece que no conceito do sr. marquês, as crenças e instituições do Estado são ultramontanas, absolutistas e corruptas – visto que tanto se doeu. Houve desacato! Repetir verdades eternas é

desacato. Agora jurar no parlamento a religião e as instituições do Estado, desprezando-as no fundo do coração, isso é respeitá-las! No Casino a franqueza é um crime social: no parlamento a hipocrisia é uma verdade política. Que pensariam Sócrates e Jesus das virtudes parlamentares do sr. Antônio José d'Ávila?

Ah, sr. marquês! Em presença de certos fatos (e este é um deles) sinto uma melancolia profunda invadir-me, envolver-me a alma! É assim que, no momento mais solene do século XIX, e num dos momentos mais críticos da nossa história, com os perigos visíveis e invisíveis que correm sobre nós de todos os lados do horizonte, é assim que os homens escarnecidos na arte, tão cheia de lições e experiências, de governar os outros homens, dão ao mundo o espetáculo da incapacidade, da intolerância, e da mais assustadora ignorância das verdadeiras questões do nosso tempo?! São estas as lições com que educam o sentimento público, a opinião? É assim que preparam o futuro? Aonde vamos nós por este caminho? Ao absolutismo? Não, que não tem força para tanto. Vamos à mais repugnante das dissoluções sociais, à dissolução dos princípios, a gangrena dos espíritos, a morte moral!

O assunto é sério e triste. Já não me posso rir, e a indignação cedeu inteiramente à melancolia que inspira o destino provável de uma nação, que os seus *salvadores* se esforçam cada vez mais por condenar irremissivelmente! Já não me posso rir, sr. marquês, apesar de continuar a vê-lo: é que por detrás de v. exa., em redor de v. exa., dentro de v. exa., vejo eu uma coisa bem pouco para riso: um mundo que apodrece!

Este estado de coisas, e o estado dos espíritos que ele acusa, não serão a justificação mais eloquente do pensamento e do fato das conferências? A prova luminosa de que eram necessárias, de que eram profícuas? De que estava ali, senão um exemplo a seguir, pelo menos uma tentativa louvável a respeitar, a animar? Pois que! Quando os pensamentos se abaixam, quando os caracteres se degradam, quando os princípios se obscurecem, quando as intenções se envenenam, quando os atos púbicos revelam a triste anarquia que vai nas consciências...pois que! Não será esse momento próprio, conveniente, necessário, de apelar para a regeneração das ideias, para a propagação dos estudos, para a dedicação das vontades, para a ressureição moral? Não será esse o momento de dizer cada um a verdade que tem dentro do coração?

V. exa. diz que não. V. exa. tem 60 anos, é marquês, ministro pela décima vez, governa alguns milhões de homens... e o conselho que nos dá – com essas honras e esses anos – a nós, rapazes, é que mintamos!

É o que tem a dizer à mocidade portuguesa um conselheiro da Coroa de Portugal!
[...]

Exmo. sr.: nem eu nem v. exa. passaremos à história: e muito menos as ineptas portarias que v. exa. faz assinar um rei sonâmbulo. Mas supondo por um momento que alguma destas coisas possa passar ao século XX, folgo de deixar os vindouros com este escrito a certeza duma coisa: que em 1871 houve em Portugal um ministro que fez uma ação má e tola, e um homem que teve a fraqueza caridosa de lhe dizer.

Antero de Quental

(Publicada em 30 de junho de 1871)

5.19 – *Jornal da Noite* – 30 de junho e 1 de julho

5.19.1 – Texto 1

Figura 5.24 – *Jornal da Noite*, – 30 jun. e 1 jul., p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 154 | Sexta e Sabbado 30 de junho e 1 de julho de 1871 | 1.º anno

FOLHETIM

A PROPOSITO

DAS

CONFERENCIAS DEMOCRATICAS

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

FOLHETIM

A PROPÓSITO DAS CONFERÊNCIAS DEMOCRÁTICAS

A portaria do governo, que pôs termos às conferências do Cassino tem ocupado altamente os espíritos em Lisboa. Falou-se em liberdade de pensamento, em liberdade da palavra, e em liberdade de reunião, e foi até em nome dessas três liberdades que os conferentes protestam contra a decisão ministerial.

Ao mesmo tempo um dos jornais, que mais violentamente atacaram a portaria, acompanhava a notícia de acontecimentos com as seguintes reflexões:

"Não houve ali desordem alguma; não se desacatou a religião, nem o código fundamental do Estado; mas o sr. marquês de Ávila assustou-se com a liberdade de pensar e de falar, e mandou fechar o Cassino."

Confessava-se, portanto, implicitamente, que, ao caso de ser desacatada a religião, a lei fundamental do Estado, tinha o governo pleno direito de mandar fechar a sala das conferências.

Ora a portaria alega exatamente que lhe põe termo "porque nelas se tem feito uma série de preleções, em que se expõem e procuram sustentar doutrinas e proposições, que atacam a religião e as instituições políticas do Estado".

Logo a desistência entre o governo e os jornais, que combatem a sua [...], está unicamente ao fato em si. A portaria afirmar e os jornais negam que no Cassino se esposem-na doutrinas contrárias à lei fundamental.

Eu, que nunca assisti as conferências, sou o menos próprio para resolver esta questão. Noto, contudo, que alguns jornais, fazendo extratos de uma das preleções, tiravam de cima dos ombros a responsabilidade das doutrinas de que davam conta pelo fato de serem tais como a portaria as descreve, e que o preletor não protestou de forma alguma contra tal qualificação das suas ideias. Creio até que os preletores, francos, leiais e convictos como mostraram ser, não hesitam diante da responsabilidade das suas opiniões, e não vem agora, para se porem ao abrigo da lei, declarar em alta voz sua ortodoxia, e a levar que ninguém mais do que eles respeitam e amam as formas políticas da monarquia constitucional.

Não, eles o que fazem é pedir liberdade ilimitada do pensamento e da discussão, eles o que fazem é protestar contra todos os obstáculos, que se opunham à expansão e a propagação das ideias, eles o reclamam é o direito de exporem as

convicções que se formaram na sua consciência, de ensinarem o que deduziram, ou julgaram deduzir dos seus estudos históricos e sociais.

Se se trata apenas de fazer votos para que não venha longe o dia, em que a lei nossa permitir que todas as doutrinas, todas a opiniões se ensinem livremente, como sucede nas universidades alemães, não acha por forma alguma, injustos os desejos dos ilustrados preletores; mas, se efetivamente não há em Portugal a liberdade do ensino ou antes a liberdade científica da Alemanha, se o direito a manifestação do pensamento e [...] na Carta Constitucional pela obrigação de respeitar a religião e as instituições políticas do Estado, não posso compreender como foi a postaria do governo contristar os conferentes, supondo-lhes tamanha surpresa, como se a notícia, de que havia em Portugal uma religião do Estado fosse para eles a mais inspirada e extraordinária revelação.

Porém o que deveras me contrista é notar que sépticos e fanáticos reclamam do Estado a tolerância para as suas opiniões, mas estou longe de mostrar o mesmo zelo quando se trata das opiniões adversas, que a liberdade da consciência, a liberdade do ensino não são por eles defendidas na esfera pura do direito, mas sim quando podem servir-lhes para fazerem preponderar as suas ideias, e não deixa de ser curioso que os mesmos que reclamaram com mais força a intervenção do governo contra a pastoral do bispo do Algave sejam os que hoje combatem o encerramento das conferências, ao passo que, para coroar o absurdo, os que defendem mais intrepidamente o direito da publicação pastoral são também os mais ferventes em aplaudir as medidas do governo contra as preleções anticatólicas do Cassino.

É perigoso ser lógico entre contendores tão [...] em desvirtuarem, em proveito das suas ideias partidárias, os princípios mais claros e mais simples. Mas é necessário contudo que se perceba que, se os livres pensadores querem propagar sem obstáculos as suas doutrinas, hão de ser as primeiras a reclamarem para os seus adversários a plenníssima liberdade de ensino; se querem violar em seu proveito o artigo 6º da Carta, hão de constar que a reação quebre igualmente as barreiras, que este mesmo artigo lhe impõe. Ao lado às conferências demonstrativas onde se aplique ao catolicismo e exagere [...] estes historiadores das religiões, [...] de o missionário lazarista pregue as doutrinas ultramontanas e condene-me, era nova e da religião todas as conquistas de liberdade. Sorri-lhes o futuro? Sorri-lhes a concorrência?

A liberdade amplíssima de ensino é em todos os países, onde ela não existe, reclamada principalmente pelos partidos extremos. A reação ultramontana e o

pengrassismo. Desordenado encontram-se, olhando-se de revés, nesse terreno, e envidam os seus esforços para conquistarem a liberdade com o intuito secreto de a transformarem em monopólio, por todos os meios, assim que a obtenham.

Apenas o conquistam, logo que alcançam a preponderância, tratam imediatamente de excluir os seus adversários. Na Bélgica, onde existe a liberdade de ensino, tem com ele apresentado exclusivamente o partido ultracatólico e as suas universidades florescerem, quase completamente isoladas, ao lado das universidades do Estado, onde o espírito liberal encontrou um certo refúgio; em Paris, durante o breve e nefasto governo da Comuna, triunfaram os livres pensadores, que tinham sempre reclamado do governo francês essa apetecida liberdade de ensino; pois o primeiro ato que praticaram foi expulsar as religiosas das escolas que dirigiam!

Trabalhamos, lidamos continuamente para o aperfeiçoamento progressivo das nossas instituições, preparamos a introdução de todas as liberdades no nosso código fundamental, mas respeitamos a lei enquanto ela existe, e sobretudo mostremos que sabia os compreender a liberdade, e que não se mas respeitamos a lei enquanto ela existe, e sobretudo mostremos que sabemos compreender a liberdade, e que não é ela para nos mascara por trás da qual se [...] e o resto havia da reação ou do ateísmo. Quando em nome da liberdade, pregamos que se nos abra a arena da discussão, é força que ao mesmo tempo exigimos que o [...]. Aplaudir as medidas repressivas que se tomam contra a reação, e invocar para isso o código fundamental, violando ao mesmo tempo a Carta no sentido oposto, é um verdadeiro contrassenso.

Combater asperamente a inoculação dos princípios reacionários no ensino, reclamar providencias nos ministérios contra essa liberdade nociva que ia servir a causa antiliberal e educar as gerações no ódio ao progresso e ao sistema político do seu país e do seu tempo, invocar então o artigo 6º da Carta Constitucional, declarar que o artigo 145 de modo nenhum o prejudica, e hoje quando se trata de se espalharem as ideias anticatólicas estranhas que o governo o impeça, desdenhar o artigo 6º e manter o artigo 145 é uma contradição completamente inadmissível.

Não é da índole do folhetim entrar na apreciação e na discussão da medida do governo. A propósito do que por aí se dizia julguei útil expandir algumas ideias gerais, e fazer sentir que é inconciliável com as liberdades invocadas a falta de respeito a lei que as garante. Folgarei, contudo, que as conferências demonstram que foi mal informado o governo, e que no Cassino, como se dizia num jornal,

nunca se desacatou a religião e o código fundamental do Estado. Mas se a consciência de homens convictos e leais as suas ideias lhes não permitir a escreverem tal coisa, podem lamentar que não haja em Portugal a liberdade de ensino e que a Carta estabelecesse uma religião do Estado, mas não percebo como possam censurar o governo, que de um lado mantém os princípios liberais coibindo a reação, e do outro lado faz respeitar o catolicismo, que tem as instituições políticas do país à proteção e a garantia.

Pinheiro Chagas

5.19.2 – Texto 2

Figura 5.25 – *Jornal da Noite*, 30 jun. e 1 jul., p.2

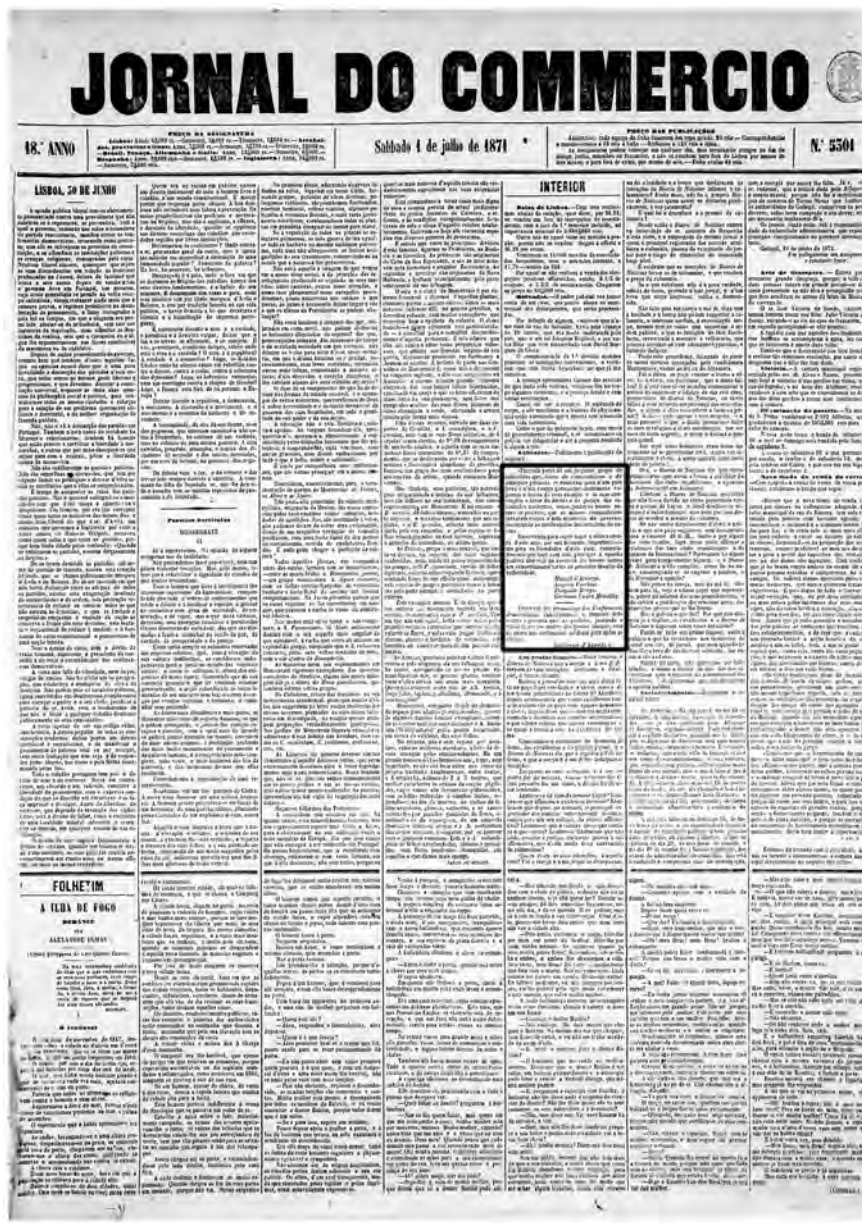
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

> *O Alfageme* é de opinião que o selo de proibir as *Conferências Democráticas* encheu de indignação todos os homens livres, e depois de publicar o protesto dos preletores declara o sr. Guilherme de Azevedo, redator daquela folha, que junta o seu nome aos nomes dos seus amigos com os quais se declara solidário para todos os efeitos como um dos promotores das conferências.

Observação: A mesma notícia saiu no jornal *O Diário Popular*, em 6 de junho de 1871.

5.20 – *Jornal do Comércio* – 1 de julho

Figura 5.26 – *Jornal do Comércio*, 1 jul., p.1



JORNAL DO COMMERCIO

18.º ANNO — Sabbado 1 de julho de 1871 — N.º 5504

LISBOA, 30 DE JUNHO

FOLHETIM

A VIUVA DE FOGO

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Fazendo parte de um pequeno grupo de indivíduos que, livres de compromissos e de ambições políticas, se reuniram para num país livre e num campo puramente doutrinário exporem o fruto de seus estudos e as suas convicções a favor do direito e da justiça das sociedades modernas, vimos juntar os nossos nomes ao protesto, que os nossos companheiros lavraram contra o ato arbitrário do governo, encerrando as Conferências Democráticas do cassino.

Reservando para outro lugar a crítica severa deste ato, por sua natureza importantíssima para as liberdades deste país, contentamo-nos por hoje com isto, para que a opinião pública não seja na ausência dos nossos nomes um consentimento tácito ao proceder insólito da autoridade.

Manuel de Arriaga.
Augusto Fuschini.
Teófilo Braga.
Germano Vieira Meireles.

Como um dos promotores das Conferências Democráticas, subscrevemos o protesto feito contra a portaria que as proíbe, juntando o nosso nome aos nomes dos nossos amigos, com os quais nos declaramos solidários para todos os efeitos.

Guilherme de Azevedo.

5.21 – *O Diário Popular* – 1 de julho

Figura 5.27 – *O Diário Popular*, 1 jul., p.1

O DIARIO POPULAR

N.º 1:686 | Lisboa — Sabbado, 1.º de julho de 1871 | 6.º ANNO

TIRAGEM
20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

Assassinios

Cartas parisienses

FOLHETIM
ULTIMAS PROEZAS
DE
ROCAMBOLE

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 5.28 – *O Diário Popular*, 1 jul., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

O sr. Adolfo Coelho pede-nos a inserção da seguinte carta:

A minha conferência sobre o *Ensino* no Cassino Lisbonense excitou da parte de alguns membros da imprensa periódica a publicação de alguns artigos, de pequenas dimensões, tendentes a destruírem o efeito produzido pela minha crítica da instrução pública de Portugal, que constituía uma das partes daquela conferência. Esses artigos não examinam nem os fundamentos filosóficos assentes na primeira parte da conferência, e sobre os quais se fundava a minha crítica, nem tão pouco analisam os documentos que apresentei para fundamentar as minhas opiniões: limitam-se a asserções gerais e declama teorias, por vezes em estilo da *Besta esfolada*, pouco mais ou menos tendentes todos a deprimir-me pessoalmente e, diga-se a palavra, a ridicularizar-me. Apenas um desses jornais se referiu a um dos documentos por mim apresentados e a um compêndio de que falei. A resposta ao que nesse jornal se diz sabe a quem, tendo me ouvido no Cassino, não perdeu da memória as palavras que pronunciei; tê-la-á quem ler a minha conferência depois de publicada pela impressão.

Agora tenho que dizer aos jornais que por essa forma se tem ocupado de mim o seguinte:

1º Que lastimo sinceramente que esses membros da imprensa periódica lancem mão de tais meios para destruir a influência que, porventura pode exercer a minha conferência, em vez de tentarem fazer dela uma análise sisuda, embora animada pelo fogo da paixão, que a natureza humana dificilmente acalma;

2º Que lastimo não respeitem o que não compreendem, ou não querem compreender;

3º Que conheço assaz as coisas e os homens do meu país para ignorar que a minha conferência era uma declaração de guerra contra uma classe numerosa e influente, que devia naturalmente valer-se contra mim das armas de que se valeu já e há de continuar a valer-se impunimente, por ter a seu favor a grande maioria;

4º Que creio firmemente que essa grande maioria me há de julgar exatamente do mesmo modo que eles, membros da imprensa periódica, me julgaram;

5º Que o meu fim não é o aplauso, aliás seguiria a estrada batida e conhecida, mas pelo contrário conto com as censuras acerbas, as insolências grosseiras e até com pior do que isso.

6º Que cada um dos artigos a que me referi são outras tantas provas da verdade das minhas asserções e da legitimidade da minha empresa, provas de que a seu tempo me servirei;

7º Que não compreendendo, por estar inteiramente fora do alcance de suas ideias, o meu fim, não podem eles compreender nem apreciar os meios de que me sirvo;

8º Que me é perfeitamente indiferente que eles e a opinião da grande maioria me considerem vencido e esmagado ainda mais que me é perfeitamente esmagado;

9º Que tenho do meu lado uma pequena minoria, que me basta, e que ainda que a não tivesse não desistiria da minha obra.

Lisboa, 28 de junho de 1871.

F. Adolfo Coelho.

5.22 – *Diário de Notícias* – 1 de julho

Figura 5.29 – *Diário de Notícias*, 1 jul., p.1

Diario de Noticias

Sabbado 1 de julho

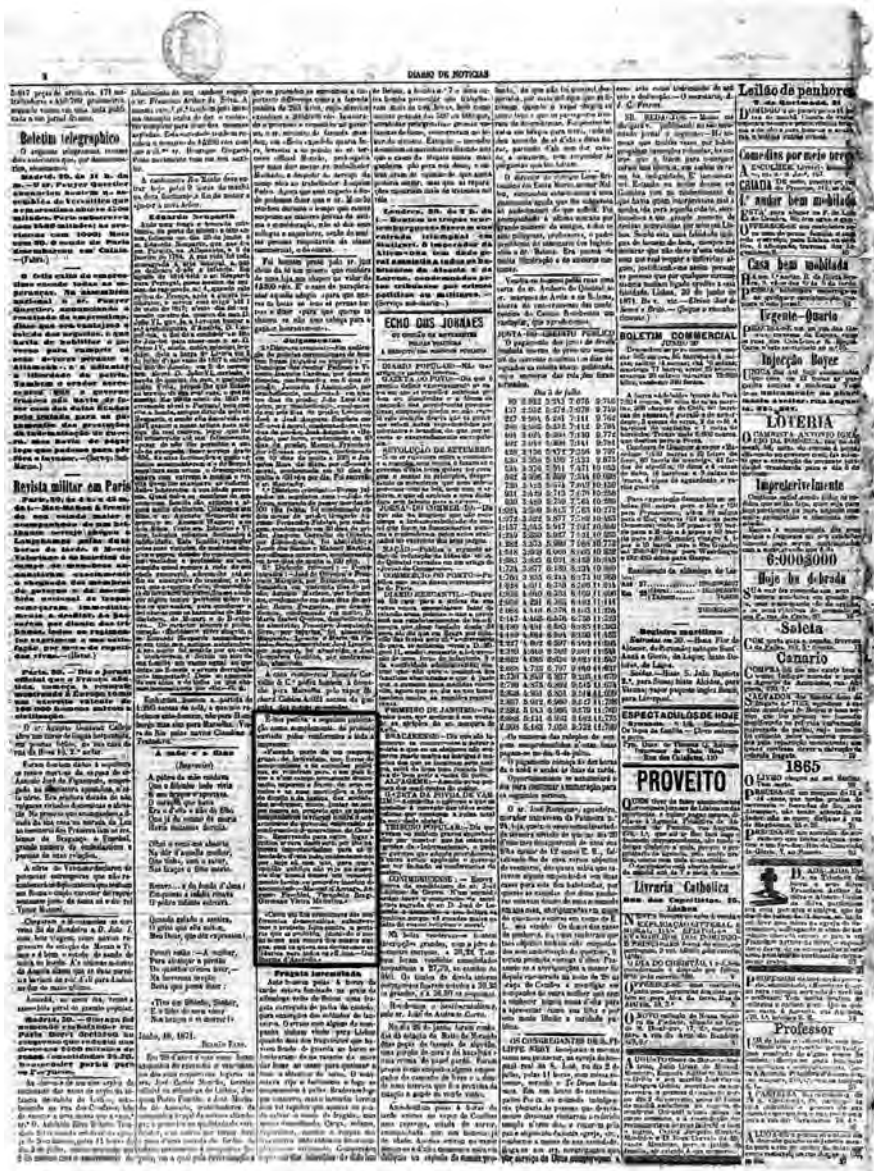
ASSUMPTOS DO DIA

Ultimos momentos da communa

NO HOTEL DE VILLE

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 5.30 – *Diário de Notícias*, 1 jul., p.2



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

E nos pedia a seguinte publicação como complemento do protesto enviado pelos conferentes a toda a imprensa:

"Fazendo parte de um pequeno grupo de indivíduos, que livres de compromissos e de ambições políticas, se reuniram para num país livre e num campo puramente doutrinário, exporem o fruto de seus estudos e as suas convicções a favor do direito e da justiça das sociedades modernas; vimos juntar os nossos companheiros lavraram contra o ato arbitrário do governo, encerrando as Conferências Democráticas do Cassino. Reservando para outro lugar a crítica severa deste ato, por sua natureza importantíssimo para as liberdades deste país contentamo-nos por hoje só, com isto, para que a opinião pública, não veja na ausência dos nossos nomes um consentimento tácito ao proceder insólito de autoridade. – Manuel de Arriaga, Augusto Fuschini, Teófilo Braga, Germano Vieira Meireles".

"Como um dos promotores das conferências democráticas subscrevemos o protesto feito contra a portaria que as proibiu, juntando o nosso nome aos nomes dos nossos amigos, com os quais nos declaramos solidários para todos os efeitos. – Guilherme de Azevedo."

5.23 – *A Revolução de Setembro* – 2 de julho

Figura 5.31 – *A Revolução de Setembro,* 2 jul., p.1

A REVOLUÇAO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Assinaturas (pesta interna)

Para as provincias

Para o Brazil

NUMERO 8:712

DOMINGO, 2 DE JULHO DE 1871

XXXII ANNO

INTERIOR

POLITICA EXTERNA

CHRONICA

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 5.32 – *A Revolução de Setembro*, 2 jul., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

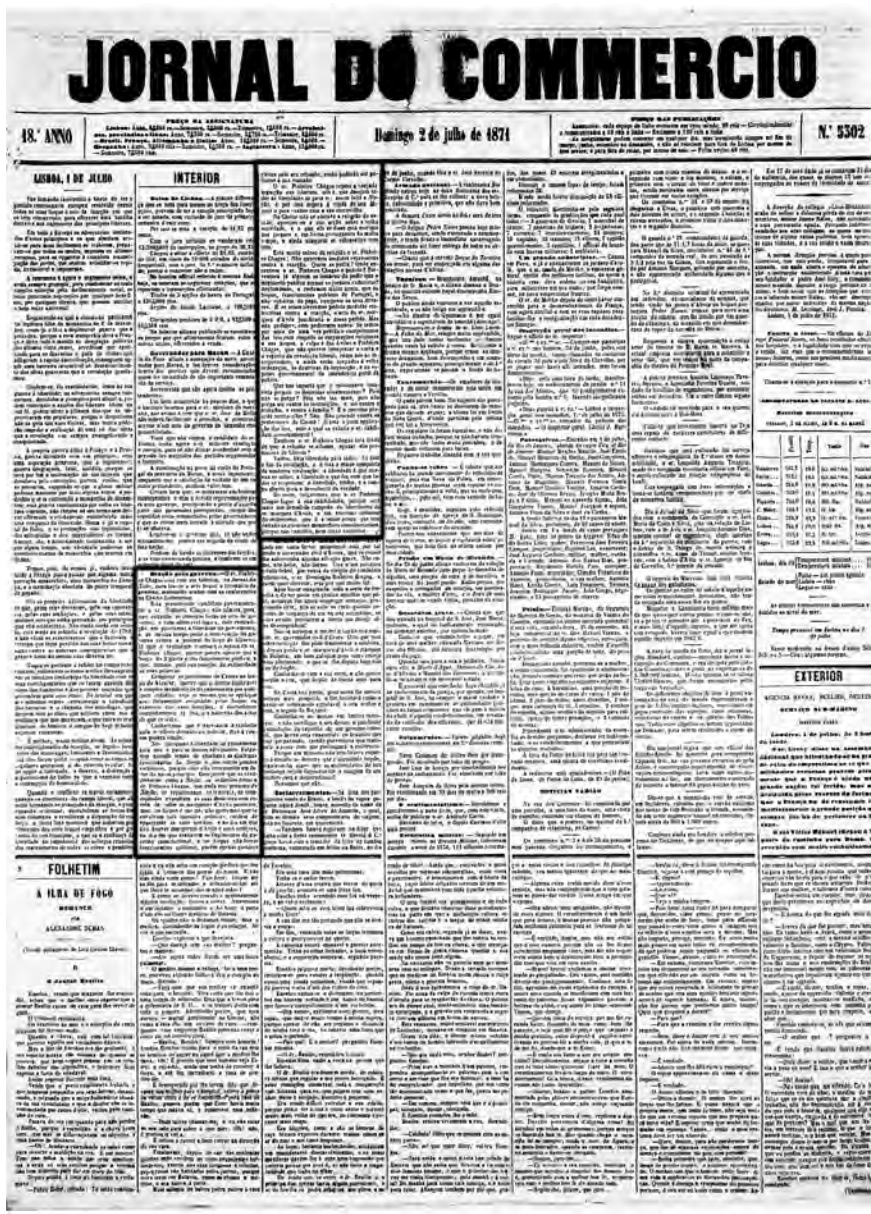
Protestos. – Alguns dos cavalheiros que tinham assinado o programa das conferências democráticas não se achando em Lisboa não puderam assinar o protesto feito e assinado por alguns, do qual os nossos leitores já tem conhecimento. Esses cavalheiros aderiram da seguinte maneira ao primeiro protesto:

"Fazendo parte de um pequeno grupo de indivíduos, que livres de compromissos e de ambições políticas, se reuniram para num país livre e num campo puramente doutrinário, exporem o fruto de seus estudos e as suas convicções a favor do direito e da justiça das sociedades modernas; vimos juntar os nossos companheiros lavraram contra o ato arbitrário do governo, encerrando as Conferências Democráticas do Cassino. Reservando para outro lugar a crítica severa deste ato, por sua natureza importantíssimo para as liberdades deste país contentamo-nos por hoje só, com isto, para que a opinião pública não veja na ausência dos nossos nomes um consentimento tácito ao proceder insólito de autoridade. – Manuel de Arriaga, Augusto Fuschini, Teófilo Braga, Germano Vieira Meireles".

"Como um dos promotores das conferências democráticas subscrevemos o protesto feito contra a portaria que as proibiu, juntando o nosso nome aos nomes dos nossos amigos, com os quais nos declaramos solidários para todos os efeitos. – Guilherme de Azevedo."

5.24 – *Jornal do Comércio* – 2 de julho

Figura 5.33 – *Jornal do Comércio*, 2 jul., p.1



JORNAL DO COMMERCIO

18.º ANNO — Domingo 2 de Julho de 1871 — N.º 5302

LISBOA, 1 DE JULHO

INTERIOR

EXTERIOR

FOLHETIM

A FILHA DE FOGO

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Oração pelo governo – O sr. Pinheiro Chagas saiu com um folhetim, no *Jornal da Noite*, para louvar o ato brutal e tirânico do governo, mandando acabar com as conferências no Casino Lisbonense.

Está preconizado candidato governamental o sr. Pinheiro Chagas; não admira, pois, que estranhe as censuras feitas ao ato do governo, e com admirável lógica, note contradição em proclamar a liberdade do pensamento, e ao mesmo tempo pedir a intervenção do governo contra a pastoral do bispo de Algarve. O que é realmente curioso é o reparo do sr. Pinheiro Chagas, porque parece ignorar que o bispo de Algarve é um funcionário público, e que demais, pela sua posição, da autoridade as suas palavras.

Comparar os preletores do Cassino ao bispo de Algarve, querer que o direito aplicável a simples manifestação do pensamento por qualquer cidadão, seja o mesmo que se aplique aos documentos assinados pelos bispos no exercício das suas funções, e desconhecer completamente as leis, e a natureza dos atos de que se trata.

Conhecemos que é necessário para o efeito dramático e político, mas a poucos poderá iludir.

Nós queremos liberdade do pensamento para nós e para os nossos adversários. Folgamos quando temos de combater as doutrinas reacionárias da *Nação* e dos outros jornais católicos, porque eles dão testemunhos em favor do nosso princípio. Desejamos que os reacionários como a *Nação*, os ordeiros como o sr. Pinheiro Chagas, que anda muito próximo da *Nação*, os republicanos, os federais, os comunistas exponham as suas doutrinas sem receio de todos os marqueses de Ávila possíveis; mas, os bispos é que não queremos que se envolvam nas questões políticas; cuidem de apascentar as suas ovelhas e no dia em que não houver marqueses de Ávila e seus acólitos, no dia em que acabarem os fingimentos do governo constitucional, e os bispos não forem funcionários públicos, porém apenas pastores eleitos pelo seu rebanho, então poderão ser políticos a sua vontade.

O sr. Pinheiro Chagas repele a cansada arguição aos liberais, isto é, que desejam todas as liberdades só para si: assim fala a *Nação*, e por isso espera a vinda do seu Miguel para acabar com a sua escravidão.

No Cassino não se atacava a religião do Estado: apreciou-se a sua ação sobre a velha sociedade, e o que ali se disse está escrito nos jornais e em livros portugueses há muito tempo, e ainda ninguém se sobressaltou com isso.

Está muito zeloso da religião o sr. Pinheiro Chagas! Não queremos medidas repressivas contra a reação. Quem as pediu? Onde encontrou o sr. Pinheiro

Chagas o pedido? Porventura já alguém se lembrou de pedir que o ministério público acuse os jornais católicos? Reclamamos, e reclamou muita gente, que os bispos, funcionários públicos de Portugal, e não súditos do papa, cumpram os seus deveres. E se acaso tivéramos pedido medidas restritivas contra a reação, o ato do sr. marquês de Ávila justificaria o nosso pedido. Mas não pedimos, nem pediremos nunca. Se temos por mais de uma vez pedido o cumprimento das leis com respeito as corporações religiosas e nos bispos, a culpa é dos Ávilas e Pinheiro Chagas, que não querem interpretar a Carta e o espírito da revolução liberal, como nós os interpretamos, e ainda estão apegados a velha ordenação, as doutrinas da Inquisição, e se espírito governamental da intendência geral da polícia.

Que nos importa que o missionário lazarista pregue as doutrinas ultramontanas? Pois não as pregas? Pois não faz mais, pois não prega até contra as instituições, e até contra o trabalho, e contra a família? E o governo precede contra eles? Não. Mas procede contra os preletores do Cassino! E esta justa aplicação das leis, ante a qual se extasia o sr. candidato governamental!

Também o sr. Pinheiro Chagas terá medo de que a religião se afunde, apesar das promessas de Cristo?

Vamos, haja liberdade para todos; foi este o fim da revolução, e é esta a maior conquista da moderna civilização: a liberdade é que atenua os ódios; a liberdade é que faz com que todos se respeitem; a liberdade, enfim, é o campo aberto para a descoberta da verdade.

De resto, folgaremos que o sr. Pinheiro Chagas logre a sua candidatura, porque será mais um denodado campeão do liberalismo do sr. marquês de Ávila, é um estrênuo defensor do ordeirismo, que é a maior praga que tem deitado os governos monárquicos-constitucionais, porque não caminha, nem deixa caminhar.

5.25 – *A Revolução de Setembro* – 4 de julho

Figura5. 34 – *A Revolução de Setembro*, 4 jul., p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Para as províncias

NUMERO 8:715 TERÇA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 1871 XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 3 DE JULHO

POLITICA EXTERNA

CHRONICA

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Carta – Está quase esgotada a edição da carta que o sr. Antero de Quental escreveu ao sr. marquês de Ávila e Bolama.

5.26 – *A Nação* – 4 de julho

Figura 5.35 – *A Nação*, 4 jul., p.1

A NAÇÃO

JORNAL RELIGIOSO E POLITICO

PORTUGAL

LISBOA, 3 DE JULHO

O MESSIAS

EPOPEIA DE KLOPSTOCK

Traduzido em prosa, do original allemão para portuguez por JOÃO FELIX PEREIRA

CANTO IV

ARGUMENTO

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 5.36 – *A Nação*, 4 jul., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Movimento Internacional em Portugal

Começam a abundar os documentos.

É sabido como em França, durante os últimos anos do Império, se deu ampla faculdade de palavras às reuniões políticas.

Foi, portanto, fácil considerar as opiniões, ideias e tendências das multidões, que faziam parte da Internacional, ou que se lhe foram aliando, até mais arde levantarem e defenderem o governo da Comuna.

Nos clubes de Beleville e Villate por exemplo era doutrina corrente – Deus não existe – a família deve ser abolida – a propriedade ser universalizada, e assim o resto; precisamente as ideias da Comuna, com [...] do crê ou morre, proposto a todos os dissidentes de tal e tanta selvageria.

Aqui as Conferências Democráticas iam seguindo igual caminho e correspondia-lhe a propaganda conimbricense chegada a tal ponto de audácia, que da imprensa da Universidade saiu um panfleto glorificador da Comuna, sem nenhuma protestação contra os seus atos de insigne preteria! Sabe-se que é obra de um lente e espelhada por lentes!

Acresce que algum tente propôs para ponto de sabatina matéria religiosa, em harmonia com as ideias em voga nesta nova fase revolucionária.

Além das conferências democráticas o sr. Antero de Quental, prometera ir pregar aos novos crentes no populoso bairro industrial de Alcântara.

Entretanto um literato ignoto, mas que deveria de ser algum paço da ciência, surge, e arremessa aos ecos da fama, que vai dar uma preleção sobre os *historiadores críticos de Jesus* – quer dizer uma enxurrada de desvarios insolentes contra o sentimento religioso do país.

Já o sr. Antero de Quental havia dito bastante e o sr. Adolfo Coelho não lhe ficara atrás.

Por fim o governo abriu os olhos e viu o que noutros tempos podia ser demonstração vaidosa, orgulho literário, desta feita passava a ser uma ameaça a sociedade.

Já o dissemos; não é permitido a venda livre dos venenos físicos; menos o deve ser a dos morais, sobretudo quando se trata das bases de toda ordem social – a crença em Deus, na responsabilidade humana ante a Justiça Divina, – a instituição da família – a religião e a moral.

Combater estes grandes princípios é aluir as bases sociais, permitiu o é criminoso e fatal.

Pode o governo em tempos de paz, e em nações divididas em diversas religiões tolerar certas agressões, não empregar todo o vigor das leis, vai muitas vezes a ciência do estadista em saber tolerar um mal, que talvez evite outro maior. Não assim em tempos de crise sociais e sobre tudo hoje, quando os povos estão cerca de voragem imensa que ameaça tragá-los.

Foi por isso que já em breves palavras, defendemos o ato governativo, que pelo lado dos princípios não pode sofrer contestação; mas que, à luz dos fatos, dizemos ante à luz sinistra dos incêndios de Paris, era imperiosamente imposto pela defesa social.

É verdade que se tem dito parecer a proibição das conferências democráticas antes receio da discussão, de que prevenção de catástrofes cuja iminência se não vê. E aqui é um gosto ver como os pavões se enfunam e se creem já [...] mestraças!

Era a desculpa dos pobres jornais do Império pelos excessos e demasias dos clubs. Outros, mais políticos, diziam que se deixassem abertas essas válvulas aos vapores infernais, sendo que seriam assim menos maléficos.

Dois sofismas grosseiros. Quando mal se organiza, não admite contradição; avança sempre se deixam e cada vez mais desarrazoada, mas que alguém se lhe oponha; é esmagado.

Ali não se trata de investigar, de saber; trata-se de investigar, de apaixonar, de incendiar.

É o que aqui fariam as conferências.

E quando a gente vê, qual a bagagem científica dos conferenciadores, mais se convence do que levamos dito.

Não nos apoiemos em texto menos autêntico, procuremos um incontroverso.

O sr. Sáragga (Salomão) em carta agastada contra a proibição diz assim:

"Mas suponhamos que a ciência, que tem ocupado espíritos tais, como Strauss, Reuees, Scherer, Vacherot, Renan, Bansen, Réville e outros, não possa ter a sua livre manifestação entre nós".

Então não veem já os indícios da salomônica ciência?

É verdade que o sr. Sáragga mostra que só leu e estudou os adversários da Religião, e que por tanto é incapaz de nada saber solidamente; é verdade, que mostra não conhecer nem Wallon, Nicolas, Gratry, Meignau, Valrager, Freppel, a célebre revista *Études Relligieuses*, nem os alemães Rittimages e companha; mas em compensação lê Strauss, esquecido já na Alemanha, lê Renan, o romancista irreverente, lê Vacherot o vencido de Gratry, lê Scherer e Reville, ministros

protestantes, que apesar de se rirem do seu ministério como outrora os augures de Roma, apesar de descreverem Cristo, vão recebendo o ordenado de seus ministros, com pasmoso sacrifício e dedicação!

Depois destas provas de ciências havidas em fontes tão puras; depois da tal prova de imparcial estudo, não querendo ver, nem estimando senão os corifeus, e os mais somenos, da impiedade, já se vê o muito, que Portugal perdeu nos esplendores, que o sr. Ávila tirânica e reaccionariamente apagou!

E porque a luminária Sáragga nos caiu dos bicos da pena, convida-nos a dizer-lhe, que estude e que nos poupe alusões à crítica como ciência e outras bugigangas *ejusdem furfuris,* cujo valor é conhecido.

Há poucos anos o célebre pregador de *Notre Dame*, o padre Felix inquiriu as condições dessa ciência, achou nelas, e ninguém até hoje lhe respondeu.

Provavelmente a companhia Sáragga & Antero vão espatifar o pobre padre, que é capaz de nunca ter tanta saúde, como nesse caso.

Também desejávamos saber quem são os católicos fanáticos, conhecidos do sr. Sáragga como inimigos das ideias cristãs. O homem leu disto alguma coisa em Renan ou outro que tal veredito dizedor.

No meio da soledade, em que nos deixaram as conferências falhadas, ao menos temos a consolação da ameaça de jornal e do livro!

Ora pois venha isso, que enquanto o sr. Sáragga não faltou podia ser temeroso; hoje proveu só a mais expansiva hilaridade.

Cai aqui o talho de foice o *Protesto* contra proibição das conferências. Começa assim:

"Em nome da liberdade do pensamento...".

Quer isto dizer, que os preletores aderentes ao seu protesto, uns quarenta e tantos sábios, deixaram todos de pensar por culpa sr. de Ávila.

Oh! Feliz culpasse assim fosse, eram grossas de impiedade de menos e era bom lucro.

Também não é má esta:

"liberdade de pensamento... da palavra... de reunião, base de todo o direito público!".

Bases? E a constituição, e o parlamento, e a imprensa, e sobretudo o direito e a moral; onde ficariam?

"únicas garantias da justiça social". E a opinião pública, e os costumes sem o que as leis são vãs?

Os salomões de hoje parecem que nem isto sabem; no entretanto creem-se sábios!

Tudo isto é Internacional, preparatória da Comuna. O governo cortou os voos à ave de mal agouro; mas não impediu de crescer e multiplicar.

E nisto vai o grande mal da situação atual, que de nenhum modo corresponde às imperiosas necessidades do presente.

As sociedades vão no caminho da perdição e nem as catástrofes de Paris são lição completa; direis que a justiça de Deus não está satisfeita, que permite a continuação dos desvarios porque a justiça seja feita plena e inteira.

Assim enquanto em França a sociedade é defendida pelo soldado de arma no braço; em Espanha e Portugal a propaganda segue em sua marcha subterrânea, mais irrequieta e imperturbável.

E em frente do imenso perigo social o governo entretém-se em arranjar eleições!

No entretanto das universidades e academias vai saindo todos os anos uma legião de sábios, que não creem em Deus, nem em nada grande e generoso, e é desta gente, que vão sair os condutores do povo, os seus administradores em todos os ramos do serviço público!

E assim vai crescendo e prosseguindo essa legião de incrédulos ou de indiferentistas que presidem aos destinos do país!

E não pode vencer a Comuna?

Pode e deve, nada aqui se lhe opõe; apenas alguma previsão, quando a exorbitância seja insuportável, de resto todos os elementos lhe preparam as vias; mal governo, o clero espezinhado pela intriga e dependente do favoritismo liberal, viciada a representação nacional; nenhum reparo pois antes todos os elementos de sucesso. A Internacional deve encontrar aqui no terreno favorito, e não será esta mísera liberdade nenhum preservativo.

5.27 – *Diário de Notícias* – 5 de julho

Figura 5.37 – *Diário de Notícias,* 5 jul., p.1

PROPRIETARIOS
THOMAZ ANTUNES & EDUARDO COELHO
N.º 1:970 —7.º anno —1871

Diario de Noticias

FOLHA EXTRAORDINARIA

ADMINISTRADOR A. SIMAS
CADA NUMERO 10 RÉIS
Segunda feira, julho 5

TIRAGEM 23:500 EXEMPLARES

INSTRUCÇÃO POPULAR

ASSUMPTOS DO DIA

Candidatos á deputação legislativa

SCIENCIA PARA TODOS

Medicina popular

Emigração

Noticias de França

FOLHETIM DO DIARIO DE NOTICIAS

O momento da luta — a revolução da burguezia e a revolução dos proletarios — Os direitos commum — Paços social — O proletariado — Os precursores, os martyres — Os pick-pockets, politicos do futuro — As civilisações — As economias do operario

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

FOLHETIM DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS

O momento da luta – A revolução da burguesia e a revolução dos proletários – Os direitos comuns – Pugna social – O proletariado – Os precursores e os mártires – Os "pick-pocket", políticos do futuro – As civilizações – As economias do operário.

Pois que chegou enfim a provação da luta, já que todos os homens liberais tem de dar testemunhos de si neste momento em que a sociedade, agitada por convulsões profundas, procura em que alicerces deve firmar a sua vacilante estrutura, encaremos com desassombro os problemas que se debatem, e vejamos se conseguimos dissipar o nevoeiro de fórmulas vagas, em que muitos procuram envolvê-los.

Há pouco tempo ainda lia eu num artigo onde se sentia o talento dum dos nossos homens mais eminentes, dum dos mais brilhantes estilistas da nossa terra, os seguintes sonoros períodos: "Há quase oitenta anos realizava-se, com a tomada da Bastilha, a revolução da burguesia. Hoje prepara-se à revolução dos proletários."

Tem me soado por mais de uma vez ao ouvido esta fórmula estranha. Depois da nobreza triunfou a burguesia; hoje soou enfim a hora do proletariado. E a lei inevitável da transformação social.

Assim o grande movimento de 1789, a queda da Bastilha, o desmoronamento do despotismo, a eliminação de todos os velhos abusos, de todos os vetustos privilégios, de todos os preconceitos e de todas as opressões, tudo isso foi apenas uma revolução burguesa; substituiu-se a uma casta outra casta, e o proletário privado de todos os direitos civis e políticos, escravo, pária, ilota continuou a gemer opresso debaixo do regime do privilégio. Aqueles altivos convencionais, que saiam das camadas ínfimas do povo, aqueles generais intrépidos que vinham da classe plebeia dos oficiais inferiores como Berthier, ou do grupo dos proletários aventurosos como Augereau, todos esses fundavam e defendiam uma revolução burguesa! A humanidade julgando-se emancipada, não fizera senão mudar de algemas, e a proclamação dos direitos do burguês!

O que! Pois não abriu a revolução o campo libérrimo a todos sem distinção de classe? Negou por acaso ao proletário algum direito, que ao burguês fosse conceder? Estabeleceu uma separação qualquer entre um e outro? O privilégio, que enfeudava nas mãos da classe aristocrática os principais cargos do Estado,

possou por acaso a torná-los privativos da burguesia? Não se fixou como regra invariável que seriam os talentos, as aptidões e as virtudes a única circunstancia a que se devia atender no provimento de quaisquer lugares? Não tiveram todos os cidadãos as mesmas garantias? Não se estabeleceu a igualdade de todos perante a lei? Não se concederam a todos os mesmos direitos, e não se impuseram os mesmos deveres? Faltou ainda um direito aos proletários, o direito do voto. Vem a revolução de 1848, estabeleceu o sufrágio universal, e a igualdade foi então completíssima. Proletários, burgueses e aristocratas decidiram igualmente nos negócios públicos, o voto do proletário mais humilde e mesquinho pesou tanto na balança como o do mais opulento banqueiro, ou o do mais nobre descendente dos cruzados. As últimas distinções desapareceram do todo; deixou de existir completissimamente a diferença de classes, e não houve mais do que um povo de cidadãos, uma associação política em cujos destinos tinham todos os membros o mesmo direito de intervir.

Se nesta luta gigante entre as castas fidalgas, que mandavam, e as tribos plebeias que obedeciam, a vitória favoreceu os que tinham pelo seu lado a justiça e a razão, se o privilégio caiu ferido de morte, e se a igualdade política se inscreveu como dogma indiscutível em todos os códigos liberais, se burgueses, nobres, proletários se confundiram todos numa turba imensa de cidadãos, entre os quais não pode haver senão as distinções legítimas, que hão de separar eternamente a inteligência da estupides, a instrução da ignorância, a virtude do vício, e o trabalho da ociosidade, qual é então essa nova fecunda luta que os proletários vão empreender, e ao cabo da qual entreveem a regeneração social?

O mundo não estacionou de certo em 1789; o progresso há de continuar sempre a derramar, ampliando-a cada vez mais a sua luz benéfica, mas a época atual legou incontestavelmente ao futuro uma conquista grandiosa, a da igualdade. Se a distinção de classes jaz para sempre extinta, se esta questão está completamente posta de parte na constituição das sociedades, se a lei não reconhece já proletário e burguês, pobre e fidalgo, mas sim unicamente a individualidade cidadão, que motivo pode despertar ainda esse antagonismo que não tem razão de ser? Qual é então a nova luta que se prepara?

E, diz ainda o ilustre escritor a quem nos referimos, "a luta dos humildes contra os poderosos, dos miseráveis contra os opulentos, dos que são explorados contra os seus exploradores, dos parias e dos xudras contra os brâmines e xátrias, das castas da miséria contra as castas da riqueza hereditária, dos que não tem lugar no regaço de uma sociedade madrasta e desabrida contra os que

arranjam, a seu talento e em seu benefício particular, as formas e as instituições da sociedade".

Ei-lo o sinistro programa, desenrolado brilhantemente aos olhos das gerações! Antes que as grandes revoluções se consumam e logrem triunfar, há sempre um grande número de mártires, homens superiores a seu século, que expiam muitas vezes com a vida as suas generosas aspirações; se a árvores da liberdade cresceu com tão maravilhosa rapidez, foi porque as suas raízes tinham sido regadas há muito com o sangue dos percursores; antes que se afirmasse a liberdade de consciência, o vento da tarde dispersou em todas as direções as cinzas dos que sonharam realiz**á**-la; a revolução do amanhã, o triunfo justo e inevitável do movimento do proletariado que há de extinguir o privilégio de riqueza hereditária, tem também incontestavelmente os seus percursores e os seus mártires. Dos percursores existem os retratos do governo civil, os mártires costumam [...] residir na costa da África.

Sim, esses ratoneiros, tão mal compreendidos pela sociedade madrasta, não fizeram mais do que antecipar o radioso futuro da civilização, foram os videntes da ladroeira, devanearam uma constituição do século XX, aferiram a sua moralidade pelos padrões das leis futuras, e desdenharam as presentes, combateram, tanto quanto neles coube, o privilégio da riqueza hereditária, traíram-nos as forças, não os compreendeu a sociedade, caíram vítimas do seu generoso engano, mas há de enfim o porvir reabilitá-los, e as gerações vindouras hão de coroar de perpétuas a sua loisa humilde. O inimigo da riqueza, hereditária, vós, que vindes fanáticos de uma ideia santa, procura na minha algibeira o relógio de meu pai, ides para o Limoeiro, mas do Limoeiro a posteridade. No martirológio dos que baquearam na luta contra o privilégio da riqueza hereditária, haveis de figurar, ó *Vermelhinho*! *Ó Pé-de-dança*! Ó precursores! Ó mártires!

É esse deveras o futuro? É por esse caminho que tem de despenhar-se a civilização? Assim a riqueza hereditária é um privilégio, como os que usufruíram as classes nobres antes de 1789? Os laços da família são, portanto, um despotismo que o homem tem que quebrar forçosamente, quando romper essa apetecida aurora dos novos tempos! Vede bem aonde vos conduzem, operários honestos e laboriosos, proletários que todo o dia regais com o santo amor do vosso rosto a tarefa dura e ingrata, mas que trabalhais com ardor, com entusiasmo, com alegria, com frenesi... não porque desejeis para vós mesmos as comodidades e o bem estar; sois fortes, a miséria habituou-vos às provações, e nos anos da primeira mocidade preferis a fadiga incessante da oficina as horas do passatempo

alegre, e da preguiça descuidou-a, mas tendes família, mas tendes filhos, umas criaturinhas loiras e travessas, que vos esperam em casa, que vos saltam ao pescoço apenas chegais, e formam, em torno do vosso rosto risonho, uns festões encantadores com as rosas e os lírios das faces infantis. Trabalhais por eles, é isso o que vos anima, e o que vos incita, o que vos fortifica, juntais-lhes com as vossas economias dolorosas um pecúlio sagrado para preservar da pobreza extrema, para os fazer entrar na vida em mais favoráveis condições. O filho colhe o fruto do trabalho paternal; é a doce recompensa de uma vida toda de luta e de pobreza, na felicidade dele é que o bom do cansado velho se revê, com o seu bem estar se orgulha. Morre tranquilo, pago de todo o seu lidar, e o seu último pensamento, quando o seu espírito se desprende dos laços corpóreos, é ainda um pensamento de doce jubilo. Eu deixei pão aos meus filhos.

Ó operários, pensai que o capital não é mais do que o trabalho acumulado, a recompensa dos esforços, da inteligência, da economia, de umas poucas de gerações. Sem privilégios, e com a livre concorrência, tendes o caminho aberto, e sabeis quais são os meios legítimos, que levam ao bem estar e a riqueza.

Se aplaudirdes, porém os princípios que pregam, se entenderdes que todos tendes o direito capital, como todos tem direito ao capital, como todos têm direito ao ar e a luz, como se o capital não tivesse origem nem formação, e caísse do céu à semelhança do maná de Moises, se proclamardes também a abolição da riqueza hereditária, notai que morreram para sempre todos os santos estímulos das vossas nobres ambições, afrouxaram-se todos os laços dos íntimos afetos! Não vos deixeis cegar por vão e funestas utopias; podeis estar certos que não há civilização possível, não há civilização com senso moral, todas a vezes que nela se apagarem estas duas ideias santas: Deus e a família.

Pinheiro Chagas

5.28 – *A BERLINDA – reproduções d'um álbum humorístico, ao correr do lápis – 7ª* página – Conferências Democráticas – (Rafael Bordalo Pinheiro) – 5 de julho (e respectiva adaptação)

Figura 5.38 – *A Berlinda*, 5 jul., p.7

Fonte: http://purl.pt/273/1/obras/berlinda/01.html

Figura 5.39 – Reprodução adaptada com legenda, *A Berlinda,* Bordalo Pinheiro

1. Um senhor, provavelmente o apresentador das conferências, inicia o evento dizendo: *"Senhores"*. Talvez seja o próprio autor, Rafael Bordalo Pinheiro, ainda jovem magro, pois seu retrato mais conhecido apresenta-o gordo.

2. O apresentador aponta para uma figura, um retrato disforme e diz: *"esta é a purulenta e burguesa fisionomia do país"*.

3. *"esta a sua católica e monárquica situação"*. Um trono-altar quase caindo, sustentado por um homem de coroa, com muletas e trajes pobres, simbolizando a monarquia em conluio com a Igreja. A monarquia, ao longo de todos esses quadros, é representada pelo marquês de Ávila e Bolama, ministro do Reino e presidente do Conselho de Ministros. O marquês é reconhecido pelo cachecol até o nariz e pelo *pince-nez*, em todos os desenhos e, também, ao longo de todas as obras de Rafael B. Pinheiro.

4. *"Finanças"*. Um homem, provavelmente o ministro responsável pelas Finanças, pedindo esmola para o "povo" – quadro 5 –, dizendo *"cera para o santo"*. Segura um porrete na mão, escondido atrás das costas. Junto dele está um guarda para assegurar que a *"esmola"*, ou seja, o imposto, seja efetivamente recebida pelo governo.

5. *"Povo"*. Percebem-se os trajes humildes. Há crianças pequenas, uma mulher com um menino no colo, um velho, cantadores com viola: um conjunto de pessoas pobres – eis o povo de Portugal!

6. *"Nobreza"*. O nobre está com um pé descalço, portando uma viola, ao lado de um cavalo ilusório, imaginário e rodeado de cachorros. Acima lê-se *"isto é uma sombra"*. Deduz-se que seja uma nobreza falida, sem dinheiro para ter calçado, cavalo e para dar de comer aos animais. Apresentam ainda um nobre fadista, um marialva, a viver cantando sem aparente preocupação.

7. *"Clero"*. Nesse contexto é o único a mostrar uma boa situação em relação ao seu país. Um prelado gordo, de cara amarrada e ventre saliente, carregando uma cesta cheia de alimentos, de certa idade, provavelmente, pois apoia-se num bastão. Talvez represente o bispo de Viseu, que se destacou na política e tinha ideias absolutistas.

8. *"Moral"*. Representação da "moral" em cenas que, na época, não seriam totalmente públicas, já que eram consideradas cenas eróticas. Percebe-se um casal se beijando e uma mulher dançando com as pernas à mostra, observados por crianças e alguns adultos. Estes, provavelmente burgueses, porque usam cartola, bengala, *pince-nez* e casaca: a indumentária que os distingue dos demais. Observam e são coniventes com a situação moral degradada.

9. *"Ensino"*. Representado por uma figura escura formada por um emaranhado de riscos. É difícil perceber o significado de tais riscos. Uma situação inexplicável, indecifrável.

10. *"Governo"*. Quatro figuras que dançam e cantam: o ministro do Reino, Ávila e Bolama; um baixinho saltitando, provavelmente um político; um policial e uma figura do clero tocando viola. Todos se divertindo: governo + poder = monarquia + clero + exército.

11. É uma conclusão tirada até aqui – *"tudo está lazaro asino corruptíssimo"* – em latim macarrônico, significa que a corrupção grassa no país inteiro. Vê-se uma barrica representando Portugal prestes a rachar, a estourar. Todas as pessoas em volta tapam o nariz com a mão, provavelmente por causa do mau cheiro exalado pelo conteúdo da barrica, a qual representa Portugal.

12. *"Nós..."*. Dentro de um barrete frígio estão os conferencistas do Casino. Da esquerda para a direita: Salomão Sáragga, judeu cuja conferência foi proibida pelo governo; Augusto Soromenho, arabista, professor do Curso Superior de Letras e o menos ligado à Geração de 70; Jaime Batalha Reis, que não chegou a proferir sua conferência sobre o socialismo. Em sua casa, no célebre Cenáculo, reuniam-se alguns intelectuais para discutirem novas ideias literárias, políticas e filosóficas, oriundas principalmente da França, da Alemanha e da Inglaterra. No centro, Antero de Quental, o mestre e ideólogo da Geração de 70 e o mentor das Conferências; Adolfo Coelho, que falou sobre o ensino em Portugal e Eça de Queirós. A esse grupo também pertencem Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Manuel de Arriaga, Germano Meireles, Oliveira Martins, Guilherme de Azevedo, Augusto Fuschini, João Machado de Faria e Maia, Lobo de Moura, José Fontana, Rafael Bordalo Pinheiro e outros.

13. *"tivemos uma visão redentora e de endireita"*. Vê-se o grupo de conferencistas, ou da Geração de 70, dormindo em berços, simbolizando a ingenuidade infantil, a pureza de ideais. Em cima de cada cabeça há uma pequena chama religiosa. Acima deles, uma nuvem onírica, onde paira uma figura envolta por vários olhos: é o famoso médico oftalmologista da época dr. Aniceto Mascaró y Coz, catalão residente em Portugal. Essa visão redentora mostra que a Geração de 70 pretendia: abrir os olhos do país.

14. *"se nos permitir o engenho e arte"*. De um lado, uma figura (que parece o marquês de Ávila e Bolama com seu tradicional *cachez-nez*) que toca lira, junto de um busto, de uma paleta e de vários pincéis; do outro lado, uma multidão assistindo a um enforcamento. No alto da forca, um padre. Como o quadro 14 está entre parênteses, supõe-se que a ideia seja esta: se o governo se converter às artes, isto é, não perseguir a Geração de 70, os conferencistas do Cassino ("Nós" – quadro 12) conseguirão fazer uma revolução cultural no país, a menos que sejam enforcados a mando do governo.

15. *"Seremos os Mascarós da civilização"*. No alto brilha o rosto de Mascaró, aquele que vai dar a visão aos cegos, isto é, ao país. Um grupo de homens corre para ele, enquanto o grupo dos conferencistas do Cassino está dependurado naquela figura grotesca do quadro 2, que representa o país, tentando refazer a sua cabeça, tal qual o médico quando realiza cirurgias. Eles vão fazer o país enxergar a civilização. Portugal está no escuro e o povo não consegue ver nada.

16. *"A ordem ouviu e teve câimbras"*. A ordem, isto é, o governo na figura do ministro do Reino, marquês de Ávila e Bolama, começa a ficar preocupado com o manifesto das Conferências.

17. Resumo da segunda conferência, de Antero de Quental, em 22 de maio de 1871: "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Três Últimos Séculos". Diz a legenda: *"Provado está, por fás e por nefás* (como se hoje disséssemos "por a mais b"), *que os padres, os reis e as colônias são as cataratas e estrabismo do Portugal velho"*. Vê-se a figura de Antero de Quental, a apontar para a mesa e indicar as causas da decadência dos povos peninsulares: a) os reis, representando o despotismo na política; b) o padre, suspenso pela mão esquerda, mostra o catolicismo na religião e na cultura; c) as colônias, representando o espírito guerreiro que sobrepuja o espírito industrial.

18. *"A ordem tremulenta concebeu uma rolha"*. Percebem-se duas figuras: à esquerda, a reação, Martens Ferrão, procurador geral da Coroa; à direita, no pugilato, o rabino de Lisboa.

19. *"é suposto que a literatura seja a ramela (não personalizemos) do mesmo sonolento país"*. Terceira conferência, em 6 de junho: "A Literatura Portuguesa", de Augusto Soromenho, o arabista e professor no Curso Superior de Letras, o mais idoso do grupo. O desenho mostra o conferencista cortando os barretes frígios. Sua conferência atacou violentamente a literatura portuguesa.

20. *"A ordem sentiu avolumar-lhe a cabeça"*. O marquês de Ávila e Bolama fica preocupado com o desenrolar dos assuntos das conferências.

21. *"urge limpá-la por hipótese com o véu do Realismo d'*O Mistério da estrada de Sintra *e com* As Farpas*"* (duas obras que Eça tinha publicado até então). Quarta conferência, em 12 de junho, de Eça de Queirós: "A Literatura Nova (O Realismo como Nova Expressão da Arte)". Vê-se Eça de Queirós, magro, bem curvado, o bolso cheio de farpas (setas), socando, num pilão, onde se lê *Idealismo*, a literatura romântica (os românticos estão sendo esmagados com o bastão do *Realismo*). Ao lado do pilão, encontra-se um grupo de pessoas, com destaque para uma figura de cartola e fraque, representativa da sociedade burguesa constitucionalista, na focalização de Rafael Bordalo Pinheiro, observando a ação de Eça de Queirós, ou melhor, a sua conferência (quarta) no Cassino.

22. *"A rolha agitou-se na cabeça da Ordem"*. A figura da Ordem, o marquês de Ávila e Bolama, olha carrancuda para o quadro seguinte. O governo está cada vez mais preocupado com o desenrolar dos acontecimentos, isto é, das Conferências do Cassino.

23. *"É suposto também que o machado do sr. bispo de Viseu seja o instrumento cirúrgico próprio para operar o país"*. Quinta conferência, em 19 de junho, por Adolfo Coelho: "O Ensino". Adolfo Coelho criticou violentamente o ensino português. Vê-se um Adolfo Coelho bravo a escavar com um machado o edifício do ensino tradicional (Universidade de Coimbra), de cujos escombros saem vultos apavorados, numa clara referência à demolidora conferência proferida pelo ilustre pedagogo, que Bordalo parecia detestar, pois o criva de alfinetadas gráficas e legendas maldosas. A conferência de Coelho atacou toda a escola lusitana desde os bancos primários ao Curso Superior de Letras e em especial o Curso Superior de Letras. Daí o machado evocativo do quadro de Bordalo Pinheiro.

24. *"A Ordem teve ânsias e desejos"*. O desenho mostra a Ordem, de joelhos, ao lado de três comendas: na primeira lê-se "Salvador"; a segunda é um camelo; a terceira, um elefante. No chão, a seu lado, várias listas ministeriais que, no século XIX, muitas vezes tinham o significado dos votos obtidos nas eleições governistas. O Parlamento tinha sido dissolvido a 3 de junho Percebe-se a preocupação eleitoreira do ministro com as próximas eleições para o Parlamento (9 de julho) e seu interesse em encerrar as conferências como concessão ao espírito conservador de seu eleitorado. Esse desenho recorda-nos as preocupações politiqueiras e eleitorais do marquês de Ávila, interessado em apresentar como subversiva a ação de jovens conferentes do

Cassino, local onde se expunham ideias ateístas ou niilistas, como diria o deputado Pinheiro Chagas. Apesar de tudo, perdeu as eleições.

25. Sexta conferência, marcada para 26 de junho, mas não realizada, de Salomão Sáragga: "Os Historiadores Críticos de Jesus". No mesmo dia em que Sáragga iria proferi-la, o governo baixou uma portaria proibindo sua realização. O desenho mostra Sáragga arrastando-se em direção à cadeira de conferencista sob o peso de um grande ponto de exclamação e outro de interrogação. Tal assunto levanta tanta celeuma que ele avança sob o peso dessa paixão pública dizendo: *"é suposto ainda que os historiadores críticos de Je..."*. Não pronuncia a última sílaba, porque o governo proibiu a conferência quase no momento da sua realização. Lê-se sob a figura: *"Epílogo pelo Editor, já não pode dizer"*.

26. *"ZUUUUS – porque a Ordem dera à luz e..."*. As forças reacionárias unidas, isto é, o governo, na figura de um bispo e de um rabino, consegue arrancar da boca da Ordem um corpo nu, onde se lê "portaria", o documento que proibiu as conferências. Todos estão sobre um tapete que representa a Carta Constitucional. Isto significa que tal portaria está sob o abrigo da lei para impedir as conferências, consideradas ofensivas à moral e à religião do país, conforme afirmou em seu parecer o conselheiro Martens Ferrão. Nesse parecer, dizia que as Conferências do Cassino atacavam "a religião e as instituições políticas do Estado", ofendendo "clara e diretamente as leis do Reino e o código fundamental da Monarquia". Salomão Sáragga publicou uma carta n'*O Diário Popular* em 27 de junho em que afirmava que tinha sido ameaçado até de pugilato se persistisse em realizar sua conferência sobre

Cristo, acrescentando que tanto judeus como os católicos fanáticos eram inimigos das "ideias cristãs".

27. *"porque no seu estado de debilidade incomodava o falatório..."*. Nesse desenho vê-se o ato simbólico: uma figura vestida de paxá e um barrete oriental na cabeça, a cauda da túnica segura por um asno, um padre e um rabino, a fechar com uma enorme chave a porta do Cassino, no Largo da Abegoaria.

28. *"abafou"*. Vê-se uma imensa panela prestes a ser tampada (uma mão segura a tampa) e, dentro dela, uma porção de pessoas: os conferencistas do Cassino.

29. *"amordaçou"*. Todos os conferencistas estão ao redor de uma mesa, e todos eles com uma rolha na boca, numa referência clara à "Lei das Rolhas" (março de 1850) contra a liberdade de imprensa. Provavelmente, estão redigindo o manifesto de protesto contra a portaria no dia 27 junho pelos periódicos *Jornal da Noite*, *O Diário Popular*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Comércio* e, no dia 28, por A *Revolução de Setembro*, o jornal mais vinculado aos conferencistas.

30. *"e – Viva a liberdade!!!"*. Um conjunto de pessoas demonstra alegria, celebrando o ato de proibição das conferências. No centro, o governo, coroado, o marquês de Ávila, com um porrete na mão direita e o *pince-nez* na esquerda. Está rodeado por padres, burgueses e até um asno que relincha. Os quadros terminam com a assinatura de Rafael Bordalo Pinheiro e com a data, julho de 1871.[4]

---

4 Aniceto Mascaró y Coz – Nasceu em Lladó (Gerona, Espanha) em 1842. Famoso médico oftalmologista, formado em Barcelona e especialista em cirurgia oftálmica. Clinicou em Sevilha, Valência, Canárias e Argélia. Fixou-se em Lisboa, onde publicou uma importante revista para pessoas com cegueira. Inventou diversos instrumentos oftálmicos. Elaborou um sistema de leitura e escrita para deficientes visuais que consiste em procurar definir a letra ou fonema por meio de pontos pintados. Esse sistema aplicava-se também à notação musical inventada por Braille. Foi pioneiro no ensino dos cegos e deficientes visuais. Morreu em Lisboa em 1906. Sua morte foi noticiada por vários jornais; bispo de Viseu – Antônio Alves Martins (1808-1882), filho de lavradores, de caráter simples, coerente, impetuoso. Seguiu a carreira eclesiástica professando na Ordem Terceira de S. Francisco. Passou a mocidade na agitação das lutas civis. Suas preferências políticas foram sempre de sentido liberal e democrático. Homem de cultura e de ação, foi doutor em Teologia, professor, jornalista, deputado, ministro e par do Reino. Tomou-se bispo de Viseu em 1862 e figura singular dentro da hierarquia católica. A modéstia, a caridade profunda e a franqueza agressiva fizeram-no popular. Era típico dele irritar os acomodatícios e os medrosos. Em política, situou-se abertamente à esquerda das correntes partidárias em que se dividia o país. Inimigo do cabralismo, ligado depois aos históricos, chefiou os reformistas após a fusão de reformistas e históricos da qual se originou o Partido Progressista (1876) e aquietou-se politicamente; Ordem – Governo de Portugal; marquês de Ávila e Bolama (Antônio José de Ávila, 1806-1881) – Bacharel em Filosofia (Ciências) por Coimbra. Teve uma carreira política longa e intensa: foi vereador, presidente da Câmara, governador do Porto, deputado por sua cidade natal, Horta, nos Açores, par do Reino (governo do marquês de Loulé), ministro da Fazenda, ministro do Reino e primeiro presidente do Conselho de Ministros (reinado de d. Luís I, 1838-1889). Foi caricaturado reiteradamente por sua vaidade, condecorações e títulos. Vários escritores o atacaram – Garrett, Antero de Quental (por conta das Conferências do Cassino), Alexandre Herculano, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Fialho de Almeida. Antônio F. Castilho contou com sua colaboração em seu livro *Fastos* (tradução de Ovídio); rei d. Luís, o Popular (Lisboa, 1838 – Cascais, 1889) – Filho de da. Maria II e de d. Fernando II de Saxe-Coburgo-Gota, herdou a Coroa em novembro de 1861 com a morte inesperada de seu irmão, d. Pedro V. Casou-se com Maria Pia de Saboia, filha do rei italiano Vitor Emanuel II. Era um homem culto, de educação esmerada, com sensibilidade artística, poliglota, tradutor de algumas obras de Shakespeare. Em setembro de 1871, subiu ao poder Fontes Pereira de Melo (período do Fontismo), que organizou um gabinete regenerador que durou até 1877. Seguiu-se o duque de Ávila. Deu forte impulso em suas colônias na África e participou da Conferência de Berlim com a criação do Mapa Cor-de-Rosa (1884-1885), em que países fizeram a partilha de vários países da África. No final de seu governo, o Partido Republicano era uma força estruturada; Martens Ferrão (João Batista da Silva Ferrão de Carvalho Martens, 1824-1845) – Procurador geral da Coroa e da Fazenda, deputado regenerador pela região de Paredes. Bacharel em Direito por Coimbra, doutor (professor). Foi deputado pela primeira vez em 1857 e tornou-se par do Reino em 1871. Foi

Fonte: Como subsídio para o comentário dos quadros de Rafael Bordalo Pinheiro, recorremos ao artigo de João Medina "Rafael Bordalo Pinheiro repórter das Conferências do Casino", em Medina, *Caricatura em Portugal*: *Bordalo Pinheiro, pai do Zé Povinho*, p.55-61.

---

preceptor dos príncipes, d. Carlos e d. Afonso. Foi nomeado procurador geral da Coroa em 1868 e conselheiro em 1874. Morreu embaixador na Santa Sé, cargo que ocupava desde 1885. Elaborou o parecer que proibia a realização das outras Conferências do Cassino; Gama Barros (Henrique de Gama Barros, 1833-1925) – Secretário geral do governo civil de Lisboa (exercia interinamente essa função em 1871, na época das Conferências do Cassino) e deputado. Escreveu *História da administração pública em Portugal nos séculos XII e XV*, obra de notável seriedade científica; Aires da Gouveia (Antonio Aires da Gouveia, 1828-1916) – Eleito presidente da Câmara dos Deputados em 1871. Bacharel em Direito e Teologia, foi doutor (1864) e professor, deputado histórico em várias legislatura e par do Reino em 1880. Em 1865, foi ministro da Justiça (governo do marquês de Loulé). Presbítero em 1868. Foi nomeado bispo em 1864, promessa feita pelo jovem deputado José Luciano de Castro. Em 1884, foi bispo de Betsaída e arcebispo da Calcedônia. Camilo Castelo Branco, seu adversário, ridicularizaria sua obra *Reforma das cadeias em Portugal* (1860) no seu livro A *queda dum anjo* (1866). Ramalho Ortigão retratou-o em *As Farpas* (agosto 1871); Ernest Renan (1823-1892) – Acadêmico, incomparável estilista, filólogo e historiador francês. Comentarista erudito, mas audacioso nas suas hipóteses, apaixonado por um ideal científico e racionalista. Autor de *Origens do cristianismo*, *A vida de Jesus*, *História de Israel*, *O futuro da ciência* e *Recordações da infância*; Barrete frígio – 1) touca originalmente utilizada pelos moradores da Frígia (atual Turquia), adotado na cor vermelha na França da Primeira República (1792-1864) como símbolo da liberdade; 2) barrete vermelho presente no quadro de E. Delacroix *A Liberdade guiando o povo* (1830), que retrata a Revolução Francesa de 1830, utilizado na cabeça da figura feminina central.

5.29 – *A Revolução de Setembro* – 6 de julho

Figura 5.40 – *A Revolução de Setembro*, 6 jul., p.1

A REVOLUÇAO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Para as provincias

Para o Brazil

NUMERO 8:715 | QUINTA-FEIRA, 6 DE JULHO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 5 DE JULHO

FOLHETIM

Excerpto d'uma traducção do Fausto de Goethe

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 5.41 – *A Revolução de Setembro*, 6 jul., p.2

POLITICA EXTERNA

CHRONICA

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

CRÔNICA

Carta – Pedimo-nos a publicação da seguinte carta:

"Sr. redator – Rogo a v. a publicação desta carta que nesta data dirigimos aos nossos amigos Jaime Batalha Reis e Antero de Quental:

'Caros amigos – Tendo nos v. encarregado de procurar o exmo. sr. Pinheiro Chagas para que, numa intenção toda amigável, lhe comunicássemos que acerca de algumas palavras do seu folhetim do *Diário de Notícias* de 3 dos correntes vv. receavam que interpretações erradas ou voluntariamente malévolas se pudessem considerar, ainda que remotamente, alusivas às vossas pessoas – s. exa. espontaneamente e da melhor vontade nos entregou a declaração seguinte:

'Declaro que no que escrevi no meu folhetim de segunda-feira, 3 do corrente, relativo aos precursores do socialismo, não tive intenção de ofender, nem sequer aludir por forma alguma aos srs. Antero de Quental e Jaime Batalha Reis, nem sequer supus que ainda muito remotamente se lhe pudessem aplicar as frases de que me servi.

Lisboa, 4 de julho de 1871 – M. Pinheiro Chagas'".

Damos assim por cumprida a missão de que vv. nos encarregaram. Apertamos-vos fraternalmente a mão – Eça de Queirós– Salamão Sáragga.

5.30 – *O Diário Popular* – 6 de julho

Figura 5.42 – *O Diário Popular*, 6 jul., p.1

O DIARIO POPULAR

N.º 1:691 | Assignaturas em Lisboa: Mez, 960 réis; trimestre, 2$880 réis. Provincias, trimestre, 3$120 réis; semestre, 5$200 réis; pagas adiantadas. | Lisboa—Quinta feira, 6 de julho de 1871 | Publicação: Corpo do jornal, 40 réis a folha; excepções 20 réis; venda avulso, 10 réis. Toda a correspondencia deve ser dirigida ao administrador A. Costa. | 6.º ANNO

TIRAGEM 20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

Cartas parisienses

Os imperadores do Brasil

FOLHETIM

ULTIMAS PROEZAS DE ROCAMBOLE

POR PONSON DU TERRAIL

Traducção de F. P. da Silva Vieira

PARTE QUARTA

A vingança da viuva

Pedimo-nos a publicação da seguinte carta:

"Sr. redator – Rogo a v. a publicação desta carta que nesta data dirigimos aos nossos amigos Jaime Batalha Reis e Antero de Quental:

'Caros amigos – Tendo nos v. encarregado de procurar o exmo. sr. Pinheiro Chagas para que, numa intenção toda amigável, lhe comunicássemos que acerca de algumas palavras do seu folhetim do *Diário de Notícias* de 3 dos correntes vv. receavam que interpretações erradas ou voluntariamente malévolas se pudessem considerar, ainda que remotamente, alusivas as vossas pessoas – s. exa. espontaneamente e da melhor vontade nos entregou a declaração seguinte:

'Declaro que no que escrevi no meu folhetim de segunda-feira, 3 do corrente, relativo aos precursores do socialismo, não tive intenção de ofender, nem sequer aludir por forma alguma aos srs. Antero de Quental e Jaime Batalha Reis, nem sequer supus que ainda muito remotamente se lhe pudessem aplicar as frases de que me servi.

Lisboa, 4 de julho de 1871 – M. Pinheiro Chagas'".

Damos assim por cumprida a missão de que vv. nos encarregaram. Apertamos-vos fraternalmente a mão – Eça de Queirós – Salamão Sáragga.

5.31 – *Diário de Notícias* – 6 de julho

Figura 5.43 – *Diário de Notícias*, 6 jul., p.1

Diario de Noticias

Quinta feira 6 de julho

INSTRUCÇÃO POPULAR

ASSUMPTOS DO DIA

SCIENCIA PARA TODOS

TELHA

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 5.44 – *Diário de Notícias*, 6 jul., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

5.31.1 – Texto 1

Recebemos e agradecemos a nova caricatura de Bordalo Pinheiro. E uma chistosa história das conferências do Cassino até ao seu encerramento, na qual figuram todos os preletores, o governo e vários literatos, havendo grupos engenhosos, e miniaturas perfeitas. Tem graça e critério, e é despretensiosa e inofensiva. Por 50 réis não há nada mais barato.

5.31.2 – Texto 2

Não temos dúvida em fazer a inserção que nos é pedida da correspondência abaixo por se referir a um escrito publicado em folhetim nesta folha:

"Sr. redator – Rogo a v. a publicação desta carta que nesta data dirigimos aos nossos amigos Jaime Batalha Reis e Antero de Quental:

'Caros amigos – Tendo nos v. encarregado de procurar o exmo. sr. Pinheiro Chagas para que, numa intenção toda amigável, lhe comunicássemos que acerca de algumas palavras do seu folhetim do *Diário de Notícias* de 3 dos correntes vv. receavam que interpretações erradas ou voluntariamente malévolas se pudessem considerar, ainda que remotamente, alusivas as vossas pessoas – s. exa. espontaneamente e da melhor vontade nos entregou a declaração seguinte:

'Declaro que no que escrevi no meu folhetim de segunda-feira, 3 do corrente, relativo aos precursores do socialismo, não tive intenção de ofender, nem sequer aludir por forma alguma aos srs. Antero de Quental e Jaime Batalha Reis, nem sequer supus que ainda muito remotamente se lhe pudessem aplicar as frases de que me servi.

Lisboa, 4 de julho de 1871 – M. Pinheiro Chagas'".

Damos assim por cumprida a missão de que vv. nos encarregaram. Apertamos-vos fraternalmente a mão – Eça de Queirós – Salamão Sáragga.

5.32 – *Jornal da Noite* – 7 e 8 de julho

Figura 5.45 – *Jornal da Noite*, 7 e 8 jul., p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 160 | Sexta feira e Sabbado 7 e 8 de julho de 1871 | 1.º anno

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 5.46 – *Jornal da Noite*, 7 e 8 jul., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

5.32.1 – Texto 1

Notícias dos jornais da manhã

– Os srs. Batalha Reis e Antero de Quental requereram pelo ministério da Justiça que se lhe instaure processo como responsáveis pelas Conferências Democráticas.
(D. P.)

5.32.2 – Texto 2

Lisboa 7 de julho

O *Diário Popular* diz que o sr. marquês de Ávila ordenara ontem pelo telégrafo a diferentes governadores civis que guardassem a mais absoluta neutralidade nas eleições, e que alguns responderam que assim tinham procedido.

Falta-se de reuniões populares eleitorais a que assistiram alguns dos fundadores das Conferências do Casino.

Não há outras novidades, e hoje é muito limitado o espaço que outros assuntos deixaram para esta seção.

5.32.3 – Texto 3

Recebemos ontem nitidamente impressa na oficina do sr. Lallemant um folheto intitulado *Quelques môts sur Son Excellence mousieur le marquis de Ávila e Bolama par André Meirelles de Távora do Canto e Castro*.

É a biografia do sr. presidente do conselho e ministro do Reino, escrita em bom francês e resumindo estas três palavras: Patriotismo, Trabalho e Honradez a vida do sr. marquês de Ávila. Sem examinar detidamente todas as interpretações acerca dos atos públicos do sr. marquês de Ávila, podemos dizer que sem dúvida foram escolhidas com tino e verdade aquelas três designações porque o ilustre homem de Estado é amigo do seu país, trabalhador e honrado.

Em apêndice vem transcrito o período da carta do sr. Antero de Quental em que se afirmava que o apelido do sr. marquês de Ávila era Vila e não Ávila porque seu pai se chamava mestre José da Vila. O sr. Canto destrói esta asserção com o

registro das matrículas dos negociantes no tribunal do Comércio de Lisboa, o qual diz assim: Manoel José d'Ávila, da vila da Horta, ilha de Fayal, matriculado por despacho de 26 de setembro de 1826.

Agradecemos o sr. Meireles de Távora o exemplar que teve a bondade de nos oferecer.

5.33 – *O Diário Popular* – 8 de julho

Figura 5.47 – *O Diário Popular*, 8 jul., p.1

O DIARIO POPULAR

N.º 1:693 | Lisboa—Sabbado, 8 de julho de 1871 | 6.º ANN

PREÇOS
20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

Despachos telegraphicos

FOLHETIM

ULTIMAS PROEZAS DE ROCAMBOLE

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 5.48 – *O Diário Popular*, 8 jul., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

O sr. Augusto Soromenho, lente do curso superior de Letras e um dos conferentes do Casino, envia-nos a seguinte declaração:

"Dois amigos meus, que, sobre outros muitos dotes, estimo pela extremada honestidade do seu caráter, convidaram-me para tomar parte nas conferências que iam estabelecer no salão do Casino Lisbonense. Leram-me o programa. Tinha cada um de nós a liberdade de expor o que sabia, o que pensava, o que sentia, no campo de seu estudo, na esfera de suas ideias, no domínio das suas afeições, com a consciência por norte, com a verdade por instrumento de propaganda, e tendo a depuração religiosa, a regeneração social, e a revolução literária por intuito. Assinei-o. Davam-me a escolha do assunto: escolhi-o.

"Fui assim um dos conferentes. Cerradas as portas do Casino por ordem da autoridade; imposto o silêncio aos preletores da parte do rei e em nome da religião e das instituições do Estado, alguns dos meus companheiros protestaram por meio da imprensa. Por um sentimento de delicadeza deferência, a que sou extremamente sensível, nenhum deles pediu então a minha assinatura, nenhum deles, até hoje, se referiu ainda a falta dela. É certo que também era da mínima valia. Entretanto, há quem pretenda ver no meu silêncio uma censura. Engana-se. Eu subscrevo o protesto.

"Preciso, porém, dizer porquê. Se algum dos conferentes tivesse ofendido a religião ou houvesse impugnado a Constituição do Estado, eu, professor e observador das leis, não viria por consideração de espécie alguma, dar o meu voto a uma manifestação contrária, é determinação de autoridade, que no cumprimento dos deveres, houvesse proibido a propaganda das doutrinas subversivas da moral e da ordem pública. Mas não. A autoridade foi iludida. As instituições foram estritamente respeitadas. Ouvi os conferentes, entendi-os (o que não sucedeu ao informador oficial) posso, pois, asseverar isto e demonstrá-lo. A religião também. Mas distinguimos. Há uma instituição política, que a Carta Constitucional denomina Religião Católica, Apostólica Romana; e há além disso, o catolicismo. Este não é a religião dos portugueses, segundo a Carta; não é o catolicismo que a Carta se refere, aliás não ousaria sujeitá-lo aos princípios da Economia política abolindo em nome deles nada menos que um mandamento da Santa Madre Igreja os dízimos e primícias; e em nome da liberdade dispensar os portugueses de um dos mandamentos da lei de Deus – a abstenção de trabalho nos domingos e festas de guarda. A religião da Carta é, portanto, a outra, instituição política, perfeitamente adequada, como convém, ao espírito da constituição e à vontade dos governos. O catolicismo não, porque como velho é antinômico com a economia política, com a liberdade, com a higiene pública, etc., e não poderia ser a religião de um país, sabiamente administrado, como o nosso.

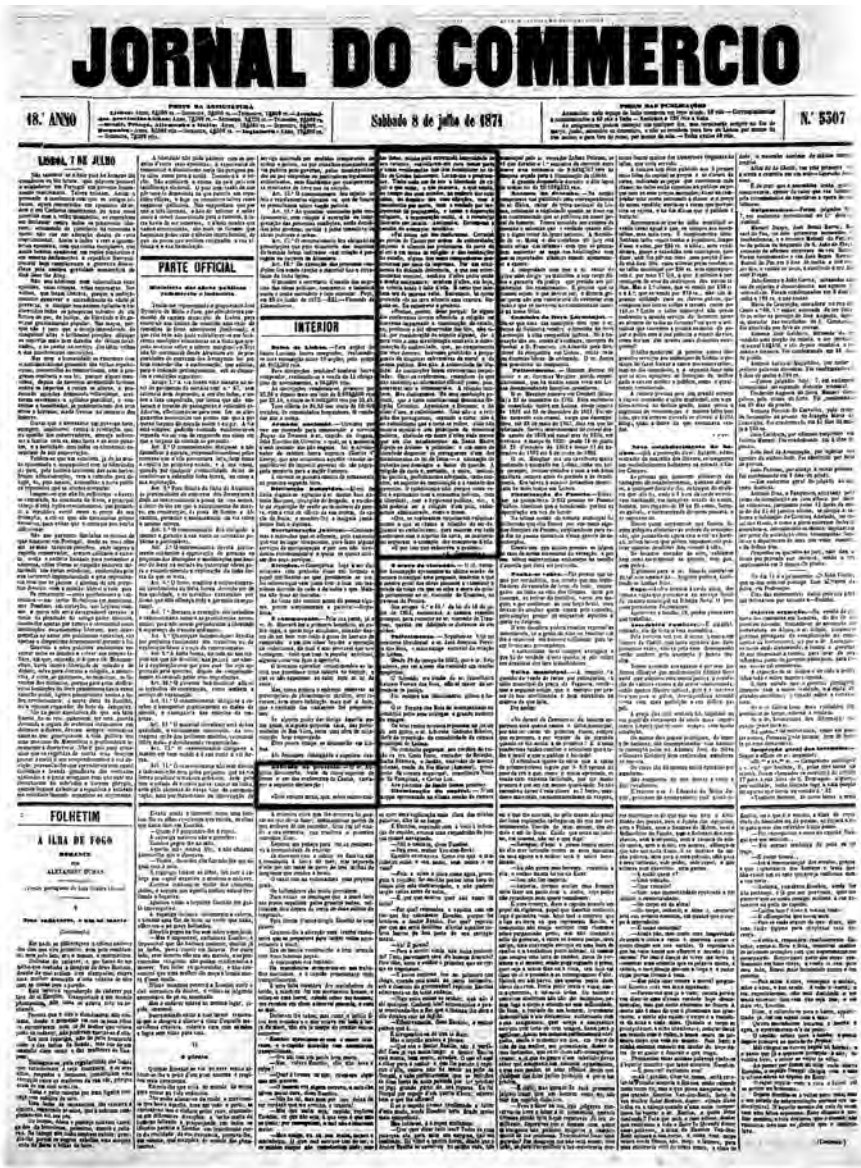
"Ora os conferentes respeitaram religiosamente o que se chama a religião do Estado. Quanto ao catolicismo, para estarem em tudo conforme o espírito da Carta, os conferentes seguiram o exemplo dos executores dela.

"É, por isso que subscrevo o protesto.

A. Soromenho",

5.34 – *Jornal do Comércio* – 8 de julho

Figura 5.49 – *Jornal do Comércio*, 8 jul., p.1



JORNAL DO COMMERCIO

18.° ANNO — Sabbado 8 de julho de 1871 — N.° 5307

LISBOA, 7 DE JULHO

PARTE OFFICIAL

INTERIOR

FOLHETIM

A FILHA DE FOGO

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Adesão ao protesto – O sr. Augusto Soromenho, lente do curso superior de Letras e um dos conferentes do Cassino, envia-nos a seguinte declaração:

"Dois amigos meus, que sobre outros muitos desses, estimo pela extrema honestidade do seu caráter, convidaram-se para tomar parte numas conferências que iam estabelecer no salão do Cassino Lisbonense. Leram-me o programa. Tinha cada um de nós a liberdade de expor o que sabia, o que pensava, o que sentia, no campo dos seus estudos, na esfera das suas ideias, no domínio das suas afeições, com a consciência por sorte, com a verdade por instrumento de propaganda, e tendo a depuração religiosa, a regeneração social, e a revolução literária por intuito. Assinei-o. Devam-me a escolha do assunto: escolhi-o.

"Fui assim um dos conferentes. Cerradas as portas do Casino por ordem da autoridade; imposto o silêncio aos preletores da parte do rei e em nome da religião e das instituições do Estado, alguns dos meus companheiros protestaram por meio da imprensa. Por um sentimento da delicada deferência, a que sou extremamente sensível, nenhum deles pediu então a minha assinatura: nenhum deles, até hoje, se referiu ainda a falta dela. É certo que também era da mínima valia. Entretanto, há quem pretenda ver no meu silêncio uma censura. Engana-se. Eu subscrevo e protesto.

"Preciso, porém, dizer porquê. Se algum dos conferentes tivesse ofendido a religião ou houvesse impugnado a Constituição do Estado, eu, professor e observador das leis, não viria por consideração de espécie alguma, dar o meu voto a uma manifestação contrária, é determinação de autoridade, que no cumprimento dos deveres, houvesse proibido a propaganda das doutrinas subversivas da moral e da ordem pública. Mas não. A autoridade foi iludida. As instituições foram estritamente respeitadas. Ouvi os conferentes, entendi-os (o que não sucedeu ao informador oficial) posso, pois, asseverar isto e demonstrá-lo. A religião também. Mas distinguimos. Há uma instituição política, que a Carta Constitucional denomina Religião Católica, Apostólica Romana; e há além disso, o catolicismo. Este não é a religião dos portugueses, segundo a Carta; não é o catolicismo que a Carta se refere, aliás não ousaria sujeitá-lo aos princípios da Economia política abolindo em nome deles nada menos que um mandamento da Santa Madre Igreja os dízimos e primícias; e em nome da liberdade dispensar os portugueses de um dos mandamentos da lei de Deus – a abstenção de trabalho nos domingos e festas de guarda. A religião da Carta é, portanto, a outra, instituição política, perfeitamente adequada, como convém, ao espírito da constituição e à

vontade dos governos. O catolicismo não, porque como velho é antinômico com a economia política, com a liberdade, com a higiene pública, etc., e não poderia ser a religião de um país, sabiamente administrado, como o nosso.

"Ora, os conferentes respeitaram religiosamente o que se chama a religião do estudo. Quanto ao catolicismo, para estarem em tudo conformes com o espírito da Carta, os conferentes seguiram o exemplo dos executores dela.

"É por isso que subscrevo o protesto.

A. Soromenho".

5.35 – *Jornal da Noite* – 8 e 9 de julho

Figura 5.50 – *Jornal da Noite*, 8 e 9 jul., p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 161 | Sabbado e Domingo 8 e 9 de julho de 1871 | 1.º anno

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 5.51 – *Jornal da Noite*, 8 e 9 jul., p.2

CONFERENCIAS DEMOCRATICAS

ROMA

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

5.35.1 – Texto 1

CONFERÊNCIAS DEMOCRÁTICAS

Lê-se no *Jornal do Comércio* hoje sob o título de *Adesão ao protesto* o seguinte:

"O sr. Augusto Soromenho, lente do curso superior de Letras e um dos conferentes do Casino, envia-nos a seguinte declaração:

'Dois amigos meus, que sobre outros muitos desses, estimo pela extrema honestidade do seu caráter, convidaram-se para tomar parte numas conferências que iam estabelecer no salão do Casino Lisbonense. Leram-me o programa. Tinha cada um de nós a liberdade de expor o que sabia, o que pensava, o que sentia, no campo dos seus estudos, na esfera das suas ideias, no domínio das suas afeições, com a consciência por sorte, com a verdade por instrumento de propaganda, e tendo a depuração religiosa, a regeneração social, e a revolução literária por intuito. Assinei-o. Devam-me a escolha do assunto: escolhi-o.

'Fui assim um dos conferentes. Cerradas as portas do Casino por ordem da autoridade; imposto o silêncio aos preletores da parte do rei e em nome da religião e das instituições do Estado, alguns dos meus companheiros protestaram por meio da imprensa. Por um sentimento da delicada deferência, a que sou extremamente sensível, nenhum deles pediu então a minha assinatura: nenhum deles, até hoje, se referiu ainda a falta dela. É certo que também era da mínima valia. Entretanto, há quem pretenda ver no meu silêncio uma censura. Engana-se. Eu subscrevo e protesto.

'Preciso, porém, dizer por quê. Se algum dos conferentes tivesse ofendido a religião ou houvesse impugnado a Constituição do Estado, eu, professor e observador das leis, não viria por consideração de espécie alguma, dar o meu voto a uma manifestação contrária, é determinação de autoridade, que no cumprimento dos deveres, houvesse proibido a propaganda das doutrinas subversivas da moral e da ordem pública. Mas não. A autoridade foi iludida. As instituições foram estritamente respeitadas. Ouvi os conferentes, entendi-os (o que não sucedeu ao informador oficial) posso, pois, asseverar isto e demonstrá-lo. A religião também. Mas distinguimos. Há uma instituição política, que a Carta Constitucional denomina Religião Católica, Apostólica Romana; e há além disso, o catolicismo. Este não é a religião dos portugueses, segundo a Carta; não é o catolicismo que a Carta se refere, aliás não ousaria sujeitá-lo aos princípios da Economia política abolindo em nome deles nada menos que

um mandamento da Santa Madre Igreja os dízimos e primícias; e em nome da liberdade dispensar os portugueses de um dos mandamentos da lei de Deus – a abstenção de trabalho nos domingos e festas de guarda. A religião da Carta é, portanto, a outra, instituição política, perfeitamente adequada, como convém, ao espírito da constituição e à vontade dos governos. O catolicismo não, porque como velho é antinômico com a economia política, com a liberdade, com a higiene pública, etc., e não poderia ser a religião de um país, sabiamente administrado, como o nosso. Ora, os conferentes respeitaram religiosamente o que se chama a religião do estudo. Quanto ao catolicismo, para estarem em tudo conformes com o espírito da Carta, os conferentes seguiram o exemplo dos executores dela.

'É por isso que subscrevo o protesto.

'A. Soromenho'".

5.35.2 – Texto 2

O SR. ANTERO DE QUENTAL

Recebemos hoje a seguinte carta:

"Sr. redator – Acabo de ler uma notícia, publicada no *Jornal Noite* de hoje (17 do corrente) em que se diz existir um documento oficial que prova ter chamado Ávila o pai do atual ministro do Reino, em não Villa, como eu afirmei na minha carta impressa dirigida a esse cavalheiro. Afirmei ali tal fato, porque estava suficientemente convencido da realidade dele, tanto pelo testemunho para mim fidedigno de muitas pessoas insuspeitas, como pela opinião a este respeito geralmente aceita nas ilhas dos Açores, de uma das quais sou eu também natural. Diz-se agora que existe um documento oficial que prova o contrário. Se assim é, tenho a declarar duas coisas: em primeiro lugar, que retiro espontaneamente e de todo coração, as citações que tirei dum fato, para mim então certíssimo, e que hoje declaro, pelo menos, considerar duvidoso; em segundo lugar, que estimo mais do que ninguém que se estabeleça solidariamente e duma maneira irrefutável, que nunca o sr. Antônio José de Ávila se envergonhou (nem tinha realmente por que se envergonhar) do nome de seu pai.

Não sou rancoroso. Detesto cordialmente no sr. marquês de Ávila o homem público, mas sem odiar o homem particular, que nem conheço. Antes de tudo o reconhecimento da vontade de qualquer lado que ela esteja – do meu ou do lado contrário.

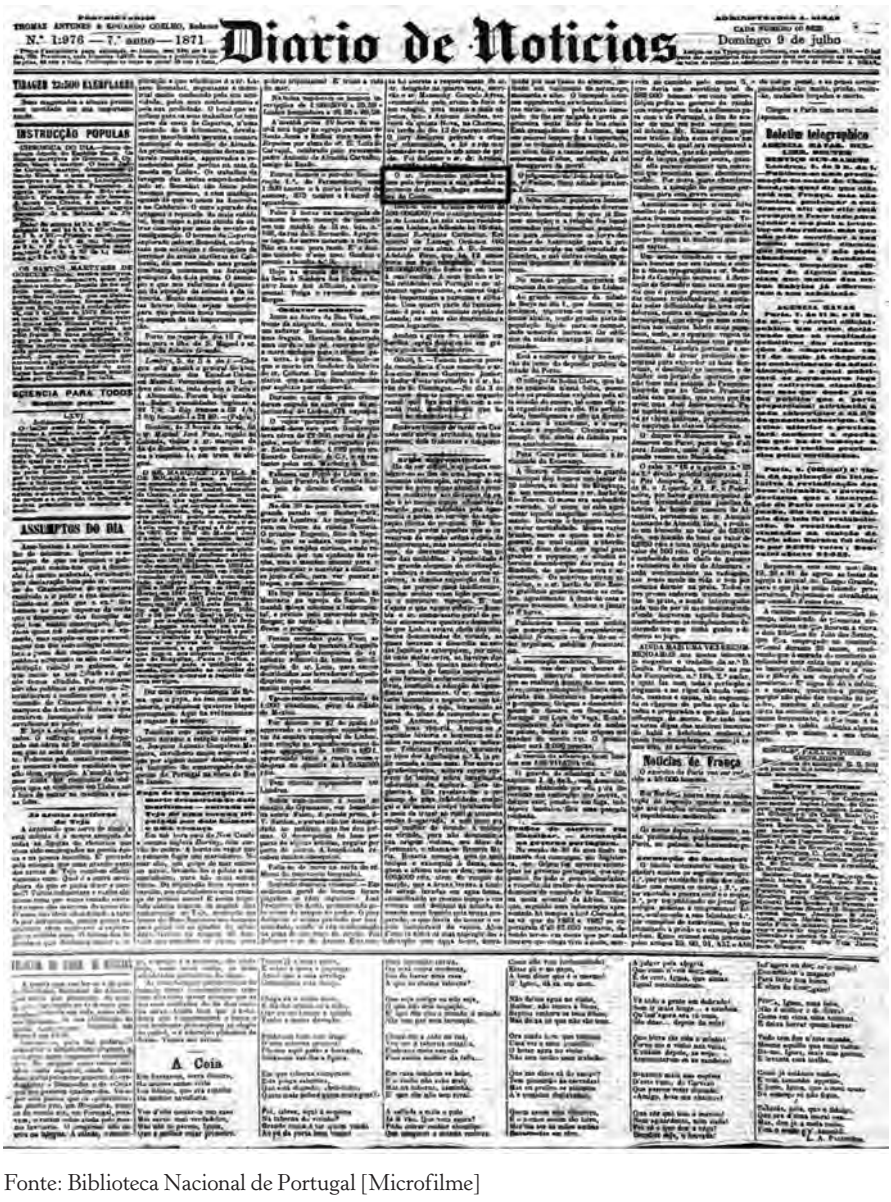
Lisboa, 7 de julho de 1871.

Antero de Quental".

Quem ler esta carta há de pensar que o *Jornal da Noite* se encarregou de corrigir a afirmação do sr. Antero de Quental acerca do pai do sr. marquês de Ávila, e de certo engana. O *Jornal da Noite* transcreveu a notícia do folheto do sr. Meireles do Canto.

5.36 – *Diário de Notícias* – 9 de julho

Figura 5.52 – *Diário de Notícias*, 9 jul., p.1



Diario de Noticias

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

O sr. Soromenho publicou ontem pela imprensa a sua adesão ao protesto dos seus colegas conferentes do Casino.

5.37 – *Jornal da Noite* – 11 e 12 de julho

Figura 5.53 – *Jornal da Noite*, 11 e 12 jul., p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 163 | Terça e Quarta feira 11 e 12 de julho de 1871 | 1.º anno

FOLHETIM

CH. DE BERNARD

O PADRASTO

Trad. de GERVASIO LOBATO

PRIMEIRA PARTE

V

O irmão e a irmã

(Continuação)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 5.54 – *Jornal da Noite*, 11 e 12 jul., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

A QUESTÃO DO APELIDO

De Coimbra nos escreve o nosso amigo, e de vezes oficioso colaborador, o sr. S. d'A. enviando-nos cópia de um documento relativo a questão do apelido de que usava a família do sr. marquês de Ávila e Bolama. É a certidão de idade com que se matriculou no 1º ano temático o sr. marquês.

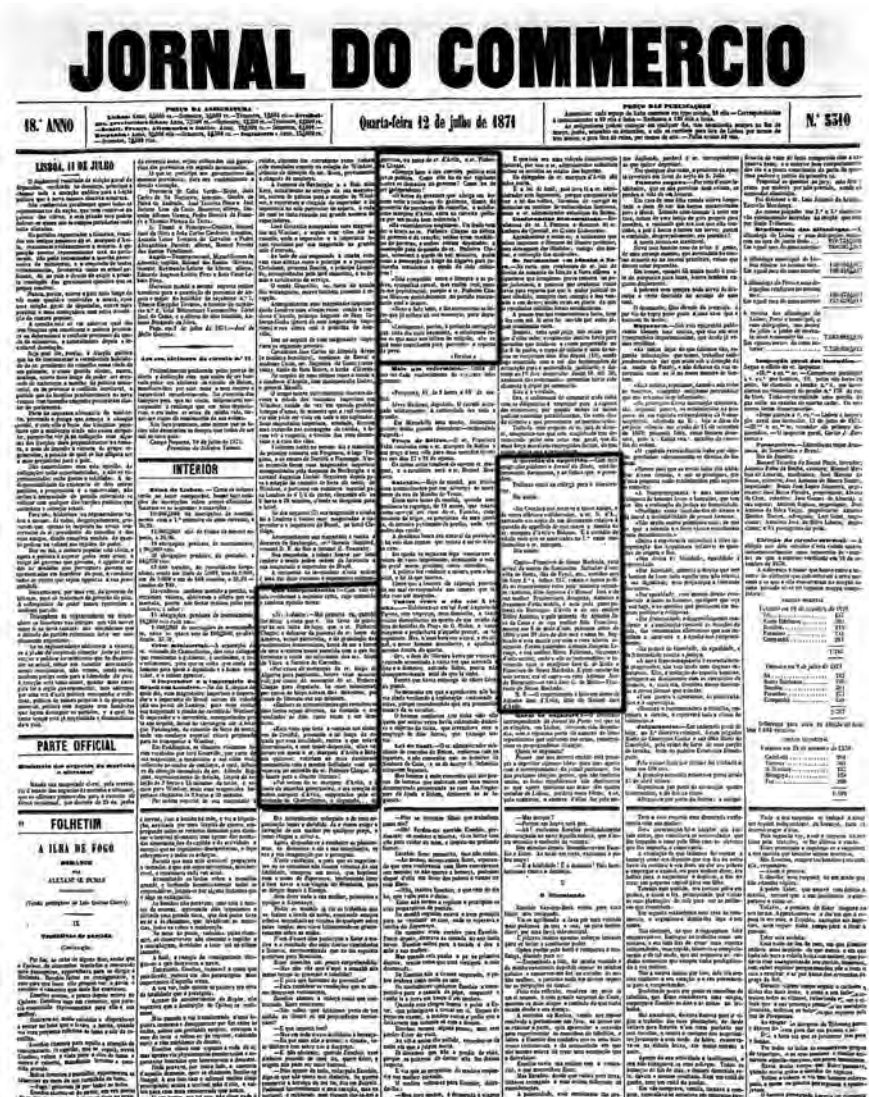
Diz assim:

"Copia – Francisco de Souza Machado, cura atual matriz do Santíssimo Salvador desta vila de Horta, ilha do Fayal, etc., certifico que do livro 2º a folhas 235 consta o termo pedido no requerimento retro pela maneira seguinte: Antônio, filho legítimo de Manoel José e de e de sua mulher. Prudenciana Joaquina, naturais fregueses desta matriz, e neto pela parte paterna de Domingos de Ávila e de sua mulher Rita Francisca, nasceu aos 8 de maio deste presente ano de 1806 e aos 20 dias do dito mês e ano foi batizado nesta matriz por mim a cura abaixo assinado. Foram padrinhos Antônio Joaquim Laranjo e sua mulher Maria Feliciana, fregueses desta matriz onde o são as testemunhas; o reverendo cura e coadjutor José G. de Mello e Francisco de Souza Machado. E para constar fiz este termo; *era ut supra* – o cura Antônio José de Bitencurte – o cura José G. de Melo – Francisco de Souza Machado".

N. R. O requerimento é feito em nome de Antônio José de Ávila, filho de Manoel José de Ávila.

5.38 – *Jornal do Comércio* – 12 de julho

Figura 5.55 – *Jornal do Comércio*, 12 jul., p.1



JORNAL DO COMMERCIO

18.º ANNO — Quarta-feira 12 de julho de 1871 — N.º 5510

LISBOA, 11 DE JULHO

PARTE OFFICIAL

FOLHETIM

A ILHA DE FOGO

INTERIOR

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

5.38.1 – Texto 1

Que independência – Com este título recebemos a seguinte carta, cujo conteúdo é também opinião nossa:

"Sr. redator – Mal pensava eu, quando lhe dirigi a carta que v. fez favor de publicar na sua folha de hoje, que o sr. Pinheiro Chagas; o defensor da pastoral do sr. bispo do Algarve, atual patriarca, e da proibição das conferências democráticas, havia de ser o herói de uma aventura muito parecida com a que determinou a saída do ministério dos srs. bispo de Vizeu e Saraiva de Carvalho.

"Por causa da nomeação do sr. bispo do Algarve para patriarca, houve crise ministerial; por causa da nomeação do sr. Pinheiro Chagas para deputado, há crise ministerial; por causa do bispo saíram dois ministros; por causa do literato sai um ministro; por causa do literato sai um ministro.

"Embora as circunstâncias que revestem os dois fatos sejam diversas, na essência e nos resultados os dois casos veem a ser idênticos.

"Está visto que feita a vontade aos eleitores da Covilhã, passando o tal lanço da estrada por essa localidade, contra o que estava determinado, e com maior dispêndio, eles votavam em quem o sr. marquês de Ávila e Bolama quisesse; votariam no mais desalmado comunista com a mesma facilidade com que votaram no ordeirão do sr. Pinheiro Chagas. Já é hora para o ilustre literato!

"Por ordem do sr. marquês de Ávila, e à custa da anarquia governativa, e má criação do nobre marquês de Ávila, suportados pelo sr. visconde de Chanceleiros, e deputado... do governo ou antes do sr. de Ávila, o sr. Pinheiro Chagas.

"Começa bem a sua carreira política este jovem político. Como ele há de ser vigilante outras as demasias do governo! Como há de ser independente.

"O herói da aventura que obriga um homem sério a retirar-se do gabinete, diante da grosseria do presidente do conselho, o nubilíssimo marquês de Ávila, entra na carreira política por um modo bem esdrúxulo!

"Há coincidências singulares. Um frade vem dar o braço ao sr. Pinheiro Chagas, ocasiona a queda de um ministro, assim como a nomeação do bispo do Algarve para patriarca ocasionou a queda de dois ministros!

"Esta simpatia entre o literato e os padres, simpatia carnal, mas enfim real, parece-me providencial, porque o sr. Pinheiro Chagas filiou-se decididamente no partido reacionário azul e branco.

"Deus o fade bem, e lhe acrescente os louros que já colheu na sua nomeação para deputado.

"Lastimemos, porém, a profunda corrupção que cada dia mais aumenta, e admiremos como os que mais nos falou de religião, são os que mais contribuem para perverter o espírito do povo".

"Veritas"

5.38.2 – Texto 2

A questão do apelido – Com esta epígrafe publicou o *Jornal da Noite,* este interessante documento, e as linhas que o precedem.

Pedimos vênia ao colega para o ver.

Diz assim:

"De Coimbra nos escreve o nosso amigo, e de vezes oficioso colaborador, o sr. S. d'A. enviando-nos cópia de um documento relativo a questão do apelido de que usava a família do sr. marquês de Ávila e Bolama. É a certidão de idade com que se matriculou no 1º ano temático o sr. marquês.

Diz assim:

'Copia – Francisco de Souza Machado, cura atual matriz do Santíssimo Salvador desta vila de Horta, ilha do Fayal, etc., certifico que do livro 2º a folhas 235 consta o termo pedido no requerimento retro pela maneira seguinte: Antônio, filho legítimo de Manoel José e de e de sua mulher. Prudenciana Joaquina, naturais fregueses desta matriz, e neto pela parte paterna de Domingos de Ávila e de sua mulher Rita Francisca, nasceu aos 8 de maio deste presente ano de 1806 e aos 20 dias do dito mês e ano foi batizado nesta matriz por mim a cura abaixo assinado. Foram padrinhos Antônio Joaquim Laranjo e sua mulher Maria Feliciana, fregueses desta matriz onde o são as testemunhas; o reverendo cura e coadjutor José G. de Mello e Francisco de Souza Machado. E para constar fiz este termo; *era ut supra* – o cura Antônio José de Bitencurte – o cura José G. de Melo – Francisco de Souza Machado'".

N. R. O requerimento é feito em nome de Antônio José de Ávila, filho de Manoel José de Ávila.

5.39 – *O Diário Popular* – 13 de julho

Figura 5.56 – *O Diário Popular*, 13 jul., p.1

O DIARIO POPULAR

N.° 1:698 | Lisboa—Quinta feira, 13 de julho de 1871 | 6.° ANNO

TIRAGEM 20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

Despachos telegraphicos

FOLHETIM

ULTIMAS PROEZAS DE ROCAMBOLE

PARTE OFFICIAL

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Figura 5.57 – *O Diário Popular*, 13 jul., p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Sr. redator – Pedimos-lhes a publicação desta carta, que nos foi enviada pelo nosso amigo o sr. Oliveira Martins.

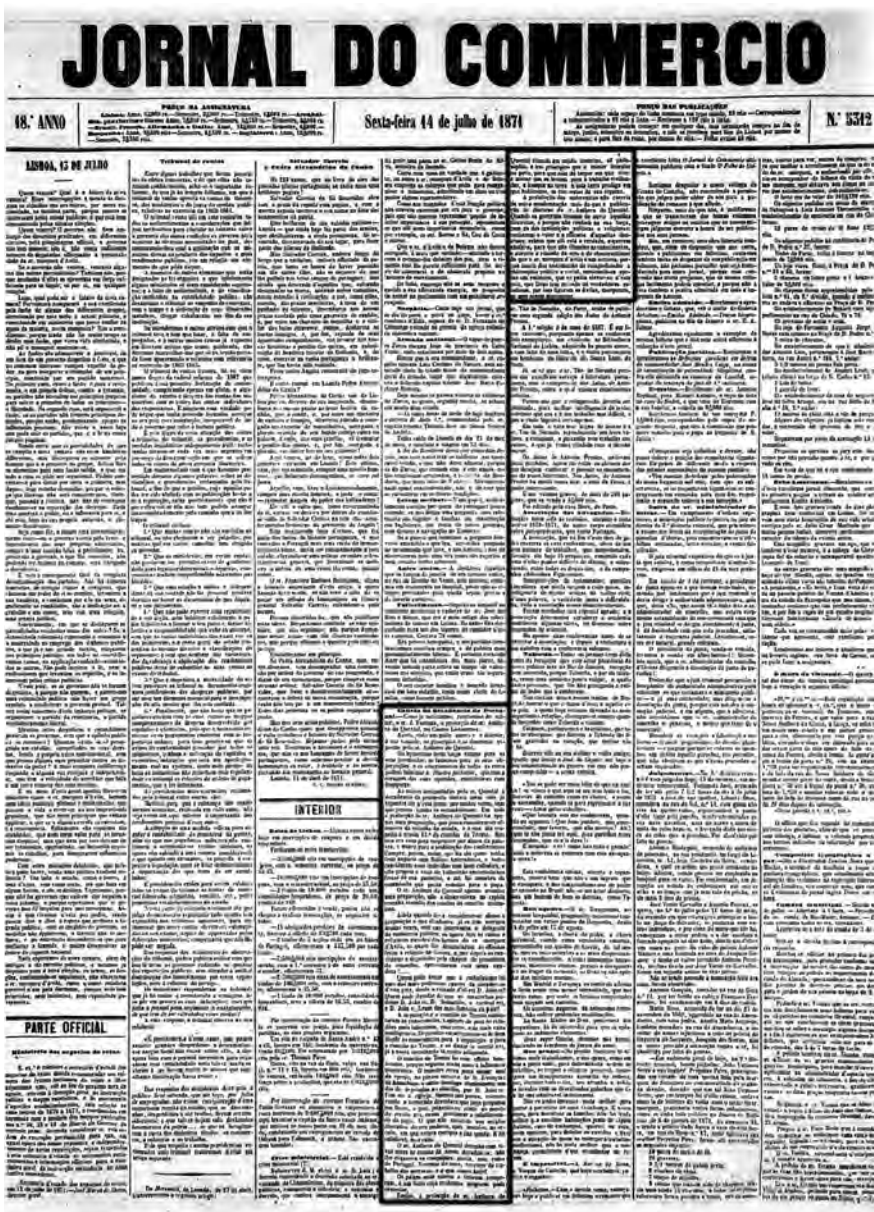
Joaquim Batalha Reis.[5]
Antero de Quental.

"Meus amigos. – Ausente, só agora me chega a notícia de que sucedeu com as conferências democráticas, encerradas violentamente pelo governo. Se o meu protesto contra o ato do poder é involuntariamente tardio, não é por isso menos sincero: queiram, portanto, juntar aos protestos já publicados do – Seu amigo, Oliveira Martins."

5 Observação: o nome correto é Jaime e não Joaquim.

5.40 – *Jornal do Comércio* – 14 de julho

Figura 5.58 – *Jornal do Comércio*, 14 jul., p.1



JORNAL DO COMMERCIO

18.º ANNO | Sexta-feira 14 de julho de 1871 | N.º 5342

LISBOA, 13 DE JULHO

PARTE OFFICIAL

INTERIOR

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal [Microfilme]

Causas da decadência de Portugal – Como já noticiamos, recebemos do editor, o sr. J. Fontana, a preleção do sr. Antero de Quental, no Casino Lisbonense.

Agora, cada um pode apreciar e discutir, à sua vontade, os princípios e as doutrinas expostas pelo sr. Antero de Quental.

Os hipócritas tem largo campo para as suas jeremiadas, os fanáticos para as suas objurgações, e os reacionários de todas as cores podem fulminar o ilustre preletor, que tem a coragem das suas opiniões, emitindo-as com franqueza.

As causas assinaladas pelo sr. Quental à decadência da Península Ibérica têm sido já expostas até neste jornal por muitas vezes, sem que pessoa alguma se escandalizasse. Em toda a preleção do sr. Antero de Quental há apenas uma proposição, que pensa considerar-se ofensiva da religião do Estado, e a que diz respeito da sessão 13ª do Concílio de Trento. Mas isso era caso para responder por abuso da palavra, e nunca para a proibição das conferências. Cumpre, porém, notar que aí quem tenha feito negócio com Bíblias heterodoxas, e todos consideram esse indivíduo mui bom católico, e ele próprio é visto de balandrão encarnado nas festas da sua paróquia, e até foi membro da comissão que pedia esmolas para o papa.

O sr. Antero de Quental apenas aventou uma proposição, não a desenvolveu na rápida resenha das seções do concílio tridentino.

Ainda quando deva considerar-se abuso a proposição a que aludimos, já se tem escrito muitas vezes, sem que intervenha o delegado do ministério público; só agora fere os castos e religiosos ouvidos dos lacaios do sr. marquês de Ávila, os quais lhe denunciaram as ofensas feitas a religião no Cassino, e, que depois os candidatos a deputados pelo chapéu do presidente do conselho, aproveitaram com tanta agudeza!...

Quem pode negar que o catolicismo foi uma das mais poderosas causas da decadência deste país, desde o reinado do rei d. João III? Quem pode duvidar de que os monarcas piedosos d. João III e d. Sebastião, o cardeal rei, e d. João V foram dos mais funestos ao país?

A Inquisição e o Concílio de Trento manifestaram as consciências, baniram do país os cidadãos mais laboriosos, mais ricos, e de mais culta inteligência. Os jesuítas encarregaram-se de bem dispor as consciências para a Inquisição e para o Concílio de Trento, e ao findar o século XVI, já a nossa decadência ia muito adiantada.

O concílio de Trento foi com efeito fatalíssimo, porque segurou ainda mais a influência teocrática. O monstro viveu para maior mal da Igreja, na frase incisiva

de fr. Jeronymo da Azambuja, o sábio teólogo dominicano, um dos de deputados ao concílio, por d. João III. Funesto à Igreja, funesto aos povos, estamos vendo o tremendo desenlace que hoje preparou em Roma, a qual, julgando-se ainda no meado do século XVI, ousou proclamar a infalibilidade do papa. O que não ousaram nos séculos dourados do seu poderio, quis tentá-lo, no século, em que estava escrita a sua queda. E foi infalível, mas caiu.

O sr. Antero de Quental desenha com vivas cores as causas da nossa decadência; não lhe esqueceu as conquistas, glória, mas ruína de Portugal. Vivemos do ouro, vivemos do trabalho dos escravos.

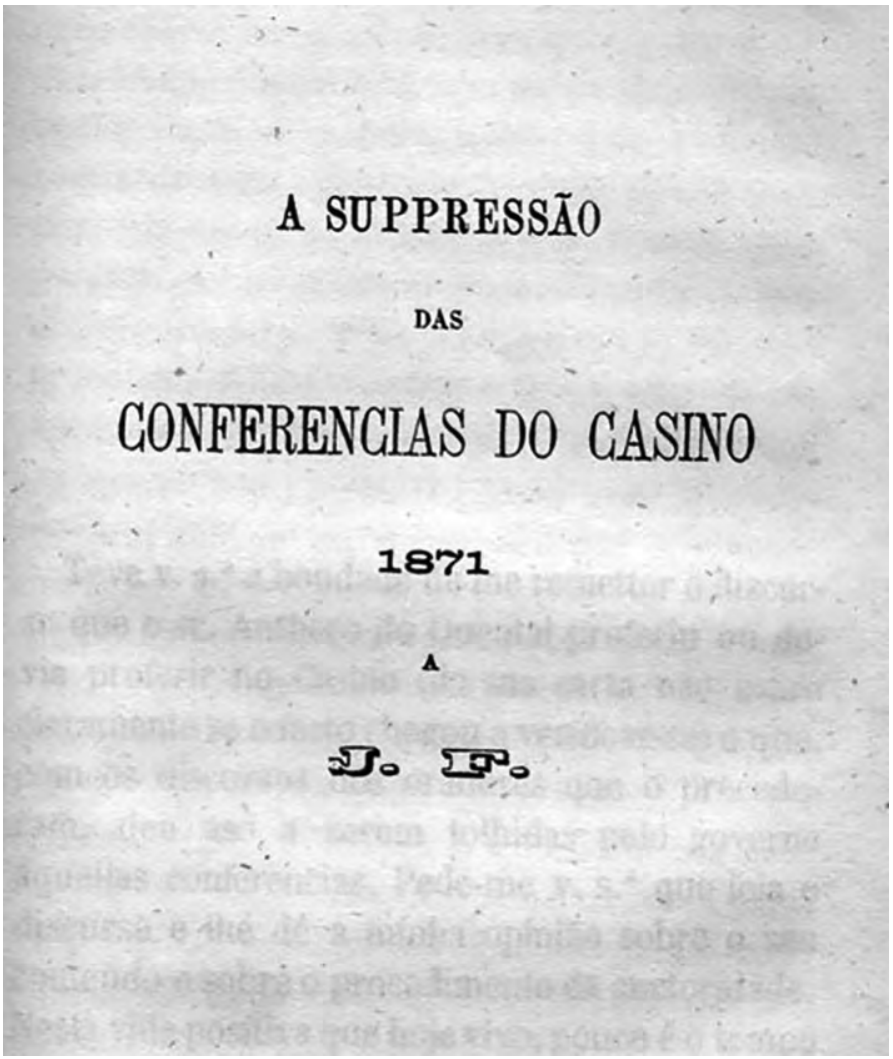
Os países onde entrou a Reforma prosperam, é um fato cuja evidência ninguém pode contestar.

Enfim, a preleção do sr. Antero de Quental abunda em sólida doutrina, sã filosofia, e nos princípios que é mister inocular o povo, para que saia do torpor em que vive: é mister que se levante para o trabalho vivificador, e busque na terra nesta terra prodiga em que habitamos, os elementos da sua riqueza.

A proibição das conferências não carecia de outra condenação mais do que a publicação do discurso do sr. Antero de Quental. Quando os governos tremem de ouvir aquelas doutrinas, é porque não confiam na sua força, nem nas das instituições políticas e religiosas: conhecem o valor e a eficácia daquelas doutrinas; sabem que ali está a verdade, e querem abafá-las, para que não ilumine as consciências, e abrevie o reinado do erro e do obscurantismo de que o sr. marquês de Ávila é um secretário, por que nunca deu testemunho de compreender a filosofia política e social, mostrando-se apenas um rotineiro, que só podia elevar-se neste país, que Deus tem privado de verdadeiros estadistas, por isso figuram os Ávilas, marquês, ou sem serem marqueses.

5.41 – Opúsculo – "A supressão das Conferências do Casino" – Alexandre Herculano

Figura 5.59 – Opúsculo "A supressão das Conferências do Casino", Alexandre Herculano


A SUPPRESSÃO

DAS

CONFERENCIAS DO CASINO

1871

A

J. H.

Fonte: Herculano, 1871.

Opúsculo – "A supressão das Conferências do Casino" – Alexandre Herculano

Teve v. sa. a bondade de me remeter o discurso que o sr. Antero de Quental proferiu ou de via proferir no Casino (da sua carta não infiro claramente se o fato chegou a verificar-se) o que, com os discursos dos oradores que o precederam, deu a serem tolhidas pelo governo aquelas conferências. Pede-me v. sa. que leia o discurso e lhe dê a minha opinião sobre o seu conteúdo e sobre o procedimento da autoridade. Nesta vida positiva que hoje vivo, pouco é o tempo que me sobeja para a leitura, nem, a falar verdade, o espírito se inclina muito para esse lado. Depois, as suas perguntas referem-se a assuntos graves, e até abstrusos, que, porventura, não cabem na capacidade da minha inteligência. Acresce que geram em mim tristeza as nossas questões públicas, e com o egoísmo de velho fujo de pensar nelas. Apesar, porém, de tudo isso, forcejarei por fazer uma exceção a favor deste discurso, por certa simpatia que sinto pelo autor, não obstante a profunda divergência que há entre as nossas opiniões. E, talvez, porque no seu caráter me parece descobrir uma destas índoles nobremente austeras que cada vez se vão tornando mais raras. Revela o trabalho que me remete as precipitações e os ímpetos próprios da idade de quem o delineou. Só os anos nos curam desse defeito. Quisera eu que o sr. Antero de Quental conhecesse melhor a doutrina e a tradição verdadeiramente católicas, porque havia de ser menos injusto com o catolicismo, embora não fosse menos severo, eu talvez o fosse ainda mais, com os padres.

Quanto à proibição das conferências, que quer que lhe diga? É pior que uma ilegalidade, por que é um despropósito; e na arte de governar, os despropósitos são às vezes piores que os atentados. O que seria escutado e em grande parte esquecido por cem ou duzentos ouvintes será agora lido e meditado por milhares, talvez, de leitores. Diz-me que se tomou por pretexto da supressão das conferências o desagravo da religião ofendida. Erro deplorável. Ideia perseguida, ideia propagada: lei perpetua do mundo moral, perpetuamente esquecida pelo poder. Por certo, o governo tem obrigação de manter a religião do Estado, como tem obrigação de manter todas as instituições do país. Mas o respeito pela inviolabilidade do pensamento entra também no número das suas obrigações. E quando a religião do Estado e a liberdade do pensamento colidem, é aos tribunais judiciais que cumpre dirimir a contenda. O discurso oral é manifestação da ideia, como o é o discurso escrito. Não se pôde suprimir o orador, como se não pode suprimir o escritor. Para um, como para outro, há a responsabilidade e a punição.

Depois, creio pouco que o sr. Antero do Quental, apesar da sua clara inteligência, e da autoridade moral que lhe dá a integridade do seu caráter, seja assaz poderoso para derribar o catolicismo, a religião de S. Paulo e de S. Agostinho, de S. Bernardo e de S. Thomas, de Bossuet e de Pascal. O perigo, não absoluto, mas relativo, está noutra parte. Agredido pela frente, o catolicismo pode aplicar a si, melhor que o protestantismo, o verso do belo hinário de Lutero

Ein feste Burg ist unser Gott.

Não se toma a fortaleza divina; mas pode ser minada e aluída por uma guarnição desleal. É este atualmente o grande perigo que a ameaça: não são os discursos do Casino. A situação da Igreja assemelha-se hoje àquela em que se achava no quarto século, quando o arianismo, no dizer de S. Jerônimo, triunfava por toda a parte, e até o papa Libério aderia à fórmula ariana do conciliábulo de Sirmio e aceitava como ortodoxa a heresia. Esta situação tristíssima da Igreja é cousa um pouco mais grave para a religião do Estado do que todas as hostilidades imagináveis dos seus adversários leais.

Que me seja lícito fazer uma pergunta, que vai maravilhá-lo. Existe ainda entre nós o catolicismo proclamado instituição social pela Carta? A resposta que eu próprio darei a esta pergunta ainda, porventura, o maravilhará mais. Existe apenas na fé perseverante, mas silenciosa e triste, de alguns fiéis, que deploram os destinos preparados à Igreja por um clero geralmente faccioso e sem convicções. Hoje a Igreja, se pudesse perecer, correria grande risco de não completar o vigésimo século da sua existência. Dar-te-ei nesta carta a razão do meu dito, embora isso a torne, talvez, demasiado longa; mais longa, por certo do que eu desejaria.

O caráter fundamental do catolicismo verdadeiro, do catolicismo que nos inculcaram na infância, era a imutabilidade, a perpetuidade e a universalidade dos seus dogmas e das suas doutrinas na sucessão dos tempos, caráter precisamente descrito no célebre *Commonitorium* de Vicente de Lerins. Nessa crença, tão incompreensível seria a supressão de um dogma antigo, como a adição de um dogma novo, ou (para me servir de frase de um teólogo eminente do século XV) nessa crença não se tinha por menor heresia afirmar ser de fé o que não o era, do que negar que o fosse o que era. Nisto consistia praticamente a imensa vantagem do catolicismo sobre as seitas dissidentes, indefinidamente variáveis, flutuantes, subdivididas de dia para dia, gerando as mais desvairadas aberrações religiosas. Além disso, a Igreja tinha leis que a regiam desde os séculos primitivos e que só

os parlamentos cristãos, os concílios, podiam alterar, quando essas alterações não fossem de encontro às tradições apostólicas, e a que todos os membros da sociedade católica, desde o papa até o mais obscuro entre os fiéis, eram obrigados a obedecer. Depois, na economia da sua administração interna, nos ritos, e em outras manifestações acidentais do culto, cada Igreja nacional, e até cada província eclesiástica, tinha os seus usos e liberdades especiais, que a Igreja universal consentia, porque o que constitui verdadeiramente a unidade é a unidade da fé. Governo parlamentar, máximas fundamentais dominando através dos séculos a legislação canônica, direito comum conciliando-se com o respeito às autonomias, ninguém superior à lei, a fraternidade humana, a tolerância material ao lado da intolerância doutrinal; em suma, uma grande parte das conquistas da civilização moderna são apenas vetas conquistas do cristianismo transferidas para a sociedade temporal. Cuidando aportarem a praias ignotas, os publicistas mais de uma vez têm plantado padrões de descobrimento em regiões onde, embora ocultos pelos musgos e sarças, os padrões da cruz estão plantados há mais de 1.800 anos.

Sem dúvida, durante a Idade Média, grande número de abusos se tinha introduzido na disciplina, no mecanismo da sociedade católica. Houve sempre homens grandes e virtuosos que lutassem contra esses abusos, mas nem sempre alcançavam moderá-los e mormente vencê-los. Na época dos concílios de Constança e de Basilea, os dois últimos concílios sinceros e livres que a história eclesiástica memora, sorriu para a Igreja uma esperança de reforma; mas essa esperança desvanece-se em breve. Os abusos adquiriram novo vigor quando o Renascimento veio substituir as tendências cristãs pelas tendências pagãs, e se tornaram possíveis papas como Alexandre VI e Leão X, mais devotos da trindade de Momo, Vênus e Bacchi do que da Trindade evangélica. Então, em lugar da reforma, veio a revolução: veio Lutero. O catolicismo, mutilado, tornou-se fragmento, embora grandioso fragmento. A resistência a revolução gerou, porém, a assembleia de Trento. Trento exprime um fato notável. A Igreja servira, séculos antes, como de tipo à sociedade temporal: a sociedade temporal, onde as liberdades da Idade Média tinham cedido já o campo ao absolutismo vitorioso, refletiu na reorganização da Igreja. Como o absolutismo trouxera vantagens na vida civil, trouxe-as também na vida espiritual; mas, tanto aqui como ali, essas vantagens foram bem modestas comparadas com os males que derivavam da nova contextura da sociedade religiosa e da sociedade temporal: tanto aqui como ali, um abuso derribado era o prenúncio de muitos que iam pulular. Esses abusos, quer antigos quer modernos, ingeridos na sociedade

cristã, invadiam sempre mais ou menos as Igrejas nacionais. Mas, no meio da decadência exterior, a essência do catolicismo, o dogma – mantinha-se intacta. O símbolo salvo pelo Concílio de Nicea e pelos esforços de S. Atanásio continuou até nós imutável. Na própria disciplina, o poder temporal, quando nisso interessava, reprimia as tendências abusivas de Roma, e até, não raramente, o episcopado, momentaneamente desperto, recordava-se da sua instituição divina Novo Encelado, revolvia-se debaixo da enorme pressão do papado e, batendo com as algemas nos degraus do trono pontifício, fazia-o estremecer. Travavam-se às vezes lutas sérias entre os dois absolutismos. Ambos tinham por aliado o céu. Tu és Petrus, alegava o papa: *Per me re ges regnant*, redarguia o rei. *Pasce oves meas*: acudia o papado. *Omnis potestas a Deo*: repanha o absolutismo. Roma, por via de regra, não levava a melhor, sobretudo quando os bispos, ou por conveniência ou por convicção, se associavam ao poder temporal, o que era frequente.

Ao promulgar-se a Carta, Portugal achava-se nesta situação religiosa. A Carta, convertendo o catolicismo em instituição política, adotava-o como ele existia no país-essência e forma; dogma e disciplina. Disse o legislador que a religião católica apostólica romana continuaria a ser a religião do Reino: não disse que essa instituição seria uma cousa nova, flutuante, mudável, conforme aprouvesse aos jesuítas ir suprimindo ou anexando dogmas à doutrina católica, mediante o assenso ou inconsciente ou incrédulo do papa e do episcopado. O que continua não é o que vem de novo; é o que existe no ato de continuar. Ora os fatos estão desmentindo esta doutrina irrefragável. Desde a promulgação da Carta tem-se realizado gradualmente uma revolução na Igreja Católica. Com assombro da gente ilustrada e sincera, vimos transformar em dogma uma superstição dos séculos de trevas, rendoso mealheiro de franciscanos, tintura de pelagianismo, aproveitada hoje para aviar receitas na botica de S. Ignácio, a imaculada conceição de Maria, dogma que forçadamente conduz ou à ruína do cristianismo pela base, tornando inconcebível a Redenção, ou à deificação da mulher, à mulher-deus, à mulher redentora, recurso tremendo nas mãos do jesuitismo, que, lisonjeando a paixão mais enérgica do sexo frágil, a vaidade, o converte em instrumento seu para dilacerar e corromper a família, e pela família a sociedade. Depois, ludíbrio desses homens de trevas, vemos o papa, celebrando uma espécie de concílio disperso, mandar perguntar pelas portas dos bispos que tal acham aquele apendículo à fé católica. Os bispos, pela maior parte, encolhem os ombros ou riem-se, dizer-lhe que está vistoso, e vão jantar. Depois, os que falam em nome do pontífice, tendo tornado virtualmente absurdo, por inútil, o sacrifício

do Gólgota para a redenção da humanidade, ou dando ao Cristo um adjunto na sua obra divina, divertem-se em negar no Syllabus os dogmas, um pouco mais verdadeiros, da civilização moderna, e tendo elevado o erro, apenas tolerado, e ainda mal que tolerado, nos domínios do opinativo, a dogma indisputável, e santificado assim uma opinião pior que ridícula, convidam a sociedade temporal à guerra civil. É a Companhia de Jesus na sua manifestação mais característica. Os princípios da Carta, como os de todas as constituições análogas, são condenados, anatematizados, exterminados *in petto*. E a Comuna de Paris, prefigurada em Roma, a arrasar e queimar, em vez de edifícios, todas as conquistas do progresso social, todas as verdades fundamentais da filosofia política. Ao concílio vagabundo segue-se então o concílio parado. É que falta ao Syllabus à sanção divina. Dar-lhe-á a infalibilidade endossada pelo episcopado ao papa ou à sua ordem. Ajuntam-se não sei quantos bispos, muitos bispos; uns reais, outros pintados: agremiam-se; e o papa pergunta ao grêmio, em vez de o perguntar a si mesmo, se é infalível. Os bispos tornam a encolher os ombros e a rir-se, dizem-lhe que sim, e vão selar. O papa infatível, que não sabia se era falível, fica enfim descansado, e os bispos ceados, dormidos e desapressados do *visum est Spiritui Sancto et nobis* do concílio apostólico de Jerusalém, transferido definitivamente para a Casa Professa, voltam a anunciar aos respectivos rebanhos essa nova correção das errôneas doutrinas da primitiva Igreja.

Tais são os deploráveis e incríveis sucessos que temos presenciado. O jesuitismo converte o infeliz Pio IX num Libério ou num Honório, induzindo-o a subscrever heresias, e a grande maioria dos bispos, criando na Igreja uma situação análoga à dos tempos em que o arianismo dominava por toda a parte, e abandonando a máxima sacrossanta da imutabilidade da fé, tornam-se em arautos e pregoeiros dos desvarios de Roma. As novidades religiosas vêm perturbar as consciências, e o marianismo e o infalibilíssimo quase levam o cristianismo de vencida na Igreja Católica. Ninguém vê isto; ninguém sabe disto. É que, em Portugal, os que ainda creem em Deus e na divina missão de Jesus, sem crerem na conceição imaculada nem na infalibilidade do sumo pontífice, pelo seu diminuto número e pela tibieza que é geral em todas as rengas, não têm nem força, nem resolução para arrostar com as iras do beatério neocatólico. O governo, esse vê só o Casino, ouve só os discursos do Casino. Aquilo é que ameaça subverter a religião, a monarquia e a liberdade. *Dedit abyssus vocem suam*. A voz do abismo é aqueles quatro ou cinco mancebos que vão falar de cinco ou seis questões desconexas a

cem ouvintes, metade dos quais provavelmente não entendem a maior parte do que eles dizem, o que também é muito possível me sucedesse a mim.

Isto é simplesmente, maciçamente, indisputavelmente ridículo.

O que é grave em si, e como tendência, e como sintoma, é a intervenção da polícia preventiva nessa questão: é a polícia violando um direito anterior à lei positiva, o direito da livre manifestação das ideias, direito exercido por indivíduos que se apresentam franca e lealmente adversários do catolicismo e aceitam sem ter diversas a responsabilidade e a penalidade que possam corresponder ao seu ato. O governo parece ignorar que o bom ou mau uso dos direitos absolutos está acima e além das prevenções da polícia. Dizer-se que se respeita a liberdade do pensamento, sob a condição de não se manifestar, é pueril. Na manifestação é que reside a liberdade, porque só os atos externos são objeto do direito, e a liberdade de pensar em voz alta é um direito originário, contra o abuso do qual não pode haver prevenção, mas unicamente castigo. Menos essencial é o direito eleitoral ou a garantia do júri. Traz aquele não raros violências, corrupções, tumultos: traz esta pela indulgência, às vezes pela venalidade, frequentemente pelo temor, audácia nos maus, frequência nos crimes. A própria religião dá pretextos ao fanatismo, e o fanatismo tem escrito a sua história com lágrimas e sangue na face dos séculos. Pois bem: suprimi o eleitor; suprimi o jurado; suprimi a religião; suprimi tudo, pelos perigos que de tudo podem advir. Fique só a prevenção e a polícia.

O seu amigo Antero de Quental podia fazer dez, vinte, cem conferências contra o catolicismo, contanto que não perturbasse a paz pública, e o governo podia querelar dele dez, vinte, cem vezes. Di-lo o artigo 363 do Código Civil. Não assim a respeito das novidades que têm alterado a índole da Igreja Católica. Aqui não se trata do modo como um cidadão exerce um direito inauferível: trata-se do modo como funcionários públicos, segundo a jurisprudência recebida, exercem as suas funções. Visto que assim se entende a Carta, os prelados diocesanos e o seu clero são funcionários, não só porque o poder temporal lhes dá uma intervenção maior ou menor em assuntos de competência civil: são funcionários públicos no próprio ministério sacerdotal; porque, convertida a religião em instituição política, os ministros dela são agentes e executores da lei constitucional, justamente na esfera espiritual; absurdo, na verdade, grande, mas corolário inelutável de outro absurdo maior, a interpretação que os reacionários e ainda alguns liberais dão ao artigo 6º da Carta. Eram acaso dogmas em 1826 o imaculadíssimo e o infalibilíssimo? Quem ousaria afirmá-lo? Era em 1826 um

dos caracteres essenciais do catolicismo a perpetuidade da fé e a sua identidade através dos séculos? Ninguém se atreveria a negá-lo. Os próprios restauradores de velhos erros, agora convertidos em dogmas, fazem esforços desesperados para os filiarem nas tradições da Igreja. São esplendores do céu que andavam nublados. Aceitavam-se, porventura, antes dessa época as máximas do Syllabus contraditórias com as leis do Reino, com o seu direito público? Já notei que nem o próprio absolutismo aceitava aquelas que o contrariavam quando, dispersas, não se pensava ainda em compaginar essa espécie de mapa estratégico da campanha contra a civilização. O absolutismo tinha o *placet* régio para repelir as invasões de Roma e os próprios erros de doutrina em que Roma, ou antes os sucessores de Pedro, podiam, como ele, não perpetuamente, mas temporariamente, cair; e o absolutismo usava amplamente desse recurso. Era uma praxe santificada pelo simples senso comum, pelo direito que tem todo o dono de casa de examinar as doutrinas que os vizinhos lhe inculcam à família. Dai derivou a legitimidade da convocação dos primeiros concílios ecumênicos pelos imperadores romanos.

A história do *placet* ou *exequaturé* por toda a parte rica de peripécias. Nos últimos séculos, o rei e o papa eram dois duelistas de supremo cavalheirismo e esmerada educação. Das mutuas delicadezas, dos ápices de benevolência não omitiam um só ao encetarem qualquer luta. Quase que sentiam um pelo outro mútua ternura. O rei beijava, cá de longe, o pé do papa: lá de longe, o papa estendia para o seu filho predileto a bênção apostólica. A questão, que se iniciava pela recusa do *placet*, terminava, de ordinário, por ser intimado o núncio para sair da corte em Viale em quatro horas, e por ser o país posto em interciclo. Chamava-se então a isto, na frase dos homens de Estado e dos jurisconsultos, concordado sacerdócio e do império.

A Carta, transformando a religião em instituição política, manteve felizmente o beneplácito a que estavam sujeitas sem exceção todas as letras apostólicas de caráter genérico. Digo, felizmente, porque, em vez de se dar ao artigo 6º da Carta uma interpretação racional, e que não esteja em antimonia com as garantias dos cidadãos e com as máximas mais indubitáveis das sociedades livres, dás-lhe, com aceitação comum, um valor monstruoso e iliberal. Racionalmente, a instituição de uma religião do Estado num país livre não pode significar senão uma homenagem à crença da grande maioria dos cidadãos, homenagem representada pela manutenção do sacerdócio e do culto a expensas do Estado, pelo singular privilégio de ser este culto o único público, e pelas demonstrações de respeito para com

a religião da sociedade que se exigem de todos os cidadãos. Ao lado disto, *n'um pair* livre, não pode deixar de ser escrupulosamente mantida a plena liberdade da consciência, e removida completamente a mistura dos atos e fórmulas religiosas com as fases e com os atos da vida civil em que tal mistura produza anulação de direitos ou da igualdade de direitos. Com semelhante garantia, e nesta situação transitória entre o antigo predomínio de uma crença exclusiva e tirânica e a distinção precisa entre o Estado e a Igreja, que tem de vir a formular-se definitivamente nas sociedades futuras, as prevenções do §14 do artigo 75 da Carta seriam excessivas, e até, porventura, desnecessárias. Mas, quando se quer que a existência de uma religião do Estado importe para a universalidade dos cidadãos o de ver de se conformarem com os preceitos dela em todos aqueles atos da vida exterior que tais preceitos possam abranger, e se dá a uma crença religiosa, isto é, a certa norma das relações entre o homem e Deus, os caracteres e a natureza de uma norma das relações entre o homem e a sociedade, é obvio que se atribui à religião uma índole mundana, temporal, derivando unicamente a sua anetoridade e a sua força coactiva de ser instituição política, e essa força e autoridade hão de manter-se, interpretar-se, aplicar-se, circunscrever-se, pelos mesmos meios e pelo mesmo modo por que se mantem, interpretam, aplicam e circunscrevem as das outras instituições análogas.

Suposta a teoria da coação religiosa, suprimir na Constituição a doutrina do beneplácito seria absurdo, porque seria impossível sem ela impor aos ministros a responsabilidade por tolerarem qualquer infração do artigo 6º da Carta, quando a infração procedesse de abusos da Cúria Romana, de excessos do poder espiritual, do mesmo modo que seria impossível impor-lhe recusando-lhes a inspeção dos atos do clero oficial, ainda relativos às suas funções puramente sacerdotais. É certo que o direito de beneplácito é um dos erros feios anatematizados no Syllabus; mas também é certo que no Syllabus está anatematizado um bom terço dos artigos constitucionais da Carta.

Tendo, pois, os ministros por dever a manutenção da crença oficial na sua integridade, nem mais nem menos, e possuindo os meios que lhes faculta a Constituição para desempenharem esse dever, como é que os governos desta terra tem defendido, em relação às agressões do poder espiritual, a instituição política da religião do Estado? De um modo, que, se a responsabilidade ministerial fosse entre nós cousa séria, e não uma frase inventada para os ambiciosos em disponibilidade darem valas aos ambiciosos em exercício, receio muito que a maioria dos nossos ministros, há 25 ou trinta anos a esta parte, tivessem corrido grande

risco de severo castigo. Essas loucuras praticadas no centro da unidade católica, a que já me referi, reproduzem-se entre nós. A história da Igreja portuguesa nos últimos anos é uma contradição permanente com a Carta. Altera-se o dogma e busca-se alterar a disciplina. Nas pastorais, nos púlpitos, na imprensa infalibilista inculcam-se novidades no regímen da Igreja e novidades de crença. Os missionários e uma parte do clero curado repetem ao povo quantas sem saboarias se espreguiçam por essas vastas charnecas das alocuções que os jesuítas assinam com o pseudônimo de Pio IX. Os princípios que são hoje condições essenciais da existência política da nação portuguesa apontam-se ao povo ignorante como invenções do diabo. Missões dos agentes do jesuitismo, umas ineptas, outras astutas, instilam por toda a parte o veneno do ultramontanismo extremo, e corrompem o elemento social, a família, sobretudo pela fraqueza mulheril. Vemos bispos que protegem esses agentes, e que os aplaudem; párocos que os aceitam para que eles façam o que, em diversos sentidos, fora dever seu fazer. É uma conspiração permanente, implacável contra a sociedade. As resistências nascidas no seio do próprio clero são dificílimas, senão impossíveis. O que tentasse levantá-las seria esmagado. Os antigos institutos monásticos, que pela emulação, e pela seriedade e profundeza dos seus estudos, se contrapunham ao jesuitismo e à sua ciência facciosa e dolosa, desapareceram, e se hoje se restaurassem entre nós, sucederia o que sucede quase por toda a parte: ir-se lhes ia encontrar a roupeta de S. Ignácio debaixo da *cogulla benedictina ou augustiniana*. O presbiterado, que é como a burguesia da Igreja, e no seio do qual se encontram já muitos sacerdotes moços, ao mesmo tempo crentes e ilustrados, não tem força para readquirir nos negócios da sociedade cristã o quinhão de influência que a disciplina primitiva lhe dava. E, todavia, só uma espécie de presbiterianismo ortodoxo e simplesmente disciplinar tornaria agora possível dar-se algum remédio à ruína da Igreja; porque talvez esses homens novos quisessem e soubessem congraçá-la com a sociedade moderna. Infelizmente, porém, à alumiação dos bispos nas mãos do papa, começada há séculos e consumada no nosso tempo, tem correspondido a servidão cada vez mais profunda dos presbíteros. Ao procedimento do episcopado pode aplicar-se a frase de Tácito "*omnia serviliter pro dominatione*". Tudo o que tende a dar a menor sombra de independência ao clero inferior irrita o ciúme dos prelados. Sirva em Portugal de exemplo as pertinazes assistências que se tem feito às transferências de párocos sem a intervenção episcopal. De certo as tradições disciplinares do velho consumada não favorecem essas mudanças; não é, porém, a quebra dos cânones que incomoda os prelados; e, senão, digam

se viram já algum deles indignado de o transferirem para sé mais importante ou mais pingue sem a intervenção do concílio provincial, embora o consórcio entre o bispo e a sua Igreja não seja menos sério do que o é entre o presbítero e a sua paróquia. O que os magoa é que o simples clérigo possa obter a mínima vantagem sem que propriamente lha deva; que não dependa deles sempre e em tudo. As aspirações desta sucursal da Casa Professa a que ainda hoje se chama Igreja docente resumem-se numa fórmula breve: perfeito absolutismo na hierarquia sacerdotal, tendo por *cuspide um summo* sacerdote, como Deus infatível. Roma homologou, substituindo-o a constituição da Igreja, o instituto da Companhia, porque assim são mais precisos e pontuses os movimentos estratégicos do exército ultramontano sob o cominando do geral dos jesuítas, e o pensamento da assembleia celebrada em Trento há trezentos anos tende sempre, com mais ou menos fortuna, à sua completa realização. O absolutismo na Igreja é como o pródromo do absolutismo na sociedade civil, santificado pelo Syllabus com os anátemas à liberdade. Depois, fundindo-se ambos numa última evolução, a sua síntese definitiva seria o poder ilimitado e onímodo do papa, do pontífice deus, sobre a existência interior e exterior, espiritual e temporal dos povos; seria a monarquia universal, o despotismo teocrático sonhado pela ambição de Gregório VII.

Fora necessário estar inteiramente obcecado para não ver que a revolução que de há muito se ia preparando no seio do consumada, que hoje se realiza, e cujo termo tem necessariamente de ser fatal para a Igreja ou para a liberdade, se espraia já, onda após onda, entre nós, sem encontrar resistência da parte dos poderes públicos, e nem sequer a resistência coletiva do Partido Liberal, que faz travesseiro para dormir do destino das gerações futuras. Na Alemanha, no país da força e da vida moral, da ciência e da consciência, as audácias de Roma perturbam e concitam os ânimos, e o velho consumada arma-se para o combate. Nós não pensamos nessas insignificâncias: nós elegemos e somos eleitos. Que importa o resto? *Loco libertatis esse coepit quod eligi pos sumus*, dizia Tácito dos romanos corrompidos. Os povos, como os indivíduos, assentam-se – indiferentes e serenos no átrio da morte quando lhes chega a quadra fatal do idiotismo senil.

E todavia, a questão é ao mesmo tempo simples e grave.

Tem o governo negado o *exequatur* aos documentos emanados, a bem dizer, diariamente da chancelaria apostólica, donde resultam alterações no dogma e na disciplina da religião oficial, ou em que são agredidos os princípios do atual direito público português? Tem o governo imposto aos prelados a obrigação de lhe submeterem as suas pastorais antes de serem publicadas, de modo que

quaisquer novidades religiosas ou políticas não sejam propagadas pela autoridade do alto clero? Tem o governo advertido este de que os púlpitos dos templos fundados pela nação, em eras mais ou menos remotas, protegidos pelas leis, e mantidos à custa do Estado, não podem servir de instrumento para a ruína do mesmo Estado? Se tem feito isto e não tem sido obedecido, o governo é responsável por não haver coagido os seus funcionários eclesiásticos a respeitarem as instituições e as leis do país. Se não o tem feito, é réu de traição centra a Carta. Nenhum parlamento impôs essa responsabilidade, é certo; nenhum, provavelmente, a imporá. Sei isso, e sei porquê. Não é, todavia, menos verdade que há 25 ou trinta anos o clero está infringindo a Carta, se o artigo 6º dela significa o que o mesmo clero e tanta outra gente pretende que signifique. O bispo, o pároco, o missionário, que propagam doutrinas tendentes a alterar a religião do país, ou que ofendam o pacto social, tumultuam. Esses homens estão em manifesta rebelião, rebelião, não porque condenem as instituições em linguagem mais ou menos violenta, o que, se fossem simples cidadãos, constituiria apenas um delito comum sujeito à apreciação dos tribunais, mas porque aproveitam a força moral que lhes dá o seu caráter sagrado e a sua condição de funcionários do Estado para, ao mesmo tempo, inficionarem com estranhos erros a religião de nossos pais, que, imutável, deve continuar a ser a religião oficial, e para aluírem pelos fundamentos a monarquia representativa.

E racionalmente possível semelhante situação? Ha de sofrer-se a anarquia, porque só agita, não nas ruas e campos, mas sob os dóceis episcopais, no púlpito e no confessionário? Fizeram-se os governos para proverem nos grandes perigos sociais como este, ou para estarem espreitando às fisgas das portas se algum mancebo mais ou menos imprudentes, mas sem pensamento reservado, sem compromissos ocultos com conspiradores estrangeiros, expõem as suas opiniões, embora erradas, a uma assembleia pacífica, pouco número, e pouco atenta, provavelmente, à substância do discurso, mas curiosa da beleza da forma? Pois a consciência timorata da polícia a escrupulizar de ouvir impiedades e a pôr, para as coibir, o bengalão do quadrilheiro no lugar das fórmulas judiciais é cousa que se tolere? Quando tais enormidades fossem lícitas, não se deveria dar às exuberâncias sinceras da mocidade mais importância do que tem realmente. Ha verduras da inteligência, como há verduras de coração, nas índoles enérgicas, nos cérebros vastos é que elas são maiores. Há a esperar nessas inteligências os efeitos do tempo e das cogitações. Da inépcia ou da hipocrisia é que nada há a esperar. Quando as tempestades morais, as loucas e tristezas da existência os profundos

desenganos do mundo tiverem devastado aquelas almas, não será raro que se vá encontrar o ímpio dos 25 anos, lá pela tarde da vida, assentado ao pé da cruz, a cismar no futuro e em Deus. Não quer dizer isto que os devotos fervorosos de 20 anos sejam provadamente hipócritas. A convicção religiosa pode ser mais precoce e mais viva neste ou naquele espírito. Todavia, sempre será bom verem se lhes descobrem debaixo da burjaca piedosamente mal talhada o cabeção de jesuíta.

Mas que há de fazer o governo? Cumprir o seu dever. Compelir o clero oficial a respeitar as doutrinas da Carta, recusar o beneplácito a tudo que venha de fora alterar a religião do país, a religião como ela era em 1826, e obstar a que os prelados aceitem e promulguem como dogmas erros de fé, como direito a quebra dos cânones, como doutrina católica as blasfêmias contra as máximas fundamentais da sociedade civil. O governo tem arbítrio para conceder ou negar o *exequatur* decisões conciliares ou às letras apostólicas quando não colidirem com a Constituição do Reino. As que forem hostis a esta, é obvio que há de rejeitá-las, combatê-las, anulá-las. Podem em Roma inventar o que quiserem, proclamar o que lhes convier, anatematizar o que lhes parecer. Em Portugal é que nada disso pode ser admitido, se repugnar às instituições políticas de que forma parte a religião do Estado. Nas próprias resoluções sinodais ou pontifícias que não se contraponham à Carta, mas de aplicação geral, e que, portanto, hão-se obrigar a generalidade dos cidadãos nas suas relações religiosas, a simples aceitação do governo não basta: é necessária, para terem vigor e obrigarem, a aceitação do parlamento.

Mas, dir-se-á, os ministros não são teólogos nem canonistas para aquilatar os atos e doutrinas recentes da Igreja ou do seu chefe, aferindo-os pelas tradições religiosas do país. Oh santa simplicidade! Os ministros são tudo o que é preciso que sejam para serem ministros. Ninguém os recruta para isso. Mas ainda ao mais insciente ministro, dado que as facções não possam dispensá-los de serem profundamente ignorantes nestas matérias, uma experiência fácil ensinará se o neoconsumada é ou não o mesmo que o consumada de nossos pais. Se não é, cumpre extirpá-lo das regiões oficiais, porque a manutenção do pacto social o exige. Os reacionários que, em nome da Carta, não admitem a mínima tolerância para as divergências religiosas que por qualquer modo se manifestem, devem, por maioria de razão, ser os primeiros a aplaudir a severidade do governo.

E a experiência é simples. Em encíclicas, em livros, em publicações periódicas, em parêneses de missionários são apodadas de erros, de blasfêmias e de heresias grande parte das doutrinas contidas na Carta. Diante destas agressões contra os princípios liberais, os ministros podem talvez esquecer que há tribunais e

juízes. Se faltam ao que, em rigor, é dever seu, eu, pelo menos no foro íntimo, estou quase tentado a perdoar-lhes. A laxidão neste caso confunde-se um tanto com a tolerância, e a tolerância nunca se me afigura demasiada. Bom fora que ela desse também uma volta pelo Casino. O que me parece demais é que o governo abandone a defesa moral, aliás tão fácil, dos princípios que são hoje o fundamento da sociedade civil. O clero oficial não pode recusar, sem previamente resignar as suas funções, o ser instrumento do governo nessa modesta e legítima defesa. É óbvio que a antiga religião que, pelas Cartas, continuou a ser a religião do Reino era e é perfeitamente acorde com aqueles princípios. Sem isso, a Carta não seria só absurda; seria praticamente impossível. No artigo 6º, como na praxe se interpreta, matava o resto, ou o resto matava o artigo 6º. As liberdades pátrias, os direitos e garantias dos cidadãos, o mecanismo do governo representativo conciliam-se, portanto, com a nossa crença. O pacto social é a consagração de todo esse conjunto de instituições. A sua coexistência, a sua harmonia é indispensável sob o regímen da Carta.

Quando, pois, neste país, a malevolência reacionária declara a religião inimiga da sociedade moderna, não se refere à religião de Portugal, e se o seu intuito é referir-se a ela, calunia e insulta a crença nacional. Nesse caso, cumpre que os bispos, os párocos, em suma, todos os funcionários eclesiásticos desagravem a fé ofendida e esclareçam o povo para que o erro não possa transviá-lo. É para servirem a religião que a sociedade lhes confere honras, proventos, execuções, autoridade; e a única religião que eles têm de ensinar, servir e defender é a que coexiste e se harmoniza há perto de meio século com as instituições da Carta. É o direito e é o dever do governo compeli-los a que o façam. É necessário exigir deles manifestações positivas, e que os bispos, párocos e professores públicos de Teologia declarem falsas e subversivas todas as doutrinas, sejam de quem forem, venham donde vierem, que tenderem a tornar contraditória a religião do Reino com as condições impreteríveis da sociedade atual estatuídas na Carta.

Que o governo exija isto, e espere o resultado. Outra experiência.

Em 1826 a Teologia, a história eclesiástica, os ritos, os cânones ensinavam-se na universidade, nos seminários, nos cursos de estudos das congregações e das ordens monásticas. As dioceses tinham os seus catecismos, pelos quais os párocos e mestres educavam a infância na doutrina católica. Os prelados de então aceitavam esses compêndios, expositores e catecismos; ordenavam-nos, até. O ensino, portanto, das ciências eclesiásticas e a doutrinação dos fiéis eram necessariamente conformes com a religião católica seguida pelo país. Atenhamo-nos,

pois, aos catecismos, aos compêndios, aos expositores, aos livros, em suma, por onde se ensinaram as ciências eclesiásticas e se educou a clero e o povo desde o princípio deste século até a promulgação da Carta. Declare-se que todas as doutrinas, ou desconhecidas nesses livros, ou contrárias às que eles encerram, ou a que se dê uma interpretação ou um valor diferente dos que se lhes davam então, ou são heterodoxas ou errôneas, quer se refiram ao dogma, quer à moral religiosa, quer à disciplina. Teremos assim a certeza: primeiro, de que continua a ser religião do Reino a que dantes era; em segundo lugar, de que essa é a crença católica apostólica romana de que fala a Carta. Os bispos eram então, como o foram sempre, os principais juízes da fé, e os papas os chefes visíveis da Igreja pela sua primazia. Pio VI ou Pio VII valiam bem Pio IX. Nunca, porém, nessa época Roma lançou sobre nós sequer uma suspeição de heterodoxia, e fossem quais fossem as divergências entre a Cúria Romana e a Igreja portuguesa ou o governo português em assuntos disciplinares, nunca se proferiu contra nós a acusação de sesma. Estávamos, pois, pelas nossas tradições e doutrinas perfeitamente no seio da Igreja. Mantendo exclusivamente o dogma católico, nem mais, nem menos, como a Igreja não ensinou a nós os velhos, e conservando-nos, em relação à disciplina, onde estávamos, estamos indubitavelmente no grêmio dessa Igreja; porque a religião é imutável, a religião não se aperfeiçoa. O critério supremo do consumada está resumido na célebre máxima: *Quod bique, quod semper, quod ab omnibus creditum est*.

Diga o governo isto aos bispos, aos cabidos, às escolas de Teologia e de cânones, aos párocos, aos comissários de estudos, aos mestres primários. Envolva-se no manto da sua ignorância. O seu critério é apenas o do senso comum. Mantém a religião da Carta, porque lhe não é lícito manter outra sem crime, e cônscio da própria incompetência, recorre a um meio seguro de não errar. Imponha o ensino de há cinquenta ou sessenta anos em matéria religiosa, e vigie pelos seus agentes se alguém exorbita das doutrinas de então e se atraiçoa com o ensino oral o ensino escrito. O imperante fará nisto não só e papel de mantenedor da Carta, mas também o de bispo externo; fará o mesmo que nos séculos áureos do cristianismo faziam os imperadores romanos com aplauso dos padres da primitiva Igreja.

O tumulto que há de levantar este procedimento, aliás tão simples e razoável, sei eu, meu amigo, o que vai. Verá a reação a inquietar na jazida com seus furiosos clamores as cinzas dos nossos mais veneráveis prelados dos fins do século XVII e dos princípios deste século, dos magistrados mais íntegros, dos professores mais sábios, dos mais abalizados jurisconsultos e teólogos, e até a memória de algumas

das congregações religiosas que desapareceram, para os acusar de jansenismo, de galicismo, de filosofismo. Verá o que sucede ao clero regular que foi, aos beneditinos, aos agostinianos, aos oratorianos. Referindo-me à congregação do Oratório, não falo do pequeno herege ruivo, o terrível padre Pereira de Figueiredo. Esse tende há muito recebido o seu quinhão de anátemas marantas. Tudo pedreiros-livres. Os reacionários hão de provar até a evidência que o artigo 6º da Carta não diz o que diz. *Quidquid dixeris, argumentabo*. Hão de provar que o verbo continuar significa em rigor ser substituído, substituído o consumada da Bíblia e da tradição, o catolicismo de nossos maiores, pelo neoconsumada, com os seus dogmas de nova fábrica e matéria velha, com as suas máximas antissociais, com as suas pretensões à restauração do papado como o concebiam Gregório VII ou Bonifácio VIII, e com a moral asquerosa dos jesuítas do padre Lainez substituída à do evangelho de Jesus Cristo. É uma luta, pois, que eu aconselho ao poder civil? De certo. Os governos fizeram-se para lutar quando é necessário manter as instituições do país. O direito está da sua parte. Se artigo 6º da Carta tem a significação e a latitude que se lhe dá, é indispensável que se dê igual valor e extensão ao §14 do artigo 75. Cumpre que o clero oficial venha a uma situação definida e precisa. Ou o Syllabus ou a Carta. A questão reduz-se a isto.

Mas a aceitação prestada pela maioria dos bispos às definições *ex cathedra* do pontífice? Mas a adopção do Syllabus pelos prelados como norma de doutrina? Mas as decisões do concílio ecumênico do Vaticano? Sem debater as condições que a tradição exige para terem valor as definições pontifícias, e se é ou não pueril a moderna distinção *ex cathedra* e *non ex cathedra*, inventada para salvar as contradições dos papas em matérias de fé e de costumes: sem indagar se a adesão dos bispos representa sempre a adesão das respectivas igrejas; sem finalmente individuar os caracteres que assinalam a ecumenicidade e um concílio, e até onde obrigam as suas resoluções, quando cerca destas não houve, ao menos, a unanimidade moral; evitando, em suma, questões abstrusas, origem de intermináveis debates, limite só o governo a exigir o cumprimento rigoroso do respectivo artigo da Carta interpretado pela, reação. Que mais querem? Os neocatólicos constituídos em dignidade, exercendo funções públicas, ficam na plena liberdade interior de crerem o que lhes aprouver: nos atos exteriores hão de ser católicos de 1826. Suponho que a teoria é esta. Colidem as infalibilidades papais? Deixá-las colidir. Admitamos que a boa, a de lei, é a de hoje. Os neocatólicos estão salvos. Vai para o inferno o Estado quando morrer. Manda-o para ali a Carta. Cumprir e fazer respeitar as instituições e as leis é a missão dos ministros; não o é a salvação das

almas. Isso pertencia dantes à Igreja, e pertence hoje, por transação particular, à Companhia de Jesus.

Que ninguém se assuste com a imensa e onipotente autoridade de um concílio ecumênico. A primeira condição da sua força e a certeza de sua ecumenicidade e da liberdade das suas decisões; aliás não passaria de um *conciliábulo de um latrocínio d'Epheso*, conforme a frase dos padres de Calcedônia. Ainda, porém, que se de tal certeza, nem por isso o poder temporal fica inibido de negar o seu assenso as resoluções Synodus. Figurava de ecumênico o Concílio de Trento, e todavia a França recusou constantemente aceitá-lo, sem distinção de dogma ou de disciplina. Havia, até certa afetação nos atos oficiais em chamar assembleia de Trento ao concílio. Foi infrutuoso todo o empenho do clero francês em fazer admiti-lo, porque as barreiras que lhe opunham ora os reis, ora os tribunais, eram insuperáveis. E nunca a França foi por isso reputada cismática, nem os reis cristianíssimos deixaram de ser os filhos primogênitos da Igreja. Era simples a explicação da repulsa. Muitas das resoluções disciplinares do concílio repugnavam aos princípios e às leis que a sociedade temporal reputava úteis ou necessárias à sua existência. Aceitando o concílio, a sociedade feria-se ou suicidava-se. Era contra o direito natural. À cautela, repelia tudo, porque nas deliberações do concílio nem sempre era fácil discriminar o doutrinal do disciplinar. Nenhum perigo havia naquela rejeição absoluta. Se o concílio não fizera senão confirmar a doutrina católica derivada das suas duas únicas fontes, a Escritura e a tradição constante e universal da Igreja, a França lá seguia essa doutrina desde remotíssimos tempos. Se, porém, o concílio inventara novos dogmas, ou alterara em qualquer cousa a antiga crença, deixava de ser concílio, e rejeitando-o *in totum* a França separava-se tanto da Igreja universal, como se, por um ato solene, rejeitasse a Confissão de Augsburgo.

Mas perguntar-me razoavelmente esperar-se que haja um desses governos a que estamos habituados, com energia e vontade suficientes para empreender cometimento de tal ordem? Deve fazer-se neste ponto uma distinção essencial. Hoje, sem dúvida, do grêmio de qualquer das facções que disputam entre si a ponta da corda que vai arrastando para futuro incerto o corpo enfermo do Estado, não devemos esperar que saia um governo capaz de reduzir o debate entre o liberalismo e a reação a estes simples termos. Todas elas dependem, até certo ponto, da cura na questão eleitoral, questão suprema e talvez única das facções, instinto de vida que é desculpável. Ora a cura é o *sereus a mandatis* do bispo, como o bispo é o *sercus a mandatis* do papa, ou para falar com mais exação, do geral da

Companhia. Depois, há aqui, ali, não se sabe bem onde, o jesuíta: o jesuíta, que se encontra e sente, sem se ver, em toda a parte, desde os pagos até a taberna; o jesuíta, que veste gentilmente a farda bordada ou a farda lisa, a casaca ou o paletó, a beca, a loba, preta, roxa, encarnada, ou a grosseira jaqueta do operário; o jesuíta, que, se cumpre, é mais ímpio que Voltaire, ou mais fanático do que Pedro de Arbués e Torquemada; que é absolutista, democrata, socialista, comunista, se a ordem de S. Ignácio interessa com isso; que seria, até, liberal, daqueles célebres liberais do Syllabus, se hipótese tão abominável fosse admissível. Ora o jesuíta pôde vigiar a urna, morigerar a urna, penitenciar a urna. É, pois, necessário ao homem de Estado (talvez conheça o tipo nacional da espécie) manter-se em certa altura de tato político para não adivinhar o jesuíta, para não crer na existência do jesuíta, dessa singular invenção de certos visionários. Precisa a pátria de que a hierarquia eclesiástica e a congregação não venham, irritadas, opor o seu voto, a sua preponderância, às benevolências da urna.

Eis porque é impossível, por enquanto, travar seriamente a luta em chão firme. Deixe gritar contra a reação. Puro formulário. Bem como a responsabilidade ministerial, o epíteto de reacionário não significa nada, na linguagem dos homens de Estado. É um extrato do vocabulário político, que a função de calidamente impreterivelmente na algibeira, quando desce das regiões do poder, para apupar e injuriar cá da rua os de outra facção que para lá subiram. De resto, amor e respeito onímodo e universal à congregação. Se algum dia, porém, a ginástica das ambições deixar de ser o espetáculo mais divertido destes reinos e passar de moda, há uma reflexão gravíssima a que antes de tudo tem de atender-se. Num país, onde, por ignorância do clero inferior e má-fé ou desleixo dos prelados, as maiorias incultas creem nas bruxas, nos feitiços, nas mulheres de virtude, nas almas penadas, na permutação de milagres por ex-votos de cera, e onde, falando geralmente, as minorias inteligentes e instruídas buscam estontear-se, suprimir uma voz interior que fala de Deus, com a indiferença ou com o asceticismo, o clero, jesuíta ou não jesuíta, há de forçosamente exercer certa influência, que, por mais que ele se desconsidere ou o desconsiderem, não será fácil destruir. Para combater essa influência, quando nociva, a incredulidade superciliosa não é a melhor das armas, porque a incredulidade é a negação de uma tendência natural do homem, a religiosidade; é o espírito violando-se a si próprio. As multidões não podem ser, não serão nunca incrédulas, onde e quando lhes filtra a boa doutrina, seguirão a má. Nas almas incultas a precisão da crença há de sempre satisfazer-se. Por uma lei psicológica, o crer tenaz supre nelas o crer reflexivo das

inteligências privilegiadas. Não tem arte, nem ciência para obliterar em si uma condição humana, o aspirar, com maior no menor ardor, ao infinito, ao imortal. Se deixardes sair de todo pela porta a consumada cristão, entrar-vos-á pela janela o que ainda cá falta do moderno consumada do beatério, com os seus intuitos dissolventes, com as suas extravagâncias dogmáticas da imaturidade e da infalibilidade, e com as blasfêmias sociais do Syllabus.

Mas, radicalmente, a questão não é nem com os governos de hoje, nem com os homens de hoje. Na escrituração da primeira entre as companhias comerciais do mundo, a Companhia de Jesus, nós os velhos, e ainda uma ou duas garages dos que tem nascido depois de nós, fomos já levados, como perda redonda, como valores incobráveis, ao livro de conta de ganhos e perdas. Do que se trata seriamente nas especulações da Casa Professa é da infância: daqueles que lhe receber as primeiras impressões morais e religiosas de mães filiadas nas associações de diversos feitios e nomes, sob qualquer das epígrafes da mulher-deus, da mulher redentora. Decorridos mais alguns anos, os sintomas do mal serão cada vez mais visíveis. Então a iminência do perigo há de coagir os homens novos a tratarem de pôr sérias barreiras a esse imenso lavor subterrâneo que tende a converter a Europa, sobretudo a Europa latina, numa como vasta cópia das Missões do Paraguay. Se, pois, esta carta sair das suas mãos, é aos homens de 15 até 25 anos, cuja educação o jesuitismo, aninhado entre os afagos maternos, não tenha já viciado, que as precedentes ideias poderão, porventura, aproveitar. Deixo por isso à apreciação de v. sa. a conveniência ou inconveniência absolutas de as tornar conhecidas, bem como a oportunidade ou inoportunidade delas. Nem ambiciono, nem temo que as minhas opiniões, neste como em qualquer outro assunto, sejam sabidas. Ao cabo da existência, os aplausos ou as censuras do mundo fazem medíocre impressão em quem está acostumado a refletir. Ou a nossa memória se desvanece nos longes indecisos do progressivo esquecimento, ou são outros os juízes que hão de definitivamente sentenciar-nos; juízes suspeitos quando julgarem as questões de opinião ou de interesse da sua época, imparciais e incorruptíveis quando julgarem as cousas e os homens do nosso tempo.

5.42 – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa* – Discurso do deputado Pinheiro Chagas – 6 de setembro – n. 92, p.648-653.

Figura 5.60 – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 6 set., p.648

648 DIARIO DACAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

que fosse empregado nas obras publicas conforme o teor da sentença e aonde mais necessario fosse ao districto; que lhe parecia que havia alguma exageração no modo por que se contavam as cousas aqui quanto ao conforto e liberdade que esse individuo gosava por lhe parecer que as auctoridades locaes não teriam o arrojo de contrariarem as suas ordens, todavia que não era isso objecção para elle outra vez recommendar, como recommendou, ao novo governador de Mossamedes, que tivesse muito especial attenção com o procedimento d'este individuo, e com a obrigação que lhe corria como auctoridade de vigiar que elle cumprisse a sentença condemnatoria como devia ser cumprida.

Depois d'isto, quando eu já tinha estas informações, veiu o illustre deputado fazer um appello ao governo sobre o assumpto; e elle sem embargo de confiar na resposta do governador geral, porque tenho em grande conta a sua probidade, a sua illustração e o seu zêlo por bem servir, para o prevenir contra todas as illusões possiveis dos seus subalternos, expediu-lhe esta portaria que vou ler:

«Copia. — 1.ª Repartição. — Manda Sua Magestade El-Rei pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar chamar a attenção do governador geral da provincia de Angola para o que foi dito na camara dos senhores deputados, por um dos seus membros, na sessão de 29 de maio d'este anno, como está notado a paginas 796, segunda columna, da respectiva publicação, sobre a fórma de execução que se dá á sentença da relação do Porto, que condemnou o réu João Victor da Silva Brandão na pena de prisão cellular perpetua, e na alternativa em trabalhos publicos perpetuos no ultramar; afim de que o mesmo governador geral, tendo em vista o que a este respeito já se lhe recommendou por esta secretaria d'estado, em portaria de 5 de janeiro ultimo, ordene o que cumprir para que a referida sentença, de que deve ter conhecimento pela guia e certidão que acompanharam o condemnado, seja executada em suas disposições sem o favor que denuncia a imprensa periodica, e que o governador geral deve averiguar e fazer cessar, se effectivamente existe, porque escandalisa a opinião, e d'elle se aggravam a moral e a justiça.

«Paço em 10 de junho de 1871. = *José de Mello Gouveia.*»

Aqui tem v. ex.ª o que o governo determinou a este respeito.

Disse-se aqui por occasião da discussão da resposta ao discurso da corôa, que este criminoso era afilhado do governo, porque o deixava viver em plena liberdade, no meio de todos os commodos da vida, na Cintra dos nossos dominios ultramarinos.

A camara vê o modo como o governo o tem apadrinhado e os favores de afilhadagem que elle lhe deve.

Não, sr. presidente, os criminosos não são afilhados d'este nem de governo algum; mas se este criminoso fosse afilhado de algum governo, nunca se poderia dizer que era do actual, mas d'aquelle que o mandou para a provincia de Angola, podendo manda-lo para os presidios de Bissau ou de Cacheu, ou outro qualquer de Africa oriental; porque tinha para isso fundamento nos crimes e na sentença que era de trabalhos publicos no ultramar.

Parece-me ter respondido ao illustre deputado, e s. ex.ª dirá se se satisfaz com a minha resposta.

Discurso do sr. deputado Pinheiro Chagas, proferido na sessão de 6 de setembro, e que devia ter sido publicado a pag. 555 do Diario da camara.

O sr. **Pinheiro Chagas**: — O incidente relativo ao encerramento das conferencias democraticas tem tomado uma parte tão importante no debate da resposta ao discurso da corôa, que me julgo por esse facto auctorisado a mandar para a mesa a seguinte moção de ordem, que passo a ler, segundo as prescripções do regimento:

«A camara entende que as circumstancias especiaes, em que se achava a Europa, justificam o procedimento do governo em relação ás conferencias democraticas.»

A portaria, que encerrou as conferencias democraticas, antes de ser discutida n'esta casa, excitou lá fóra, n'uma parte da imprensa e do publico, a mais calorosa e apaixonada discussão. Esta questão tem duas partes completamente distinctas, e n'esse ponto folgo de ver que me encontrei com o illustre deputado o sr. Mártens Ferrão, a cujo notavel talento, vasta instrucção, e elevadas qualidades moraes me comprazo em prestar uma sincera homenagem *(apoiados)*; prestando lhe ainda outra, que é a da franqueza com que declaro tambem que nem sempre estive de accordo com todas as suas idéas, apesar do muito respeito que consagro á sua nobre individualidade.

Esta questão, pois, como muito bem disse o illustre deputado, tem duas faces debaixo das quaes se póde encarar: como social e como legal.

Considerando-a debaixo do primeiro ponto de vista, limitâmo-nos a observar se as conferencias estavam ou não na orbita da lei. Vista debaixo do outro aspecto, que é mais largo, leva-nos a procurar saber se as conferencias significavam apenas as aspirações dos prelectores para um futuro mais liberal; se elles, ainda mesmo ultrapassando as barreiras da carta, mostravam desejar que as nossas instituições, seguindo a transformação natural de todas as instituições humanas, desem cabida no seu seio a todas as evoluções do progresso, a todas as conquistas da liberdade.

Foi principalmente debaixo d'este segundo ponto de vista que se encarou esta questão lá fóra.

Confessava-se em geral que nas conferencias do casino tinham sido atacadas a religião do estado e as leis constitutivas do paiz.

Entendia-se, porém, que os prelectores eram homens de idéas avançadas, liberaes exaltados, homens de futuro, a guarda avançada do exercito que vae, pelo caminho do progresso, á conquista da Jerusalém do porvir.

Portanto aquelles, que combatiam as conferencias democraticas, eram considerados (um pouco desdenhosamente), como os defensores da lei e os mantenedores da ordem, mas tambem como homens que vêem no estacionamento, ou talvez na reacção, o ideal supremo das sociedades humanas.

Eu que fui envolto na onda d'estas accusações, eu que fallo hoje pela primeira vez n'um assumpto de certa magnitude, e por isso peço á camara que se digne escutar-me com a benevolencia que é propria da sua altissima illustração, preciso de fixar bem quaes são os meus principios politicos, e de procurar demonstrar que me conservei, que me tenho conservado, que espero sempre conservar-me no terreno em que tenho pugnado a prol da liberdade e do progresso, na sua accepção mais ampla e mais rasgada *(apoiados)*.

Qual era o fim das conferencias democraticas?

Podemos suppor que os intelligentissimos cavalheiros, que as iniciaram e dirigiram, e que se affirmam, que se confessam, que se gloriam de se dizer os precursores do socialismo em Portugal, se reuniram apenas por mero acaso, por mera coincidencia? Podemos suppor que os outros cavalheiros, que se agruparam em torno d'elles, e muitos dos quaes eram conhecidos como fervorosos adeptos das idéas socialistas, tambem se juntaram por uma nova coincidencia e por um novo acaso? Não, sr. presidente, como o sr. Mártens Ferrão hontem nos fez sentir pela analyse do programma, pelas confissões dos conferentes, pelas circumstancias que acompanharam, a fundação das conferencias, o fim d'estas prelecções era a propaganda e o proselytismo. Todas as conferencias estavam subordinadas a uma mesma intenção; um dos conferentes applaudia e exaltava o realismo, especialmente porque o considerava a arte posta ao serviço do socialismo; outro, fallando ácerca do ensino, como que via no atheismo a conclusão logica de todas as sciencias humanas, defendendo assim essas idéas atheistas ou nihilistas, que, tanto na escravisada Russia como na França

Fonte: https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/092S1/1871-09-06/648

Figura 5.61 – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 6 set., p.649

DIARIO DA CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS 649

apaixonada da liberdade, parecem ser o apanagio de todas as escolas socialistas; outro, emfim, fallando na decadencia da peninsula nos ultimos tres seculos, decadencia infelizmente bem evidente, apresentava como o unico remedio, que podia curar os nossos males, como o unico obstaculo á nossa decadencia, a republica socialista.

Esse mesmo cavalheiro, apresentando-se n'um dos circulos eleitoraes de Lisboa, dava-se como o representante em Portugal das idéas republicano-socialistas.

Sr. presidente, seria inutil negal o, não o negam os conferentes, e eu folgo em me associar ao elogio que o sr. Martens Ferrão fez áquelles cavalheiros pela franqueza e denodo com que se apresentaram. Eu combato as doutrinas socialistas, mas respeito as convicções sinceras. Entendo que as doutrinas socialistas são altamente funestas, mas louvo muito o brio e independencia com que estes cavalheiros sustentam e affirmam as suas opiniões *(apoiados)*. É esse portanto um facto incontestavel; o fim das conferencias era a propaganda republicano-socialista.

Eu respeito o partido republicano, como qualquer outro partido. Não me assusta a republica, existe em muitos paizes que prosperam com ella, como outros prosperam com a monarchia constitucional *(apoiados)*. Entendo que a monarchia constitucional e a republica não estão hoje frente a frente, como estiveram outr'ora o absolutismo e a liberdade *(apoiados)*.

Desde o momento em que as instituições sejam animadas pelo espirito liberal, que é o espirito do seculo XIX, que é o espirito do progresso, que é a conquista já hoje inalienavel da civilisação, então o que as formas do governo dependem exclusivamente da indole e das circumstancias especiaes dos povos a que se devem applicar *(apoiados)*.

Não me parece que a monarchia constitucional seja o symbolo exclusivo da ordem, nem que seja a republica a unica formula possivel da liberdade. A Suissa póde dar austeros exemplos de respeito á lei a muitas monarchias européas. A Belgica e a Inglaterra podem dar lições de pratica de liberdade a todas as republicas do mundo. Que haja um partido que adore a fórma republicana não é causa que eu estranhe, nem que me assuste; que supponham porém que a passagem do constitucionalismo para a republica seja um progresso tal que mereça o holocausto de innumeras victimas humanas, o derramamento de torrentes de sangue, é um erro crassissimo que a historia se encarrega de refutar.

Sem remontarmos á antiguidade vemos que na idade media a Italia estava retalhada em republicas, sem que d'ahi se possa deduzir que a Italia da idade media vence em progresso a Europa do seculo XIX. A Suissa é republica ha seculos, sem que por isso se possa dizer que a Suissa se eximiu á lei geral do progresso da humanidade. Veneza tambem foi republicana, mas não supponho que os subditos venezianos de el-rei Victor Manuel anspirem hoje pelo tempo dos doges *(apoiados)*.

A republica mais illustrada do mundo, a dos Estados Unidos da America, teve durante um seculo no seu seio uma população de escravos, como a teve durante cincoenta annos a monarchia constitucional do Brazil. E, se hontem na grande republica da America do Norte se realisou essa grande evolução liberal da abolição da escravatura, está-se realisando hoje na monarchia constitucional do Brazil. Caminham ambas a par, e a differença nas fórmas do governo não coarcta, nem modifica as conquistas da liberdade *(apoiados)*.

Mas o socialismo, esse considero o como um partido altamente nefasto e perigoso; entendo que devemos defender a liberdade contra o socialismo, como a temos defendido contra a reacção *(apoiados)*.

Em Portugal, por uma illusão estranha, ou talvez pela falta de estudo das grandes questões que agitam as sociedades, consideram-se como tentativas reaccionarias simplesmente os manejos clericaes. Para uma parte da imprensa e do publico, que são aliás sinceramente amigos da liberdade, é tido como liberalissimo tudo o que não é neo-catholico, tudo quanto é contrario ao catholicismo. Por essa fórma estão expostos a ser considerados como reaccionarios aquelles que atacarem o Alcorão. Com muito mais razão aquelles que atacam o socialismo, que inscreve na sua bandeira o motto republicano, são taxados de reaccionarios ou pelo menos de conservadores. Oh! sr. presidente, que estranha logica esta! Pois, quando eu na imprensa defendi a familia contra o ascetismo catholico, levantou-se contra mim o côro indignado da reacção; e, hoje que eu defendo a familia contra o socialismo que a supprime, dizem que passei para o inimigo... Não, sr. presidente, combato o mesmo inimigo debaixo de outra fórma, defendo ainda a liberdade por outro modo atacada. Eu combato o socialismo, especialmente porque entendo que o socialismo é uma reacção...

Oh! sr. presidente, quando nós, liberaes e progressistas, caminhámos invocando todas as liberdades, desejando que a iniciativa individual seja cada vez mais desaffrontada da acção do governo, entendendo que as grandes questões sociaes só a liberdade as póde resolver, vem o socialismo oppor ao livre debate, ao livre trafico, á livre concorrencia os seus despoticos regulamentos; vem o socialismo fanatico e sombrio despertar emfim todas as velhas tyrannias, todas as oppressões do passado.

Sr. presidente, como os ministros das velhas monarchias, como os homens do antigo regimen, o socialismo quer reconstruir a sociedade em bases artificiaes e violentas *(apoiados)*.

Eu entendo que despotismo e liberdade são duas palavras que tem uma significação clara e precisa *(apoiados)*. Que me importa que me digam que o socialismo escreveu na sua bandeira a abolição do proletariado, e a extincção do pauperismo? Não ha governo, por mais cruel, por mais despotico, por mais inflexivel que seja, que não declare que só trabalha por conseguir o bem dos povos. Os fins são os mesmos, nos meios para os conseguir é que está a differença entre o despotismo e a liberdade. Eu combato o despotismo debaixo de todas as fórmas, só a liberdade applaudo *(apoiados)*.

Em tudo se mostra a antinomia da liberdade e do socialismo; a liberdade considera 1789 como a sua aurora radiosa, o socialismo considera 1789 como uma data nefasta, como uma nuvem negra no horisonte da humanidade; a liberdade quebrou com a sua mão poderosa todos os privilegios, o socialismo só privilegios quer recompor; a liberdade apagou todas as distincções entre as classes; o socialismo faz da classe operaria, que põe em antagonismo com todas as outras, uma especie de aristocracia do trabalho manual *(apoiados)*.

Sim, sr. presidente, sustento esta phrase que me parece verdadeira; se nós attendermos á fórma da aristocracia na idade media, veremos que então a guerra era a unica occupação que se julgava digna do homem. Os que se occupavam n'outros misteres, os servos que regavam com o suor do seu rosto a gleba a que estavam adscriptos, os schismadores que aravam o campo infinito do pensamento, eram os zangãos d'aquella bellicosa colmeia. Agora succede o mesmo. Os trabalhadores do pensamento são os ociosos e os *exploradores*, os explorados são os trabalhadores do trabalho manual.

Então dizia-se á velha aristocracia — vós sois a força, porque sois a destreza nas armas, o habito da guerra, a arte militar, logo assenhoreae-vos de tudo; hoje diz-se aos operarios — vós sois a força, porque sois o numero, logo tudo é vosso.

Tem o socialismo todos os caracteres de reacção, um inquerito que se abriu ha pouco tempo em Inglaterra ácerca das *trade's unions*, essas associações socialistas de operarios, veio trazer á luz da publicidade as mais espantosas revelações. Soube-se que ali a maxima jesuitica de que os fins justificam os meios, era maxima completamente aceita e reconhecida. Soube-se que ali não se recuava diante do em-

Fonte: https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/092S1/1871-09-06/648

Figura 5.62 – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 6 set., p.650

650 DIARIO DA CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

prego das medidas mais violentas e atrozes para obrigar os operarios a tomarem parte nas *grèves* que tanto mal fizeram á industria.

A maxima jesuitica de obediencia passiva estava estabelecida n'aquellas associações operarias, que serviram de modelo á internacional. Nós bem vimos que, quando a communa estabeleceu em Paris o seu imperio despotico, a primeira cousa que fez foi supprimir todas as liberdades, que a republica de 4 de setembro mantivera entre os horrores e as difficuldades do bloqueio prussiano.

Os proprios propagandistas do socialismo se encarregam de confessar as suas tendencias para o despotismo. N'um dos brilhantes discursos que captivaram a attenção da camara, proferidos pelo illustre deputado, o sr. Dias Ferreira, a cujo talento eu presto uma sincera homenagem; n'um d'esses discursos disse s. ex.ª, que «a palavra *ordem* era muitas vezes aquella que encobria as tentativas tyrannicas, e que a repressão da anarchia era o pretexto para todos os vexames do poder». Isto é uma grande verdade. Muitas vezes assim tem succedido. Todos nós conhecemos a celebre phrase — a ordem reina em Varsovia. Não são poucas as phrases d'esse genero com que os partidarios do despotismo costumam colorir, n'esta epocha liberal, as suas arbitrariedades. Entre ellas póde figurar esta, que se encontra textualmente n'uma das prelecções dos talentosos conferentes.

«... necessario oppôr o trabalho organisado á cega anarchia da concorrencia!»

Mas era tambem para debellar a cega anarchia da concorrencia, que o marquez de Pombal estabelecia a companhia dos vinhos do Alto Douro, e que mandava enforcar aquelles que se revoltavam contra os privilegios d'essa companhia *(apoiados)*; era tambem para debellar a cega anarchia da concorrencia, que o marquez de Pombal estabelecia a companhia de navegação e commercio do Grão-Pará e Maranhão, e mandava prender os peticionarios da mesa do Bem-Commum, que requeriam a El-Rei contra os privilegios da companhia; era, emfim, para debellar a cega anarchia da concorrencia, que as velhas sociedades nos legavam todo esse acervo de privilegios, cuja extincção foi uma das primeiras glorias da revolução liberal *(apoiados)*.

Não sou eu, pois, que declaro que o socialismo é apenas uma fórma da reacção; são elles que, entendendo que se deve debellar a cega anarchia da concorrencia, se proclamam assim os ordeiros da economia politica.

Ha mais um facto que prova bem que as tendencias socialistas não são por fórma alguma as de uma verdadeira evolução liberal, e é que o socialismo, tendo-se manifestado em França por tres grandes revoltas, sempre contra a republica liberal é que se tem erguido.

Em 1794, quando, depois da quéda de Robespierre, a França começava a applicar as instituições liberaes, que lhe conquistára a sua immortal revolução, levantou-se contra ella a revolta socialista de Babœuf. Em 1848, quando a França decretava o suffragio universal, quando, arriscando se ao uso d'essa arma perigosa, por mãos inexperientes, dava a todos os cidadãos a garantia e o direito de intervirem nos negocios publicos, o socialismo, que acceitára submisso o primeiro imperio, que não incommodára a restauração reaccionaria, que principiára a agitar-se durante a monarchia liberal dos Orleans, ergueu-se nos dias terriveis de junho contra a segunda republica. Applacou-se de novo durante o segundo imperio, mas, apenas surgiu no horisonte o sol da terceira republica, lá se ergueu outra vez o socialismo armado, provocando a medonha conflagração da communa de Paris.

Oh! sr. presidente, por que singular coincidencia ha de ser sempre contra a bandeira republicana que o socialismo ha de erguer o seu pendão de violencia? Por que ha de ir sempre a revolta socialista consolar no exilio as tyrannias demolidas? Por que ha de ser sempre o socialismo o tacito alliado da reacção? É porque o socialismo e a reacção são igualmente incompativeis com o espirito liberal; é porque o socialismo e a reacção, ambos filhos das trevas, não podem supportar o claro esplendor da liberdade *(muitos apoiados)*.

E chamam-se reaccionarios áquelles que atacam o socialismo!... Reaccionarios são todos elles, ultramontanos e socialistas; vermelhos são todos elles, socialistas e ultramontanos, porque os illumina com a mesma côr sinistra, com a mesma côr de sangue, a labareda dos incendios de Paris e a chamma lugubre das fogueiras da inquisição *(apoiados.— Vozes:* — Muito bem). Uns accendem as fogueiras em nome de Deus, os outros ateiam os incendios em nome da liberdade, mas todos calumniam a liberdade e Deus *(apoiados)*.

Eu sei bem que os illustres deputados censuram commigo o socialismo; ouvi os repetidos protestos que fizeram de que, atacando a portaria de 26 de junho, pretendiam unicamente garantir o direito, que assiste a todo o cidadão, de exprimir livremente o seu pensamento; todavia pareceu-me que seria util assentar bem estas idéas, porque em Portugal é difficil raciocinar-se em abstracto; em Portugal é se considerado como reaccionario, ou como liberal, não quando se ataca, ou se defende um certo direito, mas por se defenderem ou se atacarem as doutrinas cuja propagação esse direito garante; d'isto posso eu dar a v. ex.ª um exemplo.

Quando eu abri os olhos á luz do pensamento o da reflexão, entendi, com a maior ingenuidade, que todas as liberdades, a liberdade de ensino, a liberdade de associação, a liberdade de cultos, eram as consequencias necessarias das liberdades que a carta nos garante.

Mas vieram a imprensa e a tribuna, a imprensa e a tribuna liberal, e disseram-me: «Não; n'um paiz onde os paes, até os menos illustrados, principalmente os menos illustrados, exercem uma influencia immensa, a liberdade dos cultos seria a victoria immediata da reacção!

A liberdade de ensino significaria irmos entregar as novas gerações á influencia reaccionaria, irmos inoculal-no espirito infantil o germen do ultramontanismo! A liberdade de associação significava o restabelecimento dos conventos, com toda a sua influencia nefasta, e com todas as difficuldades que trouxeram ao desenvolvimento moral e material do paiz! A liberdade suicidar-se ia-se quizesse, applicar em toda a sua extensão o seu proprio principio.

Liberdade tambem para a liberdade, clamava n'esta casa o sr. Mendes Leal, que sinto que não esteja presente, para nos esclarecer com o seu talento e a sua vastissima illustração.

Era isso na celebre questão das irmãs da caridade. «Queremos liberdade de ensino, dizia um partido n'esta casa». Reaccionario! respondiam-lhe.

«Não recuamos diante da liberdade de cultos!» Reaccionarios!

«Entendemos (phrase textual do parecer da commissão de instrucção publica em 1862) que n'um governo livre as leis de repressão devem ser fortes, as de prevenção cautelosas». Reaccionario, dizia-se lhe ainda.

Na sessão de 10 de maio de 1862 houve n'esta casa um dialogo curioso entre o sr. Mendes Leal e o sr. Casal Ribeiro. Note v. ex.ª que eu não tenho a honra de conhecer pessoalmente o sr. Casal Ribeiro, fallei-lhe apenas uma vez, e supponho que elle nem sabia quem eu era. Não sei, portanto, quaes são as suas opiniões pessoaes, tiro apenas as consequencias do que vejo aqui escripto:

«O sr. *Mendes Leal:* — O projecto da Austria dispõe no seu artigo 23.º «a lei concede a todas as igrejas e sociedades religiosas um direito igual. Não ha religião privilegiada para o estado.»

«O sr. *Casal Ribeiro:* — Apoiado.

«O *Orador:* — Apoiadissimo, acrescento eu. Mas o artigo 6.º da nossa carta constitucional diz o seguinte:

«Art. 6.º A religião catholica apostolica romana continuará a ser a religião do reino. Todas as outras religiões serão permittidas aos estrangeiros (aos estrangeiros sómente,

Fonte: https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/092S1/1871-09-06/648

Figura 5.63 – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 6 set., p.651

DIARIO DA CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS 651

aos portuguezes não) com seu culto domestico e particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior de templo.

«Esta com effeito é a questão *(muitos apoiados)*.

«O sr. *José Estevão:* — Apoiadissimo.

«O *Orador:* — Como quer o illustre deputado comparar a sua liberdade de cultos (tendo por baso tal restricção) com essa effectiva liberdade n'aquelle estado permittida? *(Apoiados)*.

«O sr. *Casal Ribeiro:* — Leia o artigo 144.º da nossa carta constitucional.

«O *Orador:* — Não destroe o que citei. Apresente s. ex.ª um projecto para revogar o artigo 6.º da mesma carta *(apoiados repetidos)*, e poderá sobre a liberdade de cultos fundamentar a proposta para a liberdade de ensino *(apoiados)* tal como a inculca. Antes d'isso não.

«O sr. *José Estevão:* — Ahi é que está a questão.»

O Orador: — Sr. presidente, se as conferencias democraticas se podem considerar ensino, como o sr. Martens Ferrão me parece que demonstrou, não precisamos de outro argumento para condemnar a continuação das conferencias, que não sejam aquellas de que se serviu o partido, que dizia defender as idéas liberaes mais avançadas em 1862.

«Sr. presidente, eu sou uma das pessoas que n'esta casa menos podem ser accusadas de querer favorecer a reacção; estou entre os reaccionarios em muito pouco cheiro de santidade.»

O sr. Osorio de Vasconcellos: — Apoiado.

O Orador: — Ma», sr. presidente, não posso admittir que as doutrinas racionalistas e atheistas tenham privilegios, que parecem conceder lhes as honras de ensino semi-official. Seria até uma grave injustiça essa distincção entre opiniões, que são irmãs gemeas, porque, se o atheismo nega a existencia de Deus, o neo catholicismo renega as palavras de Christo *(apoiados)*; se o atheismo supprime Deus, o catholicismo ultramontano faz mais, calumnia-o *(apoiados)*.

Mas, sr. presidente, o atheismo e o racionalismo têem entre nós os mais singulares privilegios; os governos impedem a propaganda protestante, mandam fechar as casas onde essa propaganda se intenta, sem que ninguem por isso os accuse. O sr. Barros e Cunha acaba de mostrar que as leis nos consentem a livre communicação do pensamento por palavra e por escripto, e prendem se ahi a cada passo homens que vendem Biblias protestantes!

Pois, sr. presidente, eu, apesar de saber que effectivamente a lei não permitte a venda d'essas Biblias, confesso que me incommoda, que me irrita este resto das antigas perseguições religiosas, perseguições dirigidas contra livros, que nada têem de certo de subversivo.

Mas, sr. presidente, muitos illustres deputados entendem que nas conferencias se exercia o direito de reunião. Debaixo d'este ponto de vista, eu, que respeito muito o honrado partido historico, tinha já as minhas opiniões assentes em vista das idéas apresentadas por esse partido na *Gazeta do povo*, que é o seu orgão na imprensa.

Dizia este jornal, quando se publicou a portaria de 26 de junho:

«Discute a imprensa politica a portaria do ministerio do reino, que prohibiu as conferencias do casino. Quanto a nós, este assumpto não vale a importancia que se lhe tem attribuido.»

Vozes: — Ouçam.

O Orador: — «O direito de reunião, sanccionado nas nossas leis, carece de ser claramente regulamentado. Ha, no tocante a este assumpto, grandes lacunas que importa preencher. É preciso definir expressamente os casos em que as reuniões publicas podem ser dissolvidas, e a fórma da execução das providencias governativas. Emquanto se não regular essa materia, desejámos que os governos sejam antes reprehendidos por tolerantes e brandos, do que por severos e exageradamente escrupulosos.»

É verdade que ha uma attenuante. A *Gazeta do povo*, de 3 de setembro, diz:

«O decreto com força de lei de 15 de junho de 1870 é expresso, determinando ampla liberdade de reunião.»

Ora, qual das opiniões é a definitiva? A 29 de junho a *Gazeta do povo* affirma que a lei de 15 de junho de 1870 não está claramente regulamentada; a 3 de setembro assevera que esse decreto com força de lei é lucido e expresso.

(Interrupção do sr. José Luciano de Castro.)

Peço desculpa; o partido de que s. ex.ª é um dos mais dignos chefes, declarando que antes queria que o governo fosse tolerante e benevolo do que severo, reconheceu lhe por esse facto o direito de ser severo ou de ser tolerante. Se s. ex.ª me afiança que prefere que eu vá para a direita, antes do que para a esquerda, por esse facto me reconhece o direito de ir para a esquerda ou de ir para a direita *(apoiados)*.

O sr. Santos e Silva: — Eu hei de trazer para aqui a *Revolução de setembro*.

O Orador: — S. ex.ª fallou em nome do partido historico, e assumiu portanto a responsabilidade das opiniões d'esse partido. S. ex.ª sabe quanto eu o prezo, quanto admiro o seu grande talento e as suas altas qualidades, mas se eu quizesse aproveitar esta vantagem accidental, podia lembrar que s. ex.ª disse no seu discurso que «a portaria que encerrou as conferencias é a portaria de 1845 eram irmãs gemeas; ora, como o partido historico julgava aquella pouco importante, eu podia d'ahi deduzir que tambem não considerava muito importante a portaria nefasta que legalisava as violencias eleitoraes; mas não o faço, porque eu sei bem que o partido historico é liberalissimo, e que s. ex.ª é um dos homens mais liberaes d'esta casa e d'este paiz.

Permitta-me tambem v. ex.ª, sr. presidente, que eu faça algumas observações com referencia aos illustres deputados membros do partido reformista, que n'esta casa atacaram com bastante vehemencia a portaria, que mandou fechar as conferencias do casino. S. ex.as apoiaram o ministerio, em que tinha a pasta do reino um cavalheiro tão illustrado como era o sr. bispo de Vizeu, digno chefe d'esse partido, que se diz o mais avançado, e comtudo o sr. bispo de Vizeu praticou um acto similhante áquelle, por cuja causa é hoje o sr. marquez d'Avila vigorosamente accusado.

Em fevereiro do corrente anno findára a guerra entre a França e a Prussia. Caíra Paris depois de uma resistencia heroica de quatro mezes.

Aquella catastrophe tinha impressionado muito os espiritos da Europa, que haviam seguido até ahi com avida curiosidade as varias peripecias d'aquella luta.

Representava se no theatro do Principe Real um drama intitulado o *Cerco de Paris*, em que suppunho que era bastante exaltada a heroicidade da França.

O sr. bispo de Vizeu, receiando que a representação d'aquella peça agitasse os animos e perturbasse a ordem publica, mandou fechar o theatro.

Oh! sr. presidente, pois o direito da manifestação do pensamento sob a fórma dialogada é menos digno de respeito do que sob a fórma de prelecção?

O sr. bispo de Vizeu pôde então mandar fechar o theatro unicamente porque imaginou, suspeitou que haveria desordens... *(apoiados)*.

Uma voz: — Já as tinha havido.

Vozes: — Lá estavam os tribunaes.

O Orador: — Tambem nas conferencias estava para as haver. Foram os proprios conferentes que assim o declararam, e eu tenho idéa que em fevereiro os jornaes sustentaram que no theatro não tinha havido cousa alguma. Em todo o caso o sr. bispo de Vizeu mandou fechar as portas do theatro, não pelas desordens que houvera, mas pelas que receiou que sobreviessem depois; e o sr. marquez d'Avila, que sabia perfeitamente que estava para haver perturbação

Fonte: https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/092S1/1871-09-06/648

Figura 5.64 – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 6 set., p.652

652 DIARIO DA CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

da ordem publica, como confessaram os proprios conferentes, e...

O sr. **Thomás de Carvalho**: — Não sabia que os conferentes tinham relações com o sr. marquez d'Avila, para lhe confessarem que havia de haver desordem.

O **Orador**: — Perdão; sabiam-n'o os conferentes, e o governo sabia o tambem.

Uma voz: — Então o governo sabia-o?

O **Orador**: — É claro que se os conferentes, contra quem se preparavam as desordens, tinham comtudo conhecimento d'ellas, não admira que o governo, com a policia á sua disposição, estivesse igualmente informado; mas sabia o toda a gente; sabia-o eu até, tanto que preveni o conferente, de quem sou amigo, de que naturalmente teria que soffrer alguma cousa...

O sr. **Osorio de Vasconcellos**: — Queria livra-lo do martyrio.

(Interrupção do sr. Thomás de Carvalho, que se não percebeu.)

O **Orador**: — Se o illustre deputado, o sr. Thomás de Carvalho, quer defender o sr. bispo de Vizeu, eu cedo-lhe já a palavra.

O sr. **Thomás de Carvalho**: — E porque não? Tambem v. ex.ª está defendendo o sr. marquez d'Avila.

O sr. **Osorio de Vasconcellos**: — Rejeito o parallelo.

O sr. **Presidente**: — Pedia ao sr. Thomás de Carvalho que não interrompesse, e ao orador que não desse tanta attenção ás interrupções.

O **Orador**: — Sr. presidente, a consideração e amisade, que tenho pelo sr. Thomás de Carvalho, levam me a responder aos apartes, que s. ex.ª me dirige.

O sr. **Presidente**: — A amisade do sr. deputado ao sr. Thomás de Carvalho não é motivo para que se infrinja o regimento. A amisade ficа da mesma maneira.

Peço-lhe que tenha a bondade de evitar os dialogos.

O **Orador**: — Sr. presidente, permitta v. ex.ª que eu insista ainda n'este ponto.

O sr. bispo de Vizeu não fez o que os illustres deputados reformistas, que tanto defendem a liberdade de pensamento, queriam que o governo fizesse: não o fez, e nem por isso elles deixaram de apoiar o ministro que tinha tomado esta medida preventiva.

Oh! sr. presidente, seria porque os pobres actores, que estavam demais a mais em deploraveis circumstancias, para quem a receita do bilheteiro era a garantia unica da subsistencia do dia seguinte, seria porque os pobres actores não tinham voz eloquente que os defendesse no parlamento, pennas doiradas com que escrevessem aos ministros cartas violentas? Seria ainda porque a peça, que se representava, era um pobre drama escripto em linguagem rude e chã, que defendia idéas generosas, mas que não preoccupavam os espiritos, ao passo que as prelecções do casino, feitas por estylistas distinctos, e cavalheiros intelligentes, conquistavam rapidamente a voga e a attenção publica?

É possivel que assim seja, mas n'esse caso eu só tenho a lamentar que os direitos e as garantias dos cidadãos estejam assim á mercê dos caprichos da popularidade *(apoiados)*.

Sr. presidente, eu tenho visto n'esta questão que os illustres deputados combatem unanimemente as idéas expostas pelos prelectores do casino, concordam em que essas idéas são perigosas e altamente reaccionarias; comtudo dizem — isso não é comnosco, é com o poder judicial; o poder executivo exorbitou, resolvendo questões que só aos tribunaes competem.

Sr. presidente, sou novo na vida politica, não posso apreciar bem talvez estas questões de competencia, mas apresento a minha opinião tal qual é. O poder judicial, entendo eu, raciocina n'uma esphera muito alta, completamente independente de todas as circumstancias politicas, que podem tornar um facto, que seja, no curso habitual da vida das nações, um facto legal, podem torna-lo, digo, perigoso e censuravel.

As nações mais liberaes, como vou mostrar, v. ex.ª, não deixam de dar ao poder executivo em alguns casos uma certa latitude, impondo-lhe sempre gravissima responsabilidade.

A responsabilidade deve ser gravissima, repito, porque é uma questão muito séria a questão da garantia dos direitos individuaes; mas o que não posso admittir é que n'esses casos excepcionaes o parlamento diga — não quero apreciar a questão, vá para o poder judicial.

(Interrupção do sr. Mariano de Carvalho.)

Eu vou dar um exemplo a v. ex.ª; não foi pelo menos assim que procedeu o parlamento inglez ha pouco tempo.

Estava para haver um *meeting* em Dublin... (não sei se foi a este facto que se referiu o sr. Mártens Ferrão); estava para haver um *meeting* em Dublin, para se pedir a soltura dos *fenians*, o governo prohibiu o *meeting*. Veiu á camara dos communs a noticia do acontecimento, a camara não esteve de accordo com o governo; entendeu que elle não tinha razão para prohibir o *meeting*; mas não lhe disse — vá para o poder judicial; e isto em Inglaterra, onde o poder judicial é mais forte do que em parte alguma. Tomou conhecimento do facto, mandou uma commissão inquirir, e depois procedeu na conformidade da sua competencia, e votou, segundo creio, uma moção de censura.

Ha um outro facto que eu deploro; e digo isto sem querer fazer censura alguma aos actos que se praticam nas outras nações, e é o que se deu ha pouco tempo na Belgica, ácerca da expulsão de Victor Hugo. Eu deploro este facto, repito...

O sr. **Sant'Anna e Vasconcellos**: — Apoiado.

O **Orador**: — Sejam quaes forem os erros de Victor Hugo, lamento que o poeta, que é um dos grandes luminares d'este seculo, vagueie proscripto e sem lar atravez das nações que tem deslumbrado com o seu genio; mas em fim é um facto que se passou na Belgica, onde se respeitam, mais do que em parte alguma, as formulas liberaes. Ali não se mandou a questão para o poder judicial, o poder executivo é que tomou a decisão com a sua responsabilidade perante o parlamento.

O sr. **Osorio de Vasconcellos**: — Victor Hugo fôra para lá conspirar.

O **Orador**: — Eu podia responder a s. ex.ª que, pelos trechos que o sr. Mártens Ferrão nos leu, e em que se revelam as opiniões dos prelectores ácerca da nossa nacionalidade, a propaganda do casino era uma verdadeira conspiração contra a idéa de patria; mas foi buscar este facto, não porque seja analogo aos das conferencias, mas porque mostra como n'uma nação, onde não é uso postergarem-se as formulas liberaes, se dá, em casos excepcionalissimos, e com a responsabilidade parlamentar, uma certa latitude á acção administrativa.

Repito, entendo que os direitos individuaes que a carta nos marcou devem ser altamente respeitados por todos os governos, e, quando as circumstancias os obriguem a contrariar alguns d'esses direitos, a sua responsabilidade, perante o parlamento, é grave e altissima.

Mas é necessario que a camara veja, debaixo d'estes simples factos, uma questão importante, que agita actualmente a Europa; é necessario que perceba que nós temos de lutar agora contra a reacção demagogica, como tivemos de lutar em outro tempo contra a reacção ultramontana.

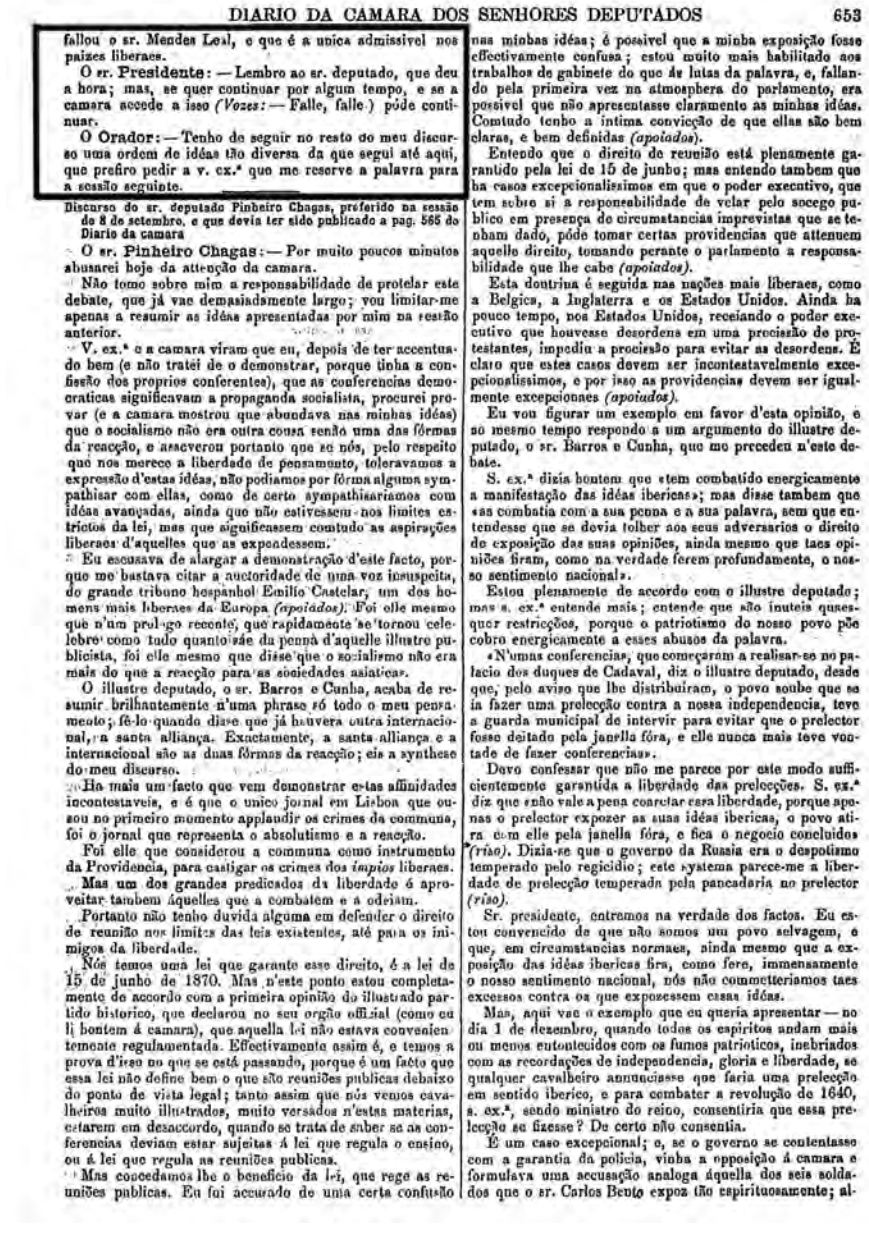
N'essa occasião José Estevão, fallando aqui sobre o assumpto de liberdade de casino, dizia:

«Que liberdade é esta! Pimpona e valentona é que a querem! Está a liberdade muito tranquilla em sua casa, e vem a reacção e diz lhe — venha cá para fóra e vamos a ver quem vence!»

Agora podia elle pronunciar de novo estas palavras. Agora elle comprehenderia que tambem, para salvar a liberdade, seria necessario impor á liberdade de propaganda essa limitação temporaria, occasional e fortuita, em que

Fonte: https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/092S1/1871-09-06/648

Figura 5.65 – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 6 set., p.653



DIARIO DA CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS 653

fallou o sr. Mendes Leal, e que é a unica admissivel nos paizes liberaes.

O sr. **Presidente**: — Lembro ao sr. deputado, que deu a hora; mas, se quer continuar por algum tempo, e se a camara accede a isso *(Vozes:* — Falle, falle.) póde continuar.

O **Orador**: — Tenho de seguir no resto do meu discurso uma ordem de idéas tão diversa da que segui até aqui, que prefiro pedir a v. ex.ª que me reserve a palavra para a sessão seguinte.

Discurso do sr. deputado Pinheiro Chagas, preferido na sessão de 8 de setembro, e que devia ter sido publicado a pag. 565 do Diario da camara

O sr. **Pinheiro Chagas**: — Por muito poucos minutos abusarei hoje da attenção da camara.

Não tomo sobre mim a responsabilidade de protelar este debate, que já vae demasiadamente largo; vou limitar-me apenas a resumir as idéas apresentadas por mim na sessão anterior.

V. ex.ª e a camara viram que eu, depois de ter accentuado bem (e não tratei de o demonstrar, porque tinha a confissão dos proprios conferentes), que as conferencias democraticas significavam a propaganda socialista, procurei provar (e a camara mostrou que abundava nas minhas idéas) que o socialismo não era outra cousa senão uma das fórmas da reacção, e asseverou portanto que se nós, pelo respeito que nos merece a liberdade de pensamento, toleravamos a expressão d'estas idéas, não podiamos por fórma alguma sympathisar com ellas, como de certo sympathisariamos com idéas avançadas, ainda que não estivessem nos limites estrictos da lei, mas que significassem comtudo as aspirações liberaes d'aquelles que as expendessem.

Eu escusava de alargar a demonstração d'este facto, porque me bastava citar a auctoridade de uma voz insuspeita, do grande tribuno hespanhol Emilio Castelar, um dos homens mais liberaes da Europa *(apoiados)*. Foi elle mesmo que n'um prologo recente, que rapidamente se tornou celebre como tudo quanto sáe da penna d'aquelle illustre publicista, foi elle mesmo que disse que o socialismo não era mais do que a reacção para as sociedades asiaticas».

O illustre deputado, o sr. Barros e Cunha, acaba de resumir brilhantemente n'uma phrase só todo o meu pensamento; fê-lo quando disse que já houvera outra internacional, a santa alliança. Exactamente, a santa alliança e a internacional são as duas fórmas da reacção; eis a synthese do meu discurso.

Ha mais um facto que vem demonstrar estas affinidades incontestaveis, e é que o unico jornal em Lisboa que ousou no primeiro momento applaudir os crimes da communa, foi o jornal que representa o absolutismo e a reacção.

Foi elle que considerou a communa como instrumento da Providencia, para castigar os crimes dos *impios* liberaes.

Mas um dos grandes predicados da liberdade é aproveitar tambem áquelles que a combatem e a odeiam.

Portanto não tenho duvida alguma em defender o direito de reunião nos limites das leis existentes, até para os inimigos da liberdade.

Nós temos uma lei que garante esse direito, é a lei de 15 de junho de 1870. Mas n'este ponto estou completamente de accordo com a primeira opinião do illustrado partido historico, que declarou no seu orgão official (como eu li hontem á camara), que aquella lei não estava convenientemente regulamentada. Effectivamente assim é, e temos a prova d'isso no que se está passando, porque é um facto que essa lei não define bem o que são reuniões publicas debaixo do ponto de vista legal; tanto assim que nós vemos cavalheiros muito illustrados, muito versados n'estas materias, estarem em desaccordo, quando se trata de saber se as conferencias deviam estar sujeitas á lei que regula o ensino, ou á lei que regula as reuniões publicas.

Mas concedamos lhe o beneficio da lei, que rege as reuniões publicas. Eu fui accusado de uma certa confusão nas minhas idéas; é possivel que a minha exposição fosse effectivamente confusa; estou muito mais habituado aos trabalhos de gabinete do que ás lutas da palavra, e, fallando pela primeira vez na atmosphera do parlamento, era possivel que não apresentasse claramente as minhas idéas. Comtudo tenho a intima convicção de que ellas são bem claras, e bem definidas *(apoiados)*.

Entendo que o direito de reunião está plenamente garantido pela lei de 15 de junho; mas entendo tambem que ha casos excepcionalissimos em que o poder executivo, que tem sobre si a responsabilidade de velar pelo socego publico em presença de circumstancias imprevistas que se tenham dado, póde tomar certas providencias que attentem aquelle direito, tomando perante o parlamento a responsabilidade que lhe cabe *(apoiados)*.

Esta doutrina é seguida nas nações mais liberaes, como a Belgica, a Inglaterra e os Estados Unidos. Ainda ha pouco tempo, nos Estados Unidos, receiando o poder executivo que houvesse desordens em uma precissão de protestantes, impediu a precissão para evitar as desordens. É claro que estes casos devem ser incontestavelmente excepcionalissimos, e por isso as providencias devem ser igualmente excepcionaes *(apoiados)*.

Eu vou figurar um exemplo em favor d'esta opinião, e ao mesmo tempo respondo a um argumento do illustre deputado, o sr. Barros e Cunha, que me precedeu n'este debate.

S. ex.ª dizia hontem que «tem combatido energicamente a manifestação das idéas ibericas»; mas disse tambem que «as combatia com a sua penna e a sua palavra, sem que entendesse que se devia tolher aos seus adversarios o direito de exposição das suas opiniões, ainda mesmo que taes opiniões firam, como na verdade ferem profundamente, o nosso sentimento nacional».

Estou plenamente de accordo com o illustre deputado; mas s. ex.ª entende mais; entende que são inuteis quaesquer restricções, porque o patriotismo do nosso povo põe cobro energicamente a esses abusos da palavra.

«N'umas conferencias, que começaram a realisar-se no palacio dos duques de Cadaval, diz o illustre deputado, desde que, pelo aviso que lhe distribuiram, o povo soube que se ia fazer uma prelecção contra a nossa independencia, teve a guarda municipal de intervir para evitar que o prelector fosse deitado pela janella fóra, e elle nunca mais teve vontade de fazer conferencias».

Devo confessar que não me parece por este modo sufficientemente garantida a liberdade das prelecções. S. ex.ª diz que «não vale a pena coarctar essa liberdade, porque apenas o prelector expozer as suas idéas ibericas, o povo atira com elle pela janella fóra, e fica o negocio concluido *(riso)*. Dizia-se que o governo da Russia era o despotismo temperado pelo regicidio; este systema parece-me a liberdade de prelecção temperada pela pancadaria no prelector *(riso)*.

Sr. presidente, entramos na verdade dos factos. Eu estou convencido de que não somos um povo selvagem, e que, em circumstancias normaes, ainda mesmo que a exposição das idéas ibericas fira, como fere, immensamente o nosso sentimento nacional, nós não commetteriamos taes excessos contra os que expozessem essas idéas.

Mas, aqui vae o exemplo que eu queria apresentar — no dia 1 de dezembro, quando todos os espiritos andam mais ou menos entontecidos com os fumos patrioticos, inebriados com as recordações de independencia, gloria e liberdade, se qualquer cavalheiro annunciasse que faria uma prelecção em sentido iberico, e para combater a revolução de 1640, s. ex.ª, sendo ministro do reino, consentiria que essa prelecção se fizesse? De certo não consentia.

É um caso excepcional; e, se o governo se contentasse com a garantia da policia, vinha a opposição á camara e formulava uma accusação analoga áquella dos seis soldados que o sr. Carlos Bento expoz tão espirituosamente; al-

Fonte: https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/092S1/1871-09-06/648

Discurso do sr. deputado Pinheiro Chagas, proferido na sessão de 6 de setembro, e que devia ter sido publicado a pag. 555 do *Diário da Câmara*.

O sr. Pinheiro Chagas: – O incidente relativo ao encerramento das Conferências Democráticas tem tomado uma parte tão importante no debate da resposta ao discurso da Coroa, que me julgo por esse fato autorizado a mandar para a mesa a seguinte moção de ordem, que passo a ler, segundos as prescrições do regimento:

"A Câmara entende que as circunstâncias especiais, em que se achava a Europa, justificam o procedimento do Governo em relação às Conferências Democráticas".

A portaria, que encerrou as Conferências Democráticas, antes de ser discutida nesta casa, excitou lá fora, numa parte da imprensa e do público, a mais calorosa e apaixonada discussão. Esta questão tem duas partes completamente distintas, e nesse ponto folgo de ver que me encontrei com o ilustre deputado o sr. Martens Ferrão, a cujo notável talento, vasta instrução, e elevadas qualidades morais me comprazo em prestar uma sincera homenagem (*apoiados*): prestando-lhe ainda outra, que é a de franqueza com que declaro também que nem sempre estive de acordo com todas as suas ideias, apesar do muito respeito que consagro a sua nobre individualidade.

Esta questão, pois, como muito bem disse o ilustre Deputado, tem duas faces debaixo das quais se pode encarar: como social e legal.

Considerando-a debaixo do primeiro ponto de vista, limitamo-nos a observar se as Conferências estavam ou não na órbita da lei. Vista debaixo do outro aspecto, que é mais largo, leva-nos a procurar saber se as Conferências significavam apenas as aspirações dos preletores para um futuro mais liberal; se eles, ainda mesmo ultrapassando as barreiras da Carta, mostravam desejar que as nossas instituições, seguindo a transformação natural de todas as instituições humanas, dessem cabida no seu seio a todas as evoluções do progresso, a todas as conquistas da liberdade.

Foi principalmente debaixo desse segundo ponto de vista que se encarou esta questão lá fora.

Confessava-se em geral que nas Conferências do Casino tinham sido atacadas a religião do Estado e as leis constitutivas do país.

Entendia-se, porém, que os preletores eram homens de ideias avançadas, liberais exaltados, homens de futuro, a guarda avançada do exército que vai, pelo caminho do progresso, à conquista da Jerusalém do porvir.

Portanto aqueles, que combatiam as Conferências democrática, eram considerados (um pouco desdenhosamente), como os defensores da lei e os mantenedores da ordem, mas também como homens que veem no estacionamento, ou talvez na reação, o ideal supremo das sociedades humanas.

Eu que fui envolto na onda destas acusações, eu que falo hoje pela primeira vez num assunto de certa magnitude, e por isso peço a Câmara que se digne escutar-me com a benevolência que é própria da sua altíssima ilustração, preciso de fixar bem quais são os meus princípios políticos, e de procurar demonstrar que me conservei, que me tenho conservado, que espero sempre conservar-me no terreno em que tenho pugnado em prol da liberdade e do progresso, na sua acepção mais ampla e mais rasgada (*apoiados*).

Qual era o fim das Conferências Democráticas?

Podemos supor que os inteligentíssimos cavalheiros, que as iniciaram e dirigiram, e que se afirmam, que se confessam, que se gloriam de se dizer os precursores do Socialismo em Portugal, se reuniram apenas por mero acaso, por meras coincidências? Podemos supor que os outros cavalheiros, que se agruparam em torno deles, e muitos dos quais eram conhecidos como fervorosos adeptos das ideias socialistas, também se juntaram por uma nova coincidência e por um novo acaso? Não, sr. presidente, como o sr. Martens Ferrão ontem nos fez sentir pela análise do programa, pelas confissões dos conferentes, pelas circunstâncias que acompanharam a fundação das Conferências, o fim destas preleções era a propaganda e o proselitismo. Todas as Conferências estavam subordinadas a uma mesma intenção; um dos conferentes aplaudia e exaltava o Realismo, especialmente porque o considerava a arte posta ao serviço do socialismo; outro, falando acerca do ensino, como via no ateísmo a conclusão lógica de todas as ciências humanas, defendendo assim essas ideias ateístas ou niilistas, que, tanto na escravizada Rússia como na França apaixonada da liberdade, parecem ser o apanágio de todas as escolas socialistas; outro, enfim, falando na decadência da Península nos últimos três séculos, decadência infelizmente bem evidente, apresentava como o único obstáculo à nossa decadência, a república socialista.

Esse mesmo cavalheiro, apresentando-se num dos círculos eleitorais de Lisboa, dava-se como o representante em Portugal das ideias republicano-socialistas.

Sr. presidente, inútil negá-lo, não o negam os conferentes, e eu folgo em me associar ao elogio que o sr. Martens Ferrão fez aqueles cavalheiros pela franqueza e denodo com se apresentaram. Eu combato as doutrinas socialistas, mas respeito as convicções sinceras. Entendo que as doutrinas socialistas são altamente

funestas, mas louvo muito o brio e independência com que estes cavalheiros sustentam e afirmam as suas opiniões (*apoiados*). É esse portanto um fato incontestável; o fim das Conferências era a propaganda republicano-socialista.

Eu respeito o partido republicano, como qualquer outro partido. Não me assusta a república, existe em muitos países que prosperam com ela, como outros prosperam com a monarquia constitucional (*apoiados*). Entendo que a monarquia constitucional e a república não estão hoje frente a frente, como estiveram outrora o absolutismo e a liberdade (*apoiados*).

Desde o momento em que as instituições sejam animadas pelo espírito liberal, que é espírito do século XIX, que é o espírito do progresso, que é a conquista já hoje inalienável da civilização, entendo que as formas do governo dependem exclusivamente da índole e das circunstâncias especiais dos povos a que se devem aplicar (*apoiados*).

Não me parece que a monarquia constitucional seja símbolo exclusivo da ordem, nem que seja a república a única fórmula possível da liberdade. A Suíça pode dar austeros exemplos de respeito à lei a muitas monarquias europeias. A Bélgica e a Inglaterra podem dar lições de prática de liberdade a todas as repúblicas do mundo. Que haja um partido que adore a forma republicana não é coisa que eu estranhe, nem me assuste; que suponham, porém, que a passagem do constitucionalismo para a república seja um progresso tal que mereça o holocausto de inúmeras vítimas humanas, o derramamento de torrente de sangue, é um erro crassíssimo que a história se encarrega de refutar.

Sem remontarmos à Antiguidade vemos que na Idade Média a Itália estava retalhada em repúblicas, sem que daí se possa deduzir que a Itália da Idade Média vence em progresso a Europa do século XIX. A Suíça é república a séculos, sem que por isso se possa dizer que a Suíça se eximio a lei geral do progresso da humanidade. Veneza também foi republicana, mas não suponho que os súditos venezianos do rei Vitor Manuel suspirem hoje pelo tempo dos doges (*apoiados*).

A república mais ilustrada do mundo, a dos Estados Unidos da América, teve durante um século no seu seio uma população de escravos, como a teve durante cinquenta anos a monarquia constitucional do Brasil. E, se ontem na grande república da América do Norte se realizou essa grande evolução liberal da abolição da escravatura está se realizando hoje na monarquia constitucional do Brasil. Caminham ambas a par, e a diferença nas formas do governo não coarcta, nem modifica as conquistas da liberdade (*apoiados*).

Mas o socialismo, esse considero-o como um partido altamente nefasto e perigoso; entendo que devemos defender a liberdade contra o socialismo, como a temos defendido contra a reação (*apoiados*).

Em Portugal, por uma ilusão estranha ou talvez pela falta de estudo das grandes questões que agitam as sociedades, consideram-se como tentativas reacionárias simplesmente os manejos clericais. Para uma parte da imprensa e do público, que são aliás sinceramente amigos da liberdade, é tido como liberalíssimo tudo o que não é neocatólico, tudo quanto é contrário ao catolicismo. Porque essa forma está exposta a ser considerados como reacionários aqueles que atacarem o Alcorão. Com muito mais razão aqueles que atacam o socialismo, quem escreve na sua bandeira o moto republicano, são taxados de reacionários ou pelo menos de conservadores. Oh! Sr. presidente, que estranha lógica está! Pois quando eu na imprensa defendi a família contra o ascetismo católico, levantou-se contra mim o coro indignado da reação; e, hoje que eu defendo a família contra o socialismo que a suprime, dizem que passei para o inimigo... Não, sr. presidente, combato o mesmo inimigo debaixo de outra forma, defendo ainda a liberdade por outro modo atacada. Eu combato o socialismo, especialmente porque entendo que o socialismo é uma reação...

Oh! Sr. presidente, quando nós liberamos e progressistas, caminhamos invocando todas as liberdades, desejando que a iniciativa individual seja cada vez mais desafrontada da ação do governo, entendo que as grandes questões sociais só a liberdade as pode resolver, vem o socialismo resolver opor ao livre debate, ao livre tráfico, a livre concorrência os seus despóticos regulamentos; vem o socialismo fanático e sombrio despertar enfim todas as velhas tiranias, todas as opressões do passado.

Sr. presidente, como os ministros das velhas monarquias, como os homens do antigo regime, o socialismo quer reconstruir a sociedade em bases artificiais e violentas (*apoiados*).

Eu entendo que despotismo e liberdade são duas palavras que tem uma significação clara e precisa (*apoiados*). Que me importa que me digam que o socialismo escreveu na sua bandeira a abolição do proletariado, e a extinção do pauperismo? Não há governo, por mais cruel, por mais despótico, por mais inflexível que seja, que não declare que só trabalha por conseguir o bem dos povos. Os fins são os mesmos, nos meios para os conseguir é que está a diferença entre o despotismo e a liberdade. Eu combato o despotismo debaixo de todas as formas, só a liberdade aplaudo (*apoiados*).

Em tudo se mostra antinomia da liberdade e do socialismo; a liberdade considera 1789 como a sua aurora radiosa, o socialismo considera 1789 como uma data nefasta, como uma nuvem negra no horizonte da humanidade; a liberdade quebrou com a sua mão poderosa todos os privilégios, o socialismo só privilégios quer recompor; a liberdade apagou todas as distinções entre as classes; o socialismo faz da classe operária, que põem em antagonismo, com todas as outras, uma espécie de aristocracia do trabalho manual (*apoiados*).

Sim, sr. presidente, sustento esta frase que me parece verdadeira; se nós atendermos a forma da aristocracia da Idade Média, veremos que então a guerra era a única ocupação que se julgava digna do homem. Os que se ocupavam noutros misteres, os servos que regavam com o suor do seu rosto a gleba a que estavam a descritos, os cismadores que aravam o campo infinito do pensamento, eram os zangãos daquela belicosa colmeia. Agora sucede o mesmo. Os trabalhadores do pensamento são os ociosos e os exploradores, os exploradores, os explorados são os trabalhadores do trabalho manual.

Então dizia-se a velha aristocracia – vós sois a força, porque sois a destreza nas armas, o hábito da guerra, a arte militar, logo assenhoreai-vos de tudo; hoje diz aos operários – vós sois a força porque sois o número, logo tudo é vosso.

Tem o socialismo todos os caracteres de reação. Um inquérito que se abriu a pouco tempo em Inglaterra acerca das *trade's unions*, essas associações socialistas de operários, veio trazer a luz da publicidade as mais espantosas revelações. Soube-se que ali a máxima jesuítica de que os fins justificam os meios, era máxima completamente aceita e reconhecida. Soube-se que ali não se recuava diante do emprego das medidas mais violentas e atrozes para obrigar os operários a tomarem parte nas greves que tanto mal fizeram à indústria.

A máxima jesuítica de obediência passiva estava estabelecida naquelas associações operárias, que serviram de modelo à Internacional. Nós bem vimos que, quando a Comuna estabeleceu em Paris o seu império despótico, a primeira coisa que fez foi suprimir todas as liberdades, que a república de 4 de setembro mantivera entre os horrores e as dificuldades do bloqueio prussiano.

Os próprios propagandistas do socialismo se encarregam de confessar as suas tendências para o despotismo. Num dos brilhantes discursos que cativaram a atenção da Câmara, proferidos pelo Ilustre Deputado, o sr. Dias Ferreira, a cujo talento eu presto uma sincera homenagem; num desses discursos disse s. exa., que "a palavra ordem era muitas vezes aquela que encobria as tentativas tirânicas, e que a repressão da anarquia era o pretexto para todos os vexames do

poder''. Isto é uma grande verdade. Muitas vezes assim tem sucedido. Todos nós conhecemos a célebre frase – a ordem reina em Varsóvia. Não são poucas as frases desse gênero com que os partidários do despotismo costumam colorir, nesta época liberal, as suas arbitrariedades. Entre elas pode figurar esta, que se encontra textualmente numa das preleções dos talentosos conferentes.

''É necessário opor o trabalho organizado à veja anarquia da concorrência!''

Mas era também para debelar a cega anarquia da concorrência, que o marquês de Pombal estabelecia a Companhia dos Vinhos do Alto Douro, e que mandava enforcar aqueles que se revoltavam contra os privilégios dessa Companhia (*apoiados*); era também para debelar a cega anarquia da concorrência, que o marquês de Pombal estabelecia a Companhia de Navegação e Comércio do Grão-Pará e Maranhão, e mandava prender os peticionários da mesa do Bem Comum, que requeriam a el-rei contra os privilégios da Companhia; era, enfim, para debelar a cega anarquia da concorrência, que as velhas sociedades nos legavam todo esse acervo de privilégios, cuja extinção foi uma das primeiras glórias da revolução liberal (*apoiados*).

Não sou eu, pois, que declaro que o socialismo é apenas uma forma de reação; são eles que, entendendo que se deve debelar a cega anarquia da concorrência, se proclamam assim os ordeiros da economia política.

Há mais um fato que prova bem que as tendências socialistas não são por forma alguma as de uma verdadeira evolução liberal, e é que o socialismo, tendo-se manifestado em França por três grandes revoltas, sempre contra a república liberal é que se tem erguido.

Em 1794, quando, depois da queda de Robespierre, a França começava a aplicaras instituições liberais, que lhe conquistara a sua imoral revolução, levantou-se contra ela a revolta socialista de Babeuf. Em 1848, quando a França decretava o sufrágio universal, quando, arriscando-se ao uso dessa arma perigosa, por mãos inexperientes, dava a todos os cidadãos a garantia e o direito de intervirem nos negócios públicos, o socialismo, que aceitará submisso o Primeiro Império, que principiara a agitar-se durante a monarquia liberal dos Orleans, ergueu-se nos dias terríveis de junho contra a segunda república. Aplacou-se de novo durante o sol da terceira república, lá se ergueu outra vez o socialismo armado, provocando a medonha conflagração da Comuna de Paris.

Oh! Sr. presidente, porque singular coincidência há de ser sempre contra bandeira republicana que o socialismo há de erguer a sua pensão de violência? Porque há de ir sempre a revolta socialista consolar no exílio as tiranias

demolidas? Por que há de ser sempre o socialismo o tácito aliado da reação? É porque o socialismo e a reação são igualmente incompatíveis com o espírito liberal; é porque o socialismo e a reação ambos filhos das trevas, não podem suportar o claro esplendor da liberdade (*muitos apoiados*).

E chamam-se reacionários aqueles que atacam o socialismo!... Reacionários são todos eles, ultramontanos e socialistas; vermelhos são todos eles, socialistas e ultramontanos, porque os ilumina com a mesma cor sinistra, com a mesma cor de sangue, a labareda dos incêndios de Paris e a chama lúgubre das fogueiras da Inquisição (*apoiados. – Vozes: – Muito bem*). Uns acendem as fogueiras em nome de Deus, os outros ateiam os incêndios m nome da liberdade, mas todos caluniam a liberdade e Deus (apoiados).

Eu sei bem que os Ilustres Deputados censuram comigo censuram comigo socialismo; ouvi os repetidos protestos que fizeram de que, atacando a Portaria de 26 de junho, pretendiam unicamente garantir o direito, que assiste a todo o cidadão, de exprimir livremente o seu pensamento; todavia pareceu-me que seria útil assentar bem estas ideias, porque em Portugal é difícil raciocinar-se em abstrato; em Portugal é se considerado como reacionário, ou como liberal, não quando se ataca ou se defende um certo direito, mas porque se defenderam ou se atacaram as doutrinas cuja propagação esse direito garante; disto posso eu dar a v. exa. Um exemplo.

Quando eu abri os olhos à luz do pensamento e da reflexão, entendi, com a maior ingenuidade, que todas as liberdades, a liberdade do ensino, a liberdade de associação, a liberdade de cultos, eram as consequências necessárias das liberdades que a Carta nos garante.

Mas vieram a imprensa e a tribuna, a imprensa e a tribuna liberal, e dissera-me: Não; num país onde os padres, até os menos ilustrados principalmente os menos ilustrados, exercem uma influência imensa, a liberdade de cultos seria a vitória imediata da reação!

A liberdade de ensino significaria irmos entregar as novas gerações à influência reacionária, irmos inocular no espírito infantil o germe do ultramontanismo! A liberdade de associação significava o restabelecimento dos conventos, com toda a sua influência nefasta, e com todas as dificuldades que trouxeram ao desenvolvimento moral e material do país! A liberdade suicidar-se-ia se quisesse aplicar em toda a sua extensão o seu próprio princípio

Liberdade também para a liberdade, clamava nesta casa; o sr. Mendes Leal, que sinto, que não esteja presente, para nos esclarecer com o seu talento e a sua-vastíssima ilustração.

Era isso na célebre questão das irmãs da caridade. "Queremos liberdade de ensino, dizia um partido, nesta casa", Reacionário! respondiam-lhe.

"Não recuamos diante da liberdade de cultos!" Reacionários!

"Entendemos (frase textual do parecer da comissão de instrução pública em 1862) que num governo livre às leis de repressão devem ser fortes, as de prevenção cautelosas". Reacionário, dizia-se lhe ainda.

Na sessão de 10 de maio de 1862 houve nesta casa um diálogo curioso entre o sr. Mendes Leal e o sr. Casal Ribeiro. Note v. exa. que eu não tenho a honra de conhecer pessoalmente o sr. Casal Ribeiro, falei-lhe apenas uma vez, e suponho que ele nem sabia quem eu era. Não sei, portanto, quais são as suas opiniões pessoais, tiro apenas, as consequências ao que vejo aqui escrito:

"O sr. Mendes Leal: – O projeto da Áustria dispõe no seu artigo 23 a lei concede-a todas as igrejas e sociedades religiosas um direito igual. Não há religião privilegiada para o Estado.

"O sr. Casal Ribeiro: – Apoiado.

"O Orador: – Apoiadíssimo, acrescento eu. Mas o artigo 6º da nossa Carta Constitucional diz o seguinte:

"Artigo 6º. A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Reino. Todas as outras religiões serão permitidas aos estrangeiros (aos estrangeiros somente, aos portugueses não) com seu culto doméstico e particular em casas para isso destinadas, sem forma algum exterior do templo.

"Esta com efeito é a questão (*muitos apoiados*)

"O sr. José Estevão: – Apoiadíssimo.

O Orador: – Como quer o ilustre deputado comparar a sua liberdade de cultos (tendo por base tal restrição) com essa efetiva liberdade naquele Estado permitida? (Apoiados).

"O sr. Casal Ribeiro: – Leia o artigo 144 da nossa Carta Constitucional.

"O Orador: – Não destrói o que citei. Apresente s. exa. um projeto para revogar o artigo 6º da mesma Carta (apoiados repetidos), e poderá sobre a liberdade de cultos fundamentar a proposta para a liberdade de ensino (apoiados) tal como a inculca. Antes disso não.

"O sr. José Estevão: – Aí é que está a questão".

O Orador: – Sr. presidente, se as Conferências Democráticas se podem considerar ensino, como o sr. Martens Ferrão me parece que demonstrou, não precisamos, de outro argumento para condenar a continuação das conferências,

que não sejam aqueles do que se serviu o partido, que dizia defender as ideias liberais mais avançadas em 1862.

Sr. presidente, eu sou uma das pessoas que nesta casa menos podem ser acusadas de querer fazer a reação; estou entre os reacionários em muito pouco cheiro de santidade.

O sr. Osorio de Vasconcellos: – Apoiado.

O Orador: – Mas, sr. presidente não posso admitir que as doutrinas racionalistas e ateístas tenham privilégios, que parecem conceder-lhes as honras de ensino semioficial. Seria até uma grave injustiça essa distinção entre opiniões que são irmãs gêmeas, porque, se o ateísmo nega a existência de Deus, o neocatolicismo renega as palavras de Cristo (*apoiados*); se o ateísmo suprime Deus, o catolicismo ultramontano faz mais, calunia-os (*apoiados*).

Mas, sr. presidente, o ateísmo e o racionalismo têm entre nós os mais singulares privilégios; os governos impedem a propaganda protestante, mandam fechar as casas onde essa propaganda se intenta, sem que ninguém por isso os acuse. O sr. Barros e Cunha acaba de mostrar que as leis nos consentem a livre comunicação do pensamento por palavra e por escrito, e prendem se ali a cada passo homens que vendem Bíblias protestantes!

Pois, sr. presidente eu, apesar de saber que efetivamente a lei não permite a venda dessas Bíblias, confesso que me incomoda, que me irrita este resto das antigas perseguições religiosas, perseguições dirigidas contra livros, que nada têm de certo de subversivo.

Mas sr. presidente, muitos ilustres deputados entendem que nas conferências se exercia o direito de reunião. Debaixo deste ponto de vista, eu, que respeito muito o honrado partido histórico, tinha já as minhas opiniões assentes em vista das ideias apresentadas por esse partido na *Gazeta do Povo*, que é o seu órgão na imprensa.

Dizia este jornal, quando se publicou a portaria de 26 de junho.

"Discute a imprensa política a portaria do Ministério do Reino, que proibiu as conferências do casino. Quanto a nós, este assunto, não vale a importância que se lhe tem atribuído."

Vozes: – Ouçam.

O Orador: – "O direito de reunião, sancionado nas nossas leis, carece de ser claramente regulamentado. Há, no tocante a este assunto, grandes lacunas que importa preencher. É preciso definir expressamente os casos em que as reuniões públicas podem ser dissolvidas, e a forma da execução das providencias governativas. Enquanto se não regular essa matéria, desejamos que os governos sejam

antes repreendidos por tolerantes e brandos, do que por severos e exageradamente escrupulosos."

É verdade que há uma atenuante. A *Gazeta do Povo*, de 3 de setembro, diz:

"O decreto com força de lei de 15 de junho de 1870 é expresso, determinando ampla liberdade de reunião".

Ora, qual das opiniões é a definitiva? A 29 de junho a *Gazeta do Povo* afirma que a lei de 15 de junho de 1870 não está claramente regulamentada; a 3 de setembro assevera que esse decreto com força de lei é lucido e expresso. (*Interrupção do sr. José Luciano de Castro.*)

Peço desculpa; o partido de que s. exa. é um dos mais dignos chefes, declarando que antes queria que o governo fosse tolerante e benévolo do que severo, reconheceu lhe por esse fato o direito de ser severo ou de ser tolerante. Se s. exa. me afiança que prefere que eu vá para a direita, antes do que para a esquerda, por esse fato me reconhece o direito de ir para a esquerda ou de ir para a direita (*apoiados*).

O sr. Santos e Silva: – Eu hei de trazer para aqui a *Revolução de Setembro*.

O Orador: – S. exa. falou em nome do partido histórico e assumiu, portanto, a responsabilidade das opiniões desse partido. S. exa. sabe quanto eu o prezo, quanto admiro o seu grande talento o as suas altas qualidades, mas se eu quisesse aproveitar esta vantagem acidental, podia lembrar que s. exa. disse no seu discurso que "a portaria que encerrou as conferências e a portaria de 1845 eram irmãs gêmeas"; ora, como o partido histórico julgava aquela pouco importante, eu podia dali deduzir que também não considerava muito importante a portaria nefasta que legalizava as violências eleitorais; mas não o faço, porque eu sei bem que o partido histórico é liberalíssimo, e que s. exa., é um dos homens mais liberais desta casa e deste país.

Permita-me também v. exa., sr. presidente, que eu faça algumas observações com referência aos ilustres deputados membros do partido reformista, que nesta casa atacaram com bastante veemência a portaria, que mandou fechar as conferências do casino. S. exa. apoiaram o ministério, em que tinha a pasta do Reino um cavalheiro tão ilustrado como era o sr. bispo de Vizeu, digno chefe desse partido, que se diz o mais avançado, e, contudo, o sr. bispo de Vizeu praticou um ato semelhante aquele, por cuja causa é hoje o sr. marquês de Ávila vigorosamente acusado.

Em fevereiro, do corrente ano findara a guerra entre a França e a Prússia. Caíra Paris depois de uma resistência heroica de quatro meses.

Aquela catástrofe tinha impressionado muito os espíritos da Europa, que haviam seguido até ali com a vida curiosidade as várias peripécias daquela luta. Representava se no teatro do Príncipe Real um drama intitulado o *Cerco de Paris*, em que suponho que era bastante exaltada a heroicidade da França.

O sr. bispo de Vizeu, receando que a representação daquela peça agitasse os ânimos e perturbasse a ordem pública, mandou fechar o teatro.

Oh! sr. presidente, pois o direito da manifestação do pensamento sob a forma dialogada é menos digno de respeito do que sob a forma de preleção?

O sr. bispo de Vizeu pôde então mandar fechar o teatro unicamente porque imaginou, suspeitou que haveria desordens... (*apoiados*).

Uma voz: – Já as tinha havido.

Vozes: – Lá estavam os tribunais.

O Orador: – Também nas conferências estava para as haver. Foram os próprios conferentes que assim o declararam, e eu tenho ideia que em fevereiro os jornais sustentaram que no Teatro não tinha havido cousa alguma. Em todo o caso, o sr. bispo de Vizeu mandou fechar as portas do Teatro, não pelas desordens que houvera, mas pelas que receou que sobreviessem depois; e o sr. marquês de Ávila, que sabia perfeitamente que estava para haver perturbação da ordem pública, como confessaram os próprios conferentes, e...

O sr. Thomas de Carvalho: – Não sabia que os conferentes tinham relações com o sr. marquês d'Ávila, para lhe confessarem que havia de haver desordem.

O Orador: – Perdão; sabiam-no os conferentes, e o governo sabia-o também.

Uma voz: – Então o governo sabia-o?

O Orador: – É claro que se os conferentes, contra quem se preparavam as desordens, tinham, contudo, conhecimento delas, não admira que o governo, com a polícia à sua disposição, estivesse igualmente informado; mas sabia o toda a gente; sabia-o eu até, tanto que preveni o conferente, de quem sou amigo, de que naturalmente teria que sofrer alguma cousa...

O sr. Osorio de Vasconcellos: – Queria livrá-lo do martírio.

(*Interrupção do sr. Thomás de Carvalho, que se não percebeu.*)

O Orador: — Se o ilustre deputado, o sr. Thomás de Carvalho, quer defender o sr. bispo de Vizeu, eu cedo-lhe já a palavra.

O sr. Thomás de Carvalho: – E porque não? Também v. exa. está defendendo o sr. marquês de Ávila.

O sr. Osório de Vasconcellos: – Rejeito o paralelo.

O sr. presidente: – Pedia ao sr. Thomás de Carvalho que não interrompesse, e ao orador que não dessa tanta atenção às interrupções.

O Orador: – Sr. presidente, a consideração e amizade, que tenho pelo sr. Thomás de Carvalho, levam-me a responder aos apartes, que s. exa. me dirige.

O sr. presidente: – A amizade do sr. deputado ao sr. Thomás de Carvalho não é motivo para que se infrinja o regimento. A amizade fica da mesma maneira.

Peço-lhe que tenha a bondade de evitar os diálogos.

O Orador: – Sr. presidente, permita v. exa. que eu insista ainda neste ponto.

O sr. bispo de Vizeu não fez o que os ilustres deputados reformistas, que tanto defendem a liberdade de pensamento, queriam que o governo fizesse: não o fez, e nem por isso eles deixaram de apoiar o ministro que tinha tomado esta medida preventiva.

Oh! sr. presidente, seria porque os pobres atores, que estavam demais a mais em deploráveis circunstâncias, para quem a receita do bilheteiro era a garantia única da subsistência do dia seguinte, seria porque os pobres atores não tinham voz eloquente que os defendesse no parlamento, penas doiradas com que escrevessem aos ministros cartas violentas? Seria ainda porque a peça, que se representava, era um pobre drama escrito em linguagem rude e chã, que defendia ideias generosas, mas que não preocupavam os espíritos, ao passo que as preleções do casino, feitas por estilistas distintos, e cavalheiros inteligentes, conquistavam rapidamente a voga e a atenção publicam?

É possível que aspira seja, mas nesse caso eu só tenho a lamentar que os direitos e as garantias dos cidadãos estejam assim à mercê dos caprichos da popularidade (*apoiados*).

Sr. presidente, eu tenho visto nesta questão que os ilustres deputados combatem unanimemente as ideias expostas pelos preletores do casino, concordam em que essas ideias são perigosas e altamente reacionárias; contudo dizem – isso não é conosco, é com o poder judicial; o poder executivo exorbitou, resolvendo questões que só aos tribunais competem.

Sr. presidente, sou novo na vida política, não posso apreciar bem talvez estas questões de competência, mas apresento a minha opinião tal qual é. O poder judicial, entendo eu, raciocina numa esfera muito alta, completamente independente de todas as circunstâncias políticas, que podem tornar um fato, que seja, no curso habitual da vida das nações, um fato legal, podem torná-lo, digo, perigoso e censurável.

As nações mais liberais, como vou mostrar, v. exa., não deixam de dar ao poder executivo em alguns casos uma certa latitude, impondo-lhe sempre gravíssima responsabilidade.

A responsabilidade deve ser gravíssima, repito, porque é uma questão muito seria a questão da garantia dos direitos individuais; mas o que não posso admitir é que nesses casos excepcionais o parlamento diga — não quero apreciar a questão, vá para o poder judicial.

(*Interrupção do sr. Mariano de Carvalho.*)

Eu vou dar um exemplo a v. exa.; não foi pelo menos assim que procedeu o parlamento inglês há pouco tempo.

Estava para haver um meeting em Dublin... (não sei se foi a este fato que se referiu o sr. Martens Ferrão); estava para haver um *meeting* em Dublin, para se pedir a soltura dos fenianos, o governo proibiu o *meeting*. Veio à Câmara dos Comuns a notícia do acontecimento, a Câmara não esteve de acordo com o governo; entendeu que ele não tinha razão para proibir o *meeting*; mas não lhe disse — vá para o poder judicial; e isto em Inglaterra, onde o poder judicial é mais forte do que em parte alguma. Tomou conhecimento, do fato, mandou uma comissão inquirir; e depois procedeu na conformidade da sua competência, e votou, segundo creio, uma moção de censura.

Ha um outro fato que eu deploro; e digo isto sem querer fazer censura alguma aos atos que se praticam nas outras nações, e é o que se deu há pouco tempo na Bélgica, acerca, da expulsão de Victor Hugo. Eu deploro este fato, repito.

O sr. Sant'Anna e Vasconcellos: – Apoiado.

O Orador: – Sejam quais forem os erros de Victor Hugo, lamento que o poeta, que é um dos grandes luminares deste século, vagueie proscrito e sem lar através das nações que tem deslumbrado com o seu gênio; mas em fim é um fato que se passou na Bélgica, onde se respeitam, mais do que em parte alguma, as fórmulas liberais. Ali não se mandou a questão para o poder judicial, o poder executivo é que tomou a decisão com a sua responsabilidade perante o parlamento.

O sr. Osorio de Vasconcellos: – Victor Hugo fora para lá conspirar.

O Orador: – Eu podia responder a s. exa. que, pelos trechos que o sr. Martens Ferrão nos leu, e em que se revelam as opiniões dos preletores acerca da nossa nacionalidade, a propaganda do casino era uma verdadeira conspiração contra a ideia de pátria; mas fui buscar este fato, não porque seja análogo aos das conferências, mas porque mostra como numa nação, onde não é uso postergarem-se as

fórmulas liberais, se dá, em casos excepcionalíssimos; e com a responsabilidade parlamentar, uma certa latitude à ação administrativa.

Repito, entendo que os direitos individuais que a Carta nos marcou devem ser altamente respeitados por todos os governos, e, quando as circunstâncias os obriguem a contrariar alguns desses direitos, a sua responsabilidade, perante o parlamento, é grave e altíssima.

Mas é necessário que a Câmara veja, debaixo destes simples fatos, uma questão importante, que agita atualmente a Europa; é necessário que perceba que nós temos de lutar agora contra a reação demagógica, como tivemos de lutar em outro tempo contra a reação ultramontana.

Nessa ocasião José Estevão, falando aqui sobre o assunto de liberdade de ensino, dizia:

"Que liberdade é esta! Pimpona e valentona é que a querem! Está a liberdade muito tranquila em sua casa, e vem a reação e diz lhe – venha cá para fora e vamos a ver quem vence!".

Agora podia ele pronunciar de novo estas palavras. Agora ele compreenderia que também, para salvar a liberdade, seria necessário impor à liberdade de propagando essa limitação temporária, ocasional e fortuita, em que falou o sr. Mendes Leal, e que é a única admissível nos países liberais.

O sr. presidente: – Lembro ao sr. deputado, que deu a hora; mas, se quer continuar por algum tempo, e se a Câmara acede a isso (*Vozes: – Fale, fale.*) pode continuar.

O Orador: – Tenho de seguir no resto do meu discurso uma ordem de ideias tão diversa da que segui até aqui, que prefiro pedir a v. exa. que me reserve a palavra para a sessão seguinte.

5.43 – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa* – Discurso do deputado Rodrigo de Freitas e aparte do deputado Pinheiro Chagas – 8 de setembro – n. 93, suplemento 093S2, p.689-693

Figura 5.66 – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 8 set., p.689

DIARIO DA CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS 689

lho da Ponte de Sor a applicar ao acabamento de uma ponte sobre o ribeiro de Valle de Boi, na estrada da villa das Galveias, e ao concerto de calçadas nas ruas das villas de Ponte de Sor e Galveias, a quantia que for necessaria, da de 1:500$000 réis, que existe no cofre da mesma camara, e que é destinada á construcção de estradas municipaes, em conformidade com a lei de 6 de junho de 1864.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala das sessões, 15 de setembro de 1871. = *João Gualberto de Barros e Cunha* = *Joaquim Pinto de Magalhães* = *Augusto Cesar Cau da Costa* = *Visconde de Montariol* = *Visconde de Moreira de Rey* = *Antonio Telles Pereira de Vasconcellos Pimentel* = *José Tiberio de Roboredo Sampaio e Mello*, relator. = Tem voto do sr. *Ignacio Francisco Silveira da Mota*.

Foi logo approvado.

O sr. **Presidente**: — Vae entrar em discussão o parecer n.º 12 sobre as eleições de Mirandella. Este parecer é longo; foi distribuido aos srs. deputados e de certo cada um d'elles tem conhecimento do seu conteúdo, e por isso não se lê.

O sr. **Saraiva de Carvalho**: — Ha quinze dias vieram a esta camara alguns documentos a respeito da eleição de Mirandella, que foram enviados para a mesa, e creio que remettidos á commissão de verificação de poderes já depois d'esta commissão ter dado o parecer que v. ex.ª declarou ia entrar em discussão. Ora como não ha ainda parecer sobre esses documentos, e como julgo que a camara não deseja prejudicar o direito de ninguem, pedia por isso o adiamento da discussão do parecer n.º 12 até que a commissão dê o seu parecer sobre os documentos a que me referi *(apoiados)*.

O sr. **Presidente**: — Queira o sr. deputado formular a sua proposta de adiamento; mas devo dizer-lhe que os documentos a que se referiu estiveram sobre a mesa para serem consultados pelos srs. deputados que o quizessem fazer.

O sr. **Saraiva de Carvalho**: — V. ex.ª tem a bondade de me dizer se a commissão os viu?

O sr. **Presidente**: — Creio que sim, como os viria qualquer sr. deputado, mas não posso affirma-lo.

O sr. **Saraiva de Carvalho**: — Bem. Sempre vou formular a minha proposta.

O sr. **Braamcamp**: — Tenho a honra de remetter para a mesa diversos documentos que me foram enviados a respeito d'esta eleição. É um negocio importante, mas á vista da proposta annunciada pelo sr. deputado Saraiva de Carvalho, a respeito dos documentos que apresentou, escuso de fazer uma moção igual á d'elle, e desde já declaro que me conformo com a moção apresentada por s. ex.ª para o adiamento d'esta discussão, ficando estes documentos sobre a mesa para toda a camara poder tomar conhecimento d'elles.

O sr. **Barros e Sá** *(por parte da commissão de verificação de poderes)*: — Visto que ha documentos novos que a commissão de verificação de poderes ainda não apreciou, entendo que seria conveniente que o parecer fosse adiado para segunda feira. Entretanto a commissão tomaria conhecimento dos documentos e daria o seu parecer por escripto se tiver occasião para isso, ou diria depois na camara verbalmente o que entendesse a este respeito.

Peço portanto a v. ex.ª que proponha á camara o adiamento d'esta discussão para segunda feira.

O sr. **Presidente**: — O sr. deputado Saraiva de Carvalho insiste no seu adiamento, ou aceita o adiamento indicado pelo sr. Barros e Sá por parte da commissão?

O sr. **Saraiva de Carvalho**: — Concordo com o alvitre apresentado pelo sr. Barros e Sá.

O sr. **Presidente**: — Então é escusado mandar o seu adiamento para a mesa, e proponho á camara se acceita o adiamento d'esta discussão para segunda feira, apresentado pelo sr. Barros e Sá por parte da commissão, em vista de se terem apresentado alguns documentos novos sobre esta eleição e ser conveniente que elles sejam consultados pela commissão e por todos os srs. deputados.

Consultada a camara, foi approvado o adiamento.

O sr. **Presidente**: — Tenho a informar a camara de que a commissão de redacção não fez alteração alguma aos projectos de lei n.ºs 28 e 29, approvados na sessão de hoje, auctorisando as camaras municipaes do Crato e de Ponte de Soure, a applicarem varias quantias ás obras publicas dos seus respectivos concelhos.

Vão ser mandados para a camara dos dignos pares.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

Continuação da discussão do projecto da lei de meios

O sr. **Presidente**: — Tem a palavra para continuar o seu discurso, interrompido na sessão antecedente, o sr. deputado por Paredes.

O sr. **Martens Ferrão**: — ... *(O sr. deputado não restituiu o seu discurso a tempo de ser publicado n'este logar.)*

O sr. **Lobo d'Avila**: — ... *(O sr. deputado não restituiu o seu discurso a tempo de ser publicado n'este logar.)*

O sr. **Silveira da Mota**: — Mando para a mesa um parecer da commissão de administração publica sobre um projecto de iniciativa do sr. deputado Francisco de Albuquerque.

O sr. **Presidente**: — A ordem do dia para segunda feira é a eleição da commissão de inquerito proposta pelo sr. Carlos Ribeiro; o projecto n.º 31 concedendo um convento á camara municipal de Faro; o projecto n.º 32, auctorisando a camara municipal do concelho de Melgaço a lançar um imposto sobre o sal; o projecto n.º 25 ácerca da correspondencia para as provincias ultramarinas; o projecto n.º 26, ácerca da navegação a vapor para mesmas provincias; o parecer sobre a eleição de Mirandella, e o parecer mandado agora para a mesa, se houver tempo.

A primeira parte da ordem do dia será a continuação da discussão da lei de meios, e na segunda parte os projectos que acabo de indicar.

Está levantada a sessão.

Eram cinco horas da tarde.

Discurso do sr. deputado Rodrigues de Freitas, proferido na sessão de 8 de setembro, e que devia ter sido publicado a pagina 565 d'este Diario

O sr. **Rodrigues de Freitas**: — A minha moção de ordem é a seguinte *(leu)*.

Esta discussão tem corrido larga, e sei que a camara está impaciente por ouvir uma das palavras mais auctorisadas d'esta casa, o sr. Barjona de Freitas; não gastarei pois muito tempo em fundamentar a minha proposta.

Limitar-me-hei a tratar das conferencias democraticas; a necessidade de ser breve me leva a não responder a uma parte do discurso ultimamente proferido n'esta casa pelo sr. Santos e Silva, e a me não occupar da estrada da Covilhã.

Entrando já na materia, examinarei o procedimento do governo em presença dos documentos officiaes aos discursos dos srs. Martens Ferrão e Pinheiro Chagas.

Conforme disse este ultimo orador, tambem entendo que ha duas questões a tratar: a legal e a social; mas a primeira é a unica onde o procedimento do governo tem de ser apreciado. Tememos os documentos officiaes para o conhecermos.

O commissario geral da policia, em um officio dirigido ao governo, diz o seguinte *(leu)*.

D'este documento consta portanto, que o prelector defendia a separação entre a religião e o ensino, reconsiderava incapaz e inhabil todo o corpo docente de Portugal; entendendo que as despezas feitas com o ensino não eram bem applicadas, por isso que os estabelecimentos de instrucção publica a pouco serviam.

Sinto que só depois de tão severamente censurado o pro-

Fonte: https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/093S2/1871-09-0

Figura 5.67 – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 8 set., p.690

690 DIARIO DA CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

fessorado portuguez, o governo se lembrasse de prohibir as conferencias; eu, que sou professor, não levo a mal a critica do ensino, e por mais malevola que ella seja, não a considero com força para tirar merito a quem o tiver, antes é possivel que seja um estimulo de progresso.

Sinto que o documento que serve de base ao procedimento do governo, que é a critica de uma prelecção, fosse elaborado pelo commissario de policia. Não julgo tal auctoridade como officialmente habilitada para este importante labor.

Ainda bem que outras palavras do officio provam que as conferencias não tinham perante o publico a importancia que o governo lhes quiz dar *(leu)*.

Aqui está a reprovação publica das doutrinas do prelector; e essa reprovação é maior e melhor garantia do que a arbitrariedade do governo. Outro periodo ha no mesmo officio que refuta uma das asserções do sr. Martens Ferrão, disse s. ex.ª que *massas populares* tinham assistido aquellas conferencias, o documento official diz-nos inteiramente o contrario *(leu)*.

Assistiram pois á prelecção cerca de cem pessoas, sendo o maior numero de estudantes dos cursos superiores; havia tambem um ou dois jornalistas e uma senhora; ora todos sabem que a sala comportava concorrencia muito maior.

Ainda mais, não iam ali operarios, o que prova contra aquelles que asseveram que as conferencias democraticas do casino eram echos da *internacional*, e destinadas a desvairar operarios.

(Aparte do sr. Pinheiro Chagas.)

Se o illustre deputado mostra um documento pelo qual prove que a sua asserção é fundada, eu a aceito já; porém s. ex.ª não tem provas de que os prelectores estavam filiados na *internacional*. Asserção d'esta ordem não a devia ter feito o ministerio, nem é rasoavel apresenta-la no parlamento, quando não ha base para ella.

Antes das conferencias democraticas, o casino servia a espectaculos, cuja *moralidade* todos conhecem.

Á conferencia assistiu uma senhora, áquelles espectaculos não poderia assistir. Ali, as canções indecorosas, os meneios lubricos, as mulheres trajadas de modo que não podiam apparecer n'uma sala, tudo convidava á cultura dos costumes. Isto se praticava liberrimamente!

As conferencias em que se expunham boas ou más doutrinas, estas incommodavam o governo, e para estas era necessaria a repressão! Como se as idéas podessem ser combatidas por outro processo que não a idéa, que não a rasão!

Mas o governo, depois de instruido pelo commissario de policia, e receber um officio do governador civil, dirigiu-se ao illustrado e respeitavel procurador geral da corôa, o sr. Martens Ferrão, pedindo-lhe o seu parecer.

Antes de continuar a analyse dos documentos officiaes, convem dizer que a critica malevola do professorado portuguez não principiou nas conferencias democraticas. As folhas catholicas de Portugal fallam contra a universidade de Coimbra com as mais injuriosas palavras, e dizem que ali não ha professores illustrados; asseveram que a universidade tem desmoralisado o povo portuguez, e preparado a perda da independencia nacional. Ainda mais, uma pastoral publicada pelo governador de um bispado, censurava a imprensa por ella defender a opinião do parlamento portuguez ácerca da censura previa das pastoraes; pois o governo que tinha admoestado em portaria o sr. patriarcha de Lisboa, não proferiu uma palavra contra aquelle governador, nem a voz eloquente de sr. Barjona de Freitas se levantou n'esta casa para interpellar o sr. ministro da justiça.

Essa pastoral correu publicada nos jornaes que pretendem descredita as instituições e a monarchia e que clamam constantemente contra a liberdade.

Estão no seu direito; não me levanto contra elles; não peço leis de repressão; note o procedimento do governo, que a uns tudo consente, e a outros impõe silencio. Não nego o direito de fallar; estou convencido de que as doutrinas que tem por si a rasão, não devem receiar as que não podem ter a seu favor senão o sophisma *(apoiados)*.

Continuo a analysar o procedimento do governo, podia parecer ao procurador geral da corôa, e, depois de o receber, publicou uma portaria na qual se lêem as seguintes palavras *(leu)*.

N'esta portaria não se cita uma unica lei portugueza, e não se cita, porque não se podia citar.

O illustre deputado o sr. Martens Ferrão, na qualidade de procurador geral da corôa, informou o governo com toda a lealdade e franqueza, como é proprio do seu caracter *(apoiados)*; e peço a s. ex.ª, que não tome uma só das minhas palavras como falta de respeito a s. ex.ª

Diz o parecer *(leu)*.

O que ao ministerio parece defeza, é resposta a um dos argumentos apresentados por s. ex.ª; o governo (disse o illustre orador) não usou do systema preventivo; reprimia os abusos de um curso publico.

Mas se o curso publico está comprehendido no decreto citado, a prohibição devia fazer-se aseguado as regras d'esse mesmo decreto e não conforme o arbitrio do governo.

Citou-se o decreto de 1870, o qual diz assim *(leu)*.

Em verdade se tem dito que no casino seria perturbada a ordem publica. Este argumento não colhe, porque havemos de apreciar os actos do governo em virtude das informações que teve ao pratica-los, e em presença dos documentos officiaes.

O sr. procurador geral da corôa sustentou e o sr. ministro do reino ordenou a prohibição, por causa das doutrinas que ali foram expendidas e não por suspeita de provavel desordem; as cartas posteriormente publicadas não valem os documentos officiaes.

O decreto de 1870 é bem claro *(leu)*.

Este acto não foi praticado. A prescripção legal foi violada; se o governo entendia que esta lei era má, devia apresentar á camara reforma d'ella.

Outras paginas da legislação portugueza não são menos para serem agora citadas. O codigo civil no seu artigo 570.º, diz *(leu)*.

Isto é, se alguem commetter crime por abuso da palavra, será devidamente punido; e o uso d'ella é permitido pelo § 3.º do artigo 145.º da carta constitucional.

Uma lei de 1866 é muita expressa. Foi proposta pelo sr. Barjona de Freitas, e s. ex.ª que terá de fallar hoje, de certo não negará que as conferencias estão comprehendidas no § 2.º do artigo 5.º da lei de 17 de maio de 1866, assim concebido *(leu)*.

E que os conferentes discutiam, provam-o suas prelecções ultimamente publicadas, e a propria analyse de uma d'ellas, feita pelo commissario de policia.

Esta é a questão legal. O illustre deputado, sr. Martens Ferrão, citou muitas leis estrangeiras, como se em Portugal não houvesse legislação que regulasse esta materia: S. ex.ª, fallou da lei franceza de 24 de junho de 1848, que dava aos prefeitos o direito de prohibir as reuniões. Falloir de um projecto de lei apresentado em Inglaterra por Pitt contra reuniões publicas, favoraveis á revolução franceza. Mas s. ex.ª lembrando taes factos, reconhecerá que são contraproducentes; se o ministro apresentava da camara tal proposição, entendia que o governo não tinha direito de praticar o que em Portugal se praticou.

O mesmo digo de referencia a Thiers; se ao estadista francez pareceu uma lei mais rigorosa contra associações como *Internacional*, o mesmo vale dizer que os governos não devem proceder arbitrariamente.

Foi citado um exemplo de 1860! Pois o governo, quando quiz executar a lei de 1870, devia tomar como argumento os factos anteriores a essa lei e o exemplo de ministros que não tinham de observa-la?!!

O sr. Martens Ferrão lembrou que o sr. Dias Ferreira (que referendou a lei de 1870) havia em 1868 prohibido uns comicios eleitoraes nos quaes se advogava a idéa de

Fonte: https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/093S2/1871-09-0

Figura 5.68 – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 8 set., p.691

DIARIO DA CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS 691

côrtes constituintes. Era (alem do que já disse) um caso completamente differente, porque as côrtes constituintes não podiam ser convocadas; o portanto n'aquella reunião se erguia um grito revolucionario.

Finalmente affirmou-se que em fevereiro de 1871 o sr. bispo de Vizeu prohibiu um espectaculo. Tambem é um facto completamente differente; e defendendo taes medidas, não é por especial encargo de minha posição politica, pois não pertenci á maioria dos referidos ministros.

Foi prohibido este espectaculo no tempo da guerra franco-prussiana, á qual o drama alludia; estavam em Lisboa muitos prussianos e francezes; a peça foi prohibida por bem da tranquillidade publica e não por causa das doutrinas; e nem os actores foram interdictos de continuarem representando ali ou n'outro theatro.

Sr. presidente, se os srs. Mártens Ferrão e Pinheiro Chagas não encontraram uma só razão plausivel para defeza dos actos do governo, é claro que são indefensaveis; comtudo eu creio que os ministros se não houveram de má fé, não violaram de proposito a lei, e unicamente se deixaram impressionar demasiadamente por boatos e pelas circumstancias especiaes da Europa; d'ahi vem o *bill* de indemnidade que proponho, e para cuja defeza bastaria o estado da sociedade européa; tal estado foi o argumento mais poderoso adduzido pelo sr. Pinheiro Chagas, que pretendia defender o governo! As suas razões bastam para provar a necessidade do *bill*.

Sr. presidente, senti que o sr. Mártens Ferrão proferisse n'esta casa uma phrase que deixeria se não conforma com as suas intenções.

S. ex.ª disse que para reformar a carta em todas as suas bases é necessario seguir por outros tramites que não os legaes.

Emquanto a mim, a carta póde ser legalmente reformada desde o primeiro até ao ultimo artigo. Se porventura eu entendesse o contrario, consideraria a carta como incentivo ás revoltas, em vez de ser o codigo das liberdades de todos os portuguezes.

Tambem disse s. ex.ª que nas conferencias do casino se fallava contra a nossa nacionalidade, e affirmou que a federação da peninsula advogada ali era uma das aspirações da *internacional*. Levou-a a esta affirmativa a ler a palavra *federação* n'um opusculo que tratava da communa.

Permitta-me s. ex.ª dizer que a palavra federação tem na historia da internacional um sentido muito differente da federação entre as nações.

Em Paris, por exemplo, havia uma federação de diversas secções da internacional; federações podem pois existir dentro de uma só cidade; assim, advogar a republica federal não é fallar em nome da *internacional*.

E a federação peninsular tem sido o sonho querido de muitos homens illustres, de cuja opinião totalmente discordo, mas as quaes respeito; o sr. Casal Ribeiro a defendeu outr'ora, e comtudo s. ex.ª amava a sua patria, e não estava filiado em sociedades precursoras da *internacional*.

E se me refiro ao sr. Casal Ribeiro, não é para me associar aos que injuriam todos que em verdes annos defenderam uma idéa, que mais tarde abandonaram e combateram.

Comprehendo a sinceridade da mudança de opiniões; sei que tal mudança é muitas vezes um progresso, e por isso uma honra.

O socialismo, contra o qual somos quantos sobre esta materia havemos fallado, já teve por discipulo distincto Michel Chevalier, hoje citado como um dos primeiros economistas da Europa. Eis ahi uma honrosa mudança.

Sr. presidente, emquanto ao systema preventivo empregado contra os portuguezes, que prégam a extincção da propria nacionalidade, sómente digo, que não acredito na efficacia d'elle. Ou o sentimento do amor da patria está de tal maneira decadente, que as prédicas adversas á independencia são consequencia de calamitosa e vergonhosa opinião geral, e todos os esforços da auctoridade se quebram contra ella; ou então o amor da patria vive forte no coração dos portuguezes, e n'essa fortaleza de nobre sentimento está o systema preventivo, e está o systema repressivo natural *(apoiados)*.

Referir-me-hei, em breves palavras, ao discurso do meu illustre amigo o sr. Pinheiro Chagas. Senti que o auctor da *Judia* (que é uma das melhores obras de s. ex.ª, e na qual fez a critica severa de um reinado lugubre, defendendo a liberdade de consciencia), senti que o auctor de algumas paginas brilhantes, escriptas em folha portugueza, contra uma monarchia estrangeira, fosse quem se levantasse contra a liberdade da palavra!

Seguindo os argumentos do sr. Mártens Ferrão, o sr. Pinheiro Chagas demorou-se em mencionar a prohibição de um espectaculo em fevereiro de 1871. D'isto fallei já; e agora acrescento (para melhor significar a falta de analogia), que n'esse tempo havia toda a liberdade, e que só graves razões, e até o receio de desordens, que podia produzir questão internacional, impulsaram o governo áquella prohibição.

Nem era prohibido discorrer publicamente ácerca da Allemanha e da França. No mesmo theatro e na mesma noite, os espectadores podiam ouvir o *Gladiador de Ravenna*, em que Thusnelda exaltava a Germania livre e una; e em seguida a poesia de um dos nossos melhores escriptores, advogando idéas contrarias.

O que o sr. Pinheiro Chagas affirmou ácerca da superioridade do poder judiciario parecia reduzir esse poder a não trabalhar; o que affirmou dos parlamentos, que julgavam os governos, em vez de mandarem taes questões ao poder judiciario, não podia ser senão um lapso a que é desnecessario responder.

Sr. presidente, resta-me fallar da questão social, é muito vasta; mas não posso deixar de ser breve.

Durante alguns annos tenho regido uma cadeira de economia politica; este facto manifesta que sou contra o socialismo, e o communismo: eu o sou, não por ser professor official, mas por convicção.

Comprehendo a differença entre o socialismo hodierno e o de outr'ora. O socialismo de hoje falla da descentralisação, brada contra os privilegios, e diz ao operario que é pelo seu proprio esforço que deve elevar-se e manter-se; estas doutrinas são da escola liberal; não foi a escola socialista que enriqueceu com ellas a sciencia, antes foram os que a combaterem; mas o socialismo é contradictorio; e ainda na actualidade pretende terriveis privilegios.

Assim é que, examinando os actos officiaes da communa parisiense, vejo entre elles os decretos sobre a suppressão dos jornaes, prohibição do trabalho nocturno, prohibição de impor multas aos operarios e empregados de emprezas industriaes, e até uma doutrina financeira, segundo a qual o imposto não deve ser lançado sobre os individuos que não tenham predios, ou possuam unicamente uma casa ó um jardim, e deve seu principal peso cair sobre os ricaços *(richards)*. Estas doutrinas são altamente oppostas aos interesses dos operarios.

A prohibição do trabalho nocturno póde tirar a muitos trabalhadores os meios de subsistencia *(apoiados)*.

A suppressão dos jornaes não póde ser apoiada por nenhum homem liberal *(apoiados)*, e é contra a industria typographica e tantas outras.

A prohibição de impor multas aos operarios e empregados de emprezas seria a condemnação dos homens laboriosos, que cumprem com probidade as suas obrigações *(apoiados)*.

A doutrina financeira, segundo a qual o imposto tem de recair sómente sobre os *ricaços* de propriedade territorial, é verdadeiramente pueril; nem attende ás diversas manifestações da riqueza, nem parece conhecer a refutação da doutrina dos physiocratas.

Tal theoria não póde ser advogada pelos homens que comprehendem a verdadeira igualdade *(apoiados)*.

Fonte: https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/093S2/1871-09-0

Figura 5.69 – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 8 set. p.692

692 DIARIO DACAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

Alem d'isso a communa entendia que a destruição da columna Vendome e da casa do sr. Thiers eram actos que levantavam a fama d'aquelle governo, emquanto que os homens sensatos e liberaes entendem que eram de completa barbaridade *(muitos apoiados)*.

Examinemos agora os actos da *internacional*. Recorramos a documentos insuspeitos.

No congresso de Genebra de 3 de setembro de 1868 diziam os representantes da *internacional (leu)*.

O congresso declarou que a sociedade tem direito de abolir a propriedade territorial. Esta doutrina foi tambem declarada pelo congresso de Bruxellas, em 3 de setembro de 1868, que dizia o seguinte *(leu)*.

Theorias antigas que estão refutadas pelos principios mais rudimentares da economia politica.

É certo que distinctos professores, quando viram a Inglaterra soffrer pouco depois da introducção de importantes machinas, principalmente na industria algodoeira, entenderam que ellas eram nocivas ao operario; mas a demonstração do contrario está amplamente feita, e foi de certo Bastiat quem a este respeito melhor escreveu.

Até um operario disse, n'um inquerito feito na Inglaterra, que embora tivesse soffrido por causa da introducção de certas machinas, reconhecia quanto eram vantajosas, porque machina era tudo que, alem das proprias mãos, auxiliava o homem no trabalho.

Muitas doutrinas da *internacional* são completamente erroneas e representam principalmente a ignorancia lastimavel, mas não condemnavel, de muitos individuos *(apoiados)*.

Sr. presidente, comprehendo que devemos pensar sobre o modo de oppor o maior obstaculo á propagação d'essas doutrinas *(apoiados)*. Qual é porém o melhor modo de obstarmos á sua propagação?

Podemos reprimir ou discutir, podemos usar da razão ou das armas; é ao debate, é á luta do pensamento que entrego a cura do mal que a sociedade soffre.

Eu entendo que o erro desempenha importante papel na sociedade. Assim como quando os governos não têem na camara opposição vigorosa, de ordinario adormecem, não trabalham, não caminham; da mesma sorte quando na sociedade em geral não ha luta incessante entre as idéas, a decadencia é uma consequencia fatal.

Deixemos ao erro o direito de se manifestar, deixemos aos que soffrem a miseria do espirito o direito de pedirem a esmola espiritual; é até possivel que esteja a opulencia onde os homens cuidam viver a pobreza; as sciencias, em geral, não estão tão perfeitas que possam dispensar a incessante verificação por meio de debate; e pelo que respeita a principios claros e bem assentes, respondamos com elles aos que ignorarem, mas permittamos que a ignorancia se manifeste para termos o prazer de soccorre-la.

Na propria sciencia economica ha largas controversias; e é só da mais livre discussão que podem resultar aperfeiçoamentos de tão util ramo dos conhecimentos humanos.

Precisâmos ser impressionados por muitos phenomenos para ir descobrindo as leis que regem a sociedade. Examinâmos uma serie d'ellas; formulâmos certas leis; mas a estas succedem outras mais importantes, porque novos factos nos instruiram.

Se um astronomo, collocado fóra do nosso systema planetario, observasse os primeiros movimentos da nebulosa que deu logar á formação d'elle, de certo não descobriria ahi as leis de Kepler, e toda a mechanica celeste; e comtudo uma vista superior, o olhar divino, ahi veria movimentos dos quaes resultariam necessariamente aquellas leis; assim, na sociedade humana, massa intellectual que se organisa, que se ordena, falta muito para sabermos todas as leis dos nossos movimentos; falta muito para a perfeição das sciencias sociaes. Stuart Mill, n'um trabalho ácerca da philosophia positiva, diz com profundo bom senso que talvez a lei da offerta e da procura venha a ser substituida por outra mais vasta.

Quem sabe se essa futura lei, permitta-se-me dize-lo, unirá com o mesmo vinculo os phenomenos moraes e os economicos?

Discutamos pois com franqueza, por utilidade geral.

Quando uma crença se impõe (e refiro-me tanto ás doutrinas religiosas como ás economicas), em vez de progredir, decáe; acontece-lhe como aos instrumentos que, por não trabalharem, se oxydam; o pensamento que foge á luta e quer ser despota, é condemnado a não florescer.

Assim é que nas sociedades onde por exemplo ha liberdade de cultos, o progresso é mais rapido, o sentimento religioso mais puro.

E a questão religiosa não vem fóra de proposito, quando se trata do soffrimento dos operarios aos que padecem, mais necessario é terem profundas crenças.

Não ha sentimento mais nobre do que o religioso; mas se elle pretende impor-se, não attrahe, e de ordinario gera a indifferença, quando não contribue indirectamente para grandes erros, porque tolhe as manifestações do espirito que podem ser indispensaveis para que o homem chegue, emfim, á verdade.

Demais, o systema preventivo, não raro estorva a propagação de boas doutrinas, e leva os fautores das que são nocivas a procurarem nas trevas a melhor protecção e o mais efficaz recurso para obterem sequazes.

Com esta opinião se conformam aquelles mesmos que mais se oppõem ás doutrinas da *internacional*. Eis o que diz um dos redactores do *Journal des débats*, que ha pouco escreveu a historia d'essa sociedade *(leu)*.

O sr. Pinheiro Chagas disse, que é exactamente quando ha republica que os communistas se levantam, para quererem estabelecer o seu reinado; e como prova referiu as occorrencias da revolução do seculo passado, da revolução de 1848 e da de 1870; mas s. ex.ª deve ler n'esses factos a longa prova de que a repressão tem produzido as maiores calamidades; é depois de leis violentas que os maiores abalos sociaes são determinados; só a liberdade garantiria, quanto possivel, o progresso regular, que nasce do incessante trabalho, da perseverante luta material e moral.

Outra opinião do auctor que citei, e que vem de molde para este debate, é a seguinte *(leu)*.

Sr. presidente, provemos praticamente que somos contra o communismo, façamos desapparecer do estado todo o principio de communismo que existe n'elle *(apoiados)*.

Não illudamos a industria e a agricultura, dando-lhes como protectoras umas leis que, na realidade, servem sómente de obstaculo ao seu desenvolvimento. Acabemos com a centralisação administrativa, que é a espoliação das provincias. Não subsidiemos os theatros, porque taes subsidios são o beneficio a poucos em prejuizo de muitos. Deixemos de ter por conta do estado alguns estabelecimentos que bem podem ser de industria particular. Extingamos privilegios bancarios, os quaes, principalmente os da companhia do credito predial e do banco de Portugal, impedem os progressos do credito mercantil e agricola, e representam a offensa dos direitos de quantos pretendem organisar estabelecimentos analogos.

Sejamos, emfim, justos, porque só combatendo toda a espoliação, combateremos toda a fórma de communismo ou de socialismo.

Assim não mostremos que a justiça portugueza é tal que depois de uma revolta, os auctores d'ella, aquelles que figuraram no ataque ao palacio real, são promovidos, violando-se os direitos de todos aquelles que, como militares, honraram a sua farda e a sua patria *(apoiados)*.

Acontece tambem uma ou outra vez que os empregos são dados por empenhos, e se fazem estradas unicamente para arranjar votos *(apoiados)*; acontece que os governos, tendo noticia d'este facto por documentos officiaes, não duvidam expulsar um collega para que a estrada seja principiada illegalmente, e obtida a victoria eleitoral.

Nem as mercês regias escaparam á invasão da injustiça;

Fonte: https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/093S2/1871-09-0

Figura 5.70 – *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 8 set., p.693

DIARIO DA CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS 693

converteram-as em recurso financeiro; de sorte que muitas vezes ficam sendo verdadeiras *graças*.

Citando taes factos, creio ter provado que o communismo existe dentro do nosso estado com manifestações de injustiça e de immoralidade.

Principiemos por ser justos; só depois teremos direito de usar da força para reprimir qualquer excesso d'aquelles que atacarem a justiça e a liberdade.

O desejo que a camara tem de ouvir o sr. Barjona de Freitas, e a necessidade de concluir esta discussão (que tem sido larga, mas cuja largueza foi necessaria), obrigame a não entrar em outras considerações, e mesmo a não mandar para a mesa uma proposta que podia complicar o debate.

Eu vou ler a proposta, declarando comtudo que não a mando agora para a mesa, e me reservo para a apresentar quando se tratar da interpellação ácerca da estrada da Covilhã.

A moção diz o seguinte:

«A camara, attendendo a que os documentos ácerca da estrada da Guarda a Castello Branco, mostram que o actual ministerio pretendeu influir de modo criminoso na eleição da Covilhã, e com o intuito de obter votos apressou o começo das obras n'aquella cidade, decreta (em conformidade com os artigos 37.º e 103.º da carta constitucional), que tem logar a accusação dos ministros.»

Hei de mandal-a para a mesa, se ainda na segunda feira for tempo de se discutir esta questão.

E leio-a agora unicamente para indicar a rasão de ter ha dias proposto como questão previa a da Covilhã; entendendo eu que ha fortes rasões para accusar o governo, devia propor que a tratassemos antes de votarmos a resposta ao discurso da corôa.

Resumindo, digo que, na minha opinião, o governo não cumpria o seu dever, mas não sei que procedesse de modo que mostrasse vontade deliberada de calcar as leis, e portanto devemos absolve-lo do erro que praticou. *(Vozes:* — Muito bem.) Não sou communista, nem socialista; comprehendo comtudo a differença que ha entre o communismo e o socialismo, e o que ha entre o socialismo moderno e o socialismo passado. Que julgando grave a questão social, e conhecendo a necessidade de diffundir boas doutrinas, sou por isso mesmo, favoravel á livre discussão, e contrario ao systema preventivo, que tantas vezes tolhe o bem e fomenta o mal *(apoiados)*.

Vozes: — Muito bem, muito bem.

(O orador foi comprimentado por muitos srs. deputados.)

Discurso do sr. deputado Rodrigues de Freitas, pronunciado na sessão de 15 do corrente, e que devêra publicar-se a pag. 669 do Diario da camara.

O sr. **Rodrigues de Freitas**: — Pedi a palavra para chamar a attenção do governo sobre alguns negocios importantes.

O primeiro é o dos direitos sobre a importação dos cereaes e farinhas estrangeiras. Os decretos que a regulam ainda não foram approvados pelo parlamento, e um d'elles, que concerne a farinhas, oppõe-se á opinião de um dos membros do actual gabinete.

Desejo que o sr. ministro das obras publicas, depois de attender a esta parte do nosso commercio, apresente á camara uma proposta digna de s. ex.ª

Chamo tambem a sua solicitude para a indesculpavel demora na construcção da ponte sobre o Douro; a cidade do Porto em particular, e o paiz em geral, estão sendo assás prejudicados pelo não cumprimento do contrato com a empreza dos caminhos de ferro do norte e leste.

Não pretendo uma resposta immediata do illustre ministro das obras publicas. Sua competencia é reconhecida, não menos que sua probidade. Limito-me a lembrar-lhe a necessidade de pôr termo a tal e tão lastimavel illegalidade.

Peço ao sr. ministro da fazenda que mande a esta camara, logo que for possivel, nota dos titulos de divida fluctuante emittidos em differentes mercados. Já no tempo do antecessor de s. ex.ª fiz um requerimento a este respeito, mas não vieram á camara os esclarecimentos pedidos.

Parece-me que a publicidade é um grande elemento de credito; ella tira a incerteza a respeito de factos importantes; e quando a incerteza se dê, os menos fundados boatos podem ser acreditados, e com isto perder muito o nosso thesouro.

Um boato que ultimamente circulou, e este não deixa de ter fundamento, é que na cidade do Porto foi contrahido um emprestimo a juro de 7 por cento, 1 por cento de commissão; e penhor de inscripções a 21; ignoro o praso das letras; se foram a tres mezes, por exemplo, é evidente que o emprestimo subiu a 12 por cento! É possivel que não haja exactidão n'isto...

O sr. **Carlos Bento**: — Apoiado.

O **Orador**: — O sr. ex-ministro da fazenda acaba de apoiar a minha asserção e eu estimo que effectivamente não seja exacto o que se diz a este respeito; mas peço ao sr. ministro da fazenda que na proxima sessão traga á camara todos os elementos que podem levar-nos a julgar, com clareza e com fundamento, o estado da divida fluctuante.

Chamo tambem a attenção do sr. ministro da fazenda ácerca de uma proposta de lei apresentada pelo seu antecessor o sr. Carlos Bento, sobre a liquidação das contas dos responsaveis para com a fazenda, anteriores a 1859. Ha muitas contas que não se podem legalmente liquidar, porque, em virtude dos regulamentos de contabilidade, não necessarios documentos que os responsaveis não podiam arranjar.

Peço, pois, ao sr. ministro da fazenda que, se tiver por conveniente aquelle projecto, o apresente á camara na primeira sessão, depois de feitas as alterações que s. ex.ª julgar necessarias.

Chamo tambem a attenção de s. ex.ª para o modo de cobrar o imposto de licença, auctorisado, se bem me recordo, pela lei de 1 de setembro de 1869. Têem vindo a esta camara representações de diversas terras sobre o modo por que este imposto é exigido.

Os contribuintes não se negam a pagar a importancia d'elle, mas desejam que a cobrança seja mais facil. Por exemplo, póde reunir-se a sua importancia á contribuição industrial e, d'este modo, o thesouro nada perde e o contribuinte fica alliviado de vexames que muitas vezes soffre.

Chamo finalmente a attenção do sr. ministro do reino para diversas correspondencias, publicadas em folhas lisbonenses; referem-se á prisão de um individuo vindo do Brazil, o qual foi preso sem se attender ás expressas disposições da convenção entre Portugal e o Brazil, segundo affirmam essas correspondencias. Esse individuo é accusado de grave crime, e eu nada sei a este respeito; apenas repito o que vem nos jornaes.

Ha poucos dias que o sr. conselheiro Rodrigues Sampaio é ministro do reino; é provavel que s. ex.ª não conheça o estado d'este negocio; mas segundo deprehendo das correspondencias a que me referi, é grave, e peço a s. ex.ª que lhe dê attenção que merece.

Outras observações teria a fazer, se não soubesse que a camara deseja entrar quanto antes na ordem do dia.

Fonte: https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/093S2/1871-09-0

Discurso do sr. deputado Rodrigues de Freitas, preferido na sessão de 8 de setembro, e que devia ter sido publicado a página 565 deste *Diário*.

O sr. Rodrigo de Freitas: – A minha moção de ordem é a seguinte (*leu).*

Esta discussão tem corrido larga e sei que a Câmara está impaciente por ouvir uma das palavras mais autorizadas desta casa, o sr. Barjona de Freitas; não gastarei, pois, muito tempo em fundamentar a minha proposta.

Limitar-me-ei a tratar das conferências democrática; a necessidade de ser breve me leva a não responder a uma parte do discurso ultimamente proferido nesta casa pelo sr. Santos e Silva, e a me ocupar da estrada da Covilhã.

Entrando já na matéria, examinarei o procedimento do governo em presença dos documentos oficiais aos discursos dos srs. Mártens Ferrão e Pinheiro Chagas.

Conforme disse este último orador, também entendo que há duas questões a tratar: a legal e a social; mas a primeira é a única onde o procedimento do governo tem de ser apreciado. Tomemos os documentos oficiais para o conhecermos.

O comissário geral de polícia, em um ofício dirigido ao governo, diz o seguinte (*leu*).

Deste documento consta, portanto, que o preletor defendia a separação entre a religião e o ensino, e considerava incapaz e inábil todo o corpo docente de Portugal; entendendo que as despesas feitas com o ensino não eram bem aplicadas, por isso que os estabelecimentos de instrução pública a pouco serviam.

Sinto que só depois de tão severamente censurado o professorado português, o governo se lembrasse de proibir as conferências; eu, que sou professor, não levo a mal a crítica do ensino, e por mais malévola que ela seja, não a considero com força para tirar o mérito a quem o tiver, antes é possível que seja um estímulo de progresso.

Sinto que o documento que serve de base ao procedimento do governo, que é a crítica de uma preleção, fosse elaborado pelo comissário de polícia. Não julgo tal autoridade como oficialmente habilitada para este importante labor.

Ainda bem que outras palavras do ofício provam que as conferências não tinham perante o público a importância que o governo lhe quis dar (*leu*).

Aqui está a reprovação publicadas doutrinas do preletor; e essa reprovação é maior e melhor garantia do que a arbitrariedade do governo. Outro período há no mesmo oficio que refuta uma das asserções do sr. Mártens Ferrão, disse s. exa. que *massas populares* tinham assistido aquelas conferências, o documento oficial diz nos inteiramente o contrário (*leu*).

Assistiram, pois, a preleção cerca de cem pessoas, sendo o maior número de estudantes dos cursos superiores; havia também um ou dois jornalistas e uma senhora; ora todos sabem que a sala comportava concorrência muito maior.

Ainda mais, não iam ali operários, o que prova contra aqueles que asseveram que as Conferências Democráticas do Casino eram ecos da Internacional, e destinadas a desvairar operários.

(*Aparte do sr. Pinheiro Chagas*.)

Se o ilustre deputado mostra um documento pelo qual prove que a sua asserção é fundada, eu a aceito já; porém s. exa. não tem provas de que os preletores estavam filiados na *Internacional*. Asserção desta ordem não a devia ter feito o ministério, nem é razoável apresentá-la no parlamento, quando não há base para ela.

Antes das conferências do cassino democráticas, o cassino servia a espetáculos, cuja *moralidade* todos conhecem.

A conferência assistiu uma senhora, aqueles espetáculos não poderiam assistir. Ali, as canções indecorosas, os meneios lúbricos, as mulheres trajadas de modo que não podiam aparecer numa sala, tudo convidava à cultura dos costumes. Isto se praticava liberrimamente!

As conferências em que se expunham boas ou más doutrinas, estas incomodavam o governo, e para estas era necessária repressão! Como se as ideias pudessem ser combatidas por outro processo que não a ideia, que não a razão!

Mas o governo, depois de instruído pelo comissário de polícia, e receber um ofício do governador civil, dirigiu-se ao ilustrado e respeitável procurador geral da Coroa, o sr. Mártens Ferrão, pedindo-lhe o seu parecer.

Antes de continuar a analise dos documentos oficiais, convém dizer que a crítica malévola do professorado português não principiou nas Conferências Democráticas. As folhas católicas de Portugal falam contra a universidade de Coimbra com as mais injuriosas palavras, e dizem que ali não há professores ilustrados; asseveram que a universidade tem desmoralizado o povo português, e preparado a perda da independência nacional. Ainda mais, uma pastoral publicada pelo governo de um bispado, censurava a imprensa por ela defender a opinião do parlamento português a cerca da censura previa das pastorais; pois o governo que tinha admoestado em portaria o sr. patriarca de Lisboa, não proferiu uma palavra contra aquele governador, Barjona de Freitas se levantou nesta casa para interpelar o sr. ministro da Justiça.

Essa pastoral correu publicada nos jornais que pretendem desacreditar as instituições e a monarquia e que clamam constantemente contra a liberdade.

Estão no seu direito; não me levanto contra eles; não peço leis de repressão; note o procedimento do governo, que a uns tudo consente, e a outro impõe silencio. Não nego o direito de falar; estou convencido de que as doutrinas que tem por si a razão, não devem recear as que não podem ter a seu favor senão o sofisma (*apoiados*).

Continuo a analisar o procedimento do governo, pediu parecer ao procurador geral da Coroa, e, depois de o receber, publicou uma portaria na qual se leem as seguintes palavras (*leu)*.

Nesta portaria não se cita uma única lei portuguesa; e não se cita, porque não se podia citar.

O ilustre deputado o sr. M**á**rtens Ferrão, na qualidade de procurador geral da Coroa, informou o governo com toda a lealdade e a franqueza, como é próprio do seu caráter (*apoiados*); e peço a s. exa., que não tome uma só das minhas palavras como falta de respeito a s. exa.

Diz o parecer (*leu*).

O que ao ministério parece defesa, é resposta a um dos argumentos apresentados por s. exa.; o governo (disse o ilustre orador) não usou do sistema preventivo; reprimiu os abusos de um curso público.

Mas se o curso público está compreendido no decreto citado, a proibição devia fazer-se segundo as eras desse mesmo decreto e não conforme o arbítrio do governo.

Citou-se o decreto de 1870, o qual diz assim (*leu*).

Em verdade se tem dito que no casino seria perturbada a ordem pública. Este argumento não colhe, porque havemos de apreciar os atos do governo em virtude das informações que teve ao praticá-los e em presença dos documentos oficiais.

O sr. procurador geral da Coroa sustentou e o sr. ministro do Reino ordenou a proibição, por causa das doutrinas que ali foram expendidas e não por suspeita de provável desordem; as cartas posteriormente publicadas não valem os documentos oficiais.

O decreto de 1870 é bem claro (*leu*).

Este ato não foi praticado. A prescrição legal foi violada; se o governo entendia que esta lei era má, devia apresentar à C**âmara reforma dela.**

Outras páginas da legislação portuguesa não são menos para serem agora citadas. O C**ódigo** Civil no seu artigo 570, diz (*leu*).

Isto é, se alguém cometer crime por abuso de palavra, será devidamente punido; e o uso dela é permitido pelo §3º do artigo 145 da Carta Constitucional.

Uma lei de 1866 é muito expressa. Foi proposta pelo sr. Barjona de Freitas, e s. exa. que terá que falar hoje, de certo não negará que as conferências estão compreendidas no §2º do artigo 5º da lei de 17 de maio de 1866, assim concebido (*leu*).

E que os conferentes discutiam, prova-o suas preleções ultimamente publicadas, e a própria análise de uma delas, feita pelo comissário de polícia.

Esta é a questão legal. O ilustre deputado, sr. M**á**rtens Ferrão, citou muitas leis estrangeiras, como se em Portugal não houvesse legislação que regulasse esta matéria. S. exa., falou da lei francesa de junho de 1848, que dava aos prefeitos o direito de proibir as reuniões. Falou de um projeto de lei apresentado na Inglaterra por Pitt contra as reuniões públicas, favoráveis à Revolução Francesa. Mas s. exa. lembrando tais fatos, reconhecerá que são contraproducentes; se o ministro apresentava às câmaras tal proposição, entendia que o governo não tinha direito de praticar o que em Portugal se praticou.

O mesmo digo de referência a Thiers; se ao estadista francês pareceu uma lei mais rigorosa contra associações como *Internacional,* o mesmo vale dizer que os governos não devem proceder, arbitrariamente.

Foi citado um exemplo de 1860! Pois o governo, quando quis executar a lei de 1870, devia tomar como argumento os fatos anteriores a essa lei e o exemplo de ministros que não tinham de observá-la?!!

O sr. M**á**rtens Ferrão lembrou que o sr. Dias Ferreira (que referendou a lei de 1870) havia em 1868 proibido uns comícios eleitorais nos quais se advogava a ideia de cortes constituintes. Era (além do que já disse) um caso completamente diferente, porque as cortes constituintes não podiam ser convocadas; e, portanto, naquela reunião se erguia um grito revolucionário.

Finalmente afirmou-se que em fevereiro de 1871 o sr. bispo de Vizeu proibiu um espetáculo. Também é um fato completamente diferente; e defendendo tais medidas, não é por especial encargo de minha posição política, pois não pertenci a maioria dos referidos ministros.

Foi proibido este espetáculo no tempo da Guerra Franco-Prussiana, a qual o drama aludia; estavam em Lisboa muitos prussianos e franceses; a peça foi proibida por bem da tranquilidade publica e não por causa das doutrinas; e nem os atores foram interditos de continuarem representado ali ou noutro teatro.

Sr. presidente, se os srs. M**á**rtens Ferrão e Pinheiro Chagas não encontraram uma só razão plausível para defesa dos atos do governo, é claro que são indefensáveis; contudo eu creio que os ministros se não houveram de má-fé, não violaram de propósito a lei, e unicamente se deixaram impressionar demasiadamente por

boatos e pelas circunstâncias especiais da Europa; daí vem o *bill* de indenidade que proponho, e para cuja defesa bastaria o estado da sociedade europeia; tal estado foi o argumento mais poderoso aduzido pelo sr. Pinheiro Chagas, que pretendia defender o governo! As suas razões bastam para provar a necessidade do *bill*.

Sr. presidente, senti que o sr. Mártens Ferrão proferisse nesta casa uma frase que decerto se não conforma com as suas intenções.

S. exa. disse que para reformar a Carta em todas as suas bases é necessário seguir por outros tramites que não os legais.

Enquanto a mim, a Carta pode ser legalmente reformada desde o primeiro até ao último artigo. Se porventura eu entendesse o contrário, consideraria a Carta como incentivo às revoltas, em vez de ser o código das liberdades de todos os portugueses.

Também disse s. exa. que nas conferências do cassino se falava contra a nossa nacionalidade, e afirmou que a federação da península advogava ali, era uma das aspirações da *Internacional*. Levou-a a esta afirmativa a ler a palavra *federação* num opúsculo que tratava da Comuna.

Permita-me s. exa. dizer que a palavra federação tem na história da Internacional um sentido muito diferente da federação entre as nações.

Em Paris, por exemplo, havia uma federação de diversas seções da Internacional; federações podem, pois, existir dentro de uma só cidade; assim, advogar a república federal não é falar em nome da Internacional.

E a federação peninsular tem sido o sonho querido de muitos homens ilustres, de cuja opinião totalmente discordo, mas as quais respeito; o sr. Casal Ribeiro a defendeu outrora, e, contudo, s. exa. amava a sua pátria, e não estava filiado em sociedades precursoras da *Internacional*.

E se me refiro ao sr. Casal Ribeiro, não é para me as sociar aos que injuriam todos que em verdes anos defenderam uma ideia, que mais tarde abandonaram e combateram.

Compreendo a sinceridade da mudança de opiniões; sei que tal mudança é muitas vezes um progresso, e por isso uma honra.

O socialismo, contra o qual somos quantos sobre esta matéria havemos falado, já teve por discípulo distinto Michel Chevalier, hoje citado como um dos primeiros economistas da Europa. Eis aí uma honrosa mudança.

Sr. presidente, enquanto ao sistema preventivo empregado contra os portugueses, que pregam a extinção da própria nacionalidade, somente digo, que não acredito na eficácia dele. Ou o sentimento do amor da pátria está do de tal

maneira decadente, que as prédicas adversas **à** independência são consequência de calamitosa e vergonhosa opinião geral, e todos os esforços da autoridade se quebram contra ela; ou então o amor da pátria vive forte no coração dos portugueses, e nessa fortaleza de nobre sentimento está o sistema preventivo, e está o sistema repressivo natural (*apoiados*).

Referir-me-ei, em breves palavras, ao discurso do meu ilustre amigo o sr. Pinheiro Chagas. Senti que o autor da *Judia* (que é uma das melhores obras de s. exa., e na qual fez a crítica severa de um reinado lúgubre, defendendo liberdade de consciência), senti que o autor de algumas páginas brilhantes, escritas em folha portuguesa, contra uma monarquia estrangeira, fosse quem se levantasse contra a liberdade da palavra!

Seguindo os argumentos do sr. M**á**rtens Ferrão, o sr. Pinheiro Chagas demorou-se em mencionar a proibição de um espetáculo em fevereiro de 1871. Disto falei já; e agora acrescento (para melhor significar a falta de analogia), que nesse tempo havia toda a liberdade, e que só graves razões, e até o receio de desordens, que podia produzir questão internacional, impulsaram o governo aquela proibição.

Nem era proibido discorrer publicamente acerca da Alemanha e da França. No mesmo teatro e na mesma noite, os espectadores podiam ouvir o *Gladiador de Ravenna*, em que Thusnelda exaltava a Germ**â**nia livre e una; e em seguida a poesia de um dos nossos melhores escritores, advogando ideias contrárias.

O que o sr. Pinheiro Chagas afirmou acerca da superioridade do poder judiciário parecia reduzir esse poder a não trabalhar; o que afirmou dos parlamentos, que julgavam os governos, em vez de mandarem tais questões ao poder judiciário, não podia ser senão um lapso a que é desnecessário responder.

Sr. presidente, resta-me falar da questão social, é muito vasta; mas não posso deixar de ser breve.

Durante alguns anos tenho regido uma cadeira de economia política; este fato manifesta que sou contra o socialismo e o comunismo: eu o sou, não por ser professor oficial, mas por convicção.

Compreendo a diferença entre o socialismo hodierno e o de outrora. O socialismo de hoje fala da descentralização, brada contra os privilégios, e diz ao operário que **é** pelo seu próprio esforço que deve elevar-se e manter-se; estas doutrinas são da escola liberal; não foi a escola socialista que enriqueceu com elas a ciência, antes foram os que a combateram; mas o socialismo é contraditório; e ainda na atualidade pretende terríveis privilégios.

Assim é que, examinando os atos oficiais da Comuna parisiense, vejo entre eles os decretos sobre a supressão dos jornais, proibição do trabalho noturno, proibição de impor multas aos operários e empregados de empresas e industriais, e até uma doutrina financeira, segundo a qual o imposto não deve ser lançado sobre os indivíduos que não tenham prédios, ou possuam unicamente uma casa e um jardim, e deve seu principal peso cair sobre os ricaços (*richards*). Estas doutrinas são altamente opostas aos interesses dos operários. A proibição do trabalho noturno pode tirar a muitos trabalhadores os meios de subsistência (*apoiados*).

A supressão dos jornais não pode ser apoiada por nenhum homem liberal *(apoiados*), e é contra a indústria tipográfica e tantas outras.

A proibição de impor multas aos operários e empregados de empresas seria a condenação dos homens laboriosos, que cumprem com probidade as suas obrigações (*apoiados*).

A doutrina financeira, segundo a qual o imposto tem de da recair somente sobre os ricaços de propriedade territorial, é verdadeiramente pueril; nem atende as diversas manifestações da riqueza, nem parece conhecer a refutação da doutrina dos fisiocratas.

Tal teoria não pode ser advogada pelos homens que compreendem a verdadeira igualdade (*apoiados*).

Além disso a Comuna entendia que a destruição da Coluna de Vendôme e da casa do sr. Thiers eram atos que levantavam a fama daquele governo, enquanto que os homens sensatos e liberais entendem que eram de completa barbaridade (*muitos apoiados*).

Examinemos agora os atos da Internacional. Recorramos a documentos insuspeitos.

No congresso de Genebra de 3 de setembro de 1868 diziam os representantes da Internacional (*leu*).

O congresso declarou que a sociedade tem direito de abolir a propriedade territorial. Esta doutrina foi também da declarada pelo congresso de Bruxelas, em 3 de setembro de 1868, que dizia o seguinte (*leu*).

Teorias antigas que estão refutadas pelos princípios mais rudimentares da economia política.

*É certo que distintos professores, quando viram a Inglaterra sofrer pouco depois da introdução de importantes se má*quinas, principalmente na indústria algodoeira, entenderam que elas eram nocivas ao operário; mas a demonstração do contrário está amplamente feita, e foi de certo Bastiat quem a este respeito melhor escreveu.

Até um operário disse, num inquérito feito na Inglaterra, que embora tivesse sofrido por causa da introdução de certas máquinas, reconheciam quanto eram vantajosas, porque máquina era tudo que, além das próprias mãos, auxiliava o homem no trabalho.

Muitas doutrinas da Internacional são completamente se errôneas e representam principalmente a ignorância lastimável, mas não condenável, de muitos indivíduos (*apoiados*).

Sr. presidente, compreendo que devemos pensar sobre o modo de opor o maior obstáculo à propagação dessas doutrinas (*apoiados*). Qual é, porém o melhor modo de obstarmos a sua propagação?

Podemos reprimir ou discutir, podemos usar da razão ou das armas; é ao debate, é a luta do pensamento que entrego a cura do mal que a sociedade sofre.

Eu entendo que o erro desempenha importante papel na sociedade. Assim como quando os governos não têm na C*âmara oposição vigorosa, de ordinário adormecem, não trabalham, não caminham; da mesma sorte quando na sociedade em geral não há luta incessante entre as ideias, a decadência é uma consequência fatal.*

Deixemos ao erro o direito de se manifestar, deixemos aos que sofrem a miséria do espírito o direito de pedirem a es mola espiritual; é até possível que esteja a opulência onde os homens cuidam viver a pobreza; as ciências, em geral, não estão tão perfeitas que possam dispensar a incessante verificação por meio de debate; e pelo que respeita a princípios claros e bem assentes, respondamos com eles aos que ignorarem, mas permitamos que a ignorância se manifeste s para termos o prazer de socorrê-la.

Na própria ciência econômica há largas controvérsias; e é só dá mais livre discussão que podem resultar aperfeiçoamentos de tão útil ramo dos conhecimentos humanos.

Precisamos ser impressionados por muitos fenômenos para ir descobrindo as leis que regem a sociedade. Examinamos uma série delas; formulamos certas leis; mas a estas sucedem outras mais importantes, porque novos fatos nos instruíram.

Se um astrônomo, colocado fora do nosso sistema planetário, observasse os primeiros movimentos da nebulosa que deu lugar *à* formação dele, de certo não descobriria ali as leis de Kepler, e toda a mecânica celeste; e com tudo uma vista superior, o olhar divino, abi veria movi mentos dos quais resultariam necessariamente aquelas leis; assim, na sociedade humana, massa intelectual que se organiza, que se ordena, falta muito para sabermos todas as leis dos nossos

movimentos; falta muito para a perfeição das ciências sociais. Stuart Mill, num trabalho acerca da filosofia positiva, diz com profundo bom senso que tal vez a lei da oferta e da procura venha a ser substituída por outra mais vasta.

Quem sabe se essa futura lei, permita se me dizê-lo, unirá com o mesmo vínculo os fenômenos morais e os econômicos?

Discutamos, pois, com franqueza, por utilidade geral.

Quando uma crença se impõe (e refiro-me tanto às doutrinas religiosas como às econômicas), em vez de progredir, decai; acontece-lhe como aos instrumentos que, por não trabalharem, se oxidam; o pensamento que foge à luta e quer ser déspota, é condenado a não florescer.

Assim é que nas sociedades onde por exemplo há liberdade de cultos, o progresso é mais rápido, o sentimento religioso mais puro.

E a questão religiosa não vem fora de propósito, quando se trata do sofrimento dos operários aos que padecem, mais necessário é terem profundas crenças.

Não há sentimento mais nobre do que o religioso; mas se ele pretende impor-se, não atraem, e de ordinário gera a indiferença, quando não contribui indiretamente para grandes erros, porque tolhe as manifestações do espírito as que podem ser indispensáveis para que o homem chegue, enfim, a verdade.

Demais, o sistema preventivo, não raro estorva a propagação de boas doutrinas, e leva os fautores das que são por nocivas a procurarem nas trevas a melhor proteção e o mais eficaz recurso para obterem sequazes.

Com esta opinião se conformam aqueles mesmos que mais ente se opõem às doutrinas da *Internacional*. Eis o que diz um dos redatores do *Journal des débats*, que há pouco escreveu a história dessa sociedade (*leu*).

O sr. Pinheiro Chagas disse, que é exatamente quando as há republica que os comunistas se levantam, para quererem estabelecer o seu reinado; e como prova referiu as ocorrências da revolução do século passado, da revolução de 1848 e da de 1870; mas s. exa. deve ler nesses fatos a longa prova de que a repressão tem produzido as maiores calamidades; é depois de leis violentas que os maiores abalos sociais são determinados; só a liberdade garantiria, quanto possível, o progresso regular, que nasce do incessante trabalho, da perseverante luta material e moral.

Outra opinião do autor que citei, e que vem de molde para este debate, é a seguinte (*leu*).

Sr. presidente, provemos praticamente que somos contra o comunismo, façamos desaparecer do Estado todo princípio de comunismo que existe nele (*apoiados*).

Não iludamos a indústria e a agricultura, dando-lhe como protetoras umas leis que, na realidade, servem somente de obstáculo ao seu desenvolvimento. Acabemos com a centralização administrativa, que é a espoliação das províncias. Não subsidiemos os teatros, porque tais subsídios são o benefício a poucos em prejuízo de muitos. Deixemos de ter por conta do Estado alguns estabelecimentos que bem podem ser de indústria particular. Extingamos privilégios bancários, os quais, principalmente os da companhia do credito predial e do Banco de Portugal, impedem os progressos do credito mercantil e agrícola, e representam a ofensa dos direitos de quantos pretendem organizar estabelecimentos análogos.

Sejamos, enfim, justos, porque só combatendo toda a espoliação, combateremos toda a forma de comunismo ou de socialismo.

Assim não mostremos que a justiça portuguesa é tal que depois de uma revolta, os autores dela, aqueles que figuraram no ataque ao palácio real, são promovidos, violando os direitos de todos aqueles que, como militares, honraram a sua farda e a sua pátria (*apoiados*).

Acontece também uma ou outra vez que os empregos são dados por empenhos, e se fazem estradas unicamente feição para arranjar votos (*apoiados*); acontece que os governos, tendo notícia deste fato por documentos oficiais, não duvidam expulsar um colega para que a estrada seja principiada ilegalmente, e obtida a vitória eleitoral.

Nem as mercês regias escaparam à invasão da injustiça; converteram-nas em recurso financeiro; de sorte que muitas vezes ficam sendo verdadeiras *graças*.

Citando tais fatos, creio ter provado que o comunismo existe dentro do nosso Estado com manifestações de injustiça e de imoralidade.

Principiemos por ser justos; só depois teremos direito de usar da força para reprimir qualquer excesso daqueles que atacarem a justiça e a liberdade.

O desejo que a C*âmara tem de ouvir o sr. Barjona de Freitas, e a necessidade de concluir esta discussão (que a tem sido larga, mas cuja largueza foi necessária), obriga-me a não entrar em outras considerações, e mesmo a não mandar para a mesa uma proposta que podia complicar o debate.*

Eu vou ler a proposta, declarando, contudo, que não a mando agora para a mesa, e me reservo para a apresentar quando se tratar da interpelação acerca da estrada da Covilhã.

A moção diz o seguinte:

"A C*âmara, atendendo a que os documentos acerca da estrada da Guarda a Castello Branco, mostram que o atual ministério pretendeu influir de modo*

criminoso na eleição da Covilhã, e com o intuito de obter votos apressou o começo das obras naquela cidade, decreta (em conformidade com os artigos 37 e 103 da Carta Constitucional), que tem lugar a acusação dos ministros".

Hei de mandá-la para a mesa, se ainda na segunda-feira for tempo de se discutir esta questão.

E leio-a agora unicamente para indicar a razão de ter há dias proposto como questão prévia a da Covilhã; entendendo eu que há fortes razões para acusar, o governo, devia propor que a tratássemos antes de votarmos a resposta ao discurso da Coroa.

Resumindo, digo que, na minha opinião, o governo não cumpria, o seu dever, mas não sei que procedesse de modo que mostrasse vontade deliberada de calcar, as leis, e por tanto devemos absolvê-lo do erro que praticou. (*Vozes: – Muito bem.*) Não sou comunista, nem socialista; compreendo, contudo, a diferença que há entre o comunismo e o socialismo, e o que, há entre o socialismo moderno e o socialismo passado. Que julgando grave a questão social, conhecendo a necessidade de difundir, boas doutrinas, sou por isso mesmo, favorável *à* livre discussão, e contrário ao sistema preventivo, que tantas vezes tolhe o bem e fomenta o mal (*apoiados*).

Vozes: – Muito bem, muito bem.

(*O orador foi cumprimentado por muitos srs. deputados.*)

5.44 – Final das Conferências

Eça de Queirós, no texto "Um gênio que era um santo", que integra o livro em homenagem a Antero de Quental feito pelos seus amigos e ex-companheiros da Faculdade de Direito em Coimbra (27 artigos e mais dois textos em apêndice), publicado em 1896, diz:

> "De resto o Cenáculo[6] estava nas vésperas de se dispersar – porque a cada um de nós, bruscamente (nessa mesma esquina da Travessa do Guarda-Mor)[7]

6 Cenáculo: casa/república de Jaime Batalha Reis em Lisboa e onde também morava de Antero de Quental entre 1869 e 1871. Local de tertúlia (encontro com conversas e discussões sobre literatura e outras áreas do conhecimento). Ver o Capítulo 2, Item 2.5 deste estudo.

7 Travessa do Guarda-Mor: a rua do Cenáculo.

> aparecera a Vida,[8] enrugada, de dedo ameaçador a avisar que ela não é Musa ou Ninfa que se trate com ligeireza, indiferença e cantando. Assim aquele Cavaleiro[9] que uma noite em Paris, no Pont-Neuf[10] surgiu ante o sr. d. Gil, do solar de Vouzela,[11] lhe deteve os passos que corriam ao Pecado e lhe gritou brandindo a lança: – "Homem, pra trás, para o Senhor!" Nós vimos a lança; e saudosamente entre nós murmuramos: – "Irmãos, não mais cavalgadas sobre o dorso macio da Quimera, é tempo de irmos a concursos...

No seu livro *História das Conferências do Casino (1871*), publicado em 1930, António Salgado Júnior, historiador desse evento (ver item 1, rodapé), comenta sobre o fim da repercussão/publicação das conferências nos jornais:

> [...] tudo estava a terminar. As referências nos jornais foram escasseando, a Câmara adormeceu sobre o caso,[12] o Cenáculo começou a dispersão. Tinha-se chegado ao fim da atividade. As conferências expiravam. Ficava delas agora o espírito revolucionário que as alimentara e que elas desenvolveram e firmaram. (Salgado Júnior, 1930, p.128)

---

8 Vida: personificação da vida real, momento de ganhar o sustento, não mais idealizar a realidade – "não mais cavalgadas sobre o dorso macio da Quimera".

9 Cavaleiro: demônio-personagem do texto "S. Frei Gil", em *Obras de Eça de Queiroz*, p.754-795.

10 Pont Neuf (Ponte Nova): a ponte mais antiga e uma das mais bonitas das que cruzam o rio Sena, em Paris. Foi a primeira a ser ter pavimento, o que a tornou conhecida e ponto de encontro.

11 D.Gil/solar de Vouzela: personagem e um dos espaços do texto "S. Frei Gil", ibidem. Gil ou Egídio de Valadares (Frei Gil) nasceu na vila de Vouzela, perto de Coimbra, em 1185.

12 A repercussão/comentário das conferências começou após a portaria do ministro do Reino, marquês de Ávila e Bolama, proibir as outras – da sexta à décima conferência – programadas. Os conferencistas se indispuseram contra ele, que teve seu ministério desfeito em 6 e 8 de setembro de 1871, por Pinheiro Chagas.

Referências

A BERLINDA: reproduções d'um álbum humorístico, ao correr do lápis. Lisboa, 1870-1871. Disponível em: https://purl.pt/16605/4/res-2174-a_PDF/res-2174-a_PDF_24-C-R0150/res-2174-a_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

A BERLINDA: reproduções d'um álbum humorístico, ao correr do lápis. Lisboa, 7ª página – Conferências Democráticas, 1871. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Aberlinda/ABerlinda_item1/P7.html. Acesso em: 20 set. 2022.

ANTHERO de Quental in memoriam. 2.ed. Ed. fac-similar. Pref. Ana Maria Almeida Martins. Lisboa: Editorial Presença; Casa dos Açores, 1993.

ANTÓNIO Lopes dos Santos Valente. *In: Wikipedia, a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Fundation, jan. 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Lopes_dos_Santos_Valente. Acesso em: 20 abr. 2022

BETTENCOURT, Rebelo. A vida portuguesa há 60 anos. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, Lisboa, n.1.633, p.33, 1 jan. 1956. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1956/N1633/N1633_master/GazetaCFN1633.pdf . Acesso em: 22 set. 2022.

BITTENCOURT, Rodrigo do Prado. Geração de 70 e responsabilidade social. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 204, p.68-80, maio 2020.

BRAGA, Teófilo. *História da literatura portuguesa VII:* as modernas ideias na literatura portuguesa – a Geração de 70. Mem Martins: Publicações Europa-América, [1986]. (Livros de Bolso Europa-América, 462).

CAPELA, Raimundo. Antero de Quental. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 273, p.1-2, 30 set. 1891. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1891_00273.pdf. Acesso em: 23 set. 2022.

CARREIRO, José Bruno. *Antero de Quental:* subsídios para a sua biografia. Lisboa: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1948. 2v.

CARTAS de Anthero de Quental. Pról. Teixeira de Carvalho. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

COELHO, Adolfo. Parte XIII. In: *Alexandre Herculano e o ensino público*. Lisboa: J. A. Rodrigues, 1910. p.200-229. Disponível em: http://purl.pt/24589/4/hg-17769-p_PDF/hg-17769-p_PDF_24-C-R0150/hg-17769-p_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf. Acesso em: 1 maio 2020.

COTRIM, João Paulo. A vontade de estar n'*A Berlinda*. Bordalo *n'A Berlinda*, on-line, [s.d.]. Disponível em: https://purl.pt/273/1/jp-cotrim-01.html. Acesso em: 20 set. 2022.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS: um jornal com história. Lisboa, 1864-. Disponível em: http://www.dnescolas.dn.pt/index.php?a=historia&p=2. Acesso em: 20 mar. 2015.

DIAS, Augusto da Costa. *A crise da consciência pequeno-burguesa:* o nacionalismo literário da Geração de 90. 3.ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

DICIONÁRIO cronológico de autores portugueses. Lisboa, on-line, 1990. v.2. Disponível em: http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=6499. Acesso em: 17 set. 2022.FERREIRA, Alberto. *Estudos de cultura portuguesa:* século XIX. Lisboa: Moraes, 1980.

FRANÇA, José-Augusto A. *As Conferências do Casino no Parlamento*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

GONZÁLEZ, Horácio. *A Comuna de Paris*: os assaltantes do céu. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Tudo é História, 24).

GUILHERME de Azevedo. In: *Wikipedia, a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Fundation, out. 2017. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guilherme_de_Azevedo. Acesso em: 20 abr. 2022.

HERCULANO, Alexandre. A supressão das Conferências do Casino – 1871. In: *Opúsculos*. Lisboa: Casa da Viúva Bertrand, 1871. p.255-297. t. I. Disponível em: http://purl.pt/718/4/p-5637-p/p-5637-p_item4/p-5637-p_PDF/p-5637-p_PDF_24-C-R0150/p-5637-p_0000_rosto-VI_t24-C-R0150.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

HOMEM, Amadeu Carvalho. Teófilo Braga. Instituto Camões, Centro Virtual, on-line, [s.d.]. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/teofilo-braga. Acesso em: 17 set. 2022.

JOSÉ Falcão. In: *Wikipedia, a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Fundation, jun. 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Falc%C3%A3o . Acesso em: 22 set. 2022.

JOSÉ Fontana. In: *Wikipedia, a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Fundation, jan. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Fontana. Acesso em: 20 abr. 2022.

LEMOS, Mário Matos e. O *Diário de Notícias* faz hoje 150 anos. Biblioteca Nacional de Portugal, on-line, 29 dez. 2014. Disponível em: http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=991:noticia-o-diario-de-noticias-faz-hoje-150-anos-29-dezembro-2014&catid=164:2014&Itemid=1012. Acesso em: 26 mar. 2015.

LOURENÇO, António Apolinário. Geração ou gerações de 70? Argumentos e contra-argumentos. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 204, p.81-106, maio 2020.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. 4.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1991. p.95.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010. p.111-153.

MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70:* uma revolução cultural e literária. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

MARINHO, Maria José. Jaime Batalha Reis. Instituto Camões, Centro Virtual, on-line, [s.d.]. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/jaime-batalha-reis. Acesso em: 17 set. 2022.

MARIOTTO, Elisabeta. Guerra Junqueiro. Instituto Camões, Centro Virtual, on-line, [s.d.]. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/guerra-junqueiro. Acesso em: 17 set. 2022.

MARTINS, Ana Maria Almeida. Antero de Quental. Instituto Camões, Centro Virtual, on-line, [s.d.]. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/antero-de-quental. Acesso em: 17 set. 2022.

MATOS, Alfredo Campos (Org. e coord.). *Dicionário de Eça de Queiroz*. 3.ed. il., rev. e ampl. Lisboa: INMC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Academia Brasileira de Letras, 2015.

MATOS, Alvaro Costa (Recensão). Rodrigues Sampaio e *A Revolução de Setembro*. Conferência apresentada por José Manuel Tengarrinha (UL/FL), out. 2006. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/ActasdeColoquios-Conferencias/textos/ARSampaioTengarrinhaACM.pdf . Acesso em: 20 set. 2022.

MATOS, Sérgio Campos. Oliveira Martins. Instituto Camões, Centro Virtual, on-line, [s.d.]. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/oliveira-martins. Acesso em: 17 set 2022.

MEDINA, João. A Geração de 70: uma síntese provisória. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 28, p.25-33, nov. 1975.

MEDINA, João. *Eça de Queiroz e a Geração de 70*. Lisboa: Moraes, 1980. (Margens do Texto, 12).

MEDINA, João. Rafael Bordalo Pinheiro, repórter das Conferências do Casino. In: *Eça de Queiroz e a Geração de 70*. Lisboa: Moraes, 1980. p.155-161. (Margens do Texto, 12).

MEDINA, João. *As Conferências do Casino e o socialismo em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

MEDINA, João. *Caricatura em Portugal:* Rafael Bordalo Pinheiro, pai do Zé Povinho. Lisboa: Colibri, 2008.

MENDONÇA, Fernando. No centenário das conferências do Casino. *O Estado de S. Paulo,* São Paulo, Suplemento Literário, p.17, 23 maio 1971.

MINÉ, Elza. *Páginas flutuantes:* Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

MINÉ, Elza. *Alguns homens de meu tempo:* e outras memórias de Jaime Batalha Reis. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

MÓNICA, Maria Filomena. O senhor Ávila e os conferencistas do Casino. *Análise Social*, Lisboa, v.105, n. 157, p.1013-1030, 2001. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725507T8nKD6fx2Wx05NT4.pdf. Acesso em: 30 maio 2013.

OBRAS de Eça de Queiroz. Porto: Lello & Irmão, 1979. v.2.

ORTIGÃO, Ramalho. Ao Diário Ilustrado. In: *As Farpas.* Lisboa: David Corazzi Editor, 1887. p.209-238, t. II. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518751.

PERES, Damião. A transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa, operada pela Geração de 70. In: *Vencidos da Vida:* ciclo de conferências. Lisboa: O Século, 1941. p.225-236.

PINHEIRO, Rafael Bordalo. Álbum das glórias. Lisboa: Frenesi, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PIRES, António Machado. *A idéia da decadência na Geração de 70*. Lisboa: Veja, 1992.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *Du principe de l'art et de sa destination sociale*. Dijon: Les Presses du Réel, 2002.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *Do princípio da arte e de sua destinação social*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. Campinas: Armazém do Ipê, 2009. (Florada das Artes).

QUEIROZ, Eça de. Cartas para os amigos. *Eça de Queiroz – Obra completa*. V.4. Nova Aguilar: Rio de Janeiro, 2000.

QUEIROZ, Eça de. *As Farpas*: crónica mensal da política, das letras e dos costumes. Coordenação geral e introdução de Maria Filomena Mónica. Cascais: Principia, 2004. p.373-374.

QUEIRÓS, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*: crónica mensal da política, das letras e dos costumes. Coord. geral e introd. Maria Filomena Mónica; notas, tabela onomástica e glossário Maria José Marinho. Cascais: Principia, 2004.

QUENTAL, Antero de. Duas palavras (Prefácio do autor). In: *Primaveras românticas:* versos dos vinte anos. Porto: Porto, 1872. Disponível em: https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$primaveras-romanticas. Acesso em: 23 set. 2022.

QUENTAL, Antero de. *Prosas sócio-políticas*. Apresent. e public. Joel Serrão. Angra do Heroísmo: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982. (Pensamento Português).

QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Pref. Ana Maria Almeida Martins. Posf. Eduardo Lourenço. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2016. p.33-89.

QUENTAL, Antero de; SOROMENHO, Augusto; QUEIROZ, Eça de; COELHO, Adolfo. *Os conferencistas do Casino*. Porto: Fronteira do Caos, 2005. (Pensar Portugal, 2).

RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela (Org. e coord.). *Jornais e revistas portugueses do século XIX*. Pref. José Tengarrinha. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002. 2v.

REIS, Carlos. Eça de Queirós. Instituto Camões, Centro Virtual, on-line, [s.d.]. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/eca-de-queiros. Acesso em: 17 set. 2022.

REIS, Carlos. *As Conferências do Casino*. Lisboa: Alfa, 1990. (Testemunhos Contemporâneos, 39).

REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura:* introdução aos estudos literários. 2.ed. Coimbra: Almedina, 1999.

REIS, Carlos. (Dir.). *História da literatura portuguesa:* o Realismo e o Naturalismo. Lisboa: Alfa, 2001. v.5.

REIS, Carlos. Em busca da glória: figuras da Geração de 70. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 204, p.32-45, maio 2020.

REIS, Jaime Batalha. Anos de Lisboa (algumas lembranças). In: Martins, A. M. A. et al. *Anthero de Quental – In memoriam*. 2.ed. Ed. fac-similar. Lisboa: Editorial Presença; Casa dos Açores, 1993. p.449-450

SALGADO JÚNIOR, António. *História das Conferências do Casino (1871)*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1930.

SANTANA, Maria Helena. Da geração nova à Geração de 70: o trajeto diferenciador do grupo nuclear. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n.204, p.9-21, maio 2020.

SANTOS, António Ribeiro dos. Lembrança de António Salgado Júnior (16.1.1904-30.1.1989). *Colóquio/Letras*, Lisboa, n.112, p.95-7, nov.-dez. 1989. Disponível em: https://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContentDisplay?n=112&p=95&o=r. Acesso em: 30 jun. 2010.

SARAIVA, António José. *A tertúlia ocidental:* estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros. Lisboa: Gradiva, 1990. (Obras, 3).

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 17.ed. Porto: Porto, 1996.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. Capítulo VII – Inícios da Geração de 70. *História da literatura portuguesa*. 17.ed. Porto: Porto, 1996. p.797-811.

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal.* 11.ed. Lisboa: Europa-América, 1987. (Saber, 123).

SÉRGIO, António. Prefácio. In: *Ensaios*. Lisboa: Sá da Costa, 1971. (Obras Completas, 1).

SERÕES: Revista Mensal Ilustrada. Lisboa, n. 61, p.23-30, jul. 1910. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Seroes/1910/N061/N061_item1/P24.html. Acesso em: mar. 2020.

SILVA, Portugal da. Quatro jornalistas. In: *Serões: Revista Mensal Ilustrada*. Lisboa, n. 61, p.23-30, jul. 1910. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Seroes/1910/N061/N061_item1/P24.html. Acesso em: 1 jun. 2020.

SIMÕES, José Gaspar. *Vida e obra de Eça de Queirós.* 2.ed. Lisboa: Bertrand, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Jorge Pedro. Teorização do jornalismo em Portugal: das origens a abril de 1974 (projeto de investigação), on-line. Disponível em: http://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/. Acesso em: 1 ago. 2023.

SOUSA, Jorge Pedro. *As histórias da imprensa de Nelson Werneck Sodré e de José Manuel Tengarrinha:* uma comparação. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2011. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-as-historias-da-imprensa-de-nelson-werneck-sodre.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

SOUSA, Jorge Pedro. António Rodrigues Sampaio*:* o jornalista e o pensador do jornalismo. In: RÊGO, Ana Regina (Org.). *Imprensa:* perfis e contextos. Teresina: EDUFPI, 2012. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-antonio-rodrigues-sampaio-o-jornalista.pdf. Acesso em: 1 jan. 2020.

SOUSA, Jorge Pedro. Para uma historiografia da historiografia portuguesa do jornalismo: livros pioneiros sobre história do jornalismo publicados por autores portugueses em Portugal até à Revolução de Abril de 1974. *Revista de Estudos da Comunicação*, Curitiba, v.10, n. 22, p.115-128, set. 2017. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 15 jan. 2020.

TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. rev. aum. Lisboa: Caminho, 1989.

TENGARRINHA, José Manuel. Rodrigues Sampaio e a *Revolução de Setembro*. In: CICLO DE COLÓQUIOS "ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO,

JORNALISTA E POLÍTICO", 2006, Lisboa. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/ActasdeColoquiosConferencias/textos/ARSampaioTengarrinhaACM.pdf_Acesso em: 15 jan. 2015.

VIANA FILHO, Luís. *A vida de Eça de Queiroz*. Porto: Lello & Irmão, 1983.

ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice; BORDINI, Maria da Gloria; REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. *As pedras e o arco:* fontes primárias, teoria e história da literatura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Sites consultados

Biblioteca Nacional Digital de Portugal. Disponível em: http://bndigital.bnportugal.gov.pt/. Acesso em: 2 mar. 2020.

Biblioteca Virtual da Fapesp. Disponível em: https://bv.fapesp.br/pt/. Acesso em: 2 mar. 2020.

Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Disponível em: http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/Paginas/Home.aspx. Acesso em: 2 mar. 2020.

Instituto Camões. Disponível em: www.instituto-camoes.pt. Acesso em: 2 mar. 2020.

Revista *Colóquio/Letras*. Disponível em: www.gulbenkian.coloquio.pt. Acesso em: 2 mar. 2020.

Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/. Acesso em: 2 mar. 2020.

Citi – Centro de Investigação para Tecnologias Interativas. Disponível em: www.citi.pt. Acesso em: 2 mar. 2020.

Infopédia – Dicionários Porto Editora. Disponível em: www.infopedia.pt. Acesso em: 2 mar. 2020.

www.google.com.br

Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org.

Periódicos Pesquisados – Biblioteca Nacional de Portugal Digital – microfilme

A Berlinda, 1871, 7ª página.

A Nação, jan.-jun., 1871.

Bem Público, jan.-jun., 1871.

Diário de Notícias, jan.-jun., 1871.

Jornal do Comércio, jan.-jun., 1871.

Jornal da Noite, jan.-jun., 1871.

O Diário Popular, jan.-jun., 1871.

O Partido Constituinte, jan.-jun., 1871.

A Revolução de Setembro, jan.-jun., 1871.

SOBRE O LIVRO

Tipologia: Horley Old Style 11/15
1ª edição Editora Unesp Digital: 2023

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Editorial
Marcos Keith Takahashi (Quadratim)

Edição de texto
Cacilda Guerra

Imagem de capa
O grupo Vencidos da Vida, em 1888, foto de autor desconhecido. Da esquerda para a direita: sentados, Guerra Junqueiro, Conde de Sabugosa, Eça de Queirós, Conde de Arnoso; de pé, Marquês de Soveral, Ramalho Ortigão, Carlos Mayer, Conde de Ficalho; na escadaria, Carlos Lobo d'Ávila, Oliveira Martins.

Editoração eletrônica
Arte Final

As Conferências do Cassino Lisbonense, realizadas entre maio e junho de 1871, constituem-se como parte de um projeto de intervenção cultural, política, social que a chamada Geração de 70 – integrada por Antero de Quental, Eça de Queirós, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Rafael Bordalo Pinheiro, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão, entre outros jovens intelectuais portugueses – pretendia realizar na sociedade portuguesa no último quartel do século XIX.

Por meio do resgate de fontes primárias – jornais da época (1871), tais como *Revolução de Setembro*, *Diário de Notícias*, *Jornal da Noite*, *Diário Popular*, *Jornal do Comércio*, *O Partido Constituinte*, *O Bem Público*, *A Nação*, em formato de microfilmes adquiridos da Biblioteca Nacional de Portugal –, os leitores terão acesso aos textos originais de reportagens escritas no calor da hora em que ocorreram as conferências e poderão avaliar o que foi veiculado naquele momento histórico.

Na medida em que o jornal pode aumentar a compreensão de fatores contextuais, os leitores também podem tirar suas próprias conclusões a respeito desse evento importante para a história da literatura portuguesa, do realismo-naturalismo português e da Geração de 70.

Rosane Gazolla Alves Feitosa é professora livre-docente (2022) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Assis, onde ingressou em 1997. Possui pós-doutorado (2012) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP); doutorado (1994) pela Unesp, *campus* de Assis; mestrado (1984) pela FFLCH; graduação (1973) em Letras pela Unesp, *campus* de Assis; especialização (1974) em Literatura Portuguesa pela mesma instituição. Orientou trabalhos de pós-doutorado, doutorado, mestrado e iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Núcleo de Ensino da Pró-reitoria de Graduação (Prograd) da Unesp. É membro do Grupo de Pesquisa/CNPQ – Grupo Eça. Atuou como parecerista *ad hoc* para várias agências de Fomento (Fapesp, CNPQ, Capes) e periódicos. Atuou no Ensino Fundamental e Médio entre 1974 e 1997.

editora unesp DIGITAL